HISTÓRIA

DA

COMPANHIA DE JESUS

NA

ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL

D. JOÃO V

(Gravura na *História da Filosofia* de J. Baptista Capasso, Nápoles, 1728)

FRANCISCO RODRIGUES, S. J.

HISTÓRIA
DA
COMPANHIA DE JESUS
NA
ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL

TOMO QUARTO

A Província Portuguesa no século XVIII

1700-1760

VOLUME I

Virtude — Letras — Ciências

PORTO
LIVRARIA APOSTOLADO DA IMPRENSA
RUA DE CEDOFEITA, 628

1950

PRÓLOGO

Com o presente volume, primeiro do tomo quarto, entramos confiadamente na História do século XVIII, século de renhidas controvérsias, em que se realizaram as maiores mudanças e perturbações da sociedade no campo das ideias e da política. A maior agitação porém manifestou-se nos sentimentos e ideias religiosas.

Assim é que podemos asseverar, que no espaço de anos a que se estende o tomo quarto da nossa História, os enciclopedistas deste século, Diderot, de L'Ambert e os que seguiam a mesma orientação filosófica, foram os que armaram o mais poderoso e mais bem organizado exército e bateram com maior arrojo as ideias tradicionais, sociais e políticas.

Não andaram longe da verdade histórica os que sustentaram, que o espírito enciclopedista daquele século XVIII, foi principalmente um assalto tremendo e anti-religioso contra tudo o que era sobrenatural ou acima do puro naturalismo mundano.

Por isso a Igreja, como quem concentrava em si mesmo a sobrenaturalidade cristã, foi a mais atacada pelo filosofismo enciclopédico.

A revolução francesa, já em seus preparativos, se prova ter sido mais que tudo uma explosão de impiedade e de irreligião, e anteriormente, na primeira metade do século XVIII, começara a penetrar triunfalmente na sociedade e se expandia quase por todas as nações, especialmente na Inglaterra e na França, a pátria do malaventurado enciclopedismo.

Em França, como bem adverte um doutor conimbricense, o chamado iluminismo, das luzes, ou antes das trevas, encontrava-se já no princípio do século XVIII, conquistado pela Filosofia moderna, quer dizer, não pela Filosofia da religião e da Igreja, mas pela Filosofia voltereana, que finalmente se transformou em luta violenta e destruidora das Instituições tradicionais. O iluminismo tornou-se irreligioso, converteu-se em trevas.

*

* *

E Portugal? Como se portou nesta evolução ou revolução de ideias?

Felizmente ainda não aparecia dominado pela impiedade nem pela irreligião na primeira metade do século XVIII. Mantinha-se ainda na tradição veneranda da antiguidade cristã. O iluminismo, é que, já inclinado, só inclinado um pouco talvez, para a tentação da impiedade, conservou todavia aceso o fogo sagrado da religião, e só muito mais tarde se ateou em lavaredas de irreligião.

Dizem, não sem fundamento, que o famoso marquês de Pombal bebera, certamente em Londres e Viena, as ideias chamadas modernas, que ele começou a fazer penetrar em Portugal, para muito mal do reino lusitano.

Antes dele porém reinava o cristianismo tradicional. A Côrte portuguesa de todo esse tempo, que ora historiamos, era fundamentalmente religiosa, bem que não sem todos os seus defeitos. D. Pedro II e D. João V, que ocuparam boa metade do século XVIII, eram animados da Fé cristã e piedosos. As rainhas formavam um elevado centro de sólida piedade.

O célebre iluminista da segunda metade do século, Luís António Verney, também não era decididamente ímpio, nem renegou da cristandade [1]*. O ódio aos jesuítas é que cegamente o dominava; mas era todavia forte a tradição católica, encontrada pelo iluminismo ímpio das outras nações.*

---

(1) Cabral de Moncada, *Luis António Verney*, pág. 12.

* * *

Para conservar o espírito verdadeiro do catolicismo, que ainda imperava na sociedade portuguesa, com os olhos neste volume da nossa História, cabe-nos o direito de afirmar que teve e empregou grande força na firmeza da tradição e na sua reforma constante, a acção espiritual da Companhia de Jesus em todos aqueles anos.

De boa parte dos capítulos deste volume, o que mais nos surpreende é a pura espiritualidade que anima toda a História que vamos ler, e o grande número de Religiosos de vida exemplar e até santos admiráveis, que a riquíssima documentação nos apresenta abundante à nossa contemplação.

Demais todo o volume nos vem provar que eram de todo falsas e caluniosas as imputações, que o marquês famoso se atreveu a lançar nas páginas infames de Dedução Cronológica *e em tantas* Memórias e Pro-Memórias *que atirou a público para descrédito dos Religiosos da Companhia de Jesus.*

A crueldade inacreditável com que Sebastião José de Carvalho, sem causa formada, martirizou e condenou esses Religiosos, já tem a sentença definitiva da História. O segundo volume deste último tomo quarto o mostrará com evidência irrespondível aos olhos do Leitor imparcial.

Lisboa, no Ano Santo, 1 de Janeiro de 1950.

FRANCISCO RODRIGUES, S. J.

Introdução Bibliográfica

I

Fontes Inéditas

No trabalho perseverante de investigação, a que nos entregámos, não esmorecemos de modo nenhum ao preparar os últimos dois volumes de nossa História, nem ainda quando o resultado de nossas fadigas, não correspondia inteiramente, com a desejada fartura de colheita, ao prolongado empenho de nossas canseiras.

De feito o Arquivo Romano da Companhia de Jesus, que tem sido sempre, para todos os volumes desta já longa História do século XVI e XVII, a fonte mais rica de preciosa documentação, desta vez, no remate da obra, temos de confessar que não satisfez plenamente à justa ansiedade que sempre nos foi animando.

As cartas e relações históricas desse Arquivo, que foram sempre numerosas e de raro valor, nos anos mais agitados que abrangemos, quase desapareceram, não poucas interceptadas pelos adversários da Companhia.

A correspondência epistolar, que decorria abundante entre Angola, Lisboa e Roma, tornou-se muito deminuta e nalguns anos quase nula, particularmente no que tocava a Missões religiosas.

A que diz respeito à história civil, guarda-a em copiosa documentação o Arquivo Histórico Colonial. Aquelas Missões foram infelizmente decaindo nos séculos XVIII e XIX.

Limitamo-nos pois a mencionar especialmente três obras de elevado preço para este século XVIII, quais são o grosso volume de António Franco, intitulado: *Imagem do Segundo Seculo*

da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal, em que se contém o que nella houve e se obrou nos segundos cincoenta annos, começa do anno de 1691 atte o anno [1732]. Segunda Parte Pelo P. Antonio Franco da Companhia de Jesus. B. N. L., Fundo Geral, 750.

De Exilio Provinciae Lusitanae Societatis Jesu Libri Quinque. Auctore *Josepho Caeiro ejusdem Societatis.* No Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Apologia da Companhia de Jesus nos Reinos e Dominios de Portugal [1]. [Autor José Caeiro].

Enumeremos os Arquivos e Bibliotecas que consultámos:

Arquivo do Vaticano, Roma [Arq. do Vat.],
Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele, Roma, manuscritos,
Biblioteca Nacional de Madrid, manuscritos [B. N. Madrid],
Arquivo Nacional da Torre do Tombo [T. do T.],
Biblioteca Nacional de Lisboa, manuscritos [B. N. L.],
Biblioteca da Ajuda, manuscritos,
Arquivo Histórico Colonial [A. H. C.],
Arquivo da Universidade de Coimbra [Arq. da Univ.],
Biblioteca da Universidade de Coimbra [Bibl. da Univ. Coimbra],
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora [B. P. Ebor.],
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga,
Arquivo Romano da Companhia de Jesus [Arq. S. J.],
Arquivo do Gesù, Roma,
Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

II

Obras impressas

Alembert (D'), *Sur la Destruction des Jésuites en France*, 1765.
Almeida, Manuel Nicolau, *Oratio in Litterarum ac Scientiarum Laudem habita Conimbricae*, Coimbra, 1794.

[1] Caeiro escreveu outras obras, até agora inéditas, todas referentes à perseguição última da Companhia de Jesus. Cf. Júlio de Morais, *José Caeiro grande Escritor da Época Pombalina*. Braga, 1939.

Almeida, Teodoro de, *Recreação Filosófica*, I.

Ameal, João — Cavalheiro, Rodrigues, *Erratas à História de Portugal de D. João V a D. Miguel*, Porto, 1929.

Andrade, Anselmo de, *Alguns Homens Ilustres de Portugal*, Lisboa, 1929.

Andrade, António Alberto de, *Verney e a Filosofia portuguesa*, Braga, 1946.

Arbide, Ignacio, *Los Malantiales de difamación antijesuítica*, 1.ª série, Barcelona, 1933.

Arbide, Inácio, *Los manantiales de la difamación antijesuítica*, 2.ª série, Barcelona, 1934.

Arquivos de Angola, vol. II, Abril-Maio, 1936, Luanda.

Artes Jesuiticae in sustinendis pertinaciter Novitatibus Laxitatibusque Sociorum Quarum plusquam mille hic exhibentur. S. D. N. Clementi Papae XI atque orbi universo denuntiatae per Christianum Aletophilum, Editio tertia cum vindiciis priorum editionum. Estrasburgo, 1717.

Astrain, António, *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Madrid, 1925, Tomo VII, 1705-1758.

Azevedo, Manuel, *Ars Poetica, Exemplis Illustrata*, págs. 1-234, 235-464, Veneza, 1781.

Ballesteros, D. António, *Historia de España*, T. V, Barcelona, 1929.

Bandeira, José Ramos, *Universidade de Coimbra, Edifícios do Corpo Central e Casa dos Melos*, Tomo I, Coimbra, 1943.

Barbosa, Fernando António da Costa de, *Elogio Funebre do Padre João Baptista Carbone da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1751.

Bastos, Teixeira, *Os Jesuitas*, Lisboa, 1880.

Braga, Teófilo, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1894.

——— *Historia da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1898. Vol. III.

Caeiro, Francisco, *Opusculum Morale de Bulla Cruciatae Lusitana*, Evora, 1718.

[Caeiro], José de, *Tratado Apologetico da Innocencia dos Jesuitas no Attentado de 3 de Setembro de 1758*, Lisboa, 1867.

Carta de hum curioso da Universidade de Evora escripta a outro curioso da Universidade de Coimbra, que pela sua Reposta mostra as consequencias terriveis que nascem de alguns Confessores não guardarem o sigillo da Confissão Sacramental, Madrid, 1746.

Carta de hum amigo a outro amigo, na qual se defendem os Equivocos contra o indiscreto juizo que delles faz o moderno critico Author da obra intitulada : Verdadeiro Methodo de Estudar, 38 parágrafos.

Carvalho, Augusto da Silva, *O Cartesianismo e a Medicina em Portugal,* Lisboa, 1939.

Carvalho, Joaquim de, *Galileu e a Cultura Portuguesa sua contemporânea,* Coimbra, 1944.

Castelo Branco, Camilo, *Curso de Literatura Portugueza,* Lisboa, 1876.

Castro, João Baptista de, *Mappa de Portugal,* Tomo Terceiro, Lisboa, 1763.

Castro, P. José de, *Portugal em Roma,* Vol I, II, Lisboa, 1939.

——— *Bragança e Miranda,* 2 volumes, Porto, 1946-1947.

Catalogus Missionis Madurensis pro anno 1912.

Catalogus Missionis Madurensis pro anno 1913 ; catalogus operariorum societatis Jesu, qui in Insula Ceilana aliquando laboraverunt, Trichinopoly, 1913.

Catalogus Patrum ac Fratrum... qui in Sinis adlaboraverunt, Chang--Hai, 1892.

Catalogus Patrum et Fratrum Societatis Jesu in Missione Madurensi, Trichinopoly, 1913.

Chaney, Theodoro, *Vie du P. Romain Hinderer,* Tournay, 1889.

Chorro, Bartholomeu, *Curiosas advertencias da Boa Grammatica... do Padre Manoel Alvares em linguà portuguesa,* Lisboa, 1736.

Cidade de Évora (A), Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 7-8-9-10, Évora, 1944.

Cidade, Hernani, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas. 2.º volume. Da reacção contra o formalismo seiscentista ao advento do Romantismo. 3.ª ed. do Ensaio sobre a crise mental do século XVIII, novamente refundida e ampliada,* Coimbra, 1948.

Clemente XIII, *Bulla, y Brebes...* sobre los negocios presentes de los Jesuitas.

Codorniu, *Desagravio* de los autores y facultades... en su Verdadero Metodo de Estudiar... Barcelona, 1764.

Collecção das Leys... das Seitas dos Jacobeos e sigillistas... Lisboa, 1769.

Collecção de Tratados... da Asia e Africa, tomo VI, Lisboa, 1885.
Collecção Universal, das Bullas, Editaes, Pastoraes, Cartas, Dissertações, Apologias... do erro da fracção do Sigillo Sacramental. Madrid, 1746-1747. São 3 volumes.
Commentarius de Republica in America Lusitana, atque Hispana a Jesuitis instituta belloque ab his cum Hispaniae, Lusitaniaeque exercitibus gesto... E lusitano in latinum conversus, de páginas 77.
Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da Invasão dos denominados Jesuitas, Lisboa, 1771.
Conceição, Claudio da, *Gabinete Historico*, Tomo X, XI, XII, Lisboa, 1823, 1827, 1829.
Costa, D. Antonio da, *Historia da Instrucção Popular em Portugal*, Lisboa, 1871.
Costa, Roberto Dias, *A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa*, Lisboa, 1939.
Costa, Santos, *O Arquivo do Hospital de S. José*. Lisboa, 1920.
Cunha, Alves da, *Missões Católicas de Angola*, Luanda, 1935.
Cunha, D. Luiz da, *Testamento Político*, Prefácio e Notas de Manuel Mendes, Lisboa, 1943.
Deducção Chronologica e Analytica,
— *Parte primeira*, Lisboa, 1767.
— *Parte segunda*, Lisboa, 1767.
Provas, citadas na Parte Primeira e Segunda, Lisboa, 1768.
Delgado, Ralph, *História de Angola*, Benguela, 1948. 2 volumes, o 3.º em preparação.
Diário de D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º Conde da Ericeira, Coimbra, 1943.
Dias, Miguel, *Sermam nas Exequias Del Rey nosso Senhor D. Pedro II... em Roma na Igreja de Santo Antonio da Nação Portugueza no anno de 1707*. Roma 1707.
Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Lisboa, 1728, 1731, 1732.
Ennes, Ernesto, *Uma Colaboradora inédita de Pombal na propaganda iníqua contra os Padres da Companhia de Jesus...*, Lisboa, 1943.
Europeo, Lucio Cornelio, *Monarquia de los Solipsos*, Madrid, 1820.
Feo Cardoso, J. C., *Memorias contendo A Historia dos Governadores...*, Paris, 1825.

Ferrão, António, *O Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuitas*, Coimbra, 1928.

Ferreira, J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, T. III, Braga, 1932.

——— *Memórias Arqueológico-Históricas da Cidade do Porto*, II, Braga, 1924.

Ferreira, Joaquim, *Verdadeiro Metodo de Estudar por Luis António Verney*. Domingos Barreira, Editor, Porto.

[Figueiredo, António Pereira], *Apparato Critico para a correcção do Diccionario intitulado Prosodia In Vocabularium bilingue digesta ... por André Lucio de Resende*, Lisboa, 1755.

Figueiredo, António Pereira, *Novo Methodo da Grammatica Latina*, Decima edição, Lisboa, 1797.

Folqman, Carlos, *Nomenclatura Portugueza e Latina*, Lisboa, 1793.

Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, T. III, Parte I, II, III, IV, Coimbra, 1912-1922.

——— *História de Portugal*, Coimbra, 1922-1929.

Franco, António, *Imagem da Virtude* em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora, Lisboa, 1714.

——— *Imagem da Virtude* ... de Lisboa, Coimbra, 1717.

——— *Imagem da Virtude* ... de Coimbra, 2 volumes, Evora, 1719.

——— *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania*, Augsburgo, 1726.

——— *Annus Gloriosus* Societatis Jesu in Lusitania, Viena, 1720.

——— *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Porto, 1931.

——— *Évora Ilustrada*, Evora, 1945.

Gazeta de Lisboa, de todos os anos desde 1715 a 1760.

Gomes, Bernardino Antonio, *Elogio do Padre João de Loureiro*, Lisboa, 1865.

Gomes, Francisco, *Sermam do Jubileu das Quarenta horas ... na tarde da Dominga da Quinquagesima na santa Igreja Patriarcal anno de 1723*, Lisboa, 1723.

Gonzalez, Amado, *Las grandes riquezas de los Jesuítas en la Historia y en la Actualidad*, Burgos, 1933.

Gorani, *Portugal, A Côrte e o País nos Anos de 1765 a 1767*, Lisboa, 1945.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1935 e seguintes.

Grandes (As) Riquezas dos Jesuítas na História e na Actualidade, edições Gama, 1943.

Guimarães, Rodolfo, *Les Mathématiques en Portugal,* Coimbra, 1909.

Huonder, António, *Deutsche Iesuitenmissionare des 17 und 18 Iahrhunderts,* Freiburg, im Breisgau, 1899.

Huylenbroucq, Afonso, Societatis Jesu Vindicationes alterae, adversus Famosos Libellos quam plurimos et novam eorum collectionem sub titulo *Tuba Magna Novum clangens sonum . . . per Liberium Candidum,* Gand, 1713.

Inocêncio, *Diccionario Bibliographico Portuguez,* Tomo V, Lisboa, 1860.

Institutum S. J., T. II, Florença, 1893.

[José de Araújo] Frei Arsenio da Piedade, *Reflexoens Apologeticas* à obra intitulada: *Verdadeiro Methodo de Estudar,* Valensa, 1748.

Leite, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil,* VII, Rio de Janeiro, 1949.

Lima, Durval Pires de, *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal,* Lisboa, 1946.

Lima, Manuel C. Baptista de, *Um Filho de D. Pedro II, na Universidade de Évora,* Lisboa, 1947.

Machado, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana,* Lisboa, 1930-1935, 4 Tomos.

Maldonado, Caetano, *Regras da Lingua Portugueza,* Lisboa, 1721.

Manso, Estanislau, *Descripção Exequias Que á Fidelissima Rainha D. Maria Anna de Austria . . . celebrarão os PP. Procuradores das Missões do Oriente da Companhia de Jesus No Real Collegio de Estudos Geraes desta Corte, dos dias 24 e 25 de Setembro de 1754 e oração Funebre que disse o M. R. Padre Mestre Estanislao Manso,* Lisboa, 1755.

Martins, José Ferreira, *Os Vice-Reis da Índia, 1505-1917,* Lisboa, 1935.

Martins, Mário, *Congregações Marianas,* Braga, 1947.

Memórias da Literatura Portuguesa, VIII, Lisboa, 1812.

Mendes dos Remédios, *Carta Exhortatoria aos Padres da Companhia de Jesus, da Provincia de Portugal,* Coimbra, 1909.

Monarchie (La) des Solipses, traduit de l'original latin de Melchior Inchofer de la Compagnie de Jesu . . ., Amesterdão, 1754.

Moncada, L. Cabral de, *Um «Iluminista» Português do século XVIII: Luiz António Verney*, Coimbra, 1941.

Monita Secreta ou Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus compostas pelo Padre Claudio Aquaviva, Lisboa, 1859.

Monita Secreta, Instruções secretas, prefaciadas por J. Carrilho Videira, Lisboa, 1881.

Monteiro, Inácio, *Compendio dos Elementos de Mathematica necessario para o estudo das Sciencias naturaes*, Coimbra, 1754-1756. 2 volumes.

Monteiro, Manuel, *Novo Methodo para aprender a Grammatica Latina ... para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1749.

Moura, José Vicente Gomes de, *Noticia succinta dos Monumentos da Lingua Latina*, Coimbra, 1823.

Mourret, Fernando, *Histoire Générale de l'Église*, 6 volumes, Paris, 1931.

Musarra, Francisco, *Astronomia*, Messina, 1701.

Mury, Paulo, *Historia de Gabriel Malagrida trasladada por C. Castelo Branco*, Lisboa, 1875.

Neomenia Tuba Maxima clangens sicut olim clanxerunt unissonae Prima et secunda Tuba magna Lusitania buccinante ad Principes universos, Lisboa, 1759.

Oliveira, Timóteo de, *Sermão da Dedicação da Santa Igreja Patriarchal de Lisboa pregado na mesma Igreja no anno de 1747 ...*, Lisboa, 1748.

Oração de Luiz Antonio Verney ... na morte de D. João V traduzida do Idioma Latino no Portuguez por Theotonio Montano, Lisboa, 1752.

Origem infecta da Relaxação da Moral dos Denominados Jesuitas, Lisboa, 1771.

Osório, João de Castro, *Ordenação Crítica dos autores & obras essenciais da Literatura portugueza*, Lisboa, 1947.

Pedegache, Miguel Tiberio, *Conjecturas de varios philosophos ácerca dos cometas*, Lisboa, 1757.

Pereira, António, *Tentativa Theologica*, Lisboa, 1766.

Pereira, António, *Collectio Verborum familiarium cum Lusitanorum tum Latinorum*, 4.ª editio, Lisboa.

Pereira, Esteves —, Rodrigues, Guilherme, *Portugal — Diccionario Historico*, Lisboa, 1904 e segg.

Pfister, Luis, *Notices Biographiques et Bibliographiques*, Tomo I e II, Chang-hai, 1932-1934.

Pina e de Melo, Francisco de, *Reposta compulsoria á Carta Exhortatoria.*

——— *Balança Intellectual, em que se pezava o Merecimento do Verdadeiro Methodo de Estudar*, Lisboa, 1752.

Ramalho, Robélia de Sousa Lobo, *Guia de Portugal Artístico. Capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque*, Lisboa.

Regnault, Noel, *Origem antiga da Physica Moderna*, 3 tomos num só volume, Lisboa, 1753.

Relação das Festas do collegio do Espirito Santo . . . de Evora na Beatificação do veneravel P. João Francisco Regis, Evora, 1717.

Relaçam das Festas, com q o collegio & Universidade. . . de Evora applaudio a canonização dos dous Gloriosos Santos, Luiz Gonzaga e Estanislao Kostka . . . em 1727. Evora, 1730.

Relação das Festas, com que o collegio da cidade de Braga celebrou . . . a canonização dos . . . santos Luiz Gonzaga e Estanislao Kostka em julho de 1727 . . . Lisboa, 1728.

Relação das Festas da Casa Professa de S. Roque nas canonizações dos . . . santos Luiz Gonzaga e Stanislao Kostka, Lisboa, 1728.

Relação Summaria das Festas, que em a canonização dos gloriosos Santos Luiz Gonzaga e Estanislao Kostka . . . collegio de Santarem, Lisboa, 1728.

Retrato dos Jesuitas feito ao Natural pelos mais sabios e mais illustres catholicos . . . desde o anno de 1540, em que foi a sua fundação, até o anno de 1650 antes das disputas que se levantaram a respeito do livro de Jansenio, Lisboa, 1761.

Retrato de Montecôr que em Romance quer dizer Noticia conjectural das principaes qualidades do Author de huns papeis que aqui andão mas não correm com o titulo de Verdadeiro Methodo de Estudar, e de hua carta escrita . . . em reposta às *Reflexões* do P. Fr. Arsenio da Piedade, exposta em outra carta do R. D. Alethophilo Candido de Lacerda, Espinhal, 9 de Dez. de 1749, Sevilha.

Revista Portuguesa de Filosofia, T. I, Lisboa, 1945.

Ritter, José, *Vita et Virtutes Mariae Annae Portugalliae et Algarbiae Reginae*, Viena, 1756.

Rodeles, Cecilio Gómez, *Vida del célebre Misionero P. Pedro Calatayud*. Madrid, 1882.

Rodrigues, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuita, Leis e Factos*, Porto, 1917.

——— *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, 2.ª edição, Porto, 1935.

——— *História da Companhia de Jesus*, Tomo I, vol. 1.º e 2.º, tomo II, vol. 1.º e 2.º, tomo III, vol. 1.º e 2.º, Porto, 1931-1944.

——— *Jesuitas Portugueses Astrónomos na China*, 1585-1805.

——— *Nas Missões do Extremo-Oriente*, separata da « Brotéria », vol. XX, abril de 1935.

Rosa, Henrique, *I Gesuiti dalle origini ai nostri giorni*, Roma, 1930.

S. Modesto, Severino de, *Conversação familiar e exame critico*, Valensa, 1750.

Sá, Artur Moreira de, *Os Precursores de Descartes*, Lisboa, 1944.

Sanches, Francisco, *Defensa do Novo Methodo da Grammatica Latina contra o Anti-Prologo Critico. Dividido em duas Partes*, Lisboa, 1754.

Sannazaro, Diogo, *Poemata*, Coimbra, 1733.

Santos, Mariana Amélia Machado, *Bento José de Sousa Farinha, e o ensino*, Coimbra, 1948.

——— *Bento José professor de Filosofia em Évora*, Coimbra, 1945.

Saraiva, José Mendes da Cunha, *Noticias da Cong.am do Orat.º de Vizeu*, Lisboa, 1943.

Schimberg, André, *L'Education Morale dans les collèges de la Compagnie de Jesu en France*, Paris, 1913.

[Schmitt], *Synopsis Historiae Societatis*, Ratisbona, 1914.

Siebertz, Paulo, *Freimaurer im Kampf um die Macht*, Hamburgo.

——— *A Maçonaria na Luta pelo Poder. D. Miguel I e a sua Época — Tradução portuguesa*, Porto, 1945.

Simões, Santos, *Alguns Azulejos de Évora*, Évora, 1945.

Soares, Cipriano, *De Arte Rhetorica Libri Tres*, Lugduni, 1613 M.DCXIII.

Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real*, VIII, Lisboa, 1740, 1743.

Stöcklein, José, *Der Neue Weltbott*, 1728-1761.

Synopsis Actorum S. Sedis in causa Societatis Jesu, 1605-1773 Lovanii, 1895.

Teixeira-Gamboa, Antonio (Verney), *Essai sur les moyens de rétablir les sciences et les Lettres en* Portugal, segunda edição, Lisboa, 1765.
Teles, Alberto, *A Expulsão dos Jesuitas*, Lisboa, 1901.
Theiner, Augustin, *Précis Historiques Contradictions Historiques*, Bruxelles, 1853.
Tuba Magna Mirum clangens sonum ad Sanctissimum D. N. Papam Clementem XI, Imperatorem, Reges, Principes, Magistratus omnes, orbemque Universum. De necessitate longe maxima reformandi Societatem Jesu per Eruditissimum Dominum D. Liberium Candidum... Argentina, 1712.
Uriarte-Lecina, *Biblioteca de Escritores de la Compañía de Jesús*, Madrid, 1925, 1929-1930.
Uriarte, J. Eug. de, *Catálogo Razonado*, Madrid, 1904-1916. 5 vols.
Veiga, Eusébio da, *Planetario Lusitano para o anno de 1757*, Lisboa, 1756.
Verney, Luiz Antonio, *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*, Roma, 1751.
Verney, Figueiredo, Luiz Antonio, Antonio Pereira de, *Cartas*... *aos Padres da Congregação do Oratorio de Goa*, Nova-Goa, 1858.
(Verney,) *Reposta ás Reflexoens que o R. P. M. Fr. Arsenio da Piedade capucho fez ao Livro intitulado*: Verdadeiro Methodo de Estudar, Valensa, 1748.
(Verney,) *Verdadeiro Methodo de Estudar... em varias cartas escritas pelo R. P.* *** *Barbadinho*, Valensa, 1747. 2 tomos.
Viegas, Artur, *O Poeta Santa Rita Durão*, Bruxelas, 1914.
Vieira, Ernesto, *Diccionario Biographico de Musicos Portugueses*, Lisboa, 1900.
Villoslada, Ricardo, *Manual de Historia de la Compañía de Jesús*, Madrid, 1941.
Viterbo, Sousa — Almeida, R. Vicente de, *A capella de S. João Baptista erecta na Igreja de S. Roque*, Lisboa, 1900.
——— *A Capella de S. João Baptista*, Lisboa, 1902.
Wessels, Cornelio, *Early Jesuit Travellers in Central Asia*, Haia, 1924.

LIVRO PRIMEIRO

VIDA ESPIRITUAL E ASPIRAÇÕES ETERNAS

CAPÍTULO I

GRANDE MOVIMENTO DE ACTIVIDADE ESPIRITUAL

SUMÁRIO: — 1. *Actividade da Província portuguesa.* — 2. *Números significativos.* — 3. *Vida espiritual nos Noviciados.* — 4. *Mestres da Vida Espiritual.* — 5. *A espiritualidade nas demais Casas da Província.* — 6. *No Alentejo e no Algarve.* — 7. *Um quadro do P. António Manso.* — 8. *Nas Ilhas açoreanas.*

1. — Desde que apareceu na sociedade portuguesa a Companhia de Jesus — Ordem Religiosa nascida do peito magnânimo de Inácio de Loiola —, causou maravilha em todas as nações a actividade assombrosa da nova associação. Os volumes anteriores da nossa história o provam com exuberância manifesta.

Não cuidemos porém que foram esses entusiasmos sòmente fervores superficiais e passageiros. Pensaria levianamente quem por esse modo avaliasse as operações daquela admirável Corporação. A Companhia de Jesus começou a sua grande obra da glória de Deus com ardor insólito; continuou-a com firmeza e constância infatigável, e terminou-a não « como edifício velho e ruinoso, que pouco a pouco e pedra por pedra se vai desmoronando » [1], mas à maneira de castelo roqueiro e majestoso, que houve de ceder ao golpe violento, que lhe foi vibrado na pujança da sua vida pela mão audaz e cruel do ministro omnipotente de D. José I [2].

---

[1] F. Rodrigues, *A Formação Intellectual do Jesuita*, pág. 541.
[2] *Ibidem*, pág. 542.

Não há dúvida. A Companhia de Jesus, quando descarregaram sobre ela sua fúria os ódios pombalinos, trabalhava nas cidades, nas vilas e nas aldeias, enfim por todo o Portugal, na metrópole e nas missões de Alem-mar com a dedicação e agigantado espírito dos primeiros jesuítas. O espírito e ardor do combate eram os mesmos. É o que podemos verificar na leitura dos primeiros tomos, assim como havemos de ver e admirar nas páginas deste último tomo da nossa história.

Lancemos pois o olhar sobre toda a história que escrevemos, da Companhia de Jesus, e com satisfação nos há de surpreender o espírito genuíno de Inácio de Loiola, que sempre aviventou a sua fundação, ainda na última fase da sua existência em Portugal. Em toda a parte se nos hão-de deparar demonstrações de sólida piedade cristã e religiosa. E fàcilmente o veremos. Mas para medirmos com maior exactidão a sua actividade espiritual, calculemos primeiro, numa avaliação rápida, as forças materiais do seu organismo, nos últimos anos de seus labores apostólicos.

2. — Nos anos de 1700 a 1760 lidava a benemérita associação em 20 colégios [1], 4 seminários [2], 2 Noviciados separados, e mais dois anexos a colégios [3]; 2 Casas Professas [4], 18 Residências [5]

---

[1] A ânua de 1738 a 1747 (Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 297 v.) tem: « Collegia duo et viginti, si quod Gouveae fundari coeptum, quodque Ulyssipone pro indicis missionibus aedificandum speramus hic adscribenda sint. ». São 22 colégios, contando-se o de Gouveia, que então começava, e o do Almirante de Castela para missionários da Índia.

[2] Os quatro Seminários são: Colégio da Purificação em Évora; Colégio da Madre de Deus, igualmente em Évora; Seminário de S. Patrício para Irlandeses em Lisboa, e o Seminário ou Colégio dos Reis em Vila Viçosa. Franco, no catálogo das Casas da Província, *Syn. Ann.* no princípio do volume, chama *Eborense Semin. Convict.* ao Colégio da Madre de Deus.

[3] Os Noviciados separados são o de Lisboa, que é o Noviciado da Província, e o Noviciado de Arroios, que prepara missionários e mais dois anexos, um ao Colégio de Coimbra, outro ao de Évora.

[4] As Casas Professas são: uma em Lisboa e outra em Vila Viçosa.

[5] As 18 Residências eram: 1) a do *Bengo* em Angola; 2) a do *Canal*, situada junto à foz do Mondego, dependente do Colégio de Coimbra; 3) a de *Caniços*, no termo de Torres Novas; 4) a de *Cárquere*, célebre mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho; 5) a de *Façalamim*, igreja anexa ao Priorado de S. Jorge, da apresentação do Reitor do Colégio de Évora; 6) a de *S. Fins* no Minho; 7) a de *S. João de Longos Vales* no termo de Monsão; 8) a de *Labruja* situada no termo da Golegã; 9) a de *N. Senhora da Lapa*, santuário famoso em

e a missão estável de Mazagão [1]. O número de religiosos que enchiam todas estas casas, maiores e menores, variava, como é bem de ver, com o andar dos anos. Em 1700, no princípio do século XVIII, subiam a 716 os membros da Companhia de Jesus em Portugal [2].

Cinco anos depois, em 1705, elevava-se esse número a 731 [3], mas no ano de 1717 descia não menos que a 668. Era uma diminuição de 63 sujeitos [4].

Nos anos seguintes começavam a recrescer em número os religiosos que formavam a laboriosa Corporação.

Em 1720 eram ao todo 696; em 1726 contavam-se 717; no ano de 1730 cresceram a 759 sujeitos [5]. Em 1737 mantinha-se muito apròximadamente o mesmo número com 756; três anos passados contava a Província portuguesa ao todo 789 membros; no ano de 1749 apresenta-nos o catálogo oficial o elevado número de 861 sujeitos [6].

Em 1754, no último catálogo que pudemos examinar, subia o número de religiosos em toda a Província a 841. Não diminuira consideràvelmente o número de membros da Companhia,

---

Portugal; 10) a de *Paço de Sousa*, antigo mosteiro de beneditinos, a sete quilómetros de Penafiel; 11) a de *Pernes*, onde havia escola de latinidade; 12) a de *Pedroso*, vetusto mosteiro de beneditinos ao sul do Douro, a umas duas léguas do Porto; 13) a de *Roriz*, mosteiro de Cónegos Regrantes; 14) *Valbom*, quinta não longe de Évora; 15) a de *Sergipe;* 16) a de *Ilheos* no Brasil; 17) a de *Esteval* (do Colégio de Setubal); 18) a de *Vila Franca*, do Colégio de Coimbra, na margem direita do Mondego.

[1] Com frequência se enviavam a Mazagão dois sacerdotes, que aí se demoravam alguns anos a cuidar do bem espiritual dos portugueses.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 47, catál. de 1.700, ff. 2-33.

[3] *Ibid.* catál. de 1705, f. 63.

[4] *Ibid.* catál. de 1717, f. 185 segs. — Donde veio tão notável diminuição? Naqueles anos, de 1703 em diante a 1707, e de 1711 a 11 de Junho de 1716 proibira Roma a admissão de noviços em Portugal pela controvérsia dos quindénios, que já referimos no tomo anterior, no volume 2.°, pág. 147. Cf. Franco, *Imagem do segundo século*, f. 86 e segs.; F. Rodrigues, *Hist. da Companhia de Jesus*, T. III, vol. II, 109 segs.

[5] *Ibidem.* Catál. de 1720, f. 226 segs., catál. de 1726, f. 293 segs; catál. de 1730, f. 57.

[6] Contudo os catálogos 1.° e 3.° de 1749 dão o número de 855. Alguma diferença, sempre pequena, dos números nos catálogos podemos fàcilmente atribuí-la a erro de cópia ou de conta.

quando já se ouvia perto o rugir da tempestade, que havia de exterminar de Portugal a perseguida Corporação. De 1751 a 1754 ainda abraçaram o Instituto da Companhia 86 jovens [1], e de 1750 a 1757, neste espaço de sete anos, não menos de 195 [2]. Não nos atestam estes dados históricos, sem refutação possível, que, ainda nestes últimos anos, se mostrava cheia de vida, possante e vigorosa a obra tão discutida de Inácio de Loiola?

O número dos que habitavam as diversas casas da Companhia, também nos faz de algum modo compreender a força que lhe robustecia o organismo.

Tomemos os números igualmente dos últimos catálogos, que miudamente fomos estudando, e comecemos pelas Casas maiores.

Na Casa Professa de Lisboa albergavam-se num labor contínuo e espiritual 57 pessoas. No vastíssimo colégio de Coimbra, que compreendia o colégio de Jesus, e o colégio das Artes, um dos mais célebres colégios de toda a Companhia, e nas suas Residências, moravam 226 pessoas, entre Padres, estudantes, noviços e auxiliares. No colégio e Universidade de Évora e Residências anexas viviam 164 religiosos, dedicados, quase todos, ao estudo e ensino nas escolas menores e superiores; no colégio de Santo Antão de Lisboa e Residências andavam ocupados principalmente no ensino da juventude 65; no Noviciado do Monte Olivete em Lisboa, davam-se particularmente à vida espiritual 33 noviços, alguns Padres e irmãos auxiliares; no Noviciado das missões em Arroios 23 noviços; no colégio de Braga que era o de maior frequência, comparado com os menores, trabalhavam 41 religiosos; no colégio do Porto, tão perseguido na sua fundação, lidavam com muito proveito da cidade 37 professores, operários e auxiliares; no colégio de Santarém aplicavam-se 29 às ocupações de ensino e de obras espirituais; no colégio de Bragança ocupavam-se 18; no do Funchal 22; no da Ilha de S. Miguel em Ponta Delgada 15; no de Angra 18; no do Faial 10; no colégio de Luanda em Angola habitavam no ano de 1749 14

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 49, f. 181v, 200v; Catál. 1.º de 1754.

[2] B. N. L., *Pombalina*, 231, f. 10 segs. Cf. Ferrão, *O Marquês de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas*, pág. 347-369, Relação das pessoas entradas na Companhia de Jesus, de 1750 até 1757 *Catálogo dos sojeitos que entraram na Companhia de Jesus na Província de Portugal* 1711-1758, publicado como suplemento aos catálogos da Província portuguesa de 1910, 1911 e 1912.

missionários, 8 sacerdotes e seis coadjutores temporais; nos colégios menores número menor de religiosos formavam as pequenas comunidades [1].

Tal era o número de religiosos, que enchiam as casas da Companhia e tal o movimento da Associação nos anos de 1700 a 1759.

A história certifica-nos que os seus religiosos não se entregavam a divertimentos de ociosidade, mas trabalhavam animosa e constantemente nos ministérios sagrados da sua Religião, todos encaminhados a regenerar e formar moral e intelectualmente a sociedade portuguesa.

Vejamos agora como se empenhavam geralmente no labor de seu aperfeiçoamento moral, que era a obrigação primeira e principal da sua profissão religiosa. Veremos que a vida do Jesuíta estava repassada de santa e puríssima espiritualidade. No ambiente rarefeito de faltas inerentes à fraqueza humana, triunfava sempre a santidade cristã, religiosa e apostólica.

3. — Onde com mais clareza e intensidade aparece a espiritualidade, que penetra e vivifica o organismo da Corporação religiosa, é certamente nos Noviciados. A educação, que recebem os jovens naqueles recintos de pedagogia sagrada, mostra bem claro as tendências e aspirações da Ordem a que pertencem. Homens escolhidos e já formados é que dão aos noviços a formação genuína da Corporação. Se ela é santa, como as regras do Santo Fundador prescrevem, quer dizer que o bom espírito anima a associação e lhe dá força precisa para os trabalhos daquela Profissão religiosa. Temos abundância de documentos que nos esclarecem perfeitamente sobre o delicado assunto.

Nos fins do século XVII ou princípio do século XVIII, escrevia o analista bem autorizado P. Mateus Gião àcerca do Novi-

---

[1] Tirámos estes números dos catálogos oficiais de 1749: Arq. S. J., *Lus.* 49 f. 1-59v, *Catalogus primus*; f. 72-75v., *Catalogus tertius*. O catál. de 1754 tem com pouca diferença os mesmos números (*Lus.* 49, 1.º e 3.º catálogo). Os colégios a que chamamos *menores* eram: os de Elvas, de Portalegre, de Faro, de Vila Nova de Portimão; o de Gouveia, o colégio dos Reis de Vila Viçosa, e de S. Francisco Xavier da Alfama. Em Vila Viçosa havia mais a pequena Casa Professa com 10 religiosos. — Sobre o estado económico de todas as casas basta advertir que era suficientemente bom. Só os colégios de Coimbra e de Santo Antão e a Casa Professa de Lisboa estavam bastante endividados.

ciado de Lisboa este louvor não ordinário [1]. Os noviços, segundo ele diz, têm um modo de viver inteiramente conforme às leis da Companhia de Jesus, e os irmãos do recolhimento que vivem como numa prolongação do noviciado, quem os observasse diria que eram perfeitos noviços, tendo a mais o estudo de Letras Humanas; e nada neles se descobre menos ajeitado, nada repreensível, nada imodesto. Estudam sim as Letras Humanas, mas as Divinas não as desaprendem nem esquecem; e em resumo afirmo que os seus costumes são tais que ainda melhores exemplos dão aos noviços, do que deles recebem [2].

Mas de feito uns e outros, noviços e recolhidos, são de exemplo não sòmente aos de casa. Também os de fora recebem influências daqueles exemplos de virtude. Com frequência vão pelas ruas da cidade, ensinar a doutrina aos rudes; costumam ir aos hospitais e aos cárceres, onde tantas demonstrações dão de caridade, modéstia e vencimento próprio, que seria demasiado longo recordá-los todos [3].

Mas os dois Noviciados de Lisboa, no Monte Olivete e em Arroios, assim como se distinguem na Província pelo ardor e alacridade em se aperfeiçoarem no conhecimento e exercício da virtude religiosa, assim ambos merecem que se lhes dê o devido louvor, para que nenhuma diversidade separe os que o fervor da piedade uniu. Aquele ócio celeste em que os noviços vivem desembaraçados de toda a solicitude dos bens caducos, é uma como fornalha de santa meditação, em que eles se abrasam no amor de todas as virtudes [4].

Para mais fàcilmente as conseguirem, se exercitam contìnuamente dentro e fora de casa, e fazendo como escaramuças antes do combate, se ensaiam para a vida apostólica, e, pugnando pelo comum Senhor contra o adversário comum, preparam com

---

[1] Gião era natural de Odivor. Aí nasceu a 21 de Dezembro de 1668. Entrou na Companhia a 27 de Dezembro de 1684. Catálogo de 1700, no Arq. do Gesù.

[2] Juntamos os irmãos do Recolhimento ou estudantes de Letras com os noviços, porque o estado desses irmãos é uma como continuação do noviciado.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 164v. « *Annuae Litterae Societatis Jesu Provinciae Lusitanae*, ff. 159-183v, Eborae Idibus Februarii 1700 » (a) Mathaeus Gião. « Domus Probationis Ulyssiponenses » (f. 164).

[4] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 324.

maior prontidão as armas da nossa milícia e com mais destreza as arremessam. Vão aos hospitais a servir naqueles ministérios de que mais fogem as pessoas de condição fina, as compleições delicadas e as idades juvenis. Também lhes levam alimentos, que pediram pelas portas ou compraram com esmolas, e os distribuem pelos mais necessitados, que, presos como estão à cama, a doença incurável não lhes permite mendigar [1].

Algumas vezes vão em jejum à portaria das casas, sentam-se no chão entre os pobres, e recebendo do porteiro a esmola da comida que dá aos pobres, com eles se banqueteiam lautamente!

Nos bairros mais populosos da cidade, aos domingos e dias santos explicam o catecismo às crianças, e aos adultos lhes ministram salutares avisos e ensinamentos da Religião cristã [2]. Saem também, de quando em quando, em agradável peregrinação pelas povoações circunvizinhas; são recebidos por toda a parte com santa curiosidade e benevolência, e, reunindo o povo ao som de campainha, com licença dos párocos, lhe pregam proveitosamente na sua juvenil e eficaz eloquência. É santa, não há dúvida, e sólida a educação desta admirável, mais celeste que terrestre, juventude. Diremos serem plantas novas, que já na primavera da vida religiosa dão não sòmente flores, mas frutos de santidade madura [3].

4. — Educação tão vigorosa era-lhes dada por *Mestres* de primeira plana, por homens de profunda espiritualidade. Podemos nomear alguns do tempo que vamos historiando, exemplares de experimentada e rara virtude.

Tenha o primeiro lugar o P. António Franco, natural de Montalvão, que exercitou com proficiência notável aquele cargo de Mestre de Noviços durante cinco anos, a começar de 1700, no colégio de Évora, e o de Instrutor dos Padres da 3.ª Provação em Lisboa e Coimbra e o de Prefeito Espiritual dos Irmãos do Recolhimento [4]. «Inicitava suavemente para a virtude com o exemplo admirável de uma vida ajustada às regras da Religião.

---

(1) *Ibid.*, f. 324v.

(2) *Ibidem.*

(3) Arq. S. J., *Lus.* 54, ff. 324-324v. Ânua de 1738 a 1747, assinada por Francisco Duarte, em Coimbra tertio Kalendas Sextiles ann. 1747.

(4) Franco, *Imagem*... Évora, 854; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, vol I, pág. 275, ed. de 1930.

Era insigne na modéstia e compostura e tão recolhido e devoto na oração que os noviços a quem acompanhava neste exercício espiritual, se afervoravam só de porem os olhos na composição exterior de seu Mestre» [1].

O P. António Carneiro teve também o cargo de Mestre de Noviços no colégio de Coimbra e no noviciado de Monte Olivete, «criando, escreve Barbosa Machado, com a sua virtuosa e prudente direcção aquelas novas plantas para abundantemente frutificarem no paraíso da Religião» [2].

«Foi homem insigne na modéstia, no silêncio e na abstinência. Não obstante ser fraco de forças, viveu e trabalhou, não sem proveito, durante 61 anos de idade na Companhia. Pela opinião que se formara de sua virtude, era tido por varão justo. Pessoas nobres, atraídas pela sua conhecida prudência, lhe entregavam as suas consciências para as dirigir [3], e a muitos deles, dando-lhes os exercícios de Santo Inácio, os encaminhava com destreza para a prática e solidez da virtude» [4]. Era realmente um homem de Deus.

Merece também especial comemoração o P. João dos Santos, natural de Massarelos, que desempenhou em Coimbra com fervor e distinção o ofício de Mestre de Noviços por 1703, e em Évora faleceu a 18 de Junho de 1714 no exercício do mesmo cargo. Em tudo e a todos ia adiante com seu exemplo. O Geral da Companhia escreveu-lhe em 8 de Setembro de 1703 a congratular-se com ele pelo amor e zelo com que se dedicava constantemente à educação dos noviços para bem da Companhia [5].

Não era de menos fama o P. Inácio Vieira, natural de Lis-

---

[1] Franco, *Ano Santo*, pág. IX, X.

[2] Barbosa Machado, I, 227.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 272v. Ânua de 1734 a 1737.

[4] *Ibidem.* — Carneiro nasceu a 14 de Outubro de 1660. Entrou na Companhia a 7 de Abril de 1676; foi mestre de noviços em Coimbra e Lisboa; reitor na Ilha de S. Miguel, Prepósito de Vila Viçosa e reitor do Seminário de Lisboa. Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 300v, catálogo de 1726, n.º 6.

[5] «Satis intelleximus quanto cum amore et zelo Societatis ea feratur in suos tyrones... Gratulamur de suo munere adimpleto, nam virtus laudata crescit...» Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 45. Carta de 8 de Setembro de 1703. — João dos Santos era natural de Massarelos, do bispado do Porto. Deu seu nome à Companhia a 31 de Janeiro de 1677, e faleceu a 18 de Junho de 1714 (Franco, *Ano Santo*, 325).

boa. A erudição rara nas Letras humanas e o crédito notável, com que ensinou na Aula da Esfera do colégio de S. Antão as ciências matemáticas, conciliaram-lhe grande estima na sociedade portuguesa, e a virtude, prudência e devoção, o escolheram para o cargo de Mestre de Noviços [1].

Com estes se afadigava no aperfeiçoamento da Província portuguesa o fervorosíssimo açoreano, do Faial, P. Pedro de Quadros, sábio Mestre, a quem o Geral Tamburini recomendava instantemente a formação dos Noviços. Na observância das regras e do Instituto e no zelo com que a promovia, não se encontrava fàcilmente quem o igualasse [2].

Era não menos conceituada a virtude e piedade do P. José de Anchieta, que faleceu no ano de 1743, sendo reitor excelente e pai amoroso do Noviciado das Missões orientais, situado em Lisboa no termo de Arroios [3].

Toda a Casa sentiu e com muitas lágrimas pranteou a sua morte; e a Província inteira lastimou o desaparecimento do varão altamente estimado, e dotado de todas as virtudes, que formam um bom superior, da prudência, da mansidão, da caridade, e da benignidade. Já dantes exercera no colégio de Évora com distinção o cargo de Mestre de Noviços. A afabilidade e bom modo com que educava a tenra juventude religiosa, tornavam-no a todos amável, e todos igualmente se julgavam dele amados com maternal afecto.

Esta brandura porém, quando as circunstâncias o exigiam, de tal arte a temperava com a severidade, que a seriedade um tanto severa do seu semblante, e a gravidade das palavras mais as te-

---

(1) Inácio Vieira era natural de Lisboa, onde nasceu a 21 de Fevereiro de 1678; foi recebido na Companhia a 30 de Julho de 1692, e faleceu na Casa de S. Roque a 21 de Abril de 1739. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 47, catálogo de 1726, n.º 707; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, vb. *P. Ignácio* Vieira. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 35-II, f. 311v., carta do Geral a I. Vieira, de 26 de Dezembro de 1719. Congratula-se pelo esplendor das Conclusões de Matemática.

(2) Pedro de Quadros, natural do Faial, faleceu a 5 de Abril de 1716, sendo reitor do Colégio de Coimbra. Governou o Colégio de Ponta Delgada e foi Visitador da Missão de Angola, e dos colégios dos Açores. Cf. Franco, *Syn. An.* 1716, 16.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 324v. — Governou, como Reitor, o Noviciado de Arroios desde 25 de Abril de 1741 até 1743. « Ad interminabilem beatitudinem evolavit die Septembris post Idus quarta ». *Ibidem*, f. 325.

miam do que o próprio castigo, os que de castigo se julgavam merecedores. Os seus religiosos os ia formando na vida religiosa com maior eficácia, não só com exortações, mas também com exemplos de modéstia, de silêncio, de parcimónia, de humildade, de devoção à Virgem Mãe, e das demais virtudes. Uma coisa sobretudo recomendava a seus noviços. Era o amor à Companhia de Jesus; e com particular insistência lhes inculcava que o serem chamados a ela por Deus, deviam avaliá-lo por um dos maiores benefícios e fonte e raiz de outros inumeráveis [1].

Tais eram os homens que educavam para a Religião, e quase guiavam no caminho da virtude aqueles jovens que, poucos anos passados, seriam denunciados ao mundo como se fossem os mais criminosos da Sociedade, e assim se preparavam para a vida apostólica os religiosos da Companhia nas Casas de formação ascética.

Daqui provinha que o Geral Tamburini, que governou a Companhia por bons 24 anos, escrevia ao P. António Carneiro, reitor do Noviciado de Lisboa, alegrando-se com ele pela grande consolação que recebia do aproveitamento espiritual dos noviços [2].

Ao P. Pedro de Quadros lhe dizia o mesmo Geral que folgava de modo extraordinário ao saber que os noviços procediam com tanta perfeição [3].

A Évora, ao P. António Franco, também escrevia o Geral Tirso González numa expansão de alegria, porque os seus noviços se ajustavam perfeitamente às regras da Companhia [4].

Ao P. Bento de Oliveira, Mestre de Noviços em Coimbra, dá os agradecimentos Tamburini pelo assíduo trabalho com que leva os seus noviços pelos caminhos da perfeição [5].

5. — E como procediam pelos mesmos anos os que se ocupavam nas outras casas e colégios? Os documentos e só eles no-lo dirão.

---

(1) *Ibidem*, ff. 324-325. Ânua de 1738 a 1747.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 35-II, f. 330, *Lus. Epist. Gen.*, carta de 3 de Setembro 1720. Carneiro foi reitor do Noviciado desde 24 de Fevereiro de 1718 a 18 de Março de 1721. Cf. ms. *Livro em que se aponta o tempo em que começão os Superiores...* (Colecção particular).

(3) Arq. S. J., *Lus. Epist. Gen.*, *Lus.* 35, I, f. 177.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 45.

(5) *Ibidem*, f. 6-6v.

No colégio de Braga, do amor fraternal com que se abraçavam mútua e espiritualmente os moradores da casa, brotavam para a gente de fora os grandes sentimentos de piedade e o eficaz exemplo, que os encaminhava à prática das virtudes cristãs.

A multidão dos que acudiam à igreja da Companhia a receber os sacramentos da confissão e comunhão, é prova manifesta do respeito e confiança com que os bracarenses obsequiavam os membros da Corporação Ignaciana. A este afecto correspondia a diligência e gratidão dos Padres em atendê-los na recepção dos sacramentos, em explicar às crianças os rudimentos da Fé e em instruir os jovens nas Artes e Disciplinas liberais [1].

Ao reitor deste colégio de Braga, P. Miguel Furtado, comunica o Geral em 1706 estar bem informado de que no colégio todos procedem rectamente e segundo as leis da Companhia [2].

Notavam-se porém de quando em quando algumas deficiências e o Geral, solícito do bem do colégio, inculcava ao reitor Gregório da Costa, em 16 de Junho de 1703, que a todo o custo mantivesse os súbditos igualmente dentro de suas obrigações, e nada permitisse do que tanto ofendia a caridade, e lhe causou singular desgosto [3].

Não foi debalde a instância do Geral. No fim desse ano, a 22 de Dezembro de 1703, congratulava-se com o mesmo reitor Gregório da Costa, de que o colégio de Braga fruía de paz e florescia na observância religiosa [4].

Foi certamente grato a Deus e à Companhia o trabalho que tomou para extinguir, até aos últimos vestígios, as discórdias dos irmãos [5].

Assim continuou este empenho de tudo reformar para proveito do colégio e da Província.

Por 1707 contentava-se o consultor, P. João Tavares, de contar ao Geral, que o governo dos escolásticos daquele colégio era modelar; que todos progrediam no espírito interior, no cuidado da oração e das virtudes, e estava em seu vigor a disci-

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 213v. *Collegium Bracarense*, Ânua de 1700 a 1710.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 80v. O P. Furtado foi reitor desde 24 de Março de 1705.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 39. Carta de 10 de Junho de 1703.

[3] *Ibidem*, f. 50.

[5] *Ibidem*.

plina doméstica e a observância dos votos e das regras. No estudo das Letras guardava-se o método prescrito pela Companhia; os estudantes externos aproveitavam e os professores cumpriam com exacção os seus ofícios. Os ministérios da Companhia exercitavam-nos com grande fruto em sermões, confissões e missões. Na igreja do colégio era tal a afluência de penitentes, que geralmente nos dias de festa todos os sacerdotes passavam a manhã inteira nos confessionários. Os superiores governavam com suavidade e exacção no espiritual e no temporal, e entre todos reinava a caridade mútua. Com os de fora não havia escândalo nem ofensa, mas só paz e benevolência [1].

Eis aí o modelo de uma comunidade religiosa! Passados bastantes anos, no ano de 1752, ano em que já era Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho, pôde escrever o Geral Visconti ao Reitor do mesmo colégio de Braga, P. Caetano da Fonseca, a dar-lhe as graças pela diligência com que administrava o cargo de Reitor, que lhe fôra confiado, donde resultava, ponderava o Geral, que tudo no colégio corria pròsperamente e com felicidade [2].

Dois anos depois, sendo já como que omnipotente o nomeado Sebastião José, o mesmo Geral louvava o reitor do colégio bracarense João Machado porque sabia que sob a sua disciplina se melhorara no colégio a observância religiosa, de acordo com as nossas leis, e progredia sempre mais com vantagem notável dos religiosos [3].

Subindo mais ao Norte deparamos com idênticas provas de virtude no remoto colégio de Bragança. « Nesta cidade, lemos nas ânuas de 1700 a 1710, cumpriam os religiosos da Companhia todos os deveres do verdadeiro amor do próximo com tal perfeição que bem mereciam em correspondência, o amor exímio dos brigantinos; porquanto todos e cada um procuravam com o maior empenho, já com a afabilidade das palavras, já com a suavidade dos seus procedimentos, ganhar para a nossa Companhia e para Deus os bravos cidadãos de Bragança ».

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 62. Carta do P. João Tavares ao Geral, de Braga a 15 de Janeiro de 1707.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, f. 39.

[3] *Ibidem*, f. 154.

De feito nas ruas e nas praças ensinavam fervorosamente às crianças e rudes a doutrina cristã; na igreja acolhiam com o maior carinho os que vinham ao tribunal da confissão; aos doentes nos hospitais e aos encarcerados nas cadeias os serviam com paternal e ininterrompido afecto. E como neste tempo houvesse por toda a parte falta de todo o necessário, multiplicaram generosamente os Padres as esmolas aos pobres e a famílias necessitadas. Assim cativavam os corações daquela boa gente, e sucedia que não faltava quem afirmasse que a igreja dos Padres da Companhia de Jesus era uma e comum paróquia de todos os moradores daquelas terras [1].

Pelos mesmos anos o Geral Tamburini alegrava-se não pouco em carta para o reitor, P. Agostinho da Cunha [2] porque no colégio florescia a observância regular, exercitavam-se com primor os ministérios da Companhia, pregando, confessando e ensinando a doutrina cristã, e toda essa prosperidade nascia da inata nobreza de sentimentos do bom reitor e da prudência e zelo que o movia e animava [3].

Cinco anos antes o Geral Tirso González escrevia agradecendo ao reitor P. Luís Pereira [4] o empenho com que se houvera no seu governo; e ao consultor Francisco da Fonseca a muita consolação que lhe dera a sua carta, donde entendera que tudo no colégio de Bragança procedia conforme ao espírito de Santo Inácio [5].

Ao reitor José de Melo [6] manifestou o Geral Tamburini em 1720 a sua grande satisfação pelo que lhe constava do fervor na observância das regras, e também do zelo com que todos os sócios se entregavam animosamente aos ministérios sagrados [7].

E já nos últimos anos da Companhia o Geral Visconti «tão

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 219, ânua de 1700 a 1710: *Collegium Brigantinum.*

[2] Agostinho da Cunha foi reitor de Bragança de 17 de Julho de 1706 a 1712.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 108. Carta do Geral de 23 de Julho de 1707.

[4] Luís Pereira foi reitor do Colégio de Bragança de 3 de Setembro de 1699 a 1703.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, ff. 28v. e 29.

[6] O P. José de Melo foi reitor do Colégio de Bragança desde 29 de Maio de 1719 a 1722.

[7] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 328, 1720.

louvado de Bento XIV» [1], aplaudia o cuidado com que nesse colégio se promovia o exercício das coisas espirituais [2].

Igual fervor acendia o colégio principal e mais numeroso da Companhia de Jesus, qual era o de Coimbra.

Em 23 de Janeiro de 1700 refere ao Geral Tirso González o P. Domingos Nunes, homem de grande ciência e bondade, que se fizeram no colégio de Coimbra com satisfação e edificação dos externos os ministérios da Companhia de Jesus. Em casa vigorava a observância regular, se não com a perfeição que convinha, ao menos segundo permitiam os tempos e a fragilidade humana [3].

E se havia alguma quebra da virtude, não cessavam os superiores de procurar a emenda e remédio das faltas. Ao reitor José de Almeida [4] escreveu Tamburini em 2 de outubro de 1723, a lastimar-se ìntimamente de que arrefecera a tal ponto a caridade religiosa no colégio de Coimbra que chegaram os irmãos a dividir-se em bandos, e a exprimir o desejo de que se restaurasse tão excelente virtude [5].

Passavam-se os anos e reacendia-se contìnuamente o fervor com a diligência dos Superiores. O analista da carta ânua de 1738 a 1747 do colégio de Coimbra adverte que refere muito sumàriamente as notícias que lhe chegaram. «Floresce em casa, diz ele resumindo, a observância de nossas leis e dos antigos costumes do nosso modo de viver. Fora de casa resplandece a caridade e o zelo ardente de ajudar os próximos por todos os meios. Às crianças ensinam-se-lhes os preceitos da vida cristã e as lições de latim; visitam-se os hospitais, e aos miseráveis lhes consertam as peças de roupa esfarrapadas; vão às cadeias públicas; aliviam a necessidade dos indigentes; aos pobres lhes buscam alimentos que mendigam de porta em porta; aos moribundos e destituídos de conselho os auxiliam por todos os modos. Tal é o trabalho, o empenho e a santa emulação dos moradores do grande colégio» [6].

---

[1] Rosa, *I Gesuiti*, pág. 368, ed. de 1930.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 76, I. Carta de Domingos Nunes ao Geral, de Coimbra a 23 de Janeiro de 1700.

[4] Entrou a ser reitor de Coimbra em 1 de Novembro de 1719. O sucessor começou a 18 de Março de 1723.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 35-II — Carta de 2 de Outubro de 1723, f. 388.

[6] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 310v. Ânua de 1738 a 1747.

Mais tarde, por 1752, o Geral Visconti escreve ao reitor de Coimbra, P. João Amorim [1] e lhe dá os agradecimentos pela vigilância que emprega para que os defeitos públicos não fiquem sem castigo, donde inteiramente se persuadia que todo o colégio se acomodava com as leis da observância regular [2].

Decorreram apenas dois anos e o mesmo Geral Visconti se dirigia, em carta de 7 de Maio de 1754, ao reitor do colégio, Miguel de Almeida [3] e lhe dizia que a carta de 28 de Março de 1754 a recebera e lera com muito agrado. Ela o confirmou na persuasão, em que de há muito estava, da sua prudência, inteireza de governo e singular destreza com que levara o colégio à mais perfeita observância regular, e procurava confirmá-lo nesse bom empenho. «Dou graças a Deus, concluía o Geral, nem tenho recomendação nenhuma que lhe faça, pois descanso plenamente na sua vigilância. Folgo de saber que tudo no colégio procede bem como lhe comunicara o Padre Provincial. Continuarão sempre nesse santo fervor, se todos os súbditos imitarem os exemplos, que lhe dá o reitor, e seguirem as suas pegadas» [4].

Homens destes não necessitavam de reforma nem de reformadores. O cuidado habitual dos Superiores era a mais proveitosa reformação. Lá de Roma, no mesmo ano de 1754, o Geral conhecendo o governo da Província, do Provincial Pimentel, que nesse tempo depunha o cargo, assim o louvava: «Todo o aumento de virtude e Letras, que se desenvolvera no colégio de Coimbra, cheio de excelente e edificante juventude, não há dúvida que se deve à destreza do óptimo reitor; mas em grande parte o devo atribuir ao prudentíssimo governo de V. Rev.ª» [5].

Em Évora, no colégio e na Universidade, lavrava o mesmo fervor e o mesmo amor ao Instituto da Companhia. São também os documentos que no-lo afirmam.

---

[1] Começou a ser reitor de Coimbra a 6 de Março de 1749. O sucessor P. Miguel de Almeida entrou no mesmo cargo a 7 de Novembro de 1752.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, pág. 25.

[3] Foi reitor do Colégio de Coimbra de 7 de Novembro de 1752 a 1756, e o sucessor P. Pedro Serra começou a 10 de Agosto de 1756, sendo o último reitor do primeiro colégio, que teve a Companhia em Portugal. Cf. ms. *Livro em q̃ se aponta o termo em q̃ começão os Superiores...* (Colecção particular).

[4] Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 152. 1751-1754.

[5] *Ibidem*, f. 160.

Em 1701 o Geral Tirso González escrevia a um dos consultores a manifestar-lhe a alegria, que sentira ìntimamente, por concluir da sua carta que o colégio e Universidade procediam bem tanto nas coisas espirituais como nas temporais, e sobretudo pela vigilância do Padre Ministro e destreza do Procurador [1].

Passados não poucos anos continuava florescente o bom procedimento do colégio. A disciplina doméstica e regular mantinha-se no seu primitivo vigor. O esplendor da Universidade aumentava de dia para dia: a sala de actos ornada de bem tralhado pau-brasil; e os tectos pintados, as paredes até meia altura vestidas de azulejos [2].

No ano de 1752 agradecia o Geral Visconti ao reitor de Évora, António Pereira [3], a solicitude e vigilância com que plenamente satisfazia às exigências do seu cargo [4].

Em carta de 31 de Março de 1716, dizia o Geral Tamburini ao reitor de Évora, Vicente Ferreira, que lera com especial prazer a sua carta por ver a paz e os bons sentimentos de piedade religiosa, que dominavam no colégio, e o fervor com que os Padres continuavam no exercício das missões pelas vilas e aldeias do termo de Évora [5]. Ao reitor Francisco Tavares ainda declarava o Geral Tirso González, em carta de 28 de Fevereiro de 1702, que muito lhe agradara a excelente disposição com que tinha boa esperança de promover com a maior exacção a observância regular e o estudo das Letras [6].

Sobre a casa Professa de S. Roque, logo nos princípios do século XVIII, confessava o Geral Tirso González que na carta consultória do P. Agostinho Quaresma só encontrara matéria de louvor e edificação [7].

Pouco depois, em 1708, recebera também o Geral cartas noti-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 9v. Carta de 19 de Março de 1701.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 315v. Ânua de 1738 a 1747.

(3) Arq. S. J. O P. António Pereyra entrou a ser Reitor do Collegio de Évora aos 25 de Abrij de 1752. Cf. ms. *Livro em q̃ se aponta o tempo em q̃ começão ᵒs superiores...* (Colecção particular).

(4) Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754. Carta de 18 de Abril de 1752.

(5) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 241.

(6) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 25v.

(7) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 26: Carta de 4 de Março de 1702.

ciosas do P. João Seco [1] e nelas só vira motivos de edificação e louvores do Prepósito e dos demais moradores dessa Casa Professa, e pedia a Deus concedesse que mais florescesse cada dia em toda ela a observância regular [2].

Em anos mais adiantados, no de 1754, pôde o Geral consolar o P. Manuel de Pimentel, que terminara o tempo do seu provincialado, com o louvor seguinte: «Não tenho erro nenhum, nem prova de menos prudência que perdoar a V. Rev.ª, mas sim muitíssimo que lhe louvar. Nunca jamais me passará da memória, nem consentirei que me esqueça a prudência, destreza e suavidade, e a satisfação com que V. Rev.ª governou a Província portuguesa, merecendo sempre em cada resolução particular a minha aprovação» [3].

Com tal Superior, que dirigiu a Província desde 1751 até 1754, fácil é de ver o bem que esse governo faria a toda a Província, e o santo zelo com que promoveu o perfeito cumprimento do santo Instituto da Companhia de Jesus. Os que ocuparam o mesmo cargo desde 1700 a 1760, ainda que talvez todos não tivessem tantos dotes de bom governo, todos se empenhavam certamente no exacto cumprimento das regras da Corporação religiosa. O colégio de Santo Antão brilhava também na Capital com esplendor dos bons exemplos.

No ano de 1700 declarava o Geral a sua íntima consolação da observância regular que havia naquele colégio, e pedia a Deus a promovesse mais e mais para que a Companhia de Jesus aparecesse formosa e agradável aos olhos divinos [4].

Logo no ano seguinte soube o Geral por carta do reitor do mesmo Colégio, P. Adrião Pedro, que o colégio progredia felizmente tanto nas coisas espirituais como nas temporais, de modo

---

[1] P. João Seco, de Montemor-o-Novo, veio à luz a 14 de Maio de 1653; entrou na Companhia a 17 de Fevereiro de 1669. Ensinou Letras Humanas por 6 anos; Filosofia um quadriénio, e tomou o grau de Mestre em Artes. Foi Mestre dos Príncipes.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 115v. Carta do Geral Tamburini, de 12 de Maio de 1708. — O Prepósito de S. Roque era o P. Sebastião de Magalhães.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, f. 157. Carta do Geral, de 4 de Junho de 1754.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 3v., de Lisboa a 20 de Fevereiro de 1700.

que lhe podia augurar um felicíssimo ano novo, e um novo século de prosperidades [1].

Por aqueles anos vivia no colégio de Santo Antão um Padre inglês de nome Jorge Gelarte [2] de muita virtude e simplicidade. Em 1707 era o director espiritual do colégio, e como tal escreveu ao Geral a 30 de Janeiro desse ano para lhe dar notícia das condições em que se encontrava o colégio. Disse-lhe o inglês que o estado do colégio era muito de louvar; que estava nele em seu vigor a caridade fraterna e a observância das coisas espirituais; fazem todos com exactidão cada ano os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, e exercem com fervorosa actividade os ministérios sacerdotais com os próximos que acodem à nossa Igreja em grande número, e ninguém se afasta de nós sem consolação para a alma, e sem louvor da Companhia [3].

Confirmando estas notícias contam em 1709 as cartas ânuas que muito frutuosamente se empregava o tempo em ouvir confissões. O templo ainda que vasto e de grande capacidade, mal podia conter a grande multidão de povo especialmente nos dias de maior solenidade. Nem com menor fervor se praticava o ensino solene da doutrina cristã [4]. E em 1723 continuava igual fervor, pois se informava o Geral de que floresciam no colégio de Santo Antão o estudo das Letras e a guarda da disciplina religiosa [5]. Já muito tarde, nos sobressaltos da perseguição, participava-se ao Geral em 1753 que o reitor do mesmo colégio empregava todo o fogo do seu zelo em promover no colégio a execução da disciplina doméstica [6].

Em Santarém louvava-se a mesma diligência no cumprimento dos próprios deveres. O P. João de Faria comunicava em 7 de Fevereiro de 1702 esta notícia consoladora: «Tenho neste colégio de Santarém, diz ele, o cargo de Instrutor dos Padres da ter-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 10. Carta de 2 de Abril de 1701.

(2) F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, vol. I, 194-195.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 64. Carta autógrafa de 30 de Janeiro de 1707.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 189. Colégio de Santo Antão. Ânua de 1700 a 1709.

(5) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 386v, carta de 1723.

(6) Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, f. 91; carta de 8 de Maio de 1753. O P. Francisco da Veiga entrou no ofício de reitor de Santo Antão aos 7 de Setembro de 1750, e o P. Pedro da Silva sucedeu-lhe a 21 de Setembro de 1753.

ceira provação, e posso afirmar de todos eles que dão bom exemplo; desempenham-se de todas as ocupações do seu estado com edificação, quanto a incomodidade do lugar o permite. Aos seculares edificam, e com bom exemplo nos conciliam o crédito da população, enquanto os vêem servir aos doentes nos hospitais, ensinar a doutrina cristã com mais fruto que outros, e na nossa igreja ouvirem as confissões com paciência e perseverança » [1].

No ano seguinte de 1703 praticou o reitor do mesmo colégio uma acção de gratidão e justiça para com o fundador do colégio P. Duarte da Costa. Assim lha louvou o Geral Tirso González: « Dou a V. Rev.ª as graças pelo trabalho que tomou em trasladar os ossos do fundador do colégio para a capela-mor da igreja, porquanto fez uma obra de justiça, que já de há muito tempo se devia ter posto em execução. Deus o favoreça para poder pôr à obra a última demão » [2]. E em 1717 acolhia o Geral com satisfação a notícia de que o reitor, P. Manuel de Paiva, procurava com solicitude manter no seu colégio a observância perfeita das regras [3].

6. — Caminhando mais para o Sul, vemos no Alentejo e Algarve o mesmo fervor da virtude e igual diligência dos superiores em corrigir defeitos e promover a perfeição da vida religiosa.

Em 1702 queixava-se o Geral de que no colégio de Setúbal faltava a boa paz e harmonia entre alguns dos seus religiosos, e aconselhava que se acudisse ao Provincial, para que procurasse restaurar a santa união dos espíritos, tão desejável na Companhia [4].

Um ano depois já se regozijava o Geral com as boas novas que lhe chegavam. O insigne humanista, P. Pedro de Almeida

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 32. Carta de 7 de Fevereiro de 1702.

(2) Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, vol. I, pág. 5 e 6; *Lus.* 35 I, f. 48, carta de 20 de Outubro de 1703 do Geral ao reitor do colégio de Santarém, P. António de Sousa Senior. António de Sousa era natural de Murça; foi Provincial de 1715 a 1718, e faleceu em 1721, sendo reitor do Seminário de S. Patrício.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 253. Carta do Geral de 5 de Maio de 1717 ao Reitor de Santarém, P. Manuel de Paiva, que entrou no ofício de Reitor a 30 de Abril de 1716.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 31. Carta do Geral, de 30 de Junho de 1702.

relatava singelamente ao Superior maior que os religiosos do colégio davam pùblicamente edificação muito digna de louvor, indo-lhes à frente o reitor, P. Frutuoso Correia; que era grande e frequente a afluência de povo à igreja do colégio para confissão; faziam-se sermões, até de improviso, com vivos aplausos da gente. Aos meninos ensinava-se com frequência pelas praças a doutrina cristã; os mestres cumpriam com exacção o seu ofício; famílias principais que andavam de há muito pùblicamente em desavença, não sem grande trabalho dos Padres quase foram reduzidas à concórdia e em breve, como esperamos, inteiramente o serão (1).

Ao célebre e santo P. António Franco, reitor desse colégio, agradecia o Geral Tamburini, em carta de 1707, a excelente informação do bom progresso do colégio cetobricense (2).

Muitos anos mais tarde o Geral Visconti alegrava-se, em 1752, com o reitor Brás de Andrade, natural de Alpalhão, porque, por sua diligência e solicitude paternal tudo no colégio das margens do Sado corria com satisfação e prosperidade (3).

Não longe, na Província do Alentejo, se levantava o antigo colégio de Portalegre, que também nos dará boas provas da espiritualidade santa dos religiosos da Companhia.

Logo no princípio do século XVIII o reitor, Pedro de Andrade assim informava o Geral do que ocorria no colégio naquele ano de 1701: «Com o favor de Deus, tudo, até agora, me tem sucedido, conforme os meus desejos, neste colégio. Mas para não faltar à minha regra, nem à sujeição devida, escrevo hoje a dar a V. P.de conta do meu governo. Os Padres, com quem vivo, nada cometem contra a observância regular, e são assíduos no exercício de nossos ministérios, especialmente no ouvir de confissões, na pregação e na assistência aos moribundos... Vivem uns com os outros em perfeita harmonia... O meu antecessor erigiu no colégio portalegrense uma nova confraria de S. Fran-

(1) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 47. Carta de Pedro de Almeida, de Setúbal a 4 de Julho de 1702.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 35, f. 92. Carta de 22 de Janeiro de 1707.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, f. 26. — Brás de Andrade, natural de Alpalhão, tomou o cargo de reitor do Colégio de Setúbal, a 8 de Setembro de 1750. Nasceu a 8 de Fevereiro de 1701 e entrou na Companhia a 2 de Dezembro de 1716. Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 313v, catál. de 1726, n.º 282.

cisco Xavier, que não está ainda confirmada nem enriquecida de indulgências. É seu juiz o bispo D. António de Saldanha e confrades as pessoas mais nobres da cidade» [1].

Bem poucos anos adiante escrevia o analista da Província que no colégio de Portalegre os religiosos de bom grado empregavam todos os seus esforços em manter a disciplina doméstica, e em auxiliar os próximos tanto no espiritual como no temporal. Se um homem do povo ou dos cidadãos é acusado de algum crime, ou se as suas causas correm perigo, todos fogem para nosso colégio, como para um asilo, e os nossos Padres os costumaram acolher como patronos [2].

Em 1737 com esta simplicidade explicava o reitor, José de Andrade ao Geral da Companhia, o estado do colégio de Portalegre: «Não trato à ligeira com os irmãos e procuro que nas horas marcadas se dêem à meditação e aos exames de consciência. Nesse tempo os visito com frequência. Nenhum deles, como me persuado, se afasta da sua obrigação, nenhum ofende a outro; antes de tal modo prospera entre eles a caridade, que até de fora claramente o reconhecem e por vezes o louvam. Todos fazem com muita edificação durante oito dias cada ano os Exercícios Espirituais de Santo Inácio» [3].

Já no declinar desse ano o mesmo P. José de Andrade, depois de terminar o cargo de reitor, quis dar ao Geral notícia de como deixara o colégio, e diz francamente: «... Agora dou a Deus as graças porque em todo o triénio do meu governo se conservou em seu vigor a caridade entre os moradores do colégio; com nenhuma ofensa desgostaram os seculares; e restauraram a antiga amizade que uniu estreitamente a Companhia com aqueles cidadãos portalegrenses, e nada sucedeu que pudesse pôr nota no nome da Companhia... Deus queira que tudo vá sempre a melhor» [4].

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 22. Carta autógrafa de Portalegre, a 3 de Agosto de 1701. — Andrade começou a desempenhar o cargo de reitor a 23 de Outubro de 170C.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 221. Ânua de 1700 a 1710.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 221. Carta autógrafa do P. José de Andrade, reitor de Portalegre, de 9 de Janeiro de 1737. Foi reitor de 28 de Agosto de 1734 a 1737.

[4] *Ibidem*, f. 241. Carta autógrafa de José de Andrade, de Lisboa, de 22 de Setembro de 1737.

Descendo ainda mais ao Sul encontramos o colégio, erguido na formosa fortaleza de Elvas; e veremos que é como os demais, centro de piedade e sólida virtude. É o Geral Tirso González que no-lo faz conhecer. «Foi grande, escreveu ele ao reitor Vicente Ferreira, o prazer que tivemos com ler a sua carta de 6 de Novembro de 1699. Ela nos alegrou o espírito ao conhecer que os nossos religiosos se esmeram no exercício da virtude e na prática dos ministérios da Companhia. Continue a promover a observância das regras. Também nos alegrou particularmente sabermos que o Bispo da Diocese e todo o povo nos são muito afeiçoados» [1]. Pouco depois o mesmo reitor dava ainda conta ao Geral, que todos os Padres exerciam religiosamente os seus cargos e eram assíduos nas confissões, e por eles a parte mais escolhida da cidade de todos os religiosos tinham bom conceito [2].

E nos anos de 1700 a 1710 refere o analista, que além das práticas costumadas, que, segundo o modo de viver dos religiosos da Companhia, se observavam com louvor no colégio Elvense, queria particularmente recordar o que mais que tudo recomendava a diligência infatigável dos Padres em fazer bem aos próximos.

Desde que Portugal começou a sentir-se abalar com os tumultos da guerra, com que toda a Europa era sacudida, quase não se passava dia nenhum, em que os bons religiosos, como capitães da milícia celeste, não ousassem travar batalha com a série imensa de trabalhos. É a cidade de Elvas a principal e mais bem fortificada fortaleza de todas as de Portugal, e onde se costuma reunir grande multidão de tropas de pé e de cavalo. Aqui acomete à maior parte dos soldados grande força de doenças — são estas as calamidades da guerra — e uns morrem, outros pela penúria extrema de medicamentos necessários, se vão minando e arrastam uma vida mais miserável do que a própria morte. A todos socorrem e favorecem os bons Padres, o melhor que lhes é possível, e com dedicação contínua, às vezes durante noites inteiras, assistem aos moribundos, que se debatem na última

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 1v. Carta de Roma de 23 de Janeiro de 1700.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 14. — Vicente Ferreira foi reitor de Elvas de 25 de Fevereiro de 1699 a 1702.

agonia, como sentinelas contra os assaltos dos demónios, ou animam os desfalecidos e consolam os aflitos. E é mais para louvar esta caridade, porque são poucos em número aqueles Padres, e tomam sobre si maior trabalho do que as forças podem fàcilmente suportar [1].

Correndo mais para o Sul depara-se-nos a Casa Professa de Vila Viçosa, fundada por D. Teodósio II em 1601, fértil também nos exemplos de virtude. No ano de 1700, em que vamos, governava como Prepósito a Casa Professa, o P. Custódio de Carvalho, mas o seu governo foi desastrado e infeliz. O sucessor porém que entrou no cargo a 25 de Novembro de 1700, P. Bento de Oliveira, com sua prudência restaurou completamente a Casa, melhorando a disciplina interna e dispondo acertadamente as relações com as pessoas de fora. Poucos meses depois de encetar o governo assim instruíu o Geral do estado em que estivera a Casa e das mudanças que já fizera no seu governo: « A Casa encontrei-a carregada de dívidas ; e quase exausta dos meios necessários para a sustentação dos religiosos. Os vestidos de linho gastos e cobertos de remendos; dinheiro nenhum achei; e o que é mais para estranhar os religiosos viviam sem nenhum género de consolação; os de fora, se não eram inteiramente contrários, pouco amigos se mostravam. Mas Deus, que sustenta os seus pobres, nos deu até agora o necessário para comer e vestir, e no-lo dará verdadeiramente, pois verdadeiramente misericordioso como é, apenas passa um dia, em que nos faltem as esmolas de pessoas piedosas, desde quando tomei o governo da Casa.

Das pessoas de fora reviveu para nós a caridade, já quase extinta. A união e mútua conformidade dos de Casa, e a exacta observância das constituições e regras, restauram-se com suavidade mas também com fortaleza. Na quaresma passada todos os moradores desta casa se deram a trabalhar pelo bem das almas com zelo e fruto, pregando e confessando num louvável e continuado afã. Agora ocupam-se nos ministérios próprios do nosso Instituto, e cada um procura satisfazer às obrigações do seu ofício, quanto suas forças lho permitem » [2].

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 220v. Collegium Elvense ; ânua de 1700 a 1710.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 16. Carta autógrafa do P. Bento de Oliveira, de Vila Viçosa a 5 de Abril de 1701.

Desta maneira se corrigiam defeitos e se procurava o aperfeiçoamento moral dos religiosos.

Assim é que, não muito depois, o Prepósito P. António Carneiro consolava o Geral com boas informações e lhe dizia que quantos moravam naquela Casa Professa, se aplicavam, cada um conforme as suas posses, aos ministérios da Companhia, de modo que na Quaresma anterior seis sacerdotes pregaram nos vários templos da cidade, cerca de cinquenta sermões além do infatigável trabalho em ouvir confissões, não só dos habitantes da povoação, mas também dos soldados que marchavam para a guerra [1].

No ano seguinte confirmava o que disseram os Superiores precedentes o fervoroso P. João dos Santos avisando o Geral de que na Casa Professa de Vila Viçosa se procedia bem tanto na vida do espírito como nas ocupações temporais [2].

Semelhantes exemplos nos dá o colégio de Faro, situado no extremo Sul do Algarve. O analista de 1710 adverte que os religiosos do colégio contìnuamente se empenham em levar aos bons costumes a cidade farense com o trato, com as conversações, e, o que mais é, com os exemplos de uma vida santa. E esse amor dos nossos Padres e o zelo da salvação comum, que todos vêem e experimentam, faz que à nossa Igreja acorram maiores concursos, do que às outras igrejas da cidade ; o que nos ajuda a colher fruto sobremaneira copioso [3].

Muitos anos adiante não desmerecera o fervor. Em 1754 louvava o Geral a boa harmonia com que os religiosos viviam uns com os outros, e a diligência com que se atendia ao cumprimento do seu ofício [4].

Resta-nos no continente o colégio de Vila Nova de Portimão, que se ergue na costa sul do Algarve, e nos dará os exemplos de santidade e dedicação que abundam nos demais colégios.

A carta ânua de 1738 a 1747 refere que todos os moradores do colégio, o melhor que podiam, se davam a cumprir os deveres

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 54. Carta autógrafa do P. António Carneiro, de 2 de Abril de 1706.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 117v. Carta do Geral ao Prepósito João dos Santos, de Vila Viçosa, a 10 de Maio de 1708. Cf. Franco, *Ano Santo*, 325.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 222v. Ânua de 1710.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 144. Carta do Geral, de 19 de Março de 1754, ao P. Mauuel Ribeiro, que foi reitor de Faro, de 17 de Dezembro de 1751 a 1756.

de seus cargos; e nenhum dos próximos deixava de experimentar em si mesmo a costumada benevolência da Companhia, ainda quando houvéssemos de menosprezar as comodidades e proveitos deles próprios, pois sucede muitas vezes que prolongam o trabalho das confissões até à uma hora depois do meio dia; sendo que todos acodem muito cedo a exercitar aquele ministério. Demais havia já muito tempo, que a esterilidade dos campos reduzira à extrema pobreza aquela província do Algarve e à carestia dos mantimentos. Esta foi a causa por que se suspendeu a construção do colégio, carregado como estava de dívidas. Contudo nunca a inumerável multidão de mendigos ficou sem a costumada esmola. Antes até aliviaram com o auxílio que puderam a muitos, que a fome prolongada fez pobres e obrigou a mendigar ocultamente [1].

7. — O Provincial António Manso nos oferece uma pintura noticiosa do estado em que ele encontrou os colégios e casas das províncias do Alentejo e Algarve numa visita que lhes fez oficialmente, no ano de 1733. Começou pelo colégio e Universidade de Évora. Administram-se os sacramentos aos fiéis com todo o cuidado. Todos os domingos do ano se reunem e exercitam os congregados de N.ª Senhora da Boa Morte com grande concurso e proveito das almas. Com a mesma concorrência se celebra a novena de S. Francisco Xavier. Há sermões nos dias mais solenes, e nos domingos do Advento, e, na Quaresma, de manhã e de tarde; nem faltam as exortações domésticas.

O reitor, P. Bento de Macedo, tem vigilância extrema nas disciplinas; e vai à frente de todos com o exemplo. Pende seu tanto para a severidade, mas tenho para mim que assim é preciso. No colégio reina a observância, a paz e a concórdia. Todos fizeram os Exercícios Espirituais de Santo Inácio. Os professores e Mestres fazem seus ofícios com satisfação. Em dias determinados instruem-se na doutrina cristã pelas praças os meninos e mais fiéis. O Mestre de Noviços forma os Noviços na virtude e costumes cristãos com todo o cuidado e com amor paternal. Corrige-lhe os defeitos e repreende-os com a maior suavidade. Nas colações e exortações é frequente. Dos Irmãos do Recolhimento já se não ouvem as antigas queixas. Tem sobre eles vigilância o reitor e o ministro. Castigam os que faltam, com pena proporcionada.

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, ff. 277-277v. Ânua de 1734 a 1737.

Da Casa Professa de Vila Viçosa muito pouco há que dizer. Confessam, repartem a comunhão, pregam e ensinam a doutrina. O P. Filipe de Carvalho, Vice-Prepósito é prudente, olha pela observância, é bondoso e afável com os seus súbditos. Todos vivem em paz, não há ociosos, nem fogem ao trabalho. Todos fizeram os Exercícios Espirituais de Santo Inácio.

No colégio de Portalegre exercem com louvor os ministérios. O Vice-reitor, António Pessoa, é prudente e zeloso da observância. Há boa harmonia entre ele e os súbditos. Ninguém dele se queixa sobre o comer e vestir. Todos vivem religiosamente e sem nódoa no nome, tanto dentro das paredes domésticas, como fora. O professor de Teologia Moral e o Mestre de latinidade dão-se com ardor ao ensino de seus discípulos, nem faltam com a doutrina pelas praças públicas aos meninos.

No colégio de Elvas dão-se com boa diligência e proveito aos fiéis os sacramentos da Penitência e da Eucaristia.

O Vice-reitor, P. José Veloso, é exactíssimo e muito empenhado na observância religiosa; dos Padres e irmãos não recebi queixas. Entre eles reina a concórdia. Os professores desempenham-se de seus cargos com progresso dos estudantes.

O pequeno e muito pobre colégio de Beja exercita com diligência os ministérios sagrados. O Superior P. João Martins e seus súbditos são de estreita observância, e satisfazem a seu ofício os professores de Casos e de Latim.

Ao colégio de Faro cabem-lhe os mesmos louvores. O Vice-reitor Diogo Martins é de muita atenção e observância no cumprimento do seu ofício. Dos religiosos não houve queixa e brilha entre eles a paz.

Em Vila Nova de Portimão ministram-se os sacramentos e prega-se com grande fervor, zelo e diligência. O Vice-reitor é atento, activo e zeloso. Entrou alguma relaxação na observância, mas o Vice-reitor procura remediar o mal com avisos e cartas que escreve ao Provincial. As crianças e mais pessoas instruem-se na doutrina cristã tanto nas escolas com nas praças públicas.

No colégio de Setúbal é grande a afluência de povo à nossa igreja a pedir os sacramentos, que lhe são com pontualidade administrados. O Vice-reitor, João Ferraz, não só atende com prudência e exacção à observância, mas é um anjo, um operário incansável, que a todos trata com caridade e carinho.

Todos procedem religiosamente, e sem queixas de ninguém, e vivem no sossego da paz.

O Noviciado da Cotovia, de Lisboa, tem formosa igreja, bem que não seja muito vasta. A concorrência de fiéis é pequena, e os sermões são poucos. O P. André de Barros, Vice-reitor e Mestre de Noviços, é observante e cuidadoso do seu ofício. Instrue primorosamente os noviços, e trata-os como um pai. Nas colações e exortações é muito frequente. A casa está individada, porque tem escassez de rendas. Todos fizeram os Exercícios Espirituais [1].

Temos nestas páginas um quadro, em que podemos contemplar o bom espírito, a observância religiosa, e a virtude dos filhos da Companhia de Jesus naquelas duas províncias. Nas demais a edificação era igual. Não só não estava relaxada a Ordem de Santo Inácio em Portugal, mas imitava edificantemente a santidade de seu fundador.

8. — Mas lancemos um olhar pelas Ilhas adjacentes e veremos idênticas provas de virtude.

O P. Sebastião de Mira a 14 de Dezembro de 1709 põe fim a seu reitorado do colégio de Angra e escreve ao Geral a comunicar-lhe como deixava constituído o colégio. «Dou muitas graças a Deus, porque desde que fui proclamado reitor de Angra, os meus súbditos procederam santa e religiosamente; e com os de fora deu a nossa Companhia boa prova de quem é. Lembro-me de que em tempos percorremos em missão toda esta Ilha, e com o auxílio de Deus resolvemos renovar essa obra no fim do reitorado. Eu mesmo, durante o meu triénio, ensinava doutrina aos meninos, e mandava os Padres pelas ruas e praças com o fim de catequizar as crianças. Para o ministério das confissões estavam sempre prontos os Padres. E o mais admirável era que todos viviam bem unidos pelos laços da caridade religiosa» [2].

Ao mesmo P. Sebastião de Mira já no ano antecedente

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 192, carta autógrafa de António Manso, de Lisboa, a 23 de Abril de 1733.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 94, *Epist. Lus.* 1700-1759. Carta de Sebastião de Mira, de 5 de Junho de 1709. Começou o seu reitorado no Colégio de Angra aos 14 de Dezembro de 1706.

dava o Geral as graças particularmente, porque no seu governo transformou de tal arte o colégio que parecia outro na perfeição das coisas espirituais [1].

Pelos mesmos anos visitou, em visita oficial, o P. Pedro de Quadros os colégios do arquipélago açoreano, e a tal ponto contentou o Geral, que este lhe deu particular agradecimento pela piedade, zelo e prudência com que se houve na visitação que lhe fôra encomendada [2].

Muitos anos depois mantinha-se o bem estar do colégio de Angra. Em 1735 o consultor P. Teodósio Ribeiro em carta para o Geral assegurava-lhe que vigorava no colégio a observância religiosa, e o reitor era tão prudente e piedoso, que, segundo afirmavam os consultores, nada ocorria de que devesse ser admoestado [3].

Mas baste quanto expusemos nestas páginas para nos capacitarmos do procedimento espiritual que tinham os religiosos da Companhia. Os documentos são numerosos, claros e decisivos. A história atesta-nos que os filhos de Inácio de Loiola em Portugal se mantiveram sempre fiéis ao espírito do santo Fundador. Cultivaram com perseverança e tenacidade a virtude; se havia defeitos, inerentes à fraqueza humana, era infatigável o empenho de os corrigir.

Bem-aventurada a Congregação constantemente vigiada pelo olhar de Superiores santos!

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 118. Carta do Geral, de 12 de Maio de 1708.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, ff. 115-116. Carta do Geral, de 12 de Maio de 1708.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 211. — O reitor de Angra era nesse tempo o P. Manuel Pimentel, excelente religioso, que entrou no governo em 2 de Outubro de 1734.

CAPÍTULO II

MANIFESTAÇÕES DE ZELO E CARIDADE

SUMÁRIO: — 1. *Chamas de zelo apostólico.* — 2. *Na Casa Professa.* — 3. *Congregações de Nossa Senhora.* — 4. *A Congregação da Santa Doutrina.* — 5. *Outras congregações.* — 6. *Fruto abundante.* — 7. *Heroísmo de acção.* — 8. *Acto de Fé.* — 9. *Culto sublime.*

1. — O zelo ardente da salvação das almas é, já o frisámos nos tomos anteriores, a segundo empresa e particular profissão da Ordem Ignaciana. A primeira é a própria santificação, e vimos nas páginas precedentes que os filhos da Companhia de Jesus em Portugal se mantiveram sempre fiéis àquela rigorosa obrigação, que sobre todos eles pesava. Procuraram com todas as suas forças a sua perfeição religiosa. Os documentos que no-lo provam, apresentaram-se abundantes e convincentes. Agora temos de averiguar, e a documentação, também copiosa, há de ser o nosso guia, se por ventura se dedicaram intensamente à perfeita realização da outra empresa. Mas brevemente dizemos que no capítulo primeiro examinamos a santidade individual dos religiosos, e consequentemente de toda a Companhia, visto proceder a perfeição do todo, da perfeição das partes componentes, e neste capítulo estudaremos a sua acção apostólica exercida com toda a classe de pessoas. Ambas as empresas constituem, como é bem notá-lo, o fim único e universal da Companhia, o qual consiste na santificação dos próximos por meio da própria santidade.

Comecemos por onde com mais afinco se trabalhava na

empresa. A Casa Professa de Lisboa era o centro donde mais largamente irradiava a espiritualidade cristã para todo o Portugal.

2. — De feito vigorava nesta Casa, como em nenhuma outra, o desejo de ajudar espiritualmente os próximos por todos os meios ao alcance de seus moradores, e um zelo constante bem igual ao vasto campo que tinham de cultivar. De todas as partes acorriam penitentes inumeráveis a purificar as suas almas naquela fonte sagrada e sempre aberta, sobretudo neste tempo em que muitos julgavam dever acautelar-se de certos confessores [1].

Tantos vinham pedir conselho nos lances duvidosos, bem persuadidos que teriam a boa sorte de êxito feliz, se fossem os religiosos da Companhia os que os dirigissem com sua prudência iluminada; nos domingos e dias de festa assistiam constantemente os fiéis aos sermões, que sem interrupção, de costume se pregavam.

Todos estes exercícios de zelo apostólico, se bem aumentavam a boa opinião e o conceito dos ministérios da Companhia, acrescentavam também notàvelmente o trabalho daqueles operários. Mas a maior força da fadiga a causava certamente a assiduidade ininterrupta da pregação, no que era muito para admirar, que nem os religiosos esmoreciam no esforço de pregar, nem os ouvintes se cansavam de ouvir [2]. Porquanto além dos sermões que recitavam na sua igreja a um auditório numeroso, que mal se podia conter na vastidão daquele templo, de todos os

---

[1] Refere-se o analista a *certos confessores*, que por aqueles anos de 1745 eram acusados em Portugal de abusarem do sigilo sacramental, obrigando os penitentes a declarar o nome dos cúmplices. As acusações excediam, segundo parece, a realidade dos factos e muitos bispos protestaram que nas suas dioceses não havia tais abusos. Os Jesuítas também denunciavam severamente os confessores, que julgavam culpados.

As leis da Companhia proíbem absolutamente usar das notícias havidas na confissão (Inst. S. J., III, págs. 260-352). E contudo os autores pombalinos, deturpando as leis da Companhia de Jesus, atrevem-se a afirmar que os regulares dessa Ordem *sempre abusaram da infracção do sigilo para os seus fins não só políticos mas também económicos*. Cf. *Collecção das Leys promulgadas, e sentenças proferidas nos casos... das seitas dos Jacobeos e Sigillistas*... Lisboa 1749, pág. 150; *Collecção Universal da Bulla, Editaes, Pastoraes... para... inteira notícia... do Sigillo sacramental.* Madrid, 1746-1747, 3 volumes; Fortunato de Almeida, *História de Igreja*, T. III, P. II, pág. 773 segs.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 306-306v. Ânua de 1738-1747.

lados eram convidados a pregar ou nas freguesias ou nos mosteiros de religiosas, e em toda a parte os recebiam com prazer notável da população [1]. E na Capela real, que denominavam naquele tempo Basílica Patriarcal, onde se reunia a flor da Nobreza de Portugal, bem se manifestava a opinião, que se formava dos pregadores da Companhia. Apenas aparecia no púlpito a pregar um jesuíta, todos o escutavam com a maior atenção e silêncio e daí se conjecturava muito fàcilmente a avidez excessiva de o ouvir. Nem o rei sofria, de modo nenhum, faltar a estes sermões [2]. Tal era o desejo e agrado de receber a palavra divina de pregadores da Companhia de Jesus!

O mais para notar é que, sendo inumeráveis os sermões que na igreja de S. Roque se pregavam, tanto nos domingos como nos dias de festa, nunca minguava o número dos ouvintes; mas antes se multiplicavam as explicações da doutrina cristã que eram uma espécie de sermões, e ainda assim não se enfastiavam de assistir a elas. E para se obstar a algum possível tédio ou monotonia, meninos bem ensaiados recitavam à curiosidade do povo versos graciosos ou diálogos, com que entremeavam as doutrinas, e mais acendiam o desejo de aprender a sabedoria celeste [3].

Enfim são tantas as acções e façanhas que desta como fortaleza de toda a Província portuguesa saem e se praticam a bem dos portugueses, que «me vejo obrigado, escrevia o analista destes anos, a tocá-las só ao de leve, ou a compendiá-las. Antes tenho de omitir muitas, porque aqueles apóstolos tão modestos como zelosos, mais tratavam de as fazer, que de nos deixarem delas memória por escrito» [4].

3. — Mas este zelo de difundir a palavra de Deus e fervor e ansiedade de a ouvir e receber na alma ateava-se notàvelmente muito com as Congregações de Nossa Senhora, que na mesma Casa Professa se instituiram e fundaram desde o século XVI ao XVIII. O analista da Província bem no-lo faz advertir, quando escreve que as congregações erigidas no templo de

(1) *Ibidem*, f. 306v.
(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 306v.
(3) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 227, ânua de 1724 a 1733.
(4) *Ibidem*.

S. Roque em Lisboa, crescem admiràvelmente com novo esplendor, e com maior fervor de piedade se acendem [1].

Distinguiu-se sobre as demais a Congregação ou chamada Confraria de S. Roque, mais antiga de todas, que se gloriava de ter como seu principal protector e perpétuo juiz, como lhe chamavam, «o nosso potentíssimo Rei» D. João V. Nem merece que esqueçamos a Congregação, dita dos *Nobres*, com o título glorioso de *Jesus, Maria, José* [2]. Celebrava cada ano à sua custa, com justo aparato e devoção a Novena do seu Padroeiro, S. José [3].

Não ficava atrás de nenhuma outra no esplendor do culto a Congregação de S. Francisco Xavier. Com particular solenidade honrava e obsequiava o Santo Apóstolo na célebre *Novena da Graça* a inteira família real, e com especial fervor e constância a rainha D. Maria Ana de Áustria. Todos visitavam a Igreja de S. Roque nos dias dessa novena, sem excepção, com cujo exemplo os Magnates e a demais nobreza da Corte, de muito bom grado a frequentavam. Rematava as manifestações desta devoção a rainha piedosa, recebendo no fim da novena o pão dos Anjos [4].

4. — Mas cremos que excedia a todas as outras Congregações, não só na riqueza, que generosamente repartia com os indigentes, mas também nas boas obras e número de congregados, a celebérrima Congregação de Nossa Senhora, cognominada da Doutrina. Já contava no seu grémio, por 1733, quarenta sacerdotes, e tratava de lhe acrescentar mais sete em breve. Sustentava, a despesas suas, mulheres intercessoras, conhecidas pelo nome de *Mercenárias*, que por certa mercê se obrigavam a orar. Todos os meses entravam os congregados da Doutrina pelas casas dos indigentes, e a sessenta deles entregavam, por esmola, um determinado subsídio. Aos congregados doentes e a qualquer de seus domésticos os tratavam com tal cuidado, que a nenhum lhes faltassem remédios nem medicinas de nenhuma espécie. Antes cada mês lhes assistiam com os necessários socor-

---

(1) *Ibidem*, f. 227v.
(2) *Ibidem.*
(3) *Ibidem.*
(4) *Ibidem.*

ros não só para as doenças, mas também para a pobreza e indigência (1).

Outro encargo tomavam ainda sobre si os congregados espontâneamente, qual era o de celebrarem na igreja de S. Roque, sede da Congregação, e com o maior aparato que pudessem, e a expensas comuns, os ofícios da Semana Santa. E quando no dia da Senhora dos Prazeres se fazia o cálculo por alto das despesas feitas no ano decorrido, não sem pasmo dos ouvintes, se via que a quantia dispendida chegava a uns 20.000 cruzados (2). Mas havia ainda subsídios, com que socorrem a pobreza pública, e atraem à Igreja da mesma Casa Professa frequência considerável de povo. No dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, se dava também a donzelas pobres o dote de 60 escudos a cada uma para se poder colocar em matrimónio honrado (3).

Tal era a grandeza e generosidade com que a Congregação da Doutrina acudia à necessidade dos infelizes e desgraçados! Tamanha, como sempre, a actividade daqueles bons Padres em procurarem o bem e remédio da sociedade humana!

5. — Muitas outras Congregações de Nossa Senhora se erigiram nos colégios e Casas da Companhia, e todas, geralmente, produziam frutos abençoados de sólida piedade. Foi esse desde o século XVI ao século XVIII um meio fecundíssimo de fomentar o zelo e virtude cristã. E a Companhia de Jesus empregou dedicadamente esse meio nos séculos XVI e XVII, como o pôs fervorosamente em prática na primeira metade do século XVIII. O espírito dessa Ordem religiosa era o mesmo no primeiro século, como no último, em que se dedicou pelo bem dos portugueses. Os exemplos que apontámos, são lógicos e convincentes, e muitos outros pudéramos enumerar, bem como citar os nomes de homens insignes, que foram directores de Congregações.

O catálogo oficial de 1752 apresenta na Casa Professa de S. Roque o Padre André de Barros como Director da Congregação de Nossa Senhora da Piedade; o P. José Falcão, Director da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina; o P. João da

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, ff. 227v.-228, ânua de 1724 a 1733. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, II, vol. 1.° 473-475.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 228.

(3) *Ibidem.*

Mata, Director da Congregação dos Nobres, de Jesus, Maria e José. O P. António de Azevedo dirigia no mesmo tempo a Congregação de Nossa Senhora da Boa Morte, e o P. Miguel Rangel a de Santa Rita [1].

No catálogo também oficial de 1726 davam-se na mesma Casa Professa como Directores: da Congregação dos Nobres e da de S. Francisco Xavier o devotíssimo P. António Carneiro; da Congregação de Santo António o P. André de Barros; da Congregação da Doutrina o P. Gregório Barreto; da de Nossa Senhora da Piedade o P. Diogo da Costa, e da de Nossa Senhora da Boa Morte o P. José Freire [2].

Em 1749 era Director da Congregação de S. Francisco Xavier em S. Roque o P. Luís dos Reis; da Congregação dos Nobres o P. João Álvares; e da Congregação da Doutrina o P. José Caetano [3].

Mas por outras Casas e Colégios lavrava proporcionalmente o mesmo fervor de Congregações, e os frutos que se recolhiam, di-lo-emos abundantes e consoladores [4].

6. — Quanto ao fruto dos ministérios e santos sacramentos, se o havemos de avaliar pelo número dos penitentes, prova é de que a actividade nesta Casa Professa não é de modo nenhum infrutuosa, mas de grande lucro para o céu. Pois não só nos jubileus e festas, mas ainda nos dias ordinários pelo menos quatro sacerdotes estão contìnuamente assentados nos confessionários para acolher os que se vêm justificar no Tribunal da Penitência. Demais é espectáculo agradável aos homens e aos anjos, e que se dá com frequência na igreja dessa Casa, a conversão de pessoas de várias seitas, de modo que no espaço destes dez anos

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 49, catálogo de 1752.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 47, catál. de 1726, f. 30.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 49, n.os 16, 17, 18.

[4] Em Braga o P. Lourenço Soares era director das Congregações de N.ª Senhora da Boa Morte e de N.ª Senhora dos Prazeres (*Lus.* 49, Cat. de 1752, f. 83); e P. João de Vasconcelos, director da Congregação do Sagrado Coração de Jesus (*ibidem*); no Porto havia a Congregação de N.ª Senhora da Purificação; em Santarém a Congregação de N.ª Senhora da Boa Morte; em Évora, por 1737, a Congregação de N.ª Senhora da Assunção, e depois a substituiu a de N.ª Senhora da Boa Morte, e outras congregações noutros colégios. Mário Martins, *Congregações Marianas*, Braga, 1947. Cf. Constituição Apostólica « Bis saecularis » sobre as Congregações Marianas, de 27 de Setembro de 1948, Pio XII Papa.

mais de 380 convertidos receberam aqui a graça do santo baptismo, muitos dos quais depuseram a obstinação judaica, e muitos também renegaram as torpíssimas leis de Mafamede [1].

Não menor foi o movimento de conversões, que se refere na ânua de 1740. Na mesma igreja da Casa Professa 564 convertidos foram lavados na água do baptismo, dos quais eram 120 de nacionalidade inglesa; 182 alemães; 68 irlandeses; 32 franceses; 16 suiços; 2 índios; 3 da Suécia; 7 flamengos; 10 hamburgueses; 12 holandeses; os quais foram pelos Padres instruídos na Casa dos Catecúmenos em todos os preceitos e dogmas da religião verdadeira [2].

Mais ainda. Em número consideràvelmente maior que no tempo passado, se recolheram os fiéis na Casa Professa, como num arsenal de armas escolhidas e de fina têmpera, para se despirem, pela meditação dos Exercícios Espirituais, do espírito do homem velho, e se vestirem completamente do espírito de Cristo. Alguns vinham das classes superiores [3]. Eram conversões obtidas pela consideração das verdades eternas.

Mas nem só nos púlpitos e dentro das paredes da sua monumental igreja se entregavam os Padres sanroquianos com ardor à salvação dos próximos. Saíam, como em procissão, para as praças públicas, e três vezes na semana ensinavam o catecismo nos lugares da cidade, para onde os professores das escolas da Companhia de Jesus encaminhavam, ao som de campaínha, a buliçosa turba juvenil [4]. Assim lidavam os beneméritos Padres no afã contínuo de fazer bem — o bem verdadeiro — a toda a classe de pessoas.

7. — Mas os que sofriam doenças, desgraças de toda a sorte, castigos e outras calamidades, mais que todos esperavam, pediam e experimentavam a caridade generosa e sacrificada dos admiráveis religiosos. E nesses actos de sublime dedicação, era onde prodigiosamente se acendia o fogo do zelo. Nos hospitais, quanta vez os contemplamos a servir aos doentes com o sorriso nos lábios e a caridade de Cristo a brotar do peito, prestando-lhe os

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 228v.
[2] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 295. Ânua de 1740 em S. Roque.
[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 228v.
[4] *Ibidem*, f. 306v.

serviços mais humildes e humilhantes, e vencendo generosamente em si próprios as repugnâncias naturais com vitória sublime do que há de mais contrário à natureza humana!

Nos cárceres entravam cada dia a derramar os benefícios da mesma caridade. Nem era de pouco trabalho o encargo que alguns tinham, de recolher e reunir esmolas para com elas socorrerem a indigência e fome dos encarcerados e suavizar-lhes a miséria em que jaziam, com palavras de consolação, se não pudessem atenuá-la de outra sorte [1].

Aos condenados à morte prestavam caridoso auxílio, tanto mais frutuoso, quanto mais necessário. No dia em que marcavam esses infelizes com o negro Theta, sinal de morte, acorria pressuroso um dos Padres de S. Roque a dar ânimo aos pobres condenados, aterrados de pavor, e, como sucede muita vez, já quase sem vida, e a prepará-los com bons conselhos para sofrerem a morte com resignação cristã. E quando amanhecia para os miseráveis a luz do derradeiro dia, dois sacerdotes da mesma Casa acudiam a acompanhá-los, a ouvir-lhes a última confissão, e a fortalecê-los com as salutares exortações da hora extrema [2]. De tudo se desempenhavam os Padres com amor e compaixão e ninguém havia que se não comovesse com esse espectáculo de caridade heróica [3].

Mas em todas estas expansões de generosa dedicação é sobretudo para admirar a industriosa caridade da Casa religiosa, que encontrou modo de poder ser grandemente liberal e dadivosa para com todos, sem nada perder da perfeição da pobreza, que lhe é preciosíssima [4].

Terminemos a descrição ou pintura dos ministérios, que exercia, com especialidade, a Casa Professa de Lisboa, com uma síntese original, que nos propunha aos olhos a actividade desses apóstolos num quadro que se pintou na parede do corredor por onde entravam os seculares para a sala de visitas e conversa. Ocupava o quadro todo o lanço do corredor, de alto a baixo, desde os bancos até ao tecto, e representava muito ao vivo diver-

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 307.

[2] *Ibidem.*

[3] *Ibidem.*

[4] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 307v.

sos ministérios da Companhia de Jesus e o prémio que havia de galardoar os religiosos que os exercitavam. «Na pintura tudo era vida e movimento. Uns ouvem confissões, assentados no Tribunal da Penitência; outros pregam; aqui leccionam nas aulas, acolá distribuem esmolas às portas férreas das prisões; estes ensinam catecismo nas praças, aqueles ajudam os doentes a bem morrer; além acompanham os condenados ao patíbulo; onde na orla da pintura se distingue cada ministério, lê-se: Societas in templis — in aulis — in carceribus — in plateis — in domibus — in patibulis. Grande parte do quadro ocupa-o a imagem de Santa Teresa, como arrebatada em êxtase, pondo os olhos no esquadrão bem formado da Companhia, que levando a bandeira branca à frente, corre ao encontro de seu Capitão Jesus. Inscrição elegante explica o simbolismo da pintura.

Desempenham-se destes trabalhos, dia e noite, 37 sacerdotes a quem a liberalidade divina e a piedade dos fiéis alimentam, com a assiduidade e constância que pode parecer de ferro. Esses mesmos trabalhos nos merecem dos magnates a gratidão, que têm para com filhos da Companhia; mas sobretudo se devem enumerar os benefícios do rei poderosíssimo, benefícios com que ele nos engrandece e obriga, e que nunca jamais se hão de esquecer [1].

Mas percorramos outras províncias e penetremos noutras casas, e em toda a parte nos hão-de ocorrer exemplos da caridade sacrificada ao bem do próximo. No arquipélago dos Açores temos ocasiões frequentes de admirar esses sacrifícios [2].

No mês de Novembro de 1698 levantou-se, de improviso, medonha tempestade e durante quinze dias continuados sacudiram frequentes e insólitos terremotos toda a Ilha Terceira com terror inacreditável de toda a população, a ponto de fugirem todos de suas moradas. Por toda a parte, ressoava a cidade com gemidos e clamores. As igrejas, dia e noite, estavam abertas aos que nelas se vinham refugiar, e ali prostrados diante da Hóstia Santa, exposta nos altares, e consternados imploravam misericórdia com preces, com lágrimas, com suspiros.

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 271, ânua de 1734 a Julho de 1737; F. Rodrigues, *A Formação Intellectual do Jesuíta*, pág. 496, 497.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 224v.

Os religiosos da Companhia, ainda que, pelos repetidos abalos da terra e dos edifícios, se sentiam tomados do mesmo susto, davam contudo ânimo aos desalentados, recebiam-lhes as confissões sacramentais, e por todos os modos os procuravam consolar na calamidade universal.

Entre estes contínuos abalos dos terremotos rebentava mais temeroso o fragor dos edifícios a desabar, e ameaçava a última submersão da Ilha. Em calamidade tão cheia de azar e de perigos, depois de frequentes e lutuosíssimas procissões, só lhes restava a imgem de Jesus crucificado, e a sua misericórdia, que naquele mesmo ano tinham largamente experimentado. A ela todos recorreram pedindo refúgio, e por toda a cidade a conduziram, indo à frente do lastimoso séquito filas de religiosos de todas as Ordens, de associações, de cidadãos e de povo inumerável. Apenas saíram da igreja da Companhia de Jesus e começaram a entrar pelas praças, quando ao aparecer da santa Imagem, cessaram de repente os terremotos, a temerosa tempestade parou e desapareceu, e serenando-se o céu, e repoisando a terra todos voltaram para a Igreja, a dar a Jesus Cristo crucificado as mais devotas acções de graças ([1]).

Mas nem era nova a calamidade daqueles ilhéus, nem desconhecida a dedicação dos Padres da Companhia. Já outras vezes sofreram os habitantes desse arquipélago tremendas erupções subterrâneas; e sempre reconheceram, no socorro a essas calamidades, a dedicação heróica dos religiosos ignacianos ([2]).

No ano de 1729 coube à Ilha de S. Miguel a hora da tribulação. Multiplicaram-se nessa Ilha as doenças, que trouxeram à cidade de Ponta Delgada lastimosa mortandade, e deram aos Padres da Companhia de Jesus farta ocasião de se tornarem beneméritos daquela população atribulada. O contágio lavrou por toda a cidade, e bem rara era a casa onde não houvesse mortos e funerais, e muito rara a família, cujos membros não fossem todos à cama. Não poucos miseráveis jaziam por terra, destituidos de todo o auxílio, ou pela força da doença, ou pela carência de todo o necessário. A todos acudia em tão desastrosa calamidade a

---

([1]) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 224[b], collegium Angrense; ff. 224[c]-224[d]; *Lus.* 54, f. 199[a], ânua de 1700 a 1710.

([2]) Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, II, vol. I, págs. 434-436.

Companhia de Jesus [1]. Saíam do colégio os religiosos, visitavam com particular cuidado e carinho as casas pobres [2] e, conforme precisavam, lhes iam levar e por suas mãos distribuiam esmolas, remédios, galinhas e quanto era necessário a doentes, tudo comprado com dinheiro daquela Casa religiosa. Por mais de três mêses estiveram patentes as portas do colégio [3], que a todos, com grandes despesas, oferecia os remédios da indigência, nem contudo as suas posses se diminuiam.

No ano de 1733 percorreram os religiosos toda a Ilha em excursão pedestre a fazer bem, e passados anos se renovou o mesmo trabalho e o mesmo zelo. A Ilha de Santa Maria havia trinta anos que não tinha visto religiosos de Santo Inácio. Dois lá foram finalmente e com zelo verdadeiramente apostólico tornaram bem morigerados os costumes corruptíssimos dos habitantes [4].

Ao Faial também chegou a hora do sofrimento, que abriu aos religiosos da Companhia vasto campo, onde puderam exercer a sua caridade. Uma epidemia grassou ferozmente por toda a Ilha, e levou os pobres habitantes aos extremos da tribulação. Sendo a Ilha não muito grande, foram mais de dois mil os que sucumbiram ao furor do flagelo. Os Padres do colégio não se pouparam a trabalhos. Dia e noite passavam a cuidar dos contagiados e a prepará-los para a derradeira agonia. Nem só tratavam das almas. Também lhes aliviavam e sustentavam os corpos com remédios e toda a espécie de alimentos necessários, que lhes davam na penúria quase geral de todos e de tudo. A caridade heróica transformava-se em sacrifícios [5]. A soma de fadigas, que lhes amontoavam àqueles apóstolos empresas tão dificultosas, repetidas e prolongadas, poder-se-á imaginar; descrevê-la cabalmente não se pode.

Mas voltemos ao Continente, onde não eram menos generosas as acções dos bons religiosos.

No colégio das margens do Sado os oito religiosos que o

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 280.

[2] Viviam então no colégio 16 religiosos: 11 sacerdotes e os mais professores e coadjutores. Arq. S. J., *Lus.* 54, 280.

[3] *Lus.* 54, f. 280: Collegium ... Divi Michaelis in Insulis (f. 279v).

[4] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 280.

[5] Franco, *Syn. Ann.*, 1704, n.os 9 e 10.

habitavam, com seu trabalho incansável, exercido a bem das almas, não pouco ilustraram e engrandeceram o nome e glória da Companhia de Jesus. Sempre nessa casa encontravam consolação os miseráveis, e os atribulados alívio, que tantas vezes iam levar às casas dos indigentes e também aos cárceres públicos. Iluminaram-se muitas ignorâncias, apaziguaram-se numerosas discórdias, persuadiram-se boas obras a quem, a ânsia de fazer mal, tinha ateado o desejo e fúria da vingança [1].

Na costa sul do Algarve também os Padres do colégio de Faro se sacrificaram a bem das almas e dos corpos de seus irmãos. No ano de 1735 invadiu a cidade farense uma febre maligna e contagiosa, e com tanta veemência se difundiu e exasperou, que nos meses de Maio, Junho e Julho naquela cidade, não muito vasta, se fizeram setecentos enterros. Famílias inteiras jaziam nos leitos pelos bairros por onde penetrava o contágio. Os vizinhos não se atreviam a levar-lhes socorro, com bem fundado receio do perigo que certamente haviam de correr. Deparando-se este campo de heroísmo, com intensidade maior do costume se expandiu a caridade da Companhia. Todos os sacerdotes num só ímpeto percorreram os bairros da cidade a socorrer os necessitados, cobertos de imundície e sordidez, a dar os remédios, a distribuir aos pobres o pão, dinheiro, carnes da dispensa do colégio, e até velas de cêra lhes mandavam para que o pão eucarístico fosse recebido, quanto possível dignamente nas casas ou choupanas dos miseráveis. Três meses perdurou este intensíssimo trabalho, e nesse tempo cada um dos sacerdotes mal podia em todo o dia e ainda em toda a noite tomar algum alimento, ou gozar do descanso do sono, a não ser de corrida [2].

Apesar porém de andarem metidos no mais aceso do contágio e tocarem e tratarem corpos semi-vivos, a nenhum dos Padres se pegou a terrível doença [3]. Deus abençoou a caridade animosa e desinteressada dos bons religiosos.

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 279-279v.

(2) *Ibidem*, f. 277 : *Collegium Farense.*

(3) *Ibidem* — O Cardeal Pereira, Prelado desta diocese de Faro, pelos grandes bens que os religiosos da Companhia fizeram à diocese, ganhou-lhes tanto amor e estima, que mais de uma vez declarou pùblicamente a benevolência que

O colégio de Évora soube também comover a sociedade com exemplos de caridade heróica. O ano de 1734 martirizou aquela região com a carestia extraordinária de víveres, e muitos se viram reduzidos à pobreza extrema. Por isso às portas dos religiosos da Companhia vinha bater multidão quase infinita de miseráveis. As esmolas costumadas não bastavam a remediar tamanha escassez. Além de sessenta arráteis de pão cozido que se distribuiam ordinàriamente, segundo o costume, acrescentavam-se-lhes maior número de pães, para que a ninguém faltasse o pedido socorro nem se retirasse do colégio pessoa alguma sem a esmola necessitada. Com esta liberalidade compassiva espontâneamente lhes deram as línguas do povo o nome significativo de *pais dos pobres.*

Além desta generosidade magnânima repartiam cada ano aos indigentes, no santo tempo do Natal, três moios de trigo. Mas os que lhes estavam mais agradecidos eram os capuchinhos e as freiras, que se diziam da primitiva observância de S. Francisco, aos quais o colégio dava com frequência esmolas, de toda a espécie [1].

Mas eram ainda mais as esmolas avultadas. Recebiam alimentos alguns estudantes externos, que moravam em casa fronteira ao colégio eborense, e assim eles, como os estudantes pobres, eram levados, quando adoeciam, ao hospital que lhes era destinado. Remédios e tudo o mais que precisavam, lhes fornecia o colégio liberal e prontamente.

Que fosse muito aceita a Deus a caridade dos religiosos, bem o demonstrou a divina liberalidade. Porquanto naquele ano em que oprimiu a província do Alentejo tamanha carestia, que nem os mais velhos se recordavam de ter ouvido nem visto outra igual, encheu os celeiros do colégio com rendimento desusado a fazenda que os mesmos religiosos possuíam na vila de Coruche [2].

Mas ainda poderemos apontar exemplos de maior generosidade e sofrimento? Dá-no-los a ânua de 1734 a 1737.

---

lhes dedicava, e com palavras de grande elogio agradeceu à Companhia de Jesus todos os benefícios que a sua diocese estava gozando. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 227.

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 269. Ânua de 1734 a 1737. *Collegium Eborense.*

(2) *Ibidem,* f. 269-269v.

Quando o Tribunal da Inquisição transmudava os réus dos cárceres inquisitoriais para o fôro civil, para sofrerem a pena última do fogo, logo se designava a cada condenado um Padre da Casa Professa para o animar, para o consolar e preparar e entrar numa eternidade feliz. É enorme, sumamente fatigante e doloroso esse trabalho. Na véspera da execução da fatal sentença descem os Padres para os esconderijos do cárcere secreto e ali passam a noite inteira ou a maior parte dela sem cerrar os olhos. De manhã acompanham os condenados até ao cadafalso, donde, depois de lida pùblicamente a sentença, se passam, já noite adiantada, para os juízos seculares.

Soube o rei providentíssimo que os Padres, em todo este tempo, nem comida nem bebida tomavam, ùnicamente empenhados, como estavam, em livrar das penas eternas aqueles infelizes, e ordenou que no mesmo tribunal lhes preparassem banquete real, e assim pudessem os Padres, enquanto os juízes julgavam as causas, recobrar forças para o restante trabalho [1].

Com os condenados à forca usava igual caridade a Companhia. Os que penavam presos nas cadeias públicas tinham o seu procurador, com o nome de Procurador dos presos, escolhido dos mesmos padres, que acudia com dinheiro que para esse fim lhe davam ou ele pelas portas mendigava, principalmente aos que estavam destituídos de todo o socorro [2].

Quanto referimos das obras de caridade que os religiosos da Companhia com tão devotado esforço e tão generoso sacrifício praticavam, repetia-se tanta vez nos demais colégios, em todos os quais dominava o mesmo espírito religioso, que animava esses homens de Deus. Eram exemplos e lições admiráveis de caridosa dedicação, que eles deram ao povo português desde que entraram em Portugal no século XVI, até aos primeiros sessenta anos

---

[1] *Ibidem*, f. 271.

[2] *Ibidem*, f. 271. O P. Xavier da Costa, na visita que fez ao colégio de Bragança, delegado pelo Provincial António de Torres, ordenou, ainda no de 1755, a 3 de Agosto, o que se segue: «O Padre que for procurador dos presos, duas vezes na semana os deve buscar para os favorecer no em que eles disserem que necessitam do seu favor e caridade. O P. Reitor não dificulte, antes lhe dê companheiro pronto para este exercício que tanto crédito nos concilia. Faça o mesmo P. muito por assistir à repartição da esmola, que o colégio em cada mês lhes manda». Cf. Bibl. N. de Madrid, ms. 8239, f. 33-76, 3 de Agosto de 1755.

do século décimo oitavo, em que foram lançados da pátria com injustiça flagrante pelo braço omnipotente do tirano.

8. — Não era porém o maior empenho da Companhia de Jesus socorrer miseráveis. Também se ocupava directamente de consolar, de animar, de erguer o ânimo acima das coisas da terra, e levantá-lo para os prazeres do céu. Este bem o conseguia de um modo especial com as solenidades do culto cristão [1].

Ficou guardada em boa memória na história da Companhia de Jesus a solenidade com que se fez o juramento sagrado da famosa bula *Unigenitus*, que tanta poeirada levantou particularmente da parte dos jansenistas.

Com a assinatura do dia 8 de Setembro de 1713 promulgou o Sumo Pontífice Clemente XI a mencionada Bula em que ele condenava cento e uma proposições do livro *Réflexions Morales* do oratoriano Pascásio Quesnel. Os jansenistas suspeitavam ou supuseram que a bula saíra a público por manejos dos Jesuítas [2]. Levantou-se uma campanha persistente contra a bula, e os jansenistas eram os seus mais acérrimos adversários. Faziam-lhe uma resistência desesperada. Desde 1717 quatro bispos de França chegaram ao excesso de apelar da bula papal para um concílio ecuménico. Desasseis bispos sobre cento e trinta e três aderiram a esse apelo. Seguiam o movimento dos apelantes noventa e sete doutores da Sorbona, muitos religiosos e sacerdotes seculares, entre os quais se assinalavam os Oratorianos. Mas do lado são e submisso ao Papa, aceitava-se com rendida obediência a bula. A 15 de Dezembro setecentos doutores da Faculdade, dos quais eram trinta e nove bispos, notificaram a aceitação da Constituição Apostólica. À frente dos respeitosos e obedientes folgavam de se distinguir os Jesuítas [3].

Em Portugal triunfou a obediência e particularmente na Universidade de Coimbra [4]. Na Universidade de Évora, sendo rei-

(1) Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia de Jesus*, T. III, vol. 1.º, pág. 307, 320.

(2) Cf. Villoslada, *Manual de la Historia de la Compañía de Jesús*, pág. 334; Franco, *Imagem do segundo século*, f. 185v em B. N. L., *Fundo Geral*, n.º 750.

(3) Cf. Mourret, *Histoire Générale de l'Église*, VI, f. 460; Brucker, *La Compagnie de Jésus*, f. 795 e segs.

(4) Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, Tomo III, P. II, 84-92, onde se refere o juramento da Constituição *Unigenitus* feito solenemente no conselho da Universidade, celebrado a 7 de Janeiro de 1717.

tor o P. Frutuoso Correia, foi singularmente notável a rendição da fé, a sujeição do entendimento e o entusiasmo do amor à santa Igreja e ao Papa. Resumamos as cerimónias da solenidade, como no-las descreve relação contemporânea [1].

Para que viesse à notícia de todos os graduados da Universidade de Évora, oficiais dela, estudantes e Privilegiados, ordenou o Reitor, Frutuoso Correia, que se afixassem editais nas portas da Sala e nas da Capela real da mesma Universidade, que todos se apresentassem no Páteo das escolas com suas insígnias aos 23 de Novembro desse ano de 1719, em que a Universidade resolvera prestar o juramento de aceitar com a maior veneração e afecto a *Bula Unigenitus.* Demais mandou convidar todas as Religiões que havia na cidade, para que viessem, quando fossem do mesmo sentir, escrever de sua própria mão os seus nomes, e avi-

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 57, ff. 313 segs: *Relação sumaria do Aparato com q a Vnidᵉ de Evora fes o juramento da Bulla — Unigenitus — dada em Roma aos Idus de septembro de 1713, e da Bula — Pastoralis officii — dada em Roma aos 28 de Agosto de 1718* — O reitor da Universidade de Évora era o P. Frutuoso Correia, homem de ciência e de virtude. Nasceu em Braga no ano de 1655; agregou-se à Companhia a 6 de Outubro de 1671. Ensinou Letras Humanas e Retórica por seis anos; Filosofia por quatro; foi professor de Teologia moral na Universidade de Évora, e no colégio do Maranhão desde 1696 professou Teologia Sagrada chegando à cadeira de Prima, e a Decano. Foi Prefeito de Estudos no colégio de Santo Antão; deu quatro missões, e exerceu o ofício de pregador por quatro anos; foi Mestre de Noviços em Évora; e reitor dos colégios de Setúbal, Santarém e de Évora. Faleceu a 25 de Julho de 1735. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 47, Catál. de 1726, n.º 49; Franco, *Syn. Ann.*, 1696, n.º 2. Publicou o seguinte opúsculo sobre o juramento da bula *Unigenitus:*

Judicium Sacrae Facultatis Theologiae Academiae Eborensis circa Constitutionem Dogmaticam Unigenitus Dei Filius . . . a S. D. N. D. Clemente Divina Providentia Papa XI. Eborae cum facultate Superiorum ex Typographia Academica anno Domini 1720 . . .

A carta é dirigida ao Sumo Pontífice e assinada por: *Fructuosus Correa Societatis Jesu Eborensis Academiae Rector.* Sobre este opúsculo adverte António Franco, *Syn. Ann.*, 1719, n.º 20: *Vulgatus typis ea de re libellus admodum cultus, qui per orbem christianum spargitur.*

Da sua viagem ao Maranhão escreveu a «Relação da Viagem que fez o P. Fructuoso Corrêa mandado por ordem de N. R. P. Geral Tyrso González a ler Theologia ao Maranhão «ad tempus» e de algumas coisas notaveis que viu em Cabo Verde e na cidade de S. Luiz do Maranhão. . . . . . . D. S. Luiz do Maranhão, hoje véspera do Espírito Santo, 1696. De VV. RR.ᵃˢ menor servo e irmão em Christo, Fructuoso Corrêa». Cf. S. Leite, *História*, III, pág. 119-128.

sar os Doutores ausentes, enviando-lhes a matéria e forma de juramento.

Mandou também que no dia 23 se armasse, com o maior aparato possível, a Capela Real da Universidade, onde se havia de realizar o Acto solene. Assim se executou. « O altar-mór com as duas capelas colaterais estavam com preciosos frontais de bordado de oiro; os lados dos altares de alto a baixo com cortinados de damasco carmesim e o arco da capela-mór com sitial do mesmo... Estavam todas as capelas neste dia, assim tribunas como coro, com todo o ornato, que costumam ter no dia da maior solenidade... Das grades grandes até à última capela da igreja se levantaram de um e outro lado tabernáculos altos do chão cinco palmos, e de largura seis pela mesma forma que se costuma fazer nos doutoramentos de Teologia... No mesmo lugar, em que nos Doutoramentos costuma estar a cadeira do Padre Reitor, se levantou um vistoso Trono... de quatro degraus cobertos de tafetá carmesim, em os quais estavam só três assentos de veludo carmesim... Detrás do Trono se levantava um grande dossel de veludo vermelho lavrado; sobre o trono estava uma cadeira de tela abrasada e aos pés uma almofada de damasco carmesim. Sobre o iminente do espaldar da cadeira pendia o retrato próprio do Papa entre molduras de prata e alguns perfís de oiro » [1].

Preparado tudo o que temos dito, juntaram-se às sete horas da manhã do marcado dia 23, como fôra ordenado, todos os Doutores. mestres em Artes e mais Privilegiados, com todos os estudantes das escolas maiores e menores, e dando o sinal o sino da Universidade, ao som dos costumados instrumentos [2], « saíu o préstito mais lustroso não só pela multidão dos graduados, que a ele acudiram, mas pela de muitos religiosos e pessoas graves desta cidade que o fizeram mais plausível e numeroso; e dando a volta costumada, entrou na Capela real desta Universidade, que ainda se não tinha aberto aquela manhã por causa da muita gente, que havia concorrido. Postos os Doutores, Mestres em Artes e mais oficiais cada um em seu lugar, ouviram a Missa do Espírito Santo, que disse o Padre Doutor Lente de Prima de Teo-

---

(1) *Relação Sumaria*, citada, f. 313 do cód. *Lus.* 57.

(2) São as tradicionais charamelas.

logia, Mateus Gião. Acabada a Missa levantou-se em pé o Padre Cancelário e tomando a vénia ao Padre Reitor, e aos mais na forma costumada, fez uma oração em latim propondo a matéria e exortando ao juramento em claro e perfeito estilo. Depois, conforme se tinha assentado em Claustro, mandou ao secretário da Universidade que lesse as proposições, em que tinha assentado esta Universidade e que enviara às Religiões e Doutores ausentes. Assim o fez o secretário em voz alta e inteligível, a que se seguiu mandar o Cancelário que lesse do mesmo modo a Bula *Unigenitus*, o que assim cumpriu » [1].

Descobriu então o Mestre de cerimónias a cadeira do Pontífice, a mesa do Juramento e o lugar das escrivaninhas anunciando que ia proceder ao Juramento. Jurou em primeiro lugar o P. Reitor Frutuoso Correia, segundo as cerimónias estabelecidas; seguiu-se o Padre Cancelário e logo por sua vez « todos os Lentes e não Lentes e Mestres em Artes formados nesta Universidade, que foram tantos em número, que não cabendo nos Doutores, foi necessário armarem-se novos bancos, em que se assentassem. Enquanto se fazia o juramento, andavam os dois bedéis, cada um por sua parte, com as escrivaninhas e papel em que se assinaram por sua própria mão todos os graduados, depois de jurarem.

« Acabado o juramento com toda a solenidade que não só a muitos religiosos mas ainda a muitos seculares causou lágrimas de devoção, leu o secretário as procurações que tinha dos Doutores ausentes para jurar em seu nome, como do P. Francisco Salgueiro, e do P. Lourenço Ferreira, e outros mais, e em efeito jurou em nome de cada um » [2].

Terminada a soleníssima função, subiu ao púlpito o Padre Mestre Estevão de Sequeira, ornado com as insígnias de Mestre em Artes, e, tomando a vénia sòmente ao Sumo Pontífice [3], proferiu a Oração latina, que foi singularmente aceite de todos pela notável energia e erudição com que falou. Em remate deu o Cancelário graças a Deus, ao Sumo Pontífice e ao auditório, e então se repicaram os sinos de todo o colégio e Universidade.

---

(1) *Relação* cit. f. 313v.
(2) *Relação* cit., f. 314.
(3) Com as palavras: *Beatissime Pater*.

Seguiu-se o hino ambrosiano que toda a música da Sé magistralmente cantou.

«Foi este acto de sumo aplauso pela grandeza e gravidade com que tudo se fez, com uma nunca vista atenção de todo o auditório, assim do Eclesiástico e Regular como Secular» [1]. A Relação termina com este acto de Fé: «Seja tudo para glória de Deus, exaltação da nossa Santa Fé Católica Romana, Crédito de Portugal e honra desta Universidade de Évora» [2].

9 — Não foram menores nem menos salutares as impressões, que no ânimo dos fiéis causou a nova solenidade, que se introduziu no segundo quartel do século XVIII. Em boa hora se deu princípio ao canto solene do Te-Deum no dia último do ano, para agradecer a Deus os benefícios durante esse ano recebidos da liberalidade divina. Foi no último dia de 1713, que pela primeira vez, nestas circunstâncias, se cantou solenemente o hino ambrosiano; e o Geral Tamburini determinou que se continuasse todos os anos o santo costume [3].

De feito nos colégios da Companhia se meteu e conservou o uso daquela devoção magnífica no dia 31 de Dezembro de cada ano.

Em 1718 cantou-se na Igreja de S. Roque de Lisboa com aparato maior e grande magnificência e concurso de toda a cidade e nobreza e família real.

As vozes e os instrumentos eram muitos e variados, e muito escolhidos. Assim o queria D. João V, assim o desejava o Patriarca D. Tomás de Almeida, sabendo ambos a pompa com que esta função se costumava celebrar em Roma, na Igreja da Casa

---

(1) *Relação Sumaria*, em *Lus.* 57, f. 313-315. — Esta Relação é anónima e do contexto não se colhe claramente o nome do autor. Em todo o caso parece obra do P. Frutuoso Correia.

(2) *Relação*, f. 314v. — O P. Frutuoso Correia, escreve nesta ocasião ao P. Assistente de Portugal, João Baptista do Vale, de Évora a 8 de Dezembro de 1719, e diz-lhe: «Ahi mando a V. R.ª a Suma da grandeza com que se fez o acto do juramento sobre a Bulla *Unigenitus:* e veneração das Letras Apostólicas *Pastoralis Officii* ... Agora ficão pondo-se correntes os papeis p.ª que feitas todas as diligências e havidas as licenças da Ordem, Inquisição e Paço se possam imprimir ...»

Refere-se certamente ao opúsculo: *Judicium* ...

Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 315.

(3) Franco, *Syn. Ann.*, 1713, 20.

Professa. Eram diversos os coros, e os estudantes das escolas do colégio de Santo Antão, muito bem ensaiados, formavam o seu coro, representando de povo, e cantando os versos do hino que lhes competiam. Tudo se executou segundo a vontade real [1]. Pena contemporânea deixou em memória que se cantara o hino «com tanta magnificência e devoção, que jamais se viu acto de tão pio e devoto culto para com Deus» [2].

Assistiram suas Majestades, o Cardeal da Cunha, o Patriarca, todos os grandes e nobreza do reino, cónegos da Patriarcal; todos os Embaixadores e Ministros assim do Papa, como das demais Potências. «A multidão dos instrumentos e variedade das músicas, compostas de todas as melhores vozes da Corte, faziam uma tal melodia nos versos que cantavam, alternando todo o concurso dos fiéis o verso seguinte, com tanta piedade que causava uma terna devoção nos corações. A esta suavidade de vozes correspondia o ornato de igreja». Luzes de cera contavam-se 992, além de 150 tochas, com que assistiam outros tantos irmãos da Congregação daquela igreja, tudo disposto com tal ordem que causava grande admiração [3].

No ano seguinte de 1719 renovou-se a majestosa solenidade; mas subiu de ponto com tal excesso, que parece não poder crescer mais. Compôs o hino em canto figurado o Padre Cristóvão da Fonseca, da Companhia de Jesus, eminente na arte da solfa, e «um dos mais famosos compositores de música da presente idade» [4], e os que mais se distinguiam na arte musical em

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século...*, f. 119, ano de 1718; na Bibl. N. L. *Fundo Geral*, n.º 750.

(2) *Gazeta de Lisboa*, 1719, pág. 7.

(3) *Gazeta*, 1719, pág. 7.

(4) Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, vb. *P. Christovam da Fonseca*. — Cristóvão da Fonseca era irmão do bem conhecido P. Francisco da Fonseca e de António Duarte da Fonseca, Prior da Insigne Colegiada de S. Miguel de Sintra (Franco, *Syn. Ann.*, 1705, n. 13). C. da Fonseca, natural de Évora, onde nasceu em 1682, entrou na Companhia a 25 de Janeiro de 1699. Era orador de grande aceitação. «Concorriam nele todas as prendas vantajosas para os púlpitos» (Franco, *Imagem do 2º século*, f. 319v). Faleceu em Torre-Bela, quinta dos Duques de Lafões, a 19 de Maio de 1728, com 46 anos de idade, assistido pelo P. José Mendes, da Companhia, confessor e mestre do Duque, e mais dois Padres do colégio de Santarém (*Ibidem*, f. 319v). Jaz sepultado neste colégio. Cf. Franco, *Syn. Ann.*, 1718. 5; Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol. I, página 421, Lisboa 1900; Vasconcelos, *Os Musicos Portuguezes*, vol. I, pág. 106, Porto, 1870.

Lisboa, declararam que essa composição era obra de mestre insigne. Para a execução armaram-se na igreja, magnìficamente adornada, cinco tablados ou palcos em lugares proporcionados. Em cada um deles se acomodaram três coros de cantores, com seus instrumentos, sendo ao todo quinze os coros. Não houve mestre nenhum que se atrevesse a dirigir o compasso naquela máquina tão complicada. Foi necessário que o autor da obra tomasse a direcção, colocando-se em lugar onde todos o pudessem ver. Os estudantes das escolas da Companhia formaram mais uma vez o coro em lugar do povo. Assistiram os reis e os infantes e o mais de grandeza que havia em Lisboa; e o concurso de religiosos e seculares era dos maiores que se tem visto. A execução foi um assombro. «Apenas se pode considerar, escreveu o coevo António Franco, acção feita com mais piedade, culto de Deus e maior e mais ilustre concurso» (1). O Patriarca D. Tomás de Almeida correu liberalmente com as despesas da solenidade.

Um ano depois, em 31 de Dezembro de 1720, celebrou-se a mesma comovente cerimónia, também na igreja da Casa Professa e com igual solenidade. A composição, do mesmo autor P. Cristóvão da Fonseca, foi repetida ou renovada (2).

Em 1747 o *Te-Deum* foi «posto em solfa por João Rodrigues Esteves (3), e cantado pelos cantores mais insignes, italianos e portugueses e com a melhor música de instrumentos». Assistiram a Rainha, a Princesa e o Príncipe, a Princesa da Beira, Infantas, D. Pedro e D. António, o Núncio Apostólico, Monsenhor Lucas Melchior Tempi, depois Cardial Tempi, e os embaixadores das Potências (4).

Três anos depois no meado do século XVIII, ressoaram no mesmo templo a 31 de Dezembro de 1750 os versos solenes do

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 224v — 1719. *Gazeta de Lisboa*, 1720, pág. 7.

(2) *Gazeta*, 1721, pág. 8.

(3) João Rodrigues Esteves, Mestre-capela na Sé de Lisboa, durante a primeira metade do século XVIII. No arquivo da Sé existem numerosas composições suas... Quase todas têm a data compreendida entre os anos de 1719 a 1751. Cf. *Portugal Dicionário Histórico*... por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vb. Esteves (João Rodrigues).

(4) *Gazeta de Lisboa*, 1748, 2 de Janeiro.

majestoso hino « composto em solfa por um método novo, sublime e harmonioso e cantado pelas músicos mais insignes da Côrte, assim italianos como portugueses, acompanhado dos melhores instrumentos. A concorrência da Nobreza e do povo foi mais excessiva que nos anos precedentes » [1].

Em 1753 renovou-se com semelhante aparato e concurso, igualmente na Igreja de S. Roque, de Lisboa, a grandiosa cerimónia [2].

Finalmente — e é o derradeiro documento que se nos deparou neste assunto — cantou-se o mesmo hino ambrosiano na terça-feira último dia de 1754 sob o tecto artístico da mesma igreja. O templo sagrado estava magnificamente adornado; a música distribuída em diferentes coretos, escolhida e impressionante; a iluminação esplêndida e bem disposta, e o concurso da gente inumerável. As Majestades Fidelíssimas e suas Altezas foram em público acompanhados de todos os senhores da Côrte assistir — pela última vez? — ao imponente e piedoso acto [3].

Com estas e semelhantes ostentações do culto esforçavam-se estes religiosos a levantar para as alturas sublimes do céu, a quantos viviam demasiadamente inclinados para as misérias terrenas e o fruto correspondia certamente à grandeza do acto religioso.

---

(1) *Gazeta*, 1751, pág. 20, 5.ª feira, 31 de Dezembro de 1750.

(2) *Gazeta*, 1754, pág. 8.

(3) *Gazeta*, 1755, pág. 8 — A 31 de Dezembro de 1755 já não houve *Te-Deum* por ter sucedido, pouco antes, em 1 de Novembro de 1755, o espantoso terremoto?

CAPÍTULO III

FERVOR DE MISSÕES POR TODO O PORTUGAL

SUMÁRIO: — 1. *Admirável expansão de zelo apostólico* — 2. *Missões sempre frutuosas.* — 3. *Nos primeiros anos do século XVIII.* — 4. *Prossegue nos anos seguintes igual fervor.* — 5. *Um missionário estrangeiro.*

1. — As manifestações de zelo e caridade cristã, cresciam notàvelmente com os ministérios sagrados, que mais e mais ruidosamente exercitavam os religiosos da Companhia. Eram com efeito as missões rurais e urbanas, tanto do agrado daqueles apóstolos, que mais com elas comoviam e abalavam a sociedade portuguesa, e maior fruto produziam para o aumento da fé, para regeneração das almas, e para o afervoramento dos fiéis.

As missões chegavam a transformar, como que prodigiosamente, para uma vida exemplar, não só os indivíduos insulados, mas até vilas, aldeias e cidades inteiras. Por isso os religiosos e particularmente os superiores, e muito especialmente os superiores maiores, não cessavam de se afervorar intensamente para a expansão das missões por todo o Portugal.

Sobressaíam neste empenho os três Gerais, Tirso González, Miguel Ângelo Tamburini e Francisco Retz, que governaram a Companhia nos primeiros cincoenta anos do século XVIII [1].

---

[1] Tirso González teve o governo da Companhia no século XVII e XVIII, de 1687 a 1705. Tamburini foi Geral de 1706 a 1730. Retz governou como Geral a Companhia de 1730 a 1750.

Tirso González foi um dos mais insignes missionários da Companhia. Quase toda a Espanha a percorreu em missões, que profundamente comoviam os auditórios, e armazenavam nos celeiros de Deus frutos copiosos de conversão das almas [1].

Tamburini em carta para o P. António Gião, de 27 de Novembro de 1714, declarava-lhe que tinha grandemente a peito a introdução e estabelecimento das missões no reino de Portugal, e com ele se congratulava por ter sido eleito para pregar o Evangelho aos povos, e tornar-se por esta eleição verdadeiro apóstolo [2].

O Geral Retz bem mostrou o que sentia das missões, na carta que escreveu ao fervoroso missionário Calatayud, a consolá-lo, a defendê-lo e animá-lo mais ainda para o apostólico ministério das missões [3].

Com estes exemplos que se davam, tão deslumbrantes e persuasivos, desde o princípio da Companhia, e com os incitamentos dos Superiores, sempre vigilantes, não admira que vibrasse contìnuamente por toda a Província o fervor das missões. Assim é que nos primeiros anos do século XVIII foram numerosos, os missionários, que se ocuparam, alvoroçados, neste admirável e fecundíssimo ministério.

Em 1710 missionavam as terras do Barroso e a região de Entre Douro e Minho os Padres João de Sampaio e Francisco Carneiro [4].

No bispado de Miranda lidavam zelosamente em 1713 os Padres Miguel Freire e Luís de Castro [5].

---

[1] Cf. Reyero, *Misiones del M. R. P. Tirso González de Santalla*, Santiago, 1913; Astrain, vol. VI, pág. 71 seggs.; Arq. S. J., *Lus.* 37, II, carta do P. Tirso González, de 9 de Maio de 1606; Rodeles, *Vida del P. Pedro Calatoyud*, pág. 513 segs.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 217.

[3] Rodeles, *Vida del P. Calatayud*, 221-222.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 117, no vol. *Historia et Acta*, 1687-1728. — O P. João de Sampaio era natural de Lamego, onde nascera a 12 de Dezembro de 1675. Entrou na Companhia a 20 de Setembro de 1691. Foi profesor de Letras humanas e por alguns anos pregador e missionário. Arq. S. J., *Lus.* 47, cat. 1726, n.° 416.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 121. — Miguel Freire professo de 4 votos, natural de Ancião, da diocese de Coimbra, nasceu a 6 de Outubro de 1675, e foi admitido à Companhia a 29 de Maio de 1693. Arq. S. J., *Lus.* 47, cat. 1726, n.° 419.

Pelos campos da Extremadura corriam em 1714 nas asas do zelo os Padres António Gião e Dionísio dos Santos [1].

No mesmo ano cultivaram, na província de Tras-os-Montes, as vilas de Amarante, Vila Real e Miranda, os Padres Frutuoso Correia e Manuel de Madureira [2].

Ainda nesse ano percorreram, em missões pedâneas, o bispado de Coimbra os Padres Francisco de Barros e Bernardo Machado [3].

Nos três meses de Outubro, Novembro e Dezembro igualmente de 1714 levaram, em missões pedestres pelo bispado conimbricense, a voz do Evangelho os dois Padres, Manuel dos Anjos e António de Melo [4].

Não se nos passem esquecidas as fervorosas missões pedâneas, que também no ano de 1714 deram os Padres José Moreira e José da Costa, por dezassete povoações do bispado de Coimbra: Vila de Cernache, Condeixa a Velha, Condeixa a Nova, Ega, Soure, Figueira, Buarcos, Alfarelos, Granja, S. Verão, Verride e outras mais [5].

Pelo Minho andaram em busca de almas para salvar, no ano de 1715, os Padres Carlos Salzedo, João Brandão e António Garcia [6].

---

[1] Arq. S. J., Carta de Santarém de 10 de Abril de 1714. — O P. António Gião era natural de Odivor. Nasceu a 7 de Novembro de 1752; entrou na Companhia a 4 de Outubro de 1670. Catálogo citado, n.º 232.

[2] Arq. S. J., *Lus*, 57, f. 129 — O P. Frutuoso Correia, natural de Braga, nasceu em 1655 e entrou na Companhia a 6 de Outubro de 1671. Ensinou Letras humanas, por 6 anos; Filosofia 4, e Teologia Moral na Universidade de Évora e no Maranhão.

[3] Arq. S. J., *ibid.*, f. 133, Coimbra, 24 de Setembro de 1714. — Francisco de Barros nasceu no Porto a 15 de Setembro de 1681, e deu seu nome à Companhia a 2 de Março de 1697. Ensinou Letras humadas por 5 anos, e exercitou-se por um ano nas missões. Bernardo Machado, nascido no Funchal em 1677, encorporou-se na Companhia a 12 de Julho de 1698. Por treze anos se empregou na pregação.

[4] Arq. S. J., *Lus*. 57, f. 142. — P. Manuel dos Anjos, professo de 4 votos, natural de Formoselhe, onde nasceu em 1682; entrou na Religião a 25 de Jan. de 1699. Ensinou Letras Humanas e Retórica por 5 anos; e por alguns anos foi pregador.

[5] Arq. S. J., *Lus*. 57, f. 288. — O P. José da Costa, de Lisboa, nasceu a 18 de Setembro de 1681; entrou na Companhia a 25 de Abril de 1698. Ensinou Letras Humanas por 5 anos; Filosofia por 4; Teologia moral e especulativa até à cadeira de Prima.

[6] Arq. S. J., *Lus*. 57, f, 153, Porto, 5 de Abril de 1715. -- P. António Garcia, de Barcelos, nasceu a 1 de Março de 1648, entrou na Companhia a 14

Em Vila de Conde e Vairão, da diocese de Braga, trabalharam com fervor de apóstolos do mesmo ano de 1715, o P. Alexandre Duarte e João Brandão [1].

2. — Todo este movimento de missões, tão continuado e tão fervoroso, era impossível que não desse grande fruto de piedade religiosa, e renovação social. Documentos à farta o provam com exuberância. Era tal, comumente, a força persuasiva da palavra de Deus, anunciada pela voz eloquente e zelozíssima do missionário, que não havia resistência que prevalecesse, e sucediam-se, umas às outras, conversões admiráveis, por modo extraordinário. Sirva de exemplo um facto deveras comovente. Numa noite, já adiantada, chegou à pressa alguém com um recado para o missionário, a dizer-lhe que uma donzela, já nos momentos últimos da sua vida, lhe implorava socorro pronto para o perigo extremo em que se achava. Acudiu sem demora o missionário, e correu, montado num cavalo, a toda a brida. Com grande surpresa encontrou a pessoa que buscava, sim, doente, mas com muito maior gravidade na alma que no corpo. Durante não poucos dias lutara obstinadamente contra as exortações calorosas do missionário, mas finalmente deu-se por vencida; e, fingindo-se assaltada por dores violentas, mandou chamar o sacerdote, já que de outra maneira não podia conseguir falar-lhe, e em sua presença lhe abriu os esconderijos tenebrosos da alma, que por largos anos a obstinação guardara criminosamente cerrados [2].

Outro dia pregava na igreja o missionário, e, quando, entre as lágrimas suspiros e vozes de perdão, mostrava a todo o povo a imagem de Jesus crucificado, vêem subir ao púlpito um homem nobre, e, fazendo sinal que ia falar, no silêncio atónito da multidão, teve ânimo e humildade para manifestar pùblicamente um pecado seu contra a honra do próximo [3].

Noutra missão, quando o orador com mais veemência se inflamava contra os vícios, levantou-se de repente na igreja um tumulto, que impedia a pregação. Suspendeu a palavra o missio-

---

de Fevereiro de 1669; foi missionário. Agora já quebrantado da velhice. João Brandão, do Porto. Aí nasceu a 4 de Março de 1670. Entrou na Companhia a 4 de Maio de 1686. Foi pregador e missionário e procurador dos presos.

(1) Arq. S. J., *Lus.* 57.

(2) Arq, S. J., *Lus.* 54, f. 280v-281v.

(3) *Ibidem*, f. 280v.

nário, enquanto não parava o murmúrio, ou antes o alarido. Tinham comovido o auditório as palavras do pregador a ponto de se exortarem com brados os ouvintes à paz e à concórdia, que os ódios de longo tempo haviam totalmente perturbado. No dia seguinta foi enorme o concurso ao Tribunal da Penitência [1].

Conversões como estas, ou ainda mais espectaculosas, eram quase quotidianas nos dias da missão, e geralmente os missionários, na despedida sempre comovida, saudosa e orvalhada de lágrimas, deixavam toda a povoação totalmente convertida para os bons costumes, para a virtude, para Deus.

Na missão que deram no Algarve, na vila de S. Bartolomeu de Messines, tamanho foi o bem que fizeram ao povo daquela freguesia, que o cura, João Amado, se julgou obrigado a escrever ao Superior da Companhia de Jesus, para lhe agradecer o grande benefício de ter mandado àquela terra os dois zelosos missionários. «Bem sei, alegava a carta do piedoso cura, havia V. Il.ma de estranhar o não lhe escrever na ocasião, em que se despediram os PP. Mestres missionários desta casa e freguesia de S. Bartolomeu de Messines; mas desculpa-me a grande, a grande pena, que me assistiu, quando se ausentaram dela, e esta me não deu lugar a render a V. Il.ma as graças do grande bem espiritual, que me mandou e para os meus fregueses, que ainda agora se vai mostrando o grande fruto que nesta freguesia fizeram. Aqui assistiram dez dias, que me pareceram dez horas; porque o amor e suavidade assim nos confessionários, como nos púlpitos, atraía os afectos de todos os meus fregueses... Não tem faltado inveja aos meus párocos circunvizinhos, dizendo que só eu mereci ter tão grande ventura com a longa consolação dos meus fregueses... Nestes dez dias comungaram 1170 pessoas, e fizeram sete sermões de doutrina tão suavemente pregada, que parecia que não eram eles que falavam, mas que o Espírito Santo falava neles. Não sei encarecer a V. Il.ma o bem que se nos ausentou; mas basta serem os Padres da Companhia, criados com aquele pasto espiritual da sua Religião» [2].

A suavíssima impressão que deixaram após si naquela povoa-

---

(1) *Ibidem.*

(2) Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 283-284. Carta de 2 de Janeiro de 1715, de S. Bartolomeu de Messines.

ção os missionários, reproduziu-se comumente em todas as terras, que o zelo daqueles apóstolos cultivava.

3 — Mas desçamos em particular a algumas missões, para mais fàcilmente avaliarmos a acção ardorosa dos missionários, e o fruto que recolhiam da sua actividade apostólica, e comecemos pelas primeiras missões que nos descreve o analista da Província no começo do século XVIII.

A diocese de Leiria foi o campo onde primeiro se desenvolveu a actividade desses apóstolos nestes princípios. Havia cinco anos que os missionários da Companhia, como que se encarregaram de evangelizar aquela diocese, a rogos do Prelado leiriense, D. Álvaro de Abranches e Noronha, filho do conde de Valadares [1]. Por este modo se iniciou a frutuosa e prolongada missão.

Havia por esses anos naquela populosa diocese penúria extrema de confessores e pregadores, e essa falta, sumamente perniciosa para a vida espiritual dos fieis, originou-se por uma resolução do bispo. Assentou ele inabalàvelmente não conceder a nenhum sacerdote, nem do clero secular nem do regular, licença para confessar ou pregar, se não provasse com um exame a sua ciência e aptidão para o exercício desses ministérios. Exasperaram-se, quanto se pode imaginar, os religiosos com a determinação do bispo e todos à uma se obstinaram em não se apresentarem ao exame prescrito. Assim de ambos os lados pertinazmente se firmaram na primeira resolução. Nenhum cedia, nem o Prelado nem os religiosos. Entretanto a consequência era desastrosa, vivendo como viviam, pela diocese os fieis, privados de todo o auxílio de suas almas.

Mas o bispo, se era tenaz no seu propósito, não era menos solícito e cuidadoso do bem das ovelhas, que Jesus Cristo lhe confiara. Que saída excogitou o nobre Prelado a tão complicada situação? Dirigiu-se ao Provincial da Companhia de Jesus a rogar-lhe que lhe concedesse alguns Padres da Companhia que percorressem toda a sua diocese e cultivassem espiritualmente, com o mais ardente zelo, os fieis que lhe eram sujeitos. Alcançou fàcilmente o que pretendia, porquanto, adverte o analista, não

---

(1) Era bispo de Leiria desde 30 de Outubro de 1694, dia em que tomou posse do seu bispado.

parecia decente recusar o pedido, que todo se encaminhava a procurar a salvação dos próximos, e alguma coisa contribuia para o bom nome da Companhia, porque se concedia a seus filhos, sem prévio exame, o que se negara a todos os membros das outras famílias religiosas [1].

Nestas condições destinaram-se logo pelos superiores os missionários para aquela laboriosa empresa. O tempo da gloriosa missão eram os dias da Quaresma. Escolheram-se Padres da Casa Professa de Lisboa, alguns do colégio de Santarém e outros do colégio de Coimbra, para se desempenharem desta missão, que pelo espaço de longos anos perseverou. E porque era muito grande a seara, e os operários diligentes e zelosos, sempre se recolheram frutos copiosos. Quatro dos missionários trabalhavam na vasta diocese, poucos em número, mas grande exército na virtude e valor. Ao amanhecer corriam para o confessionário, donde não se levantavam senão depois do meio dia. De tarde prosseguiam as fadigas, indo também consolar os presos com os sacramentos da igreja. Todos os dias se davam à pregação e ao ensino da doutrina cristã, ou na Sé episcopal ou nas praças públicas da cidade. O fruto era, quanto se pode dizer, abundante [2].

Nos anos seguintes continuavam os Padres nesta grandiosa missão, com grande satisfação do bispo, contentamento dos missionários e fruto das almas.

Pelos anos de 1737 ainda o analista da Província se refere a esta missão com entusiasmo [3]. Diz ele que nos dias da Quaresma acudiam todos os anos dos colégios da Companhia, a pedido do Prelado, três pares de missionários a renovar as fadigas, sempre grandes, e a recolher larga messe. O zeloso bispo os hospedava a todos amigàvelmente no seu Paço, onde lhes tinha preparados os quartos precisos, e mobilados ao modo da Companhia.

O processo das missões era geralmente o mesmo. Dois Padres ficavam na cidade de Leiria e pregavam na catedral. Um

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 167, *Collegium Conimbricense*, ânua de 13 de Fevereiro de 1700, assinada por Mateus Gião.

[2] Arq. S. J., *ibidem: Missio Leiriensis.*

[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 279, ânua de 1734 a 1737.

pregava de manhã e outro de tarde. O que restava de tempo ocupavam-no em ouvir confissões no tribunal da Penitência; e era tão inumerável o concurso à confissão, que não havia poder satisfazer a todos até à noite [1]. Mas era considerável e quase incrível a multidão dos que, vivendo no meio do mundo, procediam com tanta honestidade, que bem podiam rivalizar com Religiosos. Os outros quatro missionários percorriam as freguesias rurais, e a toda a parte levavam a boa nova do Evangelho. Os fiéis correspondiam ansiosamente às fadigas dos Apóstolos [2].

Não cessaram porém cada ano as missões da diocese de Leiria até aos últimos anos em que a Companhia de Jesus trabalhou em Portugal. Em 1753 ainda houve desinteligências entre os missionários e o bispo, já então fr. João de N.ª Senhora da Porta, de nome secular João Cosme da Cunha. As desinteligências desgostaram ao bispo, e afligiram notàvelmente o Geral da Companhia Inácio Visconti. A origem destes dissabores foram imprudências dos dois missionários, que pregavam na Catedral. O mesmo Geral reprovou o procedimento dos missionários em carta para o P. José de Oliveira, que foi substituir os pregadores da Catedral [3]. Os novos missionários resgataram as inadvertências ou inconsiderações dos primeiros [4].

---

(1) *Ibidem.*

(2) *Ibidem.*

(3) Arq. S. J., *Epist. Gen. Lus.* 36, 1751-1754, f. 95. Carta do Geral a Lisboa, ao P. José de Oliveira, de 5 de Junho de 1753.

(4) O Geral assim manifestou o seu sentimento: « Não se pode crer a tristeza que se apoderou do meu espírito, logo que li a carta de V. Rev. e conheci que se perdera a boa estima da Companhia perante o Ex.mo Bispo de Leiria, amicíssimo de nossa Companhia, por culpa dos nossos missionários. Sinto profundamente que se tivesse confiado empresa de tanta monta e dignidade a homens tão pouco solícitos da honra comum da nossa Corporação e tão esquecidos da própria conveniência, e que no seu modo de proceder se desviaram dos exemplos daqueles a quem a Província nos anos passados encomendou essa honrosa ocupação, e não duvidaram ofender pùblicamente ao Ex.mo Bispo, em sua casa, ao Cabido e a todo o povo, tão afeiçoado à Companhia. Louvo as providências que tomou o Provincial de Conselho de seus consultores e outros Padres mais graves. É maior o louvor, que ele merece, por ter designado a V. Rev. para companheiro e escolhido os que havia de mandar imediatamente para Leiria; pois sei muito bem com quanta dignidade resgataram ainda só com um sermão toda a desonra que nos ganharam, durante toda a quaresma, aqueles missionários negligentes e preguiçosos ». Arq. S. J., *Lus.* 36, pág. 95, carta do Geral ao

Missão não tão duradoira, como as de Leiria, mas de excepcional importância foi a que no ano de 1710 espalhou bênçãos do céu nas regiões do Minho e serras do Barroso, que é, diz António Franco, « o lugar mais áspero que se sabe em Portugal » [1]. Preparando-se para a grande viagem, saíram do colégio de Coimbra, em dois de Outubro de 1708, dois missionários para a dilatada missão de nove meses. Dirigindo-se a Braga, foram tomar a bênção ao arcebispo, D. Rodrigo de Moura Teles [2]. O zeloso Prelado deu-lhes a bênção e apontou-lhes para o Barroso como para campo de seu zelo, e partiram « com seus bordões na mão, refere Franco, e alforginhos às costas para o seu breviário, e coisas de devoção » [3]. Foram por Guimarães a pé, que desta sorte se fazia a missão. Parte dessa terra é Minho, parte é Trás-os-Montes. É áspera e montuosa, em especial na serrania, chamada Gerez. Nela há neve a maior parte do ano. Nem é menor que o desabrido das terras, a rusticidade dos habitantes, geralmente faltos de doutrina, e os clérigos pouco cientes [4]. Na igreja de Longos Vales o concurso foi desmedido. Vinte e seis confessores não davam expedição a tanto trabalho. A igreja estava quase sempre apinhada de devotos. No jubileu das quarenta horas, celebrado na segunda e terça-feira do Entrudo, a gente, por sua devoção, suspendeu os trabalhos como se fossem dias santos. Até fins de Abril continuaram nos mesmos empregos, e no princípio de Maio voltaram às terras do Barroso, onde eram esperados. Tinham gastado nesse campo mês e meio, quando lhes chegou carta do reitor do colégio de Coimbra a ordenar se recolhessem ao colégio. Ausentaram-se daquelas terras, que deixavam muito saudosas da doutrina e exemplos dos Padres. Não descemos a particularidade de mudança de costumes

---

P. José de Oliveira, de 5 de Junho de 1753. — O P. José de Oliveira, natural de Lisboa, onde nasceu a 15 de Novembro de 1696, entrou na Companhia a 15 de Abril de 1711. Ensinou por 6 anos Letras Humanas; por 4 anos Filosofia; e Teologia Moral e Especulativa por 12 anos. É pregador. Arq. S. J., *Lus.* 47, cat. 1726, n.° 269; *Lus.* 49, cat. de 1749, n.° 20.

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 153 (1701). Em B. N. L., *Fundo Geral*, n.° 750.

(2) Este bispo entrou na diocese a 4 de Setembro de 1704.

(3) Franco, *ob. cit.*, f. 153.

(4) *Ob. cit.*, f. 153v.

e conversões, sempre comoventes e edificativas, mas também sempre semelhantes às de outras missões [1].

No ano seguinte foi lavrando o mesmo fervor, e diversas missões se espalharam pelas várias terras do reino. Andaram pelas ribeiras do Minho, pelo bispado do Porto, pela arquidiocese de Braga, pela diocese de Leiria, onde se deram sempre missões frutuosas, como já notámos, desde que tomou a diocese D. Álvaro Abrantes e Noronha, em 1694.

Missões estáveis realizaram-se em Grândola, Óbidos, Abrantes [2].

Mais longe ainda voaram os pregoeiros do Evangelho, e percorreram toda a Ilha do Faial os Padres António Freire e José de Moura. Conciliaram-se vontades desavindas e animadas de ódio; compuseram-se demandas, que pareciam não se haverem de harmonizar. Os párocos afirmavam que não se tinham visto missões, em que tantas restituições houvesse. Enfim admirável foi o fruto da semente divina espalhada pelos operários evangélicos [3].

Em 1714 acenderam-se mais as chamas do fogo sagrado para aumento das missões. No Fevereiro desse ano publicou-se na Província a ordem do Geral Tamburini, de que nos colégios de Braga, de Coimbra, de Évora, do Porto, de Santarém, e depois no de Bragança, houvesse em cada ano continuamente dois Padres, destinados às missões urbanas e rurais de Portugal; que saíssem para elas na primavera e no outono, porque eram os tempos mais acomodados para esta espécie de apostolado, e que, depois de concluídas as missões, se recolhessem aos colégios, e, sem outras ocupações, se preparassem para a seguinte missão. Não foi inútil a prescrição do Geral.

Na Quaresma foram em missão, como em anos passados tinham feito, ao bispado de Leiria, sendo sempre dois Padres para pregar e confessar na cidade episcopal, e quatro para discorrerem pelo bispado inteiro. De treze de Maio a trinta de Julho andaram em missão pedânea pelo bispado de Coimbra, para as partes de Recardães, e Águeda, os Padres Francisco de Barros,

---

[1] *Ob. cit.*, f 153; Franco, *Syn. Ann.*, 1710, n.º 6.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 157v; *Syn. Ann.*, 1711, n.º 9.

[3] *Ibidem.*

natural do Porto, e Bernardo Machado, do Funchal. «Houve em todo aquele povo concursos extraordinários e abalos e comoções, que preparavam decidida conversão. Os párocos os convidavam à porfia para as suas paróquias». Havia muitos anos que por aqueles povos não tinham passado religiosos da Companhia. Maravilhavam-se de os ver ir a pé com seu alforginho pendente do ombro, vivendo com tanta pobreza ao modo apostólico, o qual é o que mais conduz para Deus assistir aos missionários e despertar a piedade nos povos [1]. O P. Bernardo Machado, que escreveu a notícia desta missão, observa expressamente: «Foi tão bem aceita dos párocos esta missão, como se vê do grande zelo com que nos iam buscar» [2], e frisa o notável fruto do trabalho missionário, e a elevada estima que tinham dos apóstolos de Coimbra [3].

Nem foi menor a colheita espiritual das duas missões pedâneas, que pelo mesmo bispado fizeram quatro Padres do terceiro ano nos três meses de Outubro, Novembro e Dezembro [4].

Para as partes de Castel Viegas, Almalaguês, Miranda do Corvo, Lousã, Vilarinho e Álvares além da Serra foram os Padres Manuel dos Anjos e António de Melo. E em todas essas terras se despertou mais que ordinária devoção, nos povos que concorriam em numerosos concursos às confissões, pregações e doutrinas [5]. No remate das diversas missões davam sempre um espectáculo, que profundamente comovia os fiéis. Organizavam uma procissão, que dirigiam a algum pequeno santuário da vizinhança e fora do lugar, onde explicavam com solenidade especial a santa doutrina. Adiante ia arvorado o devoto Crucifixo, que mostravam ao povo no fim dos sermões; logo caminhavam os meninos cantando a doutrina; noutro coro faziam o mesmo os clérigos. Seguia o mais povo em suas fileiras, todos cumpungidos e modestos, que inspiravam devoção. Advertiam os Padres que tais procissões influíam na gente manifestos sentimentos de ternura.

Concluída a doutrina no campo, voltavam com a mesma

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 179-180; *Syn. Ann.*, 1714, n.º 7.
(2) *Ibidem*.
(3) *Ibidem*, f. 180.
(4) *Ibidem*, f. 180-180v.
(5) *Ibidem*, f. 180v.

ordem e cerimónia para a povoação; e sucedia aos missionários gastarem a manhã inteira no confessionário, prolongando o trabalho até cinco ou mais horas, estando sempre o sacrário aberto, para se dar a comunhão até à noite (1).

Pelo mesmo tempo se afadigavam em missão pelos arredores de Coimbra os Padres José Moreira e José da Costa: na povoação de Cernache, em Condeixa, em Soure e noutros lugares. Passaram o Mondego e correram a exercitar os mesmos ministérios na Figueira da Foz e em Buarcos. Volvendo a atravessar o rio, foram missionando os povos a ele vizinhos (2).

Ainda no ano de 1714 encontramos outras missões extremamente frutuosas. Foram missionários os Padres João Brandão, Carlos Salzedo e António Garcia, que assina a carta em que se descrevem os sucessos da missão. Contá-los-emos ou pelas palavras do autor ou em resumo.

Aos 20 do mês de Agosto partiram do colégio do Porto o P. João Brandão e António Garcia, para irem pregar a Barcelos, mas começaram por Braga para obterem a licença do arcebispo. Na cidade metropolitana foram tamanhos os concursos, que o P. Brandão se resolveu a fazer os sermões num terreiro ao ar livre, junto à porta da Igreja da Cruz. Na igreja da Companhia, em que ensinavam a doutrina, foi uma vez tão forte o apertão do gentio, que afrontou uma mulher a ponto de deixar ali a vida sem remédio. Dirigiram-se depois para Barcelos e nessa cidade decorreu a missão com o efeito acostumado. Dali se encaminharam para Viana do Minho. Era notável, conta o P. Garcia, a ânsia que todo esse povo mostrava de ouvir as pregações, a que assistia o General de Viana, D. João de Ataíde e sua consorte D. Constança. O exemplo destas personagens engrossava os concursos. Até aos conventos de freiras chegava a acção do missionário. O P. Garcia deu um retiro espiritual no convento a portas fechadas e Deus abençoou com mão larga o fruto. O convento reformou-se completamente. Rasgaram-se e queimaram-se pùblicamente muitas cartas. Tiraram-se dos dedos os anéis, e das orelhas as arrecadas. Lançaram de si outras peças de oiro, que traziam, e fizeram muitas confissões gerais.

---

(1) *Ibidem*, f. 180-180v.
(2) *Ibidem*.

Na cidade foram muitas as confissões bem demoradas; perdoaram-se mutuamente grandes ofensas, e reformaram-se as vidas. No último sermão que se fez no terreiro das Religiosas de Santa Ana, foi o auditório inumerável. No fim do sermão, depois de fortes bofetadas e muitas lágrimas, deram-se numerosos perdões públicos. No meio desta comovida e ruidosa cena levantou-se uma mulher e disse pùblicamente: «Padre, eu perdoo de coração, por amor de Deus, a morte do meu marido». Com este movimento decorreu a missão de Viana, que ficou em grandes desejos de um colégio da Companhia pelo grande amor que a seus Religiosos ganhou.

Dali passaram a Mazarefes e também a Guimarães, onde o fruto da missão foi deveras extraordinário. Eram na cidade grandes os abusos, que foi mister arrancar. As despedidas dos missionários foram comoventes, como eram mais ou menos as de outras missões. «Todo o povo, escreveu António Garcia, na nossa partida se mostrou muito saudoso e muito sentido, suspirando muito por lá tornarem, e desejando que tivesse a Companhia naquela Vila um colégio para bem de suas almas e doutrina de seus filhos» ([1]).

Pouco depois o ano de 1716 foi também generoso em missões e fecundíssimo em bons frutos.

Da Casa Professa de Lisboa partiram dois missionários, já avançados na idade, P. João de Oliveira e Pedro de Andrade; e do colégio de Santarém os Padres Dionísio dos Santos e Rafael de Oliveira. Pela diocese de Faro deu missão o P. José de Carvalho com Vicente Seixas, mestre de Latinidade. Em Braga e no seu termo empregou seu ardente zelo o P. Eugénio Ferreira com mais outro sacerdote. A diocese do Porto ofereceu campo muito fértil aos Padres João Brandão e Francisco de Barros, já bem exercitados neste ministério. A de Évora foi bem cultivada pelos Padres João de Figueiredo e Jerónimo Madeira. Na de Leiria trabalhavam os seis missionários, que o bispo cada ano requeria ([2]).

4 — Terminemos esta já longa ementa de missões dos primeiros anos do século XVIII, que bem mais se poderia prolongar.

([1]) Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 153-156. Carta de António Garcia, do Porto a 5 de Abril de 1715.

([2]) Franco, *Syn. Ann.*, 1716, n.º 14.

Tanto trabalhavam na morigeração de Portugal os Religiosos da Companhia! Vejamos ainda algumas dos últimos anos. Por 1740 e mais adiante deram nas terras circunvizinhas de Évora e Portalegre missões de grande zelo e copiosíssimo fruto. Foi a alma destas excursões de apóstolos o fervoroso P. João da Fonseca, auxiliado pelo P. Manuel de Matos. Nos anos anteriores já tinham semeado a palavra divina pela região transtagana, e recolhido fruto consolador. Agora começaram de novo a sua acção pelos territórios de Beja, e a continuarão pelas regiões limítrofes até chegarem a Évora no mês de Junho de 1743, onde concluiram a grande missão.

Foi bem aceito a todos, grandes e pequenos, conta o analista [1], o trabalho dos missionários. A sementeira foi bem lançada e feliz; e o campo não correspondeu mal às fadigas da cultivação. Multidões de mulheres e crianças corriam de cidade para cidade às vezes por dias inteiros. Quando se retiravam de uma cidade os missionários, seguiam-nos, afluindo de uma parte e outra. Não podiam apartar-se deles, nem fartar-se de os ouvir. No templo era grande o estrondo dos que choravam, quando o missionário investia com mais força os vícios; e era tal em todos a avidez de ouvir o pregador, que muitas vezes todos pediam a brados que não acabasse o sermão. O mesmo fervor se apossava dos homens e das mulheres, nem se desvanecia depois do sermão, porque todos então corriam para o Padre a pedir que os confessasse. Detestavam inimizades e públicas devassidões, pediam-se perdão uns aos outros; e protestavam pùblicamente que para o futuro haviam de entrar em novo modo de vida. Destas expansões de sólida devoção podemos avaliar a multidão dos que chegavam ao Tribunal da Penitência. Não bastavam os dois Padres para receber as confissões. Vieram-lhes em socorro alguns sacerdotes bem acreditados pela prudência e integridade de costumes [2].

Depois do trabalho esgotante e de obras apostólicas de grande proveito, voltaram para Évora os dois missionários.

Mas ainda não tinham limpado bem o suor, nem recobrado as forças com o indispensável descanso, quando, a pedido do

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 320-320v.
[2] *Ibidem.*

bispo de Portalegre houveram de acudir à diocese portalegrense. Para lá se puseram a caminho. O P. João da Fonseca era homem nascido e feito para estas excursões. A sua acção em Portalegre, onde se demorou quase dois anos, foi admirável, com a do companheiro. Subiam ao púlpito com tanta frequência, que chegaram a pregar duzentos e dois sermões. Ao povo rude ensinavam o catecismo; visitavam os doentes; guiavam a muitos com prudentíssimos conselhos; desviavam grande número de pessoas não só de inimizades, mas também de amizades perversas; ouviam confissões sem descanso. Sanaram mil e trezentas e sessenta confissões, que uma vergonha mal entendida tornara sacrílegas [1].

5. — Mas vamos ainda recordar brevemente outra série de missões, de que a novidade do pregador e o abalo que causou na diocese bracarense, nos pedem referência particular.

Pelos anos de 1740 e pouco depois espalhou-se pelo Norte de Portugal a notícia das missões que pregava em Espanha com êxito maravilhoso o P. Pedro Calatayud, sacerdote da Companhia de Jesus, onde entrara a 31 de Outubro de 1710, e nascido na cidade de Tafalla, da província de Navarra, a 1 de Agosto de 1689 [2]. Quando ressoou seu nome em Portugal, havia já gastado cerca de 25 anos no ministério das missões, sempre com abalo extraordinário dos auditórios. Era um missionário assombroso. A sua mesma figura impunha respeito e lhe conciliava profunda veneração. «Era de elevada estatura, de corpo recto e delgado, de rosto enxuto e macilento» [3]. O semblante grave e aprazível, a voz clara e sonora, a pronúncia límpida, o estilo simples mas nobre [4]. Os dotes naturais esmaltava-os a graça divina, a virtude heróica e sobrenatural e veemente. Estava bem apetrechado para triunfar das resistências do vício com a força da sua palavra eloquente. Era este o missionário de que precisava a diocese bracarense. Treze anos de Sede Vacante meteram na diocese escândalos e abusos. Até nas classes consagradas a Deus entrara a corrupção. Os próprios párocos e os cónegos eram de ruina para

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 322. Ânua de 1738-1747.

[2] Cf. Lecina, *Biblioteca*, P. I, T. II, pág. 70, onde se adverte que alguns lhe dão para dia do nascimento o dia 10 de Agosto.

[3] Astrain, *História*, VII, 88.

[4] *Ibidem*.

os fiéis com seus maus exemplos. Felizmente a 23 de Julho de 1741 entrou solenemente em Braga o novo arcebispo, D. José de Bragança, irmão de D. João V. Logo de princípio conheceu a necessidade instante do seu arcebispado e apressou-se com todo o fervor a pôr o remédio à peste que lavrava pelo infeliz rebanho. Lançou os olhos para os religiosos da Companhia, julgando que não haveria obreiros que mais felizmente pudessem levar a cabo a dificultosa empresa, e abriu-lhes o vasto campo a seus ministérios [1].

Mas os religiosos eram pequeno esquadrão e cada um se sentia preso à cidade por suas ocupações particulares. Faltavam soldados de armas ligeiras que pudessem fàcilmente percorrer e ganhar para Deus aquelas regiões. Veio bem a propósito o conhecimento que na cidade havia das missões do Padre Calatayud, e do fruto que fazia nas terras de Andaluzia.

Cuidou logo o zeloso e nobre arcebispo de o convidar para acudir à reforma da sua arquidiocese [2]. Caiu agradàvelmente o convite naquela alma de apóstolo [3]. Mas ofereciam-se algumas dificuldades. Seria bem recebido um missionário de nação e Província estranha? O Provincial de Castela, André de Zárate deixá-lo-ia sair das suas terras? O P. José Moreira, confessor do Príncipe D. José, e então Provincial da Província de Portugal, consentiria que viessem trabalhar em Portugal Padres espanhóis? Consultou-se também o Geral da Companhia Francisco Retz, e por fim todos três aprovaram o que desejava o arcebispo bracarense [4].

Removidas todas as dificuldades, escreveu Calatayud a D. José de Bragança, anunciando-lhe a sua viagem para Portu-

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, ff. 326v.-327, ânua de 1738 a 1747, assinada por Francisco Duarte, tertio Kal. Sextiles, 1747.

[2] *Ibidem.*

[3] Astrain, VII, 106, diz: « no sabemos quién tuvo el primer pensamiento de dar estas misiones. Parece lo más probable que mientras el fervoroso operario santificaba la provincia fronteriza de Zamora, varios portugueses piedosos... le propusieran que pasase la frontera y sembrase la palavra de Dios en Braga . . . » . O P. Rodeles diz na *Vida del . . . P. Pedro Calatayud*, que alguns portugueses o aconselharam a que desse missões em Braga, mas que o P. Calatayud é que pediu ao arcebispo lhe permitisse dar missões na sua arquidiocese. *Vida del P. Calatayud*, pág. 272, 273.

[4] Rodeles, *ob. cit.*, pág. 271.

gal. Pôs-se a caminho com um companheiro, P. João Carbajosa, e chegou a Braga no dia 13 de Março de 1743. O arcebispo recebeu-os com extraordinárias demonstrações de apreço e satisfação [1]. Pouco depois sobreveio o P. Fernando Ibáñez, que chamaram de Espanha, e de Portugal se lhes juntou o P. Francisco Homem, não desigual aos de Espanha nem no zelo da salvação das almas, nem na força da eloquência [2].

Começaram a grandiosa missão no dia 21 de Abril de 1743. Em Braga, capital das regiões do Minho, ressoou primeiro a trombeta evangélica, chamando os fiéis à missão [3]. Logo levaram as armas celestes por toda a região interamnense. Missionaram em Viana do Minho com fruto prodigioso; em Barcelos, em Guimarães, em Melgaço, em Vila Nova, em Monção e Caminha. Visitaram os Arcos, Vila do Conde, Lima, Valença. Em Vila Real, Murça, Chaves e Castro Vicente na região transmontana [4].

Relatemos a missão de Braga, e por ela faremos cabal conceito do que foi cada missão nas outras povoações. Todos os dias pregavam ao povo as verdades temerosas da Religião; mas antes saíam pregoeiros evangélicos por todas as ruas da cidade, levando erguida a bandeira de Cristo, e chamando a voz alta o povo para para o templo ou lugar destinado à pregação. Ao mesmo tempo iam anunciando a matéria que se havia de pregar [5]. Com este artifício acudia em torrentes humanas multidão quase infinita de fiéis de ambos os sexos, atraídos não sòmente pelo desejo e ânsia de ouvir os missionários, mas também pelo exemplo do Príncipe religiosíssimo que governava aquela arquidiocese. Era ele o primeiro que se antecipava a tomar lugar no sítio onde se deviam pregar os sermões da missão. Escutando atenta e devotamente

---

[1] *Ob. cit.*, pág. 273.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 326v-327. Astrain, *ob. cit.*, VII, 107; Rodeles, *Vida*, pág. 273, chamam ao P. Francisco Homem, Francisco Horno, talvez por erro de imprensa.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 326v-327.

[4] Cf. Rodeles, *ob. cit.*, pág. 281. — O analista da Província traduz em latim *Castro Vicente* por *Forum Narbazorum* (*Lus.* 54, f. 327). De feito nas imediações de *Freixo de Espada à Cinta* habitavam os povos da Lusitânia, na região transmontana, chamados *Narbassos*. Ptolomeu trata dos Narbassos na 29 *Tábua da Europa*, cap. 6.º. Cf. Pinho Leal, VI pág. 14.

[5] Arq S. J., *Lus.* 54, f. 327.

os oradores, muitas vezes se via derramar lágrimas abundantes e com elas dava maior força às palavras do orador e influía devoção nas almas dos ouvintes.

Enquanto se ia reunindo o auditório, um dos missionários lia trechos escolhidos de bons livros a propósito do assunto do sermão, e lhe fazia algumas advertências. Então subia ao púlpito o pregador e discorria com tanto peso de palavras e sentenças sobre a fealdade do pecado, a graveza das penas eternas, a caridade infinita com que Deus amou os homens, e sobre tudo o que mais dispunha as almas para a conversão, que muitas vezes as lágrimas dos ouvintes, os gemidos, os suspiros perturbavam o orador e o obrigavam a interromper o discurso.

Concluído o sermão, retiravam-se em silêncio os fiéis, mas os missionários, espalhavam-se pelo templo, com voz grave bradavam à multidão que saía, breves sentenças, que lhe trespassavam com maior força os corações. Chamavam-lhes *setazinhas*. De todos estes meios lançavam mão para levarem as almas transviadas ao bom caminho.

Em conclusão quanto fosse nos Padres espanhóis o zelo, o ardor santo e a indústria na sua incansável actividade — Calatayud a todos egrègiamente se avantajava — podemos conjecturá-lo da admirável renovação de costumes. O dia inteiro mal bastava a ouvir as confissões. O número dos que pela primeira vez, depois de muitos anos, faziam penitência verdadeira dos pecados da vida inteira, consideram-no excessivamente grande. Eram muito para ver as frequentes procissões nocturnas, em que os homens se iam açoitando, e imploravam a grandes brados o auxílio e a misericórdia divina. Muitos se afastavam das concubinas e da diuturna mancebia; bens roubados e por muito tempo injustamente possuídos, voltavam a seus justos senhores; apaziguadas demandas intermináveis; apagados fachos de discórdias; impedidas mortes e outros crimes; desterradas cantigas profanas; tirado o costume de jurar falso; exterminaram-se insolências, devassidões e embriaguezes. Deste modo se combatia eficazmente a dissolução dos costumes. Braga ficou reformada [1].

Da cidade arquiepiscopal dirigiram-se os missionários para Viana do Minho. As boas novas que lhe chegavam de Braga

[1] *Ibidem*, f. 327-328.

acendiam nessa então Vila as ânsias de verem dentro de seus muros os apóstolos do bem. Deu-se princípio à nova missão no dia 19 de Junho [1]. Entraram solenemente na cidade, acompanhados dos cónegos e de outros sacerdotes, que se lhes tinham adiantado ao encontro [2]. De 44 freguesias dos arredores foi enorme a afluência de fiéis, que vinham em procissão cantando o terço, com bandeiras e cruzes alçadas, seguidos de abades, párocos e mais clérigos com sobrepeliz e crucifixo.

Tamanha multidão obrigou os missionários a pregar no campo de Santo António e no da feira, correspondendo o fruto ao fervor daquela gente singela e boa. No dia da comunhão geral não menos de 16.000 pessoas se fortificaram com o pão dos anjos [3]. De Viana passaram a Guimarães.

A missão teve aqui alguma oposição, que lhe arrefeceu o entusiasmo. No berço da monarquia portuguesa não eram bem ouvidas as vozes espanholas. Todavia os missionários insistiram, e, durante cincoenta dias não cessaram de pregar na igreja de Santa Maria da Oliveira e na de S. Francisco. Foram-se abrandando os ânimos dos vimaranenses e chegaram a tomar parte na missão 17 freguesias [4].

Foi notável o fervor da Vila de Barcelos, cuja missão durou de 21 de Dezembro de 1743 a 17 de Janeiro de 1744. Concorreram 61 freguesias, que acudiram em procissão, cantando o terço, presididas pelos párocos com a cruz erguida à frente. No dia da comunhão geral acercaram-se da sagrada mesa 16.700 pessoas [5].

Veio depois a de Vila do Conde. Pregaram os Padres na igreja paroquial de três naves, capaz e formosa, mas pequena naquela ocasião para a afluência do povo. Comungaram 10.000 pessoas no dia da comunhão geral [6].

Em Ponte de Lima, Arcos de Val de Vez, Paredes de Coura, Monsão, Melgaço e Valença, se não foram talvez tão concorridas as missões, não deixaram de ser bem frutuosas [7].

---

[1] Rodeles, *ob. cit.*, f. 281.

[2] *Ob. cit.*, l. c.

[3] *Ob. cit.*, pág. 281-282.

[4] Rodeles, *Vida*, pág. 282-283.

[5] Rodeles, *Vida*, pág. 284.

[6] *Ibidem*, 285.

[7] Rodeles, *Vida*, pág. 285-287.

Caminha, situada na confluência do Coura e do Minho, acendeu-se no fervor da salvação eterna. A igreja matriz era vasta para os concursos ordinários; mas nesta missão houveram os Padres de pregar ao ar livre na espaçosa praça que se dilatava diante da Misericórdia. Ocasião houve em que se juntaram no rio Minho 160 barcos para transportar os fiéis. Tudo ali foi grandioso. Fizeram quatro procissões de penitência, assistiram nos confessionários para cima de 100 confessores; e receberam a comunhão 21.000 pessoas [1].

Vila Nova de Cerveira não quis ceder em fervor à Vila de Caminha. Para ajudarem a recolher a messe prodigiosa vieram da Galiza 27 confessores.

Depois de tantos triunfos da graça de Deus transportaram-se os apóstolos às terras montanhosas de Trás-os-Montes.

Em Vila Real obrou maravilhas o poder de Deus. Até de cinco léguas de distância acorriam almas à busca de salvação [2]. Murça de Panoias « foi, escreveu autor contemporâneo, o novo teatro das glórias dos missionários » [3]. Durou a missão de 19 de Dezembro de 1745 a 9 de Janeiro de 1746.

Em Torre de Moncorvo acudiu tanta gente de três e quatro léguas de distância, que a magnífica igreja de três naves não podia conter a tantos [4].

Em Castro Vicente assistiram 19 freguesias dos arredores, de muitas léguas de distância. Reuniram-se à mesa da comunhão 14.000 fiéis [5].

Chaves foi a povoação que fez mais comovida recepção aos enviados de Deus. Umas nove mil pessoas os esperavam à porta da Colegiada. Era o dia 29 de Abril de 1746. A 17 de Maio enterneceu a todos a procissão de penitência. Cerca de 20.000 pessoas fizeram confissão geral e 23.000, pouco mais ou menos, se chegaram à mesa divina [6].

Foi esta digna coroa das fadigas apostólicas de Calatayud. As forças porém enfraquecidas com tão aturado trabalho obriga-

---

(1) *Ob. cit.*, pág. 288.
(2) *Ob. cit.*, pág. 288, 289.
(3) *Ob. cit.*, pág. 289.
(4) *Ibidem*, pág. 290.
(5) *Ibidem*, pág. 290.
(6) *Ibidem*, pág. 291.

ram-no a volver aos ares pátrios para descansar e recobrar as forças perdidas. Pediu a necessária licença ao arcebispo, que lha concedeu muito contra sua vontade, e só depois de lhe prometer Calatayud que voltaria a Portugal, quando a saúde lho consentisse.

Com a concessão do Arcebispo partiu o missionário e seu companheiro para a Galiza nos primeiros meses de 1747. Recolheu-se no colégio de Pontevedra e depois no de Monforte [1].

Em 1748, dois anos depois, avisou Calatayud ao arcebispo D. José de que se aproximava o tempo de cumprir a palavra, que lhe dera, de voltar a Portugal [2].

A 21 de Dezembro encetava os trabalhos das missões em Provezende, da província de Trás-os-Montes. Foi abençoado o fruto recolhido. Mas logo acometeram o missionário doenças que totalmente lhe impediam dar largas ao zelo que o abrasava. Houve de ceder de novo e retirar-se. Muito a custo se despediu do arcebispo, e foi acolher-se ao colégio de Monterrey na Galiza [3].

Não mais tornou a Portugal o heróico missionário, mas as suas obras impressas continuaram a frutificar na sociedade portuguesa por diligências do arcebispo. Para benefício de seus arquidiocesanos mandou traduzir em português e imprimir à sua custa a obra em quatro volumes em quarto, intitulada *Doutrinas Practicas* [4], e o *Compendio Doutrinal* [5] e ambas as obras as fez dis-

---

[1] Rodeles, *Vida*, pág. 294, 295.

[2] Rodeles, *Vida*, pág. 304, 305 ; Astrain, VII, pág. 107, 108.

[3] Rodeles, *Vida*, pág. 306, 307 ; Astrain, VII, 108. — Astrain, l. c., diz que o P. Calatayud se retirara para Castela em 1750. É inexacta a afirmação. Segundo Rodeles, *ob. cit.*, pág. 307, Calatayud estava em Monterrey em 2 de Outubro de 1749.

[4] *Doutrinas Practicas, que costuma explicar nas suas missões o Padre Pedro de Calatayud Mestre de Theologia e Missionario Apostolico da Companhia de Jesus da Provincia de Castella. dispostas para desenredar e dirigir as consciencias, para alivio dos curas, e Directores de Almas em dar pasto espiritual ás suas ovelhas, para maior expedição dos Confessores e dilatação de animo em ouvir confissões e para maior facilidade, e menos trabalho dos Missionarios, e Pregadores Evangelicos em pregar, como Deus manda, instruir, e doutrinar practica e opportunamente aos Povos. Mandadas traduzir por ordem do Serenissimo Senhor D. José Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, e impressas a expensas suas para beneficio de seus subditos. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Anno de 1747.* 1.° tomo.

O 2.° tomo foi impresso em 1748 na mesma tipografia ; o 3.° em 1750 igualmente na mesma tipografia ; o 4.° em 1752 em Lisboa.

[5] *Compendio Doutrinal, muito util e necessario para explicar e saber a dou-*

tribuir gratuitamente pela diocese [1]. Igualmente deu ordem que se traduzisse e estampasse o precioso livro *Incendios de amor sagrado* para muito proveito espiritual dos fiéis, seus diocesanos [2].

---

trina Christãa. Escripto pelo Padre Pedro Pinamonti Missionario da Companhia de Jesus. Augmentado pelo Padre Pedro Calatayud, Missionario da mesma Companhia. Traduzido em Portuguez e acrescentado nouamente com outros exercicios que no fim delle se acharão. Lisboa, 1753. Uriarte-Lecina, *Biblioteca*, P. I, II, 25.

(1) Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais*, III, 305, segs.

(2) « Incendios de amor sagrado e colloquios amorosos Das almas devotas com o Coração de Jesus seu Esposo ordenados pello P. Pedro de Calatayud, Lente de Theologia e Missionario Apostolico da Companhia de Jesus, e traduzidos em Portuguez por mandado do sereníssimo Senhor D. Joseph Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas ». Coimbra, 1744.

EMBLEMA SIMBÓLICO DA COMPANHIA DE JESUS

E DE SEUS INTENTOS DA RESTAURAÇÃO

(Opúsculo publicado em Itália, 25 de Setembro de 1777)

CAPÍTULO IV

O SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

SUMÁRIO: — 1. *A devoção do Coração de Jesus.* — 2. *Nas conquistas de além-mar.* — 3. *A devoção em Portugal.* — 4. *Congregações do Sagrado Coração de Jesus.* — 5. *No desterro, resignação e esperança.*

1. — A obra que termina o capítulo anterior, com o nome de *Incêndios de amor sagrado*, foi uma das que mais acenderam em Portugal a Devoção nascente do Coração de Jesus, que naqueles anos começava a ser conhecida no seio da Igreja, e fervorosamente praticada pelo povo português. Essa Devoção mimosa, nascendo de pequenos princípios nos fins do século XVII, penetrou ìntimamente na sociedade cristã, e vencendo as dificuldades ou rémoras, que embaraçavam comumente as grandes empresas, mormente espirituais, transformou-se, pelos anos adiante, numa das forças mais eficazes para a santificação das almas.

Os religiosos da Companhia de Jesus, segundo revelação de Santa Margarida Maria, discípula predilecta do divino Coração, é que foram particularmente encarregados por Deus de a estabelecer e espalhar na santa Igreja. Não faltaram, é verdade, oposições àquela obra do amor de Deus, mas finalmente saiu completo o triunfo. Em Portugal entrou sem maiores obstáculos, e fàcilmente se apoderou do sentimento religioso do povo português.

Mas quando e de que modo se acendeu e ateou entre nós aquela devoção providencial? Por maneira inesperada nos veio

de longe a centelha divina, que havia de levantar incêndios. Das terras do Extremo-Oriente, das missões portuguesas do império chinês, nos lançaram essa bênção copiosa. Mas como é possível que coubesse à remota China o privilégio singular de cultivar, primeiro que Portugal, a ternissima e salutar Devoção do Coração de Jesus?

2. — No ano de 1706 levantava ferro do Tejo uma nau da Índia, que transportava para o Oriente uma escolhida expedição de dez missionários do padroado português. Entre eles distinguia-se o fervoroso missionário Romano Hinderer, alsaciano, que entrara na Companhia a 29 de Setembro de 1786 [1].

Ia já da Europa profundamente embebido na Devoção do Sagrado Coração de Jesus, ensinada nas revelações de Santa Margarida Maria, e lá naquele Oriente começou a torná-la conhecida e a divulgá-la em Macau, no interior do grande império e na imperial cidade de Pequim. O Sagrado Coração tornou-se a sua vida, a sua força, a sua esperança, a sua consolação. Um venerando e erudito missionário dos tempos modernos pôde afirmar que «o P. Hinderer trabalhou perto de quarenta anos na missão da China com um zelo e resultado que nos obrigam a olhá-lo como um dos maiores e mais ilustres missionários do celeste Império» [2].

Entrou no campo vastíssimo de sua actividade no ano de 1707, quando o celebrado imperador Cam-hi estava no apogeu de sua glória e do seu império. Nada lhe faltou que o pudesse constituir um perfeito apóstolo: perseguições, cárceres, açoites, perfídias, desterros, fomes, sedes, frios e toda a sorte de privações, a ponto de que o insigne mártir da China António José Henriques lhe aplicou as palavras do apóstolo das gentes: *trabalhei mais que todos os demais apóstolos* [3]. O fruto era admirável, e a fonte inexaurível dos efeitos maravilhosos da sua zelosa acti-

---

(1) Arq. S. J., *Jap. Sin.*, 134, cat. de 1741. Nasceu em 21 de Setembro de 1669 em Reiningen, na Alsácia. Cf. Franco, *Syn. Ann.*, 1706; Pfister, *Notices Biographiques et Bibliographiques*, II, Chang-Hai—1934, pág. 611, n.º 377; *Mensageiro do Coração de Jesus*, VI, an. 1920, pág, 279-281.

(2) Pfister, *Notices*, II. Cf. P. Teodoro Chaney, *Vie du P. Romain Hinderer*, Tournay, 1889, pág. 611, n.º 277.

(3) Pfister, *Notices*, II, pág. 613; Stöcklein, *Welt-Bott*, n.º 685; Ad cor, 2.ª, XI, 23-28.

vidade era o Divino Coração de Jesus, e a devoção suavíssima com que o servia e honrava. Todo se dedicava a influir nas almas a nova Devoção por todos os meios a seu alcance. Foi ele quem edificou e dedicou ao Sagrado Coração a primeira igreja, que em sua honra se levantou na China [1].

As duas províncias de Che-Kian e Kiam-Su foram as que mais cultivou o fervente missionário com a Devoção do Coração de Jesus e lá converteu o maior número de infiéis [2]. Em Ham Cheo, na mesma província de Che-Kian, foi onde o missionário mais propagou e fez penetrar a sua Devoção querida, e comprazia-se em referir para a Europa os prodígios de fervor, com que os seus neófitos honravam o Coração Divino. A festa anual celebravam-na com manifestações comoventes de ternissima devoção. Nessa cidade se erguia a primeira igreja do título do Coração de Jesus [3]. Mas se ali desfrutava das mais suaves consolações, lá também houve de suportar os maiores trabalhos, e enfrentar as mais terríveis perseguições. Decreto Imperial chegou a sequestrar os bens da Igreja e a intimar os missionários a que se retirassem para Macau. Mas Hinderer fez força com suas orações ao Coração divino e com a filial confiança que nele depositava, pronunciou o voto de celebrar todos os anos a festa do Sagrado Coração naquela sua igreja, se impedisse a expulsão ameaçada; e Jesus escutou as orações e desejos do seu devoto. É o próprio Hinderer que tudo refere para a Europa em carta de 27 de Setembro de 1725. O Coração de Jesus era a sua única esperança na tribulação [4].

Mas a chama deste fervor divino subiu para o Norte e abrazou igualmente a Capital do Império. O povo desta capital mos-

---

(1) Pfister, *Notices*, II, pág. 614 segs. n.º 277.

(2) Stöcklein, *Welt-Bott*, n.º 161 e 593; Pfister, II, 612, 614.

(3) Stöcklein, *Welt-Bott*, n.º 293; Pfister, *Notices*, II, pág. 613-614; *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1920, pág. 281.

(4) Arq. S. J., *Jap. Sin.*, 180, f. 83-84, carta de Hinderer, de Han-Cheu-fu, 27, de Set. 1725. « . . . *Media humana sunt . . . In iis tamen spem nullam unquam posui*, sed in illo solo SS ^{mo} Corde Jesu, cui ex asse in acceptis refero . . . Deinde accessi ad ejusdem SS. Cordis ecclesiam primam hujus Imperii sub hac invocatione erectam in hujus metropolis boreali suburbio; ubi coram altari prostatus votum concepi anuatim quoad vixero, celebrandi festum SS.mi Cordis Jesu, si id clementer dignaretur conservare missionem et hanc suam ecclesiam . . . »

trou-se muito afeiçoado à devoção do Coração de Jesus [1], e ele e os missionários sem falta celebravam cada ano com a maior solenidade a festa do mesmo Coração divino, «a qual de há muitos anos se instituira em Pequim» [2]. «Na mesma Corte tinham os Jesuítas portugueses dedicado na igreja de S. José, padroeiro da Missão da China, um altar ao Sagrado Coração de Jesus, cuja imagem pintada pelo irmão coadjutor Castiglione, foi milagrosamente preservada do fogo num incêndio que destruíu aquele pequeno santuário» [3].

Para maior fervor da pouco numerosa cristandade também se erigira, havia muito, uma Congregação sob a protecção e título do Coração de Jesus, a que dava a primazia sobre as demais Congregações no mesmo templo instituídas [4].

Em Macau não andava menos fervorosa a mesma devoção. Desde que naquela cidade tão portuguesa, se tornou conhecida pelo ardente zelo e diligência de Romano Hinderer, foi sempre crescendo com grandes fervores. Bem o confessava o devoto alsaciano, que naquele empório do extremo Oriente instituíra em honra do Sagrado Coração de Jesus a Congregação, que se foi desenvolvendo com notável esplendor, e que naquele ano de 1725 se celebrara em toda a parte a festa do divino Coração com piedade edificante, consolação indiscritível e um bom número de cristãos recentemente convertidos [5]. Os dois missionários, Romano Hinderer, nomeado Visitador naquelas missões [6], e José Anselmo, português, foram a alma deste movimento religioso.

---

[1] Carta do P. E. Fridelli, de Pequim a 1 de Nov. de 1741, *Welt-Bott*, n.º 674; «Das hiesige Christliche Volk ist der Andacht zu diesem allerheilichsten Herz zart angethan . . .»

[2] *Lettres édifiantes et curieuses*, T. 24, pág. 197. Toulouse, 1811, carta do P. Cibot S. J., de Pequim a 11 de Junho de 1772.

[3] *Welt-Bott*, n.º 674, cit. carta de Fridelli, de 1 de Nov. de 1741; *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1920, pág. 280.

[4] *Letres Édifiantes*, vol. 23, pág. 144, carta do P. Amiot ao P. Allart, de Pequim a 20 de Outubro de 1752. As congregações que havia, dirigidas pelos padres franceses eram as do SS.mo Sacramento, de Nossa Senhora da Penitência e dos Anjos da Guarda (ib. 144). Cf. *Letres Édifiantes*, vol. 24, pág. 196 e segs.

[5] *Welt Bott*, n.º 293. Carta de Hinderer, de Ham-Cheu-fu, de 28 de Julho de 1725.

[6] Hinderer foi Visitador de 1721 a 1724, e de novo, pela resignação do P. Van Hamme, de 1725 a 1729. Cf. F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*.

Logo que chegaram àquele Oriente, começaram a estabelecer a nova devoção e fàcilmente se ateou naqueles cristãos de além-mar [1]. O Padre Anselmo subiu ao púlpito da igreja de Santo António; com grande comoção dos ouvintes explicou as revelações de Paray-le-Monial, e propôs a erecção de uma congregação, a que deram os seus nomes numerosos fiéis. Mas a retirada de Macau dos dois missionários, do P. Hinderer, para o interior da China, e do P. Anselmo para Sião, deu em resultado o decaímento do primeiro fervor. Mas em 1723 voltaram felizmente para Macau, reacenderam a devoção, e restauraram ou como que de novo fundaram a congregação quase extinta. Tudo se reanimou de fervor e vida nova. Além da festa que se celebrava anualmente na primeira Sexta-Feira depois da oitava do Corpo de Deus, na igreja da Companhia de Jesus, com o Santíssimo exposto, se reuniam todos os meses na primeira Sexta-Feira os congregados, purificavam as suas almas pela confissão sacramental, recebiam a sagrada comunhão e ouviam o sermão que se lhes fazia apropriado [2]. A Congregação do Coração de Jesus prevalecia sobre as demais congregações, e mais que todas contribuía para a piedade e para o esplendor do culto [3].

Para maior firmeza na devoção, e mais constância nos exercícios dos congregados, apressaram-se os dois apóstolos a obter a confirmação de Roma. Efectivamente a 19 de Novembro de 1709 outorgava Clemente XI pelo Breve *Cum sicut accepimus*, a confirmação canónica da congregação, erigida na igreja da Com-

---

[1] José Anselmo partiu de Lisboa para o Oriente no ano de 1704. Nasceu segundo o Catálogo de 1734, a 17 de Janeiro de 1676; segundo o catálogo de 1742, em 1678; segundo outro catálogo de 1711 a 1712, em 1679; mas Franco, *Imagem do 2.º século*, pág. 92v, tem que nasceu a 17 de Janeiro de 1676. Entrou na Companhia em 29 de Setembro de 1696, com seus 20 anos de idade. Já o não encontrámos no catálogo de 1751. Foi Provincial da Província do Japão de 1731 a 1734 e era Vice-Provincial em 1746. — Romano Hinderer nasceu em Reiningen na Alsácia a 21 de Setembro de 1669; encorporou-se na Companhia a 29 de Setembro de 1686; chegou à China em 1707 e faleceu a 26 de Agosto de 1744. Cf. Catálogos oficiais da Prov. do Japão; Pfister, II, pág. 611.

[2] *Welt-Bott*, n.º 293, carta de Hinderer de 28 de Julho de 1725; Arq. S. J., *Jap. Sin.*, 180, f. 134, f. 83-84; carta de Macau a 8 de Dezembro de 1725; *Mensageiro*, 1920, pág. 279, 280.

[3] *Lettres Édifiantes*, 23, pág. 144, carta do P. Amiot, de Pequim a 20 de Outubro de 1752 Arq. S. J., *Jap. Sin.*, 87, ânua de 1740 a 1748.

panhia de Jesus, e demais concedia o mesmo Pontífice pelo Breve *Omnium Saluti*, da mesma data, um altar privilegiado com o título do Coração de Jesus [1].

Em Pequim também a congregação, erecta no colégio da missão portuguesa, foi canònicamente confirmada pelo soberano Pontífice com Breve da mesma data, com que foi confirmada a congregação de Macau. Floresceu esta devoção com os mesmos actos de culto e fervor, enquanto naquela corte trabalharam os religiosos da Companhia [2].

Em resumo foi admirável a piedade e o fruto espiritual com que se instituiu e propagou no Império da China a devoção do Santíssimo Coração de Jesus.

3. — Já dominava triunfante em tão remotas paragens e afervorava até ao heroísmo os fiéis cristãos a devoção bendita, e ainda em Portugal se desconhecia ou bem pouco aquecia as almas nas chamas do amor divino. Mas em breve se havia de acender o fogo sagrado com a centelha que de tão longe veio até nós.

Em 1704 na leva de sete missionários, que partiu do Tejo com rumo ao Extremo Oriente, embarcava para a cidade de Macau o P. José Anselmo, na florescente idade de 28 anos, homem de grande virtude e feliz engenho [3]. Dois anos adiante aportava à mesma cidade macaense, no ano de 1706, o já mencionado P. Romano Hinderer. Ambos eles, apóstolos fervorosos, se dedicavam, como já referimos, a estabelecer e propagar a devoção do Coração de Jesus. Mas decorridos uns vinte anos teve o P. José Anselmo a inspiração abençoada e fecundíssima de bens espirituais, de comunicar a Portugal a maravilhosa devoção que já prosperava no Império da China.

Para esse fim escreveu de Macau a duas irmãs suas, religiosas de S. Jerónimo no mosteiro de Jesus, de Viana do Alentejo, e deu-lhes notícia da nova devoção e dos prodígios de virtude, que operava, com admiração dos missionários, nos cris-

---

[1] *Mensageiro*, 1920, pág. 279.

[2] *Mensageiro*, 1920, pág. 280.

[3] Cf. Franco, *Imagem do 2.º século*, pág. 92v; Arq. S. J., *Jap. Sin.*, 25, f. 286, 290. Foi missionário e Superior da Missão de Sião, e desempenhou o cargo caridoso de *Pai dos Pobres*.

tãos daquelas longínquas missões. Em boa hora reluziu no santuário alentejano a centelha do céu. Lavrou rápido e deslumbrante o incêndio que ela ateou [1].

A julgar pelos efeitos foi grande a piedade e fervor espiritual, com que as religiosas desse mosteiro abraçaram a singular devoção, que tão depressa se acendia em chamas de amor de Deus. Animaram-se logo a comunicar o fogo a outras almas. Deram conhecimento da nova devoção às Religiosas do mosteiro de Sacavém, sujeitas à Província de S. Francisco do Algarve. Foi tal o fervor com que elas acolheram a boa nova, que tendo-lhes chegado a notícia no ano de 1728, já no ano de 1729 festejavam pela primeira vez o Coração de Jesus, com a maior solenidade possível, com exposição do Santíssimo e com sermões e música de fora [2]. Podemos apontar o ano de 1728, como o ano da entrada da terníssima devoção em Portugal [3].

O incêndio comunicou-se largamente a outros corações. Sentiram-lhe o calor vários conventos da Corte de Lisboa; as religiosas da Conceição, de Santa Clara e da Esperança da

---

(1) Jerónimo de Belém, *Coração de Jesus comunicado aos corações dos fieis*, Lisboa, 1731, Prólogo; *Chronica Serafica*, Parte segunda, Lisboa, 1753, pág. 166-169.

(2) Belém, *Obras citadas*, l. c.; Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XII, XIII.

(3) Marca-se comumente como data da introdução em Portugal da Devoção do Sagrado Coração de Jesus o ano de 1728. Não julgamos desacertada a admissão dessa data. Depois desse ano é que aparece entre nós uma *Devoção nova*, que animada pelo fervor dos que a começaram a praticar, se espalhou ràpidamente na Corte e nas várias Províncias do reino. Fr. Jerónimo de Belém, o principal propagador dessa Devoção, a recebeu como Devoção que ele não conhecia, e, no seu livro, dá-lhe princípio entre nós nesse ano de 1728. O censor do livro de Jerónimo de Belém, fr. Manuel Dâmaso também declara na sua censura que fr. Jerónimo « pretende estabelecer nesta obra » o culto do Santíssimo Coração de Jesus. Considera essa Devoção *não estabelecida* em Portugal.

E não havemos de admitir que brilhasse em Portugal, anteriormente a essa data algum conhecimento daquela Devoção como, por exemplo, em vista das pinturas que se podem admirar no tecto da Igreja de S. Pedro de Moimenta? (Xavier Coutinho, *Album*, pág. 13).

Talvez possamos conceder algum conhecimento da devoção do Coração de Jesus; mas sòmente um conhecimento, por assim dizer, estéril, e não transformado em Devoção exercitada e fervorosa. Os documentos que se aduzem não nos dão mais; só depois de 1728 há provas abundantes e brilhantíssimas. Aguardamos documentação convincente. Em Portugal era desde muitos anos bem

cidade de Beja; as Flamengas de Alcântara; as de Chelas e tantas outras [1].

Não foi menor o entusiasmo que, pelo mesmo motivo, se levantou no mosteiro dos religiosos de S. Francisco de Xabregas, particularmente por diligência e fervor de fr. Jerónimo de Belém [2]. Para maior solenidade e aumento de sincera piedade, ordenou-se que se esculpisse uma imagem, de vulto, com o Sagrado Coração de Jesus, de mais de um metro de alto, que foi a primeira que se fez em Portugal [3], e no dia 9 de Setembro de 1731 se colocou solenemente na igreja, em capela especial, com uma novena de sermões [4]. No dia 18, concluída a novena, celebrou-se a primeira festa em honra do Coração Divino com o Santíssimo exposto e sermão. Dali irradiou a devoção para muitos conventos daquela Província franciscana [5].

Em Olivença, também no convento dos filhos de S. Francisco, se deu bom princípio a prestar fervoroso culto ao Sagrado Coração, e ao puríssimo Coração de Maria, e à piedade dos religiosos se unia fàcilmente a do povo [6].

O colégio dos religiosos de Santo Agostinho em Coimbra não se ficou inferior no entusiasmo da nova devoção [7].

Aos religiosos de S. Paulo, primeiro eremita, chegou igualmente a bênção do Coração divino. No ano de 1732 a 20 de Junho lhe celebraram a festa na sua igreja de SS.mo Sacramento [8].

---

conhecido o Coração de Jesus. Conhecia-o e amava-o ìntimamente fr. Tomé de Jesus quando dizia e escrevia: « Adoro-te, abraço-te, saudo-te Divino Coração, tão cativo do meu Amor ». Era expansão de sentimentos particulares. *Trabalhos de Jesus*, II, cap. I. — Igualmente podemos dizer do Irmão da Companhia de Jesus, João Francisco, falecido em 1730, que jejuava todas as Sextas-Feiras e as primeiras de cada mês a pão e água, em obséquio do Sagrado Coração de Jesus. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 617.

(1) Belém, *Coração de Jesus comunicado aos corações dos fieis*, Prólogo.

(2) Belém, *Chronica Serafica*, P. II, pág. 168.

(3) Belém, *ob. cit.*, l. c.; Xavier Coutinho, *Album da Exposição de Arte Sacra*... pág. 23.

(4) *Ibibem.*

(5) Belém, *Chronica cit.*, pág. 168, n.º 42.

(6) Belém, *Chronica cit.*, pág. 762-763.

(7) Belém, *Coração de Jesus*..., Prólogo; Xavier Coutinho, *Album cit.*, pág. 18, 19.

(8) *Gazeta de Lisboa*, an. 1732, pág. 308, 20 de Junho de 1732.

Os religiosos da Companhia de Jesus com especial empenho e dulcíssima obrigação se dedicavam à pregação do mesmo culto. Em 1757, asseverava o apóstolo P. José de Figueiredo, já em muitos dos seus colégios se tinha estabelecido a suavíssima Devoção [1]. Nem admira a difusão, cada vez maior, do culto, tão grato a Jesus. Como por milagre apareciam em toda a parte novos apóstolos [2].

Em Coimbra observavam-se em todos os moradores por 1756 «tão manifestos sinais de piedade, para maior estabelecimento do mesmo culto», que no primeiro domingo de Dezembro desse ano se festejou pùblicamente o Sagrado Coração «e se deu princípio a uma Companhia do mesmo Coração Santíssimo» na qual se alistou o bispo D. Miguel da Anunciação, ele e toda a sua família, e todos geralmente desejavam associar-se nela como irmãos [3].

Castelo de Vide ainda hoje se gloria de ter, logo nos primeiros anos, por 1748, edificado uma Capela em honra do Coração de Jesus, contígua à igreja do antigo Convento de Franciscanos [4].

Deste modo com solenidades festivas, com novenas, com sermões, com irmandades ou confrarias, com imagens de pintura ou de vulto, com bentinhos, com medalhas, e por muitos outros meios se honrava por todo o reino de Portugal e seus domínios, cada dia com maior intensidade, o Santíssimo Coração de Jesus.

Mas promoviam e propagavam admiràvelmente a mesma Devoção as penas de escritores piedosos. Em 1731, três anos apenas depois de ter soado em Portugal a boa notícia do Extremo Oriente, saíram a lume piedosíssimos livrinhos. Publicaram: fr. Jerónimo de Belém, franciscano *O Coração de Jesus comunicado aos corações dos fieis* [5]; Hipólito Moreira, da Companhia de

---

[1] Figueiredo, *Desagravo Eucharistico*, em Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XIX, Lisboa, 1907.

[2] Fr. Jerónimo de Belém foi dos primeiros e mais zelosos propagadores desta devoção.

[3] Figueiredo, *Desaggravo*... em Abranches, *ob. cit.*, pág. XIX.

[4] A Capela foi feita a expensas do devoto Bartolomeu Álvares da Santa. — No passado ano de 1949, em Outubro, solenemente se recordou a erecção do Templozinho.

[5] *Coração de Jesus comunicado aos corações dos fieis. Dá-se notícia de uma*

Jesus, *O Culto e Veneração do Sacrosanto Coração de Jesus* [1]; P. José Gallifet, *Devoção e Culto do Sacrosanto Coração de Jesus Cristo Nosso Senhor* [2].

Às obras que primeiro manifestaram estes mistérios de amor, e chamaram as almas para o Sagrado Coração, seguiram-se outras, sem descontinuidade, que não cederam às anteriores em zêlo, erudição e ternura.

Citamos o piedoso Manuel de Consciência, oratoriano, que sem demoras publicou, no ano de 1733, a sua *Aljava de sagradas setas*, com devotos exercícios para promover o culto dos Corações de Jesus, Maria e José [3]. No ano seguinte aumentou o fervor dos fiéis fr. Francisco Brandão, Agostinho, com o devotíssimo livrinho: *Devoção do Santíssimo Coração de Jesus*, editado duas vezes no ano de 1734 [4].

Seguiu-se o P. Caetano da Fonseca, da Companhia de Jesus, com o sermão que pregou em Estremoz a 13 de Junho de 1738, no qual dia vinha cair nesse ano a festa do Coração de Jesus [5]. Nele acentuava o orador, que «quem deu princípio a esta festa e solenidade... foi a venerável e angelical donzela, Margarida

---

prodigiosa visão em que Christo manifestou à Venerável Madre Margarida Mària Alacoque ... o culto de seu Santíssimo Coração ... Author Fr. Jeronymo de Belém .., Lisboa, 1731. Páginas numeradas 532.

(1) Hipólito Moreira, da Companhia de Jesus, *O Culto e Veneração do Sacrosanto Coração de Jesus*, Lisboa, 1731.

(2) José Gallifet, *Devoção e culto do Sacrosanto Coração de Jesus Christo Nosso Senhor, instituida e propagada em varios Reynos da christandade ... Novamente exposta na lingua Portugueza para mais excitar o amor ao Divinissimo Coração de Christo Jesu.* Lisboa 1731. Páginas numeradas 42. A primeira edição latina é: *De cultu Sacrosancti Cordis Dei ac Domini Nostri Jesu Christi* ... Roma, 1726.

(3) Edição de Lisboa de 1733.

(4) A edição de Coimbra, de 1734, é anónima. A edição de Lisboa igualmente de 1734, traz o nome do autor: *O M. R. P. Mestre Doutor Fr. Francisco Brandão da Ordem eremitica de Santo Agostinho.*

(5) É o seguinte o título do sermão: «Sermão do Coração de Jesus pregado com o Sacramento exposto no mesmo Coração na Sexta-Feira immediata á Oytava do Corpo de Deos que neste anno de 1738 cahio em 13 de Junho dia de S. António de Lisboa, fazendo no mesmo dia a sua Profissão a senhora Soror Rita Fuastiniana do Sacramento, natural da mesma cidade, e Religiosa Militar de S. João Baptista, dizendo juntamente a sua primeira Missa o P. Pedro Joaquim da Costa, irmão da mesma Senhora na Igreja das Religiosas da Ordem Militar do Hospital de Jerusalem de S. João de Malta ... Disse-o o M. R. P. M. Caetano da Fonseca da preclarissima Companh a de Jesus, Regente dos Estudos da Universi-

Maria de Alacoque, a quem Deus escolheu por primeiro instrumento de tão grande obra, revelando-lhe o culto que queria se desse ao seu Coração » [1].

Não nos falte o zelosíssimo missionário Pedro Calatayud. Em 1744 traduziu-se do castelhano para português, por ordem do arcebispo de Braga, D. José de Bragança, os seus *Incêndios do Amor Sagrado*, tão próprios para abrasar as almas no amor de Jesus [2].

Alguns anos mais adiante, lançou à publicidade o P. José de Figueiredo, em 1757, o seu precioso livrinho *Desaggravo Eucharistico do Santissimo Coração de Jesus nos seus cultos, novamente praticados no Templo do Real Collegio da Companhia da Cidade de Coimbra* [3], e nele apregoa que a « esclarecida Nação portuguesa a nenhuma costuma ceder nas acções de piedade e culto divino» e confia que em poucos anos não haverá povoação em que se não veja instituído este culto [4]. Firmava o bom religioso esta sua confiança no generoso e decidido empenho com que os Jesuítas procurariam promover em toda a parte a terna Devoção, cientes de que tal era a vontade expressa do Divino Coração de Jesus, que assim o revelara numa visão à sua serva privilegiada, Margarida Maria [5].

---

dade de Évora e nella Lente actual de Teologia moral». Lisboa, 1738. Opúsculo de 31 páginas numeradas.

P. Caetano foi preso com seus irmãos de Religião em 1759. Não o desterraram para Itália pelas doenças graves que o impossibilitavam de viajar, mas o deixaram preso no palácio de Azeitão até 1766, ano em que faleceu a 4 de Abril. Cf. Carayon, *Les Prisons du Marquis de Pombal*, pág. 242; Ferrão, *O Marquês de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas*, pág. 275, 281, 283, 285.

[1] Caetano da Fonseca, Sermão citado.

[2] Pedro de Calatayud, « Incendios de Amor Sagrado e Colloquios amorosos das almas devotas com o Coração de Jesus seu Esposo... traduzidos em Portuguez por mandado do Serenissimo Senhor D. Joseph, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas ». Coimbra no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, anno de 1744.

[3] José de Figueiredo, *Desaggravo Eucharistico do Santissimo Coração de Jesus nos seus cultos*, novamente praticados no Templo do Real Collegio da sua Companhia da cidade de Coimbra. Ordenado e offerecido pelo Padre José de Figueiredo da Companhia de Jesu. Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1757, 32.° pp. 168.

[4] Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XVIII.

[5] Revelação de Santa Margarida Maria: «... Este Senhor me deu a entender por modo que não admite a menor duvida, que por meio dos filhos da

Mas neste ano de 1757 já se armava a tremenda perseguição, que havia de esmagar com o peso dos ódios pombalinos a Companhia de Jesus em Portugal, e consequentemente embaraçar e destruir a acção de apostolado, com que os seus religiosos deviam propagar a maravilhosa Devoção.

De feito no ano seguinte, em 1758, já Sebastião José de Carvalho os tinha cercados de tropa na Casa Professa de S. Roque os seus odiados jesuítas. Eles mediam bem a grandeza da tribulação, e, abatidos e desconsolados, levantaram os olhos marejados de lágrimas para o seu único defensor e amparo, o Coração Sagrado de Jesus.

Reuniram-se todos na igreja da Casa Professa, abriram o sacrário e, diante de Jesus Sacramentado e da Imagem do Sagrado Coração, cada um deles se aproximou do altar, e, ali ajoelhado, fez voto, com grande sentimento de piedade, de venerar com particular amor o Divino Coração de Jesus; de celebrar todos os anos, com a maior solenidade, a sua festa no primeiro dia depois da oitava do Corpo de Deus; de fazer uma vez cada mês algum exercício público na igreja em honra do mesmo Divino Coração, e, além disso, de esforçar-se com empenho, para que todos os portugueses se inflamassem nas chamas de ardentíssimo amor ao Santíssimo Coração de Jesus [1].

Não satisfeitos com o voto, como se já tivessem alcançado a graça pedida, honravam com ardentíssimo afecto e rendido

---

sua Companhia, quer principalmente se estabeleça em todas as partes esta Devoção ternissima...» Cf. Abranches, *ob. cit.*, pág. XIX.

[1] Assim refere o P. José Caeiro na sua história manuscrita o voto que nesta tribulação fizeram os afligidos religiosos: «Votum quoque, quod gratissimum Deo fore haud temere rebantur, ingenti pietatis sensu suscepere. Aperto Eucharistiae Sacrae tabernaculo, ad aram, ubi SS. Jesu Christi Cordis imaginem collocaverant, accedebant, conceptisque ex tabula verbis, votum hujusmodi nuncupabant: Si intra annum Societati tranquillitas redderetur, Sacratissimum Cor se religione prosequnturos; annis singularibus prima post Octavam Christi Corporis die eidem Cordi, quam maxima cerimonia possent, festum celebraturos; semel unoquoque mense publicas in templo preces in ejus obsequium instituturos; annisuros praeterea labore atque industria, ut Lusitani omnes adversus Cor Sanctissimum ardentissimo amore inflammarentur».

«Quamquam vero aliud superis placitum, Religio tamen in caeteros quoque socios jam emanavit».

Cf. Caeiro, *De Exilio Provinciae Lusitanae Soc. Jesu*, Liber Quartus, n.º 61.

preito de homenagem ao Divino Coração, fechados e presos ignòbilmente em sua casa. Dali foram transportados muitos para as masmorras de S. Julião, onde quem os consolava nos sofrimentos horrorosos era o Coração de Jesus [1].

Um dia pela claridade lôbrega daqueles subterrâneos, conseguiram os presos, por artes que a desventura soube inventar, fazer circular por todas as prisões, uma imagem do Menino Jesus, que lhes foi de inefável consolação. Tinha na mão uma cruz e no peito o coração aceso em chamas de amor. Uns versos que um desses mártires compôs e lhe inscreveu, lhes explicavam quem os vinha consolar:

Os Jesuítas ao Menino Jesus:

Meu rico, meu belo Infante!
Duas coisas ofertais
Na grandeza ambas iguais:
Uma cruz de oiro brilhante,
Um *Coração* todo amante.
Bendito, meu Deus sejais:
Pois se grande cruz nos dais,
Também todos visitando,
A todos nos vindes dando
Coração até não mais.

O Menino Jesus aos Jesuítas:

Sois da minha Companhia
Jesuítas vos chamais,
Porque vos tenho por tais,
Meu Coração vos trazia,
Para que com valentia
Essa *cruz* ao fim leveis,
Pois só assim mostrareis,
Que meus passos imitar,
E meu nome em vós gravar
Muito deveras quereis [2].

Assim veneravam na tribulação os Jesuítas e amavam o Santíssimo Coração. Mas fora daquelas prisões continuavam o

[1] Caeiro, *De Exilio Prov.*, Lib. Quartus, n.º 1-5.
[2] Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XXIV.

seu suavíssimo apostolado influindo nas almas cristãs aquele amor com as lições, que deram a seus discípulos.

A Princesa do Brasil, depois Rainha D. Maria I, no primeiro ano do seu casamento, quando já o seu Mestre, Timóteo de Oliveira, sofria os horrores do cárcere pombalino, mostrou a sua devoção fazendo voto de que mandaria levantar um templo, dedicado ao Coração de Jesus, se lhe concedesse um sucessor varão para o trono de Portugal. Em 1761 já estavam satisfeitos os desejos da piedosa rainha, que logo cuidou de agradecer o benefício do céu [1]. Em 25 de Setembro desse ano celebrava-se na Real Capela da Bemposta soleníssima festa em honra do Sagrado Coração de Jesus para cumprimento do voto pelo nascimento do Príncipe da Beira o Senhor D. José [2].

Outra demonstração do mesmo amor ao Divino Coração, quis dar a boa Rainha, apenas subiu ao trono português [3].

De feito animada pelo impulso de sincera devoção ao Coração Santíssimo, a quem com tão puro afecto desejava glorificar, pediu, no princípio do seu reinado, e instou com o Santo Padre Pio VI, que lhe concedesse para Portugal e seus domínios, celebrar-se a festividade do mesmo Coração Divino, com ofício e missa própria, na primeira Sexta-Feira depois da oitava do Corpo de Deus.

Espalhou-se logo a surpresa da notícia pela cidade de Roma, e a 26 de Abril desse mesmo ano de 1777 já o embaixador veneziano, André Renier, escrevia para Veneza, que pelas últimas cartas de Portugal se tivera conhecimento do pedido da Rainha D. Maria, e o autor da Missa e ofício do Divino Coração corria que fora o P. Timóteo de Oliveira, outrora confessor da Rainha, saído, havia pouco, do cárcere onde o tiveram encerrado

---

[1] O Príncipe D. José, filho de D. Maria I, nasceu a 21 de Agosto de 1761 e faleceu a 11 de Setembro de 1788.

[2] O sermão pregado nessa solenidade por frei Joaquim de Santa Ana, tem o título seguinte : « Oração na Acção de Graças que a Serenissima Princesa do Brasil e o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro celebraram na sua Real Capela da Bemposta no dia 25 de Setembro de 1761 ao Santissimo Coração de Jesus em cumprimento do seu voto pelo felicissimo nascimento do Serenissimo Principe da Beira o Senhor D. José ». Lisboa, 1761.

[3] D. Maria empunhou o cetro a 24 de Fevereiro de 1777, dia da morte de seu pai D. José.

pelo longo espaço de 19 anos com outros antigos Jesuítas seus companheiros [1].

Foi demorado e frequente o carteio da Corte de Portugal com a de Roma, para se satisfazer plenamente a devoção da Rainha. Houve de parte a parte dificuldades e explicações. A 24 de Abril de 1777 escrevia o Cardeal Pallavicini ao Núncio de Lisboa, Bernardo Muti, àcerca dos princípios da petição do Ofício e Missa [2].

A 15 de Maio era enviada de Roma ao mesmo Núncio uma *Memória* do Promotor da Fé sobre o culto do Sagrado Coração, e nela se introduzia quase toda a história da nova Devoção até aos últimos tempos [3].

A 20 do mesmo mês escreve o Núncio para Roma a Pallavicini a participar-lhe que recebera as folhas do Ofício e Missa do Sagrado Coração; fôra entregá-los à Rainha, e fez-lhe notar a presteza atenciosa do Pontífice, para que já nesse ano de 1777 pudesse Sua Majestade satisfazer seus piedosos desejos. O rito concedido era de *duplex* maior [4]. Mas a Rainha queria rito mais elevado. Em 21 de Maio de 1778 escreve a Rainha a Pio VI, agradece-lhe o Breve que a « enchia de espiritual gozo pela graciosa concessão do ofício e missa própria do Santíssimo Coração de Jesus estendida a todas as igrejas » de Portugal e seus domínios [5], mas diz-lhe que esperava concessão mais ampliada com o rito de primeira classe, como já tinha feito suplicar a Sua Santidade [6].

Em breve foi deferida a súplica por decreto de 5 de Agosto de 1778. A 27 desse mês de Agosto referia para Lisboa ao Núncio Muti o Cardial Pallavicini, que o Papa chegava nas concessões até onde podia, quando se tratava de contentar os desejos santos da Rainha. Bem o demonstrava com o novo decreto com

---

[1] Roma, *Archivio di Stato*, n.º 293, f. 480 seg. original. Carta de 26 de Abril de 1777.

[2] Arq. Vat., *Nunziatura di Portogallo*, 187. Minuta com notas autógrafas.

[3] Arq. Vat., *cod. cit.*, carta de 15 de Maio de 1777.

[4] Arq. Vat., *Nunz. di Port.*, 121, carta do Núncio a Pallavicini, de Lisboa a 20 de Maio de 1777.

[5] Bicker, *Collecção de Tratados*, T. II, P. II, f. 873. Carta de 21 de Maio de 1778.

[6] *Ibidem.*

que lhe elevava para sempre a Festa do Sagrado Coração ao rito de duplex de primeira classe [1].

Para maior solenidade da Festa foi também concedido por decreto de 7 de Julho de 1779, que fosse precedida de vigília e jejum e o dia se celebrasse como dia Santo de Guarda [2].

Antes dos decretos pontifícios antecipou-se o fervor do Patriarca eleito, D. Fernando de Sousa e Silva, e com uma circular anunciou a 22 de Maio de 1777, que a Rainha « pela sua devoção que juntamente com o rei mostram há muitos anos ao Sagrado Coração de Jesus, pediu a Pio VI ofício e missa do Sagrado Coração », e que o Papa anuira, cometendo o negócio ao Núncio, que decretou que em todos os reinos e domínios da Rainha se rezasse ofício e missa própria do Sagrado Coração de Jesus, com rito duplex maior, na primeira Sexta-Feira depois da Oitava do Corpo de Deus.

Por isso, continua o Patriarca, como Vigário capitular, sede vacante, manda se observe. Ordena mais que o dia da Festa, a 6 de Junho de 1777, seja santo de guarda no Patriarcado [3].

Assim no dia 10 de Junho desse ano noticiava para Roma o Núncio Muti, que fora celebrada na Corte a Festa com tanto amor pedida ao Sumo Pontífice. Foi o primeiro ano em que se festejou por todo o reino a Festa do Sagrado Coração [4]. Havia porém já muitos anos, que os monarcas fidelíssimos e sua Real Família celebravam « solenemente a mesma festividade, a que assistiam com exemplaríssima devoção na Real Capela dos Paços da Bemposta » [5].

Falta-nos a maior e mais solene demonstração do amor da Rainha ao Coração de Jesus. A piedosa Senhora, quando orde-

---

[1] Arq. Vat., *Nunz. di Port.*, 188. Carta de 27 de Agosto de 1778. Cf. Xavier Coutinho, *Album*, pág. 37

[2] O decreto era : *Alias nos precibus*. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja*, T. IV, P. III, pág. 274 ; Xavier Coutinho, *Album*, pág. 37.

[3] Arq. Vat., *Nunz. di Port.*, 121. Edital de 22 de Maio de 1777 (Impresso).

[4] Arq. Vat., *Nunz. di Port.*, Muti a Pallavicini, de Lisboa a 10 de Junho de 1777.

[5] Calatayud *Incendios de Piisimos Affectos . . .*, edição de 1779: « Os Nossos Monarcas Fidelissimos e sua Real Familia, ha muitos annos, que faziam celebrar solenemente a mesma Festividade, a que assistiam com exemplarissima devoção na Real Capella dos Paços da Bemposta ». Prólogo, pág. VIII-IX.

nou que os Grão-Cruzes e Comendadores das três Ordens trouxessem sobre a Cruz das suas veneras um Coração, declarou que por esta resolução de sua vontade se propunha «estabelecer e deixar à posteridade um monumento de sua particular devoção ao Santíssimo Coração de Jesus» (1).

Maior e mais grandioso monumento quis erguer a devota Rainha e deixá-lo também à posteridade para nele todos contemplarem e admirarem a terníssima devoção que dedicava ao mesmo Coração Divino. E o ergueu com magnificência verdadeiramente Real. A Basílica da Estrela será um dos monumentos nacionais de maior valor, e de mais alta significação espiritual. Foi a primeira que em todo o mundo se edificou em louvor do Coração de Jesus. Atesta a piedade da Rainha e é penhor da protecção divina para Portugal.

Não podemos duvidar das nobres intenções da Rainha na construção da Basílica, mas há incertezas e divergências nos escritores, ao assinar a razão que principalmente moveu D. Maria I a realizar a sua grande obra.

Afirma-se mais comumente, que a erecção da Basílica foi cumprimento dum voto, que fizera a Rainha para obter sucessão da Coroa portuguesa. Dizem alguns que a Rainha tivera intenção de reparar com esse majestoso templo os males cometidos contra a Igreja e a Religião, e particularmente contra a Companhia de Jesus no reinado anterior.

Quanto à sua sucessão do Reino, temos de observar que em 1761, como dissemos, se celebrou festa solene em cumprimento do voto pelo nascimento do Príncipe.

Em 1790 pregava fr. Joaquim de Santa Clara, na festa do Coração de Jesus na Estrela, e em nota do sermão que publicou no ano seguinte, diz que «na ocasião de uma calamidade geral a todo o Reino fez Sua Majestade voto de mandar erigir um Templo dedicado ao Coração de Jesus, e logo cessou a calamidade» (2). Que espécie de calamidade foi esta?

Mas quase no termo do sermão, em nota da página 72,

---

(1) Cf. art. 24.º da Carta de Lei de 19 de Junho de 1789; Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XXVI.

(2) Fr. Joaquim de Santa Clara, *Sermão do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa 1791, pág. 7, nota.

adverte-se que « O Real Convento do Coração de Jesus foi mandado edificar em cumprimento do voto, que Sua Majestade havia feito a Deus para dar sucessor à Coroa, o que actualmente vemos verificado no Sereníssimo Príncipe do Brasil, que Deus guarde». Note-se que este Príncipe era D. João, depois rei; e que o Príncipe celebrado em 1761, era D. José, que faleceu a 11 de Setembro de 1788; e que nesta nota se fala do Real Convento e não expressamente do Templo.

Gendry na vida de Pio VI escreveu que em 1779 D. Maria I lançava os fundamentos do Convento das Carmelitas descalças para cumprir o voto que ela fizera no primeiro ano de matrimónio, se tivesse filho varão [1].

Sobre a reparação dos males cometidos contra a Igreja, Religião e Companhia de Jesus não encontrámos referência nenhuma na correspondência de Portugal com o Vaticano.

Em todo o caso não há dúvida que a Basílica foi edificada por força de um voto, feito pela Rainha, que assim o afirma o Núncio em carta dirigida a Pallavicini, Cardeal Secretário de Pio VI [2], e o atesta, como testemunha presencial, fr. Joaquim de Santa Clara, asseverando que em cumprimento do voto que S. Majestade havia feito e em acção de graças pelo benefício, que toda a Nação recebeu do céu, erigiu este maravilhoso Templo [3].

Chegado pois o tempo devido, começou a Rainha a dar à execução os seus intentos. Em 24 de Outubro de 1779 celebrou-se

---

[1] Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo*, 122, Lisboa, 21 de Abril de 1778; 19 de Outubro de 1779; *Nunz.*, 121, Lisboa, 20 de Maio de 1777. Cf. Gendry, *Pie VI*, T. II, pág. 71.

A Rainha pediu também a Pio VI que o Sagrado Coração de Jesus fosse declarado padroeiro de Portugal, mas de Roma veio a resposta que se não podia atribuir ao Coração de Jesus « a qualidade de Padroeiro do reino de Portugal », como de nenhum outro reino. Cf. Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo*, 185, carta de Pallavicini a Muti de 6 de Agosto de 1778.

[2] Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo*, 122. Carta original, Lisboa a 19 de Outubro de 1779.

[3] *Sermão do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa, 1791, pág. 8. « Este sermão foi recitado na primeira Festividade do Coração de Jesus, que se fez com toda a pompa e magnificência na nova Igreja da mesma invocação ». *Ibid.* pág. 7 nota.

a festa soleníssima do lançamento da primeira pedra, e foi o Rei D. Pedro III, que realizou aquela cerimónia [1].

Levou pouco mais de dez anos a grandiosa construção, e no dia 11 de Junho de 1790, sexta-feira depois da oitava do Corpo de Deus, celebrava-se «com toda a pompa e magnificência a primeira festividade no novo e sumptuosíssimo Templo do Sagrado Coração de Jesus, na Basílica da Estrela», que será em todas as idades futuras o magnífico monumento do particular amor de Jesus Cristo para connosco, e da pia gratidão de D. Maria I ao amor do divino Coração [2].

À solenidade tão majestosa e comovedora assistiram as duas majestades, D. Maria e D. Pedro, as Infantas e toda a Corte e nobreza, naquele «novo templo, o primeiro, disse o orador, e até agora o único em todo o Cristianismo, consagrado pela Real magnificência ao amor que anima o... Coração Divino» [3].

Mas também não faltou certamente à soleníssima e devota função o P. Timóteo de Oliveira, recordando com saudade e regozijo as lições de terna devoção ao Coração de Jesus, que ele dava, em tempo já longínquo, à régia discípula, agora Rainha de Portugal.

Por fim seja grande prova de piedade e devoção da Rainha, a resolução que ela teve de consagrar Portugal e todos os seus Domínios, que se estendem a todas as partes da terra, ao Divino Coração de Jesus. De feito testemunha o grande devoto do Coração sagrado, P. Manuel Marques, da Companhia de Jesus, realizou essa consagração, com aprovação do Padre Santo Pio VI [4].

---

[1] Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo*, 122, carta original do Núncio de Lisboa a 26 de Outubro de 1779. — Convite do Visconde de Vila Nova de Cerveira, de 20 de Outubro de 1779 para «pelas nove horas da manhã, assistir ao acto de se lançar a primeira pedra para a Igreja do Coração de Jesus do Mosteiro que a Rainha Nossa Senhora manda edificar no sítio denominado da Estrela». 345 × 223 mm. Cf. Xavier Coutinho, *Album* da Exposição, pág. 202.

[2] Santa Clara, *Sermão* citado, pág. 7 e 8.

[3] Santa Clara, *Sermão...*, pág. 73.

[4] Manuel Marques, *Defensio Cultus*, pág. 376 : «... Augustissimam D.D. Mariam I Reginam Fidelissimam, quae totam Lusitaniam et Lusitani Imperii ditionem, in omnes partes Orbis Terrae pertinentem, S.S. Cordi Jesu consecratam voluit, et, Beatissimo Patre ac Domino Nostro Pio VI approbante, consecravit».

4. — Depois de tão esplêndidas manifestações de culto religioso, outro meio de singular eficácia empregavam os apóstolos do amor de Deus para estabelecer, consolidar e difundir a devoção do Sagrado Coração de Jesus. Na China e em Macau, donde nos veio a Portugal a devoção bendita, começaram logo no princípio os missionários a exercer fervente e frutuoso apostolado com o auxílio das Congregações ou confrarias e elevavam com facilidade ainda os neófitos a rara perfeição da vida cristã. Portugal imitou o exemplo de seus apóstolos de além-mar. Ao introduzirem e promoverem a devoção do Coração de Jesus, nunca deixavam de instituir Congregações, e com elas mantinham e acendiam o fervor espiritual nas pessoas escolhidas que nelas ingressavam.

Os estatutos das Congregações prescreviam os actos de piedade segundo o espírito de devoção comunicada pelas lições de Santa Margarida Maria; e a maior parte das primeiras regras que as dirigiam, foi trasladada das que fizeram os missionários da Companhia para as missões de Macau, e imprimiram em Cantão no ano de 1725 [1].

A primeira confraria ou irmandade, de que temos conhecimento, é a que se instituiu no convento dos Franciscanos de Xabregas, no mês de Setembro de 1737, no tempo em que se celebrava também a primeira festa do Divino Coração no mesmo Convento [2]. Outras confrarias se estabeleceram em vários Mosteiros franciscanos da mesma Província dos Algarves [3].

Nos anos seguintes foram-se instituindo numerosas Congregações por todo o Portugal com piedade notável e fervor, nomeadamente em muitos colégios da Companhia, cujos religiosos se gloriavam santamente de terem sido chamados por Deus para a gloriosa empresa de difundir e acender em toda a parte o culto e amor do Divino Coração [4].

No ano de 1733 fez-se nova edição melhorada do livro de Gallifet em tradução portuguesa «para uso da irmandade que,

---

[1] Belém, *O Coração de Jesus comunicado aos corações dos fiéis*. Cap. II.

[2] Belém, *Chronica Serafica... dos Algarves*, Lisboa, 1753, pág. 168.

[3] *Ibidem*, pág. 168; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, II, pág. 445.

[4] Cf. P. José Figueiredo, *Desaggravo Eucharistico*; Abranches, *O Coração de Jesus*, pág. XVIII, XIX.

em obséquio do mesmo Santíssimo Coração, se erigiu no Convento de S. Mónica» de Lisboa Ocidental [1].

Mas na arquidiocese de Braga é que se fundaram com mais entusiasmo e em mais extensão e fruto as Congregações do Coração de Jesus. O missionário Pedro de Calatayud, que percorreu com mais três Padres da Companhia aquelas terras em missão apostólica, afervorava e concluía as missões por meio destas Congregações, tão fecundas de bens espirituais. A primeira Congregação foi instituída pelo missionário na cidade de Braga, por onde se deu princípio às missões, na Igreja de S. Paulo do Colégio da Companhia de Jesus. Nela se inscreveu o arcebispo, como primeiro irmão e juiz ou Prefeito. As pessoas mais gradas da sociedade bracarense também se prezavam de pertencer à Congregação, e grande parte do povo acudiu devotamente a multiplicar o número dos Congregados [2].

Para aumentar a devoção dos fieis, mandou o arcebispo imprimir em Lisboa muitas estampas do Sagrado Coração, e cunhar boa quantidade de medalhas com a imagem do Coração de Jesus de um lado e no outro com a de Nossa Senhora [3].

Assim, diz Calatayud, é a «nobilíssima cidade de Braga, a que no tempo presente pode ter as esperanças mais bem fundadas de conseguir e conservar a primazia em tão soberano culto» [4].

De Braga dirigiram-se os missionários a outras cidades e vilas do Minho.

Em Guimarães, depois da missão bem trabalhosa, se fundou uma Congregação do Coração de Jesus. Foi tão bem recebida que vinte e dois abades e sacerdotes lhe copiaram as regras para irem estabelecer outras nas suas paróquias. Na igreja de S. Francisco mais uma se formou de eclesiásticos e estudantes, muitos dos quais faziam nela meia hora de oração ao anoitecer, prece-

---

(1) Sommervogel, III, col. 1128. Lisboa, 1773, 8.° de pág. 61.

(2) Rodeles, *Vida*, pág. 279.

(3) *Ob. cit.*, pág. 380.

(4) O arcebispo de Braga, adverte Calatayud, «foi o primeiro que na Igreja do Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus, dia da circuncisão no ano de 1744, sem perdoar a despesa, mandou festejar solenemente o Santíssimo Coração de Jesus, sendo justamente o primeiro que na dita solenidade com seu augusto nome deu princípio à irmandade» do Coração de Jesus. Cf. Calatayud, *Incêndios*, Prólogo, Coimbra 1744.

dida de um quarto de hora de pontos para a meditação. A este piedoso exercício concedeu o arcebispo oitenta dias de indulgência [1].

Em Barcelos celebrou aquele bom povo, na igreja de Santa Cruz, solene festividade ao Santíssimo Coração para se erigir a Congregação como nas outras cidades. Quase toda a população se quis inscrever no livro dos Congregados [2].

Em Vila do Conde não foi menos fervorosa a piedade da gente. Fundou-se a Congregação na Colegiada [3].

Seguiu-se Ponte do Lima. Terminados os Exercícios Espirituais de 370 sacerdotes, instituiu-se a Congregação, celebrando-se com grande solenidade a festa, em que se consumiram quase duas arrobas de cera [4].

Em Melgaço, na parte mais norte de Portugal, também floresceu uma Congregação [5].

Na Praça de Monção foi muito bem acolhida a Congregação do Coração de Jesus [6].

Em Valença do Minho foram duas as Congregações que se fundaram, uma na Colegiada e outra no Mosteiro das Religiosas de S. Bento [7].

Nem faltou a risonha Vila de Caminha com o seu tributo de amor ao Divino Coração, estabelecendo também duas Congregações na majestosa igreja paroquial e num Convento de Freiras, obrigando-se os fregueses a colocar nos altares imagens do Coração de Jesus e de Maria [8].

Em Vila Nova de Cerveira, praça forte das margens do Minho, ficou bem estabelecida a sua Congregação [9].

A cidade de Vila Real e as freiras claristas fundaram, depois dos Exercícios Espirituais, duas Congregações [10].

---

[1] Rodeles, *Vida*, pág. 283.
[2] *Ob cit.*, pág. 284.
[3] *Ob. cit.*, pág. 285.
[4] *Ob. cit.*, pág. 285.
[5] *Ob. cit.*, pág. 286.
[6] *Ob. cit.*, pág. 287.
[7] *Ob. cit.*, l. c.
[8] *Ob. cit.*, pág. 288.
[9] *Ibidem.*
[10] Rodeles, *Vida*, pág. 289.

Murça de Panoia prestou obséquio ao Divino Coração [1]. Em Torre de Moncorvo se fez, no dia de S. Matias, função solene em honra do Sagrado Coração de Jesus, deixando-se fundada a Congregação e levando alguns abades cópia das regras para estabelecerem outras nas suas paróquias [2].

De tão grande número de Congregações, tanto das que fomos apontando, como de tantas outras que se foram instituindo em Portugal, tiramos a legítima consequência de que a devoção do Coração de Jesus penetrou profunda e ràpidamente nos ânimos dos portugueses. Pode justamente gloriar-se a Nação Fidelíssima de ter levantado na Capital a grandiosa Basílica, testemunho magnífico da sua devoção ao Santíssimo Coração de Jesus.

5. — De todo este admirável movimento religioso foram causa em boa parte, os Religiosos da Companhia de Jesus, ou propagando esta nova devoção, ou influindo-a suavemente no coração da piedosa Rainha D. Maria. Mas a grande perseguição que destruiu em Portugal aquela Ordem, ou lhe embargou as expansões de zelo, que sempre a animou, tolheu-lhe quase toda a actividade espiritual. Nunca porém cessaram os Jesuítas portugueses de divulgar e defender o culto do Divino e Amoroso Coração. Os Jesuítas ou os sacerdotes que o foram em Portugal, passaram a sua vida atribulada ou nas masmorras em que os encerrou o tirano, ou no desterro pora onde foram arrojados de Lisboa, mas em todas as partes deram provas de devoção entranhável ao Coração de Jesus.

O P. Timóteo de Oliveira, saído do cárcere depois de 19 anos de prisão, ainda exercitava à sua veia poética em Lisboa, compondo breves poesias de versos latinos em louvor do Sagrado Coração, epigramas, elegias, e odes de inspiração clássica e piedosa [3].

No desterro de Itália, em que gemeram tantos anos com incríveis sofrimentos, portaram-se sempre os Jesuítas como apóstolos do Sagrado Coração. Como foi forçoso pela míngua de sus-

---

[1] *Ibid.*, pág. 289.

[2] *Ibid.*, pág. 290.

[3] B.N.L., Fundo Geral, 7561, volume em 8.º de 342 páginas numeradas: *Collecção de várias obras latinas e portuguesas.* Tomo 2, de Timóteo de Oliveira. Sir-

tentação, espalharam-se os desterrados por muitas cidades e povoações de Itália, e tiveram admirável ensejo de acender por toda a parte o fogo da devoção que os abrasava.

Visitámos há uma porção de anos, uma povoação chamada Riofreddo, situada não muito distante de Roma, na comarca de Tívoli, e foi grande a comoção que de nós se apoderou ao depararmos, na igreja daquela freguesia, com evidentes lembranças de dois Jesuítas portugueses, que ali se empenharam com zelo fervoroso em estabelecer naquela aldeia a devoção do Coração de Jesus. Foram eles os dois Padres Bento de Nogueira e Manuel Ramos, naturais do Porto, que nessa igreja entraram no ano de 1768, Bento de Nogueira como pároco, e Manuel Ramos como seu coadjutor. Mandaram pintar um quadro do Divino Coração, e, no dia 15 de Agosto de 1775 foi toda a freguesia, em solenissima procissão colocá-lo no altar-mor, onde ainda agora se venera a tantos anos de distância, e se praticam as mesmas devoções, que os dois desterrados de Portugal instituíram em Riofreddo para louvor do Sagrado Coração [1].

Mas nesta fervorosa propaganda encontraram pela frente, os defensores da nova devoção, adversários que a combatiam pela palavra e pela pena. Eram estes os Jansenistas, pérfidos e farisaicos. Propagavam que a devoção do Coração de Jesus era invenção dos Jesuítas, e atacavam os religiosos da Companhia para destruírem aquela devoção. Envolviam nos mesmos assaltos o Coração de Jesus e os religiosos Ignacianos, que a sustentavam. A luta acendia-se na Itália, enquanto no reino português subia a nova devoção à maior perfeição e entusiasmo, como

---

vam de exemplo os seguintes: « Contra impugnatorem cultus Smi. Cordis Jesu :

1) Qui verum Jesu Cor nom vult esse colendum,
   Stipes durus hic est, et sine corde lapis,

2) Qui verum Jesu Cor non vult esse colendum,
   Hic, praeterquam excors est quoque mentis inops.

3) « Effigies Smi. Cordis Jesu Pekini depicta,
   Reginae Mariae 1 et Regi Petro 3 conjugi
   peramanter oblata ».

   « Sunt stabili nexu Rex et Regina Cor unum ;
   Cor siquidem Jesu claudit uterque suo ».

[1] Cf. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1920, pág. 284.

relatava para Roma o Auditor da nunciatura Gaudêncio Antonini [1].

Refere também o mesmo Auditor, que em Portugal fizera má impressão a Pastoral do Bispo de Pistoia, Scipião Ricci, jansenista, publicada contra a devoção do Coração de Jesus. Nem é para estranhar. Não podíamos esperar aprovação nenhuma, se eram tão profundos, como de facto eram, os sentimentos dos portugueses para o Coração de Jesus [2].

Contra essa Pastoral, contra o Doutor Camilo Brás, advogado da Cúria Romana e contra todos os adversários do Divino Coração, saíram a campo os Jesuítas, ou os que o foram, e não cediam nem afrouxavam no combate. Como que tomavam à sua conta defender o Sagrado Coração. Mais que todos puxou das armas em Itália o português P. Manuel Marques, professor que fora de Filosofia do Colégio das Artes em Coimbra, e escreveu e publicou em 1781 a obra de notável valor apologético e dogmático para rebater os erros da perfídia jansenista, e desagravar o amorosíssimo Coração de Jesus das injúrias e sacrilégios, que contra Ele vomitavam sem pudor os inimigos sequazes de Jansénio [3].

---

(1) Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo,* 122. Carta ao Cardial Pallavicini, de 6 de Agosto de 1782.

(2) *Ibidem,* 122. A carta citada. – O bispo Ricci escreveu ao Papa Pio VI a estranhar-lhe o ter concedido a Portugal a festa do SS.mo Coração sendo que essa concessão não era conforme aos sentimentos que o mesmo Pio VI, antes de ser Papa, lhe manifestara a Ele bispo Ricci. Pio VI respondeu que então era Braschi, agora era Pio VI. — O bispo Ricci nasceu em Florença (Mons. de Marchesi Ricci). Foi sagrado bispo em 1780, e faleceu em 1810. Foi discípulo dos Jesuítas no Seminário Romano. Cf. P. Pietro Galletti, *Memorie Storiche intorno al P. Luigi Ricardi,* pág. 170, 122. Ricci foi a alma do movimento jansenístico em Pistoia. Cf. *Civiltà Cattolica,* ser. VI, vol. V, an. 1886, pág. 201-302.

(3) Manuel Marques, *Defensio Cultus SS. Cordis Jesu injuria oppognati a Doct. Camillo Blasio romanae curiae advocato, ejusque gregalibus Autore Emmanuele Marques theologo conimbricensi. Pars Prima. Defensio Cultus SS. Cordis Jesu spectati in se. Veneza 1781.* A 2.ª Parte da obra intitular-se-ia: « Ut est Symbolum amoris ». Manuel Marques, de Coimbra, nasceu a 24 de Junho de 1711; agregou-se à Companhia a 23 de Dezembro de 1725; ensinou Letras Humanas, Retórica e Filosofia. Ensinava-a em 1749 no 2.° ano do Curso. Em 1754 morava no Colégio de Coimbra.

Cf. F. Rodrigues, *A Formação Intellectual do Jesuíta,* pág. 269, nota 2. Terminou seus dias em Urbânia na Itália a 8 de Novembro de 1796.

Nestes ataques uniam os jansenistas num só alvo o Divino Coração e a Companhia de Jesus. Opugnavam o Divino Coração, porque os Jesuítas punham abertamente nele as esperanças da restauração da sua Ordem; e perseguiam com fúria de fanáticos a Companhia, porque os filhos dela defendiam a todo o transe, e propagavam largamente aquela suavíssima devoção. Acudiam também à mofa os inimigos e apelidavam de *Cordícolas* aqueles religiosos, quando eles se gloriavam do apelido, prezando-se de *Cultores do Divino Coração* [1]. Nem sabiam ocultar as suas pérfidas intenções. A assembleia dos jansenistas reunida em Florença no ano de 1787, por este modo se declarava abertamente: «É forçoso desterrar a devoção do Coração de Jesus, porque não sem motivo se teme que a dissolvida Corporação jesuítica se vá dispondo a reunir os seus membros dispersos em volta da bandeira do Coração de Jesus» [2].

Continuavam pois os perseguidos religiosos na lida abençoada de glorificarem o Coração Divino, e na firme esperança de que Jesus por esta devoção amorável havia de restabelecer a sua Companhia. E não lhes saiu frustrada a esperança. Poucos anos depois, no dia 7 de Agosto de 1814, restaurou Pio VII para toda a terra a Companhia de Jesus.

---

[1] Marques, *Defensio Cultus...* pág. 378. Cf. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1920, pág. 286.

[2] Cf. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1920, pág. 287.

CAPÍTULO V

NA FRÁGUA DOS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

SUMÁRIO: — 1. *Os Exercícios na Companhia de Jesus.* — 2. *Os Exercícios na Província Portuguesa.* — 3. *Os exercícios de Calatayud.* — 4. *Os Exercícios e o P. Gabriel Malagrida.* — 5. *Casa de Exercícios.*

1. — Assim como a devoção do Coração de Jesus, cujas origens expusemos, tem uma força prodigiosa para levar as almas para Deus, e levantá-las aos ápices mais sublimes da perfeição cristã, assim, guardadas as devidas proporções, os *Exercícios Espirituais*, introduzidos por Santo Inácio de Loyola na Igreja Católica, mostraram sempre, e a experiência o tem mostrado claramente, « encerrar nas suas poucas páginas uma arte divina de fazer entrar o homem — especialmente aos religiosos da Companhia de Jesus — no caminho da santidade e aperfeiçoamento cristão com tal eficácia, que a muitos pareceu maravilhosa » [1]. Já o demonstrámos suficientemente no primeiro tomo [2].

Não é pois de maravilhar, se os superiores da Companhia de Jesus, desde quando a fundou Santo Inácio, têm posto todo o seu empenho em procurar que seus súbditos se aproveitem dos tesoiros de santidade, para si e para o próximo, contidos no admirável livrinho dos Exercícios Espirituais. Muitas vezes até os Gerais

---

[1] F. Rodrigues, *História da Companhia de Jesus*, I, I, pág. 164, 634, segs.
[2] *Ob. cit.*

da Companhia se dirigiam a seus subordinados, e com especial instância a todos os Superiores das Casas e Colégios, e ainda aos Provinciais a estranhar-lhes a negligência com que na Província portuguesa se empregava aquele meio tão poderoso de perfeição espiritual para os religiosos e também para os fieis, eclesiásticos e seculares.

2. — Contudo, não obstante alguma deficiência, sempre estiveram em elevada estima na Companhia, como insinuámos, os Exercícios Espirituais, mas em tempo nenhum se empregou em Portugal com tanto fervor e frequência essa arma espiritual que Santo Inácio pôs na mão de seus filhos para a própria perfeição, e para a salvação e perfeição das almas dos próximos, como na primeira metade do século XVIII, que ora historiamos.

A insistência com que os superiores Gerais aconselhavam e persuadiam aos súbditos o uso frequente dos Exercícios, demonstra evidentemente a sua importância e eficácia.

No ano de 1713 transmitia o Provincial Manuel de Andrade aos Padres do colégio de Évora e demais colégios da Província, o mandado expresso do Geral Tamburini, que ordenava se intruduzissem na Província portuguesa os Exercícios Espirituais de Santo Inácio para seculares, e se lhes assinasse lugar mais cómodo no colégio, e se nomeasse um Padre que lhes assistisse e lhes expusesse o assunto das meditações [1].

Apenas um ano depois o mesmo Superior maior se dirigia a Santarém ao P. Mateus Gião a mandar-lhe que se empregassem todos os esforços para se darem no colégio dessa cidade Exercícios Espirituais a seculares [2].

O mesmo Geral escrevia, quatro anos depois, a 5 de Janeiro de 1717, ao reitor do colégio de Bragança, a ordenar-lhe que se praticassem no colégio os santos Exercícios, e, para maior fruto e fervor, se aproveitasse o estado tão florescente da Congregação de Santo Inácio, iniciando os Exercícios pelos congregados Ignacianos [3].

---

[1] Visita do Provincial, Manuel de Andrade. Évora, 17 de Fevereiro de 1713.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 217. Carta do Geral de 27 de Novembro de 1714.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 35, II. Carta do Geral da Companhia, de 5 de Janeiro de 1717.

No mesmo ano volta o Geral ao colégio de Santarém e declara-lhe que desejava ardentemente se começassem a praticar os Exercícios pelos estudantes daquele importante colégio [1]. No ano seguinte renova o fervoroso Geral as suas instâncias. Escreve ao Reitor do colégio de Evora, P. João Garção, e com ele se lastima de que se não dêem a seculares os Exercícios Espirituais. Para abrir caminho ao uso deste ministério, exorta o reitor a que o exerça com os estudantes das Escolas da Companhia de Jesus. O exemplo daquela juventude levará fàcilmente os fieis a entrarem de boa vontade em devoção tão proveitosa [2].

Em 1716 o P. Constantino Barreto, que fôra Penitencieiro de S. Pedro em Roma, e era actualmente reitor no colégio de Bragança, conforta o Geral com a notícia de que não despreza a recomendação, que lhe fizera repetidas vezes na cidade papal, de introduzir em Portugal a prática frequente dos Exercícios; e de que já os dera na Semana Santa aos estudantes das nossas escolas, como era costume em Itália [3].

Ao P. José de Melo, também reitor do colégio de Bragança, queixou-se o mesmo Geral Tamburini, em 1720, de que não o avisasse, se davam ou não Exercícios Espirituais a seculares, sendo que lhos tivesse com o maior encarecimento encomendado [4].

Com estas e semelhantes exortações e experiências se foi espalhando por Portugal o bom costume dos Exercícios, que se reputavam já, como seguro e eficacíssimo meio de salvação e santificação das almas.

Em 1728 o infante D. José de Bragança, irmão de D. João V

---

[1] *Vol. cit.*, carta do Geral ao P. Manuel de Paiva, de 5 de Janeiro de 1717.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 274. Carta do Geral ao P. João Garção, de 12 de Abril de 1718.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 76. f. 151 : carta de Constantino Barreto, de 1 de Junho de 1716. — P. Constantino Barreto, professo de 4 votos, natural de Cantanhede; nasceu em Abril de 1675; entrou na Companhia a 24 de Maio de 1691. Ensinou Humanidades por 5 anos; foi reitor do Colégio de Bragança e de Setúbal e pregador. Era irmão do filósofo P. Gregório Barreto. Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, I, tem que entrara na Companhia a 18 de Abril de 1691. Para divulgar a prática dos Exercícios de Santo Inácio, de 8 dias, compôs e imprimiu o volume em 8.º: *Exercícios Espirituais do Maravilhoso Patriarcha Santo Ignacio de Loyola, reduzidos a uma só semana*, Lisboa. 1726.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 328. Carta de Julho de 1720.

e futuro arcebispo de Braga, não ousou tomar Ordens sacras sem se preparar devidamente com os Exercícios Espirituais. Fê-los na Casa dos Padres da Missão [1]. O mesmo Príncipe, já coroado com a mitra bracarense, em Pastoral de 20 de Maio de 1742, obrigava sob graves penas os párocos da sua arquidiocese a frequentarem todos os anos os Exercícios de Santo Inácio de Loiola [2]. Aos ordinandos era costume darem os Jesuítas no mesmo arcebispado os Exercícios Espirituais [3].

Quase um ano antes de ter saído a lume a Pastoral do Prelado bracarense, publicava outra em Coimbra o Bispo Conde, a 14 de Outubro de 1741, e impunha a todos os Párocos da cidade a obrigação de fazerem os Exercícios de Santo Inácio, sujeitando-se à direcção de um Padre Espiritual, «douto, prudente e virtuoso» [4].

Poucos anos mais adiante, argumento certo, por bem autorizado, convence-nos fàcilmente da propagação considerável, de que já gozavam naquele tempo em Portugal os Exercícios Espirituais. Dá testemunho do que afirmamos o Presbítero do Hábito de S. Pedro, Francisco Xavier, que escreveu a vida da religiosa franciscana Sor Teresa Juliana. A propósito da estima e prática fervorosa, que a piedosa Freira tinha dos Santos Exercícios, observa ele que «os Exercícios de Santo Inácio hoje em dia por benefício da mais atenciosa e experimentada reforma, com tanta utilidade em quase todas as Comunidades se acham tão frequentemente praticados, e o praticam também muitas e muitas pessoas seculares, sinaladamente nesta Côrte» [5].

3. — O apóstolo que empregou com mais fervor e veemência a arma dos Exercícios Espirituais em Portugal na primeira metade do século XVIII, foi sem dúvida o vigoroso missionário, cujo zelo já das páginas anteriores conhecemos, Pedro de Calatayud.

---

(1) Sousa, *Hist. Genealógica*, VIII, 518. Ordenou-se a 17 de Dezembro de 1728, na igreja de S. Roque em Lisboa.

(2) Mons. Ferreira, *Fastos Episcopais*, III, 278, 279, 300-303.

(3) *Ob. cit.*, pág. 320, nota 1.

(4) Bibl. N. L., *Pombalina*, 486, pág. 18.

(5) Francisco Xavier, *Clamores do ceo aos Coraçoens da Terra*, Tomo primeiro na *Relação Abbreviada da Exemplar vida... da Veneravel... Sor Thereza Juliana de S. Boaventura...* Lisboa, 1752, pág. 72, 73. Sor Teresa faleceu em 2 de Fevereiro de 1750.

Percorreu em missões boa parte do arcebispado de Braga, com fruto admirável, e cada missão a terminava com os Exercícios Espirituais, que expunha a grande número de Sacerdotes, e também a muitos seculares. Tanto as missões, como os Exercícios, eram em Braga mais que noutra qualquer parte frutuosos.

Comecemos pelos Exercícios dados a diversas comunidades religiosas. Durante oito dias inteiros exercitaram os missionários os Conventos de Freiras de S. Salvador, dos Remédios, da Conceição e da Penha. Entre religiosas, educandas e criadas seriam umas quinhentas pessoas. «Naqueles asilos de virtude restauraram-se a modéstia, a singeleza religiosa, o amor do recolhimento, o silêncio, e trato com Deus, fechando-se as portas a conversações frívolas e mundanas, tão inimigas da paz e concórdia e peste das comunidades monásticas» [1].

Maior foi na cidade de Braga o fervor e entusiasmo nos Exercícios Espirituais com que santificaram também durante oito dias o clero. Além das leituras, meditações e exames, faziam-se de manhã e de tarde práticas bem demoradas. Regularmente encaminhava Calatayud seus companheiros aos conventos e cárceres, e ele tomava o encargo do clero. Para infundir nos ânimos maior veneração dos Exercícios e mais profundo recolhimento, expunha o Santíssimo Sacramento, e assistia pessoalmente com todos à oração e leitura espiritual. Era tão vivo o fogo que acendia nos corações com seus colóquios ao Santíssimo, com suas práticas e com as sentenças que soltava dos lábios de quando em quando, que por fim saíam os ouvintes como atónitos, ao ponderar os próprios erros, e a obrigação gravíssima do seu estado.

Eram cerca de seiscentos os eclesiásticos, entre cónegos, párocos, abades, simples sacerdotes e ordinandos, e não poucos religiosos, que se reuniam para estes exercícios piedosos na Igreja do colégio de S. Paulo à hora marcada. Meditadas as verdades eternas, e já desejosos os exercitantes de darem a Deus ofendido a satisfação do pecado, saíam entre as oito e nove horas da noite em procissão pelas ruas de Braga os eclesiásticos, caminhando quase todos descalços, com cadeias, cruzes, disciplinas e outros instrumentos de penitência, em completo silêncio, apenas

---

[1] Rodeles, *Vida del P. Pedro Calatayud*, pág. 277.

interrompido com as vozes dos cânticos sagrados, convidando às lágrimas e ao arrependimento [1].

Era grande e infalível o fruto de tão santos Exercícios.

Em Guimarães, não obstante alguma oposição, que se levantou, também os Exercícios provaram a sua eficácia. Fizeram-nos 288 sacerdotes e 110 ordinandos. Nem todos os começaram de muito grado; mas pouco e pouco se foram dispondo com devoção e até com fervor. «Perdemo-nos, exclamou um sacerdote, se não tomamos os Exercícios com muito empenho» [2].

O clero de Barcelos igualmente se houve com edificante exemplo. Deram-se Exercícios a eclesiásticos, a religiosos de S. Bento e a Recolhidas. Aos Exercícios do Clero assistiu Sua Alteza D. José de Bragança [3].

Tocou sua vez a Vila do Conde. 178 sacerdotes se ocuparam nos santos Exercícios, e seguiram-se os seculares no mesmo acto de sólida piedade [4].

Em Ponte do Lima, entraram nos mesmos Exercícios 370 sacerdotes [5].

Na vila dos Arcos de Val de Vez foi notável o concurso. Recolheram-se nos Exercícios não menos de 716 eclesiásticos a 1 de Julho de 1744 [6].

Melgaço pôde reunir para os Exercícios 240 sacerdotes, e mais um bom número de seculares para um novo turno [7].

A Praça Forte de Monção ofereceu dois turnos de Exercícios: um de 240 sacerdotes e outro de Religiosos [8].

Em Valença começaram os Exercícios de 10 dias 300 eclesiásticos a 9 de Fevereiro de 1745 sob a direcção dos Padres, seguidos de uma missão ao povo [9].

Na Vila de Caminha, diz autor comtemporâneo, «tudo foi grandioso, quatro procissões de penitência, mais de 100 confes-

---

[1] *Ob. cit.*, pág. 278, 279.
[2] *Ob. cit.*, pág. 283.
[3] *Ob. cit.*, pág. 284.
[4] *Ob. cit.*, pág. 285.
[5] *Ob. cit.*, l. c.
[6] *Ob. cit.*, l. c.
[7] Rodeles, *Ob. cit.*, pág. 286.
[8] *Ibidem*, pág. 287.
[9] *Ob. cit.*, l. c.

sores, 21.000 comunhões, 224 eclesiásticos em Exercícios», de Portugal e da Galiza [1].

Na Província de Trás-os-Montes deram-se frutuosamente os Exercícios em cinco povoações, em Vila Real a 484 sacerdotes; em Murça de Panoia a 131 eclesiásticos e às Freiras de S. Bento; em Torre de Moncorvo a 167 eclesiásticos; em Castro Vicente a 142; e 346 em Chaves, vila onde se fez aos enviados de Deus a mais grandiosa recepção [2].

Os missionários cujo zelo não conhecia barreiras, finalmente se retiraram para Espanha, consolados e satisfeitos com os bens que fizeram à sociedade portuguesa.

4. — Enquanto o missionário espanhol alcançava triunfos de conversões do mal para o bem, ou do bem para vida melhor e mais perfeita, no norte de Portugal de 1743 a 1748, operava pelos mesmos anos prodígios semelhantes de virtude nas regiões setentrionais do Brasil e do Maranhão, o italiano P. Gabriel Malagrida, nascido na margem ocidental do Lago de Como, e célebre pela sua santidade e fervoroso apostolado e mais ainda pelos ódios gratuitos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Os trabalhos nas Missões da América interrompeu-os por duas vezes com a vinda a Portugal, onde aportou a primeira vez em 1750 e depois em 1754 [3].

Depois desta segunda viagem não voltou ao Brasil. Terminou sua vida de apóstolo incansável no cadafalso ignominioso do Rossio, em Lisboa, a 21 de Setembro de 1761.

Mas em todo o tempo que demorou em Portugal, desde 1750, trabalhou sempre, como apóstolo a arder nas chamas do zêlo santo da salvação do próximo.

Agora só nos havemos de referir aos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, que ele deu «com fruto admirável» [4], cerca de quarenta vezes em Lisboa [5].

Pouco depois de entrar na capital portuguesa, no mês de

---

(1) Rodeles, *Vida*, 288.

(2) *Ob. cit.*, pág. 289, 290.

(3) Cf. Mury, *Historia de Gabriel Malagrida*; *Jesuitenlexikon*, vb. *Malagrida*.

(4) Murr., IV, pág. 295. São palavras de Malagrida, em carta de 30 de Julho de 1757 dirigida ao P. José Ritter, que faleceu em Viena no ano de 1761.

(5) *Ibidem: Exercitia S. P. Ignatii, quae ferme per 40 vices Ulyssipone dedi.*

Março de 1750, animou-se a dar os Exercícios Espirituais à multidão de estudantes, que frequentavam as escolas do Colégio de Santo Antão. Expunha com fervor de santo àquela briosa juventude o assunto bem acomodado aos anos e capacidade de tais ouvintes, e os ajudava e encaminhava dextramente aos actos do entendimento e da vontade, que os levavam com facilidade à transformação e melhoramento dos costumes [1].

Mas a opinião já formada que havia de sua virtude extraordinária, abriu-lhe em Lisboa um campo de intenso apostolado, em que ele continuamente e sem repoiso se afanava. Sobretudo porém e com maior paixão se entregava ao ministério dos Exercícios Espirituais com que obrava prodígios de conversão. Também o obrigavam a frequentar o Paço para obras de zelo e fins inteiramente espirituais. A Rainha D. Maria Ana de Áustria, lustre, pela sua virtude, de uma Corte cristã, praticava frequentemente com o santo missionário, e quis fazer ela mesma os Exercícios de Santo Inácio sob a sua direcção. A exemplo dela tantos pretendiam fazer os Exercícios, que o santo mal podia satisfazer a todos [2]. A Rainha, no seu fervor espiritual, quis até que Malagrida expusesse os Exercícios na capela do Paço às damas e donzelas que nele moravam, assistindo a Família Real, com a mesma Rainha, o Rei e Príncipes [3].

As religiosas eram particularmente atendidas com o mesmo efeito. No mês de Abril desse ano foi santificar pelos Exercícios o Convento das Freiras franciscanas, chamadas da Esperança. Nos fins de Maio coube a vez às religiosas de Santa Marta, pouco depois às de Marvila, fora de Lisboa, a pedido da Condessa de Valadares; logo às Capuchinhas de Santa Apolónia; às Trinas do Rato, e no fim de Junho às Agostinhas de Chelas.

Estes conventos, depois dos Exercícios apareciam fervorosamente reformados com edificação e aplauso da cidade de Lisboa. A imagem de Nossa Senhora sempre acompanhava, levada num carro, de um para outro lugar, o santo apóstolo, que em toda a

---

[1] Caeiro, *De vita...* mss. pág. 157; Matias Rodrigues, *De Vita*, mss. pág. 163.

[2] Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 166.

[3] Arq. Vat., *Nunz. di Portogallo*, 105, f. 166; carta do Núncio, de 15 de Junho de 1750, original; Caeiro, *De Vita*, mss., pág. 158, n.° 99.

parte era acolhido com veneração, e louvado e aplaudido pelas obras de tanto zelo, caridade e dedicação [1].

Mas enquanto Malagrida tanto se afadigava para o bem dos portugueses, pasmava o rei do fruto que tiravam seus vassalos, e pensava que, quando eles se mostravam tão ricos espiritualmente, não devia ficar-se ele tão pobre de bens espirituais. Resolveu pois apesar das doenças que o atormentavam, transformar-se também ele na frágua dos Exercícios, fazendo-os sèriamente sob a direcção daquele mestre insigne. E para proceder com mais liberdade, e recolher mais sólido e abundante fruto, determinou converter os Paços Reais em solidão e ermo, ou antes num santuário; dizer adeus por alguns dias a todos os cuidados da Corte; impor silêncio profundo a todo o ruído dos áulicos; cerrar a porta a todos os rumores de fora, e afastar para longe as delícias da mesa real. Mandou colocar no quarto em que jazia, a Imagem da Rainha do céu e da terra, e adorná-la de vestimentas reais. Logo se submeteu inteiramente à direcção de Malagrida. Lia-lhe o Director livros de sã espiritualidade, e a seguir expunha-lhe clara e fervorosamente a matéria das meditações; propunha-lhe assuntos acomodados à dignidade Real; demonstrava-lhe que *servir a Deus é reinar;* que os reis, para bem governarem os vassalos, deviam primeiro governar-se a si mesmos, e dar exemplo a todos; amar a paz e declarar guerra aos vícios; como exemplo para imitar, apresentava-lhe o rei David, rei e varão conforme o coração de Deus; e o rei seguia dòcilmente, quanto Malagrida lhe sugeria e aconselhava. Nesse mesmo ano, bem preparado por tal mestre para a derradeira viagem, faleceu D. João V, às 7 horas da tarde do dia 31 de Julho de 1750. Malagrida assistiu-lhe até aos últimos momentos [2].

Entregue o rei nos braços da misericórdia divina, continuou o apóstolo no seu gravíssimo ministério, dando os Exercícios por várias povoações. Merece atenção especial o famoso Convento de Odivelas, onde afervorou com sua palavra eloquente e reformou a cerca de 1500 pessoas, que tantas se reuniram para os Exercícios Espirituais naquele venerando santuário [3].

---

[1] Matias Rodrigues, *De Vita*, mss. pág. 167.

[2] *Ob. cit.*, pág. 168-170.

[3] Caeiro, mss. *De Vita*, pág. 162.

Logo depois, convidado instantemente pelos habitantes da cidade de Setúbal, fez excursões de apóstolo por aquelas terras, e no mês de Novembro de 1750 voltou para Lisboa [1].

Nos princípios de 1751 deu-se a preparar a volta para o Maranhão, mas a Rainha significou-lhe que o queria em Portugal para lhe assistir nos transes da morte, como assistiu ao rei, seu marido. Malagrida respondeu-lhe que sem dúvida iria agora para a América, mas assegurou-lhe que voltaria a seu tempo para lhe dar aquele auxílio e consolação [2]. Já do Maranhão escreveu à Rainha carta de resposta à que ela lhe enviara, e dizia-lhe: « como pela mesma carta me mandou V. M. chamar outra vez para Portugal, não me recuso, pela bondade da pessoa que me manda, e sobretudo por uma obra tanto da glória de Deus, a arrostar outra vez com os mares e tempestades... » [3].

Cumpriu a palavra dada Malagrida e no princípio de Fevereiro de 1754 entrava no porto de Lisboa [4]. Alegrou-se a Rainha D. Maria Ana, quanto se pode dizer, com a vinda do apóstolo. [5]. Foi acolhido geralmente em Lisboa com as maiores atenções, a não ser por alguns de mais autoridade e valia na Corte. Imediatamente se dirigiu ao Paço para saudar a Rainha mãe, e lhe disse que por esta visita lhe cumpria a palavra, com que se despedira poucos anos antes para além-mar. Com frequência lhe dava o gosto de a visitar.

D. José I, é que já não olhava para Malagrida com tão bons olhos; nem o santo apóstolo alcançou dele coisa alguma dos negócios por que vinha de tão longe à Corte de Lisboa. Nesse tempo já o ânimo do rei andava muito afastado dos religiosos da Companhia. Tinha a seu lado a Sebastião José de Carvalho e Melo [6].

Todavia, apesar da atmosfera desagradável no mais elevado da Corte, Malagrida não continha o fogo do seu zelo, e dava-se

---

[1] Matias Rodrigues, *De Vita*, mss. pág. 162.

[2] *Ob. cit.*, pág. 173-175.

[3] Carta autógrafa de Malagrida à rainha, em latim, s/d mas é escrita pouco antes de voltar a Portugal, em princípios de 1754.

[4] Matias Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 200 ; Mury, *Historia*, pág. 134.

[5] Matias Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 200 ; Mury, *ob. cit.*, pág. 134.

[6] Matias Rodrigues, *ob. cit.*, l. c.; Caeiro, *De Vita*, pág. 177.

com ardor inextinguível aos trabalhos do apostolado, e com maior entusiasmo aos Exercícios Espirituais [1].

No meio de seu afã apostólico chegou-lhe a notícia de que a Rainha D. Maria Ana estava gravemente doente. Acudiu ao Paço, entrou no quarto da Rainha e falou-lhe confiada e claramente, sem rodeios alguns, da preparação para a última viagem. Não se pode imaginar o aborrecimento e rancores, que provocou contra si o santo religioso por esta manifestação do seu zelo sacerdotal. Expulsaram-no dos aposentos da Rainha com palavras injuriosas, como pessoa que pela sua rusticidade não sabia falar com Príncipes.

Com esta ousadia inacreditável privaram assim a Rainha do refrigério e consolação, que ela esperava receber do bom religioso, e pelo qual o chamara do Maranhão a Lisboa [2]. Para cúmulo de insensatez ordenaram-lhe que não se atrevesse mais a entrar no Paço para visitar a Rainha. Saiu do Paço Malagrida, profundamente magoado, por lhe terem impedido cumprir para com a Rainha a sua última vontade [3].

Intimamente desgostado retirou-se de Lisboa e foi-se para Setúbal, onde já antes tinha exercitado os seus ministérios sacerdotais, e ali lhe chegou a notícia da morte da virtuosa Rainha [4]. Em Setúbal, correndo Agosto, se ocupou totalmente nas obras apostólicas. Deu Exercícios Espirituais com notável frequência e pregou ao povo com fruto espiritual, manifesto e abundante [5].

Passados meses voltou de Setúbal para Lisboa no fim de 1754 e entregou-se de alma e coração ao exercício de seus ministérios até à grande catástrofe do terremoto de 1755 [6]. Na tremenda calamidade, que arrasou Lisboa, fez-se todo a todos e procurou em toda a parte e por todos os meios aliviar e consolar os infelizes, induzindo-os fortemente à penitência para aplacarem a justiça divina ultrajada. Confessava, pregava, dava Exercícios com zelo sempre insaciável [7].

---

[1] Matias Rodrigues, pág. 201.

[2] Caeiro, *De Vita...*, ms. pág. 182-183, n.º 115; Matias Rodrigues, pág. 202.

[3] Caeiro, l. c.; Matias Rodrigues, l. c.

[4] Caeiro, pág. 184; Matias Rodrigues, pág. 202.

[5] Matias Rodrigues, mss. pág. 203.

[6] Caeiro, ms. pág. 187, n.º 18.

[7] *Ob. cit.*, pág. 192, 194.

Dirigiu-se também ao Rei, que morava em barracas com a família real. Foi recebido com benignidade, bem maior do que dantes, e até com respeito; e falou-lhe com liberdade e reservada prudência, dizendo-lhe que o remédio de tamanha desgraça era a penitência dos pecados, sobretudo dos pecados públicos; e para o conseguir, nada conhecia mais oportuno nem mais eficaz do que os Exercícios Espirituais, de que já tinha falado a Sua Majestade; e seria resolução excelente, se o Rei se recolhesse neles por alguns dias, o que daria um sublime exemplo, eficaz e proveitoso, aos grandes, aos magistrados, aos nobres e ao povo [1]. Enfim o mais acertado modo de apaziguar a justiça de Deus, repetia no seu opúsculo era o « sacrifício de se retirarem por seis dias sequer na Casa dos Exercícios para ponderar com melhor desafogo e maior luz o que é e nos traz de infinitas misérias um pecado mortal » [2]. Assim que nem os horrores do terremoto foram causa para levantar mão destes santos Exercícios. Antes os dava em maior extensão e com mais fervoroso empenho e facilidade na casa de aluguel, que finalmente adquirira [3]. Não desprezava todavia o uso de outras casas que se lhe ofereciam.

Depois do terremoto a Condessa da Ribeira combinou com Malagrida que desse Exercícios no seu palácio da Junqueira, ou antes nas barracas em que se refugiou com sua família. Juntaram-se umas 300 pessoas. Entre elas se encontrou, como por acaso, a Condessa de Atouguia, que desde esse tempo começou a seguir a direcção espiritual de Malagrida, com notável consolação e proveito [4].

Passado não muito tempo foi a mesma fidalga, com sua mãe a Marquesa de Távora, recolher-se em Exercícios durante dez dias na Carreira dos Cavalos, « onde o Padre os estava dando ao povo » [5]. Eram da nobreza sòmente as duas fidalgas mencionadas [6].

No último dia dos Exercícios foi Malagrida despedir-se das

---

[1] Caeiro, pág. 194.

[2] Mury, *História*, pág. XXI-XXII.

[3] Caeiro, pág. 195.

[4] Valério Cordeiro, *A última Condessa de Atouguia*, Braga, 1917. 2.ª ed. pág. 29, 30.

[5] Cordeiro, *A última Condessa...*

[6] *Ob. cit.*, pág. 35.

fidalgas, porque lhe ordenavam que se recolhesse a sua casa. Logo constou que ia desterrado para Setúbal [1]. Donde veio este novo golpe, descarregado sobre a fronte do zeloso Apóstolo? Para mover os pecadores à penitência pregava Malagrida que o terremoto fora castigo da Justiça de Deus irritado pelos pecados de Portugal e particularmente de Lisboa. A Sebastião de Carvalho não agradava esta doutrina nem a seus sequazes, especialmente ao dominicano Aleixo de Miranda, depois bispo de Bragança; e saiu a lume com opúsculo ou por ordem ou consentimento de Sebastião José, a provar que o terremoto era efeito das coisas naturais [2].

Então animou-se Malagrida a lançar à publicidade outro opúsculo para demonstrar que o terremoto fôra castigo dos pecados dos homens [3], e distribuiu exemplares à família real e ao próprio Ministro, Sebastião de Carvalho [4]. Subiram ao sumo os furores do Ministro contra Malagrida. Dirigiu-se ao Núncio Apostólico Acciajuoli, asseverando-lhe ser vontade do Rei, que Malagrida fosse desterrado de Lisboa, e não desse mais Exercícios na capital [5]. O Núncio não se atreveu a comunicar ele mesmo a ordem real a Malagrida, mas ordenou ao Provincial que sob algum pretexto razoável lha transmitisse [6]. O Provincial deu, como lhe fora mandado, a ordem a 1 de Novembro de 1756, precisamente um ano depois do terremoto, que deu ocasião disfarçada para o desterro. Em Setúbal, onde o santo foi acolhido com grandes demonstrações de regozijo, não pôde ter mão em si que não se dedicasse inteiramente às obras de zelo e com especial ardor aos Exercícios Espirituais. Os concursos dos cidadãos de Setúbal e de pessoas dos arredores eram consideráveis [7]. «No mesmo lugar do desterro em Setúbal, fundou casas de Retiro, uma de homens, outra de mulheres. Logo que em Lisboa se espalhou a notícia de que o *Santo* continuava a

---

(1) *Ibidem.*

(2) Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 217, 218; Caeiro, *ob. cit.*, ms. pág. 221; Mury, *História*, pág. 153.

(3) Mury, *História*, pág. 153.

(4) *Ob. cit.*, pág. 152, 153.

(5) Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 217, 218; Caeiro, *ms. cit.*, pág. 225-226.

(6) Matias Rodrigues, *ob. cit.*, l. c.; Caeiro, ms. cit., l. c.

(7) Caeiro, *ob. cit.*, pág. 226-227.

dar os Exercícios, muita gente correu a Setúbal em demanda do seu director. As mais gradas senhoras de Lisboa, entre as quais se distinguia a Marquesa de Távora, outras personagens de vulto na Corte, religiosos e padres concorreram a ouvir-lhe as lições» [1].

«Que direi, exclama o apóstolo dos Exercícios, da concorrência de dignitários da Corte que se retiram para a Casa dos Exercícios?» [2]. Não arrefecia o fervor de Malagrida o saber que não podia fazer coisa mais aborrecida de Sebastião José de Carvalho e que o ministro de D. José não cessava, de há muito, de lançar sobre o apóstolo calúnias horrendas, para descrédito dos Exercícios [3]. Lá foram também à outra banda do Tejo para se afervorarem nos Exercícios Espirituais as duas nobres senhoras, Condessa de Atouguia e Marquesa de Távora. Primeiro dirigiu-se a Setúbal a Condessa, e nessa cidade fez os Exercícios juntamente com nove sacerdotes e 15 pessoas do povo [4]. Depois assentaram ir ambas passar a Semana Santa no Santuário da Arrábida e com esse pretexto, fazerem os Exercícios ao mesmo tempo que os frades do convento, todos debaixo da direcção de Malagrida. Principiaram os Exercícios nos fins de Março e foram os últimos que a Condessa fez com o Padre [5].

Mas logo no ano de 1758, a 11 de Dezembro, recebeu Malagrida intimação do Visitador Saldanha, para que tornasse a Lisboa, sem demora, e da praia se encaminhasse direito ao Colégio de Santo Antão, e aí esperasse novas ordens [6]. O mandado vinha de Sebastião José de Carvalho [7]. Entrava na sua paixão dolorosa o apóstolo dos Exercícios.

5. — Por aquele mesmo tempo andava muito aceso na Província de Portugal o desejo de terem os religiosos da Companhia na cidade de Lisboa uma casa própria e bem acomodada, de conveniente largueza para se darem nela os Exercícios Espi-

---

[1] Mury, *História*, pág. 153, 154; Murr., IV, pág. 294-297.
[2] Mury. pág. 145.
[3] Caeiro, *De Vita*, pág. 227.
[4] Cordeiro, *A última Condessa...*, pág. 39.
[5] *Ibidem*, pág. 55.
[6] Matias Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 227; Caeiro, ms. pág. 241.
[7] Caeiro, *ob. cit.*, pág. 211.

rituais a grandes e frequentes concursos de fiéis. Consideravam essa casa como centro de piedade sólida e profunda para a morigeração da sociedade e especialmente da Corte.

De Roma insistia com vivas instâncias o Geral da Companhia de Jesus para se edificar sem demoras uma dessas casas.

Em 21 de Novembro de 1752 escrevia o Geral Visconti ao reitor do Noviciado da Cotovia, P. José de Sampaio, a recomendar-lhe que não deixasse passar ocasião propícia de promover a construção de casa para Exercícios dados a pessoas de fora, observando-lhe que esperava se levasse a efeito a obra com o auxílio da Rainha, D. Maria Ana de Áustria (1).

Depois voltava a escrever ao Padre Sampaio para lhe agradecer a solicitude com que se empenhou em favorecer a obra da Casa, valendo-se da intercessão da mesma Rainha; e para o certificar de que já escrevera também ao P. José Moreira, confessor do monarca, exortando-o a que promovesse com sua autoridade e com todo o afinco empresa de tanta glória de Deus (2).

De feito ao confessor do rei sèriamente lhe confiava a construção da Casa de Exercícios, como obra que muito havia de contribuir para a glória de Deus e para o esplendor da Província portuguesa (3).

Mais outra vez se dirige, em carta, a José de Sampaio, e não pode deixar de lhe louvar o grande amor e zelo com que deseja se ponham as mãos em obra de tantas esperanças para bem da sociedade na capital do reino (4).

Por fim o exorta, em carta de 19 de Março de 1754, a que atraia boas vontades e desperte entusiasmos a favor de obra tão desejada (5).

Mas cerca de uns quatro anos antes desta carta entrava no porto de Lisboa o maior propagador das casas de Exercícios na capital. Era o P. Gabriel de Malagrida. Dominava-o, como paixão

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 36, 1751-1754, f. 64. Carta do Geral, de 21 de Novembro de 1752.

(2) *Cod. cit.*, f. 87.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 64. Carta a José Moreira, de 21 de Novembro de 1752.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 114. Carta de 6 de Novembro de 1753.

(5) *Cod. cit.*, f. 144. Carta de Visconti a Sampaio, de 19 de Março de 1754.

indomável, o desejo de levantar em Lisboa um tal edifício, de que ele esperava maravilhas de salvação [1].

Logo que chegou, em Fevereiro de 1750, o seu primeiro e maior cuidado foi tratar da construção, prometedora de grandes bens. Procurou que tomassem à sua conta esta obra o monarca, a rainha mãe e os príncipes. Houve contudo pessoas, que movidas mais por motivos políticos do que religiosos, que pùblicamente asseveravam que Lisboa não era cidade para Exercícios, e não havia por que buscar-lhe casa. Sofria, quanto se pode imaginar, Malagrida com estes sentimentos e vozes e protestava que em Lisboa sucediam admiràvelmente os Exercícios, e deles tinha grande necessidade toda a sua população. Nas comunidades da Companhia rompia de quando em quando, nestas explicações: «unamo-nos todos, conspiremos todos nós à uma para esta obra de glória de Deus» [2]. Não admitia desânimos de espécie nenhuma, antes prosseguia com ardorosa aplicação a ocupar-se na fundação da Casa de Exercícios. Mas em 5 de Abril daquele ano de 1750 faleceu inesperadamente o valido de D. João V, o P. João Baptista Carbone, que lhe prometera, autorizado certamente pelo rei, auxílio pecuniário para a obra da casa [3].

No Agosto próximo, a 8 do mês, ardeu num incêndio pavoroso o Hospital de Todos os Santos, e as despesas excessivas que se deveriam empregar na restauração do grandioso edifício, não consentiam que o monarca fornecesse dinheiro para a fábrica da Casa dos Exercícios. Que murmurações se não levantariam na cidade contra Malagrida, se o rei fosse dispender tamanha quantia de dinheiro na Casa de Exercícios, quando ainda fumegavam as casas dos doentes pobres [4]. Nestas circunstâncias resolveu o apóstolo dos Exercícios fazer-se na volta do Maranhão. Partiu para além-mar no ano de 1751. De lá escreveu à Rainha D. Maria Ana e lhe falou forçosamente sobre o maior empenho do seu coração. Era a *obra tão divina* que sua Majestade trazia entre mãos, queria dizer a *Casa dos Exercícios*. «Exorto pois, nota ele,

---

[1] Malagrida chegou a Lisboa a 1 de Fevereiro de 1750, tendo embarcado no Pará em Dezembro de 1749. Caeiro, *ob. cit.*, pág. 154, n.º 98; pág. 150, n.º 95; Matias Rodrigues, *ob. cit.* pág. 158.

[2] Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 107.

[3] Caeiro, *De Vita*, pág. 177, n.º 112.

[4] Caeiro, *De Vita*, pág. 180, n.º 113.

e rogo a V. Majestade pelas entranhas de Cristo, que não dê de mão a uma obra tanto do agrado de Deus, e que tanta vantagem leva a todas as demais pias obras para a salvação das almas. Eu por ela daria não uma vida, e uma alma, mas mil vezes se as tivesse... » [1].

Não muito depois de enviar èsta carta à Rainha, voltou a Portugal. A Rainha é que o chamara, como dissemos, para lhe assistir na sua última doença [2]. Chegou em Fevereiro de 1754 [3]. Embarcara no Pará em Janeiro do mesmo ano. Imediatamente começou não só a pregar os Exercícios aos cidadãos de Lisboa, mas a urgir a edificação da casa destinada a este frutuoso ministério [4].

Mas o monarca já não punha os olhos em Malagrida com a bem-querença dos anos passados. Tinha a seu lado Sebastião José de Carvalho, inimigo jurado do santo apóstolo. À Rainha mãe, por intermédio de pessoa com quem Malagrida tratava os seus negócios, deu o Rei apenas alguma esperança, não muito segura. Disse-lhe que apenas as circunstâncias o sofressem havia de edificar a casa; que entretanto fosse Malagrida dispondo para a construção lugar acomodado [5].

No entanto dava o apóstolo conta de todos estes esforços ao Padre Geral, que não só lhos aprovou, mas lhe infundiu novo ânimo para se levar a efeito empresa tão desejada, sobretudo porque não havia em Portugal obra nenhuma desta qualidade, e era tão conforme ao Instituto da Companhia, e de tanto agrado dos Príncipes da Corte portuguesa. E todavia tantas e tão graves dificuldades se lhe opuseram, que nem sequer ainda foi possível começá-la [6].

Mas no meio de tantos embaraços caíu, com a morte da Rainha, em Agosto de 1754, a maior coluna da sua esperança [7]

---

[1] Carta autógrafa de Malagrida à Rainha, s/d, escrita pouco antes de 1754.

[2] Caeiro, *De Vita*, pág. 177, n.º 112.

[3] Caeiro, *ob. cit.*, l. c.

[4] Caeiro, *ob. cit.*, pág. 179, n.º 113: «Domus quoque ad id aedificandae consilium urgere coepit...»

[5] Caeiro, *De Vita*, pág. 180, n.º 113.

[6] Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 171.

[7] Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 202: «Regina... e terrena in caelestem aulam, ut pie credendum est, postridie idus Augusti placidissime avolavit...».

Malagrida porém não desanimava. Confiava em Deus lhe depararia novo protector. Contudo D. José I que antes se inclinava a dar licença para a construção da casa, mudando de vontade, preferiu negá-la. Concedeu todavia que Malagrida tratasse de alugar alguma casa, e se fizesse nela experiência da disposição do povo para os Exercícios e da afluência, que se poderia esperar dos lisbonenses.

Começou Malagrida a percorrer a cidade e a procurar casa que servisse para o fim que se pretendia, e se pudesse alugar [1]. Mas foi tão vivo o ardor e tão irrequieta a ansiedade na busca da casa, que excedeu as conveniências e moderação com que se devem tratar semelhantes negócios, e os Superiores julgaram prudente irem-lhe à mão e moderar-lhe os ímpetos de zelo [2].

Por fim houve pessoa que cedeu uma casa e a pôs de graça à disposição de Malagrida. Preparou-se a casa, guarneceu-se de mobília e fizeram-se convites de homens para os primeiros Exercícios. Apenas apareceu um ou dois. Desconsolado retirou-se Malagrida para o colégio de Santo Antão, mas sem desanimar e afirmou que se dariam Exercícios nessa casa [3].

Não se enganou no prenúncio. O terremoto, é verdade, interrompeu as diligências do santo apóstolo; mas depois de passados os primeiros horrores da grande catástrofe, começou a costumada faina dos Exercícios, que o bom do Padre expunha eloquentemente a numerosos auditórios que acorreram [4].

Na lida porém e no fervor dos Exercícios caíu-lhe em casa, como que um raio que o exterminou para Setúbal, e lhe proibiu dar mais Exercícios em Lisboa [5].

A cruel intimação foi-lhe vibrada a 1 de Novembro de 1756.

Dois anos depois, a 11 de Dezembro de 1758, recebeu ordem do Visitador Saldanha de se recolher por caminho direito para o colégio de Santo Antão. No dia 13 foi o colégio cercado de tropas por ordem de Sebastião José de Carvalho. Desde esse dia ficaram prisioneiros Malagrida e os mais religiosos da Companhia

---

(1) Caeiro, *De Vita*, pág. 180, n.° 114.
(2) Caeiro, *ob. cit.*, pág. 180.
(3) Matias Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 208.
(4) Murr., IV, 294-297.
(5) Matias Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 217.

de Jesus, que moravam no colégio. Na grande tribulação o remédio único para que levantaram as mãos suplicantes, foi Deus. Rogaram a Malagrida quisesse dar os Exercícios de Santo Inácio a toda a comunidade. Aceitou de boa vontade o apóstolo Mártir e pública e colectivamente expôs os pontos das meditações. As circunstâncias dolorosas destes Exercícios causaram grande devoção e fruto notável. Foram os últimos que deu Gabriel Malagrida [1].

---

[1] Matias Rodrigues. *ob. cit.*, pág. 217 ; Caeiro, *ob. cit.*, pág. 245. — Nunca até este tempo, fizeram os Jesuítas Exercícios em comunidade, nem se lhes expunham os pontos das meditações conjuntamente. Cada um os fazia singularmente uma vez no ano. Cf. Matias Rodrigues, *De Vita*, pág. 228. Caeiro, *ob. cit.*, pág. 245, acrescenta que os Padres costumavam cumprir a obrigação dos Exercícios anuais todos os anos antes das férias do Natal.

CAPITULO VI

A SANTIDADE E O CULTO

SUMÁRIO: — 1. *Esplendor do Culto no século XVIII.* — 2. *Beatificação de S. Francisco Regis.* — 3. *S. Luís Gonzaga e Santo Estanislau Kostka em Lisboa.* — 4. *Solenidades em Évora.* — 5. *Aparato triunfal.* — 6. *As margens do Tejo.* — 7. *Festas em Braga.* — 8. *Voz em Roma e Eco em Lisboa.*

1. — Depois de tão esplêndidas manifestações de virtude, de vida espiritual e de zelo ardente da santificação das almas, dá-nos a história da primeira metade do século XVIII também magníficas ostentações de culto religioso e vivos e intensos fulgores de santidade. A Companhia de Jesus naqueles últimos anos de sua laboriosa vida em Portugal e seus domínios não descaiu do fervor primitivo e primeiras energias, mas fiel à sua profissão, ostentou sempre grandezas, que não desdiziam dos tempos áureos da sua actividade específica. Assim as festas grandiosas que neste século XVIII se ofereceram em espectáculo impressionante ao povo português, quadram admiràvelmente com as melhores dos tempos passados.

Referimo-nos, com especialidade, às solenidades pomposas com que os filhos de Inácio festejavam as beatificações e canonizações dos heróis formados no seio da mesma Corporação ignaciana [1].

---

[1] Cf. Rodrigues, Francisco, *História da Companhia...*, T. III, vol. I, pág. 307-313.

2. — Foram sempre estas festividades as que se solenizaram com maior e mais estrondoso aparato. Nem diremos terem sido poucas as que na primeira metade do século que historiamos, se puderam celebrar. As primeiras que se realizaram, festejavam em Lisboa a beatificação do religioso da Companhia, P. João Francisco Regis, apóstolo das Cevenas em França. Foi beatificado a 8 de Maio de 1716; e uma relação particular impressa em 1717 nos descreve as festas com que a beatificação se aplaudiu [1].

A 6 de Julho do mesmo ano, duas horas depois do meio-dia, ressoou alegremente na Casa Professa de Lisboa a notícia da solene beatificação de João Francisco Regis. Foi a boa nova naturalmente recebida com exultações de regozijo, e logo a Companhia se empenhou em festejar dignamente, com a pompa costumada, a tão glorioso acontecimento.

Um artista, dos mais dextros na corte, apressou-se a pintar um painel do novo beato pela estampa que viera de Roma. No dia 12, pelas oito horas da manhã, se colocou a pintura no altar-mor da Igreja, «asseadamente ornado e vistosamente luzido pelas muitas luzes que nele ardiam» [2].

Começaram a crescer os concursos dos fiéis para venerarem a santa Imagem. No mesmo dia cantou solenemente o Te-Deum o Prepósito da Casa Professa, acompanhado de toda a comunidade, e de mais de 100 congregados de Nossa Senhora com tochas acesas na mão [3].

Repetiram diversas Comunidades Religiosas a mesma aparatosa função [4].

Deste modo se deu princípio às grandes solenidades, com que se foi solenizando durante mais de três dias, a beatificação

---

[1] P. João Francisco Regis foi beatificado por Clemente XI a 8 de Maio de 1716. Cf. *Institutum* S. J. vol. I, pág. 256; [Schmitt] *Synopsis Historiae Societatis Jesu*, col. 275; *Relação das Festas*... Évora, 1717, pág. 1. Na *Relação das Festas*... Lisboa, 1717, 3, lê-se que Regis foi declarado Beato a 24 de Maio de 1716, e em *Jesuiten-Lexicon*, pág. 934, a 18 de Maio de 1716.

A *Relação* que primeiro utilizamos tem este título: *Relaçam das Festas que os Padres da Companhia de Jesu da Casa Professa de S. Roque em a cidade de Lisboa, Fizerão em a Beatificação do Beato Padre João Francisco Regis sacerdote Professo da mesma Companhia, composta por* um devoto [P. Luís Gonzaga], Lisboa, 1717.

[2] *Relaçam das Festas*..., Lisboa, 1717, pág. 3, 4.

[3] *Relaçam*..., pág. 5

[4] *Relaçam*..., pág. 5 e ss.

do santíssimo religioso. A afluência de povo era tamanha, que às vezes «em toda a Rua Larga de S. Roque se não andava sem apertos de gente e embaraços de carruagens» [1].

A armação da Igreja de S. Roque era riquíssima e esplêndida. O monarca ordenara por um decreto real «que do seu tesoiro se dessem todas as armações que se pedissem» [2].

«A meia laranja do retábulo da capela-mor se cobriu de panos de damasco verde de oiro, rodeada de uma sanefa de veludo lavrado carmesim com franja de oiro, da qual desciam umas cortinas de damasco carmesim, que tomavam toda a altura da capela-mor, posta a sanefa com tal arte de presas que fazia uma engraçada e majestosa vista, ajudada da coroa de quinze palmos de diâmetro, que, posta sobre a boca da tribuna, dividia a meia laranja com o imperial, forrado este de telas de oiro e campos encarnados, despedindo aos lados cortinas gravemente enlaçadas de ló vermelho e ramos de oiro, do qual também se cobriam as oito colunas do retábulo com sanefas do mesmo ló, cobrindo as cornijas panos de ricas telas» [3]... «Os arcos do cruzeiro e os das capelas, que por todos são dez, se vestiram com sitiais de vários e riquíssimos lós apassamanados com galões e franjas de oiro fino. Seus tectos se cobriam com cortinas de damasco carmesim e lós brancos com ramos de oiro» [4].

«A cornija Real da Igreja se cobriu de panos encarnados, fingindo com lavores de passamane de prata a mesma cachorragem, que encobriam, de pedra com uma perfeita e vistosa perspectiva» [5].

«Os painéis e tribunas todas estavam com cortinas de damasco carmesim e sanefas ricas de telas, bordados e veludos lavrados com franjas de oiro» [6].

«O anteparo da igreja se cobria com uma obra de singular pincel, debuxo do célebre Frederico. Mostrava um pavilhão corrido por dois anjos, descobrindo um retrato do B. P. Francisco

---

(1) *Ibidem*, pág. 8.
(2) *Ibidem*, pág. 9.
(3) *Ibidem*.
(4) *Relaçam*, pág. 11.
(5) *Relaçam*, pág. 11.
(6) *Relaçam*, pág. 12.

Regis, obra do afamado D. Júlio, cuja mão, se não pintou, dirigiu o pincel de toda a obra» [1].

Daqui podemos conjecturar a riqueza e primor de toda esta ornamentação.

No meio desta formosura deslumbrante, que tanto prendia os olhos, decorreram com majestosa dignidade as cerimónias augustas da liturgia sagrada na Missa solene e nas vésperas cantadas, com sermões de oradores acreditados. Discursou no primeiro dia o afamado orador D. Manuel Caetano de Sousa. A música foi escolhida, excelente. As primeiras vésperas do primeiro dia do tríduo, cantadas pelos mais dextros e singulares músicos da Capela Real e da Corte, assistindo por ordem de Sua Majestade os rabequilhas e aboazes de sua Real Capela, como também assistiram os seus atabales e clarins, todos os três dias.

Nem faltaram as esplêndidas iluminações, que ilustraram brilhantemente as solenidades do tríduo. Houve-as em todas as casas da Companhia e com especial luzimento no frontispício da Igreja, nas torres, varandas e janelas da Casa de S. Roque, postas em tanto número e com tal ordem que o autor da Relação, ultrapassando as leis e moderação do estilo, escreveu que «os tectos da Igreja de S. Roque, com assaz inveja do Firmamento, não só compendiaram em si mas excederam nas luminárias a essa esfera de estrelas» [2].

Entre os demais colégios que puseram luminárias, «esmerou-se muito o colégio de Santo Antão, cobrindo todo o pavimento da Igreja, paredes e tecto do zimbório com tantas em número e tão boa ordem na disposição, que deram um luzido divertimento aos olhos desta Corte» [3].

Terminaram os festejos e solenidades dos três dias com uma luzida procissão. «Saiu da Igreja de S. Roque e em longo percurso foi passando majestosa pelas ruas vistosamente engalanadas e autorizadamente povoadas pelas principais pessoas e primeiras qualidades de um e outro sexo, que nelas assistiam» [4]. Com

---

(1) *Relaçam*, pág. 12.
(2) *Relaçam*, pág. 6.
(3) *Relaçam*, pág. 16.
(4) *Ibidem*, pág. 26.

serem tão largas, apenas podia mover-se por elas tão numerosa procissão [1].

Iam à frente os clarins do Senado com suas librés, e logo depois o guião da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, que contava mais de oitocentos Irmãos, com seus 24 Capelães em sobrepeliz junto ao andor de prata em que ia a Imagem da Senhora [2].

Seguia-se em pós o guião da Congregação de Nossa Senhora da Boa-Morte com pouco menor número de irmãos e andor também de prata em que levavam a Imagem da Senhora da Conceição; o guião da Congregação de Santa Quitéria, com um andor de prata em que também campeava a Imagem da Santa Mártir [3]; e as cruzes de diversas associações e de religiosos de muitas Ordens. « Coroava todo este devotíssimo acompanhamento o que é coroa de todos os bemaventurados, Cristo Sacramentado, sob um rico pálio de oito varas com muito Clero e Irmãos da Confraria de S. Roque, cuja nobreza e gravidade de pessoas punha o remate a todo este devotíssimo aplauso » [4].

Semelhante foi a solenidade com que no Colégio e Universidade de Évora se festejou a beatificação do mesmo Bem-aventurado. No ornato da Igreja contendeu a riqueza com a curiosidade: esta na elegante proporção das cores e perfeição do artifício que por muitos dias roubou os olhos dos que só por este motivo vinham em grande número ao templo; aquela nos damascos, telas, lós, panos bordados e grande quantidade de oiro e prata, que parecia ter-se reconcentrado no corpo da Igreja alguma preciosa veia do interior de Ásia ou América [5]. Na Capela-mor se levantou um altar primorosamente ornado assim pelo frontal de grossos ramos de oiro em tela branca, como por muitos ramalhetes de seda, com que se distinguiam dezoito castiçais de prata, sobre três ordens de banquetas prateadas [6].

---

(1) *Relaçam*, pág. 26.

(2) *Ibidem*, pág. 24.

(3) *Ibidem*, pág. 25.

(4) *Ibidem*, pág. 25, 26.

(5) *Relação das Festas do Collegio do Espirito Santo da Cidade de Evora na Beatificação do Veneravel P. João Francisco Regis da Companhia de Jesus*, Évora, 1717.

(6) *Relação das Festas do Collegio de Evora*, pág. 2.

Não eram dessemelhantes os altares colaterais, assim na majestade de grandes cortinas de damasco encarnado com sanefas de veludo lavrado, como na formosura de um semicírculo de rosas pêndulas de volante de prata [1].

«As capelas de um e outro lado da Igreja se ornaram com diversidade e riqueza»... [2].

As últimas três capelas quase igualavam a magnificência nas sedas, damascos, ramalhetes de toda a casta, preciosas alcatifas, muitos castiçais de prata, deixando outras miudezas, que excogitou o engenho e não pode compreender a brevidade desta *Relação* [3].

As duas últimas noites destes dias, que na primeira não o permitiu a inclemência do céu — se festejaram com luminárias de artifício novo e singular, que se viu em muitas rodas, pirâmides, fontes, e castelos de fogo, sobre que ondeavam seis bandeiras com o nome de Jesus [4].

A procissão solene que devia rematar os festejos, compunha-se de nove andores e dez figuras a cavalo, das quais oito exprimiam outras tantas figuras [5].

Concluía a ordem dos andores e figuras o andor do Beato Regis, notável, por muitas particularidades, e especialmente pelo artifício de flores, que tanto ao próprio imitavam as naturais, que segundo o testemunham pessoas fidedignas, chegaram a enganar-se as abelhas com elas [6].

No remate da procissão caminhavam em série numerosa- precedendo o Santíssimo Sacramento, os religiosos da Compa, nhia, os Padres de S. Francisco, de Santo Agostinho e dos Lóios, e acompanhavam-no vinte e quatro presbíteros paramentados com capas de asperges, doze de S. João Evangelista e outros doze da Companhia de Jesus [7].

3. — Mais pomposas decorreram as festas em que se celebrou, não já a beatificação, mas a solene Canonização dos dois Santos

---

[1] *Relação*, pág. 2.
[2] *Relação*, pág. 3, 4.
[3] *Relação*, pág. 3.
[4] *Ibidem*, pág. 70.
[5] *Ibibem*, pág. 70.
[6] *Ibidem*, pág. 73, 74.
[7] *Relação*, pág. 74.

Luís Gonzaga e Estanislau Kostka, ambos da Companhia de Jesus. Roma inscreveu-os nos fastos dos Santos canonizados em 31 de Dezembro de 1726, e Lisboa festejou o glorioso acontecimento com magnífico oitavário na Igreja de S. Roque ([1]).

No ornato do antigo templo rivalizou com o precioso da matéria a novidade da arte. Sobre a tribuna da Capela-mor, em que esteve sempre exposto o Santíssimo, se levantou uma magnífica cúpula, que sobre o damasco carmesim de que era o fundo, faziam mais preciosa os galões de prata e oiro que a bordavam, rematando toda esta máquina em uma concha francesa, lavrada de azul e prata. Sustentava esta um famoso cocar de plumas brancas, que com outros dois semelhantes a faziam mais airosa. Pendia desta cúpula uma rica sanefa de ló encarnado com ramos e franjões de oiro ([2]).

No sacrário se levantou um majestoso trono doirado e ornado com riquíssimas peças e brincos de oiro e prata... Os dois arcos da capela-mor, assim o interior como o exterior, se formaram de uma arquitectura composta, porque os pedestais, bases e capitéis eram coríntios com ramos e folhagens de oiro, as colunas brancas divididas em estrias com os terços de damasco carmesim, perfiladas todas de um rico galão de oiro. Sobre os capitéis descansavam duas volutas, que recebiam em si duas ricas e formosas conchas formadas de velilho azul e perfiladas de prata ([3]).

«Os dois pedestais ou pilastres grandes da fachada, que sustentam a cimalha real, que circula toda a igreja, se vestiam de veludo carmesim, bordado de oiro e prata, mas com tal arte, curiosidade e asseio que mais parecia feito no bastidor, que lavrado ao alfinete...» ([4]). Os claustros, sacristia e portaria se vestiam de muitos panos de arrás e preciosos cortinados de damasco e tela de várias cores. Enfim toda a casa se ornou com tanto asseio, arte e custo, que se afirma nunca vira esta grande Corte armação mais preciosa nem mais bem proporcionada ([5]).

([1]) *Relaçam das Festas da Casa Professa de S. Roque da cidade de Lisboa Occidental nas Canonizaçoens dos dous Illustres Santos Luiz Gonzaga e Stanislao Kostka da Companhia de Jesus.* Lisboa, 1727.

([2]) *Relaçam*, pág. 2.

([3]) *Relaçam*, pág. 3.

([4]) *Relaçam*, pág. 4-5.

([5]) *Relaçam*, pág. 10.

No esplendor desta ornamentação se foram desenvolvendo com majestade surpreendente durante oito dias as cerimónias religiosas.

«As oitavas e últimas Vésperas que capitulou o Reverendíssimo P. Doutor Lourenço Ferreira, Prepósito da Casa, se cantaram com singular assombro de vozes e admiração de instrumentos. Era obra do P. Cristóvão da Fonseca, da Companhia de Jesus, sujeito tão conhecido nesta matéria por mestre, que basta dizer que foram suas, para significar ou elogiar o que foram. O certo é que o concurso foi inumerável, e na assistência do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Patriarca, Titular e Senhores da Corte o mais luzido» [1]. As iluminações artificiosas, ricas e variadas admiràvelmente contribuiram a realçar o brilho das solenidades.

A procissão, que pôs o remate a tão comoventes funções religiosas, não foi dessemelhante das que noutras festas tanto enlevaram os olhos dos espectadores. O Rei, a Rainha, os Príncipes, o Infante, «fizeram, com sua assistência, em tudo Real este oitavário», e à sua imitação o Cardeal da Cunha, Embaixador de Espanha, e todos os mais Ministros das Potências estrangeiras» [2].

4. — Recordemos igualmente as solenidades com que a cidade de Évora festejou a Canonização dos mesmos dois Santos, as quais julgamos levaram a palma a todas as demais.

«As soleníssimas festas, refere-nos a Relação estampada em 1730, e magnífico Aparato, com que o Real Colégio e Universidade de Évora da Companhia de Jesus celebrou a Canonização dos gloriosos S. Luís Gonzaga e S. Estanislau de Kostka, foram tão gratas a toda a Província do Alentejo, que concorreu gostosa a este digníssimo espectáculo, e tão saudosas a todos os que não tiveram a fortuna de as poder presenciar, que uns e outros com multiplicadas instâncias, desejavam e pediam que se estampasse a Relação de um espectáculo tão majestoso... Para satisfazer a desejos tão devotos e tão bem nascidos, e também para imortalizar com o prelo o nosso agradecimento o muito, que deve à nobilíssima e sempre leal cidade de Évora, pelo amor com que nesta lustrosa função se esmerou em servir os Santos, e

[1] *Relaçam*, pág. 16.
[2] *Relaçam*, pág. 17.

honrar este seu Colégio e Universidade, sai à luz esta *Relação*, sem os enfeites da lisonja e só com as cores da verdade» [1].

A Relação divide-se em cinco partes, que descrevem a igreja onde se realizaram as festas; o que se fez nos onze dias da solenidade; a procissão soleníssima; os panegíricos dos oradores e a famosa tragicomédia.

«Em todas estas relações e em cada uma delas achará a devoção e a curiosidade muitos e mui saborosos pratos, com que saciar a sua piedade, e muitos motivos de louvar a Deus sempre glorioso nos seus Santos» [2].

O empenho e magnificência com que a igreja do colégio eborense se viu armada nos dias destas solenidades, foi espectáculo de maior pompa do que pode exprimir uma breve relação, em que se não traslada a ideia com a mesma valentia e viveza que a animava, ou a riqueza com o mesmo artifício e majestade com que luzia. Desafiava-se a cada passo o primor da arte com o precioso do ornato [3].

Na Capela-mór levantou-se um altar magnìficamente vestido de um frontal de tela branca, em que assentavam grossos ramos de oiro, e adornado com rara diversidade de ramalhetes. Nesse altar campeavam as imagens de S. Luís e S. Estanislau, vestidas com roupas de seda, e cotas, de tanto primor, que excederiam o crédito, se vivamente se pudessem debuxar; e além de que o muito oiro e pedras preciosas, de que se esmaltavam, bastariam a enriquecer um tesoiro [4].

Coroava a este trono um pavilhão precioso assim pelos ramos, como pelas franjas de oiro que dele pendiam; as cortinas guarnecidas de galão de oiro eram apanhadas por dois anjos de tanta majestade, que mereceram o trono [5].

Com esta magnificência e primor se adornaram todas as partes da igreja. A gente da cidade e dos lugares e vilas circunvizinhas concorria em tal multidão a desfrutar deste novo espec-

---

[1] *Relaçam das Festas, com q o collegio & Universidade da Companhia de Jesu da cidade de Evora applaudio a Canonização dos dous Gloriosos Santos, Luiz Gonzaga, e Estanislao Kostka, da mesma Companhia em Novembro de 1727*, Evora, 1730, pág. 3.

[2] *Ibid.*, pág. 3-4.

[3] *Ibid.*, pág. 5.

[4] *Ibid.*, pág. 6.

[5] *Ibid.*

táculo, ainda depois de concluídas as festas, «que foi necessário chamarem-se soldados de guarda para evitarem perturbações» na demasiada afluência do povo [1].

As iluminações extraordinàriamente grandes e engenhosas satisfizeram a curiosidade dos mais exigentes. A industriosa arquitectura fabricada de madeira sobre a igreja da Companhia, era toda de fogo, e tantas as luminárias que passavam de quinze mil [2].

Levantava-se sobre o pórtico da Igreja uma ordem de grades, entre as quais, a proporcionados espaços, se interpunham pedestais coroados de pirâmides, que no confuso da noite faziam dúvida aos olhos, se eram piras de estrelas, se varanda cheia de luminárias. Logo mais acima se divisava gravado no meio do frontispício da Igreja um Sol de grandeza proporcionada ao dilatado horizonte do óculo, em que nascia. Mostrava este por centro de seus resplendores ao santíssimo nome de Jesus [3]. Enfim resplandecia de luminárias todo o grande colégio do Espírito Santo, o colégio da Purificação, o da Madre de Deus, o dos Meninos Órfãos, e o Hospital dos Estudantes [4].

A cidade toda ardia em fogo pela multidão que havia de luminárias e em especial nas casas principais, nas devotas da Companhia, e nas de quase todas as dos estudantes [5].

Terminado a 13 de Novembro o soleníssimo Oitavário, todas as atenções se voltaram para o Aparato Triunfal, que devia ser o grandioso remate de todas as solenidades [6]. «A fama que se divulgou deste último triunfo, tinha cheios de expectação e alvoroço não só aos moradores desta grande e nobilíssima cidade, mas também aos da maior parte da Província do Alentejo, os quais concorreram de suas cidades, vilas e lugares em tanto número que pessoas já muito provectas na idade afirmam que nunca em

---

(1) *Relaçam*, pág. 14.
(2) *Relaçam*, pág. 25.
(3) *Relaçam*, pág. 25, 26.
(4) *Relaçam*, pág. 26, 27, 28, 29.
(5) *Relaçam*, pág. 29.
(6) *Relaçam do Apparato Triunfal & Procissão solemne com que os PP. da Companhia de Jesus do collegio de Evora applaudirão publicamente aos Gloriozos S. Luiz Gonzaga, e Stanislao Kostka da mesma Companhia novamente canonizados pelo santíssimo Padre Benedicto XIII agora Prezidente na Igreja de Deos*, Évora, 1728.

função alguma viram em Évora tanta cópia de gente forasteira [1]. Para que o Aparato Triunfal correspondesse a tamanha expectação, sobejavam as dedicações dos religiosos da Companhia, das outras Ordens religiosas masculinas e femininas, e de tantos seculares, que todos trabalharam generosamente na preparação de tão grandioso Aparato [2].

«Repartia-se esta sumptuosa Procissão em quatro partes ou Aparatos. O último era todo sagrado, os mais sacro-profanos e tantos em números quantos eram os carros triunfantes, de que se compunha, correspondendo a cada um destes seu acompanhamento diverso, ou lustrosa série de muitas e bem ornadas figuras. Eram dezasseis as que formavam este primeiro Aparato [3].

À frente marchavam três cavaleiros, dois tocando clarins com uma escolta de soldados, bem montados e com farda branca e canhão encarnado [4].

A primeira figura representava o Aplauso particular da Companhia e universal da cidade de Évora. Montava esta figura num formosíssimo cavalo murzelo ricamente jazeado com xairel e bolsas de veludo verde, bordado de prata, e com vistosa crina, semeada de grande cópia de fitas em campo de oiro, e seu palafreneiro à rédea com boa libré. Calçava botinas brancas em cuja bordadura de prata e oiro apareciam encastoadas muitas pedras de valor; e as mesmas brilhavam singularmente no bordado da caraminhola com variedades de cores, a que faziam grata correspondência as de encarnado, branco e azul de um cocar de excelentes plumas que lhe assombrava a cabeça. Nos braços, e pescoço levava também peças ricas... O capilar que lhe descia dos ombros, era de brocado vermelho e as mais roupas de teçu verde e tela encarnada e branca com ramos de oiro... Sustentava na mão direita um famoso estandarte de seda encarnada com maravilhosa bordadura de prata e oiro estofado em ramos, em que se lia também gravado com o mesmo primor e arte no meio de um círculo de resplendores o Santíssimo nome de Jesus, ilustre divisa e singular brasão da Companhia» [5].

---

(1) *Relaçam do Aparato*, pág. 3.
(2) *Relaçam do Aparato*, pág. 4, 6, 7.
(3) *Relaçam do Aparato*, pág. 7.
(4) *Ibidem*, pág. 7.
(5) *Ibidem*, pág. 8 e 9.

A esta figura seguia-se outra, em nada menos pomposa que a precedente, nas preciosas galas que vestia. Representava a Igreja Militante, que canonizou os dois Santos. Montava em cavalo brioso e castanho na cor. O manto que lhe cobria os ombros e as mais roupas de que trajava, eram todas de teçu e tela branca com florões de oiro, tudo preciosamente guarnecido com franjões finos do mesmo. Pendia-lhe do braço esquerdo um grande escudo, em cujo campo encarnado se levantavam seus ramos bordados de oiro e prata e no meio gravadas da mesma textura com grossos relevos as armas da Igreja, que são as chaves de S. Pedro e sobre elas por timbre a Tiara Pontifícia [1].

À Igreja Militante seguiam emparelhadas duas figuras: o *Merecimento* e a *Remuneração*. Montava a primeira em cavalo branco com crina bem ornada de plumas e fitaria em topes e com jaezes encarnados curiosamente bordados. Calçava botinas brancas guarnecidas de encarnado e com seus flocos. Todas as roupas que vestia, eram de brocado encarnado. Embraçava um escudo em que por parte de ambos os Santos alegava serviços e requeria prémio [2].

Ombreava com esta a figura da Remuneração, também trajada com vistoso alinho. Nem descemos a particularidades, porque pela semelhança dos trajes e ornatos percebemos fàcilmente do que apontamos, todo o estilo da ornamentação [3].

A figura que simbolizava a Companhia de Jesus caminhava em seguimento da Igreja Militante, como agradecida pela canonização dos dois Santos [4].

Em quinto lugar caminhava com igual pompa e riqueza a figura que representava o *Colégio de Évora* da Companhia de Jesus. Vinha atrás da Companhia como parte da mesma [5].

Seguia em sexto lugar uma notável figura pelo primor com que vestia; simbolizava a cidade de Évora, que cheia de alvoroço concorria com devota e liberal magnificência para este

---

(1) *Ibidem*, pág. 9 e 10.
(2) *Ibid.*, pág. 10.
(3) *Ibid.*, pág. 10, 11.
(4) *Relaçam do Aparato*, pág. 11.
(5) *Relaçam do Aparato*, pág. 72.

triunfo. Montava um formoso cavalo e castanho na cor, cuja airosa louçania parece reconhecia o significado ilustre da figura, que levava [1].

Vinham logo duas figuras de famosos capitães, Giraldo e Sertório. Acompanhavam eles a sua cidade montados em ginetes briosos, e um e outro sustentavam na cabeça seus capacetes armados com grandes cocares de formosas plumas. Servia de escolta militar às duas figuras precedentes um esquadrão de 24 soldados, repartidos em duas alas, a 12 por banda e seu tambor no meio.

Vestiam todos à mourisca de sedas ricas e várias na cor, com turbantes encarnados na cabeça, passemanados de oiro, sobre os quais se levantava uma Lua por divisa.

Embraçava cada um deles seu grande escudo... Nos sítios, em que o espaço era mais largo e proporcionado, faziam seu exercício militar, representando primeiro uma batalha e depois uma vitória, com tanta propriedade que a ficção se equivocava com a realidade. Teve notável aplauso esta exibição [2].

Imediatamente a este esquadrão caminhava uma soberba roçagante figura pela bizarria com que trajava. Representava a Universidade de Évora. Calçava esta figura lustrosamente e montava em cavalo de briosa gala, castanho na cor, bem entrançado e magnìficamente jaezado com sela, e tudo o mais de veludo verde bordado de oiro [3]. Sustentava na cabeça uma notável caraminhola, trajado com engenhosa ideia, porque entre o grande número de joias, diamantes, flores trémulas e plumagem branca, verde e cor de oiro, se divisava nela uma águia com coroa imperial, obrada com tanta delicadeza, que até na cor parecia própria... [4].

Seguiam-se as figuras simbólicas da Teologia e da Filosofia; da Retórica e da Matemática; da Humanidade e da Gramática, todas em três pares [5].

A Retórica levava coroa de flores na cabeça e encostado ao

---

[1] *Relaçam do Aparato*, pág. 13, 14.
[2] *Relaçam do Aparato*, pág. 14, 15.
[3] *Relaçam do Aparato*, pág. 16.
[4] *Relaçam do Aparato*, pág. 16.
[5] *Relaçam do Aparato*, pág. 17, 18, 19.

peito, que todo era bordado de pedraria em campo de seda, um livro doirado [1].

« Servia de aparatoso remate a todo este acompanhamento de figuras um Carro triunfante de aplaudida fábrica, vária e preciosamente ornado de seda carmesim, e de velilhos brancos e azuis com grande cópia de galões de prata e oiro. Era dedicado pela Universidade de Évora à Virgem N.ª S.ª da Anunciada e a seu novo Protector, S. Luís Gonzaga. Na popa se levantava com espaçosa quadratura a Casa da Sabedoria com as sete colunas, de que faz menção a Sagrada Escritura, guarnecidas de velilho azul sobre o qual corriam em circuito muitas voltas de galão de prata, que as fingia salomónicas na perspectiva. Dentro destas, coroadas por cima com sua grande cúpula, se divisava um majestoso trono, em que ia colocada a devotíssima Imagem da sobredita Senhora, com o título *Sedes Sapientiae* escrito na peanha do mesmo trono » [2].

Num gabinete quadrado se tocavam bem temperados instrumentos, e ao som deles acompanhavá a melodia, com que se entoava o hino *Ave Maris Stella*, um coro de meninos músicos que na praça do carro iam assentados e vestidos à trágica, de seda igualmente rica que vistosa nas cores, os quais representavam o *Estudo*, *Diligência*, *Curiosidade* e *Aplicação*, precisamente necessárias para subir ao trono da Sabedoria. A figura desta se divisava na popa assentada entre soberbos quartões, e trajada de riquíssimas roupas de tela encarnada e branca com franjas de oiro... [3].

Tiravam com trabalho por esta grande máquina quatro forçosas mulas, bem concertadas com crinas ricas e gualdrapas de seda carmesim guarnecida da mesma sorte que os tirantes de passemanes de prata... [4].

Vinham uns após outros, com igual ou semelhante grandeza, formosura e arte os três Aparatos com numerosas figuras simbólicas, todas rica e primorosamente trajadas.

O primeiro Aparato com dezassete figuras dedicava-se à Pureza de Santo Estanislau; o segundo com dezoito figuras à

---

[1] *Relaçam do Aparato*, pág. 19.
[2] *Relaçam do Aparato*, pág. 19, 20.
[3] *Relaçam do Aparato*, pág. 20.
[4] *Relaçam do Aparato*, pág. 21.

Pureza de S. Luís; o último e quarto Aparato era todo sagrado, e muito tinha que ver nele e admirar a devoção [1].

Em primeiro lugar caminhava a Congregação de N.ª S.ª da Anunciada, composta de grande número de estudantes, com tochas na mão, levando um deles na frente o seu pendão de damasco branco, com a Imagem da mesma Senhora. Depois seguiam em longas filas paralelas os religiosos da Companhia e todas as mais Ordens religiosas com sua Cruz alçada. Todos erguiam nas mãos grandes brandões acesos [2].

No meio deste religioso e dilatado acompanhamento se divisavam dez andores, ornados maravilhosamente com uma grande cópia e variedades de flores, em que o primor da arte competia com o da natureza [3].

A todo esse Aparato seguiam últimamente quarenta e dois Sacerdotes, quase todos com capas ricas de asperges de tela branca com ramos de oiro, repartidos em duas compridas alas [4].

Debaixo do precioso Pálio ia o Santo Lenho e adiante dele caminhavam com turíbulos e navetas de prata seis anjos, os quais como todos os outros que precediam os andores, iam ricamente vestidos de toda a sorte de sedas preciosas e várias na cor, com coroas de belíssimas flores na cabeça e com muitas peças de oiro, joias, cordões e pedrarias na bordadura e guarnição do peito, no ornato dos braços e nos mais vestidos [5].

Não descrevemos todas as figuras, nem apontamos muitas particularidades para não causar fastio, e porque é fácil conjecturar toda esta riqueza do inexplicável alvoroço com que toda esta nobilíssima cidade se conspirou à porfia para fazer mais célebres os triunfos de S. Luís e S. Estanislau na sua canonização [6].

6. — O colégio de Santarém, um dos principais da Província portuguesa, apostou-se a rivalizar com os colégios maiores na grandeza das festas que memoram a Canonização dos dois Santos nos dias 27, 28 e 29 de Setembro de 1727. As primeiras

---

(1) *Relaçam do Aparato*, pág. 53.
(2) *Ibidem.*
(3) *Relaçam do Aparato*, pág. 54.
(4) *Relaçam do Aparato*, pág. 60.
(5) *Relaçam do Aparato*, pág. 60, 61.
(6) *Relaçam do Aparato*, pág. 61.

manifestações de alegria pela boa nova foram repiques festivos, acordes de instrumentos, hinos de Te Deum, Missa cantada e iluminações, às quais se seguiu depois o tríduo solene.

A armação do templo sumamente rica e engenhosa, suspendia a admiração. O SS.mo Sacramento exposto entre grande número de luzes, deixava-se ver e também encerrar num Pelicano, que engenhosamente imitava o natural, e por isso mais artificioso. Em primeiro lugar se via bater as asas, logo as estendia em forma de cruz, para mostrar o mistério, que em seu peito, como em sacrário ocultava (1).

Todo o camarim se admirava armado de ricos bordados. A entrada deste se ornava de um sitial de damasco, sanefa de veludo lavrado e franjão de oiro, sendo do mais precioso ló com que se armava o retábulo (2).

Com semelhante riqueza e primor se adornavam as capelas. Passamos em silêncio o mais para satisfazer à brevidade (3).

O formal das solenidades religiosas não desdizia da devoção e pompa de outras festas.

Às noites deram particular encanto as muitas luminárias que atraíam a maior parte da Vila. Via-se o colégio, com muita razão, coroado de luzes vivas, escudos, armas e figuras de luzes furtadas... (4).

Concluíu-se toda esta acção com a procissão solene, em que se admiravam seis artificiosos andores, e se encorporaram inúmeros sacerdotes do clero secular e regular. Acompanhavam o SS.mo 24 sacerdotes com ricos pluviais de tela branca, todos com suas tochas, e seis Presbíteros, trajando preciosas capas, seguravam as varas do Pálio (5).

7. — Cabe a vez à ínclita cidade de Braga. « Como é louvável costume da sempre fiel e augusta cidade exceder a todo o

---

(1) *Relação Summaria das Festas que em a Canonização dos gloriosos Santos Luiz Gonzaga, Stanislao Kostka, celebrarão os Padres da Companhia de Jesus do collegio de Santarem, supposto o Decreto da canonização de Santo Stanislao Kostka, passado pela Santidade de Clemente XI e também o applauso que por então se lhe consagrou.* Lisboa, 1728. No frontispício e pág. 7, 8.

(2) *Relação Summaria*, pág. 9.

(3) *Relação Summaria*, pág. 12.

(4) *Relação Summaria*, pág. 14.

(5) *Relação Summaria*, pág. 18.

reino nos devotos e curiosos festejos, que a Deus consagra obsequiosa, justo era que a Companhia como tão empenhada na glória do mesmo Senhor, e do culto de seus Santos, acomodando-se ao singular uso desta corte primacial, saísse a público com maiores demonstrações, festejando com júbilos e celebrando com devidos aplausos a canonização de dois filhos» que «foram na terra as delícias de Deus, e de Maria Santíssima os mais mimosos» (1). E não se desdisse a nobre cidade nas grandes festas da Canonização.

As primeiras expressões de alegria pela boa nova vibraram de entusiasmo santo; e as maiores demonstrações guardaram-se para os dias 27, 28, 29 e 30 de Julho de 1727. Pelas doze horas do dia 26 deram todos os sinos do colégio e da cidade com seus repiques alegres novas de que «estava este céu aberto na terra» (2).

As mesmas novas foi anunciar ao Cabido a festiva consonância de onze tambores, com seus pífanos, a jocosa melodia de seis gaitas de foles e a harmonia de três clarins (3).

Com a costumada devoção e pompa se começaram a celebrar as funções litúrgicas do tríduo, Vésperas solenes e Missas cantadas até ao dia 29 de Julho, terça-feira, em que se terminavam as cerimónias sagradas (4).

Os festejos grandiosos que se seguiram, eram mais profanos (5).

Chegada a quarta-feira, 30 de Julho, pôs-se em ordem uma soleníssima procissão, a que graciosamente concorreu a gente mais luzida de todo o Entre Doiro e Minho (6). As ruas mais públicas da cidade, foram todas toldadas pela devoção e mercadores bracarenses. Marchavam à frente quatro Gigantes armados com seus e montantes quatro Pigmeus com armas proporcionadas à

---

(1) *Relação das Festas com que o collegio de S. Paulo da Companhia de Jesus da cidade de Braga, celebrou em hu solemne Triduo a Canonização dos seus gloriosos santos Luiz Gonzaga e Estanislao Kostka em Julho de 1727 sendo Reitor o M. R. P. M. Bento Viegas, escrito por João de Oliveira natural de Braga,* Lisboa, 1728, pág. 1.

(2) João de Oliveira, *Relação das Festas*, pág. 3, 5.

(3) Oliveira, *Relação das Festas*, pág. 5.

(4) *Ibidem*, pág. 6, 7, 49, 81, 82.

(5) *Ibidem*, pág. 115 e segg.

(6) *Ibidem*, pág. 115.

estatura dos corpos [1]. Ia logo em seguida um gracioso festim, que constava de oito figuras vestidas com muita preciosidade, as quais seguiam o compasso de um Galã, que no meio tocava uma viola e guiava o labirinto das voltas [2].

Seguia-se a figura da Companhia a cavalo num soberbo andaluz. Trajava preciosos vestidos; a cabeça composta com seus toucados de flores trémulas de oiro com seu penacho de plumas, assombradas com garças rosadas. No peito tudo eram debuxos levantados de oiro; servia de assento a esta obra seda encarnada. Na mão se via arvorado um estandarte triunfal de oiro [3].

Continuavam na formosa procissão, uns após outros, os festins, divertiam modestamente aos espectadores vários bailes, muito graciosos, de boa música e letra, em que entravam dois artificiosíssimos carros e admiravam-se sete engenhosos andores [4]. Rematava justamente os festejos a grandiosíssima iluminação que, segundo se expressou o Relator, transformou «as noites em alegres e claros dias» [5].

Causou maravilha em quatro noites continuadas a sumptuosa fábrica, toda de obra composta, que por ser um engenhoso prodígio de arte, parecia um animado monstro de luzes, que com quase seis mil luzidas línguas publicava a glória de Deus e dos dois Santos canonizados [6].

De mais admiravam-se arcos, atlantes, anjos sustentando coroas, quartelas, pirâmides, fontes de fogo, chafariz, igualmente de fogo, luminárias lustrosas, fogo artificioso, foguetes volantes; grandes rodas que girando em contínuas voltas se desfaziam em chamas. Logo apareciam a pelejar homens armados com acesos montantes nas mãos, e era para ver tão luzida e singular peleja [7].

Terminavam todas as noites este espectáculo com saudações alegres do povo à Companhia de Jesus [8].

---

(1) Oliveira, *Relação*, pág. 115, 116

(2) Oliveira, *Relação*, pág. 116.

(3) Oliveira, *Relação*, pág. 116, 117, 118.

(4) Oliveira, *Relação*, pág. 119 segs.

(5) Oliveira, *Relação*, pág. 154.

(6) Oliveira, *Relação*, pág. 154.

(7) Oliveira, *Relação*, pág. 154-164.

(8) Oliveira, *Relação*, pág. 164.

Deu lustre singular a todas as festividades o «P. Xavier da Costa, Mestre de Retórica na primeira classe deste Páteo de Braga com um elegante e engenhoso Drama em louvor de S. Luís Gonzaga Protector dos estudos» [1]. No fim da Relação estampou-se um *Extracto* do Drama, todo latino, com explicações em português, pág. 165-217.

8. — Remataram todas estas solenidades com as festas sempre magníficas e pomposas, que festejaram em Lisboa a canonização de S. João Francisco Regis no ano de 1737 [2]. A grandiosidade com que decorreram as festas desse ano, podemos medi-la pela magnificência das anteriores. O autor da Relação das presentes solenidades descreveu as que se fizeram e relataram em Roma, e as que se realizaram na capital Portuguesa, por isso intitulou a Relação *Voz em Roma e Echo em Lisboa.* As de Lisboa tiveram o lustre particular da assistência da Família Real durante o solene oitavário. «As soberanas presenças, adverte o Relator, em todos os oito dias fizeram esta canonização celebérrima conciliando a Deus maior glória, a S. Francisco Regis maior culto e à Companhia imortal honra» [3].

---

[1] Oliveira, *Relação*, pág. 164.

[2] André de Barros, *Voz em Roma e Echo em Lisboa, na canonização de S. Francisco Regis da Sagrada Companhia de Jesus. Solemnidade com que o festejou a Casa Professa da mesma Companhia, que reverente dedica ao Potentíssimo e Augustíssimo Rei D. João V*, Lisboa, 1739. Da pág. 1 a 17 estampa-se um diário, escrito em italiano que veio à mão ao P. André de Barros e descreve as festas de Roma. Da página 19 a 248 deste opúsculo referem-se as festas de Lisboa.

[3] *Voz em Roma e Echo em Lisboa*, pág. 248. Em Coimbra celebrou também no ano de 1738, com a pompa do costume, o colégio de Jesus a apoteose de S. João Francisco Regis. Refere as solenidades em compêndio o analista da Província na ânua de 1740. Cf. *Lus.* 54, f. 290v.

CAPÍTULO VII

FULGORES DE SANTIDADE

SUMÁRIO: — 1. *Opinião geral dos Jesuítas na Sociedade portuguesa.* — 2. *O conceito dos bispos.* — 3. *Testemunhos de personágens distintas.* — 4. *O brilho da Virtude.*

1. — Nas páginas anteriores, que debuxámos, da história da Companhia de Jesus no século XVIII, deparam-se-nos os religiosos da Ordem ignaciana, constantemente ocupados na vida de santidade, e no exercício prático da virtude, tanto a bem das almas próprias, como aspirando à salvação eterna dos homens seus irmãos.

Como a actividade foi contínua e sumamente variada, e abrangia toda a classe de pessoas, das mais ínfimas na craveira social, e das mais elevadas, deve-nos ter conservado a história nestes 60 anos provas irrefragáveis ou da santidade ou da depravação desses homens, que desde os primeiros anos, que trafegaram em Portugal, se apelidaram popularmente *Apóstolos.*

Qual era pois a opinião que se formava dos jesuítas na sociedade portuguesa, no século do racionalismo e da impiedade, de Pombal e de Voltaire? Vamos conhecê-la, e dar-nos-ão a luz necessária testemunhos rigorosamente contemporâneos e irrecusáveis. Abramos a série por depoimento autorizado.

Numa sessão da Academia Real da História Portuguesa, reunida em Lisboa a 29 de Abril de 1728, proferiu D. Manuel Caetano de Sousa o elogio fúnebre do grande português e missio-

nário, Académico Provincial e Patriarca eleito de Etiópia, P. Manuel de Sá, da Companhia de Jesus, e não hesitou em afirmar que a Companhia onde se formou espiritual e literàriamente, era « Universal escola das Ciências e perpétua palestra de « Santidade » e que o desejo de fazer maiores progressos na erudição e na virtude, o movera a pretender entrar naquela Ordem religiosa » (1).

O poeta do século XVIII, fr. José de Santa Rita Durão viveu em circunstâncias de nos poder testemunhar, com segurança, das acções e moralidade dos filhos de Santo Inácio.

Examinou ele primeiramente a reputação de que por esses tempos gozava a Companhia em Portugal, e diz que assistira em quase todas as cidades e povoações, onde trabalhavam os jesuítas, e sabia o conceito em que todos eles eram tidos. « Em questão de ciência, assevera Durão, ninguém, a não ser um louco, a punha em dúvida; ainda seus próprios inimigos o reconheciam, dando-lhes neste ponto vantagem sobre os demais letrados do reino. No tocante à religiosidade nunca jamais, nos quarenta anos que estive naquele reino, ouvi atribuir a algum jesuíta acção menos honesta ou infame; os mais livres em falar não achavam nesta parte que dizer » (2).

Se alguns começavam a ser culpados, deixavam de ser jesuítas, porque eram geralmente despedidos a tempo (3). Quanto à maneira de se tratarem, nunca vira nem nas pessoas deles, nem em seus quartos « coisa que não cheirasse a pobreza. Esta era a opinião geral » (4).

Do seu santo Instituto, afirma a mesma testemunha, que « eram observantíssimos » e praticavam o mesmo que se « narra dos seus antepassados » (5). Na cidade de Évora florescia a sua Universidade, « e essa circunstância os tornava mais respeitáveis. Nesta e nas demais do reino, eram o exemplo de religiosos » (6). E bastava que um jesuíta faltasse à devida seriedade, ainda

(1) *Memorias da Academia Real da História Portuguesa*, 1728, n.º XIII, pág, 3.
(2) Artur Viegas, *O Poeta Santa Rita Durão*, pág. 98.
(3) Artur Viegas, *ob. cit.*, pág. 98-99.
(4) Artur Viegas, *ob. cit.*, pág. 99.
(5) *Ibidem*, pág. 100.
(6) *Ibidem*, pág. 100.

mesmo inculpadamente, para logo causar estranheza a quantos o conheciam [1].

Quando os Padres estavam já presos em suas casas, « eram uns vivos espectáculos de mansidão e paciência cristã; o seu fervor, doçura e admirável resignação edificavam aos soldados. Praticavam penitências, exercícios e actos de humildade, capazes de abrandar penhascos » [2].

Estes são alguns dos louvores, muito significativos, que deu aos jesuítas quem os conhecia mui de perto, e primeiro os caluniara desaforadamente, quando a calúnia lhe era proveitosa e depois lhes admirou e exaltou com desassombro as virtudes [3].

Mas também lograram os mesmos religiosos bem justificadas aprovações de pessoas de mais elevada categoria.

Citemos uma, que se formulou, quando sobre eles pesavam atrocíssimas acusações.

O arcebispo de Évora, D. Miguel de Távora, Agostinho do Convento da Graça de Lisboa, já ocupava a Sé eborense havia 17 anos, quando exarou este franco testemunho. Assim escreveu ao Geral da Companhia, Lourenço Ricci, a 6 de Outubro de 1758.

« Recebi com a devida estimação a carta que me trouxe de Sua Paternidade Reverendíssima o religiosíssimo Padre Reitor do Colégio e Universidade eborense; e, ainda que desejava responder-lhe sem demora alguma, obstou um tanto à satisfação de meus desejos a fraca saúde. Mas sendo agora menos má, não devo diferir mais o cumprimento de minha vontade.

Regozijo-me pois com Vossa Paternidade Reverendíssima pelos agradecimentos que na sua carta me dá, como pai que é bondoso e solícito, pela benevolência e caridade, que uso com seus filhos; agradecimentos todavia que mais devo atribuir à fineza de V. P.^{de} Rev.^{ma} do que a merecimentos meus. Porquanto, para dizer a verdade, neste ponto mais me reconheço devedor que benfeitor. Toda a benevolência, todo o obséquio, todo o benefício, que tenha outorgado aos filhos da Companhia, tudo eles mesmos, como por direito próprio, me estão reclamando. É paga certamente devida, mas muito inferior ao trabalho. Sabe V. P.

---

(1) Artur Viegas, *ob. cit.*, pág. 101.
(2) Artur Viegas, *ob. cit.*, pág. 181.
(3) Artur Viegas, *ob. cit.*, passim.

Reverendíssima que os seus filhos vivem tão religiosamente nesta minha diocese eborense, que nunca foram perante mim acusados de crime nem queixa nenhuma; mas sempre os encontrei exímios varões, sábios, sãos na fé, nos costumes, na doutrina, e cooperadores incansáveis e diligentes nos exercícios do meu ministério; e tão atentos, que neste tempo não posso deixar de lastimar-me de que lhes seja noutra parte tão contrária a fortuna.

Mas Deus se dignará converter-me tantas lágrimas de seus servos em contentamento que será sem dúvida o maior, se vir quanto antes com meus olhos restituídas todas as coisas da Companhia à sua antiga tranquilidade e paz.

Assim o peço a Deus; e ao serviço de V. P. Rev.ma me ofereço com a maior benevolência, prontidão e agradecimento.

Viva por longos anos V. P. Rev.ma para prosperidade e aumento de toda a Companhia.

De Évora aos 6 de Outubro de 1758. Afeiçoadíssimo e Obedientíssimo servo. *Fr. Miguel, Arcebispo de Évora.* Ao Rev.mo Prepósito Geral da Companhia de Jesus. Roma» [1].

Com o zeloso e caritativo arcebispo de Évora concordava no conceito dos jesuítas o seu coadjutor D. Jerónimo, bispo de Tipasa, da Mauritânia, e o declarou ao mesmo Geral Ricci em carta de 27 de Setembro do mesmo ano.

«O exímio afecto de benevolência com que abraço a todos os filhos da Companhia, tenho-o dentro da alma como inspirado pela natureza. Comigo vagiu no berço, cresceu nas escolas, onde os tive por mestres, e de tal modo foi crescendo e crescerá que em toda a minha vida nunca poderá extinguir-se, nem diminuir nem mudar-se. Isto digo para V. P. Rev.ma saber as profundas raízes, que lançou no meu peito o amor da Companhia . . . . . . Agora choro com os que choram. Oxalá me seja dado pôr fim a tantas lágrimas!

. . . . Entretanto tenha V. P. Rev.ma a consolação de saber com toda a certeza, que os seus filhos em toda a diocese eborense não delinquiram em coisa nenhuma, nem contra Deus, nem contra os homens; antes em todas as coisas se mostraram,

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 88, f. 220. — D. Miguel de Távora, filho dos segundos marqueses de Távora, entrou em Évora, como arcebispo, em Março de 1741, e faleceu em 16 de Setembro de 1759. Era Prelado zeloso e de grande caridade.

como exemplo de boas obras, como ministros fiéis e despenseiros dos ministérios de Deus, e no zelo das almas diligentíssimos cooperadores; e por isso foram sempre tidos em grande apreço e estima pelo Ilustríssimo Prelado eborense» (1).

Tão afectuosa e elevada opinião formaram dos jesuítas os dois fervorosos Prelados!

2. — E os demais bispos de Portugal nesta primeira metade do século XVIII, como se houveram? Não há dúvida de que a maior parte deles se serviam confiadamente dos jesuítas, quando desejavam a reforma e o bem espiritual de suas dioceses.

O bispo de Leiria D. Álvaro de Abranches e Noronha, durante os longos anos do seu bispado (2), conseguiu do Provincial da Companhia de Jesus que lhe concedesse seis Padres para se encarregarem cada ano, pela quaresma, de lhe cultivarem e reformarem a sua necessitada diocese, onde faltava não só doutrina, mas clero que a ensinasse aos fiéis (3). Foi uma das maiores e mais demoradas missões, com que os religiosos da Companhia evangelizaram Portugal. Os bispos é que a pediram e mantiveram. Confiavam na virtude e no zelo de tais missionários. Nos anais da Companhia chama-se Missão Leiriense (4).

Às terras do Minho e serras do Barroso também levaram os missionários do colégio de Coimbra o benefício das missões. Mas quiseram primeiro passar por Braga para tomarem a bênção do arcebispo, D. Rodrigo de Moura Teles, que abençoou afectuosamente os Padres e lhes designou particularmente para campo de sua actividade as terras ásperas de Barroso (5).

À diocese de Portalegre igualmente acudiram, a pedido instante do bispo, os mesmos religiosos, que durante quase dois anos praticaram maravilhas de zelo apostólico (6).

Bem maior foi o abalo que produziu em Braga e seus arredores o fervor dos jesuítas, com aprovação, auxílio e satisfação do novo arcebispo, D. José de Bragança, que julgou não ter

(1) Arq. S. J., *Lus.* 88, f. 219-219v. — O bispo assina a carta deste modo: *Studioss ac devinctiss servus, Fr. Hier^mus^ Ep.^us^ Tipasitam.*

(2) D. Álvaro foi bispo de Leiria de 1694 a 1746.

(3) Veja-se acima o capítulo III, § 3.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 166v: *Missio Leiriensis.*

(5) Cf. supra, cap. III.

(6) Cf. supra, cap. III, § 4. — Carta ânua de 1738 a 1747.

obreiros melhores do que os religiosos ignacianos, para transformar a sua arquidiocese, extremamente necessitada de ardentes missionários. Não se enganou o nobre Prelado no conceito e esperança que concebera desses religiosos [1].

A mesma boa opinião alimentava também, por ocasião de missões o zeloso cura de S. Bartolomeu de Messines, a quem, para louvar tão bons religiosos, bastava dizer que eram «Padres da Companhia, criados com aquele pasto espiritual da sua Religião» [2].

3. — Mas também personagens de mais elevada posição social testemunhavam claramente por aqueles mesmos anos a grande estima que faziam dos jesuítas, e o afecto singular e fina amizade que lhes dedicavam. O Cardeal Nuno da Cunha e Ataíde com frequência obsequiava os Padres da Companhia e os cumulava de benefícios. O Geral, Miguel Angelo Tamburini, escreveu-lhe a declarar-lhe o seu profundo reconhecimento; e da carta podemos fàcilmente calcular o alto apreço com que estimava os mesmos Padres.

« Até agora, confessa Tamburini, reconhecia eu a V. Em.cia, por singular protector desta mínima Companhia, porque assim mo tinham mostrado os muitos favores, com que V. Em.cia a amparava; mas já vejo e conheço pelas notícias que me dão os filhos da mesma Companhia dessa Província, que V. Em.cia com rara benevolência coaduna com a protecção o título de defensor e ainda de elogiador da nossa Companhia, não sòmente protegendo-a com sua eminente antoridade, mas defendendo-a com fecunda eloquência e louvando-a sobre seus merecimentos, com ânimo verdadeiramente amante.

Eu confesso que reconheço o muito que eu e a mesma Companhia devemos a V. Eminência. . . . .

E assim por esta me vou lançar aos pés de V. Em.cia rendendo-lhe mil vezes graças, pelas muitas que nos faz, e protestando eternas obrigações à pessoa de V. Em.cia, e não cessarei de pedir juntamente a Deus, que com seu infinito poder e liberalidade remunere a V. Em.cia tantos benefícios com que nos enriquece na estimação e penhora os afectos» [3].

---

(1) *Ibidem*, § 5 do cap. III.

(2) *Ibidem*, cap. III, § 1.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 247. Carta de 18 de Agosto de 1716.

Não omitamos cartas de pessoas seculares, mas eminentes na sociedade, que provam sua rara estima dos religiosos da Companhia. Referimo-nos primeiro ao insigne diplomata do século XVIII, de fama mundial, D. Luís da Cunha (1). Também ele atestou a sua particular estima, que folgava de tributar à Companhia de Jesus. Mais de uma vez manifestou este sentimento. De Londres assim escreveu, em 1705, ao Geral da Companhia:

«Sempre desejei ter uma oportunidade para testemunhar a V. Rev.ma, o meu respeito e o grande afecto, com que me farei um particular gosto de me empregar em tudo o que diz ordem aos interesses da venerável Sociedade de Jesus. Oferece-se-me presentemente a ocasião de remeter a V. Rev.ma esta carta da Índia, e como se me recomenda de assistir ao requerimento que se faz ao Governador de Bombaim para restituição das terras que na dita ilha foram confiscadas aos R.dos Padres da Companhia, pode V. Rev.ma estar certo que não negligenciarei coisa alguma, que possa contribuir ao seu bom sucesso, por ser tanto do serviço de (Ds. e) do de El-Rei, meu Senhor e da muito venerável Companhia.

Nesta consideração devo esperar que V. Rev.ma, seguro desta minha sincera vontade, me continue a honra, de me querer empregar em tudo o que for do seu serviço, que será na minha estimação um incomparável prémio do meu desempenho. G.de a Ds. a V. Rev.ma como desejo. Londres, 13 de Novembro de 1705» (2).

A estima do diplomata era constante. Dez anos depois insiste nos mesmos sentimentos da carta anterior, em carta dirigida igualmente ao Geral Tamburini. «Com grande gosto, assegura D. Luís, abraço esta ocasião de remeter a V. Rev.ma este maço de cartas, que me veio recomendado, pois me dá a oportunidade de segurar a V. Rev.ma a grande estimação que faço da sua pessoa, e afecto com que desejo de servir toda a Companhia, o qual me deve granjear a fortuna de que V. Rev.ma me dê ocasião de lhes testemunhar esta minha vontade. G.de Ds. a V. Rev.ma ms. a.. A Haia aos 9 de Agosto de 1715. Rev.mo Padre

---

(1) D. Luís da Cunha morreu em Paris, de-repente, a 9 de Outubro de 1749.
(2) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 48. Original.

M.to Servidor de V. Rev.ma *D. Luís da Cunha.* Rev.mo Padre Geral da Companhia » [1].

A esta carta respondeu o Geral com semelhante disposição de ânimo e de afecto a 19 de Outubro do mesmo ano: « Recebi a de V. Ex.a de 9 de Agosto e o maço incluso, com aquela estimação que devo, e com que venero a pessoa de V. Ex.a, cujo nome não é menos estimado que conhecido nesta minha Companhia, assim pelas muitas obrigações, que reconhece dever à ilustre Casa de V. Ex.a, entre os quais não foi menor o ter-nos honrado e acreditado com o grande talento e virtudes do P. Nuno da Cunha [2], como também pelo grande afecto com que V. Ex.a e toda ela se digna de nos honrar a todos e a mim especialmente. E por isso desejara eu ter ocasião, em que V. Ex.a se quisesse servir do meu pouco préstimo, porque me acharia não menos obrigado, que pronto para executar as suas ordens. A pessoa de V. Ex.a g.de Deus por muitos e dilatados anos, como lhe peço e desejo. Roma » [3].

Coroa esta série de testemunhos uma carta escrita por ordem de D. João V ao Padre José Sarmento, da Companhia, que se tinha generosamente oferecido para tratar de doentes que se cuidavam empestados.

« Uma Junta Académica, diz o Marquês de Abrantes em nome do rei, que me ocupou até agora, me impediu que mais cedo pudesse responder a V. Rev.ma para lhe dizer, que logo fiz presente a Sua Majestade que ficou com grande satisfação de ver a prontidão e fidelidade com que a Companhia corres-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 149. Original.

(2) O P. Nuno da Cunha e Ataíde era filho dos Condes de Povolide. Nasceu em Lisboa a 18 de Outubro de 1705. Entrou na Companhia a 4 de Janeiro de 1724. Ensinou Letras humanas, Filosofia por 3 an. e Teologia moral. Em 1749 continuava o ensino da Teologia moral no colégio de S. Francisco Xavier, na Alfama. Na expulsão pombalina logrou a sorte de ficar preso em Portugal num convento. Lista contemporânea, publicada por A. Ferrão, no livro *O Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas,* pág. 279, tem que Nuno da Cunha foi do Noviciado da Cotovia para a casa que tinham na Vila de Cascais os Carmelitas descalços. Carayon, em *Les Prisons du Marquis de Pombal,* refere que o P. Nuno da Cunha morrera por 1774 no convento dos Dominicanos em Viana do Castelo. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 49, catál. de 1749, n.º 717; *Martyres Vocationis,* suplemento ao Catálogo da Província Portuguesa no ano de 1910 e 1911.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 232. Minuta.

ponde ao alto conceito, que Sua Majestade tem do seu merecimento na espontânea oferta, que de si faz o P. José Sarmento que entre muitos foi escolhido pelos seus Prelados para a missão que ontem se requeria.

Manda-me Sua Majestade diga a V. Rev.ma que por ora, se não cessou, ao menos se demora aquela urgência; de sorte que sem segundo aviso não se abalará o Padre, cujo sacrifício, assim como a Deus será aceito no voto do ânimo, o é também e muito a Sua Majestade, cuja real benevolência para com a Companhia espera que ela conserve a memória destas expressões do régio ânimo de Sua Majestade para que em todo o tempo reconheça que se ela merece muito, El-Rei lhe faz justiça e favor. Deus guarde a Vossa Reverendíssima. Paço, 15 de Outubro de 1723. *Marquês de Abrantes*» [1].

4. — Ao louvor e estimação dos homens juntamos, muito em resumo, o valor e merecimento das obras santas e da virtude, que tem diante de Deus, e deve ter também diante dos homens, maior grado e mais força persuasiva e demonstrativa de santidade.

Apenas podemos dar algumas, como amostras ou poucos exemplos de homens, virtuosos e santos que viveram e faleceram no século XVIII, de 1700 em diante. Quase sem exageração nos atrevemos a asseverar que é incalculável o número de religiosos da Companhia notàvelmente virtuosos. Só enumeramos sacerdotes. As provas que temos de santidade, são testemunhos em rigor contemporâneos, e não poucas testemunhas de vista. Empregamos quasi sempre as próprias palavras dos que dão testemunho da santidade.

Seja o primeiro desta série gloriosa o *P. Francisco da Cruz*, natural do Louriçal da diocese de Coimbra, e falecido em 1706, que ao seu engenho não vulgar unia tanta virtude que levou com suas palavras e exemplos muitas pessoas à perfeição cristã [2]. Atendia no confissionário continuamente com grande carinho e caridade «a gente vil e mais pobre».

Um ano antes expirava no colégio de Évora o *P. João*

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século* da Companhia de Jesus, f. 251v. Carta do Marquês de Abrantes. Cópia.

(2) Franco, *Ano Santo*, pág. 43-44.

Ribeiro, « zelosíssimo da observância e costumes santos dos antepassados» da sua Ordem ignaciana. Em Angola também trabalhou com grande zelo e espírito e honra da Companhia, por ser homem de grandes talentos e virtudes sólidas [1].

No cerrar do século XVII deu sua alma a Deus o *P. José de Seixas*, « homem nascido para coisas grandes, de raros talentos para magistérios e para governos ». Com estas raras prendas era rendido na obediência, notável na caridade, insigne na humildade e na mansidão, grandioso e liberal com os outros e extremamente pobre consigo [2].

Em Roma faleceu no ano de 1721 o *P. Francisco Caeiro*, do termo de Monsaraz, que « foi religioso de bondade antiga, virtudes sólidas, singular devoção nas coisas de piedade ». Em Coimbra, por sua grande virtude, era muito respeitado dos Lentes da Universidade [3].

Na cidade de Goa, em 1713, voou para o céu o *P. Manuel Saraiva*. « Por nove anos trabalhou na missão de Bengala. Seus costumes eram santos ; nas regras observantíssimo, muito modesto em todas as suas acções » [4].

Em 1709, segundo conta o autorizado e coevo Miguel Dias, terminou sua vida o virtuoso *P. António do Rego*, que « foi por muitos anos Ministro de El-Rei ou Residente em Roma ». Era protector desvelado das missões de além-mar, e grande esmoler para o culto e para remediar pobrezas, e no trato de sua pessoa muito austero [5].

O *P. Inácio Pimentel*, que faleceu em 1714, diz o P. António Franco, seu professor, que « nas virtudes religiosas o tivemos todos por um anjo » [6].

---

(1) *Ibidem*, pág. 48.

(2) Franco, *Imagem da Virtude*, Coimbra, II, pág. 707-708 ; *Ano Santo*, pág. 66, 67, 68. — O P. Geral, Paulo Oliva, escreveu que Seixas era, em alto grau, prudente, douto, sagaz e amante da observância religiosa. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, T. III, pág. 184-185.

(3) Franco, *Ano Santo*, pág. 73.

(4) Saraiva, do bispado de Coimbra, agregou-se à Companhia a 22 de Maio de 1669 ; partiu para a Índia em 1672.

(5) Franco, *Imagem*, II, pág. 710, 711 ; *Ano Santo*, pág. 102-104.

(6) O P. Pimentel natural de Formoselhe, no bispado de Coimbra, entrou na Companhia a 11 de Junho de 1635.

Em 1704 se foi para a eternidade o caritativo *P. António de Morais*, que «na Religião procedeu sempre exemplarmente», e seis anos depois se lhe foi juntar o *P. Gonçalo de Sequeira*, «homem de grande pureza de costumes e muito escrupuloso, que não fazia coisa que sentisse encontrar sua consciência» (1).

No mesmo princípio do século XVIII, em 1702, se alou para o céu na viagem da Índia o *P. Inácio Rodrigues*, «que tomou em suas acções por exemplar a S. Luís Gonzaga». Os que o trataram tinham-no geralmente por Santo (2).

Em 1705 expirou santamente o *P. Amaro Fernandes*, que todos os moradores do Colégio de Évora tinham na opinião de «homem santo e inculpável» (3).

O *P. Domingos Leitão*, de engenho raro, muito estimado por suas letras e singular acerto em conselhos, frequentemente consultado dos tribunais, era todavia desprezador de sua pessoa, pobríssimo no vestido e grande penitente (4).

O *P. doutor Francisco Coelho*, que passou ao descanso eterno em 1708, era também muito consultado na Corte; mas «sua vida foi sempre de homem inculpável, muito modesto e que a ninguém ofendeu, nem sequer por palavra» (5).

No reino de Malabar, em 1711, depois de grandes sofrimentos, foi coroado de martírio o *P. Manuel da Cunha*, natural de Aldeia-Nova-do-Cabo, do bispado da Guarda. Entrara na Companhia em Coimbra aos 11 de Julho de 1696 (6).

Em Portugal, no colégio de Santarém, faleceu no ano de 1717, o *P. Francisco Borralho*, «que em toda a sua vida tiveram por

---

(1) António de Morais, natural de Chaves, abraçou o Instituto da Companhia a 8 de Março de 1658; e Gonçalo de Sequeira, de Castelo de Vide, entrou na religião da Companhia de Jesus, a 9 de Janeiro de 1656 e fechou o termo de sua vida a 4 de Abril de 1710. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 156, 181.

(2) P. Inácio Rodrigues, nasceu na vila de Chaves, incorporou-se na Companhia a 11 de Maio de 1695. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 240.

(3) Amaro Fernandes, natural de Montalvão, deu-se à Companhia de Jesus em Lisboa a 29 de Setembro de 1689. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 237.

(4) Domingos Leitão, natural de Grândola, entrou na Companhia em Évora a 10 de Janeiro de 1647 e faleceu em 5 de Abril de 1704. Franco, *Ano Santo*, 206.

(5) P. Francisco Coelho, nascido em Vila Nova de Portimão, entrou na Companhia a 6 de Março de 1751. Franco, *Ano Santo*, pág. 215.

(6) Franco, *Ano Santo*, pág. 284.

santo, homem inculpado e amigo de Deus, de ânimo sincero e sem género de dobrez» [1].

O *P. João dos Santos*, que morreu sendo Mestre de Noviços em Évora, era singularmente humilde, devoto e obediente e «deixou em todos opinião de Santo» [2].

Na viagem para a Índia, em 1708, trocou a vida temporal com a eterna o fervoroso *P. Manuel de Abreu*. Nos trabalhos da nau servia amorosamente aos enfermos, que lhe chamavam *o nosso pai* [3].

Em Lisboa passou a melhor vida, no ano de 1709, o famoso *P. Sebastião de Magalhães*, confessor do Monarca D. Pedro II. Pelas suas boas prendas, refere o contemporâneo António Franco, não houve homem que mais valesse com el-rei, «Tudo quanto nele se via, certifica a mesma testemunha, se fundava nas virtudes sólidas, que nele sabiam os da Companhia» [4].

O P. doutor eborense *Sebastião de Vidigal*, falecido em 1714, foi de primeiro engenho, e tido de todos na Religião por santo e homem sem mancha no seu procedimento, e o *P. Francisco Leitão* também doutor pela Universidade de Évora, falecido em 1705, «era em seus costumes tido e havido de todos por homem inocente, de coração lavado, sem dobrez nem engano, pio e devoto» [5].

Em Braga encheu o número de seus dias no ano de 1712 o *P. João Ferraz*, considerado geralmente por homem justo. Foi missionário de Angola no último quartel do século de seiscentos; [6] era manso, quieto e muito sofrido nos padecimentos e extremamente compassivo dos pobres.

---

[1] Francisco Borralho, natural de Terena, entrou na Companhia a 9 de Janeiro de 1656. Franco, *Ano Santo*, pág. 319. Franco, *Imagem da Virtude*, Coimbra, II, pág. 776, diz, como testemunha de vista: «Um destes varões do céu, que entre nós conhecemos, e que todos tínhamos por homem justo, foi o Padre Francisco Borralho».

[2] O P. João dos Santos faleceu em 1714. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 325.

[3] Franco, *Ano Santo*, pág. 329.

[4] P. Magalhães nasceu na cidade de Tânger, na África. Cf. Franco, *Imagem da Virtude*, Coimbra, II, pág. 603 segs.

[5] P. Vidigal (Sebastião) entrou para a Companhia aos 26 de Abril de 1669. Era natural de Évora. Cf. Franco, *Imagem da Virtude*, Coimbra, II, pág. 756 segs. — P. Francisco Leitão entrou na Companhia aos 20 de Novembro de 1647. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 513.

[6] Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Comp.ª*, III, vol. 2, pág. 369. Catálogos de 1681, 1687. Franco, *Ano Santo*, pág. 531, 532.

O *P. Francisco Salgueiro*, natural de Tânger e falecido em 1724, era de coração animoso nas adversidades, benfazejo e caritativo. Em Vila Nova de Portimão, onde morava, não havia enfermos pobres. Todo aquele povo dele tinha conceito de homem santo [1].

No primeiro ano do século XVIII teve morte de justo o *P. João da Fonseca* no colégio de Santo Antão. Era uma alma profundamente piedosa; era devotíssimo dos sagrados mistérios de Cristo; sumamente caritativo com o próximo, e especialmente com os enfermos e presos da cadeia e zelosíssimo do bem das almas [2].

Em 1714 acabou seus dias o *P. Manuel Vidigal*, grande sábio e muito humilde: modesto, pacato, composto e em extremo obediente e caridoso [3]. No ano seguinte despediu-se para a eternidade o *P. Manuel Manso*. Era homem de bondade a toda a prova, sem género nenhum de fingimento. Nenhuma coisa mais fugiu do que às honras [4].

Três anos depois falecia o *P. Dionísio Simões* em Sanfins. Sua caridade com os enfermos classificava-se extremosa; nos costumes em tudo exemplar e insigne na humildade [5].

No último ano do século XVII expirou o autorizado e excelente religioso, *P. Bento de Lemos*. «Em sua pessoa foi exemplaríssimo; muito ajustado com a comunidade, sem querer isenções nem particularidades». A caridade que tinha com todos, esmaltava as prendas que o exornavam, naturais e sobrenaturais [6].

---

[1] P. Salgueiro deu seu nome à Companhia a 12 de Julho de 1676. Cf. Franco, *Synopsis Annalium*, S. J., pág. 466. *Ano Santo*, pág. 542.

[2] P. João da Fonseca entregou-se à Companhia de Jesus em Évora a 19 de Janeiro de 1649. Era natural de Viana do Alentejo. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 552 segs.

[3] Manuel Vidigal era natural de Odivor e entrou na Companhia em Évora a 8 de Fevereiro de 1670 com 15 anos de idade. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 608.

[4] P. Manuel Manso, que nasceu em Avilar, do bispado conimbricense, entrou no Noviciado de Coimbra a 29 de Março de 1666.

[5] P. Dionísio Simões, natural da Marmeleira, do bispado de Coimbra, faleceu em São Fins, junto ao Minho, em 1718. Entrara na Companhia em Coimbra a 2 de Abril de 1703. Franco, *Synopsis Ann.*, pág. 459; *Ano Santo*, 665.

[6] P. Bento de Lemos era natural de Montemor-o-Novo; recolheu-se na Companhia de Jesus a 23 de Junho de 1638, e faleceu a 10 de Novembro de

O *P. António Carrilho* morreu em 1713 com opinião de homem justo e caritativo em alto grau. [1].

Expirou em 1704 o *P. Diogo Vidal*, homem modestíssimo, de uma bondade angélica, de natural suave e muito acomodado para a virtude. No mesmo ano faleceu o *P. António dos Santos*, vítima da caridade com que serviu aos enfermos de doença contagiosa. «Tinha uma rara mansidão e afecto às coisas espirituais». Foi incansável no tribunal da confissão [2].

Em 1711 completou os dias da sua laboriosa vida o *P. Pedro do Amaral* no colégio de Evora. «Foi um dos homens mais incansáveis em trabalhar, que houve nesta Província». Fez muitas missões com singular proveito das almas. No púlpito tinha muito espírito e eloquência, e as demais prendas de notável orador, juntas com grande prontidão para esse ministério [3].

No ano de 1726, a 11 de Dezembro, faleceu no colégio de Évora o muito erudito *P. Francisco de Sande*, «como homem justo», natural de Veiros, no bispado de Elvas [4], e em 1743 morria a dez de Março o *P. Luís Álvares* confessor do Infante D. António. Era homem de costumes intemeratos, sempre constante consigo mesmo, zeloso do bem das almas e querido de todos dentro e fora de Casa [5].

O *P. João de Figueiredo*, algarvio, falecido a 13 de Outubro de 1744, assim como lograva em Lisboa geral estimação, e em

---

1700 no colégio de Évora, de que fora insigne benfeitor. Franco, *Synopsis Ann.*, 1700 n.° 6; *Ano Santo*, pág. 670.

[1] P. António Carrilho entrou na Companhia a 16 de Maio de 1652 com 17 anos de idade. « Assistiu muitos anos em Vila-Viçosa com grandes estimações de toda a sorte de gente ». Franco, *Ano Santo*, pág. 702.

[2] P. António dos Santos, natural de Ancião, no bispado de Coimbra, entrou para a Religião a 5 de Março de 1644. Faleceu na Residência de Nossa Senhora da Lapa. Franco, *Ano Santo*, pág. 762.

[3] Faleceu « em honrada e santa velhice o P. Pedro de Amaral » a 29 de Dezembro de 1711. Era de Azurara no bispado de Viseu e abraçou o Instituto da Companhia no ano de 1636. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 771.

[4] O P. Francisco Sande alistou-se na Companhia a 1 de Janeiro de 1676. À sua morte era cancelário da Universidade de Évora, onde se doutorou a 31 de Outubro de 1706. Cf. Franco, *Imagem do segundo século*, f. 279; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, II, 236.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 308-308v, Litt. ann. 1738-1747. Cf. Rodrigues, *A Formação Intelectual*, pág. 531-532.

toda a cidade recolhia grande fruto por sua vida apostólica, assim foi ele comumente pranteado em sua morte, por quem era e pela perda de tão fervoroso apóstolo [1].

No dia 6 de Maio de 1743 levantou o voo para o paraíso o *P. António Ferreira* a quem nada faltava para formar um homem capaz das maiores empresas; magnanimidade no empreender coisas dificultosas; resolução pronta na execução; prudência amadurecida e firme no que é justo; juízo seguro nos momentos angustiosos, e com todos autoridade. Era, demais, observantíssimo das leis da Companhia, sem menosprezar nenhuma e vingador acérrimo das faltas, quando seu ofício demandava rigor [2].

O *P. Inácio Freire*, que faleceu em Coimbra a 30 de Novembro de 1735, era exactíssimo na observância do Instituto da Companhia, e de talento para todas as disciplinas [3].

O *P. Inácio Martins*, que nos 28 anos que viveu na Companhia, procurou com todo o empenho e com a maior solicitude não menos a perfeição da vida religiosa, do que todas as perfeições da ciência em todos os seus ramos, faleceu em Coimbra a 18 de Julho de 1738 [4].

A morte do *P. Manuel Monteiro*, foi de grande tristeza e luto não só para o colégio de Évora, onde se finou, mas para toda a Província; e maior saudade em todos despertaria, se não nos deixasse a memória viva de suas virtudes e exemplos. Entre seus companheiros viveu com opinião de santidade e despediu-se tranquilamente para o céu a 21 de Junho de 1742 [5].

A 22 de Outubro de 1740 também se foi para a eternidade o venerando *P. Henrique de Carvalho*, cumpridor diligente do Instituto da Companhia, que em nada se desviaria das obrigações de religiosos, por nenhum respeito da Corte, nem atenção alguma dos áulicos [6].

Não nos esqueça o *P. Jacinto Leitão*, tanto mais digno de lou-

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 308.

[2] *Ibidem*, f. 309v.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 266v. Ânua de 1734 a Julho de 1737.

[4] O P. Inácio Martins, natural de Quiaios, onde nasceu em 1693, entrou na Companhia a 18 de Maio de 1709. Cf. catál. de 1726, f. 305, do cód. de *Lus.* 47, do Arquivo da Companhia; *Lus.* 54, f. 313v-314.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 316, 320.

[6] *Ibidem*, f. 323, 323v; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, II, pág. 410.

vor por seus merecimentos, quanto era maior a humildade com que fugia às luzes do mundo. Desde o Noviciado cultivou em seu espírito todas as virtudes: simplicidade de coração, obediência, caridade, indulgência para com os seus semelhantes, e severidade consigo mesmo, amor da pobreza, união e familiaridade com Deus. Sobre todas as demais se elevava o desprezo de sua pessoa. Tão ornado de virtudes subiu para Deus a 5 de Dezembro de 1746 [1].

O *P. Aires de Almeida*, filho de Santarém, aumentou não pouco o esplendor da Companhia de Jesus. Não só em Coimbra, onde habitou por largos anos, mas em quase todo o Portugal, penetrou a sua fama. Todas as prendas de valor nele resplandeciam; como eram exímia sabedoria, eficácia e destreza no persuadir, mas sobretudo a gravidade religiosa e a modéstia notàvelmente realçada pela nobreza do semblante e majestade natural. Sendo delicadíssimo na conversa familiar, sempre, com os seculares, aborrecia quaisquer gracejos. Daqui nascia que tinham dele altíssimo conceito, não só a gente vulgar, mas toda a nobreza e fidalguia. Não havia quem o não amasse, e quem não tivesse pena e saudade por sua morte. Ensinou Filosofia e Teologia Especulativa e Moral com o maior aplauso de todo o reino. Restituiu ao Senhor a sua alma privilegiada a 7 de Março de 1704 [2].

Em 8 de Agosto de 1707 acabou a vida mortal o *P. Francisco Botelho*, confessor que fora do príncipe, depois D. João V, «religioso devoto e exemplar», edificativo sem queixa de ninguém e por suas virtudes e génio suave benquisto de todos. Diz o analista da Companhia que Botelho levantado nas duas asas da Companhia de Jesus, ciência e santidade, aumentou o número dos heróis deste século XVIII [3].

Em Coimbra extinguiu-se no ano de 1723 a 31 de Janeiro o *P. Gaspar Ribeiro*, professor de Filosofia e Teologia até à cadeira de Prima. Foi grande letrado e grande religioso, observante e exemplar. Tinha muita autoridade com os bispos e professores da

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 323, 324.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 192; Franco, *Imagem de Lisboa*, pág. 964; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, I, 74 — Aires de Almeida alistou-se na Companhia a 24 de Março de 1649.

(3) Franco, *Synopsis Ann.*, 1707 n.º 13; *Ano Santo*, 439.

Universidade conimbricense, onde eram bem conhecidas suas letras e sabedoria [1].

Se houvéssemos agora de enumerar os religiosos que a Companhia de Jesus educou em Portugal e, já formados, enviou para as missões de além-mar, encontrar-nos-íamos com uma legião incalculável de heróis, que sacrificaram a sua vida pela salvação dos infiéis num perfeito acto de caridade. Mais adiante havemos de contar não poucos, nas muitas expedições de missionários que no século XVIII largaram de Lisboa para o Oriente e Ocidente, onde se nos hão-de deparar heróis da envergadura do grande bispo de Meliapor, D. Francisco Laines [2], do P. Tomás Pereira, de S. Martinho do Vale [3] e do P. José Soares, que na China missionou durante cincoenta e dois anos [4]; do P. Manuel Ferreira [5] missionário do Tunquim; do P. André Pereira, da cidade do Porto [6] e do mártir do Maranhão, P. João Vilar, da vila de Tancos [7].

A conclusão que a história nos obriga a tirar deste capítulo

---

[1] B. N. L., Fundo Geral, 750; Franco, *Imagem do segundo século*, ms. f. 251v; Franco, *Syn. Ann.*, 1723.

[2] Laines faleceu em 1715 na Índia Oriental. Era natural de Lisboa onde entrou na Companhia a 16 de Outubro de 1672. Já tinha baptizado quarenta mil almas quando voltou à Europa por negócios da Missão, para onde tornou em 1708 já bispo de Meliapor. Franco, *Ano Santo*, pág. 350.

[3] Tomás Pereira, tomou a roupeta da Companhia aos 25 de Setembro de 1663; em 1666 navegou para o Oriente, e faleceu em Pequim a 23 de Dezembro de 1708, grande valido do Imperador Kam-hi. F. Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, pág. 16 segg.

[4] Soares nasceu em 15 de Fevereiro de 1656, entrou na Companhia a 23 de Março de 1673, penetrou na China em 1684 e faleceu em 14 de Setembro de 1736. F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, pág. 43.

[5] P. Manuel Ferreira faleceu no Tunquim, onde baptizara milhares de almas, a 15 de Maio de 1699. Tinha voltado da Europa, para onde fora desterrado da sua missão pela Propaganda, a 28 de Abril de 1696. Entrara na Companhia de Jesus em Lisboa a 7 de Junho de 1647. F. Rodrigues, *Nas Missões do Extremo Oriente*, separata da *Brotéria*, Vol. XX, Abril de 1935; Franco, *Ano Santo*, 726; Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, T. III, vol. II, pág. 173 segg.

[6] O P. André Pereira entrou na Companhia em Portugal a 17 de Junho de 1707 e partiu para o Oriente em 1716. Faleceu em Pequim a 2 de Dezembro de 1743. F. Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, pág. 23 segs., 52.

[7] João Vilar foi martirizado em 27 de Setembro de 1719. Franco, *Ano Santo*, pág. 541.

e de todo o livro primeiro, é sem dúvida que não pode deixar de se qualificar de santa e virtuosa uma Sociedade, que forma no seu grémio tantos homens distintos e até admiráveis pela sua virtude e santidade [1].

---

[1] O leitor fàcilmente advertirá que nestes elogios poderá haver alguma ênfase nas expressões de louvor, mas no fundo sempre esses encómios incluem muito de verdadeira e sólida santidade.

LIVRO SEGUNDO

SEMPRE APÓSTOLOS DE ALÉM-MAR

CAPÍTULO I

O NOVICIADO DO ORIENTE

SUMÁRIO: — 1. *O supremo ideal.* — 2. *O seminário das missões orientais.* — 3. *A fundação em Arroios e o Fundador.* — 4. *A casa do Noviciado da Índia.* — 5. *A inauguração e fim do Noviciado.*

1. — As últimas expressões de louvor que cerram o capítulo sétimo do primeiro livro metem-nos de cheio na maior e mais comovente e edificativa empresa a que se abalançou a Companhia de Jesus em Portugal. O ideal sublime desse empreendimento a trouxe no século XVI de Roma às terras portuguesas; por esse ideal sacrificou ela, durante mais de dois séculos, o melhor e mais fino de suas forças, tão animosa nos primeiros dias de sua existência, como nos últimos de sua actividade no século XVIII. Foi a grande empresa das missões de além-mar entre os infiéis. Sempre a Companhia a considerou como a sua vocação especial.

Lá se ergueu em Coimbra, desde então até hoje, o famoso Colégio de Jesus, o mais fecundo seminário de missionários heróicos e sempre cuidou zelosamente a Província Portuguesa de ter abundância de apóstolos, que saíssem cada ano da barra do Tejo em numerosas expedições para as longínquas regiões de infiéis no Oriente e na América.

2. — Para não faltar à sua gloriosa profissão, cedo começou a despertar-se a ideia de se estabelecer em Lisboa um seminário de apóstolos, ùnicamente destinados ao reflorescimento das missões orientais.

Em 1628 na Congregação Provincial, que se reuniu de 7 a 15 de Maio, se determinou que se pedisse ao Padre Geral concedesse que se aceitassem vinte noviços, com destino às missões, que se sustentassem e se educassem à custa das Províncias de além-mar. E o Geral consentiu que no colégio de Évora se fosse criando esse número de noviços com o fim de serem enviados, a seu tempo, para as missões ultramarinas. A Província de Goa, sugeria o P. Geral, corresse com as despesas da sustentação [1].

Não se fez notar extraordinàriamente o fruto destas diligências, mas o zelo das almas não deixou esmorecer o fogo sagrado.

Em 13 de Fevereiro de 1690 o P. Francisco Sarmento, Procurador das Missões da Índia, e antigo missionário daquele Oriente, afadigou-se por todos os modos para conseguir de almas generosas a fundação de um seminário com destino às Índias orientais. Deus premiou-lhe generosamente o zelo e os muitos passos que dera na realização daquela empresa apostólica [2]. Escreveu em 1690 ao P. Geral da Companhia a pedir-lhe instantemente a resolução desta obra, de tanto proveito para as missões [3].

Expôs o fervoroso apóstolo a seu superior, que era grande a penúria de missionários nas Províncias da Índia e notáveis os danos que desta falta se originavam. O Geral bem o conhecia e talvez melhor que ninguém. Suprir esta deficiência com jovens admitidos na Índia era impossível. A experiência dos antigos missionários bem o demonstrava. Por isso o Geral de então e o predecessor mais de uma vez recomendaram com instância aos Procuradores da Índia que pusessem todo o seu empenho na escolha de jovens por todo o Portugal e na sustentação deles, para que se conseguisse remediar tão grande mal. Certamente, se não se opusesse dificuldade insuperável, não duvidava que este remédio seria oportuno e eficaz. E que dificuldade seria esta? É que nem eu, diz Sarmento, nem os demais Procuradores, ou do Brasil ou

---

[1] B. N. L., Fundo Geral, n.º 753, Congr. Prov. de 1628 reunida em 7-15 de Maio.

[2] Francisco Sarmento era natural de Tuizelo (ou Tiozelo), comarca de Bragança; entrou na Companhia a 22 de Fevereiro de 1654 com 16 anos de idade. Cedo navegou para as missões; a primeira vez em 1665, e a segunda, como Procurador, no ano de 1681, numa leva de 16 missionários.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 82, f. 293-293v.

da Índia, somos capazes de alcançar do Reitor dos noviços nem do Provincial que os jovens por eles escolhidos para as missões, sejam admitidos a fazerem aqui o seu noviciado.

Para isto se ver melhor, foi Sarmento falar com o Provincial e pediu-lhe que pelo menos recebesse dois na Provação. Retorquiu-lhe o Provincial que a Província Portuguesa precisava de número muito maior de noviços e que nem sequer lhe sobejavam quartos onde os alojar.

Desanimado com tal resposta, lembrou-se de pedir ao Geral que obrigasse o Provincial e o Reitor a admitir aqueles jovens, mas julgou que era empenho inteiramente escusado. Já outras vezes se fizera semelhante recomendação e foi quase de todo inútil.

Uniram-se então os Procuradores das missões e resolveram suplicar ao Geral que pelo zelo que tinha das missões, especialmente das de S. Francisco Xavier, lhes concedesse uma Casa de Provação, separada, no colégio de Coimbra ou no de Évora para formação de noviços missionários, ficando severamente proibida a entrada de qualquer outro noviço, e tirando-se aos Provinciais autorização de a concederem. Assim poderiam mais fàcilmente os Procuradores admitir número mais avultado de noviços, sem embaraços nem do Provincial nem do Reitor.

«Pelo que, conclui Sarmento, em nome das Províncias de Goa e do Malabar e da Vice-Província da China, das quais tenho o cargo de Procurador, rogo humildemente e peço a V. Paternidade nos conceda, quanto antes, este singular favor, àquelas Províncias que o não desmerecem» [1].

As despesas do Noviciado em Coimbra ou Évora são menores, adverte ainda Sarmento; porquanto em Lisboa a sustentação de um noviço custa cem cruzados e em Coimbra bastam cincoenta, pouco mais ou menos; o que se deve ter muito em conta, suposta a pobreza das Províncias da Índia.

Esperamos pois, diz o zeloso Missionário, a benévola concessão de V. Paternidade a fim de empreendermos esta obra com diligência e felicidade para maior glória de Deus e aumento daquelas necessitadas Províncias [2].

---

[1] Arq. S. J., cód. cit., l. c.

[2] Arq. S. J., cód. cit., l. c. — O Provincial da Companhia, Manuel da

Continuaram os dedicadíssimos Procuradores a preparar o suspirado estabelecimento da Casa de Provação, e Deus satisfez cabalmente as suas pretensões da glória divina.

Em 13 de Fevereiro de 1697 morria na cidade de Lisboa o doutor João Serrão, clérigo de muitas letras e virtude, que fora muitas vezes Vigário Geral do Arcebispado lisbonense [1]. Tinha ele elaborado em seu espírito a generosa resolução de fundar numa sua quinta situada junto à ponte de Frielas, no concelho de Loures, uma casa ou seminário destinado à formação de missionários para as Províncias da Companhia de Jesus do ultramar. Fez, conforme a esta sua devoção, testamento dos seus bens e dos que pertenceram a seu irmão Alexandre de Resende, falecido em 1664, também clérigo, de quem Serrão era testamenteiro. No testamento nomeou Serrão por administradores perpétuos os Padres Procuradores gerais da Índia, e por herdeira a Imagem da Virgem de Nazaré, que se venerava na ermida da Quinta junto à ponte de Frielas [2].

Satisfeitas as obrigações que constavam do testamento, determinava Serrão que na quinta se fundasse um colégio, com o fim de se educarem missionários capazes de irem para o Oriente depois de sacerdotes, repartidos igualmente pelas quatro Províncias que tinha na Índia a Companhia de Jesus [3].

3. — Entretanto falecia o doutor Serrão. Com licença do Rei D. Pedro II e do Geral da Companhia, Tirso González, habilitou-se o P. Francisco Sarmento por testamenteiro e administrador da Capela que Alexandre Resende e João Serrão tinham na quinta.

Conforme a intenção deste, todos os seus bens móveis e de raiz se vincularam à Capela e à Imagem da Senhora de Nazaré.

Silva escreveu, sobre o mesmo assunto, ao P. Geral carta de Lisboa em data de 13 de Fevereiro de 1690: «Unum vellem notum P. V.ae admissiones novitiorum in omnes fere Provincias Indicas et Brasiliae magno impedimento esse huic Provinciae; nam occupant locum, qui necessarius est nostris tyronibus; non enim adeo ampla domus Probationis est, ut possit capere alumnos hujus et aliarum quinque Provinciarum. PP. Procuratores postulant peculiarem Domum Probationis alendam suis sumptibus, et ut significarunt, recurrunt ad P. V.am». Cf. Arq. S. J., *Lus.* 82, f. 263v.

[1] Franco, *Syn. Ann.*, 1694, n.º 4.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 98.

[3] As quatro Províncias eram as de Goa, do Malabar, do Japão e Vice-Província da China.

Quando se tratou de edificar o colégio, reconheceram os inconvenientes de estar a quinta longe de Lisboa. Recorreram ao Pontífice Inocêncio XII, que por decreto de 24 de Outubro de 1698 outorgou se pudesse construir a casa não na quinta do doutor Serrão, como era vontade sua, mas no lugar, que mais acomodado parecesse e mais vizinho da cidade de Lisboa [1].

Procurou Sarmento o sítio que desejava, e, rejeitando outros, resolveu-se a comprar uma quinta que se estendia pouco para além do Chafariz de Arroios. Comprou-se ao Almotacé-mor do reino por preço superior a 12.000 cruzados [2].

Quanto ao valor da renda que deixava Serrão, temos de dizer, segundo o parecer de homens letrados, que não era bastante para a fundação, e ele mais era benfeitor insigne do que fundador. Como a tal se lhe fizeram os sufrágios [3].

Era pois necessário encontrar fundador adequado. Os Padres Francisco Sarmento, Procurador, e Francisco da Fonseca, seu ajudante, voltaram-se para a Rainha da Inglaterra, D. Catarina, declararam-lhe o grande serviço que faria a Deus e ao bem das almas, se aceitasse e dotasse aquela fundação. Serviram-se da muita autoridade que lograva com a Rainha o P. Manuel Pires, de Estremoz, seu confessor, que «persuadiu a que tomasse à sua conta essa obra, em tudo digna da sua real piedade» [4].

Aceitou a bondosa Rainha a fundação do Noviciado ou Seminário das missões e logo deu mil cruzados para as despesas do lançamento da primeira pedra, e mais consignou três mil da sua fazenda em cada ano para a construção [5].

Só dois meses gozou o Noviciado desta consignação, porque a Rainha veio a falecer no dia último de Dezembro de 1705.

---

(1) Breve *Exponi nobis nuper* de Inocêncio XII, de 24 de Outubro de 1698. «Inn. XII, petente Franc. Sarmiento procuratore provinciarum Indiarum S. J. committit Card. Aloysio de Sousa Ulyxbonen. praesuli ut, attendens ad testamentum Joannis Serrano Lusitani, qui in villa sua agri Ulyxbonensis prope Pontem de Friellas Collegium S. J. ad missiones in orientalibus regionibus erigi permittat». Cf. *Synopsis Actorum S. Sedis in causa Societatis Jesu*, 1605-1773, Lovanii, 1895.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 98v.

(3) *Ibidem.*

(4) *Ibidem.*

(5) *Ibidem.*

A escritura do contrato, que não estava ainda feita, deixou-a encarregada ao P. Manuel Pires e a dois clérigos, seus esmoleres, chamados Manuel Dias e Manuel Pereira, assinalando-lhes 50.000 cruzados para o dote. [1].

O Geral Tamburini em carta de 24 de Abril de 1706 aceitou a fundação, dando-se à Rainha o título e direitos de fundadora. Assinou-se a escritura do contrato a 14 de Agosto de 1706 e os Procuradores da Rainha entregaram aos Padres Procuradores, Sarmento e Fonseca, 26.000 cruzados em dinheiro, que unidos aos 24.000 que a Rainha dera em Novembro de 1695 aos Padres Sarmento e Adrião Pedro, perfaziam os 50.000 cruzados do capital [2].

Ao legado de Serrão e ao dote da Rainha acresceram doações de não pequena importância, da parte de alguns religiosos da Companhia. O P. Manuel Pires aplicou à fundação do Noviciado treze mil cruzados, e não pequena quantidade de livros; o P. Francisco Sarmento acrescentou os bens com mais 7.000 cruzados. O coadjutor temporal António Xavier deu para cima de 5.000, e António Eduardo da Fonseca, irmão dos Padres Cristóvão e Francisco da Fonseca, mais 10.000 cruzados, além de uma escolhida e copiosa biblioteca [3].

4. — Ordenou a Rainha fundadora no seu testamento que a Casa do Noviciado se denominasse de S. Francisco Xavier; e que ninguém nela morasse, enquanto se não acabasse a construção; e, terminado o edifício, se sustentassem nele doze noviços, três para cada uma das Províncias de Goa, Malabar, Japão e China; o reitor, que seria o Mestre; um Padre seu companheiro; um Ministro, um Procurador e dois irmãos auxiliares [4].

Ordenava mais a Rainha, que, se alguma das Províncias se extinguisse, se dividissem os noviços pelas outras; se todas se acabassem, o Provincial de Portugal com seus consultores os aplicassem a qualquer outra Província ultramarina da Coroa de Portugal, e se até estas viessem a desaparecer, entrassem para a Província Portuguesa [5].

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século . . .*, f. 98v-99.

[2] Franco, *Imagem cit.*, f. 98-99; Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 274v, ânua de 1734-1737.

[3] Franco, *Syn. Ann.*, 1705, n.º 13.

[4] Franco, *Imagem cit.*, f. 98-99.

[5] Franco, *Imagem cit.*, f. 98-99.

Em 8 de Agosto de 1701 deu o monarca D. Pedro II a licença da nova fundação, e, feitos durante tantos anos os preparativos à obra de tanta glória de Deus, lançou-se finalmente a primeira pedra no mês de Outubro de 1705 [1].

Começaram de correr as obras, mas tão vagarosamente, que duraram não menos de 30 anos [2]. Em Maio de 1718, quando Franco ia compondo a *Imagem do segundo século*, «já estava o edifício junto aos arrancamentos das abóbadas do segundo andar, disposto em quadra» [3]. «Ao lado do Norte lhe ficava a igreja, que é de uma traça muito linda; para o Sul e por detrás da igreja corre a habitação» [4]. «Todo o edifício é mui desabafado, com prospectos agradáveis de quinta, cidade e alguma coisa do mar» [5]. «A quinta lhe serve de cerca; tem fonte perene de beber, e alem desta seus poços com engenhos de tirar água. A porta da igreja e a portaria ficam no poente» [6].

Ao colégio deu-se por ordem da rainha, o nome de S. Francisco Xavier, e à igreja o orago de Nossa Senhora de Nazaré, em obséquio do doutor Serrão, primeiro benfeitor insigne de toda aquela obra, que ele queria se dedicasse à Virgem Senhora daquele mesmo título e cuja Imagem se venera na quinta junto de Frielas [7].

5. — Aproximava-se o dia festivo da inauguração. No ano de 1734 a 6 de Maio, visitou a casa e igreja, situada fora dos

---

[1] Franco, *cód. cit.*, l. c.; Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 274v-275.

[2] De 1705 a 1735.

[3] Franco, *cód. cit.*, f. 99.

[4] *Ibidem.*

[5] *Ibidem.*

[6] *Ibidem.* Cf. Franco, *Syn. Ann.*, 1705, n.º 13, diz: «Cum haec scribuntur anno 1720, domus est majori ex parte aedificata opere liberali et valde pulchro».

[7] Cf. Franco, *Imagem do segundo século*..., f. 98-99; *Synopsis Annalium Societatis Jesu*, 1705, n.º 9-13; Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 274v-275. — Ainda hoje, 28 de Abril de 1948, está de pé a graciosa igreja de Nossa Senhora de Nazaré, e o edifício do Noviciado das Índias, bem que aplicado a outras atribuições. Pouco depois da expulsão dos Jesuítas foi concedido às Freiras Conceicionistas da Luz, no ano de 1766. Mais tarde teve outros destinos de carácter hospitalar. Agora é conhecido com o nome de hospital de Arroios. Cf. Gomes de Brito, *Ruas de Lisboa*, III, págs. 264, 265.

O terremoto de 1755 pequena ruina causou a todo o edifício, que em 1763, como refere João B. de Castro, *Mappa*, pág. 231, já se achava restaurado.

muros de Lisboa, o P. Provincial, António Manso, com seus consultores e verificaram que a casa estava inteiramente construída, de modo que já se podia abrir, e habitar pelos noviços [1]. Assim que, depois de 30 anos, a começar do dia da bênção da primeira pedra, podia finalmente ser habitado o *Noviciado das Missões* da Índia.

No dia 27 de Abril de 1735 entraram nele os Noviços com o Reitor Manuel Monteiro e com o Ministro Paulino Ribeiro [2]. A igreja foi benzida com as cerimónias usuais pelo Provincial João de Meneses e dedicada à Senhora de Nazaré, a 5 de Agosto do mesmo ano. O doutor Serrão nada determinou sobre o número dos noviços, mas a Rainha fundadora assentou que se educassem doze jovens naquele Noviciado, quatro para cada uma das Províncias de Goa, Malabar e China [3].

Tantos, talvez mais um, lá viviam ao tempo em que o analista compunha a carta ânua de 1733 a 1737.

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 201. Carta autógrafa do P. Provincial. Nota-lhe alguns defeitos de construção, e observa também que a Capela interior é formosa e a biblioteca ampla e oblonga. (Ainda hoje — 26 de Abril de 1948 — pude admirar os azulejos que adornam os dois lados da Capela, representam os dos lados do Evangelho a vida de S. Francisco Xavier, missionário e os do lado da Epístola lances da vida de Santo Estanislau, noviço da Companhia de Jesus). A horta e a cerca, adverte ainda o Provincial, eram pequenas mas têm água viva, pura e cristalina. A igreja, no interior de forma rectangular, estava nesse mês quase concluída, não grande mas muito formosa, de boa arquitectura. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 201, carta do P. António Manso, de 10 de Maio de 1734, autógrafa.

Ibidem, f. 119. Carta autógr. do P. Valentim de Novais, de 11 de Abril de 1744, diz que actualmente as rendas bastarão para sustentar 17 ou 18 religiosos, e, anos depois, para 24.

[2] P. Paulino Ribeiro, prof. de 4 v., natural de Portalegre, onde veio à luz a 22 de Maio de 1683. Agregou-se à Companhia a 1 de Setembro de 1699. Ensinou latinidade, dois anos, e Teologia Moral, seis. Foi Prefeito da Congregação dos Estudantes e Ministro e Procurador do Seminário dos Irlandeses. Cf. Catálogo da Província, de 1726, n.º 365. Pregador.

[3] Segundo a carta ânua de 1734 a 1737 a rainha mandara que fossem doze os noviços, quatro para cada uma das três Províncias de Goa, do Malabar e da China. Mas, Franco, na *Imagem do segundo século*, f. 99, afirma que a rainha marcara definitivamente o número de 12 noviços, três para cada uma das 4 Províncias, de Goa, do Malabar, do Japão e da China. Qual número é acertado? Supomos que o de Franco. Em 26 de Março de 1734 eram 14 os noviços, conforme carta do P. Manuel Monteiro daquela data; e 4, acabado o noviciado, foram para Évora a estudar *(ib)*.

O catálogo de 1737, no códice português, *Lus.* 48, na folha 168 (1), tem:

P. Manuel Monteiro, reitor
P. António de Sá, ministro
P. Luís de Vasconcelos, Companheiro do Mestre
P. Jerónimo Godinho
e três auxiliares.

Noviços com o dia da entrada:

1.	José de Távora	escolar	23 de Julho	de	1735
2.	José da Costa	»	21 »	»	1735
3.	José António	»	28 (?) de Set.	»	1735
4.	Jacinto Simões	»	19 de Nov.	»	1735
5.	Bento Ferreira	»	28 de Janeiro	»	1736
6.	Bartolomeu de Azevedo	»	22 de Março	»	1736
7.	António Pires	»	21 (?) »	»	1736
8.	João de Sousa	»	5 de Junho	»	1736
9.	Manuel Pinto	»	13 de Junho	»	1736
10.	António Álvares	»	23 de Outubro	»	1736
11.	Jerónimo de Lemos	»	8 »	»	1736
12.	José Francisco	Coadj.	27 »	»	1736
13.	Xavier Duarte	»	3 »	»	1736 (2).

Reitores do Noviciado da Índia de 1735 a 1759:

P. Manuel Monteiro, a 28 de Maio de 1735.
P. José Mendes, a 25 de Julho de 1738.
P. José de Anchieta, a 25 de Abril de 1741.
P. José Torres, a 31 de Dezembro de 1743.
P. Luís de Vasconcelos, a 12 de Novembro de 1747.
P. Paulo dos Reis, a 7 de Janeiro de 1752.
P. Brás de Andrade, a 4 de Setembro de 1755 (3)

---

(1) Arq. S. J., catál. de 1737; *Lus.* 48, f. 168; *Lus.* 54, f. 274v-275.

(2) Em 26 de Março de 1737 (carta do P. Manuel Monteiro) eram 14 os noviços. O catálogo de 1740 (*Lus.* 48, f. 233) aponta 12 noviços.

(3) B. N. L., Fundo Geral, 558, f. 66: *Livro em que se aponta o tempo em q começão os Superiores seus Governos*... ms., na nossa colecção.

Começaram fervorosamente a sua actividade espiritual os piedosos moradores do Noviciado de Arroios, mas bem poucos anos pôde durar este esperançoso viveiro de apóstolos. Em 1758 a 13 de Dezembro foram rodeados de tropa dentro do Noviciado, e pouco mais de um mês depois, a 21 de Fevereiro [1], lançados ignominiosamente de Casa e levados, como malfeitores entre escolta de soldados armados. Acompanhava os presos o último reitor do Noviciado e último Mestre de noviços, P. Brás de Andrade [2].

---

[1] Cf. Caeiro, *De Exilio Prov. Lus.*, L. IV, n.º 45; *Compendio Istorico*, pág. 113. — Caeiro e o *Compendio Istorico* não falam, neste passo, de noviços. Sem dúvida porque os noviços já tinham sido enviados para casas de suas famílias.

[2] Caeiro, *De Exilio Prov. Lus.*, L. IV, n.º 45, tem que os Padres expulsos da Casa de Arroios, eram 7:

Brás de Andrade, reitor,
Francisco Correia, sócio do Prov.,
Inácio António,
João Antunes,
João Lopes,
Manuel de Andrade,
João Caturro.

O catálogo publicado por A. Vaz, no apêndice ao Catálogo da Prov. Lus. de 1905, traz: P. Manuel do Rego e não P. F. Correia.

Coadjutores eram 6, segundo Caeiro:

Caetano Vieira,
José Francisco,
Manuel Lourenço,
Jacinto Nunes,
José Diogo,
Manuel de Miranda.

CAPÍTULO II

O COLÉGIO DO ALMIRANTE

SUMÁRIO: — 1. *Na guerra da sucessão.* — 2. *O Almirante de Castela.* — 3. *Três Jesuítas.* — 4. *O testamento e morte do Almirante.* — 5. *Controvérsias e contrariedades na fundação.* — 6. *O Hospício de S. Francisco de Borja.*

1, — Enquanto se lidava na construção do Noviciado de Arroios, andavam alguns Padres da Companhia bem ocupados na erecção de outro Noviciado ou colégio com a denominação de *Nossa Senhora da Conceição;* e se aquele demorou trinta anos a construir, a nova Casa de Provação tardou mais de cincoenta e não se chegou finalmente a edificar.

Resumamos em breve compêndio os sucessos complicados desta fundação, que, pelas dificuldades em que se enredou, não se logrou levá-la a efeito. O fim que se propusera o fundador não há dúvida que era inteiramente apostólico.

Queria com o dispêndio de suas muitas riquezas preparar apóstolos para as missões das Índias Orientais.

No dia último de Novembro de 1700 faleceu o rei de Espanha, Carlos II, gravemente enfermo de espírito e de corpo. Por este motivo, se já de há muito, agora com mais instância e ardor se apresentavam dois pretendentes ao trono daquela nação. Luís XIV ambicionava-o para seu neto Filipe, Duque de Anjou; e o Imperador Leopoldo I para seu segundo filho, o Arquiduque de Áustria. Houve por largo tempo diversas negociações, em que procurava cada nação ganhar o cetro de Espanha para seu can-

didato, e cada um dos contrários já usava o título de rei, denominando-se um Filipe V, e o outro Carlos III.

Contra o partido da França formou-se, em 1701, aliança da Inglaterra, da Holanda e do Império.

D. Pedro II de Portugal juntou-se a esta aliança com o tratado que assinou a 16 de Março de 1703, e em que se obrigava a entrar na guerra contra a Espanha [1]. A 17 de Março de 1704 desembarcava em Lisboa Carlos III para dali encetar a guerra contra Filipe V [2].

Um ano antes entrava em Portugal, vindo fugido da Espanha, o Almirante de Castela e Leão, João Tomás Henrique de Cabrera, que se revoltara contra Filipe V e abraçara o partido de Carlos III. Em Portugal foi acolhido por D. Pedro II com grandes honras. Trazia no seu séquito três Jesuítas [3]: o seu confessor Carlos António Casnedi, natural de Milão [4], Alvaro Cienfuegos [5], e o irmão auxiliar de nome Aguirre [6].

2. — O Almirante era personagem de grande nobreza e profundamente cristão. Entre os seus títulos distinguia-se o de Duque de Rio Seco e o de Conde de Modica [7].

Foi um dos Senhores de maior grandeza de Espanha e de

---

[1] Ballesteros, V, 108 diz: « En la guerra de sucesión Don Pedro estuvo al principio al lado de Francia ... ».

[2] Carlos III, antes de vir a Portugal, foi aclamado rei de Espanha, em Viena, a 12 de Setembro de 1703.

[3] Franco, *Syn. Ann.*, 1703, n.º 8.

[4] Nasceu em Milão a 25 de Maio de 1643; entrou na Companhia na mesma cidade a 30 de Julho de 1662. Ensinou Filosofia e Teologia Escolástica também em Milão durante 14 anos. Acompanhou a Madrid o Almirante Cabrera em 1683 e em 1702 a Portugal. Publicou em Lisboa, no ano de 1711-1719 a sua *Crisis Theologica* em 5 volumes.

Cf. Uriarte-Lecina, *Biblioteca de Escritores*... Parte I, T. II, Madrid, 1929-1930, págs. 141-142. Casnedi foi 19 anos confessor do Almirante (Franco, *Imagem do segundo século*, f. 100).

[5] P. Álvaro Cienfuegos nasceu em Aguerina, no Município de Miranda, em 20 de Março de 1656. Entrou na Companhia em Salamanca, a 15 de Março de 1676. Foi em Lisboa Embaixador do Imperador D. José I e Carlos VI. Morreu Cardeal em Roma a 19 de Agosto de 1739. Cf. Uriarte-Lecina, *ob. cit.*, pág. 229.

[6] Arq. S. J., *Lus.* 38, f. 169. Carta de Tirso González, de 28 de Outubro de 1702.

[7] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 100.

família tão distinta e elevada, que do mesmo tronco vinham, por via legítima, o Almirante e os reis de Espanha [1]. «Todos os reis e imperadores que tinham consaguinidade com el-rei D. Fernando, o católico, a tinham também com o Almirante» [2].

Além da majestade do nascimento parecia, acrescenta Franco, «que os dotes e prendas naturais conspiravam entre si para nele formarem um adequado herói. Foi de estatura prócera, bem proporcionada e muito gentil e ágil para todas as boas artes que se estimam entre os grandes. . . Era naturalmente eloquente e elegante, grato e majestoso» [3].

A opulência e riqueza de tão ilustre pessoa era sumamente avantajada .Só o condado de Modica na Sicília quase abrangia a terceira parte da Ilha [4].

Do Instituto da Companhia de Jesus formava conceito altíssimo. Estimava-a particularmente por ser tão devota do mistério da Conceição de Nossa Senhora [5], e a devoção que ele próprio consagrava a esse mistério é que lhe inspirou na alma a fundação, que vamos narrar nestas páginas.

3. — Acabava de chegar a Portugal o Almirante e logo se levantou uma borrasca tenebrosa que poderia ser de graves consequências contra os três jesuítas que o acompanhavam. O Almirante deve ter sentido ìntimamente o inesperado e doloroso assalto, mas ele é que foi a ocasião, sem culpa, de que se armasse a tempestade.

D. João Tomás Henriques de Cabrera, como súbdito espanhol que era, foi nomeado pelo rei católico, Filipe V, embaixador à corte de França, mas em lugar de ir tomar posse do novo cargo, mudou secretamente o rumo da viagem e encaminhou-se para Portugal fazendo as suas jornadas com grandes carruagens. Partira de Madrid a 13 de Setembro de 1702 [6]. O seu intento era fazer guerra de Portugal a Filipe V, e levantar de preferência, por meio das armas, ao trono de Espanha, o Arquiduque de

---

(1) *Ob. cit.*, l. c.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) Franco, *Imagem cit.*, f. 100 v.
(4) Franco, *Imagem cit.*, f. 102.
(5) *Ob. cit.*, f. 106.
(6) Franco, *ob. cit.*, f. 102.

Áustria. Filipe V fora aclamado rei de Espanha em S. Jerónimo el Real de Madrid a 8 de Maio de 1701 (1).

Logo nestes princípios da vinda do Almirante a Portugal, Filipe V e seus ministros queixaram-se amargamente para Roma, ao P. Geral da Companhia, e por intermédio do Assistente espanhol protestaram contra o facto de que três jesuítas andassem no séquito do Almirante, rebelado contra seu rei, o monarca de Espanha, Filipe V.

O Geral, Tirso González, temendo justamente as iras do monarca espanhol apressou-se, com o maior empenho, a tratar logo de obviar aos males que estavam iminentes à Companhia de Jesus.

Escreveu em Outubro de 1702 ao Provincial Miguel Dias (2), encomendando-lhe, com as maiores instâncias, que pelo amor que tinha à Companhia de Jesus, procurasse acalmar a tormenta.

« V. Rev.cia, lhe inculca o Geral, fàcilmente poderá entender o grande perigo a que se arrisca a nossa Companhia, considerando ser bem estranho que, enquanto na corte de Espanha gozamos de tal favor e regalia, que dirigimos a consciência da nossa rainha, soframos que no mesmo tempo três filhos da Companhia acompanhem a um cidadão, que se rebelou contra o seu rei e dele fugiu.

Pelo que V. Rev.cia, logo que souber onde eles param, lhes mande homem prudente da Companhia, como pessoa que os vai visitar, e por intermédio dele lhes imponha preceito formal de obediência, ordenando-lhes, em seu nome, que sem demora se recolham a Espanha. Nem o Almirante deverá porventura levar a mal esta ordem. Como sempre amou intensamente a Companhia de Jesus, não poderá ele agora querer lançá-la em tão grande risco. A gravidade do caso chegou tanto adiante, que não são precisas mais palavras... » (3).

---

(1) *Espasa*, 10, pág. 208, vb. Cabrera, Juan Tomás Enrique de ; Ballesteros, V, 7, 12, 14: « El almirante de Castilla consumaba su traición, pues al ser nombrado embajador en Versalles, cambiaba de itinerario, refugiándose en Portugal ».

Espasa, l. c., tem que o Almirante nascera em 1652, que o *Consejo de Castilla* ordenou a confiscação de seus bens, e o condenou a ser decapitado em estátua; e que o almirante morrera, pouco depois, em consequência dos desgostos que estes acontecimentos lhe causaram.

(2) Miguel Dias desempenhou o cargo de Provincial de 1700 a 1703. F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, pág. 17, 22.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 38, f. 169. Roma, 28 de Outubro de 1702.

No mesmo dia mandou o Geral outra carta ao P. Miguel Dias, acrescentando esclarecimentos à carta anterior. Diz-lhe que enviara duas cartas uma para cada um dos dois Padres, Casnedi e Cienfuegos, contendo elas o preceito de obediência, que o Provincial lhes devia ter imposto, conforme a ordem do Geral. Agora manda de novo que o Padre que o Provincial encarregar deste negócio, lhes imponha preceito oral de obediência. Se os dois Padres se acomodarem e obedecerem, não lhes entregue as cartas, e guarde-as; mas se recusarem obediência, entregue-lhas para que mais claramente lhes conste da vontade do seu Geral [1].

No entretanto, para apaziguar a Filipe V, escreveu o Geral duas cartas autógrafas, uma para a fazer chegar a Espanha, e outra a Portugal.

E como se houveram os três jesuítas em presença de tão rigorosa intimação? A posição dos três era deveras melindrosa. Não julgavam que deviam ou podiam inclinar a cabeça e sujeitar-se ao rigoroso preceito da obediência. De Madrid e de Roma os atemorizavam fortemente, nem faltavam ameaças de excomunhão; mas em Portugal não lhes minguavam defensores poderosos, e não se moveram para cumprir a ordem do Geral espanhol. As cartas que os dois chamados desobedientes escreveram ao mesmo Geral bem mostravam que os réus não estavam dispostos a retirar-se da comitiva do Almirante [2].

Assim o declara o Geral: «Das últimas cartas dos Padres Cienfuegos e Casnedi, depreendemos que eles não estão de maneira nenhuma preparados para desamparar o séquito do Almirante nem para se recolherem a algum colégio dessa Província. Se ainda não obedeceram ao preceito. . . , declare-lhes em meu nome que os hei-de excomungar e privar da voz activa e passiva; e os avise de que, se persistirem nessa obstinação, farei que sejam expulsos da Companhia, como desobedientes incorrigíveis. . . » [3].

«Ninguém se há-de admirar, adverte ainda o Geral, de eu chegar a estes extremos, se considerar os males grandes, que

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 38, f. 168. Roma, 28 de Outubro de 1702.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 261, 262, 262v. Carta do Geral ao P. Miguel Dias, de Roma, 24 de Março de 1703.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 53. Carta de Roma, de 17 de Março de 1703.

destes refractários podem recair sobre a Companhia, principalmente sendo a presença deles mais prejudicial do que útil à causa do Almirante» [1].

Nem o Geral veio a estes rigores, senão depois de consultar sèriamente a personagens de crédito e autoridade. Uma delas, sacerdote da Companhia, depois de ponderar a desobediência, que aqueles religiosos cometeram contra cominações tão severas, pergunta: Como se hão-de refrear e punir tão obstinados refractários? Sejam metidos em prisão, invocando para esse efeito, se necessário for o auxílio do braço secular; ou então fulminados com a pena de excomunhão; e, se ainda se obstinarem endurecidos, sejam-lhes intimadas as dimissórias da Companhia, e expulsos como incorrigíveis e contumazes [2].

O Padre Dozzene, Assistente da França, com esta decisão principia a resposta à consulta do Geral: «Julgo que se deve obedecer inteiramente ao rei católico D. Filipe V» [3].

Em 28 de Outubro de 1703 expôs o espanhol P. Manuel de la Peña o seu parecer, baseado numa larga série de proposições certas e indubitáveis, concluindo que os três jesuítas deviam ser imediatamente expulsos da Companhia, se não obstasse a Bula de Urbano VIII; mas conforme ela, podiam ser castigados com rigores do cárcere e outras penitências; e se não se corrigissem, com a expulsão da Ordem [4]. Se este castigo parecesse rigoroso demais, devia-se mitigar, impondo-lhes pena perpétua de privação activa e passiva, e de desterro de todos os reinos de Espanha e da corte de Portugal [5].

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 262v. Carta do Geral, de Roma a 24 de Março de 1703; *ibidem; Lus.* 35, I, f. 53. Carta do mesmo ao P. Miguel Dias.

[2] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 257-259. É de 1703, porque na linha primeira lê-se: «anno praeterito 1702». Desconhecemos o autor deste rigoroso parecer que assim conclui: «Itaque si Rev. Patri Nostro videbitur, mandandum est Patri Provinciali Lusitaniae, ut incarcerationem contumacium sollicite curet, et traducere faciat ad collegium sibi bene visum, extra tamen Ulysiponem, interdicta paenitus cum almirantio communicatione. Et in defectu carcerationis, quae commode fieri non valeat, illos excommunicatione feriat, praevia quindecim dierum, ut supra, monitione. Deinde certiorem reddat R. P. Nostrum de actis, ut literas demissionis expedire valeat, vel Breve ejectionis obtinere, prout in Domino judicaverit expedire» (f. 259).

[3] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 264.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 266.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 266. — Não copiamos todas as particularidades,

O Assistente de Itália, Francisco Guarini, era de opinião que o Geral podia mandar aos Padres que voltassem para Espanha, sob a pena de incorrerem na excomunhão maior, se não obedecessem. Mas podemos fàcilmente prever que terão desculpa no impedimento, que lhe puserem, de partir. O rei de Portugal defende-os [1].

O P. Valentim Querch, Assistente da Alemanha, é notàvelmente mais moderado no seu juízo. Não se prova, afirma ele, que os Padres merèçam castigo; e é inútil infligir-lhes penas, porque o rei de Portugal os protege [2].

Falta o parecer do P. Manuel Correia, Assistente de Portugal. Já prevemos que será benigno e suave. «Julgo, atesta ele, que no processo dos Padres espanhóis, que moram no palácio do Almirante, se deve, nestas circunstâncias, proceder lenta e cautamente, por causa das dificuldades que de uma parte e outra se apresentam, não suceda que enquanto queremos evitar Caribdes, vamos miseràvelmente dar em Cila. A questão debate-se entre dois Príncipes igualmente beneméritos da Companhia. No que toca à expulsão dos Padres, não posso concordar. Não só porque não vejo aí causa justa, mas porque, se a houvesse, não se podia de modo nenhum executar. Nem agora se pode alegar o bem comum da Companhia, visto que da parte contrária nos ameaça igual dano comum.

Quanto às outras penas, julgo se deve responder ao Padre Assistente da Espanha propondo-lhe tudo o que o Geral até agora tentou e fez em obséquio do sereníssimo rei católico, como ele muito bem sabe. Demais estão tomadas todas as vias para nada de novo se tentar, porquanto o Provincial e mais religiosos portugueses foram proibidos sob gravíssimas penas pelo rei D. Pedro de tomar resolução alguma àcerca dos sobreditos Padres espanhóis, sem que o rei o saiba; e não se pode esperar que os Padres portugueses, tão afeiçoados ao serviço de seu Príncipe, alguma novidade empreendam contra a vontade dele. Se se tentar por outra via qualquer coisa que seja, será em vão, porque

---

porque só pretendemos demonstrar o rigor, com que se quiseram castigar os que julgavam desobedientes.

(1) Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 267, sem data. Assinado : *Francus. Guarini,*

(2) Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 269-270.

mais tarde ou mais cedo há-de chegar a notícia aos ouvidos do rei, a cuja ira não escapará quem contra ele se interpuser. Pelo que em negócio de tanta monta e tão complicado pelas circunstâncias, trate o P. Assistente com o confessor do rei católico o que lhes parecer de presente mais a propósito para aplacar o ânimo do rei, e de que maneira se possa executar; que a Companhia o procurará com todo o empenho pôr em execução, para obsequiar a tão grande Príncipe» [1].

Tão contrários foram nesta lastimosa controvérsia os pareceres de homens a quem a virtude e a ciência davam não pequena autoridade!

A resolução do intrincado processo foi a que previram os mais moderados. Os Padres incriminados recorreram, como era de ver, ao Rei D. Pedro II, que tomou à sua conta os três perseguidos, e deu ordem ao Provincial da Companhia, que nada executasse contra os três religiosos sem conhecimento seu, porque estavam debaixo da sua protecção real [2].

Os dois Padres, Casnedi e Cienfuegos, apesar de tão severos preceitos e de ameaças de excomunhões, foram ambos galhardamente reabilitados. Casnedi ficou em Portugal e deu-lhe o Geral da Companhia o elevado cargo de Vice-Provincial e Visitador da Província Portuguesa de 1721 a 1724 [3].

Álvaro Cienfuegos permaneceu ainda 13 anos em Portugal, onde foi Ministro Plenipotenciário dos Imperadores José I e Carlos VI na Corte de D. Pedro II e D. João V. A 20 de Julho de 1715 retirou-se para Viena; depois foi enviado para Roma, como Plenipotenciário do Imperador Carlos VI, morrendo finalmente em Roma a 17 de Agosto de 1739 [4].

4. — Terminada esta tempestade e concluída a guerra da sucessão de Espanha, com a vitória de Filipe V, começaram os testamenteiros do Almirante, já falecido, a pôr em execução as

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 263, Roma, 28 de Dezembro de 1703, Manuel Corrêa.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 270v.

[3] Cf. F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, págs. 18, 22.

[4] Cf. Franco, *Syn. Ann.*, 1715, n.º 11; *Jesuiten-Lexicon*, vb. Cienfuegos; Uriarte Lecina, *Biblioteca de Escritores pertenecientes a la Antigua Asistencia de España...*, vb. Cienfuegos, pág. 229, P. I, T. II.

cláusulas do testamento. Não foi porém muito fácil desenredar as intrigas que por largos anos envolveram a obra tão cristã e generosa do Almirante.

Havia muitos anos, antes da morte do grande e piedoso cidadão espanhol, que ele ocupava os seus pensamentos nalguma obra pia «que fosse insigne», desejando empregar com piedade e grandeza os seus bens, de que não lograra herdeiro nas suas primeiras e segundas núpcias [1].

Finalmente, quinze anos antes de entregar a Deus o seu espírito profundamente religioso, pela grande afeição que dedicava à Companhia de Jesus, tomou consigo a resolução de fundar nalguma parte de seus domínios um colégio da Companhia.

Comunicou os bons intentos com o seu confessor Carlos Casnedi, que lhos aprovou, certamente sem repugnância. Discutiu-se ainda por alguns anos, onde se levantaria o colégio; mas como não tinha ainda rebentado a guerra de sucessão, que alterou depois as intenções do Almirante, assentou que se fundaria na Espanha sua pátria.

Quando o nobre Almirante mais andava entretido nos pensamentos do colégio e no sítio de sua construção, adregou de virem da América dois Procuradores eleitos nas Congregações provinciais de suas Províncias, trazendo ambos um postulado ou pedido ao Padre Geral a rogar-lhe que estudasse como se poderia fundar um seminário, em que se formassem numerosos operários para as missões de além-mar [2].

Esta ideia que veio das terras de Missões, foi uma como que revelação para o zeloso Almirante de Castela, que daí por diante se acendeu mais no desejo de estabelecer um seminário ou colégio de missionários [3].

Tanto que o Almirante resolveu a fundação da obra deste género, escreveu ao Geral da Companhia a comunicar-lhe que assentara primeiro fundar na Corte de Madrid um Colégio para Padres da Província de Castela; mas «porque é do sábio mudar de parecer», depois de o considerar por muito tempo e fazer oração a Deus, determinara fundar, junto da sua casa, um colégio,

---

[1] Cf. Franco, *Imagem do segundo século...*, f. 107.

[2] Franco, *ob. cit.*, f. 109.

[3] *Ibidem*, f. 109v.

que pertencesse não a uma Província, mas a todas as das Índias, no qual pudessem viver e deter-se todos os que sobre as coisas das Índias residissem nesta Corte, ou também houvessem de ir para elas. O confessor Casnedi aprovou esta resolução » [1].

Notemos porém que o Almirante, como o observa António Franco, não se limitava sòmente a fundar casa de hospedagem para os Padres que viessem das Índias a tratar negócios das missões, mas Seminário, donde sucessivamente se fossem mandando operários para todas as Províncias das Índias [2].

Depois de tantas deliberações e até desgostos, ocasionados por divergências e mal-entendidos, deu-se finalmente o Almirante a compor o tanto esperado testamento.

Era o ano de 1705, segundo da guerra entre os aliados e Espanha. Julgava o Almirante por decisão indecorosa à sua pessoa, não ir juntar-se ao exército para militar por seu rei Carlos III, e dispôs-se para a jornada do Alentejo, onde os dois exércitos combatiam. Mas, como prudente que era, tratou de acautelar todas as incertezas da guerra e sucessos futuros, e resolveu-se a fazer sem demora o seu testamento.

Para esse fim, fugindo do estrépito da corte, retirou com seu confessor e poucos criados para o convento de S. Pedro de Alcântara, ou Arrábidos, uma pequena légua distante de Lisboa, situado em lugar aprazível sobre as margens do Tejo [3].

Ali, naquele suave recolhimento, comunicando os seus pensamentos só com o seu confessor, Carlos Casnedi, confessou-se devotamente de suas culpas, comungou na Quinta-feira Santa, e na Sexta-feira de Paixão, em que o Senhor derramara seu sangue por salvar o género humano, lhe quis doar os seus bens, para, por meio deles, se salvarem muitos infiéis [4].

---

[1] Carta do Almirante, de Madrid a 8 de Agosto de 1697, em Franco, *Imagem do segundo século...*, f. 109v.

[2] Franco, *Imagem cit.*, f. 110.

[3] Franco, *Imagem do segundo século ...*, f. 112. Ribamar é uma aldeia, que fica apenas a 260 metros de Dafundo. Cf. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, VIII, 175, vb. Ribamar (S. José). *Diccionario Portugal*, VI, pág. 217, vb. Ribamar, « É uma bonita povoação » ; Franco, *Syn. Ann.*, 1705, n.° 15-17.

[4] Franco, *Imagem do segundo séculc*, f. 112. *Ibidem*, f. 394. No fim do volume está intercalado um documento em latim com outra letra, não de Ant. Franco. É história resumida do Almirante e do testamento nas folhas numeradas do

Fez, no testamento, disposição de todas as suas riquezas, instituindo herdeira delas a Virgem Senhora da Conceição e um colégio da Companhia, consagrado à mesma Senhora, para nele se formarem operários, que se fossem ocupar na conversão dos infiéis das terras de além-mar.

Se o rei Carlos III, assim dispunha o testamento, não ficasse, depois da luta, rei de Espanha, todos os bens que ele Almirante possuía em Lisboa, se empregassem na fundação de um colégio de missionários, destinados às Índias de Portugal [1].

Se Carlos porém saísse vencedor da luta e fosse o rei de Espanha, nesse caso assim os bens que tinha em Lisboa, como os que deixara em Madrid, de qualquer modo que estivessem, os aplicava para fundar na capital castelhana, o memorado colégio para missionários das Índias de Castela [2].

No testamento enumeravam-se os demais legados que os testamenteiros se encarregariam de cumprir.

Concluído êste trabalho de devoção, dirigiu-se o Almirante para o campo de batalha das fronteiras do Alentejo. Pelos fins de Abril do mesmo ano acompanhou o exército, e assistiu à tomada de Valença de Alcântara e de Albuquerque, mas logo se retiraram as tropas portuguesas, talvez pela doença e morte do Almirante de Castela D. João Tomás Henrique de Cabrera [3].

De feito sentiu-se doente o Almirante. Recolheu-se à fortaleza de Elvas; foi dali para Estremoz, onde estava em 27 de Junho de 1705. Não mais melhorou; antes se foram agravando os acidentes de paralisia. Confessou-se com plena advertência e recebeu a extrema-unção das mãos do confessor [4].

Aos 29 de Junho de 1705, pelas quatro horas da tarde « entregou a alma nas mãos do Criador » [5]. Foi depositado o cadáver na igreja dos Padres franciscanos da mesma vila de

---

volume 389-398v. É documento incompleto, por lhe faltarem páginas no princípio e no fim. É tradução latina da *Imagem do segundo século*, f. 107 e seguintes.

[1] Franco, *Imagem cit.*, f. 112.

[2] Franco, *Imagem cit.*, f. 112; item, f. 394: artigo latino, onde se refere a história do testamento do Almirante.

[3] Ballesteros, *Historia de España*, V, pág. 21.

[4] Franco, *Imagem cit.*, f. 112v, 113; 394v.

[5] Franco, *ob. cit.*, f. 113, 394v, 395.

Estremoz, na capela da Conceição da Senhora, por não haver naquela vila casa da Companhia de Jesus.

Sirvam-lhe de inscrição tumular as palavras de António Franco, seu contemporâneo, ao terminar a breve narrativa do Almirante:

« Foi o Senhor Almirante homem em tudo grande. . . Servir-lhe-á de eterno obelisco a devoção à Conceição da Senhora » [1].

5. — Falecido o Almirante em 1705, prosseguiu a guerra até à paz de Utrecht, assinada a 11 de Abril de 1713; mas dois anos antes já tinha de facto acabado a contenda, resolvida com a subida ao trono imperial, de Carlos, Arquiduque de Áustria, por morte de seu irmão o Imperador D. José I em 17 de Abril de 1711 [2].

Nesse tempo se decidiu também a alternativa do testamento, que ordenava se edificasse o colégio em Lisboa, se o arquiduque não ganhasse para si o cetro de Espanha.

Os trechos principais do testamento, repassado de espírito cristão, que já estava nas mãos dos testamenteiros, eram os seguintes, traduzidos do castelhano:

« Eu D. João Tomás Henrique de Cabrera, Grande Almirante de Castela, Duque de Medina de Rio Seco, conde de Modica, do Conselho de Estado de Sua Majestade e seu Tenente General, estando em meu juízo são e entendimento natural, e sem enfermidade actual, recordando-me de minha morte e de sua hora incerta. . . . Ordeno e mando que. . . meu corpo, se morrer dentro ou fora de Castela, seja sepultado onde meus testamenteiros quiserem, e depois seja levado a uma das casas da Companhia de Jesus, que constituo por minha herdeira. . . ».

« Mando que depois da minha morte se celebrem por minha alma dez mil missas à disposição de meus testamenteiros ». E enumerando os muitos legados, que estabelece, continua: « No remanescente, como ao presente me encontro na contingência de tomar ou não o rei Carlos III, meu Senhor, a posse dos reinos de Espanha, declaro que no caso de Sua Majestade, que

---

[1] *Ob. cit.*, f. 113.

[2] Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, IV, pág. 265; Matoso, *Hist. de Portugal*, II, 148.

Deus guarde, não tomar a dita posse, chamo e constituo por herdeiro universal de meus bens que agora tenho em Portugal, a Nossa Senhora da Conceição, título da nova Casa do Noviciado da Companhia de Jesus, que se há-de fundar em Lisboa para as pessoas da Companhia, que quiserem sacrificar a vida na conversão dos infiéis das Índias Orientais e da China.

« E para o cumprimento da minha vontade, na suposição de que el-rei, meu Senhor, Carlos III, não tome a dita possessão, declaro por executores testamenteiros ao P. Provincial da Companhia de Jesus de Portugal, ao P. Procurador Geral das Índias Orientais e da China, que reside no colégio da Companhia em Lisboa, ao P. Álvaro Cienfuegos e ao P. Casnedi meu confessor. . . ».

Mas se Carlos III chegar a ser o rei de Espanha, o colégio se há-de fundar não em Lisboa mas em Madrid e os testamenteiros serão: o P. Provincial da Companhia de Jesus da Província de Toledo; o P. Reitor do Colégio Imperial, e o Procurador Geral das Índias, residente no dito colégio; o P. Álvaro Cienfuegos e Carlos Casnedi [1].

Depois do falecimento do Almirante e do exame do testamento, procedeu-se ao inventário e venda dos bens; e dos livros constou importar a venda deles em 152.496$074 réis, e juntos a 58.730$106, réis que por sua morte se achou em dinheiro, soma tudo a quantia de 211.246$466 réis. No ano de 1715 foi a Viena de Áustria o P. Francisco da Fonseca da Companhia requerer à Majestade do Imperador Carlos VI o pagamento do principal e juros dos bens do Almirante, que importaram em 63.435$074 réis. O Imperador estava em dívida à testamentaria de grande soma de dinheiro que os testamenteiros lhe entregaram, e do valor de pedras preciosas e ricas pinturas, que ele lhes comprara [2].

A muitos parecia extremamente dificultoso, até impossível que o Imperador pudesse nas árduas circunstâncias presentes, pagar tamanha soma de dinheiro; mas venceu todas as dificuldades a destreza do P. Francisco da Fonseca, e no espaço de dois

---

(1) Testamento do Almirante, em Arq. S. J., *Lus.* 59, f. 1-2.—O Testamento tem a data de Lisboa, 11 de Abril de 1705.

(2) B. N. L., Fundo Geral, Caixa 2, n.º 43: « Noticia Summaria dos bens da testamentaria do Almirante de Castela »; Franco, *Syn. Ann.*, 1715, n.º 13.

anos foi plenamente paga toda a dívida, ou em dinheiro contado ou em sólidas e seguras consignações [1].

Não se logrou todavia principiar imediatamente a realizar a fundação do Almirante. Fizera-se o testamento com todos os necessários requisitos, e de causa pia, sem género algum de embaraços, mas a cobiça urdiu tais enredos que deles provieram grandes perdas e detrimentos à fundação, e tardanças na execução dela [2].

Desde 1705 a 1757 sempre trabalharam os Padres para cumprir a vontade do Almirante na construção do colégio, mas contìnuamente se puseram pela frente dificuldades poderosas, que impediram a obra, apesar de ter encomendado aos testamenteiros que se construisse com a maior brevidade a igreja e o colégio [3].

Nos anos porém de 1746 e seguintes intensificou-se o empenho de construir com presteza a obra do Almirante de Castela. Nesse ano enviaram seis Padres ao Geral da Companhia uma carta, assinada por todos, a propor-lhe que se aproveitasse a ocasião de comprar o Convento do Desterro para nele se construir o colégio [4].

O mesmo pedido apresentou ao Geral no ano seguinte o P. Inácio da Silveira em carta que enviou de Roma, onde desempenhava o cargo de Assistente do Geral [5].

Mas por esse tempo volveram os Padres os seu olhares para outro sítio mais acomodado ao intento. Muitos dos Padres decla-

---

(1) Franco, *Syn. Ann.*, 1715, n.º 13.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 114-118; Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 119-120: cartas de Casnedi de 1713.

Herculano no opúsculo VIII, « Da Eschola Polytechnica e do collegio dos Nobres. 1841 », pág. 38, escreve sobre o assunto que tratamos: « ... aquelles sanctos varões [os Jesuítas] parece que nunca reconheceram Philippe V, e talvez estribados em alguma distinção theologica, foram devorando os rendimentos da testamentaria sem curarem do noviciado ... que o bom Almirante tinha tanto a peito fosse edificado ». Há neste ponto uma afirmação *falsa* e a insinuação de uma *calúnia grave*. Os jesuítas reconheceram sempre Filipe V, e de modo nenhum se apropriaram nem « devoraram » os dinheiros do Almirante. Este capítulo demonstra claramente a falsidade de uma e outra coisa.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 79, f. 11. Carta original assinada por seis Padres ao Geral, de Lisboa a 20 de Agosto de 1746.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 79, f. 11. Carta citada de seis Padres.

(5) Arq. S. J., *cod. cit.*, f. 9-10v. Roma, 4 de Fevereiro de 1747. Autógrafa.

raram o seu parecer em cartas autógrafas, propondo que de preferência se comprassem as terras do Conde de Tarouca, situadas na região da Cotovia, onde o nobre fidalgo principiara a construir um grande palácio [1].

O P. Bartolomeu de Vasconcelos escreveu que se devia erigir o colégio nas terras do Conde de Tarouca. O P. André de Barros, em carta de 4 de Novemhro de 1749, opinava também que se fabricasse o colégio nas propriedades do mesmo fidalgo. Outros sustentavam que se colocasse perto do colégio de Santo Antão, para que os estudantes do colégio do Almirante frequentassem os aulas do antigo colégio da Companhia [2]; o Provincial José de Andrade e o P. José Moreira preferiam a cidade de Évora [3], mas o fundador ordenara em seu testamento que o colégio se edificasse em Lisboa.

Venceram os que estavam pelas terras do Conde de Tarouca. Teve grande peso nesta controvérsia o parecer decisivo e enérgico do P. Manuel Lobo [4]. Assim julgava:

« A fundação do colégio do Almirante, por tantos anos demorada, é de grande escândalo a todos os senhores de Portugal, eclesiásticos e seculares. Por isso mesmo julgo que V. Paternidade a deve promover com todas as suas forças, e peço com a maior instância que a ponha eficazmente em execução, para dar satisfação à nossa consciência... Portanto, funde-se nas terras do Conde de Tarouca » [5].

De feito as obras e terras do Conde se compraram finalmente

---

(1) Cf. João B. de Castro, *Mappa*, III, 202, 203. Neste sítio estende-se agora a Praça do Príncipe Real, pouco antes chamada do Rio de Janeiro. Depois do Terremoto de 1755, aí se edificou a Basílica Patriarcal, que se inaugurou em 8 de Junho de 1757 e ardeu em 1769.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 79, f. 12.

(3) *Ibidem*, f. 23.

(4) Manuel Lobo era natural de Évora, onde nasceu em 27 de Julho de 1694; entrou na Companhia a 22 de Agosto de 1708; ensinou humanidades durante 6 anos, e tinha o grau de Mestre em Artes. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 47, catálogo de 1726, f. 322, n.º 472.

(5) Arq. S. J., *Lus.* 79, f. 9-10 a f. 35. Cartas de 1746, 1747, 1748, autógrafas. — Carta do P. Manuel Lobo de 30 de Novembro de 1748. Nesta carta o P. Lobo vai dando as razões insuficientes porque se não fundou ainda o colégio.

antes do terremoto, e iam-se já preparando materiais para a construção [1].

Depois do terremoto o Patriarca Tomás de Almeida mandou, contra o direito de propriedade, ocupar aquelas mesmas obras e terras, já pertencentes à testamentaria, de quem era o pleno domínio das terras e nelas fez edificar a igreja Patriarcal, dizendo ser uma barraca para a celebração dos ofícios divinos.

Protestou contra a violência o P. José Rosado, procurador geral das missões do Oriente, e administrador da testamentaria, e apresentou-lhe um requerimento em 1756, em que lhe pedia que pagasse as rendas das obras e terras ocupadas, e ressarcisse todos os danos que daquela usurpação sobrevieram.

O Patriarca atendeu, como era justo, o requerimento do Procurador, P. Rosado, e mandou ir ao lugar da contenda o capitão engenheiro Eugénio dos Santos com o sargento mor, Mateus Vicente, «Arquitecto da Igreja de Lisboa», para ver o que se deveria pagar ao requerente [2].

6. — No mesmo tempo em que se debateu esta questão, depois da calamidade trágica do terremoto de 1755, tratavam já os procuradores das missões de construir finalmente o tão esperado colégio do Almirante de Castela. No terreno já comprado, como dissemos, do Conde de Tarouca no sítio da Cotovia edificaram os Procuradores uma pequena casa e capela de madeira, para nela habitarem, visto que o colégio de Santo Antão onde antes moravam, estava em grande parte arruinado pelos violentos abalos do terremoto [3]. Apenas fosse construído o colégio do Almirante, passariam a residir nele os procuradores das missões. Puseram à humilde casa e capela o nome de *Hospício de S. Francisco de Borja*, Padroeiro contra os terremotos [4].

---

(1) B. N. L., *Pombalina*, 141. É uma folha de quatro colunas escritas, que está na f. 202 do códice da Bibl. Nacional: «Requerimento do P. José Rosado S. J. ao Patriarca», 1756. Trata do colégio do Almirante.

(2) Cf. B. N. L., *cód. cit.* Pombalina, 141, f. 202. Esta nova Catedral era de madeira. Começou a construir-se em 1756 e concluiu-se ràpidamente a 8 de Junho de 1757.

(3) Caeiro, *De Exilio Prov. Lusitanae*, L. IV. n.° 48, ms. da T. do T. Francisco Romão, *Compendio Istorico dell' Espulsione de' Gesuiti*, Nizza, 1791, pág. 111-115.

(4) O *Hospício* estava situado no sítio da Cotovia, no edifício número 12 da

Mas desde 13 de Dezembro de 1758 estavam os moradores do Hospício cercados de soldados, e logo se apressou o ministro Sebastião José de Carvalho a recolher a muita riqueza que ali se guardava, deixada pelo Almirante. Nem escaparam à rapina os muitos vasos sagrados, de prata e oiro, como cálices, píxides, ostensórios e tudo o mais que se destinava, de há muito, à fábrica da futura igreja. O ministro de D. José I tomou logo de mira esta casa, como lobo esfomeado, porque sabia ou suspeitava que havia nela os bens das Províncias de Goa, do Japão, da China, do Malabar e do Brasil. Das pratas fez logo Sebastião José cunhar grande quantidade de moeda, para acudir à penúria a que ele reduzira o erário [1].

O Desembargador José Pereira de Moura foi o encarregado por Sebastião José de todas estas diligências [2].

No mesmo tempo se iam vendendo em leilão à porta da casa todas as provisões que se encontraram em depósito [3], e foram também confiscadas as mercadorias, mandadas das Províncias para Portugal, e as que de Portugal se enviavam para as Províncias, e indicado por ordem do ministro, onde elas se guardavam [4]. Parte não pequena das riquezas do Almirante, colocadas em nações estranhas, fez Sebastião José todos os esforços para as haver, como se foram pertencentes ao fisco; nada porém conseguiu a cobiça do homem de Estado [5].

Satisfeita a fome do dinheiro, voltou-se contra os Padres o Desembargador por ordem do Ministro tirano [6].

No dia 21 de Fevereiro de 1759, ao amanhecer, apareceu improvisamente no Hospício o nomeado Desembargador Pereira de Moura com dois ajudantes, e fez levantar da cama sem

---

Rua, que antes se denominava *Rua de Nossa Senhora da Conceição* e agora *Marcos de Portugal* à *Praça das Flores*. Em 1763 o Hospício servia de Seminário da Patriarcal. João B. de Castro, *Mappa*, III, pág. 297, cap. II.

[1] *Compendio Istorico* cit., pág. 112-113.

[2] Caeiro, *De Exilio Prov. Lusitanae*, L. IV, n.º 48.

[3] *Compendio Istorico* cit., pág. 113.

[4] Caeiro, *ob. cit.*, l. c.

[5] Caeiro, *ob. cit.*, l. c. — D. José I aplicou ao *Colégio dos Nobres*, fundado em 1761, boa parte dos bens do Almirante, por carta de 12 de Outubro de 1765. Cf. Herculano, *Opusculos*, VIII, pág. 46.

[6] Caeiro, *ob. cit.*, L. IV, n.º 49 ; *Compendio Istorico* cit., pág. 113.

demora alguma os Padres e leigos auxiliares. Separou dos sacerdotes os leigos, e entregou os primeiros ao primeiro dos seus companheiros, e os outros ao segundo.

Os leigos, sete em número, conduziram-nos em caleças para o castelo de S. Jorge de Lisboa, onde Sebastião José mandara construir-lhes sete cárceres num grande sótão, destinado a guardar os malfeitores condenados a desterro para a Índia. Eram eles: Manuel Gomes, Aleixo Rodrigues, Manuel França, Luís Faria, Manuel Coelho, António Gonçalves e Manuel Guião [1]. Os Padres Procuradores em número de 6, foram também levados em caleças e escoltados de soldados até ao Tejo, e em barco transportados à fortaleza de S. Julião, e encerrados em cárceres subterrâneos [2].

Os sacerdotes eram seis: Francisco de Cordes, Procurador das três Províncias, do Malabar, do Japão e da China; Manuel Francisco, Procurador da Província de Goa; António Baptista e Domingos de Sousa, Procuradores da Província do Brasil; José Rosado, administrador da testamentaria; Custódio Harnaut, Procurador a Roma da Província de Goa [3].

Assim encalhou e se afundiu no ódio de Sebastião José de Carvalho uma obra de tão glorioso e prometedor apostolado!

---

[1] Cf. Caeiro, *ob. cit.*, n.º 50; *Compendio Istorico*, pág. 113. — Os irmãos António Gonçalves e Luís de Faria faleceram nestes cárceres. Dos demais não tenho notícia certa. Mas veja-se Carayon, *Les Prisons du Marquis de Pombal*, págs. 238, 241, 242, 243, 244, 253.

[2] Caeiro, *ob. cit.*, n.º 50; Compêndio cit., pág. 113.

[3] Caeiro, *ob. cit.*, n.º 49. — P. Francisco Cordes e P. José Rosado foram levados para Itália em 9 de Julho de 1767.

CAPITULO III

MISSIONÁRIOS DO SÉCULO XVIII

SUMÁRIO: — 1. *Vocação sublime.* — 2. *Primeiras expedições do século XVIII.* — 3. *A mais numerosa e autorizada expedição da primeira metade do século XVIII.* — 4. *Expedições, talvez menores, sempre valiosas para o Oriente.* — 5. *A tribulação de dois apóstolos.* — 6. *As últimas missões para o Oriente.* — 7. *Missionários insignes.* — 8. *Expedições para o Brasil.* — 9. *Expedições para o Maranhão.*

1. — A última e « gloriosa » expedição de dezanove missionários que para as terras do Oriente enviou o século XVII [1], abriu a série magnífica de novas expedições, que ilustraram a primeira metade do século XVIII, e demonstram brilhantemente que a Companhia de Jesus em Portugal cumpriu com fidelidade, até aos derradeiros anos da sua existência entre nós os portugueses, a sua grandiosa e sublime vocação de apostolado [2].

A história nos vai neste último tomo cabalmente provar que o fervor das missões nunca arrefeceu mas sempre se acendeu com a mesma ou talvez maior intensidade no aumento progressivo da Ordem de Inácio de Loiola. São « estas missões, como por vezes tenho dito, adverte o contemporâneo António Franco, das coisas mais ilustres desta Província » e « pede a razão que

---

(1) *História da Assist.*, T. III, vol. II, pág. 177; Franco, *Imagem do segundo século*, f. 67.

(2) *História da Assist.*, T. I, vol. II, pág. 517 segs.

sempre delas façamos alguma memória; e o recorrerem elas em quase todos os anos em bom número, é evidente sinal do muito espírito, que Deus para elas comunica a esta santa Província» [1].

2. — Comecemos pela primeira expedição, que se realizou no ano de 1701 ao despontar do século XVIII. Avulta ela entre as maiores que demandaram o Oriente. Constava de 19 missionários, todos portugueses, que em santo alvoroço largaram do famoso rio Tejo em busca de sacrifícios pela salvação dos infiéis. Iam dois para o Japão, outros tantos para a China, seis para Goa e os demais para o Malabar [2].

O P. João da Costa, missionário insigne que viera como procurador da sua Província do Malabar a Roma, voltava agora, neste ano de 1701, como Superior da expedição [3]. Acompanhava-o, alvoroçado, o jovem de 28 anos de idade P. Francisco de Vasconcelos, natural de Lisboa, onde vira a luz do dia no mês de Abril de 1673. Foi eleito bispo de Cochim por D. João V no ano de 1720, sagrado em Calicut no mês de Abril de 1722, e trasladado para a Sé de Goa em 20 de Dezembro de 1742, vindo a falecer no ano seguinte a 30 de Março [4].

Nem nos fique sem recordação especial o P. Pedro Gil, que foi o primeiro missionário que fundou uma nova igreja no Decão, nas montanhas, a que chamam Gates, com a conversão de muitos infiéis [5].

Seguiu-se a expedição, menor em número, de 1702. Eram nove os apóstolos, todos portugueses. À sua frente ia o P. João da Rocha, de idade já avançada, que em Lisboa tinha o cargo de Procurador da Província do Brasil. No dia 5 de Maio expirou

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 73.

[2] Franco, *Imagem cit.*, f. 73; *Syn. Ann.*, 1701, n.° 1.

[3] P. João da Costa, companheiro de S. João de Brito no Maduré, era natural de Beringel, do distrito de Beja; navegou para a Índia, a primeira vez, em 1680. Governou como Provincial a Província do Malabar e faleceu, sendo ainda Provincial, a 2 de Novembro de 1716 em Manapad. Cf. *Appendix ad Catal. Miss. Madurensis pro anno 1912*, pág. 30; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, ed. de 1935, pág. 32.

[4] Cf. *Catalogus Patrum et Fratrum Societatis Jesu in Missione Madurensi*... Trichinopoly, 1913; Franco, *Syn. Ann.*, 1701, n.° 1.

[5] Franco, *Syn. Ann.*, 1701, n.° 1.

no mar o P. Inácio Rodrigues, natural de Chaves, um dos nove « digníssimo de especial menção » [1].

No ano de 1703, diz António Franco, tiveram as missões « um reforçado socorro de muitos e bons sujeitos » [2].

Para o Oriente velejaram 17, sendo não menos de 15 os portugueses. Comandava a lustrosa expedição o P. Luís Coelho, que da Índia viera a Roma, como Procurador eleito na Congregação Provincial de sua Província. Em 1689 navegara a primeira vez de Portugal para o Oriente [3].

A missão do ano seguinte, de 1704, não foi das mais numerosas; mas, diz A. Franco, « a bondade dos sujeitos bem supria maior número » [4]. Eram apenas 7, por todos, os missionários, 6 portugueses e 1 alemão de nascimento, quatro dos quais os qualifica Franco « de primeiros talentos ». Guiava o pequeno esquadrão o notável e laborioso missionário de Pequim e do Tunquim o P. Diogo Vidal, natural de Rio de Mouro, do termo de Lisboa. Fora enviado do Oriente à Europa, como Procurador da sua Província de Japão, e volvia a recomeçar animoso o trabalho do apostolado; mas faleceu no mar, « ao passar a linha », no maio de 1704, com morte de santo [5]. « Foi homem modestíssimo, e de uma bondade angélica, de natural suave e muito acomodado para a virtude, que nele foi muita » [6].

Faleceu também no mar, em 1705, antes de chegar ao campo de seu apostolado no Malabar, o italiano P. Fernando Galini, nascido em Brescia, de nobre geração, e émulo de S. Luís Gonzaga na santidade. Levava cinco companheiros portugueses, todos estudantes à sua obediência. Arribando a nau à Baía pela força dos ventos, juntou-se-lhes o sacerdote da Província do Brasil, P. Lauriano Brites para tomar naquela comunidade o lugar do P. Calini, superior da expedição. Dos missionários iam

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 73; Franco, *Syn. Ann.*, 1702, n.º 1: Quinta die Maii suavem exuit animam P. Ignatius Rodericius e novem unus, dignissimus speciali mentione.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 83; *Syn. Ann.*, 1703, n.º 7.

(3) Franco, *Syn. Ann.* 1703, n.º 8.

(4) Franco, *Imagem cit.*, f. 92.

(5) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 92; *Imagem da Virtude...* Lisboa, pág. 916; *Ano Santo*, pág. 746.

(6) Franco, *Ano Santo*, 747.

três para Goa, dois para o Malabar e um para Macau. Para o Malabar foi o P. Domingos Madeira, natural de Cabo Verde, a quem pela perícia da língua tamúlica se concedeu a Profissão solene. Faleceu em Virapandianpatnam a 3 de Outubro de 1751 [1].

No ano seguinte embarcaram 10 religiosos com destino às missões, sendo um só português, de nome Manuel Vieira, e os demais de diversas nacionalidades. Dois, Francisco Noel, belga, e Gaspar Castner, de Munich, tinham vindo do Oriente a Roma, sobre negócios da missão da China. Castner era insigne nas matemáticas, e por agência sua se traçou este ano novo caminho de navegação de Lisboa em direitura à Ilha de Timor. Custou ao sábio sacerdote vencer com sua ciência muitas e grandes dificuldades para conseguir persuadi-lo aos portugueses. Os pilotos apostavam fortemente que tal navegação, desejada até esse tempo, não podia ter efeito. Mas triunfou Castner. Armou-se uma nau para Timor com quem o Império da China tem contrato por causa dos sândalos, e por este modo se tornava «mais fácil o transporte das drogas da China a Portugal sem as demoras de ir aportar, na vinda e na ida, ao porto de Goa. «A navegação se representou tão medonha que a gente que havia de governar a nau, caminhava como para a morte». Ilusões da ignorância! A experiência claramente o demonstrou [2].

E continuava em 1707 a comovente série de apóstolos que generosamente se sacrificavam pela salvação do próximo. Mais 8 entraram no número destes heróis, 5 portugueses, e três estran-

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 97; *Syn. Ann.*, 1705, n.º 8; *Catalog. Miss. Madur.* an. 1913, pág. 24.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 124; *Syn. Ann.*, 1706, n.º 1. Castner « tandem obtinuit ut recta Macaum e Lusitania naves irent: cum ad tempus qui é Lusitania contendebant ad Sinam, prius attingerent Goam et non nisi secundo anno inde vela faciebant in Sinam. Hanc noxiam ambagem vitarunt Lusitani, P. Castenerii consilio annis sequentibus adhaerentes. Utilissimum docet experientia. Redibat etiam P. Franciscus Noellius, qui de Sina Romam accesserat. Uterque erat vir doctissimus ». — Castner nasceu em 7 de Outubro de 1665; entrou na Companhia a 17 de Setembro de 1681, partiu para o Oriente a primeira vez em 1696, e faleceu em Pequim a 9 de Novembro de 1709. Noel foi para o Oriente em 1684, duas vezes tornou à Europa e faleceu em Lille a 17 de Setembro de 1729. Cf. Huonder, *Deutsche Jesuitenmissionare*, 189; Sommervogel, V, col. 1791.

jeiros. Os últimos eram Luís Natal de Bourges, francês [1], João Banhasco, genovês, e Alexandre José Calini, irmão de Fernando Calini, pouco acima nomeado. Dos portugueses Luís Franco, de Lisboa, discípulo em Letras do P. António Franco, e Francisco Sanches, de Borba, noviço do mesmo Padre no noviciado de Évora, ambos de bom engenho e procedimento exemplar [2].

3. — Depara-se-nos agora, neste ano de 1708, a mais esplêndida e numerosa expedição de quantas largaram do Tejo desde 1657 até aos últimos anos da primeira metade do século XVIII, onde termina a história que vamos escrevendo. Trinta e dois missionários, com um bispo eleito à frente, subiram para as naus a 27 de Março e deram à vela para o alto mar « e seriam muitos mais em dobro se os superiores concedessem a jornada a todos os que a pediram » [3].

Testemunha de vista escreve comovido: « Foi este ano graças a N. Senhor em que vimos o fogo do Divino Espírito nos dois grandes colégios de Coimbra e de Évora. Apenas se pode discernir em qual se ateou mais, porque em cada um poderiam ir para as missões da Índia até quarenta sujeitos, e os melhores que havia nos dois colégios, donde foi preciso aos superiores, ainda a requerimento de muitos Padres, não largar a mão conforme ao número e fervor dos que pediram, por não ficar a Província extraordinàriamente desfalcada » [4].

Quem ateou este fogo sagrado foi o inclito missionário, de muitos e trabalhosos anos, das missões da Índia, confessor da fé, que esteve mais de uma vez às portas do martírio, P. Francisco Laines, de Lisboa, enviado neste tempo por Procurador da Província do Malabar, a Roma, para negócios da Missão.

Voltando de Roma para Portugal em Novembro de 1707, o elegeu D. João V bispo coadjutor de Meliapor, sendo sagrado com o título de Sosópolis, a 19 de Março de 1708 na igreja do

---

[1] Luís Natal de Bourzes — os portugueses dizem só Luís Natal — nasceu a 18 de Outubro de 1673; entrou na Companhia em Paris a 7 de Setembro de 1689, e faleceu em Manapad a 26 de Fevereiro de 1735. Cf. *Appendix ad Catal. Miss. Madur.* pro ano 1912, pág. 25; *Catalogus Patrum . . . in Missione Madurensi*, an. 1913, pág. 21, 22.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 129; *Syn. Ann.*, 1707, n.º 8.

[3] Franco, *Imagem cit.*, f. 135; *Syn. Ann.*, 1708, n.º 3-7.

[4] Franco, *Imagem cit.*, f. 135; *Syn. Ann.*, 1708, n.º 3-7.

colégio de Santo Antão. Visitou, a bem da missão, os colégios da Companhia, e, como estavam cheios de sua fama, com suas práticas e santas conversações, fez tamanho abalo que os colégios de Coimbra e de Évora como que se despovoavam para as Índias. Eram muitas as lágrimas dos que pediam a missão, muitas as cartas com sangue escritas [1].

Entre os que lograram a boa sorte de serem escolhidos para a empresa, havia religiosos de grande talento, ciência e virtude.

O P. Francisco Cardoso, natural de Porto de Mós, jovem de seus 32 anos de idade, distinguiu-se pela Matemática, ciência que professou em Portugal, e foi exercitar em Pequim, onde por meio dela ganhou as simpatias do Imperador Kam-hi, e faleceu a 14 de Agosto de 1723 [2].

Com ânimo alentado se inscreveu neste bravo esquadrão, o P. Luís de Vasconcelos, filho de uma nobre família, que a todo a transe procurou estorvar-lhe a viagem para o Oriente; mas ele resistiu aos assaltos do amor de mãe, e persistiu na sua resolução firme e inabalável [3].

Com semelhante decisão se opôs o P. Pedro Correia, natural de Loures, a seus parentes, que procuravam embaraçar-lhe a navegação, ainda por via do rei D. João V, mas também ele desfez resolutamente todas as contradições [4].

---

[1] Franco, *Imagem cit.*, f. 135; *Imagem da Virtude*, II, pág. 346, 347; *Catalogus Patrum... in Miss. Madur.*, pág. 1913; *Catalogus Missionis Madurensis*, 1914, pág. 17.

Laines nasceu a 31 de Outubro de 1656; entrou na Companhia a 15 de Outubro de 1672; deu à vela a primeira vez para as Índias em 1681 e faleceu em Bandel de Hoogly a 11 de Junho de 1715. Franco, l. c., tem que foi sagrado bispo a 18 de Março; mas os catálogos citados do Maduré dão como dia da sagração 19 de Março.

[2] Pfister, *Notices*, n.º 284; *Catalogus Patrum ac Fratrum...* n.º 279, pág. 24; Franco, *Imagem do segundo século*, f. 135; F. Rodrigues, *Jesuítas Portugueses astrónomos*, pág. 21, 22.

[3] L. de Vasconcelos veio à luz em 25 de Março de 1685; entrou na Companhia a 3 de Dezembro de 1701; foi Provincial da Província do Malabar, de 1738 a 1741, bispo de Cranganor eleito em 1751 e faleceu em Roma no ano de 1754. Cf. *Catal. Miss. Madurensis pro anno 1912*, pág. 52; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, pág. 32. Cf. Nazareth, *Mitras Lusitanas*, Parte III, pág. 14: « 1751 D. João da Serra (ou João Luís de Vasconcelos), Jes., sagrado em Calicut pelo bispo de Cochim, D. Clemente; presidiu 3 anos ».

[4] Pedro Correia veio ao mundo a 10 de Maio de 1681, e agregou-se à

O P. Francisco Dinis, de Penajoia na Beira, noviço que foi do P. António Franco em Évora, dirigiu-se para a missão da Cochinchina, onde subiu à dignidade de Matemático do Rei [1].

Não desmerece entre estes amorosa comemoração o P. Bernardo Gomes, de Almassa na Beira, que depois de concluir seus estudos em Ambalacata, se sacrificou durante muitos anos na Índia e particularmente no Maduré, de cuja missão foi Visitador no ano de 1730. Ainda vivia, já sem forças para o Apostolado, no ano de 1746 [2].

Também se distinguiram no esplêndido esquadrão o P. José Vieira, natural de Beja, nascido a 19 de Março de 1688, entrado na Companhia em Évora a 2 de Abril de 1703, e « dotado de tão feliz engenho, dizia seu Padre Presidente, que no colégio de Coimbra, onde estudava, havendo muitos irmãos estudantes, de grandes engenhos, o seu notàvelmente se avantajava, e para melhor se explicar dizia ter engenho possante, e a este ajuntava singular engenho para os púlpitos » [3].

Enumeremos também P. Inácio Cardoso, de Barró na Beira, que se afadigou a bem das almas na dificultosa missão do Maduré e na Costa da Pescaria até falecer em Manapad a 24 de Janeiro de 1734, com 58 anos de idade [4].

O P. José Tavares que no Malabar se nomeou José Saraiva, natural de Monte de Lobos, do bispado de Coimbra [5], que exerceu o seu apostolado no Maduré e faleceu em Meliapor com apenas 33 anos de idade e 17 de Religião [6].

O P. Caetano Barreto, de Évora, « filho único de seus pais, importunou os Superiores com tão repetidas instâncias e cartas de sangue, que se lhe não pôde negar o que pedia » [7].

Companhia a 12 do mesmo mês do ano de 1697. Em 1746 trabalhava no Maduré em Virapandiapatnam, em 1752 ainda vivia em Punicael. Cf. *Catal. Miss. Madurensis pro anno 1912*, pág. 29.

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 135.

[2] Cf. *Catal. Miss. Madurensis*, 1913, pág. 24.

[3] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 136; *Catal. Miss. Madurensis*, 1913, 23.

[4] Cf. *Catal. Miss. Madurensis*, 1913, pág. 23.

[5] O *Catal. cit.*, de 1913, tem que nascera em Santa Marinha (Coimbra).

[6] *Catal. Miss. Madurensis*, 1913, pág. 23, n.º 67.

[7] Franco, *Imagem cit.*, f. 135. — Barreto nasceu a 28 de Julho de 1685 entrou na Companhia em Évora a 23 de Outubro de 1701. Foi reitor do colégio

João de Brito, natural de Calvão, no arcebispado de Braga, depois de se recolher na Companhia de Jesus em Coimbra, chamando-se João Ferreira, foi acabar o seu noviciado no colégio de Évora « onde por devoção com o venerável João de Brito, martir do Maduré, mudou o sobrenome e com fervor pretendeu ir para a mesma missão; e no ano de 1737, vindo por procurador a Roma, faleceu no mar aos 15 de Abril » [1].

Com todos estes trabalhava no mesmo campo de apostolado o P. António Tavares, natural de Niza, onde nasceu em Dezembro de 1682. Dezassete anos depois, em 23 de Junho de 1699, abraçou o Instituto da Companhia. Entre seus labores de apóstolo, deu-se a bem aprender as línguas indígenas, Tamul, Malayálam, Sânscrito e Telinga [2].

E são já de sobra os exemplos que nos demonstram a generosidade e zelo sobrenatural, com que a Companhia de Jesus se empenhava cada ano de prover de apóstolos excelentes as regiões de além-mar, e com particular ardor neste ano de 1708 [3]. Os trinta e dois missionários comandados por Laines, embarcaram todos em uma das naus, que zarpavam para o Oriente aos 25 de Março, e aos 27 saíram pela barra fora.

A viagem foi sobremaneira trabalhosa, com doenças, mortes e tempestades. Viram-se forçados a arribar ao porto da Baía a 2 de Agosto. Até 15 de Novembro se detiveram no Brasil as duas naus. E em Janeiro do ano seguinte dobravam o Cabo da Boa Esperança. Aqui lhes desapareceu a nau S. Luís, que se foi perder à vista de Moçambique, salvando-se a gente. Foram obrigados a invernar naquela Ilha, em cuja barra entraram a 29 de Março de 1709. A 14 de Agosto largaram daquele porto, e se fizeram

---

de Meliapor de 1729 a 1731, Provincial do Malabar de 1743 a 1746, e em 1752 ocupava-se sòmente em oração com Deus. Cf. *Catal. Miss. Madurensis pro anno 1912*, pág. 24; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, pág. 30, 32.

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 135.

[2] F. Rodrigues, *A Formação Intellectual*, pág. 350, nota 2.

[3] De Roma se alegrou o P. Geral Tamburini em carta escrita ao P. Luís Álvares, orador de nomeada, em 12 de Maio de 1708, pelo fervor de missionários que se despertou no colégio de Coimbra. Deste modo se exprimiu o Geral: « maxime placuit fervor ille quo major pars Communitatis conimbricensis, accedente zelo Ill.^{mi} Meliapurensis Francisci Laynez, petivit missiones orientales ... » Cf. Arq. S. J., *Epist. Gen., Lus.* 35-I, f. 115.

na volta da Índia, e a 25 de Setembro aportaram a Goa com dezassete meses de tormentosa navegação. « O que nisto era para louvar a Deus, vinha a ser que confessavam estes benditos missionários, que nem por serem sem conto os trabalhos e doenças, se achavam arrependidos; antes nos trabalhos sentiam uma consolação que a não trocariam por todos os alívios do mundo » (1).

4. — Cerca de dois meses antes de dar à vela a expedição de 1708, sofria lastimoso naufrágio nas costas de Portugal, a nau chamada Alamoda, em que navegara, vindo do Oriente, o benemérito missionário da China, P. António de Barros, natural de Val-de-Vez, onde nasceu a 21 de Outubro de 1664. Da China veio à Europa, enviado pelo Imperador Kam-hi, como seu embaixador ao Papa, em 1706, sobre negócios muito graves dos ritos chineses. No dia vinte de Janeiro já na costa do norte de Portugal se levantou cruel tempestade, que, com a fúria do mar e dos ventos, meteu a pobre nau pelo rio Âncora adentro e a cravou na terra. A coberta, que se desencaixou, tomou debaixo os passageiros e quasi todos os matou. No meio das indescritíveis angústias, o P. Barros, bem lembrado de sua profissão religiosa, com um cruxifixo arvorado exortava a todos à contrição dos pecados, e assim acabou miserável mas heróicamente com os demais navegantes (2).

Desastres como estes, infelismente não raros na carreira de Lisboa para as Índias Orientais, não descorsoavam aqueles apóstolos. No ano seguinte de 1709 pequena mas ilustre expedição navegou para o Oriente. Constava de quatro portugueses e três alemães. À trente dela sobressaía o célebre missionário da Índia, P. Manuel de Sá, natural de Moncorvo, em que vira a luz do dia a 22 de Março de 1658. Foi pela primeira vez para o Oriente no ano de 1680, a 2 de Abril, num luzido esquadrão de 19 compa-

---

(1) Franco, *Imagem cit.*, f. 137; *Syn. Ann.*, 1708, n.os 3-7; *Imagem da Virtude*... Coimbra, II, pág. 746. — Francisco Laines nasceu em Lisboa a 31 de Outubro de 1656, entrou na Companhia a 11 de Outubro de 1672, navegou para a Índia, a primeira vez, em 1681 e faleceu a 11 de Junho de 1715 e em 1716 chegou a Portugal a notícia da sua morte. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 350, 353; *Catal. Miss. Madur.*, 1913, pág. 12.

(2) Franco, *Ano Santo*, pág. 33; *Syn. Ann.*, 1708, n.° 13; Pfister, *Notices Biographiques*... Chang-Hai, 1932, pág. 485; *Catal. Patrum ac Fratrum Societatis Jesu*... Chang-Hai, 1892.

nheiros. Na Índia ilustrou e autorizou seu nome com muita virtude, ciência e zelo apostólico. Em 1708 veio de Goa a Portugal, e no ano seguinte voltou para o seu campo de acção, nomeado por D. João V Patriarca da Etiópia. Mas finalmente, por desinteligências com o arcebispo de Goa, retornou para Portugal, onde chegou a 18 de Dezembro de 1727, falecendo cerca de três meses depois, a 22 de Abril de 1728. Entre todos os que viveram em seu tempo na Índia, escreveu Manuel Caetano de Sousa, «se podia jactar de que trabalhara mais que todos» [1]. Pela sua vasta erudição em Teologia, Direito Canónico e civil era consultado como oráculo [2].

Dos outros três portugueses distinguiu-se Aleixo Pinto, ainda noviço, que nos anos posteriores se dedicou galhardamente, à conversão dos indígenas do Maduré [3]. Dos três estrangeiros, um, natural da Silésia, de nome Francisco Fillisco, fora professor de Matemática em que era insigne, e dirigiu-se para Macau [4].

A missão de 1710 contava um só missionário, mas valia por muitos, como apóstolo zelosíssimo e animoso, e filósofo eminente das línguas clássicas e indígenas. Era o italiano, José Constâncio Beschi, natural de Castiglione delle Stiviere. Entrou na Companhia a 23 de Outubro de 1698. Sabia com perfeição a língua tamúlica e nela escreveu obras de valor notável, que foram em muitas edições dadas à estampa. Depois de grandes trabalhos, sofridos na missão, faleceu em Ambalacata a 4 de Fevereiro de 1747 [5].

No ano de 1711 formaram a expedição nove portugueses, cinco do colégio de Évora, três de Coimbra e um da casa do

---

[1] *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*... 1728, n.º XIII, pág. 19; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.* III, 357, 358.

[2] Cf. F. Rodrigues, *A Formação Intellectual*, pág. 311.

[3] Aleixo Pinto era de Lisboa, onde nascera a 17 de Julho de 1692; entrou na Companhia a 2 de Abril de 1707, poucos dias antes de largar as velas para o Oriente. Faleceu em Anjengo, a 3 de Julho de 1740. Cf. *Catal. Miss. Madurensis*, 1913, pág. 25; *Excerpta e Catal. Prov. Malabar*, pág. 40, 49.

[4] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 150v.

[5] *Catal. Patrum ac et Fratrum... in Miss. Madurensi*, 1913, pág. 22: P. Beschi tamulicam linguam optime callet; in ea multa praeclara opera scripsit, quae pluries prelo data sunt et laudata a criticis sive europaeis, sive indianis *(ib.)*.

Noviciado. Na viagem não lhes faltaram incómodos e sofrimentos; houveram de invernar em Moçambique; e, catorze meses depois de largarem de Lisboa, lançaram ferro no porto da capital do Oriente [1].

De Évora foram escolhidos o P. Inácio de Almeida, filho de Beja, muito fervoroso na sua pretensão de missionário; e o P. António Velês, de Portalegre, religiosos de rara bondade e feliz engenho. Juntaram-se lhes três estudantes de Filosofia.

Do colégio de Coimbra pediram e alcançaram a boa sorte da eleição para apóstolos o P. Francisco Rodrigues, natural de Chaves, irmão do santo e piedoso Padre Inácio Rodrigues, já mencionado acima, e o P. António Chaves, que entrara na Companhia com destino às missões da Índia [2].

Compunha-se de 13 missionários a expedição de 1712. Na nau do Vice-Rei, Vasco Fernandes César de Meneses, a pedido dele, navegavam o P. Pedro Xavier e o escolar João Baptista, aquele de Aldeia de Carvalho, da diocese de Viseu e este da cidade do Porto. Partiram a 15 de Abril de 1712. Os demais iam noutra nau, levando por Superior o P. Gaspar Estibeiro, de Moura, no Alentejo. Faziam parte da escolhida missão 6 estudantes noviços, que tinham sido admitidos à Companhia com destino às missões [3].

Em 1713 apenas 8 deram à vela para a Oriente, 4 portugueses e 4 italianos [4]. Dos italianos eram o célebre P. Hipólito Desideri, que durante cinco anos trabalhou no Tibete, escrevendo depois uma valiosíssima Relação da sua viagem [5]; o P. Ildebrando Grassi, natural de Bolonha, que entrou na Companhia em

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 157.

[2] Franco, *Imagem cit.*, f. 156; *Syn. Ann.*, 1711, n.° 2.

[3] Franco, *Imagem cit.*, f. 160; *Syn. Ann.*, 1712, n.° 1.

[4] Franco, *Syn. Ann.*, no catálogo dos missionários tem 4 portugueses e 4 italianos; no corpo da obra, *Syn. Ann.*, 1713, n.° 5, tem 5 portugueses e 3 italianos; na *Imagem do segundo seculo*, f. 171, traz 4 portugueses e 4 estrangeiros. Os portugueses são: P. Manuel Pereira, natural de Gradaria, bispado de Leiria, que estudava Teologia no colégio de Évora; mais dois noviços de Coimbra, que entraram para as missões, e o irmão coadj. Matias Pereira.

[5] Desideri era natural de Pistoia, entrou na Companhia em Abril de 1700, e voltou do Tibete para Roma, onde chegou em Janeiro de 1728 e faleceu a 14 de Abril de 1733. Cf. Wessels, *Early Jesuit Travellers*, The Hague 1924, pág. 207, 271.

Janeiro de 1699, foi missionário em Maissur e faleceu em Pondechery a 22 de Maio de 1731; e o P. Francisco del Rosso, de Florença, professor, que foi, de Retórica na cidade de Goa; Reitor do Grande Colégio de S. Paulo e Académico da Real Academia da História portuguesa. Voltou para a Europa e faleceu em Roma a 30 de Junho de 1734 [1].

Mas no ano seguinte de 1714 afervoraram-se as vocações de apóstolos e, apesar dos apertos em que se debatia a Província portuguesa com a suspensão continuada de admissões ao Noviciado, por ordem extremamente severa de Roma não puderam os Superiores negar-se a acudir à vocação de Deus, concedendo o despacho a muitos que pediam ser enviados para as missões do ultramar. Não menos de 17 foram designados para aqueles campos imensos de labor apostólico, todos escolhidos e homens feitos. Portugueses eram onze, cinco italianos e um alemão. Chamava-se este Filipe Sibim, natural de Neuhaus, na Westfália, e subiu à elevada dignidade de Visitador da Província do Japão e Vice-Província da China, de 1734 a 1738 [2].

Dos italianos é digno de especial louvor o P. Francisco Maria Bucherelli, florentino, que foi missionário do Tunquim, e teve a dita de colher a palma do martírio, sendo degolado pela fé por sentença do rei. Foi martirizado a 11 de Outubro de 1723 [3].

Outro italiano era o milanês José Castiglione, irmão auxiliar, que pela arte de pintura em que se tornou insigne, muito ilustrou em Pequim a missão da China [4]. Enquanto se demorou em Portugal esperando a monção para o Oriente, entreteve-se no exercício da sua arte. Pintou em Coimbra, no colégio, os painéis da vida de S. Francisco de Borja, que rodeavam a capela da comunidade, e «todas as mais obras que nela há de pintura, tirando o tecto. Fez as prespectivas curiosas da Escada banqui-

---

[1] Cf. F. Rodrigues, *A Formação Intellectual*, pág. 311.

[2] Viveu em Macau os últimos anos de sua vida e faleceu a 30 de Novembro de 1759 com 81 anos de idade. Cf. Pfister, *Notices Biographiques*, pág. 654; Huonder, *Deutsche Jesuitenmissionare*... pág. 193, Freiburg i. B., 1899.

[3] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 178; Pfister, *Notices*... pág. 618, 619. Sommervogel, II, col. 317.

[4] Nasceu em 19 de Julho de 1688, entrou na Companhia a 10 de Janeiro de 1707 e morreu em Pequim a 16 de Julho de 1766. Sommerv., II, col. 845.

nho e tambem da folha, que ninguém se persuade ser pintura senão depois de quase as apalpar com as mãos» [1].

Todos estes admiráveis apóstolos embarcaram na nau capitânea Nossa Senhora da Esperança, de que era capitão Manuel André dos Santos. Aos 11 de Abril estavam todos embarcados. Aos 12 saíram pela barra fora e com feliz jornada lançaram ferro em Goa aos 17 de Setembro do mesmo ano [2].

Nesse ano em que se despediu de Lisboa esta esperançosa missão de 17 missionários, chegava do Oriente a Portugal nas naus da Índia o P. Félix José Pereira, lisbonense, Procurador da Província do Japão. Foi singularíssimo o afecto com que o receberam as pessoas da família real. Em 13 de Novembro fez o Padre sua entrada e saudação a El-rei em nome da cristandade do Tunquim, que ele cultivava. «Ia neste passo vestido nos trajes que usava nas missões, cabaia sínica e cabelo e barba crescida. Como era bem apessoado e no falar muito corrente, fez suas propostas ao rei com tanta gravidade e piedade, lançado a seus pés, como se usa no Tunquim, que o monarca não pôde conter as lágrimas. Ofereceu-lhe também em nome dos seus cristãos um presente, em que havia peças para El-rei, para a Rainha e para a Princesa.

«Constava de três caixotes com boas sedas dentro e três bordões por extremo curiosos... Avantajava-se o presente a El-rei em uma escrevaninha de pedra, coisa riquíssima, que sobretudo estimou; uma catana, uma caixinha de chá, nascido em Sanchão na sepultura de S. Francisco Xavier; outra caixa com um ninho de pássaro feito da baba do mesmo animalzinho... » [3]. D. João V agradeceu e prometeu favores.

No ano a seguir pediram as missões da Índia seis portugueses e dois alemães, P. Francisco Xavier Mittermayer e José Ridler, e alcançaram a boa sorte [4]. Partiram no dia primeiro de Abril em a nau S. Francisco Xavier. Foi excessivamente trabalhosa a viagem, mas depois de vários contratempos abordaram finalmente a Goa no mês de Outubro [5].

---

(1) Franco, *Imagem cit.*, f. 178.

(2) Franco, *ob. cit.*, f. 178v ; *Syn. Ann.*, 1714, n.º 7.

(3) Franco, *ob. cit.*, f. 181bis.

(4) Huonder, *Deutsche Jesuitenmissionare*, pág. 160, 178, 182.

(5) Franco, *Syn. Ann.*, 1715, n.º 5.

O P. Anastácio Capelli, de Lisboa pedira a missão da China, mas foi preso em Goa e despedido da Companhia [1].

Nos três anos seguintes largaram do Tejo três brilhantes expedições. Em 1716, 12 portugueses e 2 alemães; em 1717, um alemão e 11 portugueses, e em 1718, sete portugueses e 9 italianos.

A expedição de 1716 compunha-se de gente muito escolhida. Era comandada pelo P. Félix José Pereira, de quem já nos fica atrás honrada menção, e que viera como Procurador de Macau. Acompanhavam-no o P. André Pereira, que tanto ilustrou o nome português em Pequim; o P. Carlos Slaviczek, da Morávia, que descreveu minuciosamente a viagem de Lisboa a Macau [2]; o P. Caetano Lopes, que mais tarde foi intérprete e matemático da embaixada a Pequim de D. Alexandre Metelo de Sousa e Meneses em 1727 [3]. O P. Inácio Kögler, alemão, que foi por muitos anos Presidente do Tribunal das Matemáticas [4]. O P. Francisco Cordes, de Lisboa, de pais de muita nobreza, que procuraram impedir-lhe, por via do Rei, a viagem para o Oriente, mas foi debalde o empenho, que fraquejou na firmeza da sua resolução [5]. O P. Francisco Moreira, sacerdote de grande virtude, que era professor de Letras de Coimbra [6].

E bastam esses poucos nomes da luzida expedição de 1716. Despediu-se ela de Lisboa no dia 13 de Março, sexta-feira, pelas três horas da tarde, saindo do colégio de Santo Antão. «Os catorze missionários, acompanhados em solene e comovedora procissão, por todos os Padres, professores e alunos do colégio se foram meter em naus, onde pernoitaram sobre âncoras» [7].

No dia 14 deram à vela com vento favorável, e com rumo

---

(1) Franco, *Imagem do segundo seculo*, f. 189.

(2) F. Rodrigues, *Jesuitas Portugueses Astronomos na China*, pág. 24 segs.

(3) Cf. Pfister, *Notices*, pág. 652, n.º 298; F. Rodrigues, *Jesuitas Portugueses Astronomos*, pág. 78.

(4) F. Rodrigues, *Jesuitas Portugueses Astronomos*, pág. 39.

(5) Franco, *Imagem do segundo seculo*, f. 207. — Cordes nasceu a 17 de Fevereiro de 1689; entrou na Companhia a 21 de Setembro de 1704. Esteve preso nas masmorras de S. Julião da Barra em Lisboa, desde 21 de Fevereiro de 1759, donde foi transferido para a Itália a 9 de Julho de 1767.

(6) Franco, *ob. cit.*, f. 207.

(7) F. Rodrigues, *Jesuitas Portugueses Astronomos na China*, pág. 25.

directo a Macau, em cujo porto entraram felizmente no dia 30 de Agosto [1].

A expedição de 1717 favoreceu com socorros especiais de apóstolos todas as missões. Os mais deles eram noviços, que lá se formariam nas letras e ciências. Para Macau navegaram em direitura o P. Baltasar Miller, austríaco, e o irmão Francisco Alberto, de Bragança, que terminara o curso de Filosofia, na Universidade de Évora, e depois de muitos anos de missão foi em Goa preso à ordem do tirano português e transportado para os cárceres de Azeitão, onde faleceu a 23 de Junho de 1761 [2]. Miller foi missionário de Cantão e terras circunvizinhas. Desterrado numa perseguição voltou para a Europa em 1727 e faleceu a 1 de Agosto de 1742 [3].

Para Goa foi o P. Bernardo Garcia, de Alter do Chão, com nove noviços. Desfraldaram as velas a 17 de Abril e arribaram ao Brasil, forçados dos temporais [4].

No ano de 1718 vieram de Itália doze religiosos da Companhia para as missões ultramarinas. Obrigados do mau tempo saíram em terra na cidade de Lagos, no Algarve, daí se foram hospedar no colégio de Vila Nova de Portimão, donde por terra viajaram até Setúbal, e de Setúbal passaram a Lisboa.

Para a Índia se destinaram 16, que a 16 de Abril deram à vela e depois de cinco meses e 17 dias de viagem fundearam na barra de Goa [5].

O P. Filipe Simonelli, natural de Macerata, que dirigia, como Superior, a expedição, tanto se distinguia pelos dotes de prudência de governo, que lhe confiaram por três vezes o cargo bem importante de Visitador das missões do Extremo-Oriente [6].

---

(1) F. Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 28. — Franco na *Imagem do segundo século*, fl. 207, diz que em 30 de Agosto chegaram a Macau com viagem próspera. Só encontraram as cristandades em grandes perturbações com a publicação da Bula de Clemente XI, que proibia os ritos chineses aos cristãos. Se isso fosse adiante, se tinha por coisa certa, que se acabará aquela florescente cristandade. Cf. Franco, *Syn. Ann.*, 1716, n.° 11.

(2) Pfister, *Notices...*, pág. 657, n.º 303; Carayon, *Les Prisons du Marquis*, pág. 233.

(3) Pfister, *Notices*, pág. 658, n.° 304.

(4) Franco, *Imagem do segundo seculo*, f. 217; *Syn. Ann.*, 1717, n.° 1.

(5) Franco, *Imagem cit.*, f. 218; *Syn. Ann.*, 1718, n.° 1.

(6) Pfister, *Notices...*, pág. 659, n.º 305.

O italiano António Xavier Morabito, natural de Messina, logo que chegou a Macau, foi encarregado de cultivar as fervorosas cristandades de Kiang-Nan. Em 1762 foi preso pelos emissários do ministro-tirano; depois encerrado, em 1764, nos subterrâneos de S. Julião da Barra em Lisboa, e por fim desterrado para Itália a 9 de Julho de 1767 [1].

No ano de 1719 só o antigo missionário José António Provana, filho de ilustre família da Saboia, com o chinês Luís Fan, partiram de Lisboa para o Oriente, mas o Padre Provana o suspendeu a morte no mar, depois do Cabo da Boa Esperança. Deu o último suspiro nos braços de Fan, jesuíta seu companheiro, a 7 de Fevereiro de 1720 [2].

Maior subsídio às missões deu o ano de 1720. 12 foram os missionários que acompanharam o Vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro em a nau Nossa Senhora do Cabo, saíndo de Lisboa a 13 de Abril e aportando à capital do Oriente a 9 de Setembro [3]. Guiava a expedição o P. Manuel Sardinha natural de Elvas [4]. Outra nau zarpou do Tejo e navegou em direitura a Macau. Nessa nau ia o Patriarca de Alexandria, Mezzabarba, mas nenhum dos religiosos da Companhia.

A nau Nossa Senhora do Cabo levava ainda dois irmãos Coadjutores, italianos, para « servirem com suas artes ao Imperador e assim trabalharem para bem da missão». «Um abria estampas em metal para se imprimirem, e outro era arquitecto » [5]. Este, de nome Fernando Boaventura Moggi, foi o arquitecto, que construiu a formosa igreja de S. José de Pequim. Gravaram-lhe por memória esta inscrição: *In honorem Divi Josephi, Sinarum Patroni, ex voto posuerunt Patres Soc. Jesu, Pequini anno 1720 die 24 Julii* [6].

---

[1] Carayon, *Prisons*, pág. 249 ; Pfister, *Notices*... pág. 663-699, n.os 308, 319.

[2] Pfister, *Notices*... pág. 479, n.º 205. — Franco na *Syn. Ann.*, 1719, pág. 461, chama-lhe António Francisco Provana. Fora a primeira vez para o Oriente no ano de 1694, abordando a Macau em 1695.

[3] Ferreira Martins, *Os Vice-reis da Índia*, pág. 187,

[4] Franco, *Imagem do segundo seculo*, f. 240v ; *Syn. Ann.*, 1720, pág. 463.

[5] Franco, *Imagem cit.*, f. 240v.

[6] Pfister, *Notices*, pág. 608. — O irmão Castiglione, pintor, adornou de pinturas a igreja. O altar-mór tem semelhança notável com o altar de S. Luís Gonzaga na igreja de Santo Inácio em Roma. A cúpula, adornada segundo as leis da perspectiva atrai as admirações dos visitantes tártaros e chineses. Cf. Pfister, l. c.; pág. 608.

O outro artista, de nome Francisco Folleri, natural de Florença, como seu companheiro Moggi, era segundo Pfister, um hábil engenheiro [1]. Por 1760 vivia no colégio de S. José de Macau, e aí foi preso em 1762 por ordem do tirano, levado para Portugal, e encerrado nos calabouços de S. Julião da Barra no Outubro de 1764, e a 9 de Julho de 1767 transportado para Itália [2].

Neste mesmo ano de 1720 chegaram da Índia a Lisboa os dois Procuradores respectivamente da Província de Goa e do Malabar, P. António Guizenrode e o italiano António Broglia Brandolini [3].

No ano seguinte de 1721 recebeu o Geral aviso que era grande a falta de missionários na Província do Malabar. Solícito da prosperidade das missões apressou-se a escrever ao Provincial da Província Portuguesa, a 10 de Janeiro de 1722, a explicar-lhe a escassez de operários evangélicos e deu-lhe ordem que avisasse os reitores dos colégios de Coimbra e Évora para acudirem ao menos neste ano à missão com dois ou três sacerdotes. Leu-se pùblicamente nos dois Colégios a carta do Geral, que despertou em ambos as chamas do zelo santo das almas. Não menos de 18 formaram o novo e improvisado esquadrão de heróis [4]. Deram à vela no dia 4 de Abril e chegaram a Goa a 17 de Setembro. Quinze dias antes de aportarem, foi o irmão Manuel Gonçalves receber a palma do seu heroismo, e o P. Francisco Pereira

---

(1) Pfister, *ob. cit.*, pág. 666, n.º 312.

(2) Pfister, *ob. cit.*, l. c.; Carayon, *Prisons*, pág. 242. — Moggi faleceu na cidade de Pequim a 27 de Agosto de 1761 com 77 anos de idade, dos quais passou 40 em Pequim. Cf. Pfister, n.os 313, 319, pág. 699.

(3) Guisenrode era natural do Brasil; Brandolini nasceu em Forli na Itália, em 13 de Junho de 1677; entrou na Companhia em Roma aos 12 de Novembro de 1693, e faleceu no Nrientn em 1747. Tinha sido Visitador e Vice-Provincial de 1737 a 1742. Cf. *Catal. Patrum in Miss. Madurensi*, 1913, pág. 24. *Excerpta e Catal. Malabar.*, 1910, pág. 29.

(4) Do colégio de Évora pediram as missões: o P. Francisco Pereira, de Loures, companheiro que era do mestre de Noviços, «Padre de conhecido exemplo», bem que enfermiço e de pouca saúde; João Luís, filósofo, natural de Aguiar, do arcebispado de Évora; Cristóvão Nunes, do Campo de Coimbra, também filósofo; Manuel Barradas, de Monforte, do bispado de Elvas, e o estudante de retórica, José Marques, de Évora. Do colégio de Coimbra: P. António Homem, natural de S. Pedro do Sul, «religioso muito edificativo». Os mais, em número de 12, foram estudantes, que se receberam e formaram nos Noviciados para as missões da Índia.

saindo em terra melhorou e preparou-se para na primeira monção ir para o Malabar [1].

Neste mesmo ano de 1722 chegou do Oriente o P. António Magalhães, enviado do Imperador Kam-hi, por seu embaixador ao rei de Portugal. Trazia um grandioso presente que o Imperador mandava a D. João V.

Aportou primeiro ao Rio de Janeiro. Como viesse de Macau no mesmo navio em que vinha o Patriarca de Alexandria, Mezzabarba, este por mais de uma vez procurou conseguir que o Padre Magalhães lhe entregasse o presente, para ele o apresentar a D. João V. Isto intentou já em Macau, isto no Rio de Janeiro, com mais empenho, valendo-se do Governador, que por sua autoridade e por meio dos Padres do colégio trabalhou por persuadir ao Padre o que pretendia; mas nem o Padre veio nunca em semelhante resolução, nem os Padres quiseram pôr-se do lado do Governador, porque estavam certos que não havia razão nenhuma que o aconselhasse.

Como porém a nau entrasse naquele porto já muito desbaratada, receou o Padre não corresse algum perigo, e requereu ao Governador mandasse tirar da nau os caixotes em que vinha o presente. Eram dezasseis caixões de coisas preciosas e raras. Recusou-se o Governador a aceder ao que Magalhães pedia. Seguiram-se os protestos do Padre, afirmando que daria conta a Sua Magestade de qualquer perda que houvesse.

Aconteceu que indo-se tirar do porão um caixão da loiça da China, a 17 de Junho, um mês depois de ter ancorado no porto

---

[1] Cf. Franco, *Imagem cit.*, f. 248. — Serafim da Costa, natural de Santa Marta de Nogueira, nasceu a 15 de Julho de 1703; entrou na Religião em Coimbra a 20 de Agosto de 1721; desde 1732 trabalhava no Maduré, e em 1752, depois de 20 anos de fadigas, estava em Goa prostrado pela enfermidade. Cf. *Catalogus Patrum... in Miss. Madurensi*, 1913, pág. 27; *Appendix ad Catal. Miss. Madur.*, pro an. 1912, pág. 31.

P. Francisco Pereira nasceu em Camarate, no termo de Lisboa (Loures), em 11 de Julho de 1690; entrou na Companhia em 26 de Dezembro de 1704, e trabalhou na Província do Malabar até falecer em Manapad a 14 de Julho de 1742. Cf. *Catal. Patrum... in Miss. Madur.*, 1913, pág. 26.

P. Francisco Homem, de S. Pedro do Sul, entrou na Companhia a 2 de Fevereiro de 1707; em 1727 foi para o Maduré. Em 1752 ainda estava em Meliapor, como Vice-reitor do colégio. Cf. *Catal. Patrum... in Miss. Madurensi*, 1913, pág. 25. *Append. catal. Miss. Madur. pro an. 1912*, pág. 37, 38.

a nau, por descuido ficou nele acesa uma vela, que se foi consumindo e pegou tal incêndio em a nau, que toda ela ardeu com a fazenda que trazia, e se foi ao fundo e toda a riqueza dos presentes, tanto os que o P. Magalhães devia oferecer ao rei, como os que o Imperador tinha dado ao Patriarca para o Papa. Do presente sòmente se salvaram umas cinco pérolas de bom valor, que o Padre tirou com os papeis credenciais. Pesaroso com o desastre do riquíssimo presente, deu à vela para Portugal o P. Magalhães. Foi recebido em audiência, como embaixador vestido ricamente em traje sinense, fazendo todas as cerimónias que usavam em semelhantes solenidades os embaixadores do celeste Império (1).

No ano seguinte de 1723 largou do Tejo a expedição de nove missionários indo como superior o P. João Antunes, natural de Évora. Três sacerdotes navegavam com o rumo no Malabar, onde havia penúria de operários. Eram seis portugueses e três estrangeiros (2).

Menos feliz foi a viagem de 1724. Duas naus levaram âncoras para a Índia. Uma delas, em que os religiosos da Companhia se embarcaram, apenas saíu do porto, foi batida de tamanha tempestade, que só com dificuldade pôde recolher-se no porto de Lagos, no Algarve, já impossibilitada de prosseguir a navegação (3).

Compensou o desastre de 1724 «uma gloriosíssima esquadra» de missionários em diversas naus, no ano de 1725. Para Goa foram enviados 11, levando por Superior o P. José Pereira, de Lisboa, que de lá viera por negócios vários da Companhia, e pesadas vexações que ela sofrera da parte do Arcebispo de Goa, D. Inácio de Santa Teresa, e agora voltava com despachos do rei e com o proveitoso subsídio de 10 missionários para as missões daquela Província (4).

De entre todos merece menção especial o P. Tomé Lopes, filho de Tomar. Era nesse tempo já professo de quatro votos, e fora missionário de Angola (5).

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 248-249. — Nesta nau em que chegou a Portugal o P. Magalhães, vinham os ossos do famoso Cardeal Tournon, morto em Macau a 8 de Junho de 1710 *(Ob. cit.*, f. 248v).

(2) Franco, *Imagem cit.*, f. 255v ; *Syn. Ann.*, 1723.

(3) Franco, *Syn. Ann.*, 1724.

(4) Franco, *Imagem cit.*, f. 274v ; *Syn. Ann.*, 1725.

(5) Franco, *ob. cit.*, l. c.

O Malabar só recebeu o auxílio de dois missionários. Mas a China foi honrada com uma soleníssima embaixada que D. João V enviou ao Imperador chinês e com oito missionários, todos sacerdotes, menos um, estudante de filosofia. Era o Embaixador Alexandre Metelo de Sousa e Meneses. Entre os missionários sobressaiam quatro. Eram eles, P. António de Magalhães, o que fora embaixador de Kam-hi a D. João V; os Padres Domingos Pinheiro e Paulo de Mesquita, que iam na embaixada, como matemáticos, e o Padre Policarpo de Sousa, distinto professor de Letras humanas e futuro bispo de Pequim [1].

Estando tudo preparado para a grande embaixada, embarcaram no dia 12 de Abril na fragata *Nossa Senhora da Oliveira*, o embaixador, a sua comitiva e os nove missionários, e do Tejo deram à vela para a sempre dificultosa jornada. Só no dia 17 de Abril saíram barra-fora, com vento não muito favorável, mas de servir. Chegando às alturas do Rio de Janeiro, resolveram arribar ao Brasil, e pelos fins de Junho deram fundo na baía daquela capital do Sul. A 13 de Novembro, depois de 5 meses de demora, embarcaram para continuar a viagem, e a dez de Junho de 1726 entraram finalmente no porto de Macau [2].

O P. Magalhães desembarcou a 13 de Junho, dia de S. António, e foi recebido com grande pompa. A 26 de Agosto partiu ele com os dois matemáticos para a Corte de Pequim. No caminho foi tratado com grandes honras, como embaixador do rei de Portugal. O Imperador, recebendo-o em audiência, louvou-o pela

---

[1] Padre Domingos Pinheiro, natural de Loures, entrara na Companhia a 9 de Novembro de 1704; foi no colégio de Évora professor de D. José de Bragança; e, depois de 22 anos, que trabalhou em Pequim, nessa mesma cidade faleceu em domingo 16 de Junho de 1748. Cf. Rodrigues, *Jesuítas... Astrónomos na China*, pág. 56; Pfister, *Notices*, n.º 318.

O P. Paulo de Mesquita faleceu em Pequim a 5 de Março de 1729. « A sua morte prematura cortou as esperanças que se fundavam nas suas virtudes e talentos ». Cf. Pfister, *Notices*, pág. 695, n.º 317.

O P. António de Magalhães, natural de Viseu, nasceu em 1677, entrou na Companhia em 1692, partiu a primeira vez, para as missões em 1696, chegou à China em 1706 e faleceu em 1735. Cf. *Catalogus Patrum...* Chang-Hai, 1892, Pfister, *Notices*, n.º 275. O Imperador Kam-hi tinha para com ele grande estima e afeição. Pfister, *Notices*, n.º 285; Rivière, *Corrections et Additions...* vb. Magalhães, A. de, n.º 1662.

[2] *Collecção de tratados... da Ásia e África...* VI, pág. 60 seggs.

exacção com que se desempenhou da sua embaixada, apremiou-o com um barrete de zebelina do seu próprio uso, e com a bebida de chá, de mão em mão, que são dos seus maiores favores [1].

Nomeou o Gram Tagim para que com outro tártaro, ministro do primeiro Tribunal do Império viessem conduzir o embaixador de Portugal, que a instâncias do Viso-rei de Cantão tinha entrado pela China aos 18 de Novembro. Encontraram-se todos, o ministro e o embaixador, a 20 de Janeiro de 1727. Por toda a viagem foi o tratamento extraordinário, e na Corte e do Imperador até voltar a Macau. Daí em 21 de Novembro de 1728 chegou o embaixador D. Alexandre a Lisboa [2], depois de «uma tão prolongada viagem de três anos, sete meses e alguns dias» [3].

Magalhães, retirado o embaixador para voltar a Portugal, permaneceu em Pequim, onde dedicou o resto da sua vida nos trabalhos de zelo da salvação das almas. Adormeceu suavemente no seio de Deus a 24 de Março de 1735 [4].

Com estas admiráveis expedições não se esgotava a Província portuguesa, nem se cansava o zelo dos missionários; mas acendia-se o zelo e cresciam os apóstolos.

Nos dez anos, que tantos abrange a ânua de 1724 a 1733, saíram do Tejo 149 missionários. Para o Oriente despediram-se 98; para o Maranhão 40 e para o Brasil 11 [5].

Não faltemos porém com a respectiva recordação de particulares expedições. No ano de 1727, a 16 de Abril, uma formosa leva de 19 missionários foi aumentar o número e a dedicação dos que já se sacrificavam pelos seus irmãos infiéis [6].

É digno porém de muito particular elogio o P. Salvador dos Reis, natural de Setealcarias. Governou a Província do Malabar, como Provincial de 1750 a 1757, e foi sagrado Arcebispo de

---

[1] Franco, *Imagem cit.*, f. 274v.

[2] *Collecção de Tratados cit.*, VI, pág. 157.

[3] *Collecção cit.*, pág. 158. Cf. *ib.*, pág. 36; Sousa, *Historia Genealogica*, VIII, 257-258.

[4] Pfister, *Notices*, n.º 275.

[5] Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 225, 226. *Anuae Literae Provinciae Lusitanae... ab anno millesimo septingentesimo vigesimo quarto usque ad millesimum trigesimum tertium.*

[6] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 292v.

Cranganor a 5 de Fevereiro de 1758. Faleceu em Puthenturai a 7 de Abril de 1777. Lemos num catálogo este elogio: *Vir insignis pietate erga Societatem plenus* [1].

O P. José Vieira, natural de Lisboa, onde veio à luz a 1 de Agosto de 1695, entrou em Religião a 16 de Março de 1712, foi Visitador da Província do Malabar e Superior da Missão do Maduré; em 1746 reitor de Manapar, e Provincial, se nos fiamos no catálogo da missão do Maduré, de 1913 [2].

Merece também reconhecida menção o P. João Alexandre, vítima do ódio pombalino, depois de gloriosos trabalhos nas missões aspérrimas do ultramar. Em 1754 foi enviado Procurador da sua Província a Roma. De Roma voltou a Portugal. Aí foi infamemente caluniado de regicídio, encerrado no cárcere de Belém, dali transferido para as masmorras fétidas de S. Julião da Barra, onde faleceu a 11 de Dezembro de 1772 [3].

Para o Malabar se destinaram seis sacerdotes e um estudante de Filosofia. Para Macau, cabeça da Província que diziam do Japão, foi um sòmente; os demais para a Província de Goa.

A jornada desta expedição decorreu com felicidade, porque saindo de Lisboa a 16 de Abril, aos 19 de Julho tomaram porto em Moçambique, onde se detiveram até 22 de Agosto, em que partiram para Goa, e aos 20 de Setembro entraram na sua barra.

Dois faleceram na viagem: a 19 de Maio o filósofo Manuel de Sousa, jovem de raro engenho, e Francisco Henriques a 16 do mês de Julho [4].

5. — No mesmo ano de 1727 e na mesma nau da Índia, que no mês de Dezembro com a frota da Baía entrou em Lisboa, veio do Oriente, por ordem severa de D. João V, ou a petição do arcebispo de Goa, o P. Manuel de Sá, Patriarca eleito da Etiópia,

---

[1] Cf. *Appendix ad Catal. Miss. Madur.*, 1912, pág. 46.

[2] Cf. *Catal. Patrum . . . in Missione Madurensi*, 1913, pág. 26; *Appendix ad Catal. Miss. Madurensis*, 1912, pág. 53.

[3] Alexandre nasceu em Coimbra a 22 de Abril de 1703; entrou na Companhia a 11 de Dezembro de 1718, e navegou para a Índia no ano de 1727. Cf. *Catal. Patrum . . . in Miss. Madurensi*, 1913, pág. 26; T. do T. *Cart. dos Jes.*, maço 68, carta do P. Bento Monteiro, de Goa a 27 de Janeiro de 1754; carta do P. António Cabral, de Roma a 27 de Janeiro, a 20 de Abril de 1757.

[4] Franco, *Imagem cit.*, f. 292v.

e entrou pela barra da capital portuguesa a 18 do dito mês, na nau *Santa Teresa de Jesus* [1].

Um ano antes, em 1726, e por iguais motivos foi também o P. António de Betancurt desterrado do Oriente para Portugal. Os motivos, verdadeiros ou infundados, porque el-rei mandou expulsar para o reino aqueles dois missionários, foram, informa o P. António Franco, « as acusações do arcebispo de Goa, D. Inácio de Santa Teresa, o qual se armou contra as Religiões, e lhes causou e causa grandes moléstias, encontrando seus privilégios e fazendo com que el-rei avocasse a Portugal os homens que ali eram de muito ser e se opunham aos seus barruntos » [2].

O rei apressou-se a escrever ao Vice-Rei da Índia e deste modo lhe intimou a ordem de expulsão de Sá e Betancurt: « Por ser conveniente ao serviço de Deus e meu, separar desse Estado a Manuel de Sá e António Betancurt, religiosos da Companhia de Jesus, cujo procedimento nos consta ser muito prejudicial ao sossego do público; fui servido mandar recomendar ao Provincial de Goa, que em execução da ordem, que para este efeito lhe remete o seu Geral, mande embarcar na primeira monção os ditos Manuel de Sá e António de Betancurt com ordem de se recolherem a este reino e não a alguma das suas conquistas » [3].

D. João V, logo que chegou o P. Betancurt, o mandou afastar para quinze léguas da Corte, com proibição de habitar em Coimbra ou Évora; e o desterrado foi primeiro habitar na Residência de Caniços e depois na de Labruja, no termo de Torres Novas e da Golegã.

Mas como se armou contra os Padres, e momeadamente contra os Padres Sá e Betancurt tamanha borrasca?

O Arcebispo, que não era afeiçoado à Companhia, fez, pouco depois de chegar de Portugal a Goa em 25 de Setembro de 1721, a visita canónica às freguesias de Salcete. Instituiu logo, contra o direito e privilégios da Companhia de Jesus, inquirição sobre os párocos, que eram religiosos da Companhia, isentos conforme

---

(1) Cf. *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, n.º XIII, pág. 28, ano 1728.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 282.

(3) Carta (cópia) do Rei ao Vice-rei da Índia, de Lisboa a 18 de Abril de 1724. em B. N. L., Fundo Geral, n.º 1523.

o direito, e da inquirição tirou, segundo ele, graves acusações contra os religiosos. Estes, como era justo, trataram de se defender, tachando de caluniosas as acusações. Daqui brotaram as desavenças. O arcebispo com seu génio irrequieto chegou a declarar excomungado vitando o P. Betancurt.

De que lado estava a justiça? O litígio era complicado. D. João V pugnava com informações vindas de longe, pelo arcebispo contra os dois Padres incriminados. O arcebispo tinha amigos e padrinhos na corte. O Geral da Companhia fiando-se nas cartas que lhe escrevia D. Inácio, e querendo ganhar as boas graças do Prelado, condenava severamente os seus Religiosos, dava-lhes até o nome de *filhos adulterinos da Companhia*, e classificava o seu proceder *de desmedida temeridade e infâmia.*

O Arcebispo acudiu também ao Inquisidor-mor, Cardeal Nuno da Cunha, contra os dois acusados, mas o Cardeal replicou-lhe que o Padre Manuel de Sá o reputara sempre por bom religioso, e, demais, estava agora já muito cego e velho; e do P. Betancurt mais não conhecia do que o que respeitava a seu hábito [1].

O Arcebispo, onde quer que chegava, sempre se envolvia em divergências e distúrbios. Mal entrou em Goa, teve logo ásperas contendas com o Vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro, que afirmava *ser o procedimento do arcebispo verdadeiramente intolerável.* Com o novo Vice-rei conde de Sandomil, com quem renovou os distúrbios, conseguiu que fosse transferido para Prelado do Algarve, onde durante os dez anos de governo andou em contendas com todas as autoridades. Mas quando estava ainda em Goa, disse dele o Vice-rei Sampaio e Castro: « Este Prelado, ou porque mudasse cá o natural com o clima, ou porque tivesse lá muito de hipócrita... o seu procedimento foi muito irregular » [2].

Quanto a doutrina não foi a de D. Inácio sempre segura. Os jesuítas o apelidaram jansenista e hereje. O Inquisidor-mor Cardeal da Cunha, estranhou-lhe, que tendo-lhe ele insinuado que retratasse a doutrina qualificada e censurada, o arcebispo persistisse em querer defendê-la, bem que aparecesse corrigida nos

(1) B. N. L., Fundo Geral, n.º 1533. A carta do Cardeal é de 4 de Abril de 1724.

(2) Ferreira Martins, *Os Vice-reis da Índia*, pág. 190; *Diccionario Portugal*, vb. *Santa Teresa*, D. Inácio.

sermões, como se colhe do Breve de Clemente XII de 15 de Agosto de 1737 (1).

Em carta da Labruja de 28 (18?) de Março de 1728, onde curtia as máguas do seu desterro, escrevia, já mais sossegado o P. Betancurt e com satisfação da sua defesa: «a todas as queixas de Roma satisfiz plenamente depois de vários dares e tomares...», e acrescentou na mesma carta: «ao dito S.or (ao rei) acabou de satisfazer por mim a informação que de lá veio este ano a meu favor e da verdade, causa porque brevemente me restituirei à Corte onde fica o Padre Patriarca, segundo dirá a V. S.» (2).

Consoante vemos, em conclusão, não eram tão condenáveis os Jesuítas, como supunha ou queria supor o desassossegado arcebispo de Goa. Depois das últimas tribulações, que amarguraram os anos derradeiros da sua gloriosa velhice, faleceu o P. Manuel de Sá, no dia 22 de Abril de 1728, com 70 anos de idade e quarenta de missionário (3).

6. — Quatro dias antes despedia para o Oriente uma lus-

---

(1) B. N. L., Fundo Geral, 1523, f. 266. Carta do Cardeal Nuno da Cunha, de Lisboa a 10 de Abril de 1728, *ibid.*, f. 270. Carta do mesmo, de 22 de Março de 1730: «Fico com grande sentimento de V. Il.ma me tornar a repetir que está na mesma inteligência das proposições, que tem pregado, não obstante as minhas insinuações e sobretudo as qualificações dos teólogos». *Ibid.* f. 182: *Pareceres dos Padres S. J. sobre as proposições do arcebispo.*

(2) B. N. L., Fundo Geral, f. 273.

(3) Manuel de Sá foi a primeira vez para a India em 1680 numa leva de 19 missionários. Cf. *Collecção dos Documentos... Academia Real,* 1728, n.º XII, B. N. L., Fundo Geral, 519. Todo o volume trata da questão do arcebispo de Goa com a Companhia. Pág. 1: *Relação das controversias entre o illustrissimo arcebispo de Goa D. Ignacio de Santa Teresa e os Religiosos da Companhia. Ibid.* Fundo Geral, 1723: cartas do Geral Tamburini ao arcebispo de Goa, Roma, 14 de Fevereiro de 1724, f. 230; item, f. 232, carta de Tamburini ao arcebispo de Roma, a 15 de Fevereiro de 1727; item, carta do Rei ao Vice-rei (cópia) de 18 de Abril de 1724; item, carta do Cardeal Nuno da Cunha ao arcebispo, de 4 de Abril de 1724; f. 274, carta de António de Faria, de Lisboa a 9 de Abril de 1728, ao arcebispo, f. 274; item f. 273 carta de Betancurt a 18 (28) de Março de 1728, da Lambruja; *ib.* f. 213: *Memoria seu Brevis informatio Em.is DD. Dnis meis S. R. R. Cardinalibus contra haericticam pravitatem... supra utraque propositione conficta et vera Archiepiscopi Goani singulariter offerendum*, ff. 213-217, Goa, 22 de Novembro de 1733. Assinatura autógrafa do arcebispo. Cf. Bibl. P. de Évora, *Catálogo dos mss.*, I, pág. 322-326.

trosa expedição de 16 apóstolos. Mas com um fervor nunca desmentido, ou ainda mais aceso, de 1730 a 1740, exultaram para correrem a sacrificar-se pela salvação dos infiéis não menos de 146 missionários [1]; nos anos de 1741 a 1748 se andavam preparando nos colégios de Coimbra e de Évora 38 jovens, noviços e estudantes da Companhia, já destinados às diversas missões de além-mar [2]; e nos anos de 1751 a 1754 levantaram ferro do porto de Lisboa 92 missionários, animados todos do mesmo espírito de heróico apostolado: 15 no ano de 1751, 20 no de 1752, 19 no ano de 1753, e 38 finalmente em 1754 [3].

7. — Mas no meio desta, quase increditável, multidão de apóstolos, não poucos se distinguiram não só no zelo do bem das almas, mas ainda, muito especialmente, pelos dotes naturais e riquezas da virtude e da ciência. Recordemos alguns que mais se avantajaram, ou pela santidade ou pela ciência, seguindo aproximadamente a ordem cronológica de entrada nas missões; e em primeiro lugar dois singularmente peritos na língua tamul, em que publicaram obras. São eles Manuel Ferraz e António Pimentel. Ferraz natural de Quinta da Bica (Santa Comba) agregou-se à Companhia de Jesus, em 20 de Julho de 1732, navegou para a Índia no ano de 1735 e faleceu em 1789 [4]. Pimentel foi depois elevado à mitra de Cranganor e sagrado em Goa a 1 de Março de 1722, vindo a falecer em 1752 [5].

---

[1] Estes números e os seguintes são tirados dos catálogos do Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

[2] Arq. S. J., *Catálogo de 1749*. f. 57v, 38, 38v, 59.

[3] Arq. S. J., *Lus*. 49, ff. 206-206v.

[4] *Catalogus Patrum ... in Missione Madurensi*, 1913; *Appendix ad catalog. Maduren*. pro anno 1912, pág. 35.

[5] Cf. F. Rodrigues. *A Formação Intellectual*, pág. 348, 349. Fr. Paulino de S. Bartolomeu elogia ao P. Pimentel: *Vir doctus et Malabarensibus gratus ... India Or. christiana*, pág. 67; Dahlmann, *Die Sprachekunde und die Missionen*, pág. 19; Sommervogel, IV, col. 8. vb. *Hanxleden*, B. G. Nazareth, *Mitras*, II, pág. 219, chama ao arcebispo de Cranganor António Carvalho Pimentel. Será o mesmo que citamos com o nome *António Pimentel?* Será um outro jesuíta e arcebispo? Dahlmann chama-o António Pimentel e arcebispo em *ob. cit.*, pág. 19 e índice. Nazareth, *Mitras*, III, 14 diz: « 1722. D. Manuel Pimentel, jes., presidiu 31 anos ». — No *Excerpta e Catal. Prov. Malabarensis*, pág. 37 tem: « 1722 Desunt e catalogo; P. Antonius Pimentel, factus Archiep. Cranganorensis, sacratus Goae, primo Martii 1722 ». Em alguns Catálogos também se lhe dá o nome de. António Manuel Pimentel e António Carvalho Pimentel.

Não é inferior no merecimento aos dois mencionados, antes, cremos, nós, se lhes avantaja na fama o P. João Loureiro, astrónomo, matemático, médico e botânico do rei da Cochinchina, missionário cerca de 40 anos naquelas regiões e sócio da Academia das Ciências de Lisboa [1]. Da barra do Tejo soltara as velas para o Oriente no ano de 1735, e voltara em Março de 1781, vindo finalmente a falecer a 18 de Outubro de 1791. Nascera em 1715 e entrara na Companhia em 1732. A sua *Flora Cochinchinense* ganhou-lhe reputação mundial [2].

Da missão do Malabar, onde se assinalaram tantos apóstolos no zelo das almas, não omitamos o nome de um herói, António Duarte, natural de S. Martinho de Dume, onde nasceu a 22 de Março de 1716. Inscreveu-se nos catálogos da Companhia em Outubro de 1730 e por 1738 ou 1740 já exercitava o seu zelo na missão e continuou em fervor de santo até à sua morte, que o vitimou a 31 de Maio de 1788 em Virapandiapatnam. É tradição que pouco antes de expirar, entre as lágrimas saudosas de seus neófitos, profetizara a restauração da Companhia de Jesus [3].

Companheiro deste heroi no zelo e nos sofrimentos temos de dizer o P. Fernando Pimentel, nascido em Alvor, onde viu a luz do dia a 19 de Abril de 1707. Entrou na Companhia no colégio de Évora a 13 de Outubro de 1723, e numa expedição de 25 operários navegou para o Oriente em 1730. Depois de trinta anos de sacrifícios a favor das almas, preso à ordem da tirania de Portugal, foi em 24 de Maio de 1761 transportado para Lisboa, encerrado nas masmorras de S. Julião da Barra, em Julho de 1767 desterrado para Itália, e morreu em Frascati na quinta da Rufinela pouco antes de 1782 [4].

Vem agora a propósito louvar quatro missionários que uniram admiràvelmente a virtude e zelo com as ciências em que se

---

(1) Pfister, *Notices*, n.º 442.

(2) Pfister, *ob. cit.*, n.º 442; F. Rodrigues, *A Formação Intelectual*, pág. 303-305; Bernardo Gomes, *Elogio Historico do P.e João de Loureiro*, Lisboa, 1866. — Sommervogel, vb. *Loureiro* tem para o dia do nascimento 1710; Pfister tem 1715, na cit. obra n.º 442. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 15, pág. 492.

(3) Cf. *Appendix ad Catal. Miss. Madur*, 1912, pág. 33; *Catalogus Patrum ... in missione Malabarensi*, 1913, pág. 29.

(4) Cf. *Catalogus Patrum ... in Missione Madurensi*, 1913, pág. 29; *Appendix ad Catal. Miss. Madur*, 1912, pág. 46, onde se diz que partiu para a Índia em 1728.

tornaram eminentes. Eram todos de nacionalidade estrangeira, mas pertenciam à missão portuguesa da China, e do Tejo levaram âncoras para aquele extremo Oriente. Todos entraram, no mesmo ano de 1738, para aquela dificultosa missão [1].

O primeiro chamava-se Floriano Bahr, natural da Silésia, que abraçou o Instituto de Santo Inácio em 9 de Outubro de 1726. Navegou para o Oriente no ano de 1736, a 25 de Abril, com os três ilustres companheiros, António Gogeisl, Agostinho de Hallerstein e Gottfried Laimbeckoven, e todos abordaram a Macau a 4 de Setembro de 1738. Estudou a língua e os caracteres chineses com tanto empenho e tão feliz resultado, que ao fim de um ano podia pregar em público e não cessou de o fazer durante mais de 30 anos. Falava a língua com tanta elegância e clareza que os chins e tártaros o preferiam aos oradores da sua nação. Faleceu em Pequim a 7 de Junho de 1771 [2].

Gogeisl era bávaro de origem. Em Pequim foi nos últimos 26 anos Assessor do Tribunal das Matemáticas. No Paço imperial gozava de grande autoridade, de que sòmente se servia a favor da Religião perseguida. Faleceu em Pequim a 12 de Outubro do mesmo ano de 1771. Inventou e fez construir uma espécie de Quadrante, que simplificava notàvelmente as observações de Astronomia [3].

Hallerstein, descendente de antiga e nobre família da Carníola, encorporou-se à Companhia na Província da Áustria, e dirigiu-se para Portugal em 1735 com o fim de fazer viagem para as missões da China. Quando faleceu o P. Kögler em 1746, foi Hallerstein designado para sucessor na Presidência do Tribunal das Matemáticas, como o mais capaz que era, para desempenhar aquele importante e honroso cargo [4]; mas com todas as ocupações de Matemática e Astronomia não deixava o insigne astrónomo de trabalhar, quanto podia, na conversão daqueles pagãos. «Nós, escreve Hallerstein, lhes mostramos livremente seus erros, e lhes explicamos os dogmas» [5].

---

[1] Cf. *Catalogus Patrum ac Fratrum, qui ... in Sinis adlaboraverunt*, Chang--Hai, 1892.

[2] Pfister, *Notices*, n.° 349.

[3] Cf. Pfister, *Notices*, n.° 350. — Nasceu em Siegenburg a 30 de Outubro de 1701; entrou em Religião a 14 de Setembro de 1720.

[4] Kögler faleceu a 30 de Março de 1746. Cf. Pfister, *ob. cit.*, n.° 297.

[5] Pfister, *Notices*, n.° 351, pág. 755.

O amor que dedicava à sua vocação religiosa era tão intenso, que chegando-lhe a novada supressão da Companhia de Jesus, morreu subitamente de dor, ferido mortalmente no coração [1].

Laimbeckoven foi dos que mais sofreram, nas perseguições e tormentos que se levantaram contra a Religião Cristã na China. Cresceram suas tribulações com a mitra episcopal de Nanquim, para que foi escolhido e proposto por D. José I, rei de Portugal em 1752. Mas o novo bispo não descoroçoou, e sempre se dedicou por suas ovelhas, como Prelado verdadeiramente apostólico e sacrificado. De Laimbeckoven escreveu o P. Bourgeois «Tudo nele é distinto: virtude, nascimento, erudição e zelo» [2].

Coroemos esta ementa de heróis com os últimos missionários, que trabalharam na China até à morte. São estes os Padres portugueses, todos insignes em Matemática e Astronomia, Félix Rocha, natural de Lisboa, José de Espinha, de Lamego, André Rodrigues, de Mortágua, da diocese de Coimbra e José Bernardo de Almeida, de Penela [3].

Felix da Rocha fez viagem para o Oriente em companhia do P. João Loureiro, numa expedição de 18 missionários, a 13 de Abril de 1735, e desde 1738 já se ocupava em obras de Matemática, ciência em que era notàvelmente perito, e conquistou grande estima e autoridade na Corte de Pequim e com o Imperador; e logo que teve conhecimento da língua, se entregou também à propagação da cristandade. Foi pelo Imperador elevado à dignidade de Mandarim e desempenhou por muitos anos o cargo de Presidente do Tribunal das Matemáticas. Depois de 43 anos de actividade no exercício da virtude e da ciência, descansou suavemente no seio de Deus em 22 de Maio de 1781 [4].

O P. José de Espinha, companheiro inseparável de Rocha na actividade científica, recebeu iguais honras do Imperador. Foi nomeado em 1770 Vice-Presidente do Tribunal das Matemáticas, e

---

[1] Pfisfer, *Notices*, n.º 351, pág. 757.

[2] Pfister, *Notices*, n.º 352, pág. 360, segg., pág. 768. Laimbeckoven faleceu em 22 de Maio de 1787.

[3] F. Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos*, pág. 58, 65.

[4] Félix nasceu a 31 de Agosto de 1713; entrou na Companhia a 1 de Maio de 1728, Cf. Pfister, *Notices*, n.º 353; F. Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos*, pág. 58-63.

em 1781, à morte de Rocha, Presidente do mesmo Tribunal, vindo a falecer em 10 de Julho de 1788 [1].

Faltam os dois últimos apóstolos que fecham a série dos herois que tanto honram a Igreja, a Pátria e a Congregação religiosa, já então suprimida, que os formou. Foram eles o P. André Rodrigues, e José Bernardo de Almeida. Rodrigues lidou naquele campo de acção 37 anos, e Bernardo de Almeida 46. O primeiro faleceu em 1796 e o segundo a 12 de Novembro de 1805.

Ao P. Almeida honrou-o testemunha presencial de nação estranha com este elogio: « causava admiração vê-lo unir um zelo infatigável a um espírito de oração, que no meio das ocupações sempre encontrava tempo para a contemplação e comunicação íntima com Deus (...) Bem que fora membro de uma Companhia detestada e proscrita por seus compatriotas, empregava o seu crédito a proteger, em emergências dificultosas, os portugueses da cidade de Macau » [2].

Tal apóstolo foi o último jesuíta português da antiga missão de Portugal, falecido no Império da China [3].

Já nos sobra e muito essa longa ementa de missionários, enviados ao Oriente, para demonstrar que a acção apostólica da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, foi sob tantas considerações admirável e sumamente frutuosa e benéfica, durante duzentos anos da sua actividade em Portugal.

8. — Mas outros campos vastíssimos se lhe abriram a que ela se encarregava de fornecer apóstolos. Eram as missões do Brasil e Maranhão. Recordemos as expedições que bastem para fazermos ideia aproximada da actividade generosa da Província na primeira metade deste século XVIII, continuando sem interrupção a dos dois séculos anteriores.

Logo no princípio do século, em 1702, mandava Portugal à Província do Brasil um visitador benemérito na pessoa do P. João Pereira, de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel, com um compa-

---

[1] Pfister, *Notices*, n.º 396.

[2] Pfister, *Notices*, n.º 417, 418, pág. 887.

[3] Pfister, *Notices*, n.º 417. Tinha 77 anos ao tempo de seu falecimento. Fora jesuíta, mas novamente, como podemos supor, o tornou a ser, entrando, com a devida autorização, pouco antes da morte na comunidade da Companhia de Jesus conservada e restaurada na Rússia Branca, e pouco depois em todo o mundo. Cf. Pfister, *Notices*, n.º 417, pág. 887 ; n.º 436, pág. 967, n.º 430, pág. 965.

nheiro Ascenso Fernandes e mais alguns noviços escolares. Deteve-se no Brasil até 1704 ([1]).

Em 1716 outro Visitador foi de Portugal ao Brasil. Era o P. José de Almeida, natural de Lisboa e então reitor do colégio do Porto. Acompanhava-o na visita o irmão Pedro Guilherme, flamengo de nação ([2]). O Geral em carta de 15 de Janeiro de 1715 escrevera ao P. Manuel Dias, dizendo-lhe que queria um Visitador que se assinalasse no zelo, na religião e na autoridade. Mas o P. Dias escusou-se daquele cargo, e recaiu no P. Almeida a eleição do Geral ([3]).

Para o Maranhão foi igualmente de Portugal, como Visitador, o P. Manuel de Seixas, natural de Rio Bom, da diocese de Lamego. «Levou como companheiro o irmão Manuel Bernardo e onze noviços, parte estudantes, parte coadjutores». Prolongou a visita de 1717 a 1721 ([4]).

Foram, anos depois, extraordinàriamente enviados em comissão oficial ao Brasil, por ordem de D. João V, em 1729, os dois sábios jesuítas, Diogo Soares e Domingos Capacci, ambos insignes no conhecimento das ciências Matemáticas, Astronómicas e Geográficas, e «são célebres os mapas que delinearam e o seu levantamento de Longitudes e Latitudes, o primeiro realizado no Brasil» ([5]). Apelidava-se Soares: Geógrafo Real do Estado do Brasil. De feito, «desenhou mapas que celebraram seu nome».

Depois de assinalarmos estes poucos factos que contribuiram para grande bem das missões do Brasil, apontemos as principais expedições ou individualmente ou em globo. O aumento ou fre-

([1]) Franco, *Syn. Ann.*, 1702, n.º 3. — João Pereira foi também poucos anos mais tarde Visitador e Vice-Provincial do Província portuguesa de 1710 a 1712. Entrara na Companhia a 23 de Dezembro de 1661 e faleceu a 23 de Abril de 1715.

([2]) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 222; Pranco, *Syn. Ann.*, 1716, n.º 12.

([3]) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 220-222.

([4]) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 214. — Franco, na *Syn. Ann.* 1717 n.º 3, tem que Seixas levava 8 noviços, mas no catálogo final (1717) a mais o ir. José Lopes, que pertence a outra expedição. — Seixas, antes de partir para o Maranhão, ocupara-se durante 20 anos nas Ilhas Terceiras nos ministérios da Companhia. Cf. Franco, *Syn. Ann.* 1717, n.º 3. — Cf. Leite, IV, pág. 220. Tomou posse a 4 de Junho de 1717.

([5]) Leite, VI, 604, 552-553, Mapa do Rio da Prata; *ib.* pág. 549-550.

quência das missões que iam de Portugal, bem nos parece mostrarem que se desenvolveu ainda mais o zelo apostólico nos últimos anos (1).

Para o Brasil preparou-se e levantou ferro a expedição importante de 1705, constando do 12 missionários e levando à frente o P. Miguel da Costa, natural de Lorvão. Um só era italiano e 11 os portugueses (2).

Em 1717 dez missionários correram a beneficiar o Brasil, guiando a expedição o P. Francisco Machado, natural de Landim, do termo de Famalicão. Eram 9 noviços portugueses, que no colégio do Porto recebera na Companhia o P. Machado; o P. António Gião, reitor do colégio, tomava a seu cargo instruí-los, «e o fez com sucesso». Partiram da barra do Douro em a nau *Anjo da Guarda* no último dia de Maio (3).

No ano de 1727 só dois puderam navegar para o Brasil, P. António Cardoso e P. Luís Tavares, homens que muito se distinguiram na virtude e acção apostólica (4).

Mas em 1729 e 1732 deram à vela para as mesmas missões de além-mar duas luzidas esquadras de missionários. Em 1729 foram ao todo treze, um italiano, António Maria Scotti, e doze portugueses. O italiano ia por Superior (5).

---

(1) É conveniente observar que para as missões do Oriente foi sempre mais intenso o entusiasmo dos apóstolos de Portugal. Para lá foram sempre maiores e mais frequentes as expedições.

(2) Miguel da Costa foi Visitador e Vice-Provincial da Província do Brasil de 1733 a 1737. Foi Reitor dos Colégios da Baía, de Olinda e da Paraíba. Cf. Leite, V, 86, 431, 498; F. Rodrigues, *A Companhia . . . em Portugal e nas Missões*, p. 50.

(3) Franco, *Imagem cit.*, f. 214; *Syn. Ann.* 1717, n.º 3.

(4) António Cardoso era de Luanda; entrou na Companhia de Jesus na Baía no ano de 1684. Em 1725 afadigava-se a grangear missionários para as missões do Brasil, e em 1749 faleceu no Rio de Janeiro com 83 anos de idade. Cf. Leite, artigo na *Brotéria*, vol. XXXI, 255. Luís Tavares nasceu nos Açores em Angra; entrou na Companhia em Portugal; foi Visitador e reitor dos colégios de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, e também Visitador do colégio do Rio de Janeiro. Assinalava-se pela caridade para com os pobres. Era «digno de se inscrever o seu nome no catálogo dos nossos homens ilustres». Carta ânua de 1745, em Leite, VI, pág. 20. Faleceu a 13 de Junho de 1745.

(5) Franco, *Imagem cit.*, f. 325. — Scotti viera do Maranhão para ser em Portugal Procurador daquela missão; mas o rei não queria estrangeiros naquele cargo; e Scotti voltou, não para o Maranhão, mas para o Brasil com os doze

No ano de 1722 chegaram à cidade de S. Salvador da Baía mais 13 missionários para a obra da evangelização. Dirigia a expedição o P. António Guizenrode, luso-brasileiro natural da Baía. Trazia consigo o então irmão estudante Silvério Pinheiro, que, sendo já sacerdote e reitor do colégio do Espírito Santo, foi com seus súbditos cercado de tropas em seu próprio colégio, a 4 de Dezembro de 1759, por ordem do tirano de Portugal (1).

Finalmente, na última expedição para o Brasil, de que pudemos ter conhecimento, 12 noviços se embarcaram em Lisboa no Janeiro de 1739 para as regiões do Ocidente. Nem foram estes missionários a derradeira missão que Portugal mandou para as terras de Santa Cruz. Assim como continuaram a ser enviados apóstolos para o Oriente e para o Maranhão em maior número, não faltariam certamente — quem o pode duvidar? — bons missionários para os vastíssimos campos do Brasil (2).

9. — De feito, para o Maranhão que nesta primeira metade do século subia jurìdicamente de missão a Vice-Província independente, foi enviado grande número de operários evangélicos, especialmente depois de ser elevada a Vice-Província a 15 de Fevereiro de 1727 (3).

Nas primeiras duas dezenas do século XVIII, de 1703 a 1721 partiram para o Maranhão, em dez expedições, não menos de 69 missionários. Na de 1720 ia o afamado apóstolo Bento da Fonseca, ainda estudante, e na de 1721 dois insignes missionários, P. Gabriel Malagrida, apóstolo e mártir, e o P. António Scotti, ambos italianos. Dos dois, nesse mesmo ano de 1721, escreveu o Geral ao Visitador Manuel de Seixas, recomendando-lhos por serem homens de talento e virtude (4).

---

ainda noviços, que tinham entrado na Companhia, destinados à missão brasílica. Cf. *Imagem cit.*, f. 326.

(1) Leite, VI, 138, 141, 142.

(2) Leite, VI, pág. 605. — Não nos consta quem fosse o Superior desta expedição de 1730.

(3) Leite, IV, 220. Carta do Geral Tamburini de 15 de Fevereiro de 1727.

(4) Leite, IV, pág. 351 ; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*, pág. 54. Bento da Fonseca nasceu na Anadia a 16 de Abril de 1702, entrou na Companhia a 4 de Março de 1718. Dele disse o Vice-Provincial José Vidiga : *religione, doctrina et docendi contentione praeclarus*. Cf. Leite, IV, 321. Foi preso, como seus irmãos religiosos, e encerrado em S. Julião da Barra, donde saíu em 1777 com 75 anos. *Ibid.*, pág. 322.

Nas três expedições seguintes, de 1722 a 1726, 38 foram evangelizar aquela esperançosa missão. Entre eles, cremos, sobressaiu o P. Jacinto de Carvalho, como missionário, como Visitador e Procurador em Lisboa [1].

Em 1728, quando já era a missão governada como Vice-Província, começou a multiplicar-se o número de missionários, que de Portugal acudiam àquela Missão, bem precisada de operários. O campo de acção era vasto e os obreiros poucos. Nesse ano uma formosa esquadra de 15 apóstolos, no ano seguinte de 1731 outra de 18 e em 1737 nova expedição de 13, foram povoar de missionários aquelas terras que pediam braços [2]. Vou enumerando as maiores que mais fàcilmente nos ajudam a avaliar as chamas do zelo apostólico.

Em 1728 e 1731 eram todos portugueses os missionários, e em 1737 dois alemães e portugueses os demais. Era Portugal que se desfazia em generosidade e favores, para as terras que descobrira [3].

Nos anos de 1741, de 1743 e 1748 saíram pela Barra do Tejo para o Maranhão 38 missionários. Em 1741 e 1748 28, e 10 em 1743; e de 1750 a 1756, em quatro expedições, despediam finalmente para as mesmas regiões 37 apóstolos: 7 em 1750, 4 em 1751, 17 em 1753, e 9 em 1756. Mas terminemos neste ponto a longa e compendiada enumeração de apóstolos, que para o Oriente e América despachou Portugal e a Companhia. Mostra-nos ela a maior e mais benéfica obra que levou a cabo a Companhia de Jesus na sua actividade assombrosa. Um ano antes da última expedição horrorizaram Lisboa os abalos e ruínas do grande terremoto. Depois... a tempestade de injustiças, de masmorras, de desterros e de mortes esmagou a Companhia de Jesus!

---

[1] Carvalho nasceu em Pereira (diocese de Braga) a 28 de Maio de 1677; entrou na Companhia em 24 de Novembro, quando estudava Retórica, e faleceu em Coimbra a 29 de Maio de 1744. Foi Visitador do Maranhão de 1723 a 1729. Cf. F. Oliveira Martins, *Um Herói Esquecido*, II, pág. 5, nota 1; Leite, IV, 320, 229.

[2] Leite, IV, pág. 352-354.

[3] Os alemães eram António Heckel e Luís Bellecius. Bellecius nasceu em 15 de Fevereiro de 1707 em Freiburg i. B.; entrou na Companhia a 22 de Outubro de 1719. No Pará, ensinou quatro anos Teologia; em 1750 voltou para a Europa, e faleceu a 27 de Abril de 1757 (Huonder, *Deutsche Jesuitenmissionäre*, pág. 155) De Heckel não temos mais notícias.

CAPÍTULO IV

EM TERRAS DE ANGOLA E MAZAGÃO

SUMÁRIO: — 1. *Missionários para Angola.* — 2. *Espírito eclesiástico, religioso e apostólico.* — 3. *A missão de Mazagão.* — 4. *Desavença com o Governador em 1716.* — 5. *A expulsão da Companhia em 1760.* — 6. *Os bens dos Jesuítas.*

1. — Para as terras e missão de Angola enviava também continuamente a Província de Portugal missionários escolhidos que trabalhassem na pregação do Evangelho e na civilização dos habitantes daquela região tão vasta e inóspita.

A história da missão no século XVII terminámo-la com um documento autorizado do Governador geral Gonçalo de Alcáçova Carneiro, que louvava com encarecimento os missionários da Companhia, naquele tempo moradores no colégio de Luanda. Dizia o desvelado Governador, que « os Padres da Companhia os seus empregos aqui são singulares, como em toda a parte ; aquele curso comum em que estão ocupados, é com a perfeição e certeza que costumam » [1].

Eram nove estes Padres que formavam com os seis auxiliares a comunidade edificante do colégio, e foi esse, com pouca diferença, o número de religiosos da Companhia que se manteve na missão angolense por toda a metade do século XVIII e primeiros dez anos da segunda metade até ao ano de 1760. O primeiro

(1) Cf. *Hist. da Assist.* III, II, pág. 304, 305; B. N. L., Fundo Geral, 1587, f. 135 segs., carta do Governador, de 24 de Abril de 1693, original.

catálogo de 1700 para 1701 já enumerava 8 sacerdotes e 7 coadjutores auxiliares [1], e pouco depois com a achega de dois sacerdotes, Estêvão Franco, de Sintra, e António Pereira, de Parada, subiram a 10, ficando ao todo dezassete religiosos, como segue:

Colégio de Luanda:

P. João da Veiga, de Estremoz, reitor,
P. António Moreira, de Lisboa,
P. Francisco Salas, de Montemor,
P. João Baptista, de Alvito,
P. Martinho da Silva, de Faro,
P. Pero de Castro, de Melgaço,
P. Pedro Mendes, de Luanda,
P. Bartolomeu Nunes, de Lisboa.

Coadjutores temporais:

Marco de Amorim, de Caminha, ou de Viana do Minho,
António Gonçalves, de Vilar do Monte,
Manuel Lopes, de Pedralva, (?)
Sebastião da Costa, do Porto,
Bartolomeu Francisco, de S. Joaninho,
Simão da Cruz, de Figueiró,
Manuel Toscano, de Canal Verde.

Vieram há pouco para o colégio:

P. Estêvão Franco, Sintra (Lisboa),
P. António Pereira, de Parada (Viseu).

Sacerdotes 10, coadj. 7, ao todo 17 [2].

No mesmo ano de 1700, conforme tem o catálogo terceiro, sustentava o colégio Luandense 16 religiosos, sendo nove sacerdotes, dos quais 3 eram professores um de Gramática, outro de

---

(1) Este catálogo de 1700, que se conserva manuscrito no Arquivo Romano S. J. e antes estava no Arq. chamado do Gesù, em Roma, é o catálogo da Província portuguesa de 1793 emendado. Cf. Paiva Manso, *Historia do Congo*, pág. 331 segs.

(2) *Collegium Loandense*, do catálogo de 1700, no Arq. S. J. do Gesù, em Roma.

Retórica, e o terceiro de casos de consciência, com seu Prefeito de Estudos. Havia mais seis coadjutores temporais, um dos quais ensinava as crianças a ler e escrever [1].

Os missionários deste tempo, de 1700 a 1701, outro Governador, Luís César de Menezes também os elogia francamente, não omitindo censura que julgava bem merecida. « Pelo Visitador Pedro de Quadros, que a este porto chegou em Julho ... recebi uma carta de V. Rev.ma de 22 de Janeiro em resposta da que lhe havia escrito sobre o procedimento do P. Simão Dinis, reitor deste colégio de Luanda ; e pelo favor que V. Rev.ma me faz, lhe beijo mil vezes a mão, protestando saber merecer-lo em todo o tempo, sacrificando no serviço de V. Rev.ma e de toda a Companhia, a mais pronta obediência. E assim como o muito de que me confesso devedor à Companhia, me obrigou a fazer presente a V. Rev.ma os desconcertos do P. Simão Dinis, a mesma razão m.to corre para noticiar-lhe o bom procedimento com que se hão os Padres que hoje assistem neste colégio espiritualmente. O P. João Nunes o qual não só predica, senão em muitos papeis doutros, que tem feito sobre várias matérias, tem bem mostrado o préstimo do seu talento e em tudo o mais se tem havido de sorte que bem merece a fortuna que logra, de ser verdadeiro filho de S. Inácio ; e verdadeiramente que não sei como os PP. de Portugal deixaram vir sojeito de tantas prendas para uma terra, aonde parecem pouco necessários grandes talentos. Venero porém as disposições da Companhia por muito acertadas, e por esta causa me privo do gosto que teria de o levar em minha companhia na volta que pretendo fazer brevemente para Portugal » [2].

Cinco anos mais tarde lidava no colégio outro sacerdote, Jerónimo de Sequeira, que exercia, havia bastantes anos, o cargo de pregador [3].

Neste mesmo ano de 1705 dá-nos o catálogo do colégio 9 sacerdotes, como seus moradores com oito auxiliares [4]. São dignos de particular lembrança o P. Miguel de Sousa, de S. Pedro

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 54.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 23.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 66v. Catálogo de 1705. Jerónimo de Sequeira entrara na Companhia a 15 de Maio de 1659.

(4) Arq, S. J., *Lus.* 47, catál. de 1705, f. 93, 93v.

de Aviozo (Porto), que se agregara à Companhia em 14 de Agosto de 1679, e desempenhava o cargo de reitor de Luanda, desde 8 de Setembro de 1701; o P. António Moreira, de Lisboa, que fora também por alguns anos reitor do mesmo colégio e entrara na Companhia a 1 de Novembro de 1648 [1].

Quatro sacerdotes, depois de terminarem a sua missão em Angola, retiraram-se para o reino. Entre eles navegavam missionários insignes, como o P. Pedro de Quadros, do Faial, e Manuel Monteiro, de Garvão [2].

No ano de 1711 contavam-se no colégio 16 missionários, 9 sacerdotes e 7 coadjutores [3]. Não diminuiram os operários. Dois deles, João Nunes, do Espinhal, e Hipólito Zuzuarte, da mesma povoação, foram por vários anos reitores do colégio [4].

Quatro anos mais adiante, em 1717, eram sòmente seis os sacerdotes e quatro os auxiliares. O P. António Viegas, um desses seis, foi reitor de Angola de 13 de Fevereiro de 1713 a 13 de Junho de 1717 [5]; e em 1717 teve a pouca sorte de sustentar com pouca felicidade um litígio contra o Governador D. João Manuel de Noronha. A seu tempo trataremos brevemente do facto.

Mas de novo se dirigiu para Angola uma boa expedição de seis Padres. Iam nela os Padres Pedro Velho, de Monsaraz, para reitor do colégio, começando a desempenhar esse cargo a 13 de Junho de 1717 [6]; Paulino Ribeiro, de Portalegre; António de Macedo, de Coimbra; Agostinho da Costa, de Lisboa; Luís Xavier, de Formoselhos, e António de Mendonça, de Castelões (Porto) [7].

Três anos depois, em 1720, eram nove os missionários, 7 sa-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 93, catál. de 1705, n.os 668, 669.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 47, catál. de 1705, f. 93v n.os 668, 688.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 149-149v, catál. de 1711.

(4) *Ibid.* f. 149.

(5) *Livro em que se aponta o tempo em que começão os Superiores seus governos.* f. 64. Ms. da nossa Livraria.

(6) *Livro em que se aponta...*, f. 64. — Pedro Velho nasceu a 25 de Dezembro de 1681; ingressou na Companhia a 4 de Julho de 1697.

(7) P. António de Mendonça nasceu a 26 de Outubro de 1693; entrou na Companhia a 4 de Agosto de 1709; ensinou Gramática no colégio de Luanda. É pregador e confessor.

cerdotes e 2 auxiliares, sendo quatro os professores. Governava o colégio, como reitor, o P. Pedro Velho.

Mas o catálogo oficial de 1726 dava-nos para missionários apenas 6 sacerdotes e 2 auxiliares [1].

Era Vice-reitor do colégio o P. Francisco Teixeira, natural de Vilamarim, da diocese do Porto, pregador. O P. Félix Correia, de Lisboa, ensinava Letras Humanas, bem como o P. Simão de Sá, de Lamelonga, da diocese de Miranda [2].

No ano de 1730 onze eram os moradores do colégio, e havia bastantes anos que aí trabalhava o P. Xavier dos Santos, natural de S. Marinha do Caia, da diocese de Coimbra. Nascera em 1691, entrara na Companhia a 5 de Outubro de 1707 [3].

Em 1704 governava a missão com o cargo maior de Visitador o P. Paulino Ribeiro, que viera à luz do mundo em 22 de Maio de 1688, e dera seu nome à Companhia a 1 de Setembro de 1699 e fora depois por seis anos lente de Teologia Moral [4].

No ano de 1741, a 21 de Outubro, foi eleito reitor do colégio luandense o P. Manuel Balester, que depois têve de suportar, durante largos anos os ódios do cruelmente famoso Pombal. Desempenhava ainda o mesmo cargo no ano de 1745, ano em que se ocupavam no colégio, sob a direcção de Balester, os Padres Mendo de Mendonça, pregador, Francisco de Mendonça, pregador igualmente; Francisco Luís, professor de Retórica; Manuel Pinheiro, mestre de Gramática; Manuel de Amaral, de Gouveia, coadjutor espiritual; e mais cinco auxiliares, dos quais um, Inácio Luís, era mestre de ler e escrever, e mais outro, de nome José Francisco, farmacêutico do colégio [5].

Em 1749 exercitavam o seu zelo no mesmo colégio de Luanda 16 religiosos. Tinha o ofício de reitor o P. Inácio Ribeiro, natural de Alcains e pregava o citado P. Balester, que perseverava em Luanda no exercício dos ministérios sacerdotais. Gramática e Retórica ensinara-a o P. Francisco Galvão, de Condeixa, por seis anos, e continuava no mesmo ofício em Angola [6].

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 47, catál. de 1726, n.os 328, 329.

[2] *Ibidem.*

[3] Arq. S. J., catál. de 1726, n.º 623.

[4] Arq. S. J., *Lus.* 47, catál. de 1726, n.º 365, e de 1734, f. 123.

[5] Arq. S. J., *Lus.* 48, catálogo breve de 1745.

[6] Arq. S. J., catál. de 1749, em *Lus.* 49, f. 51, 51v.

Chegamos finalmente ao último catálogo que se nos deparou, do colégio angolense, do ano de 1754, quando já se aproximava o desfecho da grande catástrofe. Aponta-nos o catálogo os últimos 12 moradores do famoso colégio de Luanda, que foi testemunha de tantos heroísmos nos dois séculos de sua existência, de 1559 a 1760.

É este o catálogo derradeiro:

P. José do Vale, reitor, proclamado a 24 de Abril de 1752, de Palheira, dioc. de Coimbra,
P. José Aranha, de Quiaios, dioc. de Coimbra,
P. Manuel de Amaral, de Gouveia,
P. Mendo de Mendonça, de Loulé,
P. Joaquim Barreto, de Lisboa,
P. José Pereira, de Costa do Vale,
P. José Loureiro, de Elvas;
Com cinco leigos, auxiliares da missão.

Dos Padres foi Joaquim Barreto o último reitor; e o penúltimo o P. José do Vale [1].

2. — Todos estes missionários, durante os últimos 60 anos de sua actividade, ajudados de outros operários da mesma vinha, pertencentes ao clero regular e secular, se empregavam na cultura da dificultosa missão do reino de Angola. Mas todos esses braços eram excessivamente poucos para a extenção daquele campo, escabroso e vastíssimo. Acresce que nem todos eles correspondiam cabalmente à grandeza da sua profissão.

O Governador, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, já em 1722, ano em que tomara posse do governo de Angola, escrevera para o Conselho Ultramarino, de Lisboa, com intento de o avisar « de que se achava admirado, que sendo aquele reino tão dilatado, e sem número o gentio domesticado, que está debaixo da sujeição daquele governo, não possa haver operários para a introdução do Santo Evangelho, mais que quatro ou cinco missionários dos Carmelitas descalços, tendo a dita Religião um

---

[1] Arq. S. J., catálogo de 1754; *Collegium Angolanum*. O P. José do Vale recebeu o cargo de reitor a 25 de Abril de 1752; o P. Joaquim Barreto a 25 de Dezembro de 1756. Cf. *Livro em que se aponta o tempo . . . Superiores . . .*

Convento com côngrua, em que só se acha um Prior de si mesmo; e que os Terceiros têm outro Convento, sem mais missão que a da sua cela e dois só assistem nele; e que os Padres da Companhia, que em todo o Brasil são hidrópicos das missões, ali não tem mais que a das classes, sendo que as rendas do seu colégio são consideráveis e capazes de sustentarem muitos Padres» [1].

Censura o Governador Coelho de Carvalho os Padres, porque se desculpam «com o doentio do Sertão, no que não reparam os Capuchinhos». Mas tem bom e plausível fundamento a desculpa dos missionários, e já insinuámos os motivos dela no tomo anterior, como adiante outra vez explicaremos. Mas o Governador sem ponderar aqueles motivos, acusa duramente os Religiosos perante o Conselho. Este, querendo com zelo verdadeiro remediar o mal, aconselha o Rei a que extranhe aos Prelados das Religiões a falta de zelo que mostram em obra de tanta importância, ameaçando-os com represálias. Seguiu o monarca o conselho proposto mas o resultado não foi feliz [2].

Confirmando a notícia do mau estado da missão de Angola escreve ao monarca o P. Paulino Ribeiro, reitor do Colégio da Companhia, a pedir socorro em carta de 28 de Novembro de 1732, por estas palavras: «Este é o lamentável estado, em que se acha esta Igreja, que pede a V. Mag.de um remédio tão pronto como eficaz» [3].

Bastantes anos mais tarde ouvem-se ainda queixas do lastimoso estado das missões. O Governador, D. António Álvares da Cunha, que tomou posse do Governo em 31 de Julho de 1753, escrevendo ao ministro Diogo de Mendonça Corte Real, expõe-lhe as misérias gravíssimas da missão daquele Reino, e observa-lhe que «as missões de Angola estão sem ministros de Deus: o Reino falto de clérigos de modo que o Bispo não pode suprir com eles a falta de missionários. Os Religiosos pouco caso fazem das advertências, que lhes faz o Governador. Os clérigos naturais deste Reino é que têm os predicados, que são precisos

---

[1] A. H. C. — Angola, *cod.* 554, f. 156-156v.

[2] A. H. C. — Angola, *cod.* 554. Conselho Ultramarino, Lisboa Ocidental, 22 de Março de 1723. «à margem: *Por hu aviso. Como parece.* 1 de Abril de 1723»

[3] A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 28-XI-1732.

para serem Párocos nas missões que presentemente administram os sacerdotes regulares, porque os indígenas sabem a língua, que os estranhos ignoram.

Os Capuchinhos confessam por intérprete e tais confissões não podem ser bem feitas, e quando o sejam, têm gravíssimos inconvenientes. Os religiosos e clérigos de fora não são úteis em Angola. São sòmente homens de negócio a título de missionários, e servem de escândalo. «Devo exceptuar, interrompe o Governador, os Padres da Companhia de Jesus, que em toda a parte procedem bem e nesta são úteis, porque ensinam nesta cidade» [1]. Os Capuchinhos também são de vida exemplar, mas tornam-se inúteis, porque não sabem falar português nem muito menos a língua Imbunda. Estão encarregados de muitas missões, mas sucede que nunca mandam para lá religiosos, porque não os têm bastantes; e por mais virtuosos que sejam, como não sabem as línguas do país, não podem confessar nem ensinar aos gentios a nossa santa Fé. Se se fundasse em Luanda um Seminário, como já em tempos se tratou, e se nele se recolhessem os Seminaristas desde a tenra idade, e fossem doutrinados pelos Padres da Companhia, saíriam clérigos de exemplar procedimento, e não se veria o escandaloso modo de viver com que procedem aqui os Sacerdotes seculares [2].

No mesmo governo do zeloso Governador D. António Álvares da Cunha «o Padre missionário de Bengo» representou ao Governador «o lastimoso estado de consciência em que se achava toda essa negraria, que assiste pelos arimos do mesmo Bengo, porque além de suas contínuas maldades nem um cumpria com obrigação alguma de católico, faltando a todos os preceitos da Igreja, sem se confessarem nem ouvirem missa, vivendo mais como gentílicos bárbaros, que como gente denominada de cristãos. . . .» [3].

---

(1) A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 2 de Abril de 1755.

(2) *Ibidem*. — A propósito do Seminário que D. António Álvares da Cunha desejaria se fundasse em Luanda, refere-se expressamente ao testamento famoso, em que Gaspar Álvares legou seus bens à Companhia e a outras obras pias. O Governador não estava inteirado do que sucedeu com esse testamento, e por isso aventa afirmações inadmissíveis. Já referimos a história desse testamento no tomo III, vol. II, pág. 308 segs.

(3) Cf. A. H. C., Angola — Papéis Avulsos, 3 de Março de 1755: Acta da

No ano de 1735 outro Governador também favorecedor das missões, Rodrigo Cesar de Meneses, escreveu a D. João V em 9 de Julho, a dar-lhe conta de que o Hospício de religiosos descalços de Santa Teresa, e os dos Capuchinhos italianos, de Angola, estavam destituídos de missionários para o ministério das missões, e que os religiosos do Convento da Ordem Terceira, existente em Luanda, não tratavam das obrigações de missionários.

O monarca resolveu no seu conselho Ultramarino recomendar ao Provincial dos Carmelitas descalços e aos Superiores dos Barbadinhos italianos, que provejam de missionários o reino de Angola; e ao Provincial da Ordem Terceira que mande nos primeiros navios para essa missão religiosos tais que cumpram a obrigação de missionários. Ameaça com represálias aqueles religiosos, e não foi inteiramente debalde a recomendação do rei ([1]).

Em 9 de Julho de 1736 escreveu de novo a D. João V o Governador a dizer-lhe que já tinham chegado a Angola missionários barbadinhos e que foram logo repartidos pelos Hospícios do Sertão ([2]). Mas com o decorrer dos anos foi decaindo o fervor da missão. Em 1800 eram apenas três missionários Capuchinhos! ([3]).

3. — Os religiosos da Companhia não empregaram os empenhos de sua actividade sòmente em Angola. Também desenvolveram frutuosamente a solicitude de seu zelo nos moradores da Praça de Mazagão, situada a Noroeste de Marrocos em África até aos últimos anos de sua existência em Portugal. Dez anos depois da expulsão dos Jesuítas desamparava o Conde de Oeiras essa Praça africana, onde tanto se tinha assinalado, durante séculos, o valor das armas portuguesas ([4]).

Era e chamava-se *Missão* aquela Praça porque não moravam nela contìnuamente os religiosos, mas nesse campo de acção exercitavam os ministérios da Companhia, dois a dois, os Padres, e depois de alguns anos, dois, quatro ou seis, voltavam para Portugal, sendo substituídos por novos operários. Os monarcas por-

---

Junta das Missões, em presença do Governador Álvares da Cunha, e do reitor do colégio de Luanda, P. José do Vale.

([1]) A. H. C. — Angola — Papéis Avulsos, 10 de Janeiro de 1736.

([2]) *Ibidem*, 9 de Julho de 1736.

([3]) Alves da Cunha, *Missões Católicas de Angola*. Luanda, 1935.

([4]) Fortunato de Almeida, *Hist. de Port.*, V, pág. 20.

tugueses é que ordenaram que houvesse sempre naquela Praça dois religiosos da Companhia, que dirigissem as consciências dos soldados, e ensinassem a língua latina a seus filhos. Eram os dois missionários sustentados a expensas do régio erário.

Deste modo — e sirva de exemplo — foram, em 1712, missionar em Mazagão os dois Padres Manuel Coelho e Francisco Faria, e retiraram-se para Portugal os dois Padres Domingos de Magalhães e João Ferraz, que tinham trabalhado, como bons apóstolòs, durante cinco ou seis anos [1].

Em 1720 eram os Padres João de Morais e Jacinto Marques, que naquela Praça davam expansão a seu fervoroso zelo [2].

Dez anos adiante, em 1730, exercitavam os ministérios sagrados com os Portugueses da Praça os ferventes operários Estêvão da Silva e Martinho Galvão; em 1737 os dois Padres João Sarzedas e Pedro Teodoro [3]; em 1746 os Padres Luís Nogueira e Lucas de Sousa [4].

Finalmente em 1749 lidavam apostòlicamente na famosa Praça, outra vez, os dois apóstolos Lucas de Sousa e Luís Sequeira [5].

E bastem esses exemplos para fazermos ideia cabal do movimento de zelo apostólico de tantos operários.

Mas sobreveio repentinamente a ordem de expulsão aos dois missionários que ainda em 1759 (ou em 1760) lá se dedicavam zelosamente ao bem das almas. Eram eles os Padres Bento da Mota e Tomás Henriques [6]. Quando menos imaginavam viram-se cercados de tropa em sua própria habitação por ordem do Governador da Praça, D. José da Cunha, irmão de D. Luís da

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 160.

[2] Catálogo oficial de 1720.

[3] Catálogos de 1730 e 1737, f. 57, 176.

[4] Catálogo de 1746.

[5] Catál. de 1749, f. 56v. — Lucas de Sousa, natural de Cesimbra, nasceu a 11 de Novembro de 1710, e entrou na Companhia a 4 de Novembro de 1726.

Luís de Sequeira, de Elvas, onde nasceu a 22 de Dezembro de 1708, e entrou na Companhia a 17 de Outubro de 1726. Ensinou Letras humanas. Cf. Catál. citado, l. c.

[6] Bento da Mota era de Fataunços (diocese de Viseu), onde nasceu a 17 de Junho de 1724, e entrou na Companhia a 20 de Outubro de 1736. — Tomás Henriques era natural de Soure; nasceu em 7 de Setembro de 1720, e entrou na Companhia a 3 de Março de 1737. Cf. Catál. de 1749, n.° 122, 123.

Cunha, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Com tanto rigor ou crueldade se houve, que nada assinou aos presos para sua sustentação, e todos morreriam de fome, se não fossem largamente socorridos pelo infeliz Diogo de Mendonça Corte Real, antigo secretário de Estado, que naquela mesma Praça estava encerrado pelo ódio de Sebastião José de Carvalho. Passados meses de prisão, foram enviados para Lisboa pelo mesmo Governador, com tamanha desumanidade que os obrigou a embarcarem num pequeno barco sem provisão nenhuma para a viagem. Chegados a Lisboa mais mortos do que vivos, meteram-nos na Casa do Noviciado da Cotovia, e com os primeiros Jesuítas os desterraram para a Itália. Assim recompensaram os dois missionários, que durante sete anos prestaram grandes serviços aos soldados da Praça [1].

4. — Com a acção espiritual dos missionários laboriosos temos também de incluir na história as perturbações, que se levantaram, felizmente sem consequências de gravidade maior, entre as autoridades civil e religiosa. Na que vamos recordar para luz da verdade, havemos de dizer, que de ambos os lados, cada um dos contendores, julgavam defender os próprios direitos. De nenhuma das partes havia intentos, cremos nós, de abater ou esmagar a autoridade e o justo direito da parte contrária.

Desta vez surgiu a difereça entre os Padres da Companhia de Jesus, e o Governador e Capitão geral de Angola, D. João Manuel de Noronha, 6.º conde de Atalaia e 1.º marquês de Tancos.

Havia na cidade de Luanda um cidadão de nome Pedro Machado de Figueiredo que era administrador do contrato dos escravos [2]. Os negreiros queixavam-se do administrador do contrato, mas este se julgava também lesado pelos negociantes e pelo Capitão Geral. Escreveu cartas para Portugal contra D. João Manuel, e essas cartas devolvidas a Angola chegaram às mãos do Governador. Concebeu iras o Capitão Geral contra o Administrador do contrato, e este, receoso da vingança de D. João Manuel, acolheu-se ao colégio da Companhia, como a seguro asilo contra os males que temia.

---

(1) *Compendio Istorico* dell'espulsione dei Gesuiti, pág. 204-206.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 207, diz que era Administrador do contrato de marfim.

Cresceu a fúria do Governador Geral e resolveu arrancá-lo do colégio. Aqui se exasperaram os ânimos de parte a parte. Por ordem do Governador o tabelião público de Luanda, Diogo Nabo Pessanha, foi com o juiz ordinário mais velho Manuel Rodrigues Barros ao colégio da Companhia de Jesus, levando em sua companhia o Mestre de Campo, José de Mesquita Brandão. Bateram à portaria, que logo se lhes abriu. Apresentaram-se os religiosos do colégio e depois o reitor, que era então o P. António Viegas [1].

Falou o Mestre de Campo e disse ao reitor que da parte do Governador Geral requeria a sua Paternidade que lhes entregasse o administrador do contrato, Pedro Machado de Figueiredo, que se achava homisiado no colégio. Respondeu o reitor que « ele o não havia de entregar, e logo imediatamente quis fechar as portas, dizendo que ninguém mandava naquela casa mais que ele » [2].

Retorquiu-lhe o Mestre de Campo que a porta a não havia de fechar. Com efeito impediu se fechasse, colocando nela os dois ajudantes que levava em sua companhia, e parecendo-lhe que os Padres ameaçavam resistência, mandou se chegassem para a porta soldados que estavam postados na praça. Ao reitor declarou que levava ordem de tirar daquele colégio a Pedro Machado de Figueiredo, e assim requeria a sua Paternidade que evitasse semelhante operação, mandando-o vir em paz à portaria, porque não tinha razão para estar homisiado, e era contra a ordem de sua Majestade consentirem-se tais homisiados em conventos. O reitor persistiu na recusa declarando que Pedro Machado de Figueiredo não podia sair do convento, por lhe haver lançado a roupeta, e ser, por isso, filho de S. Inácio.

Tornou-lhe o Mestre de Campo que tal coisa não era mais que um pretexto afectado para desobedecer às ordens de S. Majestade. Voltou o Mestre de Campo a requerer que o mandasse vir à portaria com a roupeta para o ver com seus olhos, que de outra sorte não o podia crer; e continuaram os Padres a insistir

---

(1) P. António Viegas, natural de Évora, onde nasceu a 14 de Fevereiro de 1673. Entrou na Companhia a 3 de Março de 1690. Cf. catálogo de 1700 (1693). Viegas foi reitor do colégio de Angola de 17 de Fevereiro de 1713 até 1717. Cf. *Livro dos Superiores*, pág. 64.

(2) A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 1716 — Janeiro 15. Certidão assinada pelo Tabelião Nabo Pessanha.

que não o mandariam vir, nem o haviam de entregar. Então, protestou decididamente o Mestre de Campo, que, vistos esses termos, ele o iria buscar.

Nisto levanta a voz o reitor e brada que se recolham à Igreja e que exponham o Santíssimo Sacramento. Neste comenos dirigiu-se também para a Igreja o reitor, pedindo sempre o Mestre de Campo, que lhe entregassem o homisiado e não o obrigassem a i-lo ele buscar, e que evitassem a falta de respeito à Igreja. Os Padres e mais religiosos estavam todos diante do Santíssimo exposto rezando as ladaínhas. Vendo que não conseguia nada, resolveu-se o Mestre de Campo a entrar na Igreja para tirar a Pedro Machado. Entrou e ajoelhou-se ele e os oficiais que o acompanhavam. O reitor bradou ao Mestre de Campo que estava excomungado; mas este fazendo entrar na Igreja alguns soldados, levou o administrador do contrato, saindo todos em direcção ao Palácio do Governador. Seguiram-no todos os religiosos, ficando duas sentinelas à porta da Igreja por disposição do Mestre de Campo.

Entraram à presença do Capitão Geral sòmente o juiz ordinário com o reitor do colégio, Pedro Machado de Figueiredo e o tabelião Pessanha [1]. Perguntou o Governador a Pedro Machado por que se tinha homisiado; e o administrador lhe respondeu, que se acoutara ao colégio porque temia a vingança do Governador, por umas cartas que contra ele escrevera. Com um insulto que lhe lançou respondeu-lhe o fidalgo da Atalaia, que não tomaria dele vingança; « que se fosse nesta fé para sua casa pacificamente »; que « a Sua Majestade é que pertencia fazer-lhe a justiça »! Replicou-lhe o reitor que não iria para o seu colégio, sem levar o seu companheiro, que lhe tinha tirado com irreverência da igreja.

O Governador contrapôs-lhe que « Sua Paternidade é que tinha com os mais Padres dado causa à irreverência », e foram os que a fizeram, e não serviam neste Reino, concluiu caluniosamente o conde-marquês mais que de desobedecerem às ordens de Sua

---

[1] A certidão citada de Nabo Pessanha tem que só foram à presença do Governador o Juiz ordinário, o Reitor e Pedro Machado com o Tabelião Pessanha. Feo Cardoso nas citadas *Memorias*, pág. 238, diz que fora também o Mestre de Campo.

Majestade, e serem usurpadores e perturbadores da república, como se tinha visto assim neste caso como em todos os mais que tem sucedido neste Reino; e que assim se recolhessem ao seu convento e os mais Padres; e que daria conta a Sua Majestade do seu mau procedimento, e que não viviam como religiosos».

Com este insulto e calúnia retirou-se o reitor e mais religiosos para o colégio. Tudo sucedeu a 15 de Janeiro de 1716.

Enojados os Padres com as injúrias e as violências, que sofreram, puseram-se como de luto pela afronta que se fizera à Casa de Deus; fecharam as escolas e a igreja, e deixaram crescer as barbas enquanto durasse o governo de D. João Manuel, ou se não desse satisfação do desacato [1].

Chegados os sucessos a este ponto, em que ambas as partes se consideravam ofendidas, cuidou cada um da sua defesa. O ponto central da desavença era a imunidade eclesiástica. Os que seguiam o Governador, sustentavam que no caso presente não valia o direito da imunidade nem de asilo. O reitor do colégio e seus teólogos defendiam que tinha bem seu vigor a imunidade. Houve sobre isto autos jurídicos, houve discussões, houve sentenças que o reitor não admitia, por julga-las injustas. Travou-se disputa acesa entre o fidalgo de Atalaia e Tancos e o reitor António Viegas. Foi uma série de conversações ou recados por escrito, que se deram e enviaram de parte a parte, nem sempre com a delicadeza que exigia a graduação social de cada um dos antagonistas. Na disputa estranhou repetidas vezes o fidalgo ao reitor o facto de ter a igreja e as escolas fechadas, contra Deus que estava sem culto, e contra o povo que se achava privado dos sacramentos e ministérios sagrados. Mas o reitor julgava-se obrigado a continuar o encerramento da igreja, e das escolas, até se dar a Jesus Cristo a satisfação devida pela injúria, que recebeu da violência feita ao lugar sagrado.

Sobre o escândalo que tanto parecia impressionar o Gover-

---

(1) Cf. Franco, *Imagem do segundo século* . . . f. 209; Ms. do A. H. C.: certidão de 19 de Março de 1716: inc. «Joseph da Rosa Coutinho escrivam . . . certifico q em nove de Março deste presente anno . . .»; Feo Cardoso, *Memorias* . . ., pág. 235-239; Durval Pires de Lima, *O Oriente e a África* . . ., pág. 153-154, an. 1546. — Conforme se lê na certidão citada o reitor diz que se conservam fechadas a Igreja e escolas, enquanto se não desse satisfação do desacato; nada afirma da duração do governo de D. João Manuel.

nador, de se manterem fechadas as escolas e a igreja, explicava o reitor: «os que o considerassem bem, como católicos, hão de entender que estas demonstrações do nosso sentimento, não são por humanos respeitos, senão pelos divinos, por atendermos à honra de Deus, e sentirmos como religiosos, a irreverência que se fez à sua divina presença, e a violação do lugar sagrado, pois dando-se a Ele só a satisfação, estamos prontos para exercitarmos os ministérios da Companhia; e, como o Senhor Governador foi servido mandar-nos dizer que era o último recado que nos mandava, vm. nos fará o favor de dizer-lhe ùltimamente que, como religiosos, lhe temos mandado dizer a verdade, pois para assim a dizermos destes dois meses [1], todo o tempo que nos resta de nossos exercícios espirituais e mais exercícios da Religião o temos empregado todo em vermos com muita atenção a matéria de imunidade eclesiástica por muitos e graves autores, assim teólogos como canonistas e juristas, e que Sua Excelência não só como filho da Igreja, mas ainda pelo lugar que ocupa de Governador destes Reinos, que não é tanto para aumentar o império de S. Majestade... nesta terra de gentios, como para atender pela honra de Deus, e aumento da Santa Fé Católica, está obrigado a mandar a justiça secular, que com os soldados vieram violar o sagrado, que dêem essa satisfação, e quando Sua Excelência seja servido de não estar por este nosso parecer, que mais teólogos tem nesta cidade, que lhes proponha o caso com todas as circunstâncias, e juntamente o fim porque Pedro Machado se recolheu a sagrado, que supomos que nenhum, entendendo os livros, diga o contrário; e de como tudo assim se passou, passo a presente... Luanda, 19 de Março de 1716. José da Rosa Coutinho».

Discutidas às diferenças em Luanda, escreveram os dois contrários para Lisboa, a defender na corte a sua justiça. «O Governador, afirma António Franco, soube tão bem atar os seus molhos, por via dos seus, em Lisboa, que el-rei mandou dizer aos Padres, que se dava por muito mal servido no seu modo de proceder» [2].

---

[1] Os dois meses passaram-nos em troca de recados de um para outro sobre a debatida questão.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 209.

E assim, adverte o mesmo escritor, ficou castigada a irreverência, que se fez à casa de Deus com o castigo dos que a defendiam! [1].

O monarca, diz ainda Franco, foi mal informado neste negócio, porque se tiraram em Angola certidões falsas que se passavam sob a pressão do Governador.

Um escrivão declarou à hora da morte, segundo refere a mesma testemunha, que passara certidões falsas contra os Padres. Esta declaração autenticada enviou ele ao P. Provincial da Companhia, que a transmitiu ao rei, para que visse « quão mal informado fora, e quão falsas eram as calúnias, que contra os Padres disseram a S. Majestade » [2].

O Governador fidalgo, embora se justificasse, recebeu de Lisboa a demissão de seu cargo, e ordem de entregar o Governo a um octogenário inválido [3].

5. — Às discórdias de menor momento e até frívolas, seguiu-se a mais horrenda tribulação. No sossego do seu colégio em Luanda, vieram perturbar horrìvelmente os missionários vozes ameaçadoras de prenúncios trágicos. Na sua ignorância inocente,

---

[1] *Ibidem.* Documento da Bibl. Pública de Évora: 1-CVIII-23 f. 38v a 39v, de Outubro de 1716, refere esta mesma desavença com algumas variantes e observações favoráveis aos Padres. Acentua o mau génio do Conde de Atalaia, Governador, advertindo que «queria dominar e sopear todo o estado de pessoas em Angola com desprezo do Eclesiástico ...».

[2] *Ibidem,* f. 209v. — Sobre o valor dos testemunhos dos habitantes de Angola, escreveu o seguinte, a 1 de Abril de 1741, o Governador Geral Paulo Caetano de Albuquerque em carta para o rei: «Devo pôr na Real notícia de V. Majestade, que tudo quanto lhe representar a Câmara com assinados seus, ou se lhe requerer com firmas de outras pessoas, é tudo falso e aleivoso e sem fundamento, porque nesta terra não vivem já os homens, mais que de enganos, trapaças e faltas de verdade ... e deve V. Majestade não fazer caso de assinados e maçadas, que daqui vão, porque é o de que hoje se alimentam os homens de Angola, faltando a Fé, a verdade e a Lei de Deus ...» S. Paulo da Assunção, 1 de Abril de 1731 (Cf. A. H. C., Angola — Papéis avulsos — 24-7-1730.

Estas afirmações fê-las o Governador Caetano de Albuquerque, em resposta a uma carta do rei de 24-VII-1740, onde trata, entre outras coisas, de uma causa que se debatia entre a Misericórdia e os Jesuítas, e se vinha arrastando por uns 20 anos, desde o governo de D. João Manuel de Noronha! É coisa supérflua expor esta causa tão demorada. (Cf. A. H. C.,—Angola—Papéis Avulsos—24-7-730).

[3] Feo Cardoso, *Memorias ... dos Governadores ...*, pág. 339-340; D. Pires de Lima, *O Oriente e a África,* pág. 153-154.

viam-se repentinamente acusados dos maiores crimes e tratados como infames regicidas. É bem dificultoso calcular o tormento íntimo daqueles homens, que passavam a vida fazendo bem à sociedade humana.

De feito chegaram a Angola, aos ouvidos do Governador Vasconcelos, os primeiros rumores do atentado contra D. José e da culpabilidade dos Jesuítas, antes das notícias oficiais; mas Vasconcelos, animado, ao que parecia, dos cruéis sentimentos de Sebastião José para com os religiosos da Companhia, começou logo a vexar as pobres vítimas, não com menos rigor do que usava com eles o ministro tirano. A galera «N. Senhora da Atalaia» que lhe trazia, segundo ele cuidava desde o princípio, as ordens da corte, encalhou na enseada ao norte do Cabo Negro a 18 de Abril. A gente que se salvou do naufrágio, entrava no porto de Luanda a 30 do mês. Os mestres de três embarcações que trouxeram para a capital de Angola os náufragos, contaram que em Portugal ficavam sequestrados os bens dos jesuítas e os seus colégios cercados de tropa. Mas Vasconcelos sentiu-se consternado por estas notícias, por falta de ordens da corte e por ignorar as circunstâncias em que tudo aquilo se praticou.

Nestas incertezas o seu zelo, bem semelhante ao pombalino, não lhe consentiu inactividade. A primeira coisa a que atendeu, foi segurar os escravos dos arimos que não fugissem, e os bens dos jesuítas, que se não transviassem e perdessem. Assim logo a 1 de Maio de 1760 ordenou ao Regente de Massangano «tomasse conta de todos os bens que os Padres possuíam naquela jurisdição» [1]. Iguais ordens se deram aos cabos de Muxima, Calungo, Dande, Golungo, Icolo e Bengo [2]. Na madrugada do dia 11 do mesmo mês de Maio, julgando estarem feitas as disposições que ordenara, mandou cercar o colégio com sentinelas às portas dos cubículos. Entretanto foram-se descrevendo os bens, e fizeram-se inventários, que no dia 7 de Julho, pelo Rio de Janeiro, e no dia 9, pela Baía, remeteu ao Conde de Oeiras [3]. «Atendida a cares-

[1] A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 29 de Julho de 1760. Carta de Vasconcelos, de Luanda, a 29 de Julho de 1760 ao Conde de Oeiras.

[2] *Ibidem.*

[3] A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 7 de Julho de 1760. Carta de Vasconcelos de 7 de Julho de 1760 para o Conde de Oeiras. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 29 de Julho de 1760.

tia dos géneros, arbitrou três tostões por dia para sustento de cada um dos clausurados » [1].

No dia 5 de Julho chegou a Luanda, enviada da Baía a um morador da cidade, a lei de 3 de Setembro de 1759, que exterminara os jesuítas. Nessa mesma tarde a fez logo publicar a muita presteza de Vasconcelos, « formando Regimento com a assistência do Senado da Câmara » [2]. Ao Ouvidor deu ordem, que sem demora a fosse intimar aos Padres, cercados no colégio. Logo no dia 6, ainda antes de receber qualquer notícia oficial mandou embarcar à noite os três Padres professos de quatro votos com mais um leigo, inglês de nação, chamado Inácio Luís, e no dia seguinte, 7 de Julho, partiram para o Rio de Janeiro, recomendados ao conde de Bobadela, que os despachou para Portugal, conforme as ordens do conde de Oeiras. Os professos eram os Padres Joaquim Barreto e José do Vale, últimos reitores do colégio de Luanda, e o P. António Galvão, Prefeito de Estudos do mesmo colégio [3].

Vasconcelos — para bem segurar aqueles criminosos! —, fê-los embarcar à noite acompanhados até à praia por um piquete de cavalos e depois entregar a quatro oficiais e doze soldados que deviam guardá-los até saírem da barra em fora. Assim estava seguro que não fugiriam! Como provimento de viagem deu-lhes, para dois meses, setenta e dois mil réis, arbitrados a razão de três tostões cada um [4].

---

(1) *Ibidem.* Papéis Avulsos — 29 de Julho de 1760.

(3) A. H. C., — Papéis Avulsos — 7 de Julho de 1760.

(2) Cf. as duas cartas supracitadas de 7 e 29 de Julho.

(4) A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1760, 7 de Julho. Citada carta de 7 de Julho de 1760 — P. Joaquim Barreto, último reitor do colégio de Luanda, foi em Portugal encerrado nas prisões de Azeitão e nelas morreu a 15 de Agosto de 1767. Cf. Carayon, *Prisons*, pág. 235. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1717. — P. José do Vale, foi transferido das prisões de Azeitão para S. Julião da Barra a 11 de Maio de 1769, donde saiu livre em Março de 1777. Cf. Carayon, *Prisons*, pág. 257. — P. António Galvão natural de Condeixa, onde nasceu a 18 (ou 28) de Fevereiro de 1722; entrou na Companhia a 18 de Maio de 1739. Em 1749 ensinava Retórica em Santarém. Fez a Profissão em 15 de Agosto de 1756. Deve ter ido para o desterro de Itália, mas voltou para Portugal. Cf. o apêndice ao catálogo da Província portuguesa de 1902: *Patres ac Fratres ex antiqua Provincia*... Lisboa, 1902, pág. X; *Catálogo dos sujeitos que entraram*... 1711-1758, Lisboa 1908, n.º 112.

Depois de enviar para o Brasil os três professos, foi o Governador avisar os Padres e leigos que estavam ainda presos no colégio. Eram quatro sacerdotes e cinco leigos, todos de votos simples. Procurou Vasconcelos saber deles se queriam aproveitar-se « do indulto que a clemência de Sua Majestade facultava na lei » que lhes tinha sido intimada, e nesse caso recorressem e alcançassem do Bispo a relaxação dos votos simples que todos tinham. Aceitaram os perseguidos e caluniados religiosos, ou forçados ou de vontade, a oferta em número de oito, quatro sacerdotes e 4 leigos [1]. O bispo, que se julgava com poder para tanto [2], passou-lhes as demissórias e foram postos em liberdade [3]. Só houve um coadjutor temporal, de nome Sebastião Pereira, mais animoso ou mais devotado à sua vocação religiosa, que se recusou fortemente e com santa pertinácia a pedir as demissórias. Vasconcelos, incapaz de entender semelhantes heroísmos, tachava-o de tonto, teimoso ou fanático, por não querer largar a roupeta, conservando-se fiel à obrigação de seus votos. É incrível, refere o *Compêndio Histórico*, a desumanidade e rigor com que trataram o humilde religioso [4].

No dia 18 de Julho de 1760 o fez embarcar em navio de escravos para o Rio de Janeiro, encomendado ao mesmo Conde de Bobadela, e partiu no dia 19, sem lhe ministrar alimentos nenhuns para a viagem, mais que o que lhe quisessem dar da caldeira [5]. Em chegando ao Rio, em 17 de Setembro, mandou o Governador, Freire de Andrade, um tenente com dois soldados a averiguar se ele finalmente se resolvia a tirar a roupeta da Companhia, assegurando-lhe que teria nele um protector; que se

(1) O autor do *Compendio Istorico dell'espulsione dei Gesuiti* conta que lhes foi feita violência para despirem a roupeta e pedirem a dispensa dos votos, e as demissórias. Segundo refere o facto o Governador Vasconcelos, os 8 religiosos de boa vontade pediram a dispensa e a liberdade. Cf. A. H. C., Angola — Papéis Avulsos.

(2) O Visitador Saldanha tinha para si, que pelo Breve *In Specula* recebera poderes para dispensar votos. Clemente XIII, protestava que o Visitador não gozava tais poderes, e respondeu a Saldanha, que se desculpou e defendeu.

(3) A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 29 de Julho de 1760. Carta cit. de 29 de Julho, de Vasconcelos a Oeiras.

(4) *Compendio Istorico dell'Espulsione dei Gesuiti*, pág. 221.

(5) A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 29 de Julho de 1760. Citada carta de Vasconcelos ao conde de Oeiras, de 29 de Julho de 1760.

persistia na sua resolução, se dispusesse a viver perpètuamente num cárcere.

Respondeu-lhe o herói que agradecia a protecção do Governador, mas não queria ser infiel a Deus e à sua Religião. Ouvida esta resposta ordenou Freire de Andrade que fosse conduzido para a fortaleza, que chamavam da Ilha das Cobras. Ao entrar, teve a consolação de encontrar presos nela os dois insignes missionários do Brasil, Manuel da Silva e Pedro Tedaldi, este italiano e português o primeiro. Pouco tempo depois, foram todos três para as prisões de Portugal [5].

Desterrados para Portugal os professos e os dois leigos, Inácio Luís, inglês, e Sebastião Pereira, tratou Vasconcelos de despachar os oito de votos simples, quatro sacerdotes e outros tantos leigos, todos os quais, como acima insinuamos, pediram as demissórias ao bispo. Persuadidos os religiosos a se aproveitarem das facilidades que a lei de 3 de Setembro de 1759 lhes concedia para obterem a dispensa dos votos e ficarem na sua liberdade, como cidadãos portugueses, escreveram em primeiro lugar todos eles, em número de oito, num só requerimento ao Governador, para conseguirem o que ora suplicavam. Começaram por estes termos a petição: «Representam a V. Ex.ia os Padres e Irmãos deste colégio da Companhia de São Paulo da Assunção, Reino de Angola, abaixo assinados, que eles desejaram sempre conservar-se fiéis vassalos de Sua Majestade Fidelíssima, . . . e como tais querem desde já aceitar o indulto que el-rei N. Senhor lhes faz na sentença, que lhes foi intimada, protestando sempre muita fidelidade e lealdade ao dito Senhor, como vassalos que são e querem ser, de que muito se prezam. . . ; e assim pretendem ficar no século, fora da Religião, como Sua Majestade... lhes faculta... Suplicam humilde e incessante-

---

[5] *Compendio Istorico cit.*, pág. 222-223. — Manuel da Silva foi encerrado nas prisões de S. Julião da Barra em 5 de Junho de 1761, e aí faleceu a 17 (ou 16) de Abril de 1766. — Tedaldi foi também encarcerado em S. Julião da Barra a 5 de Julho de 1761, e nesses cárceres faleceu a 20 de Novembro de 1769. — Sebastião Pereira esteve preso em Azeitão, a 11 de Maio de 1769 mandaram-no para S. Julião da Barra, e em 1777 saiu em liberdade. Era natural de Sernache (Coimbra), onde nasceu a 10 de Julho de 1718; entrou na Companhia a 15 de Agosto de 1747. Cf. Cat. de 1749, n.º 236; *Compendio Istorico*, pág. 223, 224; Carayon, *Prisons*, pág. 251, 252, 256 e 257; Leite, III, 125, IV, 211.

mente a V. Ex.ia os dê e repute por tais, deixando a cada um na sua liberdade. . . » [1].

O Governador atendeu com benevolência a súplica dos atribulados religiosos. Dirigiu carta ao Bispo da diocese, e rogou-lhe que deferisse ao requerimento que lhe ofereciam os suplicantes. « Hoje, alegava o Governador, por parte dos jesuítas, que ainda existem nesta cidade, me foi apresentado o requerimento, que a V. Ex.ia envio incluso. . . E porque eu entendo que a representação destes homens deve ser atendida, por estar conforme ao que Sua Majestade ordena na lei de 3 de Setembro; e juntamente ao que pela Carta régia da mesma data participou ao Eminentíssimo Cardeal Visitador e mais Prelados diocesanos dos seus Reinos, concedendo a todos os indivíduos daquela Sociedade que não tiverem Profissão solene o benefício de poderem viver em seus domínios, como vassalos seus passando-lhes os tais Prelados para isso demissórias, e relaxando-lhes os votos simples, para livremente se aproveitarem do indulto, que a Real clemência lhes concede. Atendendo a estas razões. . . requeiro a V. Ex.ia queira deferir ao que estes homens suplicam, na suposição infalível de ser esta a vontade do nosso Soberano, e também de que o Em.mo Cardeal Visitador o teria assim concedido a V. Ex.ia, a não ter havido o infeliz sucesso no navio, que conduzia estas ordens » [2].

Por fim endereçaram os religiosos o seu requerimento ao bispo da diocese a pedir que os quisesse dispensar dos votos simples: « Os Padres e Irmãos deste colégio de S. Paulo da Assunção do reino de Angola, assim eles se expressavam, não professos do quarto voto e abaixo assinados, representam a V. Ex.a Rev.ma que eles, como fiéis vassalos de S. Majestade Fidelíssima. . ., aceitam o indulto e graça que a mesma lhes faz na sentença, que foi publicada. . . E por isso pretendem ficar no século fora da Religião, como el-rei N. Senhor pela sua real benevolência lhes permite, e portanto: suplicam humilde e incessantemente a

---

(1) Assinaram em Luanda a 16 de Julho de 1760 os oito religiosos: Manuel de Amaral, Pedro de Almeida, Estanislau de Almeida, José Francisco, Mendo de Mendonça, António de Barros, António Simões, José Ferreira. A. H. C., Angola — Papéis Avulsos. Requerimento de 18 de Outubro de 1760.

(2) A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 18 de Outubro de 1760.

V. Ex.ª Rev.ma que ... suposta a vontade de el-rei ... e do Em.mo Senhor Cardeal Patriarca e Reformador, lhes mande passar as suas demissórias... Nem pode obstar na presente previdência o não aparecer firmada por sua Eminência a comissão, quando consta que veio para os Ex.mos e Rev.mos Senhores Bispos de América, e há mais que certeza moral de que também para V. Ex.ª Reverendíssima foi expedida ... » [1].

Finalmente lavrou o despacho da súplica o Bispo da diocese por ser « certa a delegação para se dispensar com os RR. suplicantes » [2].

E deste modo desapareceu a Companhia de Jesus na Missão de Angola, depois de dois séculos inteiros de residência e trabalhos incessantes, e fechou-se para sempre o colégio de Jesus de Luanda, a 18 de Julho de 1760 [3].

Todas estas disposições àcerca dos jesuítas foram tomadas e executadas pelo Governador Vasconcelos, porquanto as primeiras ordens, emanadas da corte e Sebastião José de Carvalho, chegaram tarde, muito depois de ter sido tudo arrumado pelas excessivas diligências do Governador. Como eram execuções de rigor contra os jesuítas, tudo foi liberalmente aprovado por D. José I, ou pelos seus ministros. « Sua Majestade aprovou o que V. S.ª obrou a respeito dos sobreditos jesuítas », como diz em carta para o Governador a 26 de Novembro de 1761, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [4].

Já tinham sido desterrados de Angola ou secularizados todos os filhos da Companhia e ainda continuaram naquelas terras ve-

---

[1] A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 18 de Outubro de 1760. — Assinaram os oito Religiosos, que subscreveram uma carta anterior, igualmente a 16 de Julho de 1760.

[2] A. H. C., l. c. Assinado a 17 de Julho de 1760. Fr. Manuel de Santa Inês, Bispo de Angola, Arcebispo eleito de Baía.

[3] A. H. C., Angola — Papéis Avulsos — 18 de Outubro de 1755.

[4] A. H. C., cód. n.º 408, fls. 68. — Cons. Ultr.º — Entre as primeiras cartas que escreveu a Vasconcelos o Conde de Oeiras foi uma de 4 de Novembro de 1759, em que lhe ordenava que fossem os jesuítas levados para o Rio de Janeiro ou para a Baía, e destes portos para o porto de Lisboa com toda a segurança. « Para que os ditos regulares, adverte o Conde de Oeiras, venham com maior decência que a indispensável necessidade de os expulsar puder permitir, fará V. S.ª fretar a Câmara do Navio que os transportar ». Cf. A. H. C., cód. n.º 408, ff. 15v a 16v. Cons. Ultr.º Carta de 4 de Novembro de 1759, do Conde

xações àqueles homens torturados de mil maneiras na alma, na fama e no corpo. Os que alcançaram dispensa dos votos e permaneceram em Angola, ordenava de Lisboa o Conde de Oeiras que que o Vigário Capitular não consentisse que « tais homens » confessassem nem pregassem em « tempo nenhum ou lugar » [1]. E a Vasconcelos recomendava o mesmo tirano, que « tivesse um exacto cuidado sobre eles e não lhes permitisse comunicação alguma com estrangeiros, nem nos portos com as pessoas que a eles fossem, nem que morassem em lugares vizinhos dos mesmos portos » [2].

Mas nem estes mesmos que foram secularizados e ficaram livres em Angola, os deixaram em paz.

Em 28 de Agosto de 1767 foi publicada nova lei, que mandava sair para fora dos Reinos e Domínios de Portugal os indi-

---

de Oeiras. Adverte contudo o Conde de Oeiras a Vasconcelos, que não fie para a navegação « tão astutos e perigosos passageiros » senão de navio de confiança.

Na ocasião do embarque os mesmos regulares devem ser exactamente buscados de sorte que não levem consigo dinheiro líquido ou coisa preciosa, nem tão pouco créditos por escritos, para os receber no Brasil, e menos papéis de qualquer qualidade, que sejam, porque todos os que lhes forem achados, devem ser remetidos ao Dez.or do Paço Juiz da Inconfidência Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. Cf. A. H. C., carta citada do conde de Oeiras, da Ajuda, de 4 de Novembro de 1759, a Vasconcelos, em: A. H. C., cód. n.º 408, fls. 15v a 16v. Cons. Ultr.º Cf. carta do Rei a Vasconcelos, de Vila-Viçosa, de 4 de Novembro de 1759, em que tenta com acusações e calúnias desacreditar os Jesuítas com o mesmo Vasconcelos. A. H. C., códice do Cons. Ultr.º, n.º 472, ff. 77-79.

António de Vasconcelos não admira que tratasse com rigor os Jesuítas. «Era naturalmente circunspecto e severo, mais inclinado à justiça que à piedade, pois além de não deixar jamais culpa sem castigo ... sempre este era pesado ». Cf. Feo Cardoso, *Memorias*, pág. 260. Por causa dos excessivos rigores chegou a formar-se uma conspiração para lhe tirar a vida. Foi avisado com tempo o Governador e abortou a trama. *Ibid.* 260.

[1] O bispo de Angola fr. Manuel e arcebispo eleito da Baía, escreveu de Angola ao conde de Oeiras, a 23 de Abril de 1762, que logo os suspendeu de pregar e confessar, por assim o ordenar o Governador Vasconcelos e o ter ordenado o conde de Oeiras. Nesta mesma carta o bispo D. Manuel, para lisongear a Sebastião José de Carvalho, escreveu que rendia a Deus as graças de o ter adornado de tantas virtudes, « para exterminar de Portugal, Reino seu, aquela sociedade prevaricada, que o intentava arruinar e assolar » ; e « que de modo nenhum podia deixar de concorrer para obra tão justa e santa », como era « a expulsão dos Padres, intitulados Jesuítas ». Cf. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1723, Abril 23.

[2] Carta do Conde de Oeiras ao Governador, da Ajuda a 23 de Novembro de 1761, em A. H. C., cód. n.º 408, fls. 61v-62. Conselho Ultramarino

víduos da Companhia de Jesus « que haviam ficado tolerados pelo benefício da lei de 3 de Setembro de 1759 com os votos anulados » [1]. Sousa Coutinho executou sem demora a bárbara lei: intimou-os a sair logo na primeira embarcação e advertiu a F. X. de Mendonça Furtado que ficavam em Angola só os jesuítas que a Junta da Inconfidência degredara para os presídios angolanos [2]. Os desterrados nesta última expulsão eram dois sacerdotes, Manuel de Amaral e Serafim da Silva, e os leigos: António da Costa Baptista, António Simões e Manuel Borges [3].

Ainda porém estavam reservados aos jesuítas em Angola maiores tormentos. Dissera Sousa Coutinho em carta citada de 12 de Janeiro, que não permaneciam em Angola senão os cinco jesuítas, degredados pela Junta da Inconfidência no ano de 1768 [4]. Mas como vieram para Angola os cinco atribulados jesuítas, tantos anos depois da expulsão de Portugal? Tem havido sempre mistério sobre este desterro tardio, nem por muito tempo se soube nada do paradeiro destes religiosos. Agora podemos dizer que os cinco jesuítas foram desterrados para Angola em 1768 pela Junta da Inconfidência, para serem repartidos pelos presídios daquele reino. Eram eles Manuel Gonzaga, Manuel Girão, Alexandre Botelho, Manuel da Costa e João Fer-

---

(1) Carta de Sousa Coutinho, Governador, a F. X. de Mendonça Furtado, Luanda, 25 de Novembro de 1768 em A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1768, Novembro 25.

(2) Papéis Avulsos — 1768-1770 — 12 de Janeiro de 1769. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 25 de Novembro de 1768.

(3) « Relação dos que foram Jesuítas e Expulsos deste Reino por virtude da Ley de 28 de Agosto do anno passado :

P. Serafim da Silva
P. Manuel de Amaral
António da Costa Baptista
António Simões
Manuel Borges

Os dois primeiros são sacerdotes, e os três últimos leigos. S. Paulo da Assunção, 3 de Dezembro de 1768 ». Em carta de 12 de Janeiro de 1769 diz por fim Sousa Coutinho que remetera já ao Conde de Povolide os dois jesuítas António Simões e António da Costa Baptista; e ao conde da Azambuja já mandara remeter Manuel Borges. Antes, em carta de 25 de Novembro de 1768, anunciara que os dois Padres Silva e Amaral iam já na charrua e os mais iriam na primeira embarcação.

(4) A. H. C., — Angola — 32 — 1768-1770, 12 de Janeiro de 1769.

reira [1], Manuel Girão, Alexandre Botelho e Manuel da Costa, leigos; João Ferreira e Manuel Gonzaga sacerdotes [2].

No interior das terras, para onde os arremessaram, nem sequer lhes assinaram a alimentação, e os que ainda chegaram com vida a seu triste destino, morreram de fome, como se soube por notícia de um franciscano da Ordem Terceira, que fora capelão do navio, que os transportou a Angola [3].

Qual fosse o motivo de tamanha barbaridade, observa o autor do *Compêndio Histórico*, « nunca se chegou a saber, nem talvez se saberá jamais » [4].

6. — Expulsos por tal maneira, cruel e desumana, e secularizados os jesuítas de Angola, cuidou Vasconcelos, no seu feroz empenho de aniquilar os jesuítas, de assegurar e recolher todos os bens e propriedades que os angustiados religiosos possuíam naquelas regiões.

«Por ser preciso, pondera o Governador, em 10 de Maio de 1760, dar previdências à conservação das muitas e diversas

---

[1] Manuel Girão, coadjutor, da V. Província do Maranhão, expulso da V. Província, foi encerrado nos cárceres de Portugal. Nasceu em Crescido (Viseu) a 16 de Abril de 1718; entrou na Companhia a 8 de Dezembro de 1745. Cf. Leite, IV, 364, 368; Carayon, *Les Prisons*, pág. 243. — Manuel Gonzaga, português da Vice-Província. Nasceu no Pará em 1719; agregou-se à Companhia em 1740, a 13 de Dezembro. Ambos estes, Girão e Gonzaga, morreram em 1768, quando iam a caminho para os presídios, que lhes foram destinados, Gonzaga a 26 de Outubro, e Girão a 22 do mesmo mês. Cf. A. H. C., — Angola — 1766-1768 — 26 de Novembro de 1768. — Manuel da Costa, português da V. Província do Maranhão, entrou na Companhia em 1755, a 6 de Janeiro. Não nos é conhecido o tempo e lugar preciso da sua morte. Cf. Leite, IV, 364, 369. — Alexandre Botelho, português da Província de Portugal, hábil enfermeiro que foi, do colégio de Santo Antão. Nasceu em Codeçais (Porto) em 1705; encorporou-se na Companhia a 5 de Dezembro de 1723. Cf. *Catálogo dos sojeitos que entraram...*, Lisboa, 1909, n.° 49, Apêndice ao catálogo da Província port. de 1910; Carayon, *Les Prisons*, pág. 236. — João Ferreira, português da V. Província do Maranhão. Era natural de Coimbra; aí nasceu em 1706, a 20 de Novembro; entrou na Companhia em 1721 a 21 de Fevereiro; professo do 4.° voto. Foi para o Maranhão em 1726. Leite, IV, 351, 364.

[2] Cf. *Compendio Istorico*, pág. 324-325.

[3] *Ibidem*, pág. 325.

[4] *Compendio Istorico*, pág. 325. O mesmo *Compendio* adverte que os dois sacerdotes João Ferreira e Manuel Gonzaga foram tirados dos cárceres de Azeitão em 1768, cinco meses depois de partirem para Angola os três leigos (*ib.*, pág. 325), e degredados para Angola.

propriedades e bens, que os Padres jesuítas possuíam neste reino, enquanto Sua Majestade não determina o seu destino ou aplicação, ordeno ao doutor Provedor da Fazenda Real mande logo construir um mapa ou plano que compreenda tudo quanto estava na posse dos mesmos jesuítas, assim desta cidade e subúrbios, como dos distritos e presídios, tanto de propriedade de casas, de terra, de lavoiras, arimos, hortas, gados e fábricas, como de tudo o mais que fôr respectivo...» [1].

«Averiguará os rendeiros das propriedades desta cidade o que devem dos tais arrendamentos... e mandando fixar editais, fará certo que as mais fazendas, isto é, terras, arimos, hortas, e fábricas com os seus pertences, se hão de arrendar em sua presença em praça a quem por elas mais der por tempo de um ano; e o que julgar corruptível e não possa conservar-se, o fará arrematar igualmente em praça e público pregão...» [2].

Para que não perdesse bens nenhuns a Coroa, esforçou-se ainda o Governador por descobrir alguns bens, que porventura os jesuítas tivessem sonegados, por tê-los confiado secretamente aos moradores de Luanda, que haviam comunicado clandestinamente com os religiosos, durante o apertado cêrco do colégio. Lançou até mais de um bando com ameaça de penas contra os que retivessem tais bens. Mas cremos que por esta parte não tirou proveito nenhum [3].

---

(1) A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1760, 11 de Maio.

(2) *Ibidem.*

(3) A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1760, Maio 14: «Antonio de Vasconcellos, do Cons. de S. Mag.e Governador e capm General deste Reyno de Angola». Bando que começa: «Por me constar que alguns moradores e habitantes desta cidade... Ordeno que toda a pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja..., que em seu poder tiverem dinheiro ou outra qual cousa que pertença a alguns dos sobreditos Jesuitas... o vá denunciar e depor dentro no termo de três dias...»

A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1760, Maio 14.

Outro bando de 12 de Maio de 1760 publicou Vasconcelos com idênticos intuitos: «Cópia do Bando que se mandou lançar sobre as fazendas dos Padres Jesuítas, e por estes se enviaram as cópias para os Presídios e districtos Massangano, Gobongo e Donde».

«Antonio de Vasconcellos do Conselho de Sua Majestade... Ordeno a toda e qualquer pessoa branca ou preta, ou ahinda ecclesiastica e regular assistente nos destrictos, sitios e Prezidios em que os ditos Padres tinham arimos e fazendas, q sabendo aonde haja cousa pertencente aos ditos arimos, q ou por empres-

Feitas estas e outras diligências para se conhecerem, avaliarem e recolherem os bens dos Jesuítas, enviou Vasconcelos para Portugal, em 27 de Agosto de 1760, a *Relação dos rendimentos certos e incertos que no colégio desta cidade de Luanda do Reino de Angola tinham os Padres da Companhia de Jesus* [1].

Depois se arrendaram ou venderam todos os bens, que se foram descobrindo, conforme as ordens de Lisboa. Nem descemos a mais particularidades por inúteis para a nossa história.

Com a Relação ofereceu Vasconcelos ao conde de Oeiras certas ponderações sobre os bens dos jesuítas, exageros e falsidades, que bem demonstram a animosidade e malquerença do Governador para com os perseguidos religiosos, já esmagados pelo ódio do infame e do Conde de Oeiras. As relações e inventários, era natural principalmente nos cálculos, que sofressem notáveis exagerações, sendo por isso documentos, de que não podemos seguramente fiar-nos. Ao procurarem-se os bens dos jesuítas e fazerem-se os inventários, adverte Vasconcelos que não se lhes achara coisa própria, respectiva ou particular, mas só lhes encontrara pobreza; e interpreta e afirma, sem o poder provar, que os Padres se tinham acautelado a tempo, escondendo e sonegando os bens; e assim era forçosamente simulada a pobreza! [2]

Pelo que tocava aos bens comuns, diz o mesmo suspeitoso Governador, causar admiração « que, tendo estes homens neste reino a possessão das melhores e mais rendosas fazendas e muitas e boas propriedades na cidade, além das fábricas de cal, tijolo e telha, viviam, há anos, empenhados de forma que têm vários credores, e andavam sempre adiantados com as côngruas da Fa-

---

timo ou pelo quererem occultar e tirar das ditas fazendas se desse a guardar a alguma pessoa, o vão logo denunciar ao cabo, cap.am mor ou qualquer Regente q mais perto estiver, para que este mo faça saber, ou vir a esta cidade denunciar perante o doutor Provedor da Fazenda Real; e da mesma forma declararão também, se tiverem em seu poder ou souberem quem tenha couza pertencente a algum dos ditos Padres, com a cominação de que, não dando logo parte e occultarem o que souberem ou tiverem, serem presos, confiscados e remetidos para Lisboa, para aly serem justissados com pena de morte . . . » (Cf. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1760, Maio 4). Assinado, S. Paulo da Assumpção doze de Maio de 1760, Antonio de Vasconcellos.

[1] A. H. C. — Angola — Papéis Avulsos — 27 de Agosto de 1760. *Ibidem.* Papéis Avulsos — 7 de Julho de 1760.

[2] A. H. C. — Angola — Papéis Avulsos — 14 de Maio de 1760.

zenda Real». Como resolve o Governador esta contradição? «Isto dá a entender, explica ou quer explicar Vasconcelos, que se lhe tirou porção grande para o Tesoiro geral». Mas como prova o acusador esta afirmação gratuita? Contenta-se com alegar que lhe constava que os reitores no seu triénio timbravam em remeter para aquele Tesoiro doze a vinte mil cruzados! Esquece-se de nos dizer onde estava o cobiçado tesoiro geral; mas, apesar de tão continuados desfalques, acrescenta ainda que, os jesuítas de Angola «passavam com supérflua profusão e regalo» [1]. Já porém demonstrámos nesta história precisamente o contrário. Os jesuítas viviam em Angola «numa limpa e modesta mediania» [2]. Os bens que possuíam, bem os empregavam nas obras de sua actividade, no culto divino, em que primavam, e na sustentação de tantos, que estavam a seu cuidado, e que «não custavam pouco a sustentar» [3].

Mas o Governador não deixa escapar a ocasião de acusar os jesuítas de um roubo assombroso de 400.000 cruzados! Outras acusações lançou ele sobre aqueles religiosos nas muitas cartas que contra eles escreveu para Portugal, igualmente caluniosas. Nesta acusação dos 400.000 cruzados assevera com infundada segurança que os jesuítas eram os herdeiros e testamenteiros de uma grande herança, mas não cumpriam os legados e recolheram nos seus cofres toda aquela soma [4].

Já demonstrámos nesta história que os Padres da Companhia mais eram testamenteiros de Gaspar Álvares do que herdeiros. O real valor do testamento era, de facto, muito inferior a 400.000 cruzados, pelos desfalques que sofreu [5]. A maior parte dos bens foram-se em cumprir legados e disposições testamentárias. Demais, documento contemporâneo fidedigno afirmava que a fazenda não basta para se cumprirem (os legados) e pagarem as dívidas reais, que eram mais de 50.000 cruzados [6].

---

(1) A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 14 de Maio de 1760.

(2) *História da Companhia*, T. III, vol. II, pág. 320 e segs.

(3) *Ibidem*, pág. 320, 321, 322.

(4) Diz Vasconcelos: «importando a herança de 400.000 cruzados que todos ensoparam em si e nunca satisfizeram o legado».

(5) Cf. *História da Assistência*, T. III, vol. II, pág. 309, 313.

(6) Arq. S. J., *Lus.* 49, f. 52-53v. *Informação do que o P.e Reitor de Angola fez sobre a cobrança do Irmão guaspar Alueres... E eu tenho por cousa serto que não cheha a se cõmprire, e pagarem as dividas Reais que são mais de 50 mil crusados*».

Mais ainda. O colégio do Congo muito pouco recebeu do testamento de G. Álvares. Menos de dez anos depois da morte do testador, já dificultosamente se ia sustentando, apesar do auxílio que lhe enviava o colégio de Luanda [1].

Anos mais tarde, por 1670, escreveu para o Conselho Transmarino o Governador Francisco de Távora que se porventura suspendessem aos Religiosos a *ordinária*, com que eram favorecidos pelo rei, seriam forçados a desamparar a Missão por falta do necessário alimento [2].

Assim nos vão adiante dos olhos desaparecendo as riquezas opulentas do comerciante de Luanda, como têm de desaparecer, pela justiça da história, as calúnias com que se insulta a pobreza ou mediania dos religiosos da Companhia de Jesus [3].

Enquanto por tantos modos se iam vexando e aniquilando os filhos de Santo Inácio na missão de Angola, choviam de Portugal numerosos livros, folhetos e papéis impressos com a infame *Dedução Cronológica*, para sepultar sob um acervo de acusações caluniosas o nome e boa fama dos jesuítas. O Governador Vasconcelos, o Cabido e o Bispo da diocese, recebiam estas, para eles preciosas remessas, e as agradeciam respeitosamente ao autor de todas essas infâmias, Sebastião José de Carvalho [4].

Mas para terminar este capítulo, já longo, mostremos as últimas ruínas, nunca reparadas, na missão de 200 anos, de Angola. Depois do extermínio dos jesuítas, e de se terem assegurado os bens que despòticamente lhes tomaram, escreveu D. José I ao bispo de Angola, eleito arcebispo da Baía, carta de 20 de Novem-

---

(1) Veja-se a *Hist. da Assistência*, T. IV, vol. II, pág. 208-216.

(2) *Hist. da Ass.*, T. IV, vol. II, pág. 321.

(3) *Ibidem*, pág. 320-321.

(4) Carta de Vasconcelos, de 4 de Abril de 1762 em A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1762 – Abril 4. Inc. « Quis V. Ex.ª ter a bondade de mandar remeter-me... muitos e diferentes exemplares dos papéis que nessa corte se têm impresso ... » Ibid. Carta do Cabido (11 assinaturas) de 26 de Agosto de 1768. Mandam-se 4 exemplares do segundo tomo da *Deducção Chronologica e Analytica*, e anuncia-se ter sido remetida a *Primeira Parte* da referida *Obra*, etc., etc. — *Ibid.* carta do bispo de Angola e arcebispo eleito da Baía, 23 de Abril de 1762: Em 27 de Março do presente ano recebi a *Collecção dos Breves Pontificios*, Leys, Instrucções e mais papéis que V. Ex.ª me remeteu por ordem de S. Mag.de com carta de 4 de Nov. de 1759, na qual me ordena mande registar a dita *Collecção de verbo ad verbum nos livros da Camara Ecclesiastica.* A. H. C., — Angola — 1762-1763.

bro de 1761, em que lhe insinuava que a igreja dos religiosos da Companhia, de Luanda, servisse de Sé Episcopal; a parte principal do edifício do colégio se acomodasse a palácio para residência do bispo, e a parte menos principal do mesmo colégio, se utilizasse para seminário de moços naturais de Angola ([1]).

Apesar porém das ordens reais e de consultas e estudos que se fizeram, nunca se realizou coisa nenhuma das que o monarca determinara, e tudo se desmoronou.

Em 1762, dois anos apenas depois da expulsão dos jesuítas já Vasconcelos informava o rei de que o colégio se achava « quase todo arruinado, com a maior parte das paredes abertas e tortuosas, e os madeiramentos corrutos » ([2]).

Com a carta de 30 de Junho de 1762 enviou Vasconcelos ao rei uma planta da igreja e colégio, feita pelo sargento-mor engenheiro, em que desenhou as inovações, que eram precisas, tanto na igreja, como no colégio ([3]).

Passavam anos descuidados e em 1783 achava-se ainda a igreja « descoberta por lhe haver caído o tecto » ([4]).

([1]) Cfr. A. H. C., — Angola — Papéis avulsos — 30 de Junho de 1762. Carta de Vasconcelos ao Rei, de Luanda 30 de Junho de 1762.

Neste mesmo lugar do Arquivo está um documento do mesmo assunto, de 3 de Junho de 1762, cujo título transcrevemos: « Auto e União que o Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Frei Manoel de Santa Ignes, Bispo destes Reynos, e Arcebispo eleito da Bahia fez da Igreja, sanchristia ornamentos e mais alfaias que forão dos Jezuitas, para Sé Cathedral, como tambem do convento, ou collegio q foi dos mesmos Jezuitas, parte para o Palacio Episcopal, e parte para seminario de moços naturays deste reyno ». De Angola aos tres de Junho de 1762. Frey Manoel Bispo de Angola e Arcebispo eleito da Bahia.

Neste auto está inserida a carta do rei, de 20 de Novembro de 1761, sobre o mesmo assunto.

([2]) A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 30 de Junho de 1763.

([3]) A planta desapareceu do Arquivo Colonial. Na carta de 20 de Novembro de 1761, do rei ao bispo de Angola lê-se: « Entre as applicações que [...] se podem fazer do sobredito collegio, Igreja, ornamentos e alfayas, nenhuma seria tanto do serviço de Deus, e tão util e pia como a de se aplicar a Igreja do dito collegio para Sé Episcopal, a parte principal do mesmo collegio para servir de Palacio para a Residencia dos bispos daquela Diocese [...] e a parte menos principal do collegio para seminario de moços naturaes daquelle Reyno, conforme a disposição de Gaspar Alvares... ».

Cfr. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1761 Nov. 20.

([4]) Carta do Contador-mor Sebastião Francisco Bettamio, de 13 de Outubro de 1783. A. H. C., — Angola — Papéis Avulsos — 1783 — Out. 13.

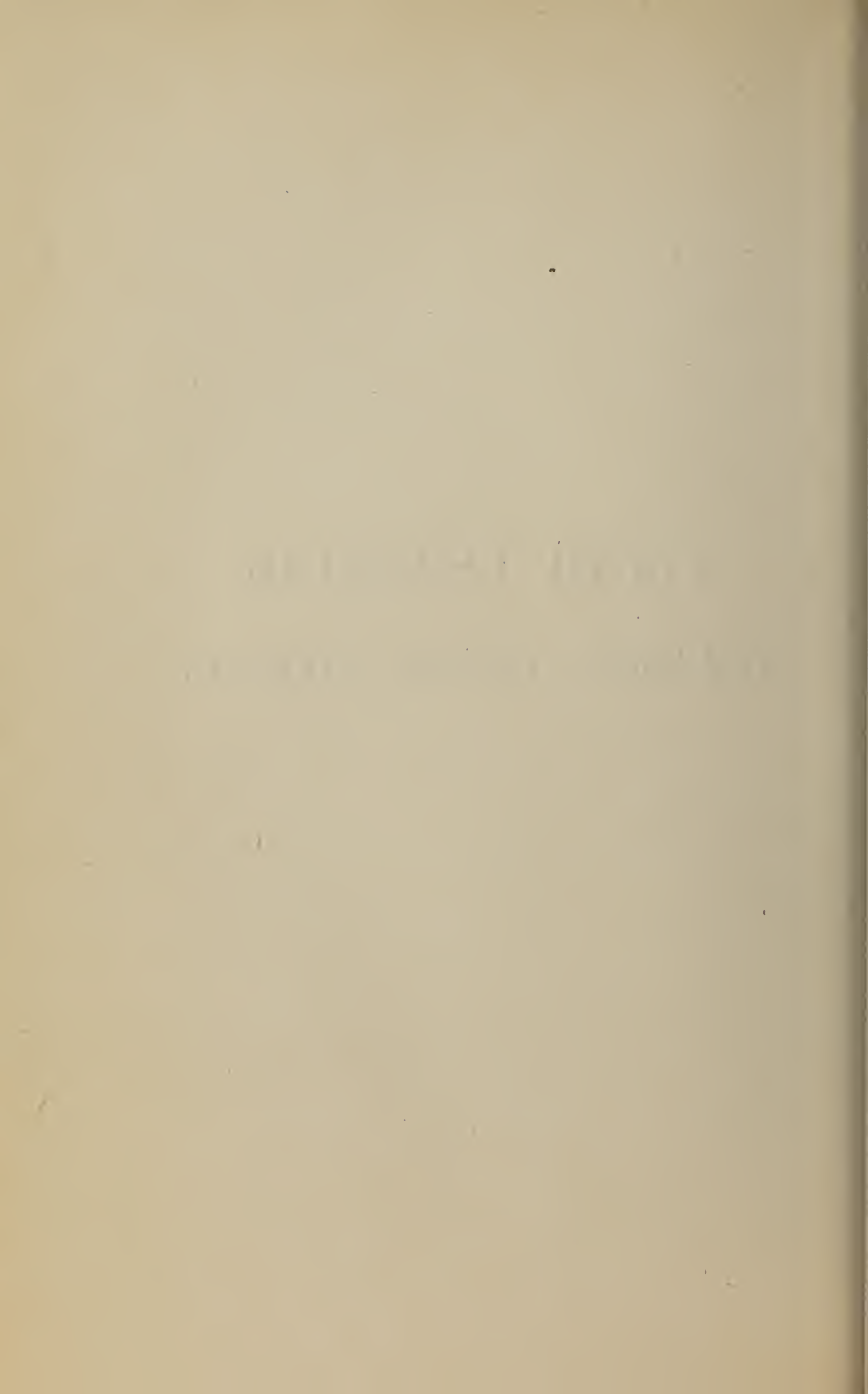
Em 1801 D. Miguel António de Melo, Governador, em ofício de 17 de Agosto diz: « O referido colégio foi abandonado e por diversas mãos em diferentes tempos destruído, por isso só hoje apenas dele existe consertada a pequena parte em que vive o bispo, ficando todo o mais resto do edifício, incluindo a igreja, descoberto, e só com as paredes em termos de poderem ser para a reedificação aproveitadas... » [1]. Deste modo não se aproveitou nem o colégio, nem a igreja, nem o seminário [2]. Depois de tantos anos de trabalho, só restaram, para lembrança, destroços materiais e, o que é bem mais deplorável, ruínas espirituais de toda a sorte.

(1) *Arquivos de Angola*, II, pág. 683.

(2) O seminário que nestas cartas D. José I manda fundar, era — di-lo expressamente o monarca — o seminário que em 1623 tinha fundado em Luanda o endinheirado comerciante Gaspar Álvares, admitido à Companhia de Jesus, deixando-lhe no seu testamento de 27 de Outubro de 1623 a soma de 20.000 cruzados. Mas nunca se pôde cumprir este legado por embaraços, enredos, dificiências e quebras nas riquezas do comerciante. Assim o explicamos no tomo III, vol II, pág. 308 e segs. desta história.

Só houve em Luanda seminário, criado por decreto de 23 de Julho de 1853, e sòmente se abriu em 1861 pelo bispo D. Manuel de Santa Rita Barros. Cf. Fortunato de Almeida, T. IV, P. III, págs. 108-109.

LIVRO TERCEIRO

EDUCAÇÃO, LETRAS, CIÊNCIAS

CAPITULO I

NO ENSINO DAS LETRAS HUMANAS

SUMÁRIO: — 1. *O ensino da juventude.* — 2. *A Gramática de Manuel Álvares, e o método de ensino.* — 3. *Novos colégios: Colégio de Gouveia.* — 4. *Colégio dos Reis.* — 5. *Colégio da Casa Professa em Vila Viçosa.* — 6. *Prática do sistema escolar.* — 7. *Obras de professores e escritores.* — 8. *Académicos.* — 9. *Teatro.* — 10. *Perfeita instrução e educação.*

1. — Com as demonstrações de zelo apostólico, andava estreitamente unida a actividade literária e pedagógica nos colégios da Companhia de Jesus. Desde os primeiros anos que lidou em Portugal e nas conquistas portuguesas, nunca a Ordem Ignaciana levantou mão do ministério nobilíssimo da educação da juventude; antes foi continuamente aumentando não só em número, mas também na multiplicidade e importância das lições, os estabelecimentos de formação moral e literária.

Já no século XVIII, enquanto a sanha dos adversários, que iam crescendo, ou a raiva do maior inimigo a não aniquilou em Portugal, sempre trabalhou sem esmorecimentos na gloriosa e utilíssima empresa do ensino.

2. — O método que empregou invariàvelmente para o labor de pedagogia nos últimos sessenta anos, foi o método tradicional, essencialmente o mesmo que a dirigiu nos primeiros séculos e produziu — quem pode negá-lo? — frutos admiráveis e formou não poucos e excelentes latinistas, em muito maior número certamente

que os formados por outros sistemas [1]. O maior inimigo das escolas da Companhia de Jesus aprendeu de professores ignacianos e portugueses o latim, pouco ou muito, que sabia!

O livro de texto, que nas classes se explicava, era a gramática do famoso madeirense P. Manuel Álvares, aperfeiçoada pelo estudo e empenho dos Mestres que lhe sucederam, principalmente pelo P. António Velês, cidadão de Portalegre, e auxiliado por alguns livros, que em português declaravam melhor aos principiantes as regras de Manuel Álvares.

As edições da arte Manuelina repetiram-se, nesta primeira metade do século XVIII, de poucos em poucos anos. A última saiu dos prelos da Universidade eborense no ano de 1755, três anos apenas antes de se fecharem, no reinado pombalino, as escolas da Companhia de Jesus [2].

A gramática de Manuel Álvares é composta em latim, circunstância que lhe tem atraído os impropérios de adversários [3]. Mas a linguagem latina do tempo do Renascimento, em que dominava despòticamente a língua do Lácio, não lhe tem diminuído os numerosos latinistas que formou; nem pelo modo tão racional como ela se explicava nas escolas, impedia, antes facilitava a boa inteligência das crianças. A mestria pedagógica dos professores sabia muito bem explaná-la e pô-la com facilidade ao alcance da compreensão juvenil. Assim o adverte a Gramática na página 83 da edição de 1694 e na página 100 da edição de 1755: «Para não sobrecarregar demasiado com a multidão dos preceitos o entendimento pueril, devem-se eles ensinar, como quem os deita em estreito recipiente. Em linguagem vulgar expliquem-se às crianças os rudimentos da língua latina, os géneros, as declinações, os anómalos e os pretéritos e supinos. Não se obriguem a decorar os preceitos no verso e na prosa. O que também se há de praticar na sintaxe, quando se explica pela primeira vez; mas quando já forem mais crescidos os estudantes, mandem-lhes dar

---

[1] Cf. *Hist. da Assistência*, t. II, vol. II, pág. 18 segs.

[2] Na primeira metade do século XVIII teve bastantes edições, v. g. as de 1728, 1744, 1748, 1751, 1755. Referimo-nos sòmente a edições portuguesas. Cf. Sommervogel, I, vb. Álvares; VIII, vb. Velez, Antoine.

[3] Manuel Álvares escreveu a sua Gramática para todas as nações, não só para as nações de língua portuguesa.

em latim conta dos preceitos, servindo-se das palavras que no livro esclarecem cada preceito ou de quaisquer outras» [1].

Com semelhantes precauções tiravam os inconvenientes, se os havia, de ser a Gramática escrita em latim; antes este processo de a ensinar, ajudava insensivelmente os jovens a se familiarizarem pouco a pouco na língua majestosa do Lácio.

Todavia, para facilitar ainda mais o estudo e a aprendizagem da Gramática, publicaram no século XVIII algum livro, que em português explicava os termos latinos, e regras do benemérito autor. Era de mais ciência e maior utilidade o *Promptuario de Sintaxe*, obra que andava nas mãos de todos os estudantes de latim, como afirmava o autor, António Franco [2].

Numa palavra, o método escolar era o que os jesuítas encontraram em voga no século XVI, aperfeiçoado admiràvelmente pelo muito estudo e experiência desses professores até receber a última demão no sistema de ensino consolidado no famoso *Ratio Studiorum*. Ordem, progresso, moderação, sobriedade e solidez, brilham em todas as prescrições deste programa.

«A originalidade do sistema no seu conjunto, não a encontramos... nas matérias do ensino, mas sim na coordenação delas, e na forma. Descobrimo-la na fina sagacidade com que os jesuítas entraram nas ideias da época, aproveitando os processos antigos, mas cortando velhas superfluidades, introduzindo regras de boa pedagogia e modificando as particularidades, dispuseram e travaram tão hàbilmente todas as partes, que tanto para a educação moral, como para a instrução, lhes saíu das mãos um plano perfeitamente *metódico* pela *racionabilidade* da disposição, e linhas gerais, pela unidade maravilhosa de todo o complexo, pela *solidez* da formação que subministra, e pelo *liame* estreito da educação intelectual com a moral, a qual não é considerada como uma tarefa separada do ensino, mas como alma vivificadora de todo o sistema» [3].

---

[1] *Emmanuelis Alvari... Libri tres*, pág. 83-84, edição de 1696, e ed. de 1755, pág. 100.

[2] *Promptuario de Syntaxe*, dividido em duas partes... Lisboa, 1699. A última ed. é de 1750, feita em Évora na imprensa da Universidade. Franco, *Synopsis an. 1701*, assim escreve do *Promptuario*: *Sic placuit vulgatum, ut saepe postea recusum sit, omniumque Grammaticae studentium manibus teratur.*

[3] Cf. *Hist. da Assistência*, T. II, vol. I, pág. 24-25; *A Formação Intellectual*, pág. 129.

Para obviar aos inconvenientes da variedade excessiva de disciplinas, deram aqueles professores ao seu plano de estudos, uma unidade perfeita pelo método chamado de *concentração.* O latim era o centro da instrução no primeiro curso em que se estudavam Letras; no segundo curso era a Filosofia, e a Teologia no terceiro. Por todo este processo recebiam os estudantes nas escolas da Companhia sólida e bem equilibrada formação, digam ou pensem o que lhes aprouver, os autores do infame *Compêndio Histórico* (1).

Seguindo o antigo método, espalharam durante uns dois séculos a instrução por todo o Portugal nos muitos colégios já dantes fundados, e nos que novamente se fundaram no século XVIII.

3. — Merece, pela sua importância e grandeza, menção particular o majestoso colégio que se ergueu na vila de Gouveia, situada na falda ocidental da Serra da Estrela.

As contradições que por largos anos embargaram a fundação, e poucos anos depois a expulsão tirânica dos religiosos da Companhia, por decreto de D. José I, cortaram totalmente as esperanças que prometia obra de tanto alcance. Lembrança do futuro colégio deu-a pela primeira vez à Companhia o testamento de D. Maria Ferreira, que pelo amor e afeição que dedicava à Companhia de Jesus, determinou que o rico património entregado por ela a seu filho António Ferreira de Figueiredo o herdasse a Companhia, se o filho viesse a falecer sem herdeiro.

Foi o que realmente sucedeu. Casou o nobilíssimo cidadão António Ferreira com uma senhora, de nome Brígida, muito ilustre pelo sangue e pelas riquezas, e não tendo já esperança alguma de filho, lavrou com a esposa o testamento, em que deixavam a Companhia de Jesus por herdeira de seus bens, com o encargo de fazerem celebrar cada dia três missas pela mãe do fundador e pelo fundador e sua esposa, e também de exercitar naquela terra os ministérios do Instituto da Companhia, e de se nomearem herdeiras algumas famílias religiosas, se por ventura a Companhia ou rejeitasse a herança, ou não cumprisse as condições prescritas. Não se determinava o número de religiosos da Companhia no novo colégio; mas assentava-se indife-

(1) *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1771.

rentemente que haviam de ensinar teologia moral, latinidade e as primeiras letras, e que percorreriam em pregações a província da Beira [1].

Constituídas estas determinações entre os dois cônjuges, veio a Lisboa o fundador, e aí faleceu a 15 de Agosto de 1713 [2], com grande dor e saudade dos religiosos da Companhia, que lhe celebraram, como era justo, a tão grande bemfeitor, solenes exéquias.

Cinco meses e oito dias antes de morrer, já António de Figueiredo fizera à Companhia por intermédio de seus Procuradores, a oferta da fundação do Colégio a 7 de Março de 1723 [3]; e depois da morte do esposo tratou D. Brígida de ultimar o negócio da fundação, até ser aceita pelo Visitador e Vice-Provincial P. Carlos António Casnedi e pelo Geral da Companhia [4].

No remate da carta em que pedia ao Geral aceitasse formalmente e sem demoras o Colégio, assim exprime a bondosa senhora os seus sentimentos:

« Espero que V. Rev.ma disponha as coisas em modo que o meu desejo tenha feliz êxito, pois o não desmerece o afecto com que sempre venerei a Companhia de Jesus, como irmã e como filha. Fico esperando pronta a ordem de V. Rev.ma » [5].

Os sentimentos de gratidão do Geral para os dois fundadores, bem os declara ele na carta de 15 de Dezembro de 1725 a D. Brígida de Távora:

« Chegaram-me à notícia, ainda que tarde, as muitas obrigações com que se acha essa Província de Portugal e nela toda a Companhia à alma do Senhor Coronel António Ferreira de Figueiredo, e juntamente V. Ex.a concorrendo com todos os seus bens, assás abundantes, para a fundação de um novo colégio nessa insigne Vila de Gouveia, e que V. Ex.a com duplicados espíritos era a que mais promovia esta obra, não se sentindo nesta

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 287-287v. Ânua de 1740.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 172. Carta deD. Brígida, de 22 de Fevereiro de 1726.

(3) Os procuradores eram os Padres da Companhia Cipriano Ribeiro e Henrique de Carvalho.

(4) Carta citada de D. Brígida, 22 de Fevereiro de 1726. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 172.

(5) Carta citada, assinada de Gouveia, de 22 de Fevereiro de 1726.

parte a falta de tão insigne bemfeitor, acrescentando V. Ex.ª maiores títulos ao nosso agradecimento. Estou certo que V. Ex.ª e o Senhor Coronel António de Figueiredo, como fundadores que são desse colégio, serão participantes das boas obras e merecimentos dos sujeitos de que se compuser esse colégio...» [1].

Entretanto se acendiam mais e mais os desejos fervorosos de D. Brígida, quando já lhe faltava o piedoso marido, e mostrou bem claramente a sua afeição à Companhia de Jesus. Chamou os Padres ao seu palácio para assentarem os fundamentos da sua obra; hospeda-os na sua habitação e dá-lhes conta dos prédios e de tudo o mais que há de entrar na posse da Companhia, asseverando-lhe que morrerá satisfeita se puder ver com seus olhos moribundos ao menos os princípios da grandiosa construção [2].

Mas retardaram-lhe o cumprimento de seus desejos dois monstros poderosos que eram a ambição e a inveja [3].

Faltava cumprir uma formalidade com a corte, para a solidez da fundação.

A fundadora dirigiu-se ao rei D. João V e lhe rogou concedesse licença para a erecção de um colégio à Companhia de Jesus na Vila de Gouveia. Deu como primeira resposta o monarca mandar consultar os párocos daquela vila, para declararem se tinham ou não alguma dificuldade na concessão da licença real [4]. Foi o princípio de um grande incêndio. Um pároco encomendado, que não percebia dízimos, respondeu que da sua parte não havia dificuldade nenhuma. Mas o pároco da igreja de S. Pedro, colado nessa freguesia, opôs-se decidida e tenazmente à concessão da licença, alegando que pela fundação do novo colégio provinha notável prejuízo, com diminuição dos dízimos e direitos paroquiais, não sòmente à sua igreja, mas também à mitra deste bispado; às religiosas do mosteiro de Santa Clara, padroeiro daquela igreja; a outras igrejas ou mosteiros de religiosos de S. Francisco, mendicantes, e ao povo daquela vila.

Logo fizeram a sua oposição o procurador da Mitra, as reli-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 433.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 287 e segs.

(3) *Ibidem.*

(4) B. N. L., *Pombalina*, 641, ff. 53-55v. É uma dissertação sobre o pleito que se armou contra os jesuítas, por José Freire de Faria.

giosas de Santa Clara, os religiosos de S. Francisco e o povo, alegando todos eles os prejuízos materiais que sofreriam com a fundação do Colégio, sem repararem nos muitos bens espirituais, que o colégio lhes trazia [1].

Quem primeiro levantou a bandeira da sedição e revolta foi o Prior da freguesia de S. Pedro. Prestaram-lhe logo auxílio na miserável sublevação o Capítulo da Sé de Coimbra e as religiosas claristas. O pretexto da revolta davam-no supostos prejuízos nas décimas. Sobre isso intentaram processo. O mais grave foi o tumulto da população. Acendiam-lhe as fúrias os fachos incendiários, que alguns poderosos lhe atiravam. Enfureceu-se a tal ponto, que não via fàcilmente maneira de extinguir aquele fogo.

Antes primeiro de entrarem abertamente pelo caminho da violência, tentaram com grandes rodeios os autores do tumulto dominar os ânimos principalmente dos nobres, que tinham autoridade com o povo. Mas ainda que arrastaram alguns para o seu partido, todavia manteve-se pelos religiosos bem firme e pelo direito a parte melhor da cidade. Alguns houve que exortaram o o povo a resolução de brandura, e guardam-se documentos que o atestam, como são cartas, que de lado a lado se escreveram.

Reproduzamos nestas páginas alguns trechos da carta escrita por Manuel Soares da Cunha, carmelita descalço, a um seu amigo, autor também da conjuração:

« Foi para mim coisa nova e bem triste saber que tu, na tua bondade e prudência, leves a mal e com escândalo a fundação de um colégio da Companhia na tua pátria. Eu nunca tive esperanças de que tal fundação sucedesse, não porque a houvessem de rejeitar os cidadãos, altos e baixos da vila, mas por julgar que os Padres nunca aceitariam a herança, visto que todas as suas obras as costumam construir com tanta magnificência e utilidade, que o dote estabelecido no testamento não é bastante para construirem o colégio ao modo deles, sobretudo numa região áspera e insalubre. Eu certamente ao ler a tua carta, com os olhos no presente e no futuro, não vejo na fundação nem a mais pequenina sombra de incómodo, quando tu não cessas de amontoar males sobre males. A utilidade é sumamente grande, quer ponhas os olhos no culto divino, quer no bem espiritual e tem-

---

[1] B. N. L., *Pombalina*, 641, ff. 53-55v ; *Lus.* 54, f. 288 segs.

poral dos próximos, porque a ambos se dirige o Instituto da Companhia e seu modo de proceder. Por esse motivo é que talvez em todas as cortes católicas os Príncipes escolhem os Padres da Companhia para confessores, para educadores e mestres de seus filhos; e em toda a parte pessoas de elevada e humilde condição encontram na Companhia não só bons conselhos, mas também socorro sempre pronto para o bem comum e utilidade dos próximos. Atestam-no os moribundos, os encarcerados e as portas dos mesmos Padres que estando sempre abertas, não só oferecem o auxílio na necessidade, mas também diligência indefessa para alívio de todos. Sendo assim parece-me loucura e barbárie que os habitantes de Gouveia, miseráveis e pobres, não aceitem o bem que lhes é espontâneamente oferecido, quando as cortes o solicitam e os Príncipes o alcançam com grande instância e com grandes despesas. Demais as casas dos religiosos nobilitam as vilas e cidades; e o colégio será o ornamento da mesma Gouveia que é celebrada pelos raros e não muito majestosos edifícios» ([1]).

Com esta simpatia se expressou aquele sincero amigo e conhecedor da Companhia de Jesus.

Mas os sediciosos desprezavam o conselho dos prudentes. Muitas outras cartas se escreveram, que bem atestam grande amor à Companhia de Jesus, e mostram o ódio dos adversários. Nos anais da Companhia se guardam os nomes dos defensores e amigos da Ordem de Inácio, para que em tempo nenhum se perca a memória dos benefícios ([2]).

Os bons contudo não lograram fàcilmente apaziguar os exaltados. O fogo da conspiração ateou-os com mais viveza.

À hora marcada deu-se o sinal do motim do alto da torre com o toque alvoroçado do sino, e corre para a praça aos gritos de incêndio e de furor a multidão amotinada, e de armas na mão. Assobiam e chamam com nomes afrontosos a Companhia de Jesus; lançam sobre ela cruéis maldições, e a uma voz a condenam ao extermínio e destruição total. A brados pedem para a morte a ilustríssima viúva fundadora e os Padres da Companhia.

([1]) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 288v, 289. Carta de Moimenta, de 17 de Janeiro de 1727.

([2]) Arq. S. J , *Lus.* 54, f. 289. Ânua de 1740.

E já acometiam tumultuàriamente o palácio de D. Brígida, quando cidadãos bons e nobres correram à praça a ver se podiam ter mão no ímpeto e furor desenfreado do populacho.

Então o Licenciado Tomás Marques Pereira, depois de impor silêncio com palavras serenas, ameaçando o povo com a indignação real, incutiu temor àqueles furiosos para que depusessem com tempo aquele furor; que se o não refreassem viria sobre os rebeldes repentina vingança, e o rei seria inexorável contra os sediciosos, tanto mais, quanto ele amava a Companhia; e não lhes daria, depois de presos, a liberdade, senão quando prometessem ante o corregedor da cidade da Guarda, que nunca mais se atreveriam a semelhantes excessos [1].

Não se desvaneceu tão depressa a contradição do Capítulo conimbricense e de alguns eclesiásticos, tanto mais molesta quanto mais vagarosa. Ainda por esse tempo combatiam a fundação. E assim depois de agitada, de uma parte e outra, por muitos anos a controvérsia, com a importuna demora dos tribunais, inclinando-se sempre para os adversários os sufrágios dos juizes, apelou finalmente para a Santa Sé de Roma a piedosa fundadora D. Brígida, e por definição dela cometeu-se o negócio ao bispo de Leiria, para que dentro de seis meses, a arbítrio dele, se apaziguasse a demanda. Mas, porque se demorava a decisão do juiz designado, suplicou ela de novo ao Pontífice Clemente XII, e alcançou a permissão de lançar os alicerces à obra [2]. O beneplácito de Sua Majestade outorgou a mesma concessão. O rei levou mais adiante a sua benevolência. Dignou-se declarar-se Protector do Colégio [3].

Prepararam-se portanto as primeiras quatro pedras, para se começarem, segundo o ritual, os alicerces. A primeira, triangular,

---

[1] No meio destas desordens, iam consolando e animando os Padres da Companhia na tribulação: António Pinheiro de Almeida, Dionísio Soares de Amaral e Manuel do Amaral Correia. Pressentindo a sedição foram-se ao palácio para avisarem os religiosos da Companhia e a ilustríssima viúva; e ali fechados lhes assistiram, preparados para toda a sorte. Dignos são estes heróis de que seus nomes fiquem exarados nos anais da Companhia, apostados como estavam a combater por ela até ao último arranque. Cfr. *Lus.* 54, f. 289v, do Arquivo romano da Companhia.

[2] *Ibidem*, f. 289v.

[3] B. P. Ebor., Códice $\frac{\text{CIX}}{\text{1-1}}$ n.º 9.

era em honra da Santíssima Trindade, título do colégio e orago da igreja. As outras, de forma quadrada, lançaram-se, com a primeira, aos alicerces a 6 de Janeiro de 1739, entre os aplausos e congratulações dos moradores da vila e dos arredores. As aclamações celebravam a Companhia de Jesus e os fundadores [1].

A cerimónia decorreu por esta ordem. Marcado o dia para a solenidade, ornou-se com magnificência a capela, próxima das casas dos fundadores, com panos de armar, e grande cópia de prata batida, e nela se colocaram as pedras em andores. Benzeu-as o Prior da Paróquia de S. Pedro, e em procissão as levaram ao lugar que lhes fora excavado e preparado. A primeira pedra, dedicada à Santíssima Trindade, a assentou no seu sítio o dito Prior de S. Pedro; a segunda, em honra de Nossa Senhora, a depositou no seu lugar destinado o pároco de S. Julião [2]; a terceira em nome do monarca D. João V a pôs no sítio marcado o corregedor do território de Coimbra, a quem cometera esse encargo o mesmo monarca, e a quarta a lançaram ao alicerce o Padre da Companhia, que cuidou da obra do colégio, e o guardião do Convento de S. Francisco em nome dos fundadores. Por fim dirigiram-se à casa da Fundadora, para se congratularem com ela não só os que trabalharam nestes começos da obra, mas também senhores e nobres que tinham vindo das vizinhanças. Foram todos bem acolhidos com banquete lautamente preparado a expensas da fundadora. A toda esta solenidade assistiu por parte de Sua Majestade o corregedor de Coimbra [3]. Foi este o último colégio edificado pelos jesuítas em Portugal no século XVIII.

Enquanto se ia construindo o colégio, continuou a decorrer o processo começado, para se descobrir meio de resolver equitativamente a questão dos dízimos. O cabido de Coimbra só daria licença de fundar o colégio com uma das condições: « ou o colé-

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 289v. Ânua de 1740; Bibl. P. Ebor. $\frac{\text{CIX}}{\text{1-1}}$ n.º 9.

(2) Américo Costa, *Dicionário Corográfico*, vol. VI, pág. 1298, diz que a freguesia de S. Julião de Gouveia se fundara em 1759; este documento que citamos refere-se alguns anos antes à freguesia de S. Julião. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 289v. Ânua de 1740.

(3) B. P. Ebor., $\frac{\text{CIX}}{\text{1-1}}$ n.º 9; Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 289v. Foi este o último colégio edificado pelos Jesuítas em Portugal.

gio pagaria dízimos, ou emprazaria todas as fazendas ou as venderia » [1].

Lançada a primeira pedra, deram-se os Padres com a maior diligência que as circuntâncias consentiam, à construção do que havia de ser um amplo e majestoso edifício. No catálogo oficial de 1749 já se advertia que estava terminada a terceira parte da obra. E em 1754 três Padres e um auxiliar adiantavam a fábrica do colégio.

Quando, cinco anos depois, Sebastião José, os expulsou da terra portuguesa, ainda o edifício não estava todo concluído [2].

Os últimos Padres que habitaram o colégio, foram o Superior José Castelo Branco, Manuel Lopes, Cristóvão Ribeiro, Bernardo Vieira e o auxiliar Cipriano Cardoso [3].

A 12 de Fevereiro de 1759 dirigiram-se a Gouveia os desembargadores Seixas e Costa, e entraram na vila duas horas antes da meia noite e colocaram sentinelas nos topos das ruas, nem consentiram que ninguém passasse adiante e desse aviso aos jesuítas. Repentinamente põem cerco ao colégio, assaltam as portas, batem nelas com grande ruído; e não as abrindo os religiosos tão depressa como queriam os duúnviros, pouco faltou que não as arrombassem. Entraram com uma chusma de soldados, increparam brutalmente os Padres, que tinham corrido a abrir as portas, recolheram as chaves e puseram sentinelas aos quartos. Reuniram todos os religiosos na biblioteca, para onde os soldados acarretaram os colchões que pelo chão estenderam. Às portas puseram vigias. Logo examinaram quanto havia nos quartos, nas dispensas e adegas, e aos pobres religiosos em tudo os trataram sem respeito e com crueza brutal. Até lhes apalparam o corpo com atrevimento de soldados sem reparo na decência. Chegou também carta do bispo de Coimbra, que lhes proíbia todo o exercício de ministérios sagrados, o que lhes intimava por império da sua consciência. No princípio de Março levantaram um leilão ante as portas do Colégio para venderem primeiro os animais, e logo os frutos, e mais coisas que se podiam corromper [4].

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, 1727, f. 291.
[2] Caeiro, *De Exilio Provinciae Lus.*, L. IV, n.º 140.
[3] Caeiro, *ibidem*.
[4] *Ibidem*, n.º 139, 140.

Depois de inúmeras vexações foram avisados a 10 de Março, que no dia seguinte seriam transportados para Coimbra [1]. De feito partiram no dia 11 dêsse mês [2].

No dia da partida celebrou missa o Superior José Castelo Branco e distribuiu aos que se ausentavam a Sagrada Eucaristia, conservada no sacrário. Fizeram este acto piedoso com tanto sentimento de devoção, que até os comandantes e soldados derramaram lágrimas [3].

Quando estes Padres saíram para Coimbra escoltados de tropa, ocorreu-lhes ao encontro o povo da vila, debulhado em pranto e os acompanhou lamentando-se e chamando-os a altas vozes seus pais [4].

Quatro dias depois estavam às portas de Coimbra. Para maior publicidade e mais humilhante ignomínia conduziram-nos ao som de trombetas pelas ruas principais da cidade. Mas falharam nos cálculos de malvadez os que os comandavam. Acudiram os cidadãos conimbricenses, e manifestamente deram a entender que detestavam a impiedade daqueles homens, e com lágrimas foram pùblicamente acompanhando a calamidade iniquíssima dos religiosos perseguidos [5]. Entrando para o famoso colégio de Coimbra começaram a participar da sorte dolorosa dos seus irmãos, que nele encontraram presos: o cárcere, o desterro, a morte.

O colégio de Gouveia que os perseguidos religiosos para sempre deixaram entre as lágrimas dos bons portugueses, era edifício em quadra com a igreja no meio e com o pátio das escolas encostado a um lado do templo e mais dois pátios menores no interior do edifício [6]. A face do edifício que acompanhava de um lado a outro o frontispício da igreja, « ficava para o Norte, olhando para o Mondego, que lhe corria a uma légua de distância, e avista um dilatado país, muito vistoso pelos muitos rios que o cortam, descendo da Serra da Estrela a encorporar-se no

---

(1) Caeiro, *Ibidem*, 137.

(2) *Ibidem*.

(3) *Ibidem*, n.º 140.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ibidem*.

(6) B. P. Ebor., $\frac{\text{CIX}}{\text{1-1}}$ n.º 9.

Mondego, e é uma das melhores cenas... que se acham de Coimbra para cima» ([1]).

Não há dúvida, o colégio era o lustre da pequena vila ([2]).

4. — Mas ainda se afadigavam os Padres de Gouveia em acalmar as sedições pertinazes que perturbavam e impediam a fundação do colégio, e já se encarregava a Companhia de novo colégio ou seminário em Vila Viçosa. Foi o augustíssimo monarca D. João V, que teve para com a Companhia mais essa prova de muita confiança, pondo os seus religiosos à frente de um seminário que o fundador queria que desse ministros excelentes para o culto da sua Capela, erguida em Vila Viçosa. Mas narremos em breves palavras a origem do pequeno mas prometedor estabelecimento de ensino.

Foi o piedoso Duque de Bragança, D. Teodósio II, quem instituiu com bòas rendas na primeira metade do século XVII, o *colégio* intitulado *dos Reis*, com o intento, como insinuámos, de formar e ter acólitos e ministros que servissem na capela ducal. Não pôde porém «dar o último complemento a esta obra tão pia» ([3]). D. João IV, conformando-se às intenções generosas de seu pai, deu *Regulamento e Estatutos ao Colégio dos Reis* para governo acertado do colégio e boa formação e educação dos colegiais ([4]).

Era muito diminuto o número dos colegiais ou seminaristas, que marcava o regulamento. Não haviam de passar de oito. Veio

---

([1]) *Ibidem.*

([2]) O vasto edifício, depois da expulsão pombalina em 1759 cedeu-o a Coroa às religiosas Franciscanas de Almeida. Foi depois hospital e caserna do regimento de Caçadores 7; mais tarde vendeu-se a Bernardo António Homem, que o passou ao sobrinho, o Conde de Caria, cujos herdeiros o cederam por compra à Câmara Municipal, que aí instalou os Paços do Concelho e outras repartições. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, pág. 619, vb. Gouveia.

([3]) Cf. Sousa, *Historia Genealogica*, VI, pág. 519; *Provas*, IV, pág. 608 e segs. *Regimento e Estatutos do Collegio dos Reis*. pág. 597 e segs. *Testamento autêntico* do Duque de Bragança Dom Teodósio II. A data do testamento é de 22 de Janeiro de 1628, ibidem pág. 601.

([4]) *Regimento e Estatutos do Collegio dos Reis de Vila Viçosa dado e confirmado por El-Rey D. João IV.* Cf. Sousa, *Provas* do Livro VI da *Hist. Geneal.*, pág. 608, segs. Lisboa a 18 de Março de 1645. «Averá neste collegio athe oito collegiaes». *Ibid.*, pág. 609.

porém no século XVIII o magnífico rei D. João V, que ampliou o seminário e estabeleceu que se educassem nele «doze colegiais, de sorte que o serviço do culto divino foi na capela sempre continuado com majestosa pompa» [1].

Para melhoria na parte moral e literária resolveu-se o monarca generoso a confiar o seminário aos Padres da Companhia de Jesus. Chamou ao Paço o P. Provincial, que então era o P. António Manso e entregou-lhe o seminário como a representante da Companhia. Começaram a habitá-lo no mês de Abril de 1735 [2].

O primeiro Reitor do colégio foi o P. José Veloso, natural de Lisboa e entrado na Companhia a 10 de Junho de 1694; e professor de Letras e Teologia Moral. Acompanhavam-no três religiosos: o P. António de Barros, Lourenço Patrício, mestre de latim e o coadjutor Manuel Lopes [3]. Mas em companhia dos Padres vivia um sacerdote secular com o encargo de ensinar música e canto aos colegiais, como estava prescrito no regulamento do seminário. Dois dos religiosos da Companhia ensinavam, um latinidade e outro as primeiras letras [4].

O catálogo terceiro de 1749 mostra que o seminário ia crescendo. Já eram 20 os colegiais [5]. Para ter bons alunos e suficientes o seminário novamente fundado por D. João V, incumbiu nos princípios o rei a dois capelães da capela ducal que procurassem alguns moços de boa voz, viveza e disposição para entrarem como estudantes no seminário, e serem depois bons músicos para cantarem nas funções sagradas. «Partiram os dois emissários e, tendo corrido parte da Estremadura e Ribatejo, trouxeram consigo doze colegiais, entre os quais vinha o pequeno António Pereira de Figueiredo, de 11 anos apenas de idade, cuja esperteza e capacidade «excitavam admiração» [6].

---

(1) *Hist. Genealogica*, VIII, pág. 262; *Dicionário Portugal*, VII, 584-585.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 277v-278: «Eo migratum mense Aprili 1735».

(3) *Ibidem*, f. 278.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 54, 278.

(5) *Ibidem*, f. 75v. O Catálogo terceiro de 1749 mostra que o seminário ia crescendo: «Seminarium Regum Villae Viçosae alit ex notris, 3, Rectorem, Magistrum Latinitatis et Fratrem coadjutorem. Alumnos 20». Catálogo primeiro de 1749, n.º 794, 795, 796: Tem o reitor Paulo dos Reis; P. Inácio da Ponte, professor de Letras humanas; Bernardo Pinto, coadjutor temporal.

(6) Cf. *Compendio da Vida e escriptos de Antonio Pereira de Figueiredo*, ms. in-fólio, na B. N. de L., Fundo Geral, n.º 9842.

Foi este jovem certamente o discípulo mais nomeado e ilustre do seminário de Vila Viçosa, desde 1 de Abril de 1736, até 1 de Abril de 1742, durante 6 anos; mas quando, já congregado do Oratório, se transformou em serventuário pombalino, mudou-se num acérrimo adversário da Companhia de Jesus, que o educou e formou desde os primeiros anos; quando porém já escorregava para a sepultura, por 1796, amortecido o fogo dos antigos ódios, muito diversamente escrevia acerca dos jesuítas [1].

Na sua inédita *Lusitânia Sacra*, na parte segunda, folha 498 do capítulo XVIII, referindo-se ao Seminário de Vila Viçosa e seus professores, assim se exprime o que fora braço direito do marquês de Pombal: « Aqui aprendi eu dêles (dos jesuítas) com a doutrina dos bons costumes a gramática latina e latinidade, tendo por Mestres os Padres José Machado, João Lopes, Manuel Gomes e Patrício Barniral (?). E devo confessar que de todos recebi óptimos exemplos de virtude e de boa criação » [2].

Não estiveram à testa do seminário os jesuítas até à expulsão de Pombal, de 1759. D. José I logo nos princípios de seu reinado tirou a administração do seminário aos Padres da Companhia e tornou a entregar aos capelães o governo dele. Foi o primeiro reitor o P. Alexandre Delgado Janeiro, natural de Grândola [3].

Demais escreveu ainda, com manifesta sinceridade Pereira de Figueiredo que a notícia que dera da Capela Ducal de Vila Viçosa, ninguém deixará de ver que foi efeito da obrigação com que vivia a essa santa igreja pelo motivo da criação e educação, que dela recebera havia mais de quarenta e seis anos, e de que nunca se lembrava sem grande saudade [4].

5. — Outro colégio ou estudo de Latim houve pelos anos de 1717 ou 1720, desejos de o estabelecer na Casa Professa que o duque de Bragança, D. Teodósio II, fundara na sua Vila Viçosa no primeiro ano do século XVII [5]. As rendas que sustentariam

---

[1] Expirou, outra vez oratoriano, a 14 de Agosto de 1797.

[2] Figueiredo, *Lusitania Sacra*, P. II, f. 498.

[3] *Lusitania Sacra*, citada, pág. 501, 501v.

[4] *Ibidem*, f. 501. — Estes moços a que chamavam Meninos da Capela, viviam em comunidade no seminário junto da Capela Ducal. Cf. *Lusitania Sacra*, P. II, f. 500v, cap. XVII. No mesmo manuscrito, f. 498, cap. XVII da P. II, está a História do Colégio dos Reis.

[5] Cf. *Hist. da Assistência*, T. II, pág. 114.

os Mestres, ficariam, segundo as leis da Companhia, independentes da Casa Professa, que não pode manter-se com rendimentos próprios e estáveis. Quiseram os Padres portugueses imitar o exemplo das Casas Professas de Veneza, Praga e Viena, que tinham aberto classes, mas que não possuíam nem administravam as rendas que sustentavam os professores. Veio de Roma a licença para também abrir aulas na Casa Professa de Vila Viçosa, quando era Prepósito dessa Casa o P. Diogo Martins [1]. Não aparecendo porém pessoa que quisesse dar as rendas necessárias para a sustentação dos Mestres, levantou-se por esse tempo mão da obra [2].

Uns dez anos mais tarde, em 1728, resolveu todas as dúvidas e hesitações com a sua costumada grandeza o monarca magnânimo.

Por ocasião do casamento do Príncipe D. José com Mariana Vitória de Castela, e de Maria Bárbara, princesa da Beira, com D. Fernando, e da passagem dos Príncipes na ponte do Caia, passou D. João V, na volta para Lisboa, por Évora e Vila Viçosa, onde fez notáveis mercês à Companhia de Jesus [3]. Não é de somenos importância para a instrução a seguinte mercê: «Mandou erigir na Casa Professa de Vila Viçosa duas classes de latim, uma de moral outra de filosofia, e escola de ler e escrever. Para manutenção dessas cadeiras, consignou de renda anual novecentos mil réis, dizendo se haviam de segurar nas rendas da Casa de Bragança, não sem consentimento do Príncipe seu filho, que era o duque actual, que não faltaria a seu beneplácito. Com isto não tirava que a Casa vivesse de esmolas, como Casa Professa» [4].

Assim persistiam os filhos de Inácio de Loiola no sempre louvável e frutuoso empenho de espalhar por toda a parte as luzes da instrução em novos estabelecimentos de ensino.

Vejamos como eles se desempenharam pràticamente de seus intentos no decorrer dêste século XVIII.

---

[1] O P. Diogo Martins foi Prepósito de 9 de Outubro de 1720. — Cf. *Livro em que se aponta o tempo em que começão os superiores*. Fotografia da minha colecção particular.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 240v-241.

[3] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 320; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, pág. 405, vb. Caia.

[4] Franco, *ob. cit.*, f. 321.

6. — Dirigidos pelas leis acertadíssimas do sistema de ensino, que desde o século XVI os norteavam na gloriosíssima tarefa da instrução dos portugueses, trabalharam devotadamente aqueles pedagogos e com notável proveito, até aos últimos anélitos da sua laboriosa vida em Portugal. É muito para advertir e para admirar que os filhos de Inácio, naqueles derradeiros anos de seus labores literários, não só não davam sinais de decadência no seu entusiasmo, mas terminaram a sua actividade com obras de grande progresso nas letras. Referimo-nos agora particularmente ao ensino das Letras humanas. Pasmamos da vida contínua que animava as escolas especialmente nos colégios maiores. As disputas, as declamações, as conclusões, as premiações, as academias, que organizavam para celebrarem personagens ou factos da história portuguesa, academias literárias que mantinham em contínua vigilância e suspensão os estudantes das diversas classes; os dramas, tragédias e diálogos, representados pelos próprios estudantes, que nessas exibições se exercitavam admiràvelmente e progrediam nos estudos; e se instruíam, educavam e preparavam para a sociedade, e se tornavam juventude digna de Portugal.

No labor da vida ordinária havia necessàriamente alguma monotonia ou menos ruidosas ocupações, para aprenderem as regras da Gramática, para os exercícios de memória, para as composições literárias e para as prelecções diárias e tão proveitosas dos professores. Mas a serenidade regular das aulas de cada dia, era com frequência interrompida com exercícios literários mais solenes, variados e pomposos, sempre encaminhados à mais perfeita e sólida formação dos estudantes.

Em lugar de honra mencionemos a primeira exibição deste género, que nos ocorre nos princípios do século que historiamos. Apresentou-a no colégio de Évora a um auditório sumamente distinto o P. Domingos Pinheiro, humanista considerado, lente de Matemática e depois célebre missionário da China.

Era então professor de Humanidade e Retórica naquele colégio e Universidade por 1715, e tinha como discípulo o irmão de D. João V, D. José de Bragança [1].

---

[1] Cf. *Lus.* 47, catál. de 1720, f. 241v. Domingos Pinheiro, natural de Loures, onde nasceu a 20 de Julho de 1688; entrou para a Companhia a 9 de Novembro de 1704; foi professor de Letras e de Matemática que ensinava em

Para honrar o nobre discípulo, organizou soleníssimas disputas literárias, que designou com o nome de Gímnicas ou Olimpíacas, à semelhança dos antigos jogos Olímpicos, divididas em cinco palestras nas quais se disputou da primeira faculdade das Artes Liberais. O ilustre Infante as defendeu egrègiamente com grande aplauso de toda a Academia e dos assistentes externos (1).

Outro certame preparou o sábio professor para exercício do privilegiado discípulo em 1717; mas teve D. José, por doença, de se ausentar para Lisboa, e não pôde dar nova prova do seu adiantamento com a defesa das conclusões, que afinal o professor igualmente publicou e dedicou ao régio discípulo. Intitulou-as Domingos Pinheiro neste sentido traduzidas ao português: «*Eloquência Coroada* ou as Coroas das nove Musas, adornadas com flores escolhidas de Retóricas e Humanidades e matizadas com preciosíssimas gemas de toda a espécie de erudição» (2).

Três anos depois, em 1720, no colégio de Santo Antão de Lisboa, realizou-se com assistência de muita nobreza, e o concurso numeroso de gente culta um certame oratório e poético. Era obra do P. António de Brito, Mestre da quarta classe, toda dirigida, com emblemas curiosos, a exaltar a Nação Portuguesa (3).

1720. Como matemático partiu para a China em 1725. Faleceu em Pequim a 16 de Junho de 1748. Outros dizem a 16 de Janeiro.

(1) Cf. Arq. S. J., *Catalogus scriptorum societatis Jesu ab anno 1675 ad annum 1725*, do P. João Valente. Cf. Sommervogel, VI, 820. O título latino com que Pinheiro dedicou a seu discípulo D. José de Bragança e deu a lume as Disputas é o seguinte: «Olympiacum sive Gymnicum certamen quinque palaestris absolutum in quibus de prima Liberalium Artium facultate decertandum. Eborae typis Academiae, 1714». Advertimos que D. José de Bragança entrou para o Colégio de Évora em 1715, e o livro foi impresso, segundo a data do título, em 1714.

(2) *Catalogus Scriptorum*, cit.; Sommervogel, VI, col. 819: *Eloquentia coronata seu novem Musarum coronae, Lectissimis Rhetorices et humaniorum literarum Flosculis concinnatae ac pretiosissimis omnigenae eruditionis gemmis variegatae* ... Eborae, typis Academiae 1717. — Veja-se Franco, *Évora Ilustrada*, Évora, 1945, pág. 275, onde diz que se imprimiram as conclusões de 1717, *Eloquentia Coronata*, dedicadas a D. José, a que presidiram dois Mestres da Companhia, por D. José ter adoecido. João Valente no seu *Catalogus Scriptorum*, conta o facto como dizemos no texto.

(3) Cf. Arq. S. J., *Lus.* 47, f. 305v, n.º 92 do catál. de 1726. P. António de Brito, de Guimarães, onde veio à luz em 2 de Fevereiro de 1694, e entrou à Companhia de Jesus a 25 de Março de 1710. Ensinou Gramática, Letras humanas e Retórica por 6 anos. Em 1726 era ministro Fratrum Manicatorum.

Deu-lhe princípio de manhã o mesmo Mestre com um erudito discurso, reforçando depois sucessivamente, com emblemas muito próprios, as razões com que acabava cada um dos defendentes de sustentar a sua opinião, com a sentença com que José Joaquim de Vasconcelos [1] em estilo grave e eloquente, decidia, como juiz árbitro, a contenda de seus discípulos.

Teve este acto notável aceitação do auditório, não só pelo elegante dos poemas e orações, mas também «pelo expressivo da representação, alternada com a consonância de excelentes vozes e instrumentos».

Por fim remataram o primor do acto os epigramas engenhosos, com que foi celebrado por alguns ouvintes, a que se respondeu no mesmo metro [2].

No ano seguinte de 1721 o mesmo professor António de Brito, já Mestre de Humanidades, apresentou no mesmo Colégio da Capital um erudito e curioso certame, no qual disputaram os estudantes sobre a preeminência das dezoito cidades do Reino, expondo cada um as preeminências e prerrogativas de cada cidade. De manhã levou Coimbra a vantagem, e de tarde prevaleceu Lisboa. Abriu o acto com primoroso discurso o talentoso Mestre [3].

Pouco antes, em 1719, deu no mesmo colégio um proveitoso exercício de declamação, em que se recitaram poemas compostos com singular mestria pelo P. Paulo Amaro, professor de Retórica. Os assuntos na récita da manhã foram as vantagens que os portugueses faziam aos romanos antigos; e de tarde mostrou-se quanto as matronas portuguesas excediam as romanas de tempos passados. Coros musicais alternando com os poemas recreavam saborosamente a assistência destes actos, a que geralmente concorria a Academia portuguesa e grande número de doutos [4].

Ainda o famoso e real colégio de Santo Antão se resolveu a celebrar, na aula nobre de seus estudos, as ilustres memórias das gloriosas acções do Marquês das Minas, já falecido,

---

[1] José Joaquim de Vasconcelos era neto do Conde de Castelo Melhor e filho de Bernardo de Vasconcelos e Sousa.

[2] *Gazeta de Lisboa*, 1720, pág. 247.

[3] *Gazeta*, 1721, pág. 224.

[4] *Gazeta*, 1719, pág. 152.

D. António Luís de Sousa [1] com um acto humanístico e fúnebre a que presidiu o citado P. António de Brito, já insigne Mestre da primeira e mais elevada classe de Retórica, dando-lhe princípio com um engenhoso panegírico do ilustre fidalgo. Foram muitos e notàvelmente elegantes os poemas em latim, compostos pelos nove professores de Retórica, de Humanidade e Gramática do colégio, recitados pelos discípulos na presença do Marquês das Minas, filho [2], e de pessoas doutas e distintas [3].

Também com sentido patriótico se representou em 1722 um acto humanístico, deveras elegante e composto na língua latina pelo P. José de Oliveira, professor da segunda classe de Retórica, dividido em quatro certames, em que se discutiam e ponderavam em variado metro as excelências da Nação portuguesa, provando-se que se igualam nelas e até excedem as prerrogativas de outras nações. Foi numeroso o concurso de gente douta, e bem escolhida a música de vozes que se entremeava nos vários certames [4].

No ano de 1721 apresentou o P. José de Azevedo, Mestre da segunda classe, outro acto humanístico, também latino, dividido em cinco paralelos de acções ilustres, antigas e modernas de heróis e heroínas portugueses. Um diálogo, em verso sáfico, entre seus interlocutores pôs termo ao acto de manhã [5]. De tarde deu-se novo acto de dez paralelos em verso de vário género [6].

Bastante mais tarde, em 1735, a 26 de Dezembro celebrou-se no Colégio das Artes, em aplauso do nascimento da Princesa da Beira, depois Rainha [7], uma solene Academia literária, em que se declamaram primorosas poesias latinas em metro heróico e elegíaco, presidindo à solenidade o Mestre de Letras Humanas no mesmo Colégio Real, P. João Pedro, que deu princípio ao

---

[1] Era o 2.º conde do Prado, e o 2.º morgado das Minas, que faleceu em 1721, herói da guerra da sucessão. Cf. *Dicionário Portugal*, IV, 1113.

[2] Era D. João de Sousa, 1.º conde do Prado e 3.º marquês das Minas. Foi morto a 17 de Setembro de 1722, tendo sucedido no título a seu pai, morto em 1721. Cf. *Dicionário Portugal*, IV, 1117.

[3] *Gazeta*, 1722, pág. 16.

[4] *Ibidem*, pág. 256.

[5] *Gazeta*, 1721, 29 do mês de Junho.

[6] *Ibidem*.

[7] Nasceu a 17 de Dezembro de 1734.

acto com um discurso eloquente e aplaudiu as poesias com mimosos epigramas [1]. E não nos passe em esquecimento o grande aplauso académico, dado em Goa pelos estudantes do afamado colégio de S. Paulo no ano de 1746, ao Vice-rei D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, marquês de Castelo Novo, conde e senhor de Assumar, depois primeiro marquês de Alorna, pelas conquistas que fez e victórias que alcançou dos inimigos de Portugal naquele afastado Oriente [2].

Compunha-se o *Aplauso* de um longo discurso latino; de um poema épico de 256 versos hexâmetros, que celebravam a tomada de Alorna; de uma Elegia de 54 dísticos; de uma Ode alcaica de 13 estrofes, concluindo com um *Epílogo* de agradecimento. Seguiram-se 12 emblemas, explicados em dísticos, obra de bom pincel, que ornavam a sala de actos daquela Academia Oriental.

As composições de poesia e prosa eram singularmente esmeradas na língua latina e na contextura do verso, e animadas de genuína inspiração. Aqueles Mestres, formados na maior parte em Portugal, sabiam manter a tradição de bons humanistas, que aureolava os professores e escritores da Ordem inaciana [3].

Soleníssimo foi também o certame, que se debateu, com toda a magnificência, no Colégio das Artes de Coimbra, em 1742, nos dias 18, 19, 20 e 21 de Outubro na chamada *Academia dos Escolhidos.* Festejavam-se as melhoras de Sua Majestade. Para esse fim se convidaram todos os engenhos do Reino e se recitaram as composições, que de todas as Províncias concorreram na língua latina e portuguesa « sobre este real assunto ». Além dos nove

---

[1] *Gazeta*, 1735, pág. 179.

[2] Faleceu aos 10 de Novembro de 1759. — O 2.º marquês de Alorna, D. João de Almeida Portugal, é que foi prisioneiro de Sebastião José de Carvalho, e escreveu as *Prisões da Junqueira.*

Eis o título do Aplauso: « Plausus Academicus Ill.mo ac Ex.mo Dño D. Petro Michaeli de Almeida Portugal, Marchioni de Castello Novo, Comiti et Domino de Assumar, a consiliis de Statu et Belli, Regiae Domus Aeconomo, Castrorum Praefecto, et totius Regni Equitum Directori, Indiis Status Proregi, ac Duci Generali, Pio, Felici, Victori, ac Triumphatori in Gratiarum actionem Pro devicto Bonsolonio, expugnata Alorna, receptoque Bicholino datus ab Humaniorum Literarum Studiosis Goae. In aula Academica Regalis Collegii D. Pauli Societatis Jesu. Die 24 Augusti 1746 ». B. N. L., Fundo Geral, 3252. É vol. em 8.º.

[3] *Ibidem*, F. Geral n.º 3252.

prémios prometidos, se deram mais dez às poesias que se avanjavam notàvelmente das premiadas [1].

Outra espécie de Academia particular, designada com o nome de Academia de Retórica formou no colégio de Santo Antão em 1720 o P. José Leite, Mestre da segunda classe, para continuar todos os meses do ano de 1720 em exercícios literários sob a direcção e presidência do P. Leite. Na primeira sessão toda a sala estava adornada de elegantes poemas, postos pelos académicos [2].

No mesmo colégio se realizou no fim do ano lectivo a última sessão da *Academia de Retórica* em que houve um acto de mesas políticas e se discorreu sobre matérias filosóficas com exibições curiosas representadas pelos académicos. O P. Leite, presidente, acabando o ano de sua direcção, despediu-se com um largo discurso e elegante elegia, sendo tudo entremeado de música para amenidade da sessão [3].

No colégio de Santarém a *Academia Escalabitana*, que de há muitos anos realizava soleníssimas sessões [4], resolveu em 1754 celebrar uma sessão como homenagem à Conceição de Nossa Senhora, e elegeu para nela presidir o P. Pedro Homem, ministro do colégio. A sessão dedicava-se a honrar a Ordem Franciscana. O P. Francisco Veloso, reitor daquele estabelecimento de ensino, ofereceu para a sessão a igreja do colégio, e mandou iluminar com profusão de luzes e armar nela um magnífico teatro. Deu princípio à sessão o mesmo reitor com uma oração eloquentíssima, cujo assunto era exaltar a Ordem de S. Francisco e a Puríssima Conceição, como Padroeira de toda a Família Religiosa [5].

Mas entre os escritores e Mestres, que mais sobresaíram naquele século XVIII e mais lustrosas e eruditas exibições literárias apresentaram nos colégios da Companhia para adiantamento dos estudantes, brilhou singularmente o Padre Manuel de Azevedo, da nobre família dos Azevedos, senhores de Paredes da Beira [6].

---

(1) *Gazeta*, 1742, pág. 575.
(2) *Gazeta*, 1720.
(3) *Gazeta*, 1721, pág. 232.
(4) *Gazeta*, 1754, pág. 254-255.
(5) *Ibidem*, pág. 414.
(6) Nasceu em Coimbra a 25 de Dezembro de 1713; agregou-se à Compa-

Era vastíssima a erudição, particularmente na história eclesiástica e litúrgica, deste afamado humanista; admirável a facilidade e elegância com que manejava a língua do Lácio, tanto na prosa como no verso; fecundíssima e inesgotável a actividade de sua pena e quase prodigiosa a presteza, com que no afã das demais ocupações compunha e editava obras de raro valor, de maior ou menor volume.

Em Portugal foi professor exímio de Humanidades e Retórica. Aos seus discípulos os exercitava admiràvelmente com actos literários, que lhes levantavam os ânimos para o progresso das Letras.

Em 1740 foi todo o empenho celebrar com extraordinário brilho o segundo centenário da fundação da Companhia de Jesus, que em 27 de Setembro se celebrava em todo o mundo. Azevedo era nesse tempo professor de Retórica na Universidade eborense e conseguiu realizar as suas aspirações literárias em quarenta sessões académicas. Recitaram-se nelas panegíricos, orações, prolusões, dramas, éclogas, odes, poemas heróicos e mais composições de bom merecimento. Vinte destes congressos alternavam com vozes de canto e músicos instrumentos.

Os argumentos das composições eram virtudes, ciência e actos heróicos do segundo século, por felicidade semelhantes aos heroísmos dos primeiros tempos (1).

O acto primeiro das sessões literárias, que na Universidade apresentou ao público Manuel de Azevedo, constou de cem enigmas, dispostos em graciosas tarjas, e divididos em décadas pelos quatro lanços do pátio da Universidade. Foram expostos aos académicos no dia 20 de Junho, véspera do « Angélico Príncipe » e augusto Protector das escolas, S. Luís Gonzaga, em cuja honra

nhia a 19 de Novembro de 1728, e faleceu em Piacenza com 83 anos de idade. Os pais de Azevedo eram: José de Azevedo Vieira, 21.º Senhor da Casa e Solar de Azevedo e Capela de Nossa Senhora da Assunção, Senhor de Paredes da Beira, e D. Luísa da Costa Rebelo, sua parenta. O pai faleceu em Abril de 1752 em idade de 78 anos, e a mãe casou com D. José de Azevedo em 1700, e faleceu em 1743. Era filha única e herdeira de Francisco da Costa Rebelo, e de D. Biviana da Costa da Fonseca. Cf. ms. particular: *Azevedos Senhores de Paredes da Beira*, obra provável da pena de D. Joaquim da Encarnação de Azevedo, irmão do P. Manuel; Barbosa Machado, III, pág. 182 segs.

(1) *Gazeta*, 1741, pág. 384.

se fez uma academia com o título: « S. Luís exemplar de abstinência ».

Nos dois dias seguintes repartiram-se pelos doutores, mestres e pessoas eruditas, que interpretaram enigmas, os cem prémios a esse fim destinados.

Constavam estes de uma lâmina de Roma com moldura de cristal; de um livro e de um ramo de flores e frutas, colhidos dos cento e oito, que formavam uma grande árvore. Os frutos eram relicários, medalhas e outras prendas de devoção [1].

A 10 de Julho representava-se o segundo acto das sessões literárias. Foi um banquete simbólico no qual se desenvolveu certame poético de cem emblemas, para que se propuseram vinte assuntos de grande lustre para o segundo século da Companhia de Jesus. As leis do certame e o número de versos, com que se devia explicar o lema, se publicaram com antecedência.

Presidiu a este acto D. Nuno Álvares Pereira de Melo, e foram juízes os Padres da Companhia e outras personagens. Abriu a sessão com seu discurso o Doutor Francisco Xavier do Vale e fechou-a com muito erudita oração fr. Francisco da Conceição.

Durou dois dias o certame e se distribuíram pelos académicos a cujas composições se deu a preferência, cem prémios com outros tantos ramos da árvore, outra vez carregada de frutos de exquisita curiosidade [2].

Celebrou-se finalmente o terceiro acto literário que se resumiu num Banquete Retórico dado no dia 13 de Julho, que, à imitação das mesas filosóficas, se compunha de diversas conclusões retóricas, filológicas e humanísticas. Presidiu-lhes Manuel de Azevedo, e defenderam-nas vinte alunos da sua aula. Constavam de curiosas argúcias, de erotemas, de paradoxos e de todas as delicadezas da Literatura, mostraram os estudantes « na vastidão das notícias que alegavam, o muito que haviam aproveitado das lições dos poetas, oradores e historiógrafos ».

Por fim recitaram também esmeradas composições de sua lavra e receberam convidativos prémios das suas literárias fadigas [3].

---

[1] *Ibidem*, pág. 432.

[2] *Ibidem*, pág. 483.

[3] *Gazeta*, 1741, pág. 468, 551-552.

Em remate dos eruditos e pomposos actos literários, foram no dia 29 de Julho dezasseis estudantes da aula de Retórica coroados com a *Láurea Poética* em remuneração dos seus actos singularmente brilhantes.

Concluídas pois as quarenta funções académicas, que tantas foram as sessões realizadas, despediu-se de seus discípulos o P. Manuel de Azevedo com uma eloquentíssima oração, e neste mesmo dia ainda apareceram nas quatro faces do gracioso Pátio da Universidade eborense quatrocentos poemas, que os candidatos de Retórica não tinham até então recitado nem apresentado ao público (1).

Com os actos literários até aqui mencionados, organizou também com pompa excepcional o P. Manuel de Azevedo disputas ou conclusões na mesma intenção de celebrar o segundo Centenário da fundação da Companhia.

Desempenhou as partes de defendente o discípulo de Azevedo, João Teixeira de Carvalho, colegial do Colégio da Purificação. Por seis horas inteiras se prolongou o certame poético, pela manhã e de tarde, « conciliando, diz o contemporâneo Barbosa Machado, aclamações do erudito concurso, que assistiu admirado de tão engenhosa novidade » (2).

Nele expunha copiosamente o estudante a doutrina e os vários géneros de poesia, provando ou confirmando a teoria com a abundância de exemplos poéticos em latim, em grego, em espanhol e português, desde o poema heróico até aos gracejos da poesia jocosa. Os arguentes distinguiam-se pela sua nobreza e sabedoria (3).

Debateram-se as soleníssimas conclusões no primeiro dia das funções literárias, que duraram sete dias (4).

Presidiu Manuel de Azevedo na sala Real a essas conclusões, que se intitulavam: *Anfiteatro da Faculdade Poética*, no qual se apresentam a engenhos mais cultos espectáculos de toda a espécie de erudição, dirigindo o P. Manuel de

---

(1) *Ibidem*, 1741, pág. 551-552.

(2) Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, pág. 183.

(3) Prólogo do Livro ou Programa das Conclusões, adiante citado; Barbosa Machado, *Lus.*, III, 183.

(4) *Gazeta*, 1740, pág. 336.

Azevedo, explanando e defendendo João Teixeira de Carvalho, e assistindo a Academia eborense, em todo o dia 24 de Maio [1].

Neste *Anfiteatro* compreendeu Manuel de Azevedo «o vastíssimo assunto de toda a poesia e Letras humanas, destruindo com feliz desempenho as dificuldades dos arguentes e comprovando com exemplos antigos e modernos as impugnadas Leis da eloquência, e desfazendo as agudas críticas feitas aos maiores poetas como Virgílio e Camões...» [2].

Desçamos a alguma particularidade nesta obra de tão raro merecimento, bem que às vezes neste e noutros seus trabalhos não seja tão fino o critério, com que são feitos. A erudição é deveras assombrosa, e o conhecimento da literatura clássica.

Todo o Anfiteatro se divide em sete espectáculos, e neles com habilíssima disposição se expõe e explica toda a doutrina da Poesia.

No espectáculo primeiro entra no Anfiteatro a majestade do verso heróico, apresentando oito faces ou questões que se hão de resolver.

Primeiro se pergunta se a Poesia que domina os ânimos do homem, tem a primazia entre as Artes Liberais.

Logo se pergunta e discute se o poema dá mais glória aos heróis que praticam as acções do que aos poetas que transmitem à posteridade os feitos heróicos.

Expõem-se também com muita erudição as leis e qualidades do poema perfeito, assentando-se que o poema se divide em três partes: Proposição, invocação e narração...

Logo se propõe se as demais nações se podem comparar

---

[1] Titulo latino do Anfiteatro: *Poeticae Facultatis Amphitheatrum* in quo omnigenae eruditionis spectacula politioribus exhibentur ingeniis dirigente P. Mag. Emmanuele de Azevedo Societ. Jesu Rhetorices Professore. Explanaturus Joannes Teixeira de Carvalho, in regali Purificatae Virginis Collegio Convictor, et in Militari Christi Ordine Eques Professus, Eborensi Academia Spectante in Aula Regia integra die 24 Maii. Annuit R. P. ac S. D. Joannes Garçam Societ. Jesu, Academiae Cancellarius. Fol. pp.46.

No fim do Opúsculo: Eborae, cum facultate Superiorum, ex Typographia Academiae. Anno Domini M DCC XL. No ante-rosto: Augustissimae DD. Mariae Annae de Austriae Portugaliae et Algarbiorum Reginae Gratum Observantiae Monumentum D. O. C.

[2] *Gazeta*, 1740, pág. 336.

com a portuguesa em certa sublimidade de ânimo, e na ingénita inspiração para o carme heróico.

Para isso se explicam e provam as leis e qualidades da boa poesia, sempre numa exposição deveras erudita.

Na terceira face ou questão se trata da harmonia do verso e se pergunta se a pintura exprime mais ao vivo os objectos do que a poesia.

Na face oitava examinam-se os vários géneros de poemas e se discute se é mais proveitoso estudar um só ou mais autores.

No segundo espectáculo se propõe a suavidade da elegia e se investiga se na elegia se podem tratar argumentos de toda a espécie e qual o estilo e número da elegia.

No terceiro espectáculo se declaram as várias espécies de metro lírico, considerando o poema dramático e lírico.

No quarto explica-se o epigrama com grande cópia e variedade de exemplos.

No quinto discreteia-se acerca dos símbolos, dos emblemas, das inscrições, epitáfios e elogios, sendo tudo declarado com eruditíssimas explicações.

No espectáculo sexto examinam-se com numerosos exemplos em latim e em português os gracejos poéticos, composições graciosas. Damos como exemplo de redondilha a graciosa poesia que julgamos reproduzir neste passo. Celebra o Menino Jesus do presépio de Belém.

Nessas palhinhas deitado
Vos contempla a devoção
Um enleio dos sentidos,
A mesma contemplação.

Se as pérolas têm preço
E os mais finos corações,
Que preço terão, Menino,
As lágrimas que vós chorais?

Alegro-me quando vejo
Esses dois sois a chorar,
Pois para nosso remédio
Com serem dois não têm par.

Não choreis pois ficareis pobre,
Nos rubins que esperdiçais,
Mas chorai, ficareis rico
Dos corações que roubais.

Se chorais porque o pranto
É de incêndio desafogo,
Parai pois essas correntes,
Alentam mais esse fogo.

São as lágrimas alívio,
Mas para vós são tormento
Chorai pois sereis de penas
O mais rico avarento.

Se chorais por ser menino,
Não choreis que a natureza
Dirá lhe pagais tributo
Natural no que é fineza.

Mas chorai quessas correntes
Dando liberdade à vida,
Serão prisões com que a morte
Se reconheça vencida.

Serão balas mas de fogo
Dessa mais ardente frágua
Que para dobrar os tiros
Multiplicam esferas de Água.

Perderão se cativarem
A mais doce liberdade,
Queimarão se consumirem
Os afectos da vontade [1].

Com esta poesia se encontram aqui outras e lindas poesias portuguesas para exemplos de doutrina. Em seguida depois de a ilustrar com muitos e diversos exemplos de versos jocosos, remata com o Espectáculo VII, onde esclarece a doutrina dos enigmas, dos logogrifos e a confirma com exemplos [2]. Assim terminou o grande humanista os seus actos literários com assombro dos que tiveram dele conhecimento.

Outras obras de mais valor e em maior número compôs e editou fora de Portugal, que sobretudo lhe aureolaram o nome.

---

[1] Cf. *Amphitheatrum*, pág. 38.

[2] Termina o livro: *Poeticae Facultatis Amphitheatrum* com esta conclusão: « Ad Majorem Dei Gloriam Eborae, cum facultate Superiorum ex Typographia Academiae. Anno Domini M DCC XL ».

O brilho e fama com que professou Letras por muitos anos na sua pátria o fizeram conhecido em nações estranhas e o arrancaram para sempre a Portugal.

De feito o Geral da Companhia o chamou a Roma, para na capital do mundo católico dar mostras de seus raros talentos [1]. Chegou a Roma no mês de Maio de 1742.

Em breve atraiu para sua pessoa as simpatias e admirações dos eruditos e personagens de distinção, nomeadamente do sábio Pontífice Bento XIV. Logo de princípio manifestou brilhantemente numas disputas ou conclusões magnas as riquezas de sua erudição e sabedoria. Estava efectivamente no campo mais adequado para seu talento [2]. Mas bem que todos geralmente o admirassem, acima de todos o estimava e afectuosamente prezava Bento XIV. Subia a tal ponto o apreço do Pontífice para com o jesuita português, que se resolveu a fiar dele a reedição e reforma de suas obras. Prefaciou-as, anotou-as e traduziu para latim as que o Pontífice escreveu em italiano. Foi monumental a empresa e de grande lustre para o nome de Azevedo. Publicou bons doze volumes dessas obras pontifícias. O primeiro saiu a lume no ano de 1747, corrigido, ampliado e acrescido de uma eruditíssima introdução [3].

Antes porém de vir a público o primeiro volume, compôs e publicou um erudito volume sobre Ortografia, para benefício daqueles que manuseavam as obras de Bento XIV [4].

Na azáfama trabalhosa destas edições, inaugurou também Azevedo a *Escola dos Ritos sagrados*, de que ele foi o primeiro Director [5].

---

[1] Azevedo, Manuel, *Ars Poetica exemplis illustrata*, Veneza, 1781, T. I, pág. 237. Carta latina de Azevedo ao Geral Retz, de 3 de Dezembro: « scripta Eborae 3. Decembris. Inchoato studio Theologiae anno primo: humiliter oblata Romae eodem anno scholastico, vix ibi perveni mense Majo, anno 1742 ».

[2] Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, 183.

[3] Sommervogel, I, col. 722, 723.

[4] Cf. *De Orthographia Commentarius in gratiam eorum qui SS. D. N. Benedicti XIV, opera recensent.* Romae, ex Typographia Palladis, 1747 excudebat Nicolaus Pagliarini... — Este Pagliarini esteve depois em Lisboa como tipógrafo ao serviço do ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho.

[5] Schola Sacrorum Rituum in Collegio Romano Societatis Jesu. Anno MDCCXLIX. Em Janeiro de 1749 já tinha a Escola 153 ouvintes. Cf. Sommervogel, I, 725.

Pelo mesmo tempo, num prodígio de actividade maravilhosa, reduziu a Compêndio em cinco volumes a doutrina de Bento XIV, acerca da beatificação e canonização dos Santos (1).

Muitas mais obras ainda ofereceu à publicidade o fecundíssimo escritor, mostrando em todas elas um engenho privilegiado e pasmosa erudição (2).

Basta-nos mencionar, segundo é o intento destas páginas, algumas que se referem às Letras Humanas. Recordando ràpidamente o rico fraseário português-latino, traduzido do Pomar de Pomey (3), enumeremos a primorosa e extensa descrição da cidade de Veneza, em doze cantos, editada no ano de 1780 (4); os dois tomos (5) da *Arte Poética* ilustrada com exemplos, dedicada à Imperatriz da Rússia, protectora dos Jesuítas (6); as cartas aos heróis dos quatro livros de heróis, que celebraram as tribulações que em Portugal e Espanha sofreram os Jesuítas (7); os Fastos Antonianos em seis livros editados em Veneza (8). Rematemos esta ementa das obras de Azevedo com um livro de severa crítica e grande valor histórico. Queremos dizer a Vida do Taumaturgo Português S. António, dada a lume em 1788, e enriquecida de notícias novas e observações críticas, tiradas de códices e monumentos seguros e desconhecidos até então, e de outros

---

(1) Cf. Sommervogel, I, 725, 726.

(2) Cf. Sommervogel, I, 724 segs.

(3) *Pomarium Latinitatis elegantiori consitum cultu* ... Coimbra, 1736.

(4) *Venetae Urbis Descriptio* a Nicandro Jesseo P. A. concinnata anno MDCCLX, edita anno M.DCCLXXX. — Azevedo na Arcadia Romana tinha o nome de Nicandro Jesseo.

(5) *Ars Poetica exemplis illustrata ab Emmanuele de Azevedo*, 2 vols., Veneza, 1781. — Murr no volume XIII do seu *Journal*, pág. 297-308, tem: « Brevis descriptio operis cujusdam poetici a P. Emmanuele de Azevedo .., in lucem prolati ». Refere-se à *Ars Poetica exemplis illustrata.*

(6) Azevedo teve felicissima ocasião de publicar em Veneza a *Arte Poética*. Ofereceu-lhe a morada, por aquele tempo, na mesma cidade, o Grão Príncipe da Rússia Paulo Petrowitz. Coube ao P. Azevedo a honra de oferecer por suas mãos os dois volumes ao Augusto Peregrino. (Murr, *ibidem*, pág. 299). Dedicou também os dois volumes da mesma *Arte Poética*, à cismática Imperatriz Catarina da Rússia, animosa defensora dos Jesuitas contra os assaltos dos reis e ministros católicos.

(7) *Heroum Libri IV ad heroas epistolae*... Lovanii, M DCC LXXXIX, pág. 295.

(8) *Fasti Antoniani libris VI comprehensi* ... Venetiis, M DCC LXXXVI.

autores das cem e mais vidas do Santo, examinadas pelo autor Manuel de Azevedo [1]. Louva particularmente esta Vida, o Bispo de Beja, fr. Manuel do Cenáculo, a quem Azevedo a dedicou na edição de 1788. Assim lhe encarece a obra e lhe agradece a oferta:

«Ela (a Vida) agora chegou a nossas mãos neste fim do ano cadente de oitenta e oito. A benevolência mui antiga deste erudito autor não se digna sòmente de apresentar este monumento da sua piedade e larguíssima erudição, mas também de significar esta sua amável cortesia no mundo inteiro, estampando gentis e mui obrigantes expressões, que eu recolho em meu seio, onde já em Itália me havia lançado mil empenhos de ser-lhe ingènuamente oficioso, e muito venerador de seus admiráveis talentos» [2].

O próprio autor, consciente de quanto empenho pusera na execução da obra, pôde francamente assegurar sem jactância, que esta Vida era «a mais exacta e copiosa de quantas até hoje se têm publicado» [3].

De quanto alegamos sobre o P. Manuel de Azevedo, suas qualidades e obras escritas, podemos justamente deduzir que o nobre jesuíta, formado nas escolas dos jesuítas portugueses foi um dos mais notáveis humanistas e letrados daquele século XVIII [4].

---

(1) Reproduzimos o título do original italiano: *Vita del Taumaturgo portoghese Sant'Antonio di Padova, arrichita di nuove notizie e critiche osservazioni tratte da codici e monumenti sicuri e ignoti agli stessi piu classici, non che ad altri autori delle cento e piu vite del Santo, vedute dall'autore...* Venezia, 1788. Cf. Sommervogel, I, 732. Teve diversas edições e compêndios; a 1.ª ed. é de Veneza, 1788. A portuguesa é de Lisboa de 1909, traduzida por Lino da Assunção com o título *Vida do Thaumaturgo portuguez Santo Antonio de Padua.* — Cf. Murr, T. XIII, pág. 299: «Ex omnibus hisce exercitiis poeticis elucet magna versus pangendi facultas, mira facilitas, stili elegantia, grata perspicuitas, mollíssima carminum dulcedo, verborum vis, vigor animi accerrimus».

(2) *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em graça do seu bispado,* Lisboa, 1791, pág. 79.

(3) Cf. *Vida do Taumaturgo português,* pág. 7, no Prólogo do autor.

(4) Martins de Carvalho em *Apontamentos para a História Contemporânea,* assim aprecia o valor literário de Azevedo: Na Companhia «se tornou distinto pelo seu raro saber, publicando várias obras de grande merecimento... E admirável o número de obras que escreveu este sábio jesuíta» (pág. 315-316).

*

* *

No mesmo tempo e quase com a mesma idade se formou e trabalhava proficuamente na Companhia de Jesus um escritor histórico e apologético, até agora pouco menos que desconhecido. Tinha o nome de José Caeiro, era alentejano nascido em Reguengos de Monsaraz no dia 14 de Abril de 1712. Entrou na Religião de Loiola com 14 anos de idade a 26 de Maio de 1726. Ensinou durante oito anos Letras Humanas e um curso trienal de Filosofia, e depois se dedicou à composição de obras de Filologia e História [1]. Merece lugar na história literária do século XVIII.

A primeira obra que sabemos ter publicado, foi o discurso latino proferido na Universidade de Évora em presença e louvor do novo bispo do Porto D. José Maria da Fonseca e Évora. É obra primorosa, na linguagem latina, no pensamento e no estilo [2].

Depois dos anos de ensino, trabalhou Caeiro numa obra que poderíamos apelidar monumental. Tratava-se de um corpulento dicionário em dois volumes, latino-português e português-latino, destinado a substituir nos colégios a celebre Prosódia de Bento Pereira, benemérito das Letras Portuguesas [3]. Apesar dos defeitos inevitáveis que adversários niquentos lhe notavam, prestou serviços notáveis à instrução em Portugal, e continuou ainda nos tempos de agora a ser justamente apreciado pelos eruditos [4], não obstante as invectivas absurdas do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, que vilipendia sem critério, antes com frases embebidas em ódio pombalino, a obra de Bento Pereira [5].

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 49, Catál. de 1749, n.º 423. Cf. Júlio de Morais, *José* Caeiro, Braga, 1939, pág. 4. — No mês de Maio de 1744 fez o exame *ad Gradum* a 15 de Agosto de 1745. Em 1749 ensinava o 1.º ano de Filosofia no colégio de S. Antão. Desterrado com seus irmãos religiosos para Itália, faleceu na Quinta da Rufinella, junto a Frascati, a 10 de Novembro de 1791 (Morais, cit., pág. 12).

(2) «Excellentissimo ac Reverendissimo Domino D. Fr. Josepho Mariae da Fonseca e Evora, Episcopo Portugallensi Dignissimo, Regiae Majestatis e Consiliis Eborae ornamento ter maximo Panegyricus, Authore Josepho Caeiro e Societate Jesu». Lisboa, 1741.

(3) Cf. *Hist. da Assist.*, III, I, pág. 94.

(4) Mais que todos atacaram a Prosódia os Oratorianos e amigos deles.

(5) Causa profunda tristeza ver assinadas por tais pessoas, como o Cardeal da Cunha, o bispo de Beja e Francisco de Lemos Faria, as monstruosidades con-

Assim a qualificam: «Sendo a dita Prosódia um vocabulário tão imperfeito que ainda depois da nona edição se achava cheio de infinitos erros e defeitos, tanto pelo que tocava à pureza das vozes . . ., como pelo que respeitava à significação das palavras, que ele confundia de todo» [1].

O exagero inqualificável destas expressões, qualquer leitor medianamente erudito o pode verificar. Mas em obra desta qualidade e amplitude fàcilmente se lhe podem notar deficiências e defeitos.

Por bem os conhecerem trataram os jesuítas de aperfeiçoar a obra em nova edição, aproveitando certamente os adiantamentos dos estudos. Mas quis adiantar-se, segundo ele cuidava, o P. António Pereira de Figueiredo a emendar a Prosódia depois da última edição, que é de 1750, certamente mais com o desejo ou zelo de corrigir a obra e abater e humilhar os autores da Prosódia, do que para melhorar o velho dicionário de um século. Para esse fim lançou à publicidade em 1755 um opúsculo de 67 páginas com o título de *Apparato Crítico para a correcção do Dicionário intitulado Prosódia in vocabularium bilingue digesta oferecido aos que sèriamente quiserem cuidar da sua emenda e reimpressão* [2].

Se não fora a intenção malévola de desacreditar a obra e os jesuítas, limitar-se-ia caridosamente o latinista corrector a apontar aos Padres, não aos estranhos, os erros que a sua muita solicitude descobrira, para que eles corrigissem a obra.

Puseram pois os professores da Companhia mãos à obra, e encarregaram ao excelente humanista José Caeiro a incumbência de corrigir e reformar, segundo um novo plano, a Prosódia e novamente editá-la.

---

tra a verdade histórica, de que é formado aquele infame *Compêndio*. — Cf. *Compêndio Historico*, pág. 14. Tão baixo se precipitou o sabujismo indecoroso com que bajulavam o grande homem de D. José I!

[1] *Compêndio Historico*, P. II, pág. 147.

[2] Figueiredo ocultou-se neste opúsculo sob o pseudónimo: *André Lúcio Rezende*. — O autor do compêndio da vida e escritos de Figueiredo, que mais de uma vez citamos, diz na página 19 que o livro *Apparato* era no tempo dele muito raro «por terem os Padres da Companhia feito todos os esforços para o consumir». A notícia que damos, fique inteiramente à responsabilidade de quem a lançou ao público. O autor do *Compêndio da Vida* era oratoriano!

Em 1754 já Caeiro se ocupava na sua empresa. O trabalho era insano e cruel. Tal é o epigrama de Scaligero:

> Si quem dira manet sententia judicis olim,
> Damnatum aerumnis, suppliciisque caput,
> Hunc neque fabrili lassent ergastula massa,
> Nec rigidas vexent fossa metalla manus.
> Lexica contexat nam caetera quid? omnes.
> Paenarum facies hic labor unus habet (1).

A edição de Caeiro tinha este título: «*Prozodia* ou Vocabolário das Línguas Latina e Portuguesa composta pelo P. D. Bento Pereira da Companhia de Jesus, Novamente reformada reduzida a melhor método e augmentada com inumeráveis modos de falar dos autores clássicos, traduzidos na nossa língua e necessários para a inteligência da Latina. Dividida em dois Alfabetos, o primeiro contém sòmente as palavras rigorosamente Latinas e usadas dos Autores da primeira e segunda classe para uso e segurança dos que pretendem falar e escrever com pureza a Língua Latina. O segundo compreende todas as palavras latinas bárbaras de que usaram quaesquer Autores que escreveram na língua latina desde o século argênteo da mesma língua até o Nono. Obra utilíssima e necessária a todos os que versam Livros latinos de Letras sagradas e profanas, Teólogos, Juristas, Médicos e Geógrafos e a todos os que desejam ser eruditos. Oferecida ao Sereníssimo Senhor D. Pedro Infante de Portugal pelo Colégio e Universidade de Évora» (2).

Logo começa o Dicionário verdadeiro e sumamente erudito, em que o sábio autor vai provando, com exemplos clássicos muita vez numerosos, de simples palavras ou de frases, as significações e empregos dos vocábulos.

Assim a palavra *Auris* com seus exemplos e explicações ocupa não menos de 18 linhas.

O verbo *Brevio* 13 linhas; o verbo *Intendo* 34; o substantivo

---

(1) Cf. *Apparato Critico*, pág. 3.

(2) Cf. B. P. Ebor., cod. $\frac{\text{CXII}}{2\text{-}26}$, onde se guarda o ms. de Caeiro que é um grosso volume de 1538 folhas, de 2 páginas cada folha; um pouco desordenado nos cadernos descosidos. É um *Dicionário Latino-Português* da letra A a Z. A última palavra é Zythum. No fim tem *Laus Deo*, na folha 1533.

Lumen enche 63 linhas; o verbo *Insisto* 24; *Medius* adj. 48; a palavra *Habeo* ocupa três páginas e meia. A seguir é semelhante a extensão e riqueza dos vários artigos. Pelas significações e notas históricas e geográficas que enriquecem o livro, demonstra o autor a sua mais que ordinária erudição. É inegável a superioridade desta edição sobre todas as demais.

Algures observa o autor que mais pecou por diminuto do que por extenso.

Os exemplos do autor, que alegava, algumas vezes os não apontou, ou por serem vocábulos que a cada passo se encontram, ou por serem de raríssimo uso, como são as palavras facultativas de Medicina, de Arquitectura, os nomes de ervas, de árvores e outros.

Com este empenho e miudeza se afadigou José Caeiro em levar a termo a obra que lhe confiaram.

Figueiredo escreveu que os jesuítas, convencidos dos avisos do oratoriano encarregaram com efeito a revisão e correcção da Prosódia ao P. José Caeiro que nela trabalhou largo tempo no Noviciado da Cotovia. Mas errou o crítico. Os avisos ou notas de Figueiredo foram publicados no *Aparato Crítico* em 1755, e já, pelo menos um ano antes, se ocupava Caeiro naquela revisão e emenda. Antes no *Aparato Crítico* afirma Figueiredo constar « que os doutíssimos Padres Jesuítas trabalham sèriamente por emendar a Prosódia » e fazer dela nova impressão, e dá os parabens a Portugal pela esperança de ver bem realizada a empresa.

Mas se a obra aparecesse, não deixaria o oratoriano, que tal é o seu feitio, de pesquisar nela erros sobre erros e ridicularias como fez no seu *Aparato*, onde é manifesta a sofreguidão de topar com os erros.

Mas em obra de tal vastidão não é dificultoso descobrir erros e imperfeições, sobretudo a quem tem olhos de lince para os defeitos [1].

Enquanto o adversário assim criticava a *Prosódia*, trabalhava denodadamente José Caeiro na sua esperançada obra por 1755 e anos seguintes, e já levava muito adiantada a impressão do seu

---

[1] Advertimos que os olhos de lince de Figueiredo vêem por vezes na Prosódia de Bento Pereira erros onde há acertos, ou desacertos fàcilmente desculpáveis. O leitor erudito o poderá verificar no *Apparato*.

trabalho até à letra S, quando caíu sobre a Companhia de Jesus em Portugal a calamidade em que ela sossobrou, e forçosamente se suspendeu a empresa da nova Prosódia para grande mal das boas Letras. No desterro de Itália, para onde foi arrojado nos fins de 1759, soube certamente que lhe utilizavam pessoas estranhas a sua obra, onde gastara as suas forças para haver um bom dicionário em Portugal, donde expulsavam os Jesuítas por ensinarem no reino « mau e corrupto latim » (1).

Desterrados os Jesuítas, apressou-se Sebastião José a abolir a *Prosódia* e a procurar se fizesse um novo *Dicionário*, que substituísse aquela Prosódia e o *Tesoiro* de Bento Pereira.

Em 1760 no mês de Julho avisou o Conde de Oeiras ao Principal de Almeida, Director dos Estudos, que o rei ordenara se compusesse um Dicionário « em lugar da Prosódia que abolia e mandava proibir, e em Outubro desse mesmo ano se haviam de abrir os novos Estudos, e se acharia já pronto o Dicionário » (2).

Foi muito precipitada a ordem do rei, queremos dizer, do Conde de Oeiras, pois era impossível concluir em tão breve tempo um grosso *Dicionário*.

O príncipe insistia pela execução pronta da obra, mas debalde. Encarecia a importância do trabalho aos letrados, a quem se cometia, mas o *Dicionário* não saía fora nem progredia. Entraram nestas diligências António Félix Mendes, José Caetano de Mesquita e outros. Caetano deu parte ao Principal que para nada prestava o que fizera António Félix. Cometeu-se o mesmo trabalho ao Dr. Manuel Francisco, que só ponderou as dificuldades (3). Foi escolhido também para a obra do *Dicionário* o professor de Retórica Pedro José da Fonseca; mas logo se desculpou com o excessivo trabalho que tinha de seis horas de classe, e com a necessidade que tinha de muito estudo para reger a Cadeira (4).

O Principal afligia-se e « todos os mestres daqui e de fora

(1) *Compêndio Historico*, P. II, cap. II, pág. 145-147; « Pelo corrupto latim que... se ensinava no Real Collegio das Artes e nas mais escolas jesuíticas... », pág. 147.

(2) B. N. L., *Pombalina* 616, f. 33 e segs. Carta do Principal de Almeida ao Conde de Oeiras, de 29 de Maio de 1760.

(3) *Ibidem*.

(4) *Ibidem*, Pombalina, 616...

clamavam por Dicionário, os discípulos se queixavam que não podiam estudar sem Dicionário ».

Pensou-se então, como em último refúgio, na «Prosódia», que em 1759 estavam imprimindo os Jesuítas, mais correcta que as antigas, e que o Conde de Oeiras recomendou ao Principal. Nomeou este dois revisores. Um deles lhe disse que a nova Prosódia era muito melhor que as anteriores; que lhe parecia que ainda tinha defeitos, mas «que se não devia usar dela, assim pelos ditos, como porque se não jactassem os jesuítas de que nos valíamos da sua composição» [1].

Como quer que fosse, só anos depois se resolveu o complicado pleito. Não houve outro remédio! A obra dos jesuítas é que se publicou e introduziu nas escolas pombalinas!

Encarregaram-se deste árduo trabalho os Franciscanos da Ordem Terceira da Penitência, e foi Manuel de Pina Cabral, ingressado na Ordem a 8 de Dezembro de 1776, que completou o Dicionário e o acabou de imprimir e o publicou em primeira edição no ano de 1780 [2].

Depois deste trabalho importante de Filologia, escreveu ainda o P. Caeiro obras valiosas de história e de apologia na língua pátria e na latina. A primeira e principal é a história da Expulsão dos Jesuítas de Portugal e de Além-mar. Começou a escrevê-la em Lisboa, onde recolheu notícias muitas e preciosas, e terminou-a felizmente em Roma. Tem duas partes. Uma narra a expulsão de Portugal; e a segunda a das províncias ultramarinas [3].

---

[1] *Ibidem.*

[2] A 2.ª edição é de 1802. Fr. Manuel de Pina Cabral nasceu na Vila da Matança em 1746. Ainda vivia em 1807. O Dicionário, como o imprimiram os jesuitas, era dividido em dois tomos. Cf. Sommervogel, II, 512. O título que lhe deu Pina Cabral era: *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum.*

Cf. Vicente Gomes de Moura, professor de grego no Real Colégio das Artes da Universidade, *Noticia succinta dos Monumentos da Lingua Latina*, Coimbra, 1823, pág. 310-311; Inocêncio, *Diccionário*, 6, pág. 83.

[3] O título da primeira é *De Exilio Provinciae Lusitanae Societatis Jesu Libri Quinque*, Auctore Josepho Caeiro ejusdem Societatis. A segunda intitula-se: *De Exilio Provinciarum Transmarinarum Societatis Jesu in Lusitania Libri III.* Auctore Josepho Caeiro ejusdem Societatis Theologo. Anno 1771.

Um exemplar ms. da expulsão de Portugal foi oferecido ao Governo Português pelo P. Geral da Companhia e depositou-se na Torre do Tombo em 1943.

A história da Expulsão de Portugal e de Além-Mar é obra de vulto e magistral, tanto na latinidade, como no fino sentimento crítico e histórico de toda ela. A imparcialidade do autor, tão dificultosa nas circunstâncias que o rodeavam e profundamente afligiam, é clara e transparece, à maravilha, da narração serena e desapaixonada.

O escritor a professa abertamente de maneira singela e resoluta. «Não pouco me inquieta o espírito, diz, ver-me necessitado a publicar para a posteridade as infâmias de um homem que é o nosso maior inimigo. Por quanto foi tal a educação e ensino que recebi, e tão morigerada nos costumes a minha vida, que não posso querer ofender ninguém com obra minha, e sempre julguei contra os preceitos da Religião fazer mal a inimigos, como também sempre tive por honesto e digno do homem honrado fazer-lhe bem» [1].

Mas será possível manter em toda a obra a imparcialidade e serenidade crítica, havendo de narrar os crimes, as injustiças e crueldades de Sebastião José de Carvalho por quase todas as páginas da História? Sim, responde Caeiro. « Contra esse homem, cuja salvação eu compraria de bom grado, a preço do meu sangue, estou em tal disposição de ânimo, que nem com o estilo, nem com alguma palavra mais áspera o quisera ferir» [2].

Não é necessário, como adverte o autor, inculcar aos leitores o crédito e fé que merece a obra. De feito, alega ele, o que vou contar sucedeu à vista de todo o Portugal e tem inumeráveis testemunhas. De muita parte dos factos ou fui eu testemunha presencial, ou tive informações de pessoas dignas de todo o crédito, que se achavam presentes. Alguns segredos, e entre eles certos planos do inimigo, vim a sabê-los por amigos meus, ainda antes de pensar em escrever esta história. Algumas revelações colheram-nas eles dos partidários do régio ministro; outras ouviram-nas nos banquetes, onde ele, já tomado do vinho, tudo costuma assoa-

O manuscrito completo da expulsão das Províncias Ultramarinas foi impresso, com a tradução portuguesa no Brasil, na Baía em 1936, com o título: « Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal ». Saiu a obra deturpada com muitos erros.

A obra de Caeiro estava concluida em fins de 1764.

(1) Caeiro, *De Exilio Prov. Lusitanae*, L. I, n.º 1, ms. da Torre do Tombo.

(2) *Ibidem*, n.º 3.

lhar. Muitas coisas souberam-se por meio de homens principais, cuja afeição que tinham aos jesuítas, os fazia averiguá-las com a maior diligência. Ministros de outras nações estrangeiras também prestaram grande auxílio no descobrimento de coisas ocultas. De todas estas fontes colhemos grande cópia de excelentes notícias, pelo trabalho e indústria de um amigo extremamente dedicado (1).

Quanto dizemos da obra principal de Caeiro, podemos aplicar também a duas obras valiosas que o mesmo autor escreveu. São elas a *Vida do P. Gabriel Malagrida*, em latim (2), e a *Apologia* da Companhia de Jesus em língua portuguesa (3).

Sobre a veracidade da crítica de Caeiro na Apologia diz singelamente o autor:

O método não pode ser mais natural, nem menos artificioso; assim mesmo será o estilo. Não usarei daquelas invectivas e declamações de que se serve o adversário. Não se ouvirá tratar com títulos afrontosos, mas as matérias que vierem ao bico da pena, terão o nome que merecem. A falsidade chamará falsidade; a mentira mentira, a calúnia calúnia, em claro e antigo português (4).

Caeiro é um crítico e verdadeiro. De feito sendo esta obra da sua pena, vamo-nos pouco a pouco, à medida que progredi-

---

(1) *Ibidem*, n.º 3. Cf. Morais, *José Caeiro*, pág. 23.

(2) A vida de Malagrida é um in-fólio de 599 páginas com este título: *De Vita, morte et causa Mortis Gabrielis Malagridae Jesuitae.* Possuímos uma cópia feita pelo P. Júlio de Morais, do único exemplar conhecido, da Biblioteca Universitária de Friburgo, na Suiça.

(3) O título da Apologia é: « Apologia da Companhia de Portugal, composta pelo P. José Caeiro ». Consta de dois volumes, encontrados em Roma no Arquivo da Companhia na sala da Postulação pelo P. José March S. J. em 1937. Na Biblioteca Nacional de Lisboa guarda-se sòmente um volume com a 2.ª parte da Apologia.

Em dois tomos foi a Apologia apresentada em 1780 pelo rei D. Pedro III, à Rainha D. Maria I, a pedir para a Companhia a justiça que lhe não foi feita.

Sommervogel, V, col. 1898, cita um exemplar em 2 volumes in-fólio, em português, que estava, segundo ele afirma, no colégio de Campolide, perto de Lisboa.

Cf. Lúcio de Azevedo, *Pombal*, pág. 459 da 1.ª edição, onde diz que foi apresentada à Rainha em 1780. S. Leite traz (IV, pág. XXI) este título: « Apologia da Companhia de Jesus em Portugal ».

(4) *Apologia*, cópia de J. de Morais, pág. 7; Morais, *José Caeiro*, pág. 32.

mos na leitura, convencendo que é obra de verdade; que os jesuítas acusados são inocentes e que o acusador é um falsário consciente e um caluniador declarado.

São estas as obras principais, manuscritas e impressas de José Caeiro.

Com estas que enumeramos acima, outras de não somenos valor compuseram os jesuítas, ou para boa e sólida instrução dos estudantes, ou para divulgarem mais largamente as Letras e Ciências.

Na oratória produziram trabalhos de real merecimento. Entre os oradores distinguiu-se notàvelmente o P. Timóteo de Oliveira, confessor que foi da Princesa da Beira, depois D. Maria I. Em latim primoroso e ciceroroniano deu a lume um panegírico ou discurso, dedicado ao marquês de Valença e Conde de Vimioso em 1740. Em português pregou e editou três discursos, entre os quais realça a oração fúnebre, pronunciada nas exéquias de D. João V, em 1750. É um discurso magnífico, eloquente, de linguagem fluente e escolhida, sem os defeitos daquela época, a não ser um pouco enfático nas afirmações. O sermão é uma comparação de D. João V com Salomão, apresentando-o rei pacífico, sábio, magnífico e observantíssimo da religião [1]. Exalta a devoção do rei a Santo Inácio de Loiola, em cujo dia expirou: «o santo mais obrigado a El-Rei D. João V, foi Santo Inácio por si e por seus Filhos» [2].

Os outros dois sermões que Timóteo de Oliveira compôs e editou, são: *Sermão da Dedicação da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, pregado na mesma Igreja no ano de 1747* e *Sermão do desagravo do Santíssimo Sacramento prègado na Igreja Paroquial de Odivelas em 11 de Maio de 1748.*

Aproximava-se da eloquência de Timóteo o insigne literato Manuel de Oliveira, mestre que foi da Infanta D. Maria Bárbara, e estampou três discursos: a oração fúnebre da Raínha D. Sofia,

---

[1] O título do sermão é: *Oração Funebre das Exequias do Fidelissimo Rey D. João V, de saudosa memoria, celebradas na Basilica de Santa Maria, offerecida ao Fidelissimo e Augustissimo Rey D. Joseph I. Pelo M. R. P. Mestre Timotheo de Oliveira da Companhia de Jesus, confessor da Princesa N. Senhora.* Lisboa, 1760. Tem 47 páginas.

[2] *Oração Funebre*, pág. 38, 39, 40.

recitada em 10 de Agosto de 1699; a oração impetratória e sermão panegírico do Glorioso Patriarca Santo Inácio em 1719 e *Sermão Gratulatório do Glorioso Patriarca Santo Inácio* também no mesmo ano de 1719 [1].

Pelos mesmos anos se notabilizou também nos púlpitos o P. Hipólito Moreira filho de Coimbra, que veio a falecer em 1746, e deixou estampados seis sermões que o acreditaram de bom orador. O estilo é geralmente elevado sem turgidez, de boa linguagem e finos pensamentos. No sermão de S. Caetano, prègado em 7 de Agosto de 1728, diz D. António Caetano de Sousa: «Este benemérito filho da esclarecida Companhia de Jesus, fecunda, em todas as idades, em produzir aqueles assombros com que tanto tem enriquecido a república literária, em que este panegírico terá um estimável lugar» [2].

Como exemplar de excelente orador, baste apontar o P. Francisco Gomes, cuja eloquência os contemporâneos admiraram até 1741, em que faleceu. Dos muitos sermões, diz Barbosa Machado, que prègou nos maiores púlpitos, só publicou o sermão do jubileu das quarenta horas em 1723 [3].

Resta-nos em rápida enumeração recordar as obras, escritas em português ou latim, que se divulgaram para progresso dos estudos na primeira metade do século XVIII.

Quem mais trabalhou durante os anos do século que historiamos, nos labores da pena, foi o P. António Franco, autor benemérito das Letras pátrias e latinas. São dignas de especial comemoração as duas obras, escritas na língua do Lácio, de que já fizemos menção, intituladas *Annus Gloriosus* em que se guardam as memórias de religiosos da Companhia, insignes em virtudes e nas Letras, e a *Synopsis Annalium Societatis Jesus in Lusitania*, fonte histórica de inestimável valor [4].

Em português compôs e publicou naquela metade do século, além do prestimoso *Promptuário da Sintaxe*, a famosa *Imagem da*

---

[1] Barbosa Machado, III, 322.

[2] Cf. Sommervogel, vb. Moreira, Hipólito; Barbosa, II, 422.

[3] Cf. Fonseca, *Evora Gloriosa*, 430; Barbosa Machado, II, 145, 147, vb. *Francisco Gomes*. Gomes foi Assistente em Roma, de 1726 a 1741, ano em que faleceu.

[4] A 1.ª edição do *Annus Gloriosus* é de Viena, de 1720, e a *Synopsis* apareceu pela primeira vez no ano de 1726 em Augsburg e Graz.

Virtude, de quatro tomos em fólio, o chamado *Ano Santo*, que é o citado *Annus Gloriosus*, traduzido e muito ampliado [1].

De maior preço porém devemos classificar a obra, ainda manuscrita, de quatro grossos volumes em fólio, que traz o título *Imagem do Primeiro Século da Companhia de Jesus em Portugal* e *Imagem do Segundo Século da Companhia de Jesus na Província de Portugal*, em que se contém o que nela houve e se obrou nos segundos cinquenta anos. Esta volumosa obra é um manancial de riquíssima documentação para a história dos dois séculos, escrita à maneira de anais [2].

Por esses tempos em que o escritor de Montalvão se ocupava nos seus utilíssimos trabalhos, publicava também em Lisboa no ano de 1710 o P. Francisco de Sousa, missionário do Oriente, o seu *Oriente Conquistado*, obra preciosíssima, tanto literária como històricamente considerada [3].

Sete anos depois apareceu em primeira edição no ano de 1717, a *História Insulana*, de António Cordeiro, que largamente se utilizou das *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso [4]. É obra rica de notícias históricas, mas na linguagem, no critério e no atractivo e graça da narração inferior ao *Oriente Conquistado*.

Não esqueçamos porem os estudos que nas primeiras décadas do século XVIII se fizeram sobre a cidade eborense, por autores a quem o afecto atraía para a cidade alentejana. Tenha a primeira atenção a obra, quase diremos monumental, de Manuel

---

(1) O *Ano Santo* só foi publicado pela imprensa no Porto em 1931. O Manuscrito conserva-se no T. do T. entre os manuscritos da Livraria com o n.° 622. Cf. *Ano Santo*, na Prefação.

(2) Cf. *Hist. da Assist.* T. I, pág. XXI. Os quatro volumes abrangem a história da Companhia de Jesus em Portugal desde 1540 em diante. O primeiro volume abrange os primeiros quarenta anos da História da Companhia. O segundo volume leva a história a mais 60 anos até 1640. O terceiro abarca os primeiros cinquenta anos do 2.º século até 1690. O quarto devia chegar de 1691 a 1740, mas a morte do autor que faleceu em Março de 1732 quebrou-lhe a pena da mão nesse Março de 1732, faltando 9 anos para perfazer a história dos primeiros dois séculos. Assim o quarto volume termina a história no capítulo II do Livro V página 347 ; mas deste capítulo só tem escrito o título : Capítulo II e a nota à margem : *An. 1732, da Comp. 193.*

(3) Cf. *Hist. da Assist.*, T. III, I, pág. 159.

(4) Cf. *Hist. da Assist.*, T. III, pág. 153.

Fialho, de quatro grossos volumes, fruto de trabalho de vinte anos de investigação para ilustrar a famosa cidade [1].

Mas como a obra de Fialho era pesada de mais e pouco atraente de estilo, e de critério mènos apurado, animou-se António Franco a fazer dos quatro volumes um compêndio num só tomo com o mesmo título de *Évora Ilustrada*, e com mais espírito crítico e mais agradável estilo. Jazeu por longos anos a obra nos arquivos ou bibliotecas, e só em 1945 veio à luz da publicidade [2].

Outro compêndio porém ainda se fez da mesma obra, e deu à estampa no ano de 1728, na cidade de Roma. Tomou-o à sua conta o P. Francisco da Fonseca, também como Fialho, natural de Évora. Deu-lhe melhor disposição à matéria, e ajuntou numerosas notícias, que a sua diligência pôde reunir, chegando a afirmar que se Fialho visse a obra de Fonseca totalmente a desconheceria [3].

Ponhamos fim a esta diminuta ementa com a *Vida do Apostólico Padre António Vieira da Companhia de Jesus*, escrita por André de Barros com excelente linguagem portuguesa mas em estilo demasiadamente empolado. O sentimento de admiração com que o autor exaltava o célebre orador, levou-o à exageração e ênfase, que podem fàcilmente diminuir o crédito da história.

Contudo André de Barros desejoso de acertar na verdade da sua narração, não deixou de trabalhar, de desvelar-se, de inquirir, de examinar testemunhas, para poder louvar o herói com fundamento e razão [4].

A última obra histórica da Companhia de Jesus teve por autor o P. José Leite, natural de Fornos da diocese de Coimbra. Tinha o novo historiador intenção de continuar a Crónica do P. Baltasar Teles, que susteve o seu trabalho em 1556. Em

---

(1) *Ibidem*, 162, 163.

(2) António Franco, *Évora Ilustrada extraida da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho. Publicação, Prefação e Índices de Armando de Gusmão*, Évora, 1945. Volume de 450 páginas em 8.° grande.

(3) Fonseca, *Evora Gloriosa*. Epílogo dos quatro tomos da *Évora Ilustrada*, que compôs o P. Manuel Fialho, Roma, 1728. Cf. Notícia Preliminar. Cf. *Hist. da Assist.*, III, I, pág. 162-164.

(4) *Vida*. Notícia prévia.

1749, 1750 e 1751 sabemos que lidava José Leite animosamente no seu trabalho, mas a morte, sucedida em 8 de Outubro de 1751, interrompeu-lhe a obra poucos anos depois de começada. Sente-se em toda ela «o empenho de escritor verídico e ansioso da verdade» [1].

8. — Outro campo onde também exerceram a sua actividade os filhos de Santo Inácio, foi a Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V em 8 de Dezembro de 1720. De princípio entraram para a Academia alguns religiosos da Companhia, todos eles homens letrados e dignos de pertencerem ao novo Grémio literário. Depois deles entrou para Académico do número, bem que não logo ao princípio, o *P. Diogo da Câmara* [2]. Os que mais trabalharam para a Academia foram os Padres André de Barros, Bartolomeu de Vasconcelos e Manuel de Campos. Este teve por encargo escrever a história da Prelazia de Tomar, e de esclarecer, com o Dr. Manuel de Azevedo Fortes, os pontos geográficos; e o P. Campos e Fortes deviam-se empregar a compor a *Carta Geográfica* em que se vissem os confins e divisões das dioceses [3].

«Duas coisas me encomendou a Academia Real, quando se repartiram as matérias: a primeira que resolveria as dúvidas geográficas que se oferecessem nas nossas Histórias; a segunda que recolheria as memórias pertencentes à Jurisdição Eclesiástica do território de Tomar... Quanto à primeira combinei com o Coronel Engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, e comecei a delinear uma Carta Geográfica da antiga Lusitânia à imitação daquela que delineou Abraam Ortélio de toda a Espanha com o título *Conatus Abrahami*. Este estudo, como contemporâneo dos primeiros fervores, não deixa de estar um pouco adiantado, porque sempre tive cuidado de ir recolhendo notícias

---

[1] *Hist. da Assist.*, I, vol. I, pág. XXII-XXIII. A crónica tem na lombada o título: *Chronica dos PP. Jesuitas de Portugal.*

[2] Cf. decreto por que D. João V instituiu a Academia Real da História Portuguesa, de Lisboa a 8 de Dezembro de 1720. — Cf. António Caetano de Sousa que diz nas *Memorias dos Grandes*, pág. 509 que o *P. Diogo da Câmara* era Académico do número.

[3] Cf. *Formação Intellectual*, pág. 308: P. Campos debuxou a carta universal de Portugal e suas conquistas.

aproveitando-me das Livrarias mais célebres por onde passava» ([1]).

«Estando em Roma, continua o mesmo académico, se me ofereceu melhor ideia e uma boa ocasião para ilustrar a Geografia portuguesa, porque se me pediu com grande empenho, quisesse delinear uma carta universal da Coroa de Portugal com todas as suas conquistas [...]. Como este trabalho... era... de tanto crédito para a Pátria, pus logo mãos à obra, e reduzindo toda a Carta a três folhas de papel imperial... Esta Carta... quase que se pudera oferecer a essa Real Academia..., pois foi feita muito de propósito para teatro universal de todas as nossas Histórias» ([2]).

Em 1732 escreveu de Madrid o P. Campos e remeteu a segunda lição da sua obra geográfica e deu conta de seus estudos ([3]).

Em 1733 afirmou o conde de Ericeira, que tinha alguma notícia da Geografia antiga, mas para esse assunto estava destinado o P. Campos, que na nossa Corte e na de Madrid «acreditou a sua grande ciência, de que a de Roma foi também gloriosa testemunha» ([4]).

André de Barros deu conta em muitas sessões dos estudos que apresentou, de Memórias para a História Eclesiástica do Algarve ([5]) e se aplicava a fazer um novo catálogo dos Prelados da mesma Diocese ([6]); em 1727, insistia na dificultosa obra do Catálogo; em 30 de Abril de 1731, leu parte da sua obra com geral aceitação da Academia, desviando depois a sua atenção para a Vida de António Vieira e volume das *Vozes Saudosas* ([7]).

O P. Bartolomeu de Vasconcelos leu na sessão de 23 de Maio de 1727, parte da história que vai compondo na língua latina sobre a diocese de Miranda. Em 1724 a 27 de Janeiro leu outrossim parte da Vida do Bispo D. Turíbio Lopes primeiro Prelado desta diocese; e na sessão deste mesmo ano a 22 de Outubro,

---

([1]) *Colleçam dos Documentos da Academia*, 1731, N.º IX, pág. 6-9.
([2]) *Ibidem*, pág. 7, 8.
([3]) *Colleçam*, 1732, 2.ª P., n.º XVII, pág. 8.
([4]) *Colleçam*, 1733, n.º XXIX, sessão de 19 de Novembro de 1733.
([5]) *Colleçam*, de 1723, pág. 281 a 284.
([6]) *Colleçam*, 1723, *ibid.*; *Colleçam*, 1727, n.º XI.
([7]) *Colleçam*, 1727, n.º XI, pág. 7; a 30 de Abril de 1731.

assim fala aos Académicos: «É o bispado de Miranda e as vidas de seus Prelados todo o empenho de meu estudo e toda a matéria da minha pena»; cujo adiantamento foi apresentado à Academia (1).

9. — Depois de todos estes trabalhos literários e exercícios escolares, destinados à formação da juventude, vem agora a propósito, para seguirmos a tradição das escolas da Companhia, expor, bem que brevemente, as representações teatrais, como auxílio e meio de formação literária e até de educação moral (2).

Como nos tomos anteriores nos referimos largamente à literatura teatral, bastem agora só alguns exemplos, que nos provem continuar nos colégios a mesma orientação pedagógica.

Logo no princípio deste século XVIII, em 1704, o P. Luís Álvares, de Vila Viçosa, ilustrou a cena, no colégio e Universidade de Évora, com a Tragédia de D. Cristovão da Gama, filho de Vasco da Gama. Celebrava-se o mártir da Abissínia, trucidado pelos turcos, e a recepção do novo arcebispo D. Simão da Gama, parente do herói e mártir (3).

Na Universidade de Coimbra, no Colégio das Artes, se apresentou mais tarde no Teatro um drama ou tragicomédia com o fim de glorificar o grande orador António Vieira. Representou-se a 15 de Maio de 1737. Deram-lhe o título significativo de *Triunfo da Sabedoria* (4), para coroar a imcomparável sabedoria do primeiro orador português, e os triunfos que alcançou do mundo, da heresia, da idolatria, da inveja e da ignorância. Era obra do P. João de Moura, Mestre de Letras Humanas na mesma Universidade (5).

---

(1) *Colleçam*, n.º XXVIII, a 22 de Outubro, de 1724; *ibid.* a 27 de Janeiro de 1724; *ibid.* em 10 de Maio de 1731, n.º XIV, pág. 7.

(2) Cf. *Hist. da Assist.*, II, vol. II, pág. 69 segs.

(3) P. Luís Álvares, natural de Vila Viçosa, nasceu em 2 de Dezembro de 1672 e entrou na Companhia de Jesus a 11 de Maio de 1688.

Miguel Botelho de Carvalho compôs uma «Tragi-comedia del Martyr de Ethyopia». Cf. Barbosa, *Bibl. Lusitana*, III, 458.

(4) *Triumphus Sapientiae.*

(5) O P. João de Moura, de Coimbra, nasceu a 24 de Junho de 1711 e uniu-se à Companhia a 23 de Junho de 1726 e ensinou Letras Humanas. Em 1759 estava no colégio de Santarém. Cf. *Status antiquae Provinciae Lusitanae*, Lisboa, 1905, pág. VIII. Faleceu na Itália em Imola a 2 de Março de 1770. Cf. o apêndice: *Patres ac Fratres... quam Societatem Jesu derelinquere*, Lisboa, 1902, pág. XVI.

Foi assistida com aprazível agrado pelo primor de todo o teatro e das figuras, e pela excelência da música admiràvelmente encaminhada a animar a representação [1].

No Colégio de Santo Antão foi dado também ao teatro um formoso drama alegórico, a 18 de Julho de 1720, com assistência de muita nobreza e de grande concurso de gente escolhida. Deram-lhe o título de *Angola Triunfante* [2] em obséquio de fr. Manuel de Santa Catarina, carmelita descalço, bispo eleito de Angola, que no dia 14 do mesmo mês recebera a sagração de Bispo de Angola e Congo [3]. Abrilhantava a representação um coro de vozes e instrumentos.

A peça era dividida em catorze cenas, encaminhadas, todas elas a aplaudir as prendas do novo Prelado, competindo Portugal e Angola pela presença de tal bispo. Compôs o drama o P. José Leite, Mestre de 2.ª classe. Eram interlocutores os discípulos de José Leite, e houveram-se com toda a propriedade e exacção na recitação dos papéis [4].

Pelos anos de 1740 no mesmo colégio de Santo Antão representou-se a tragédia comovente com o nome de *Nepomuceno Silencioso* [5] para celebrar o martírio de S. João Nepomuceno, mártir do sigilo sacramental [6].

Por toda aquela metade do século XVIII celebraram-se repetidas vezes festas de Beatificações e Canonizações e sempre se usava, como nos anos passados, levar à cena dramas ou tragi-comédias para exaltar as virtudes e acções dos novos beatos e santos. Ficou particularmente em memória a canonização dos dois Santos Luís Gonzaga e Estanislau de Kostka, que foram, em diversos colégios, honrados com a celebração de actos dramáticos.

---

(1) *Gazeta*, 1737, pág. 276.

(2) *Angola Triumphatrix*.

(3) Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, III, P. II, pág. 995.

(4) *Gazeta*, 1720, pág. 240; *Portugal, Diccionário*, IV, pág. 133.

(5) *Nepomucenus Silens*.

(6) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 295. Ânua de 1740. — O P. Jerónimo da Gama, da Vice-Província do Maranhão, compôs, sobre o mesmo assunto, uma Tragédia, por volta de 1720, em honra do mesmo Mártir. O título da Tragédia de Gama é: *Silentium Constans*. Notícia da Bibl. de Évora diz que já não era da Companhia em 1732. Cf. B. P. Ebor. $\frac{CXV}{2\text{-}14}$, n.º 23.

A tragédia mais recordada foi a que compôs o P. Pedro da Serra. Deu-lhe o título de *Luís e Estanislau* [1]. O autor «com arte engenhosa uniu na mesma acção os dois heróis sem por isso quebrar as leis da unidade clássica» [2]. Foi à cena quatro vezes com agrado crescente; representada a primeira vez à Rainha e Princesa das Astúrias, depois com assistência de D. João V, da Rainha, dos Príncipes e Infantes; terceira vez em presença da Rainha e Princesa do Brasil, e finalmente em Évora diante duma multidão de personagens de todas as ordens [3]. Foi impressa na tipografia da Universidade eborense em 1730 com o título *Ludovicus et Stanislaus Tragi-comedia.*

Em Coimbra não ficaram atrás os Professores do Colégio das Artes, reproduzindo publicamente a Tragi-comédia *Concors Discordia,* que se desenvolveu no dissídio amigável entre Castiglone e Rostkova, pátrias afortunadíssimas dos Santos Luís Gonzaga e Estanislau Kostka, da Companhia de Jesus [4]. Ainda na cidade universitária se festejou também pelos anos de 1738, a canonização de S. Francisco Regis com uma tragédia, cuja exibição tanto agradou aos académicos e ao povo, nas três vezes que se representou [5]; e na cidade alentejana, em 1717, o P. António de Almeida aplaudiu a Beatificação do mesmo servo de Deus com sua tragi-comédia [6].

Também na cidade escalabitana deu a canonização dos Santos Luís e Estanislau ocasião a uma bem engenhada Tragi-comédia. Representou-se «aos 14 de Julho de 1727, com universal e bem fundado aplauso, assim interno como externo de toda a Vila e numeroso concurso, que à grande fama concorreu,

---

(1) *Ludovicus et Stanislaus,* Tragico-Comaedia ... Eborae, 1730.

(2) F. Rodrigues, *A Formação Intellectual,* 449-460.

(3) Veja-se o frontispício da Tragi-Comédia impresso na tipografia da Universidade eborense.

(4) *Concors Discordia, sive amicum de gloriae primatu Dissidium Castilionem inter et Rostkovam fortunatissimas sanctorum Aloysii Gonzagae, et Stanislai Kostkae Societ. Jesu patrias in eorum Apotheosi triplici comicae Actionis Actu circunscriptum ... Datum publice in Theatro a Rhetoricae Professoribus in Regale Artium Collegio conimbricensi ...* Coimbra na tipografia do colégio das Artes, 1727. Folheto em 4.º de 22 págs. — É um extracto do drama tragicómico em latim e português.

(5) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 290.

(6) Franco, *Synopsis* 1716, n.º 7. Foi representada em 1717.

não só das vilas e lugares circunvizinhos... Quatro vezes se repetiu sempre com maior admiração» [1].

Pelos mesmos anos, em que se festejavam as canonizações sobreditas, outras festas alvoroçaram Portugal; e os jesuítas, sempre amigos de tudo o que era patriótico, quiseram também tomar parte nessas solenidades. Referimo-nos aos casamentos reais, de D. José com D. Mariana Vitória, princesa espanhola, e de D. Maria Bárbara com D. Fernando, rei de Castela. Mais de duas tragi-comédias honraram solenemente os novos Príncipes matrimoniados.

Recordemos a peça teatral, cujo título nos declara o seu fim e conteúdo: «Aumento de Portugal coroado de Vitória circunscrito pelo tríplice acto de acção dramática no aplauso nupcial dos Sereníssimos Príncipes D. José, Príncipe do Brasil e D. Mariana Vitória, filha do rei católico D. Filipe V...» [2].

É a Tragi-comédia um elegante epitalâmio dos reais desposórios, pelos quais a Princesa do Brasil premiou os autores com oito dias de feriado. Foi muito luzida a assistência da Corte [3].

10. — Bastem estes exemplos para avaliarmos a frequência e importância dos exercícios teatrais. Com estes e mais exercícios literários tão frequentes e solenes, bem que extraordinários, nas escolas da Companhia, para brilhante formação dos jovens, andava cada dia nas aulas o movimento continuado do estudo das línguas, latina, grega e vernácula, com uma insaciável e ordinária actividade de prelecções dos Mestres e discípulos, de exercícios da pena, de lições de cor, de correcção de temas, de repetições do aprendido para o fixar na memória, de desafios escolares, de ditado e declamações.

Toda esta actividade era dirigida superiormente pelas leis sapientíssimas do famoso método, bem conhecido pelo nome de *Ratio Studiorum.*

Mas a instrução que recebia a juventude nestas escolas,

---

[1] Cf. pág. 4 da *Relação Sumaria das Festas que ... celebrarão os Padres da Companhia de Jesus do Collegio de Santarem ...*, Lisboa, 1728.

[2] *Lusitaniae Augmentum Victoria Coronatum Triplici Dramaticae Actionis actu circunscriptun in aplausu nuptaii serenissimorum Principum D. Josephi Brasiliae Principis et DD. Mariae Annae Victoriae Catholici Regis Philipi V. Filiae ...* Lisboa, 1729.

[3] *Gazeta*, 1729, pág. 200.

aliava-se com arte prudentíssima e constante à educação moral, que era o fim último das escolas da Companhia de Jesus. Daqui resultava que destes colégios podiam sair homens perfeitamente educados nas letras e na virtude. « Os colégios da Companhia, escreveu Schimberg, são máquinas excelentes de ginástica moral e terapêutica cristã » [1].

(1) Schimberg, André. *L'Éducation Morale dans les collèges de la Compagnie de Jésus en France sons l'ancien Régime*, Paris, 1913.

CAPÍTULO II

O INIMIGO DISFARÇADO

SUMÁRIO: — 1. *Quem era o disfarçado Barbadinho?* — 2. *As cartas revolucionárias.* — 3. *Exame das cartas.* — 4. *A polémica pela pena.*

1. — Consagraram-se os Jesuítas, como temos examinado, aos exercícios da sua profissão religiosa e literária nas suas casas, residências e colégios com o entusiasmo e dedicação que o seu ideal lhes inspirava.

Viviam eles e trabalhavam na sua pátria com imperturbada consciência e serenidade, confiados na rectidão de seu procedimento, que lhes dava testemunho claro e pacífico da sua lealdade e ânimo sincero. Na singeleza de suas intenções, não suspeitavam ainda a iminência da tempestade que já contra eles rumorejava no subsolo. Mas em breve a sentiram bem pesada e espantosa.

De feito apenas três anos antes do meio século XVIII, rebentou com desnorteante surpresa e não pequeno abalo a primeira tormenta.

Quem a desfechou? Devia ser algum discípulo da Ordem inaciana. É supérfluo manter o pseudónimo, em que ela se escondera. Depressa se descobriu. Dava pelo nome de Luís António Verney [1]. Viera à luz do mundo em Lisboa a 23 de Julho

---

[1] Os pais eram Dionísio Verney, oriundo da cidade de Lião de França, e Maria da Conceição Arnault, natural de Penela do bispado de Coimbra.

de 1713, e foi baptizado a 6 de Agosto do mesmo ano na freguesia de S. Julião [1].

Estudou Filosofia na Congregação do Oratório de Lisboa, ouvindo as lições do P. Estácio de Almeida; foi depois para Évora, onde se matriculou na Universidade, como porcionista do colégio da Madre de Deus; defendeu teses pùblicamente e recebeu o grau universitário de Mestre em Artes; estudou mais dois anos de Teologia na mesma Academia, e em 6 de Agosto de 1736 transferiu-se para Roma. Ali defendeu conclusões especulativas e alcançou o grau de Doutor na Teologia e em Direito Civil. Logo no ano de 1742 o nomearam Arcediago da Catedral de Évora [2]. Esteve em Itália, sem jamais voltar à Pátria, desde os 23 anos de idade até 1792 [3].

Mas quem era Verney, se consideramos os seus sentimentos religiosos?

Nos anos da infância e da juventude, até ao tempo em que se retirou para nações estranhas, não há, que saibamos, documento nenhum que no-lo dê ou pinte como irreligioso. Nos anos posteriores fora da pátria, já nos parece não brilhar tão pura a luz da sua religiosidade.

As suas cartas e mais escritos, ou impressos ou inéditos, com bastante clarividência nos declaram quem seja o Barbadinho [4]. Umas vezes o julgavam jansenista, outras regalista e animado, perante a Igreja Romana, de um espírito em excesso independente e modernista. Não queria que houvesse tão grande número de sacerdotes. Rejeitava fundações de missas. Sustentava que a Inquisição fôra sempre um obstáculo às ciências e ao progresso [5]. Proibia novas Religiões. Exaltava os jansenistas, a quem chamava «aqueles valentes homens de Port-Royal» [6].

Erudito consciencioso depreende ainda agora dos escritos

---

[1] Barbosa Machado, III, 56; Inocêncio, *Dicc. Bibl.*, 5, 222.

[2] Barbosa Machado, III, 56.

[3] Pedro José de Figueiredo, biógrafo de Verney tem que Verney, sempre se recusou a entrar na Companhia de Jesus, não obstante as insinuações que lhe fizeram para o levar a essa resolução. Cf. Moncada, *Um «iluminista» português do século XVII: Luiz António Verney*, pág. 21, n.º 1.

[4] Moncada, *ob. cit.*, pág. 135-216.

[5] Moncada, *ob. cit.*, pág. 157.

[6] *Ibid.* pág. 150.

de Verney, que o autor do Verdadeiro Método era jansenista não sòmente anti-jesuítico, mas também teológico, de mentalidade anti-monástica, anti-romana e anti-tridentina (1).

Doutor Moncada também não receia afirmar que as ideias do Barbadinho apontavam todas ao mesmo alvo, qual era secularizar o espírito e o fim racional das Instituições, para as pôr à disposição de seus ideais de *Iluminista* (2).

Queria também se restringissem por todo o reino o número dos conventos de frades e de confrarias (3).

Um Breve do Papa recebe-o com um sorriso de desdém (4). Tal era o respeito que professava para com o Sumo Pontífice!

O Breve que se intitulava *Animarum saluti* é de 10 de Setembro de 1765. Advertiu Verney que os Jesuítas conservaram o Breve muito escondido, mas vindo às mãos de um *Iluminado*, o fizeram estampar a duas colunas, em latim e italiano (5).

Repassado de tais sentimentos, tão pouco religiosos, havia forçosamente de travar luta com os jesuítas. Até à publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* não se nos deparou argumento claro, que manifestasse aversão à Companhia de Jesus. Mas a edição deste *Método* foi como que uma explosão tão violenta, que nos pode parecer que o ódio, havia muito concentrado, rebentara num estâmpido vulcânico.

Seguiu-se a luta ou polémica do *Verdadeiro Método*, e ateou-se com ela em Verney o fogo da inimizade, que se não apagou mais até à morte. Podia afirmar de si mesmo o que ele próprio assacava aos jesuítas, quando disse: «sempre me perseguiram com ódio mortal» (6).

De feito em tudo via manejos dos jesuítas a imaginação esquentada do Barbadinho, para arruinarem a Verney (7). «Esta perseguição jesuítica, dizia ele, foi e é ainda agora mais furiosa

(1) *Brotéria*, 33, pág. 227.

(2) Moncada, *ob. cit.*, pág. 110.

(3) *Ibidem*, pág. 93, 94, 212.

(4) Moncada, *ob. cit.*, pág. 184. Carta de Verney de 24 de Fevereiro de 1766.

(5) *Ibid.* pág. 184. O governo pombalino por decreto de 1767, declarou-o sem efeito.

(6) Moncada, *ob. cit.*, pág. 146. Carta de 8 de Fev. de 1766.

(7) Circai potenti e pregiudiziali maneggi dé Socii (Jesuiti). Carta de Verney a Almada, de 17 de Julho de 1765. Moncada, pág. 150.

que a dos arianos no IV século, que também durou quase 200 anos [1].

Sobre a acção dos religiosos da Companhia desabafa caluniosamente o adversário: «que em Portugal ficaram em campo triunfantes esses religiosos, que todos mantinham na ignorância, para só eles poderem reinar, como de feito reinaram, dando aos Príncipes uma educação péssima e só conducente ao proveito da Ordem» [2].

Inspiravam ao Príncipe suspeitas de desconfiança e de perseguição, pintavam-lhe como herético qualquer sentimento novo, e declaravam-se únicos protectores do catolicismo [3].

Não é fácil, continua o caluniador, arrancar da sociedade humana o espírito da Ordem ignaciana ainda que estejam abatidos os jesuítas. Esse espírito tornou-se uma nova natureza e serão precisos muitos anos para desarraigá-lo. Tão profundamente penetrou nos ânimos! [4].

De todas estas afirmações ressumbra um ódio entranhado à Ordem de Santo Inácio. E foi um homem desta categoria, que abriu fogo contra a Companhia de Jesus em Portugal! Não é para admirar que levantasse estrondosa celeuma o ruído da refrega.

2. — Inesperadamente retroou o assalto premeditado do arcediago Verney, no ano de 1746, sob o fingido nome de Barbadinho, com o livro em dois tomos, o célebre *Verdadeiro Método de Estudar*. Os atacados não faltaram com a réplica e resposta.

Examinemos primeiro a obra do Barbadinho.

Deixando no esquecimento merecido os hiperbólicos louvores dos jesuítas, anotemos com poucas palavras as 16 cartas em que Verney expõe largamente o seu *Método*. A obra, em si considerada, está muito longe de ser modelar. O estilo é pesado e fastidioso pelo excesso de miudezas em que toca [5]. A linguagem

---

(1) *Ibidem*.

(2) Moncada, *ibid.*, pág. 150, carta a Almada de 17 de Julho de 1765.

(3) *Ibidem*, pág. 150-151.

(4) Carta de 17 de Julho de 1765 a Almada, em Moncada, *ob. cit.*, pág. 153. Verney previdentemente pede a Almada que queime esta carta.

(5) D. António da Costa na *História da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, 1871, pág. 97, diz do Verdadeiro Método: é «um livro, hoje lido com enfado...».

não é sempre bem cuidada. A extensão das cartas é excessiva. Falta-lhe a preciosa brevidade, e abundam as repetições com fastio dos leitores. Tem o autor amorável simpatia para a Ortografia, que pouco ajuda para um *Verdadeiro Método de Estudar*. Três vezes em diversos passos da obra a pretende explicar. Na segunda carta, na página 49, censura o P. Bento Pereira por escrever «uma ortografia portuguesa em latim». Não sabe que Bento Pereira a escreveu em muito bom português com este título: *Regras Gerays breves e comprehensivas da melhor ortografia*»... [1].

Na última carta propõe, como grande novidade do seu método, que se introduzam nos estudos das Letras «conclusões de Gramática, Retórica e Poética, os quais exercícios, diz ele, aproveitam infinitamente à mocidade. Em Portugal é totalmente incógnito este exercício»! [2].

O ilustrado pedagogo desconhece que o exercício das conclusões foi sempre muito prático em Portugal nas escolas da Companhia, e não pouco recomendado pelo *Ratio Studiorum* [3].

Também aconselha Verney o desdobramento das aulas, quando a afluência dos estudantes é demasiada [4].

Mas podia ver no *Ratio* dos jesuítas aconselhado o mesmo processo pedagógico.

A severidade da sua crítica também condena o uso de tragédias, Proclamações... [5] como coisa inutil e indigna de homens ingénuos [6]. E que responderão a Verney os luzidos auditórios de nobreza e gente distinta, que as aplaudiram com entusiasmo delirante?

3. — Na primeira carta entra confiado para a sua empresa

---

(1) Baltasar Teles, dá o seu parecer sobre o opúsculo da Ortografia por estas palavras: «Julgo que esta belíssima obra deste cultíssimo livrinho deve ser estampado». — Cf. Rodrigues, *Hist. da Assist.*, III, vol. I, pág. 94-95. — Na Gramática, composta pelo P. B. Pereira, propõem-se as *Regras* da Ortografia em latim, por ser a Gramática escrita nessa língua. *Ibid.* pág. 94-95.

(2) *Verdadeiro Método*, II, 212-213.

(3) Cf. *Ratio Studiorum*, pág. 104, 126, 127, 149, 204: Const. Soc. Jesu, P. IV, cap. XIII, § 3.

(4) *Verdadeiro Método*, II, 211, 212.

(5) *Ratio Studiorum*, pág. 95.

(6) *Verdadeiro Método*, II, pág. 213, 214.

que abrange duas partes. São elas desfazer e lançar o descrédito nos métodos portugueses, e propor e exaltar o seu *Verdadeiro Método*. Para desassustar os leitores declara, de princípio, que «não acusa nem condena pessoa alguma neste reino» [1], nem sequer os jesuítas a quem humildemente confessa, que lhes deve «esse pouco que sabe», porque eles lho ensinaram [2]; que venera essa Religião doutíssima, por agradecimento e por justiça [3].

Oxalá que foram sinceras estas declarações! Logo começa «a lamentar e admirar a negligência dos portugueses em promover tudo o que é cultura de engenho e de utilidade da república» [4], generalizando e agravando os defeitos de alguns. É tema forçoso destas cartas.

Assenta, sem dificuldade, na conveniência ou necessidade, para os estudantes, de uma gramática portuguesa e multiplica os assuntos da carta para confusão dos pobres que estudam. Louva os jesuítas seus mestres [5], manda ler cartas de Vieira, ensina a escrever cartas, ordena que não se intimidem os rapazes com maus modos e pancadas [6]; estende-se numa longa e fastidiosa prelecção de 33 páginas sobre a sua caprichosa ortografia, e recomenda que se reduza a compêndio o dicionário de Bluteau [7].

Que multiplicidade danosa de assuntos! Depois do ensino da gramática portuguesa passa o crítico ao método de aprender a Gramática latina. É o argumento da segunda carta.

Principia por sustentar que a Gramática latina deve ser composta em português; demais repreende o uso de livrinhos para ajudar o aprendizado do latim; condena os versos decorados, e a obrigação, para o estudante, de aprender de cor três sortes de regras, em verso, em prosa latina e em prosa vulgar; admite que é confusa a Arte de Álvares [8]; afirma que o estudo da gramática latina demorava uns sete anos, enquanto no método

---

(1) *Ibidem*, I, pág. 2.
(2) *Ibidem*.
(3) *Ibidem*, pág. 2, 3.
(4) *Ibidem*, pág. 8.
(5) *Ibidem*, I, pág. 2 e 3.
(6) *Ibidem*, I, pág. 7.
(7) *Ibidem*, I, pág. 45.
(8) *Ibidem*, I, pág. 51.

de Verney se abreviava o tempo de modo que o jovem podia ficar sabendo num só ano mais latim do que os Mestres de latim em 30 anos! [1]

A todas estas críticas podemos brevemente responder: que a Gramática escrita em latim e ensinada como Álvares preceituava, produziu entre nós mais latinistas do que a escrita pelo método moderno [2]; que o uso dos livrinhos em português facilitava o estudo do latim; que os versos, feitos com arte e aprendidos de cor, auxiliavam para muitos a memória; que Manuel Álvares estatuía que não se obrigassem os estudantes a recitar de memória juntamente as regras em prosa e verso; que é presunção descomunal e indesculpável do crítico pretender que num só ano os seus estudantes sabiam mais latim que os Mestres em muitos anos de ensino no antigo sistema; que a Arte *Grande* de Álvares era talvez um pouco difusa, mas a Arte compendiada, usada pelos estudantes como texto, não o era de modo nenhum, nem também confusa; que para não demorarem demasiado os estudantes nas escolas de latim, havia no fim de cada ano e ainda no decorrer anual dos estudos, exames de promoção que abreviavam os anos do curso, fazendo passar os jovens aos anos seguintes, conforme o merecimento e ciência.

De tudo concluímos singelamente que a Gramática de Álvares está muito longe de merecer as censuras do Barbadinho.

Na terceira carta dá mostras o crítico do seu génio e feição particular. Resume-se esta prelecção de trinta páginas em lançar insultos aos portugueses, e inculcar para o ensino futilidades que um professor de medíocre talento bem pudera conhecer, e ele, o Barbadinho, vendia como novidades que haviam de iluminar com jorros de luz as sombras escuras das Letras em Portugal, porque do ensino que davam professores

---

[1] *Ibidem*, I, pág. 58.

[2] Para facilitar o estudo da Gramática latina, põe Álvares na sua Gramática esta sapientíssima advertência: *Ne puerorum ingenia multitudine obruantur, paulatim sunt haec et alia praecepta, velut angustis vasculis infundenda, Patrio sermone tantum declaranda rudimenta, genera Declinationes, Anomala, Praeterita et supina, juxta ea quae in scholiis continentur; ne simul et ligata et soluta oratione praecepta memoriter recitare cogantur. Quod in Syntaxi, qundo ea primo explicatur, observandum est*... Emmanuelis Alvari... *De Institutione Grammatica Libri Tres*. Eborae, ed. 1728, 1751, 1755, pág. 83, 51, 100.

portugueses «nascia aquela grande ignorância que se observava nestes países» [1].

Demos mais alguma observação pedagógica. Para prova da brandura de seus sentimentos chegou ao ponto de aconselhar aos jesuítas que por certa falta grave se desse a um estudante um «rigoroso castigo ainda de morte» [2]. Verney também admite, como processo pedagógico, o emprego de castigos.

Quanto ao estudo recomenda também o ensino ou notícias de *Geografia*, de *Cronologia*, de *Antiguidades*, de *Fábulas* e outras disciplinas, como auxiliares da Latinidade [3].

Mas com mais acertada pedagogia persuade, desde o século XVI, o *Ratio Studiorum* processo semelhante e mais prático de instrução [4].

Continuando a exposição do seu *Método*, nota Verney na carta número quatro que as duas línguas grega e hebraica «são em Portugal totalmente desconhecidas» [5].

É inexacta a notícia. Nos dois principais colégios da Companhia em Coimbra e Évora, houve geralmente cadeiras dessas línguas, principalmente para os estudantes religiosos, mas também para seculares, se por ventura o desejassem. Se a frequência dessas escolas foi quase nula de gente externa, não era a culpa do *Método* de ensino, mas de outras causas.

Com a Retórica termina Verney, na quinta e sexta carta, o estudo das escolas inferiores [6].

Desta faculdade diz o crítico, sempre afeito a censurar, que não havia neste reino coisa que se tratasse com mais negligência [7], e acrescenta na mesma carta que os rapazes que estudam nestes países não sabem nada de Retórica, porque lha não ensinam [8]; e «o que os mestres ensinam nas escolas... é uma

---

(1) *Verdadeiro Método*, I, 63.

(2) *Verdadeiro Método*, I, 64 — Verney também admite, como processo pedagógico o emprego de castigos.

(3) *Ibidem*, I, 70.

(4) *Ratio Studiorum*, *Regulae Professoris Rhetoricae*, n.º 7; *Regulae Communes Professoribus classium inferiorum*, n.º 27; *Regulae Professoris Humanitatis*, n.º 5; *Regulae Supremae Classis Grammaticae*, n.º 5.

(5) *Verdadeiro Método*, I, pág. 91.

(6) *Ibidem*, I, 101.

(7) *Ibidem*.

(8) *Ibidem*, I, pág. 104.

embrulhada, que nenhum homem, quanto mais rapaz, pode entender ».

Mas é errada a crítica do Barbadinho. Exagera e falseia. Basta indicar a obra de Cipriano Soares, usada como compêndio nas escolas, breve e muito clara.

E como se há de explicar que sempre houve até ao século XVIII bons, excelentes e admiráveis oradores? Onde aprenderam a eloquência? Para que veio ao meio de nós o estrangeirado Barbadinho repreender os defeitos, que eram da época, e todos os que tinham bom juízo conheciam e detestavam? Não foi o fingido capuchinho que os emendou.

Reentrando no mesmo assunto, na carta sexta, continua igual sistema de exagerações. Referindo-se a livros, explicados nas escolas dos jesuítas, atreve-se a dizer que « para não saber nada, não há melhores livros do que esses » [1].

Os autores destes e outros livros « propõem mil questões e não resolvem nenhuma bem » [2]. Depois, como quem descobre uma novidade e maravilha, adverte sèriamente, que « a primeira e importantíssima regra da *Invenção* é entender bem a matéria! » [3].

Outra descoberta aduz o crítico, ensinando que para persuadir é necessária atenção! [4]. E para inteira novidade assenta que « é uma ridicularia e impropriedade tomar um texto escritural numa oração fúnebre » [5].

Mas baste quando dissemos, para avaliarmos a agudeza e exacção da crítica de um *iluminado* do século XVIII.

Acrescentemos sòmente poucas observações de pedagogia.

Na carta 16 recopila Verney todo o seu método, desde a Gramática até à Teologia [6]. Entre as primeiras leis declara que não lhe « agrada a barafunda de escolas, que se pratica em Portugal » [7]. Porque as escolas de Gramática podem reduzir-se a quatro, e se os estudantes forem muitos, desdobrem-se as classes.

Para esclarecimento importante podia o crítico anotar que

---

[1] *Verdadeiro Método*, I, pág. 125.
[2] *Ibidem*.
[3] *Ibidem*, I, pág. 153.
[4] *Verdadeiro Método*, I, pág. 155.
[5] *Ibidem*, I, pág. 158.
[6] *Carta 16*, de Verney, pág. 205.
[7] *Ibidem*, pág. 206.

desde o século XVI o *Ratio Studiorum* ordenava que as classes de Gramática fossem três, de Humanidades e Retórica duas, e que por modo nenhum se baralhassem [1].

Vê-se que esta e outras ordenações pedagógicas as pôde Verney aprender do *Ratio*, bem antigo, e que Portugal não precisava de tanta novidade do Barbadinho! [2]

Vindo ao número das cadeiras determina Verney que além dos quatro Mestres de Gramática e do mestre de Latinidade, Retórica e Poética, devia haver nas Universidades Mestres de Grego, de Hebreu, de Caldeu, de Siríaco e de Árabe [3].

Erra não pouco o Barbadinho. Tantas línguas é assunto demasiado para os jovens, ou carga de estudos anti-pedagógicos; muito mais com as matérias que também manda ensinar de Geografia, de História, de Cronologia, de Fábulas e de outras, como já insinuámos.

O Método dos Jesuítas, chamado de *Concentração*, é muito mais perfeito em pedagogia e imensamente mais proveitoso.

Mas vejamos as consequências do *Verdadeiro Método.*

4. — Apenas apareceu na sociedade portuguesa ou rebentou inopinadamente, como violento explosivo, a obra do imortal Barbadinho, denominada *Verdadeiro Método de Estudar* e envolvida nas sombras do mistério, restrugiram por toda a parte clamores de protesto contra quem se apresentava a demolir o passado de séculos. É dificultoso descrever o ruido que se levantou à roda do Barbadinho misterioso.

Não poucos foram e quasi todos azedos, os opúsculos e folhetos que pela imprensa se espalharam de um lado e de outro, quase todos anónimos, procurando cada um defender a todo o transe a sua posição nesta luta decisiva. Não se guardaram sequer as conveniências do decoro. Ambos os partidos se insultavam sem atenção à dignidade própria nem alheia. Os vários folhetos em vez de explicar e defender os métodos, que era o

---

[1] *Ratio Studiorum*, ed. de 1598. *Regulae Prof. Studiorum Inferiorum*, pág. 94-95.

[2] Em Coimbra não puderam os Jesuítas acomodar-se inteiramente àquela disposição das aulas, porque eram obrigados a conservar a ordem das classes, que se guardava quando lhes foi confiado o Colégio das Artes.

[3] *Verdadeiro Método*, pág. 215.

objecto da controvérsia, transformaram-se geralmente em papéis insultuosos.

Mas quem deve arrostar com a responsabilidade principal desta desordem no campo das Letras? O Verdadeiro *Método de Estudar* constitui um repto insolente, atirado com arrogância e presunção à face dos contrários. Havia necessàriamente de irritar os que diversamente sentiam (1).

Se o reformador se apresentasse não como de espada em punho, mas pacificamente e com o desejo sincero de melhorar os estudos, e com a calma que devia reinar no remanso das Letras, teria talvez conseguido em paz o que todos desejavam. Doutra sorte só exasperou os adversários (2), e fez se multiplicassem as retaliações. Os jesuítas, que eram os mestres principais e mais numerosos da mocidade, sentiram-se bàrbaramente feridos, apesar dos louvores que o Barbadinho lhes dava — Deus sabe com que lhaneza e sinceridade — e não pouparam os seus inimigos. O primeiro que publicamente, em opúsculo português, se atreveu a atacar o falso capuchinho, foi frei Arsénio da Piedade, cujo verdadeiro nome era José de Araújo, sacerdote da Companhia de Jesus natural do Porto e professor de Teologia (3).

O livro com que Araújo quis refutar o Método do Barbadinho começa por dizer-lhe que o livrinho é mentiroso desde o título, porque « este pobre homem nada tem de religioso » (4). Sem mais lhe estranha a « fatuidade com que critica a doutrina

---

(1) *A Formação Intellectual*, pág. 139.

(2) *A Formação Intellectual*, pág. 139; Hernani Cidade, *Lições de Cultura* ed. de 1948, pág. 102 segs.

(3) Faleceu no colégio de Santo Antão a 23 de Janeiro de 1759, às 11 horas da noite com 78 anos de idade e 7 meses. Encorporou-se na Companhia no noviciado de Coimbra a 10 de Outubro de 1696. Ensinou no colégio de Santo Antão Humanidades e Retórica e depois de sacerdote a foi ler no colégio de Coimbra. Leu Filosofia no colégio do Porto, e Teologia Espectativa e Moral no colégio de Santo Antão, sendo Prefeito dos estudos. Quando faleceu, já estava nesse colégio cercado de tropas com seus irmãos por ordem pombalina desde Dezembro de 1758. Cf. ms. *Livro dos P.es que morrem*, pág. 21. Neste ms. lemos: Em tudo q obrava com a pena, se via . . . engenho, « erudição, com esta respondeo a hum Livro com q sahio hum portugues Fulano Verney; que teve muito aplauso e aceitação que se lhe gastarão logo . . . ».

(4) Cf. *Reflexões*, pág. 1, 2, 3.

de Santo Tomás... o anjo das escolas» [1], e o desprezo com que trata Soares granatense e outros desta grandeza [2].

Em seguida vê nele a soberba, vício fecundo donde nasce a presunção, a vaidade e o desprezo dos demais; e a presunção de que os outros homens, presentes ou passados, lhe ficam a perder de vista e muito inferiores [3].

Na reflexão quarta mostra-lhe Arsénio os caprichos da sua Ortografia extravagante [4]. Depois lhe chama «homem insigne em basófias», ao ouvir-lhe classificar de coisa indigna a modesta e sólida Cartilha de Mestre Inácio, que ensinou por dois séculos os mistérios da Fé a Portugal [5].

Na Reflexão da Retórica nota que Verney «nada aponta, que se não ache nos mesmos autores que censura» [6].

Mais adiante na Reflexão sétima com razão lhe estranha «que o seu maior empenho é censurar as obras poéticas, e nem Virgílio nas Éclogas lhe escapa» [7]. «O mais que diz sobre a poesia, observa Araújo, não merece resposta, mas total desprezo» [8].

A estes reparos e remoques ou motejos, replicou o Barbadinho no mesmo tom de despeito arrufado. Desabafa a sua cólera tratando a Arsénio de ignorante e satírico. Toda a vossa crítica, diz Verney, é uma invectiva continuada e a mais injuriosa, que eu ainda vi. Mil vezes lhe chama «ignorante, presumido, tolo, atrevido e coisas semelhantes» [9].

Neste teor prossegue a polémica dos dois adversários, insultando-se mutuamente um ao outro. A propósito de Latinidade arremessa-lhe Verney este insulto: «De belas Letras não sabeis nada» [10], e na página 9 acrescenta: Meu Fr. Arsénio... a cada passo mostrais que nunca abristes livros. Mais lhe diz que faz

---

[1] *Ibidem*, 3.
[2] *Ibidem*, 3.
[3] *Ibidem*, 5.
[4] *Reflexões*, IV, pág. 15 segs.
[5] *Ibidem*, pág. 14.
[6] *Ibidem*, pág. 21.
[7] *Reflexões*, pág. 24.
[8] *Reflexões*, VII, 26.
[9] *Resposta*, pág. 1 e 2.
[10] *Resposta*, pág. 18.

sátiras a cada passo, saindo do argumento literário [1]. Mas ambos, Arsénio e Verney, procediam no mesmo teor, deixando as Letras e o Método para se entregarem às críticas pessoais e mordazes [2].

A umas frases de Arsénio salta-lhe com esta amabilidade: « Vede quantas asneiras aqui dizeis juntas! » E o insultor ficava-se radiante na sua satisfação [3].

Com estas graças sensabores se entretinham sorrindo os literatos da polémica! Dera o tom o Barbadinho no *Verdadeiro Método*.

Entre tantos doestos também, de quando em quando, se ocupou do seu Método e da sua defesa, e de lançar o descrédito sobre a Gramática de Álvares, assegurando até que estava cheia de erros e falta de exacta doutrina. Não foi porém dificultosa a refutação de Verney pela falsidade e exagero das suas asserções [4].

No furor de menosprezar a velha Gramática cita cegamente de Scioppio (Schopp) um trecho latino, como se fora contra Manuel Álvares. Mas o trecho não nomeia o gramático português nem compreende de modo nenhum a sua Gramática; e S. Modesto, para confundir o Barbadinho, sugere-lhe um conselho por estas palavras: « Meu Reverendo crítico, peço-lhe se esconda de envergonhado ». De feito Scioppio (Schopp) escreveu precisamente na sua gramática o contrário: quero dizer, um notável louvor ao jesuíta madeirense [5]. Tal é o acerto com que o Barbadinho desafoga o ânimo nas suas críticas! [6].

Não se fartou ainda Verney de lançar injúrias aos contrários nem opúsculos à publicidade.

Depois da primeira *resposta* publicou em 1750 o folheto, que intitulou *Parecer do Doutor Apolónio Filomuso*. Neste segue o mesmo estilo dos livros anteriores. Queixa-se primeiro de que o

---

(1) *Resposta*, pág. 6.

(2) Vejam-se os opúsculos da polémica.

(3) *Resposta*, pág. 16.

(4) Severino de S. Modesto, *Conversação Familiar*, pág. 6-122; Verney, Resposta às Reflexões, 1748.

(5) Cf. S. Modesto, *Conversação Familiar*, pág. 71-73.

(6) Cf. Gaspar Sciopius, *Grammatica Philosophica*, Amstelodami, 1664, na dissertação preliminar; F. Rodrigues, *A Formação Intellectual*, pág. 203, *Verdadeiro Método*, II, pág. 69, 70, 71; *Resposta* de Verney, pág. 18 segs. 23.

P. Arsénio lhe chamara mil nomes feios e ele lhe retruca « provando com toda a evidência que o P. Arsénio não sabe nada de Teologia » ([1]). No mais diz o Barbadinho, o autor do *Parecer*, que o Retrato de Morte-Cor está cheio de pedantismo, de casinhos, latinzinhos, versinhos, epítetos, seu bocadinho de francês e outras puerilidades próprias dos pedantes ([2]).

E presumindo dar-se como exemplar de escritores de apurado estilo, diz ainda: « Compare esse modo de escrever de Morte-Cor, com o Barbadinho... Observe a facilidade e magistralidade com que Verney e os seus tratam todas as matérias, como quem as sabe fundamentalmente. De que nasce aquela imensa erudição com que naturalmente e sem afectação nenhuma ornam os seus escritos » ([3]).

É forte — bem a vemos — a presunção do Barbadinho! Mas como é que havia tantos homens doutos em Portugal, preguntaram os jesuítas a Verney? Muito pronto e com grande descaro respondeu o Barbadinho que sim houvera homens doutos, mas o método com que alcançaram a ciência não era bom! ([4]).

A última defesa de Verney contra os seus eternos adversários leva o título de *Ultima Resposta* em que pretende mostrar que o Reverendo Severino de S. Modesto não prova o que devera, e que a doutrina do Barbadinho e seus defensores é em tudo conforme com a dos mais doutos e acreditados jesuítas. Intenta por este modo autorizar os seus escritos ([5]).

Quase todo o empenho o põe Verney em refutar a obra, um tanto volumosa, que se intitula *Conversação Familiar* de Severino de S. Modesto e que é uma das melhores e mais eruditas, que saíram a público nesta polémica literária, de 561 páginas. Dá

([1]) Cf. *Parecer do Doutor Apollonio Filomuso*, pág. 2, 3. O crítico Verney não conhece os dois excelentes volumes de Teologia, publicados em 1734 e 1737.

([2]) Cf. *Parecer...*, pág. 10.

([3]) *Ibidem*, pág. II.

([4]) *Parecer do Doutor Apollonio*, pág. 39.

([5]) Cf. opúsculo: *Ultima resposta em que se mostra 1. que o R. Elogista e o R. Severino de S. Modesto não provão o que deviam 2. que a doutrina do Barbadinho... he em tudo conforme com a dos mais doutos e acreditados Jesuítas.* 150 páginas, saiu com o pseudónimo de Gelaste Mastigophoro, mas é Verney o verdadeiro autor. Cf. Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, IV, pág. 221. — Sem data mas deve ser de 1750.

princípio ao exame e crítica por enumerar-lhe os defeitos, com esta clareza e ousadia. O primeiro defeito é a sua mesma grandeza. « Prova muito, que vale o mesmo que não provar nada » [1]. Sai fora da questão que devia tratar [2]. Não traz nada de novo [3]. Toda a obra está cheia de epítetos injuriosos e outras galantarias [4]. Modesto e seus aliados espalham Verney e os seus por inimigos dos jesuítas. São pataratas, diz o Barbadinho, de pessoas mal intencionadas e de pouco juizo [5]. Apontados estes e outros defeitos, entra a examinar sucessivamente, capítulo por capítulo, todas as questões até à Teologia, procurando refutar a S. Modesto, que apresentou, entre tantas obras fúteis, obra digna de consideração. Alonga-se por catorze capítulos e mais de quinhentas e sessenta páginas [6]. O seu autor é o P. José de Araújo.

Terminemos aqui o breve exame de opúsculos que se atribuem a Verney, e de alguns mais de outros autores, que versaram o mesmo assunto.

Mencionemos porém ainda, por ser mais conhecido e apreciado, o livro que se intitula : *Retratro de Morte-Cor* ou *Notícia Conjectural*, [7], destinado por seu autor a suplantar o *Verdadeiro Método*, com suas setenta e uma páginas.

---

[1] *Última Resposta*, pág. 42.

[2] *Ibidem*.

[3] *Ibidem*.

[4] *Ibidem*, pág. 43.

[5] *Ibidem*, pág. 45.

[6] Foi estampada em Valensa no ano de 1750. — « Conversação Familiar e Exame critico, em que mostra reprovado o Methodo de Estudar, que com o titulo de Verdadeiro, e additamento de util á Republica, e á Igreja, e proporcionado ao estylo, e necessidade de Portugal. Expoz em dezesseis Cartas o R. P. Frey Barbadinho da Congregação de Italia : e tambem frivola a Resposta do mesmo Reverendo ás solidas Reflexõens Do P. Frey Arsenio da Piedade Religioso Capucho. Author o P. Severino de S. Modesto ; Presbytero. Comunica-o a seus amigos Rozendo Eleutherio de Noronha, Particular amigo do Author ». Valensa, 1750.

[7] Atribui-se este opúsculo ao P. Francisco Duarte, outros dão-no ao P. Joaquim Rebelo. O pseudónimo é Alethophilo Candido de Lacerda. — Retrato de Mortecor Que em Romance quer dizer Noticia Conjectural, Das principais qualidades do Author de huns papeis, que aqui andão, mas não correm com o titulo de Verdadeiro Methodo de estudar, e de hua carta escrita com boa intenção em resposta às reflexões do P. Fr. Arsenio da Piedade. Exposta em outra

O autor procedeu, por vezes, rigorosamente com o Barbadinho. Notou-lhe erros que eram « argumentos de uma crassíssima idiotez » (1). Diz-lhe que ainda nas matérias de Lógica e Metafísica anda « como um cego sem arrimo que em qualquer coisa tropeça e em qualquer tropeço afocinha» (2). Mais. Concordando com o fr. Arsénio, afirma que « no Método se escondia doutrina de contrabando » (3) e que na sua defesa se mostrou mais cartesiano do que católico (4). Com este destemor se critica neste opúsculo o *Verdadeiro Método* e a *Resposta* de Verney! Nem devemos esquecer a « *Iluminação Apologética do Retrato de Morte-Cor, em que aparecem com mais vivas cores os erros do autor do Novo Método* » (5).

É livro de boa erudição, como se mostra na refutação do Barbadinho (6).

Mas baste o exame dos opúsculos que se debateram na desconcertada polémica. Enumerámos os que nos pareceram suficientes para avaliarmos de algum modo o infeliz certame literário, mal iniciado pelo *iluminado* Barbadinho, e prosseguido com mais paixão do que ciência, por quantos se puseram ao lado de Verney, ou para o defenderem, ou para atacarem os adversários.

---

carta do R. D. Aléthophilo Candido de Lacerda, e a dedica a todos, os que a lerem, seo amigo, P. V. de M. e C. En Sevilha.

(1) *Retrato de Morte-Cor*, pág. 59.

(2) *Ibidem*, pág. 60.

(3) *Retrato de Morte-Cor*, pág. 39.

(4) *Ibidem*, pág. 39. — No fim tem a data de Espinhel, 9 de Dez. de 1748.

(5) A autoria da *Illuminação* adjudica-se a Francisco Duarte. Cf. *Brotéria*, Vol. 49, pág. 221.

(6) A *Iluminação* na primeira parte conta 159 páginas e na segunda 166. É assinada de 17 de Setembro de 1751. O pseudónimo do autor é Teodósio Cardoso da Silveira. A segunda parte tem a data de 4 de Março de 1752. Foi grande o número de opúsculos e folhetos, como já insinuámos, que se debateram na polémica verneiana, além do livro primeiro e principal que suscitou a contenda com o nome de *Verdadeiro Método de Estudar*. A maior parte porém destas publicações foram anónimas ou pseudónimos, e tem sido grande o trabalho dos investigadores para descobrir o nome dos autores dos opúsculos, mas debalde para muitos. Adiantou notàvelmento este estudo A. de Andrade, num artigo publicado na « Brotéria », no vol. 49 e intitulado : *Bibliografia da Polémica Verneiana*. A esse artigo folgamos de remeter o Leitor. Veja-se também na Biblioteca da Ajuda, 50-I-66, 76 : « Catalogo das obras criticas a respeito do Novo Methodo da Grammatica Latina e mais obras dos Padres da Congregação do Oratorio ».

CAPÍTULO III

O ADVERSÁRIO ERUDITO

SUMÁRIO: — 1. *Preparação do Adversário.* — 2. *O Novo Método da Gramática.* — 3. *Controvérsia entre o Oratório e a Companhia.*

1. — Depois das lutas acérrimas do inimigo disfarçado, travou contra a Companhia batalhas de cabeça erguida e com ares de triunfo o maior e o mais erudito dos filhos do Oratório português, que denodadamente combateu contra os filhos de Inácio em Portugal. Em campos diversos lutou, nem sempre com a lealdade e rectidão, que exigia a sua profissão de Congregado.

Era este aguerrido batalhador, nascido na vila de Mação, no dia 14 de Fevereiro de 1725, de pais humildes que viviam na mesma vila « dos escassos lucros de um ofício mecânico » (1).

Chamava-se António Pereira de Figueiredo (2). Quando ia nos onze anos de idade, foi recebido a 1 de Abril de 1736 no

---

(1) B. N. L. Fundo Geral, 9842, « *Compendio da Vida e Escriptos de Antonio Pereira de Figueiredo* » *Da Congregação do Oratorio de S. Filipe Neri,* Deputado ordinario da Real Meza da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros desde a sua Instituição pelo Sr. Rei D. José primeiro Official de Cartas Latinas da secretaria do Estado dos Negocios estrangeiros e da Guerra e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa 1798. Obra anónima contemporânea.

(2) Enquanto esteve na Congregação do Oratório usava sòmente dos dois nomes António Pereira, segundo a praxe da Congregação.

Colégio Ducal de Vila Viçosa, como já contámos [1], onde aprendeu Gramática, Música, Retórica, poesia [2]. Como já era dotado de talento raro e engenho perspicaz e subtil, fez progressos maravilhosos em todas estas disciplinas. Demorou-se no Colégio seis anos, saindo dele particularmente consumado na língua latina.

Estudou no Colégio desde 1 de Abril de 1736 até 1 de Abril de 1742. Além das lições que no colégio repetia, não se contentando com o passo vagaroso dos discípulos ordinários, alcançou quê um Mestre fosse todos os dias a seu cubículo a dar-lhe lições particulares. Com este empenho progredia assombrosamente, ajudado sempre pela sua prodigiosa memória. Mandando-se-lhe decorar versos de Virgílio, nunca se dava a esse trabalho senão no caminho que levava do cúbiculo para a aula. Não houve exemplo de que se enganasse uma só vez na repetição das lições [3].

Estava desde os 16 anos de idade um gramático profundo [4]. Aplicou-se também o vasto talento de Pereira apaixonadamente à Música. Um presbítero secular, instruido naquela Arte, vivia no colégio e dava lições de solfa e contraponto aos colegiais [5].

Concluídos brilhantemente todos estes estudos, voltou António Pereira para a sua terra de Mação. Mas estando ainda no colégio do Duque, os Padres da Companhia cativados do grande talento do jovem, desejam atrair para a Ordem Inaciana o talentoso adolescente. Foi debalde o empenho. Quantas vezes não se lastimaram eles de o não terem chamado com mais eficácia para o seu grémio, especialmente quando o viram transformado em temeroso rival seu e antagonista! Aplicavam-lhe àquele novo e muito erudito émulo, competidor e discípulo, o conhecido rifão: « Crias o corvo, tirar-vos-á os olhos ». Ele próprio se comprazia de citar o gracioso anexim [6].

---

[1] Cf. Livro III, cap. I, deste volume, da *História da Assistência.*

[2] Cf. Barbosa Machado, Livro IV, pág. 47.

[3] Cf. veja-se o citado *Compendio da Vida e Escriptos . . .*

[4] *Compendio da Vida e Escriptos . . .*

[5] *Ibidem.*

[6] *Ibidem.* O autor do *Compêndio da Vida*, citado, adverte ainda que os jesuítas afinal desistiram de o querer para o seu Instituto, porque viram que António Pereira era de constituição pouco robusta, e já dera indícios de moléstia do peito.

Recusando-se a seguir o Instituto da Companhia, lançou os olhos para os Cónegos Regrantes da Santa Cruz, e foi-se, com esse intento, de Mação para Coimbra. Receberam-no para Noviço da célebre Ordem de Santo Agostinho no venerando Mosteiro. Como era músico e organista, dispensaram-lhe, em seu favor, a nobreza, que requeriam as Constituições dos Cónegos para a admissão na Ordem. Iniciou o Noviciado em 1743. Soube porém que pelas Constituições não podia entregar-se aos estudos, senão depois de ter dado, durante sete anos, boa prova de sua aptidão e talentos. Desgostou-se com tamanhas rémoras, e voltou para o século cinco ou seis meses depois de ter vestido a murça. Era o ano de 1744 e nesse ano, mudando de rumo, foi meter-se na Congregação do Oratório, fundada entre nós por Bartolomeu de Quental [1].

Não podia a Congregação, diz o oratoriano contemporâneo, deixar de acolher com alvoroço um membro, que se apresentava ornado de virtude e letras. A espécie de partido e a oposição que já então lavrava entre a Congregação do Oratório e a Companhia de Inácio de Loiola, deu relevo particular a esta admissão no Oratório do P. António Pereira, discípulo dos jesuítas, que já então gozava de fama e crédito de grande gramático, e era considerado atleta vigoroso e capaz de se opor aos combates e forças dos conhecidos adversários [2].

Entrou efectivamente o esperançoso jovem no Oratório a 24, outros dizem a 17 de Fevereiro de 1744 [3]. Estudou três anos Filosofia, depois Teologia, mas prevalecia nele o gosto do latim e Letras Humanas [4]. O biógrafo que estamos utilizando, admite que a primeira obra literária, que lançou ao público foi uma colecção de frases latinas, tiradas de Cícero. Deste opúsculo diz o próprio Figueiredo, que fora o noviciado de seus estudos [5]. Mas o catálogo impresso das obras do mesmo latinista tem que o erudito oratoriano publicou em 1750 a obra intitulada: *Exercícios da língua latina e Portuguesa acerca de diversas coisas. Para*

---

[1] *Ibidem*, 6.
[2] *Ibidem*, 7.
[3] Cf. *Compendio da Vida...*
[4] *Ibidem*, pág. 9.
[5] *Ibidem*, pág. 10.

uso das escolas da Congregação do Oratório na Casa de Nossa Senhora das Necessidades (1).

Com quanto date de 1751 a primeira obra que dele temos impressa, só no fim de 1752 apareceu a obra do *Novo Método*, que mais o afamou (2).

2. — A rivalidade porém que refervia entre os oratorianos e os jesuítas deu ocasião a bravas desinteligências e até insultos das suas corporações. Com estes ciúmes e emulações já podemos entender que os filhos de Filipe Neri não se acomodariam fàcilmente a adoptar nas suas escolas a Gramática de autor da Companhia, Manuel Álvares, que se tinha introduzido nas escolas de quase toda a Europa, havia aproximadamente dois séculos. Cuidaram pois de compor novas gramáticas e de novo método, que tomassem o lugar honroso das Artes dos jesuítas.

Na primeira que deram à publicidade, foram infelizes os recem-chegados e ciumentos professores. Encarregaram-na os Superiores do Oratório ao P. Manuel Monteiro, filho muito acreditado da mesma Congregação (3). Saíram três tomos do *Novo Método*, elaborados com menos esmero do que se esperava, como afirma o Gramático contemporâneo António Félix Mendes (4).

Para se corrigirem os desacertos e deficiências da obra de Manuel Monteiro, deu-se ao P. António Pereira a incumbência de

---

(1) Jordão, *Elogio do Padre António Pereira de Figueiredo*, pág. 75. Teve três edições em 1751, 1765, 1785.

(2) Jordão, *ob. cit.*, pág. 4.

(3) Manuel Monteiro, natural de Lisboa, inscreveu-se na Congregação do Oratório a 1 de Janeiro de 1716. Era cultor apurado da língua latina, e foi Académico da Real Academia da História Portuguesa. Faleceu em 1758. Cf. Barbosa Machado, *Bibl. Lusitana*, III, pág. 311, 312; Inocêncio da Silva, *Dicc. Bibl.*, 6, pág. 65, 66.

(4) Na obra *Memórias para a História literária de Portugal*, de António Felix Mendes, publicada com o pseudónimo João Pedro de Vale, lê-se do Novo Método de Monteiro: *Composto com menos cuidado do que se esperava*. Cf. Inocêncio da Silva, VI, pág. 65, 66 vb. Manuel Monteiro. — O título da nova gramática é: *Novo Methodo para se aprender Grammotica Latina ordenado para o uso das Escolas da Congregação do Oratorio da Casa de N. Senhora das Necessidades. Pelo Padre Manuel Monteiro da mesma Congregação*. A Parte II foi estampada em Lisboa em 1749. Tem 104 páginas numeradas. Teve, ao que sabemos, edições de 1746, 1749, 1751. Cf. Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, pág. 311. Inocêncio, *Dicc. Bibl.*, VI, pág. 65, 66.

compor uma obra gramatical, que não desdoirasse os créditos da Congregação. As novas e ásperas censuras e críticas feitas à gramática de Manuel Monteiro, obrigaram a Congregação a pôr os olhos em António Pereira, que ainda então cursava Teologia.

Encomendaram-lhe primeiro a revisão e defesa da Arte de Monteiro, diz o citado oratoriano, contra os ataques do partido jesuítico. Para levar a bom termo a empresa dificultosa, dispensaram-no das obrigações clássicas dando-lhe por findo o curso teológico, em paga das sátiras e motejos a que ia expor-se [1].

Recolheu-se a seus aposentos, examinou e ponderou sèriamente as dificuldades da empresa, leu atentamente a Gramática e veio no conhecimento dos graves defeitos, que continha e a expunham a muitas críticas. Mas viu igualmente a impossibilidade iniludível de bem se desempenhar da tarefa, e ofereceu-se a compor ele um novo compêndio de gramática latina com tal empenho que ficasse vitoriosa a sua Congregação [2].

Aceitaram os superiores, com certa ansiedade, o generoso oferecimento, e prometeram-lhe aprontar todos os subsídios necessários ao feliz êxito da obra [3]. A empresa não era fácil.

Com efeito a influência de que os jesuítas gozavam em todas as classes da sociedade portuguesa, o crédito e veneração que abonavam o P. Manuel Álvares e os numerosos discípulos que aprenderam com esse Mestre, como bem advertiu o citado oratoriano, tudo tornava sumamente arriscada a empresa [4].

Não descoroçoou todavia o sábio latinista. Pôs-se ao trabalho com esperança na vitória. Alcançou beneplácito régio para fàcilmente entrar em todas as bibliotecas, e consultou e confrontou edições inumeráveis de autores clássicos. Adquiriu as melhores e mais raras edições para a Biblioteca da Casa das Necessidades, que era, segundo avaliavam os oratorianos, a melhor biblioteca do reino na classe de literatura latina [5].

Trabalhou com incrível actividade durante um ano inteiro a fio, dia e noite, a ponto de debilitar perigosamente a saude. Mas

---

[1] *Ibidem, Compendio da Vida*, pág. 12.
[2] *Ibidem*, pág. 12.
[3] *Ibidem*.
[4] *Ibidem*, pág. 12, 13.
[5] *Ibidem*, pág. 13.

restauradas as forças com o repoiso, conseguiu levar ao fim obra de tanto azar [1].

Não faltaram, como é fácil conjecturar, meandros do partido contrário, ainda antes de aparecer em público a obra. Um *Novo Método* de Gramática latina, pensavam os jesuítas e seus fautores, era necessàriamente uma crítica da Arte de Manuel Álvares; era uma sátira contra a Companhia de Jesus, e « um atentado horroroso » [2] contra a preponderância dos inacianos.

Apenas estes perceberam, que António Pereira lidava já na construção da sua gramática, não se pouparam a diligências para diminuir o crédito da nova obra. Até procuraram ardilosamente, introduzir-lhe erros nas provas de imprensa, segundo dizem ou imaginaram os oratorianos [3]. Mas finalmente, no declinar de 1752, veio a público a primeira parte do *Novo Método*, e em 1753 estampou-se a segunda parte, ambas com seus prólogos de muita, talvez excessiva erudição. O biógrafo de Figueiredo diz que era « a obra digna de seu autor » [4].

---

[1] *Ibidem*, pág. 13.

[2] *Ibidem*.

[3] *Ibidem*, pág. 13. — O autor do *Compendio da Vida* de António Pereira, oratoriano, que já citámos, é o testemunho único desta afirmação. Não nos merece fé indiscutível. Diz o mesmo autor que António Pereira, para evitar escândalo, tomou a resolução de estabelecer uma Imprensa em sua casa. Cf. *Compendio da Vida*, pág. 15.

[4] *Ibidem*, pág. 15. — O título do *Novo Methodo* na 1.ª parte é: *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa das Necessidades ordenado e composto pela mesma Congregação*. Lisboa, 1752; e na 2.ª parte: *Novo Methodo da Grammatica Latina Part. 2. que comprehende a Syntaxe*, Lisboa, 1753.

Título do novo Método, compendiado: *Novo Methodo da Grammatica Latina reduzido a Compendio*. Lisboa, 1758.

Título da décima edição: *Novo Methodo da Grammatica Latina dividido em duas partes para o uso dos Mestres das Escolas da Congregação do Oratorio*. Lisboa, 1797.

O Prólogo da primeira parte ficou célebre pela sua demasiada extensão. Tem 107 páginas, onde pretende provar que encontrou uns 120 erros na Gramática de Manuel Álvares. Cf. Figueiredo, *Defensa*, pág. 6. Outros têm que os erros são 100, outros 150. O Prólogo conservou-se na Gramática nas primeiras edições, cortando-se-lhe na sétima edição, não sòmente para tornar o livro menos volumoso, mas por terem cessado as razões que o antepuseram ao Novo Método.

A razão do Prólogo foi o ataque de Figueiredo à Gramática de Álvares que já fôra rigorosamente proibida em Portugal. Advertimos contudo que a mutilação

3. — O Novo Método de Gramática Latina foi por ordem régia adoptado como texto nas escolas de Portugal, em vez da Arte de Manuel Álvares, que desde 1759 D. José I proibira e proscrevera. Venceu a força contra o direito. Os oratorianos ainda viviam sob a protecção pombalina!

Na sua primeira parte apresentava-se o *Novo Método*, como dissemos, com um Prólogo de mais de 100 páginas, em que se procurava desacreditar a Gramática de Álvares, apontando-lhe e censurando-lhe os muitos erros que o gramático julgava ter descoberto [1]. O autor do *Compêndio da Vida* na sua opinião particular classifica o Prólogo de obra prima. Sê-lo-á, mas é-nos dificultoso imaginar o sobressalto e indignação com que os jesuítas leram o desgracioso Prólogo. Justo era o seu sentimento, porque o *Novo Método*, em vez de ser obra de paz no campo sereno das Letras, aparecia ostentando armas de guerra, apostado a esmagar e aniquilar o rival benemérito de tantos anos de ensino e educação. Procederia o latinista com nobreza, se lhe notasse os defeitos que forçosamente tinha, como os têm todas as obras deste género, e caridosamente lhas corrigisse. Mas só fez alarde, bem inútil, de presunção, de inveja e baixa vingança no adversário, e de ostentação de erros no insigne Manuel Álvares. Por estas gravíssimas inconveniências é que, apenas se conheceu o Novo Método e o famoso e comprido Prólogo, começaram, no princípio de 1753 [2], a sair contra ele « infinitas sátiras », cujos autores procuravam encobrir-se com nomes supostos [3], em que se « ocultava bem a sua ignorância e covardia » [4].

Figueiredo chamava-lhe também a esses papéis « fetos espúrios ou adulterinos» [5]. A nações estrangeiras chegaram os ecos da porfia. « Entre os Padres jesuítas e os do Oratório se moveu uma questão, a qual em toda a parte dá grande brado, e sobre a qual ambas as partes entraram em uma porfiada guerra literária » [6].

---

do Prólogo foi feita sem consentimento do P. António Pereira. Cf. *Compendio da Vida*, pág. 16.

[1] *Compendio da Vida*. . ., pág. 15.

[2] O Novo Método divulgou-se no fim de 1752. Cf. *Compendio*, pág. 16.

[3] *Compendio da Vida*, pág. 16 e 17; Figueiredo, *Defensa*, pág. 4.

[4] *Compendio cit.*, pág. 16 e 17.

[5] Figueiredo, *Defensa*, pág. 4.

[6] Figueiredo, *Defensa*, pág. 6.

Apontemos uns poucos desses papéis ou folhetos: *Sessão da Academia Gramatical; Mercúrio Gramatical; Novas Declinações; Advertências Necessárias para a inteligência do Prologo; Defensa apologética à Arte do P. Manuel Álvares; Juizo Gramatical*; *Alvarista defendido* e *Aditamento ao mesmo*, por José Caetano [1].

Para demonstrar plenamente a sua tese acusadora, queixa-se até Figueiredo de que « as oficinas, em que se forjaram as armas contra o Novo Método foram, a inveja, a paixão, a ignorância, como bem mostraram papéis tão satíricos e escandalosos », declarando-se os autores em tudo, por inimigos da Congregação do Oratório pelo desprezo com que falam dela, e mostrando-se faltos de piedade e modéstia cristã, pela impiedade e imodéstia com que tratam a Virgem Santíssima na sua invocação das Necessidades [2]. « Mas deixando, continua o metodista, ao cuidado da Mãe de Deus a vingança do seu decoro sacrìlegamente ultrajado por estes escritores: aqui só mostraremos a sem razão, as calúnias, as falsidades que contra o Novo Método se publicaram no papel intitulado Mercúrio Gramatical, porque os outros papéis só contêm imodéstias, blasfêmias e abominações nefandas » [3].

Com esta disposição de espírito, bem pouco serena, e excesso de acusações e com este estilo, entra em campo o oratoriano para se defender lealmente contra os adversários.

Por estes termos anuncia o assalto. « Todo o assunto dos Mercuristas [4] é contrapor ao Novo Método a Arte de Manuel Álvares, pretendendo mostrar os defeitos daquele à vista dos acertos deste. Nós mostraremos que toda esta contraposição está cheia de calúnias, enganos e falsidades. Aqui se conhecerá com evidência das nossas respostas a cada um dos reparos do Mercúrio» [5]. Neste opúsculo vai o autor em estilo jocoso e humorístico discreteando sobre todos os gramáticos, aproveitando o ensejo de exaltar Manuel Álvares e deprimir o autor e fautores do Novo Método. Nota-lhe os erros e chama-lhe « Arte de Antigualhas » [6].

---

[1] Cf. Figueiredo, *Defensa*, pág. 6; Jordão, *Elogio*, pág. 16.

[2] Cf. *Novo Metodo*, Parte 2.ª no Prólogo, pág. V.

[3] Cf. Prólogo, pág. V, do *Novo Metodo*, 2.ª Parte, 1753.

[4] *Mercuristas* chama Figueiredo aos autores e fautores do *Mercúrio Gramatical*.

[5] Cf. *Novo Método*, Parte, 2.ª, 1753, Prólogo, pág. V, VI.

[6] Cf. « *Mercurio Grammatical dirigido aos estudiosos da Lingua Latina*

Mais adiante ousa o arrojado autor do Mercúrio afirmar que Figueiredo com o Novo Método que compôs, encheu dos mais confusos embaraços e enredos os caminhos da Gramática Latina. Daqui vemos que são profundas as divergências dos dois contendores [1]. «Vedes, continua o Mercurista, quão diferente é o Manuel Álvares, que se impugna do Novo Método, daquele Manuel Álvares, que recebeu por seu Mestre a Europa toda, e com que palavras se pode encarecer semelhante audácia? Com que expressões se pode dar a conhecer esta petulância? [2].

«Tu me enganaste, prossegue o mesmo autor, Gaspar Scioppio, que depois de protestar que tinhas lido e examinado quanto escreveram os gramáticos, antigos e modernos, confessaste, obrigado da verdade, que Manuel Álvares os excedia a todos» [3].

Por fim diz o Mercurista, que se este Mercúrio merecer o gosto dos eruditos continuará a lhe oferecer outros semelhantes divertimentos [4].

Noutro folheto que se intitula *Progresso da Academia Gramatical*, continuação do *Mercúrio*, adverte-se que os erros que Figueiredo «impõe ao P. Álvares no Prólogo famoso, se reduzem a três classes: uns estão advertidos nas erratas, o que o adversário dolorosamente cala. Outros são fundados em diversas lições e edições, cujas palavras alega o Padre, tiradas dos livros, que no seu tempo corriam. Outros finalmente contêm usos particulares e exóticos, que o P. Álvares com muita advertência calou no Compêndio da sua Arte, julgando que se não deviam com eles confundir os rapazes» [5].

«Quanto às regras da nova Arte, tudo o que contém, é com certeza tirado do P. Álvares. O mais é uma embrulhada confusa e sem ordem. As definições, que aponta, são filosofias incapazes

---

em Portugal, com a noticia do que na dieta da Grammatica na Sessão III se consultou e determinou sobre o Novo Methodo da Grammatica Latina que para uso das Escolas da Real Casa das Necessidades ordenou e compoz a Congregação do Oratorio por Philiarco Pherono». Em Augusta anno de 1752. Páginas numeradas 87. Pág. 16.

(1) Cf. *Mercúrio Gramatical*, pág. 66.

(2) *Ibidem*, pág. 71.

(3) *Ibidem*, pág. 74.

(4) *Ibidem*, pág. 87.

(5) Academia das Ciências, $\frac{E\ 714}{12}$: *Progresso da Academia Gramatical*. Tem 12 páginas numeradas.

de que as entendam as crianças» [1]. Conforma-se com este juizo. Inocêncio, no *Dicc. Bibl.*, I, 225, onde diz: «Este Método (Novo Método) é tido por impróprio para o ensino por sua redundância e por ser carregado de notas, posto que eruditíssimas, fora do alcance dos estudantes» [2].

O mesmo autor do *Progresso* diz que «o Prólogo maior do *Novo Método* era um grande raboleva, que trazia na saia a Gramática, tão grande rabo que estando ela já na Cruz da Esperança, ainda vinha saindo o rabo pela portaria das Necessidades» [3].

Fecha esta série de investidas insultuosas e defesas acaloradas a obra que o seu autor, segundo dizem, Francisco Duarte, literato bem conceituado, intitulou: *Anti-Prólogo*. É a primeira defesa dos jesuítas contra o adversário, António Pereira e contra o prolixo, bem que erudito, Prólogo do Novo Método da Gramática [4]. O aprimorado autor vai rebatendo uma por uma as acusações de erros, que notou no Padre Manuel Álvares o minucioso esquadrinhador de faltas alheias. Discorre com dignidade, erudição e sem uma sombra sequer de insulto.

Contudo Figueiredo pôde escrever na sua *Defensa* que os defensores de Álvares no Anti-Prólogo [5] «revestiram-se de uma crítica fantástica e dolosa; afectaram uma erudição superficial e impertinente, armaram-se de desculpas frívolas, empenharam-se finalmente em patrocinar por todos os modos falsidades notórias e impugnar com proterva obstinação verdades claras.

«Para culpar ao Novo Método se puseram muito de propósito a pegar de palavrinhas, a levantar falsos testemunhos, a imputar-lhe faltas e erros enormes, a fazê-lo com expressões, ora ridí-

---

[1] *Ibidem, Progresso da Academia Gramatical.*

[2] Inocêncio, I, 225.

[3] *Progresso da Academia Gramatical*, pág. 3.

[4] *Ac. das Sciencias*, Bibl. Arm. n.º 5.º $\frac{E\ 5}{57}$: *Anti-prologo Critico Apologetico no qual á luz das mais claras razões se mostrão desvanecidos os erros, descuidos e faltas notaveis, que no insigne P. Manuel Alvares presumirão descubrir os RR. AA. do Novo Methodo da Grammatica Latina, dirigido aos mesmos Reverendos Padres por Manoel Mendes Moniz natural de Villa de Dornes... Guarda Estudos publicos desta Corte no Real Collegio de Santo Antão...* Lisboa, 1753. Páginas numeradas 158, mais 10 não numeradas.

[5] Parte II, Introdução.

culas, ora espantosas, ludríbio dos ignorantes. Este o costume dos que seguem o partido da mentira » [1].

Vimos, no que apontámos, que era total a discordância entre os dois contendores. E fora, que pensavam os partidários de ambos? Duas notícias divulgadas pela *Gazeta de Lisboa*, de 1752, nos esclarecem sobre os sentimentos da sociedade portuguesa naquele tempo em que apareceu o Novo Método da Congregação. « Saiu impresso, conta a Gazeta, o Novo Método da Congregação do Oratório na Real Casa de N. S. das Necessidades, ordenado e composto pela mesma Congregação [2].

Principia por um dilatado mas precioso Prólogo, que compreende 107 páginas e uma vasta erudição, que parece concorrerem para o seu autor todos os influxos de uma Congregação de homens doutos e de sumo estudo na língua latina, que descobre mais de um cento de erros nas quatro primeiras edições da Arte do doutíssimo Padre Manuel Álvares, demonstrados com a autoridade dos melhores escritores latinos. Quem quiser aproveitar desta grande obra a achará nas portarias das casas da mesma Congregação » [3].

No ano seguinte de 1753 opôs-se-lhe a refutação com o título: «Anti-Prólogo crítico apologético, no qual à luz das mais claras razões, se mostram desvanecidos os erros, descuidos e faltas notáveis que no insigne P. Manuel Álvares presumiam descobrir os Reverendos autores do Novo Método da Gramática Latina, dirigido aos mesmos RR. PP. por Manuel Mendes Moniz...» [4]. Pouco depois se publicou a segunda parte do Novo Método, com outro Prólogo, quasi tão grande como o da primeira parte. Nele o seu autor dá mostras de uma vastíssima erudição e responde a muitos pontos do *Mercúrio Gramatical* e do Anti-Prólogo Crítico e Apologético de seu antagonista [5].

---

(1) *Ibidem*, Introdução, pág. 1.

(2) A primeira edição não trazia nome de autor. A 2.ª Parte desta primeira edição tinha um Prólogo, que « responde e convence », diz Barbosa Machado, IV, 47, ao *Mercúrio Gramatical.* No Prólogo da 1.ª parte adverte o mesmo Barbosa Machado, l. c., que Figueiredo « descobriu mais de 100 erros na Arte Latina do P. Manuel Álvares Jesuíta ».

(3) *Gazeta de Lisboa*, de 1752, pág. 620.

(4) *Gazeta*, 1753, pág. 312.

(5) *Gazeta*, 1753, pág. 320.

É evidente o conceito benévolo, que a Gazeta manifesta a favor dos oratorianos, e o quase desprezo, sem o mínimo louvor, para com os religiosos da Companhia. É também muito de reparar a simpatia amorosa, com que a mesma notíciosa revista logo refere a inauguração das aulas, segundo o *Novo Método* no dia 1 de Outubro na Casa das Necessidades. Foi primeiro Mestre o P. António Pereira, que lhe deu princípio com uma elegantíssima oração, provando as grandes utilidades que nascem do estudo e saber da língua latina [1].

Mas por fim desta acirrada controvérsia, podemos perguntar que proveito se colheu de tantas acusações e insultos. Descobriram-se e tornaram-se públicos alguns erros nas Gramáticas. Mas com eles defendeu-se o novo Método, ou desacreditou-se e provou-se que era mau o sistema de Álvares? De modo nenhum. Foi tarefa inútil e sem vantagem para a obra literária. Nem se provou, com os erros de Álvares, que o Novo Método era bom ou melhor, nem com os acertos do Novo Método se demonstrou, que era ruim o sistema « corrutor » de Manuel Álvares. Ficou-nos intacta a questão principal, que se debatia.

Demais os erros que Figueiredo assoalhou como grandes, notáveis e importantes, são afinal miudezas e ninharias na maior parte. Se uns gramáticos os aprovam, outros os condenam; e muitos são duvidosos.

« Os malefícios do latinista Álvares, nota judiciosamente Camilo, consistem em meras questiúnculas gramaticais, de que apontaremos as mais narcóticas, mas de nenhum modo ofensivas » [2]. E o « autor do Novo Método discute enfadonhamente, sem elevação filológica, em defesa do seu sistema que apenas difere do outro no bom intento de compendiar sem a mínima alteração nas bases do ensino » [3].

Que sejam em boa parte apenas futilidades, demonstram-no poucos exemplos. Discute-se largamente se *Fustis* tem o ablativo *Fuste* ou *Fusti*; se *Sandix* é feminino ou masculino; se deve dizer-se *Aplustre*, *Aplustra* ou *Aplustria*; se *Brevior* se declina por *Brevis*; se *Aer* tem o plural *Aera*; se Cícero usa do genitivo *Paren-*

---

[1] *Ibidem*, pág. 328.
[2] Camilo, *Curso de Literatura Portuguesa*, pág. 15, 16.
[3] Camilo, *Ibidem*, pág. 16.

tium; se *Atriplex* é neutro; se *Ecqui, siqui* têm nominativo do singular; se há-de admitir-se o dativo *Acubus;* se Álvares deixa de ser bom gramático, se outros houve, antes dele.

Mas sobejam os exemplos! Deles seguramente deduzimos a inutilidade palpável destas frívolas acusações.

Homens de autoridade e crédito falam de Manuel Álvares com a maior veneração. Os contemporâneos, ainda os adversários, não podiam deixar de admirar e louvar o que em Manuel Álvares era para todos muito digno de louvor e admiração.

António Pereira, que tanto procurou desacreditar o nome do jesuíta madeirense, não lhe pôde sonegar estas expressões: « Mas para que é dilatar-me em referir exemplos estranhos, quando temos da presente matéria tanto mais ilustre e eficaz argumento, quanto é mais conhecida e respeitada entre nós a sua incomparável erudição e vulgar nas escolas deste reino a sua nunca assás louvada Arte. Foi o Padre Manuel Álvares um homem de erudição rara, assim nas Letras gregas, como nas Latinas... » [1].

O autor do Anti-Prólogo concorda com Figueiredo no louvor com que exalta a Manuel Álvares. No remate da sua obra, dirigindo-se aos Oratorianos diz:

« Resta só, RR. PP., dar a VV. PP. os agradecimentos da parte de todos os discípulos e veneradores do P. Manuel Álvares, pois agora mais que nunca ficará por causa deste seu erudito Prólogo, patente a todo o Portugal o grande mérito deste doutíssimo Mestre; ficará a censura que VV. PP. lhe fizeram, sendo a mais honorífica aprovação da sua Arte... Este famoso Prólogo... irá dar pelo mundo novo alento a sua fama... [2].

O afamado latinista Gomes de Moura, já nas entradas do século XIX, ainda se recordava com simpatia da gramática de Álvares, e assim se referiu ao famoso gramático: Manuel Álvares « abstendo-se de questões inúteis, escreveu os três livros de Gramática, expondo com método e individuação os preceitos da Língua latina, em que era eminentíssimo, e mereceu os louvores até do austero Scioppio » [3].

---

[1] Cf. Figueiredo, *Novo Methodo,* Lisboa, 1756 — Prólogo.

[2] Cf. *Anti-Prologo,* pág. 158.

[3] Moura, *Noticia succinta dos Monumentos da Lingua Latina,* Coimbra, 1823, pág. 336, § 359.

E insistindo na mesma questão adverte ainda: « Seus antagonistas não tinham razão em menoscabarem uma Arte, que orna a literatura portuguesa, mereceu a maior estima dos estrangeiros, e em que se acha um sistema prático de Gramática Latina, o mais acomodado para o uso da mocidade, e bem assim em fazer cargo a seu autor de defeitos que a falta de monumentos ou de boas edições naquele século tornava inevitáveis » [1]. Não cuidamos andar longe da verdade, se admitirmos como definitivo, o parecer desses Mestres, e como apaixonado e falso o juizo de Figueiredo e Verney e sequazes de ambos.

* * *

Não nos fique porém sem particular, mas breve comemoração, num parágrafo à parte, a célebre *Carta Exhortatoria* com a *Reposta Compulsoria* de um erudito contemporâneo [2]. Toda essa carta anónima que supera na baixeza de sentimento e de expressão, as cartas e opúsculos que fomos citando, não é mais que uma explosão de ódio contra os religiosos da Companhia de Jesus. Lê-se com tédio, com náusea e repulsão. E se tal é a disposição de espírito ao escrever a infelicíssima carta, já vemos o crédito, que ela nos pode merecer.

Mas quem foi o productor deste novo parto literário? O autor não se atreveu a mostrar-se a cara descoberta. Ocultou-se num anonimato salvador.

Afirma Inocêncio da Silva no seu *Diccionario Bibliographico* [3], ter sido o seu autor o famoso bibliógrafo, Diogo Barbosa Machado. Não nos diz porém as razões em que se apoiava o bibliógrafo, mas sustenta que se fundava em testemunhos irrefragáveis. É

---

[1] Moura, *ob. cit.*, pág. 356.

[2] A *Carta Exhortatoria* teve duas edições. A segunda foi publicada em Coimbra no ano de 1908, com *introdução* de Mendes dos Remédios e como propriedade e edição da Universidade. A primeira com este título: *Carta Exhortatoria aos Padres da Companhia da Provincia de Portugal*, s/d. nem indicação de lugar, consta que fôra impressa em Amsterdam nos fins de 1754 ou princípios do ano seguinte. Os exemplares desta edição, enviados para Portugal, foram, como refere Inocêncio (*Dicc. Bibl.*, pág. 145), todos sequestrados e suprimidos ao entrarem no reino, e apenas se salvaram três. Alguns curiosos fizeram deles cópias.

[3] Inocêncio, *Dicc. Bibl.*, 2, pág. 145.

pena que não nos tenha comunicado nenhum desses irrefragáveis testemunhos! Mas, apesar de tão decididas afirmações, muito duvidamos da força irrefragável dos testemunhos aduzidos. Sem nos atrevermos a decidir a questão, inclinamo-nos a crer que Barbosa Machado não foi o autor da mofina carta.

Um ano, pouco mais, pouco menos, antes da aparição da Carta, publicou Barbosa Machado o terceiro tomo da Biblioteca Lusitana. Ora nesse volume dá Barbosa Machado aos escritores da Companhia de Jesus os maiores e mais rasgados elogios, que, se ele é o autor da Carta, o põem numa palpável contradição consigo mesmo, louvando generòsamente na *Bibliotheca Lusitana* os jesuítas que insulta sem pudor na *Carta Exhortatoria*. Não, não pode ser o mesmo o autor dos dois livros [1].

Quem será então o autor que buscamos? Pendemos para afirmar que o autor é o oratoriano P. António Pereira de Figueiredo. O estilo não desdiz dos usos do oratoriano. O jesuíta mais ofendido e mais baixamente insultado na *Carta Exhortatoria* é o P. Francisco Duarte [2]. Ora o P. Duarte foi o primeiro que se opôs àquele famoso *Prologo* do *Novo Methodo*, com o também famoso Anti-Prólogo, aquele a quem Figueiredo acusava de ter feito as *Invectivas* que saíram contra as escolas das Necessidades [3].

Foi pois, julgamos nós, o ódio e a vingança o que arrancou à pena de Figueiredo as vilezas que lhe vibrou com a Carta Exortatória [4].

Citemos à letra as expressões do Exortador, lançadas contra o respeitável e talentoso Francisco Duarte, segundo nos parece:

« Saíu a campo um ridículo charlatão (Francisco Duarte)... transformado este satírico artífice de clandestinas *invectivas*, horrendo Lobishomem de Noites áticas, e catedrático de pulhas,

---

[1] Os escritores, louvados por Barbosa Machado, no tomo III da Biblioteca, são, quase todos, contemporâneos do Bibliógrafo.

[2] *Carta Exhortatoria*, págs. 14, 15, 17, 41.

[3] Pina e de Melo, *Reposta Compulsoria*, págs. 2, 6, 7; *Carta Exhortatoria*, pág. 14.

[4] « Passo aqui em silêncio toda a indecência, com que o Exortador torna a insultar o religioso carácter do P. Francisco Duarte, porque se envergonha a modéstia de pôr os olhos nestes fantasmas com que a pena infama a candura do papel... ». *Reposta Compulsoria*, pág. 11.

extraídas do Vocabulário dos arrieiros, em maledico Proteu, são diversas as figuras, que toma, e vários os nomes com que se apelida, para mais descaradamente vomitar o veneno da sua pedante mordacidade» [1].

Mais adiante censura a Companhia por ter feito eleição de Francisco Duarte, autor dos *Papelões* satíricos, para cronista da Província portuguesa, e mais outra vez se refere a *sua petulante língua de charlatão* [2]. E instando ainda na mesma insolência, «convocai, diz, ao charlatão, para que moendo novas tintas, já que também é pintamonas, retrate não de morte cor, mas de colorido a essas disformes figuras, que na vossa Companhia se chamarão historiadores e prègadores» [3].

Termina com uma forte exortação ou diatribe contra os Padres da Companhia, e um presunçoso elogio da Ciência e virtude do Oratório. Aos da Companhia persuade-os ou quer persuadir, com expressões de soberba, que abatam o orgulho e a jactância, e aos do Oratório, que desprezem a inveja e a emulação dos adversários, e se gozem da sua tão virtuosa e sábia Congregação!

Com este sentimento e moderação cristã conclui sua admoestação o Exortador! [4].

Mas o autor da *Reposta Compulsoria* [5], que rebateu com dignidade os excessos injuriosos da *Carta Exhortatoria*, com este epílogo saúda e anima a Companhia de Jesus: «Ó Ilustríssima, Virtuosíssima e Sapientíssima Religião, condecorada e exaltada com aquele Soberano Nome a quem dobra o joelho o céu a terra e o inferno, não deves, não, entristecer-te destes bárbaros insultos, com que alguma vez te assalta a inveja, a petulância e a mordacidade» [6].

---

[1] *Carta Exhortatoria*, pág. 14.

[2] *Carta Exhortatoria*, págs. 15, 17.

[3] *Ibidem*, pág. 41.

[4] *Ibidem*, 42 — *Obstructum est os loquentium iniqua*. Ps. 62, 2.

[5] *Reposta Compulsoria á Carta Exhortatoria Para que se retrate o seu Author das calumnias que proferiu contra os Reverendissimos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal E lha dedica Francisco de Pina e de Mello*. O autor assina a *Reposta* de: Monte Mor o Velho a 26 de Junho de 1755.

[6] *Reposta Compulsoria*, pág. 86.

CAPITULO IV

NO CAMPO DAS CIÊNCIAS

SUMÁRIO: — 1. *No campo das Ciências.* — 2. *Progresso e autores modernos.* — 3. *Autores portugueses modernizantes.* — 4. *Seguem novos autores.* — 5. *O filósofo António Vieira.* — 6. *Francisco António e outros filósofos.* — 7. *Conclusão.*

1. — Das Letras, que esses professores cultivavam e ensinavam com o brilho que as páginas anteriores e os documentos em barda nos mostraram, transferiram-se ao campo das disciplinas superiores, e nesse campo extensíssimo também se travaram lutas acirradas, nascidas, — quem pode negá-lo? — das invejas, da animosidade e talvez do ódio implacável.

Podemos sem erro descobrir, que o combate, infelizmente, demorado, quási sòmente se debatia entre associações, que se disputavam a palma e a primazia na tarefa gloriosa do ensinamento das ciências.

A que professavam os religiosos da Companhia, com mais novidade e entusiasmo, foi certamente a Filosofia, que no século de setecentos com maior empenho e até azedume, excitado pelas paixões, se discutiu e procurou reformar. O desenvolvimento histórico dessa ciência levou-o a nossa História até aos primeiros anos do século XVIII [1].

2. — Por este tempo os Jesuítas, querendo progredir nas ciências filosóficas e revesti-las de novas roupagens, como já de há

---

(1) *História da Companhia em Portugal*, III, I, pág. 174.

muito se tentava por homens de engenho e conhecimentos não vulgares, animaram-se a pedir ao monarca D. João V lhes desse autorização para modificar pràticamente os Estatutos da Universidade de Coimbra, alargarem mais amplamente no Colégio das Artes da Companhia de Jesus o estudo experimental da nova Filosofia, «por se ter acrescentado com as experiências modernas notàvelmente muito mais do que dantes eram» [1].

Mas o monarca não deferiu o pedido, recusando-o pela provisão de Setembro de 1712.

Causou estranheza a negação de D. João V, tanto mais que os oratorianos já ensinavam a nova Filosofia nas suas escolas. Iguais razões devem ter influído no P. José Veloso, reitor do Colégio das Artes, para ordenar no seu Edital de 7 Maio de 1746, que se não admitissem nas escolas do colégio opiniões novas e pouco recebidas, por estas palavras: «... Nos exames ou lições, conclusões públicas ou particulares se não ensine defensão ou opiniões pouco recebidas ou inúteis..., como são as de Renato Descartes, Gassendi, Neptono e outros, nomeadamente qualquer Ciência que defenda os actos de Epicuro ou negue as realidades dos acidentes eucarísticos, ou outras quaisquer conclusões, opostas ao Sistema de Aristóteles, o qual nestas escolas se deve seguir, como repetidas vezes se recomenda nestes Estatutos deste Colégio das Artes...» [2].

---

[1] Cf. T. Braga, *Hist. da Univ.*, III, 298, 299, 300. Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 192, carta do Padre Geral a Coimbra, de 4 de Março de 1713; ao P. Manuel Gomes, V Reitor do colégio de Coimbra, escrita a 21 de Agosto, onde diz que recebeu o: «Regium Decretum de non introducenda nova *Logica*»; Arq. da Univ. de Coimbra, *Provisões*, V, pág. 32, com data de 23 de Setembro de 1712.

[2] Arq. da Univ. de Coimbra, Provisões, V, f. 145-146. Talvez acabe ou diminua a estranheza se advertirmos que os oratorianos não estavam sujeitos aos *Estatutos* da Universidade de Coimbra, e os Jesuítas que ensinavam no Colégio das Artes, não se podiam sem autorização libertar deles. A Provisão de D. João V, de 23 de Setembro de 1712 assim recusa a alteração dos *Estatutos*, quanto ao ensino da Filosofia: «No colégio da Companhia dessa cidade se quer introduzir nas cadeiras de Filosofia outra forma de lição da que até agora se observava... hei por bem e vos mando que havendo nesta matéria alguma alteração, a façais evitar...». Cf. T. do T., *Armário Jesuítico*, Caixa 1.ª, n.º 7, f. 104 v.

Por motivos de ortodoxia parece que a D. João V não agradava a filosofia moderna. A Provisão de 1712 e a de 1746 tiveram a mesma origem. No edital de 1746 se manda que não se ensinem opiniões novas, como são as de Descartes,

Travava-lhes, aos da Companhia, poder superior o ímpeto que os impelia para o progresso da ciência Filosófica entre os jesuítas de Portugal. E que pensavam deste actualíssimo assunto os mesmos Religiosos em nações estranhas?

Poucos anos antes da Provisão joanina de 1712, reuniu-se em Roma a Congregação Geral XV, de 20 de Janeiro de 1706 a 3 de Abril do mesmo ano, e, como já insinuámos [1], discutiu-se na veneranda e numerosa Assembleia a momentosa questão e particularmente o sistema cartesiano. Reconheceu-se que se haviam introduzido no sistema escolástico defeitos, agudezas excessivas, questões frívolas e sem utilidade, que era preciso emendar, mas que o novo sistema continha princípios opostos inteiramente à sã e verdadeira Filosofia e ainda aos dogmas da Fé.

Não podiam os nossos professores admitir os acervos de erros gravíssimos que formavam a base daquela nova Filosofia, mas estudassem e aceitassem melhoramentos e descobertas que fez, com especialidade no campo de experiência, para que as escolas da Companhia sempre brilhassem a par e à devida altura dos verdadeiros e melhores progressos da ciência [2].

A décima sexta Congregação Geral insistiu sèriamente no assunto melindroso. Ordenou que se rejeitassem os erros manifestos da nova doutrina e não entrasse nas escolas da Companhia liberdade excessiva de opinar, mas também que não se estreitas-

---

Gassendi e Newton, nem conclusões opostas ao sistema de Aristóteles, como se recomenda nos Estatutos no Colégio das Artes. Cf. Andrade, *Verney*, págs. 258, 259, 260.

Advertimos ainda que as obras de Descartes foram postas no Índice dos livros proíbidos por decreto de 20 de Novembro de 1663. A mesma causa, segundo cuidamos, impediu a tradução portuguesa e publicação da obra de Bacon: *De Dignitate et augmentis scientiarum*, que tinha começado a imprimir-se. A obra *De dignitate...*, foi metida no Índice Romano por decreto de 24 de Julho de 1668. D. João V não permitiria que se divulgasse em Portugal um livro proíbido por decreto papal.

Críticos antigos e modernos atribuem aquele impedimento a deslealdade dos Jesuítas. Provas não se cansam em as dar. Basta-lhes a acusação contra Jesuítas!

(1) Cf. *Hist. da Companhia*, III, I, pág. 171 segs.

(2) Cf. F. Rodrigues, *História da Companhia*, III, I, pág. 173 e segg.; Astrain, VII, 22-23; *Institutum* S. J., II, págs. 431, 432, 436, 437.

sem os engenhos dos estudantes só com subtilezas e metafísicas, porque não se opunha, antes muito bem se acomodava com a Filosofia de Aristóteles a erudição mais amena dos modernos, que explica e ilustra com os cálculos da Matemática e as experiências dos eruditos os mais insignes fenómenos da natureza [1].

Como podemos sem dificuldade concluir, não eram simplesmente contra o estudo e admissão da Filosofia moderna as primeiras autoridades da Companhia. Nem admira que os jesuítas depois, em menor ou maior número, se começassem a inclinar para a nova ciência no que ela tinha de aceitável.

Não cuidemos porém que só nos primeiros anos do século XVIII abraçaram estes estudos, que tanto acenderam os ânimos dos estudiosos naquele século. Mais cedo começaram a trilhar lenta e veladamente os caminhos do progresso literário.

Cerca de um século antes do aparecimento do Barbadinho, já os escritores da Companhia de Jesus se ocupavam em suas produções filosóficas a tentar a reforma necessária das Letras e das Ciências. Não se contentavam os autores portugueses, nem só com os antigos, nem Aristóteles ou Alberto Magno e Tomás de Aquino, mas procuravam avançar com método seguro e racional, no progresso dos conhecimentos humanos, pondo-se em comunicação, por meio das obras escritas, com os maiores filósofos e cientistas do seu tempo, e com os mais autorizados matemáticos e astrónomos, que citam, com certa frequência, nas páginas de suas composições. Acompanhavam de grado os adiantamentos de seus dias.

3. — Neste processo mais se distinguiu entre os primeiros, o Soares Lusitano, e maior impulso deu para o progresso das ciências e mais frequentemente comunicava com os sábios de outras nações [2].

Dentre os modernos autores estrangeiros citava, com mais insistência Soares Lusitano, por exempo, os seguintes: Copérnico, Ticho-Brahe, Cartésio, Gassendi, Tomás Campanella, Cristóvão

---

[1] Cf. *Institutum* S. J., l. c., Congr. XV, XVI, XVII. F. Rodrigues, *ob. cit.*, págs. 171 a 174.

[2] Cf. Soares Lusitano, *Cursus Philosophicus in quattuor Tomos distributus*, impresso em Coimbra no ano de 1651.

Sobre o método e imparcialidade perfeita, que emprega no seu curso veja-se F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, I, págs. 167-168; *Brotéria*, 33, págs. 260-301

Rothmann, Kepler, J. Baptista Cysat, Cristóvão Scheiner, Longomanno, Vilibrod Snell, Camilo Glorioso, Cipião Chiaramonte, Hugo Semple, Guilherme Harvey, J. C. Scaliger, Afonso Guevara, José Biancani, Henrique Roy, Francisco Willalpanto, Justo Lipsio, Nicolau Cobeus, Marino Mersenne, Liberto Froidmont, Atanásio Kircher e outros muitos (1).

Julgamos que por esta lista, de modo nenhum completa, se demonstra que os Professores da Companhia de Jesus andavam de boa companhia com os melhores e maiores sábios de toda a Europa, onde se cultivavam as Letras. Soares Lusitano já tinha aparecido com a sua obra filosófica em 1651, bem poucos anos depois das primeiras publicações de Descartes (2).

Por esse tempo gozava de boa fama entre os eruditos a *Suma de toda a Filosofia* do P. Baltasar Teles (3). Vira a publicidade no ano de 1642 em primeira edição. Trazia a nova obra intentos semelhantes aos que haviam de animar o filósofo de Torres Vedras. As normas por que se havia de guiar, seriam clareza na exposição, corte de inutilidades, crítica independente e brevidade no desenvolver as questões; mas para evitar deficiências, estudaria as questões de acordo com as mais recentes opiniões, autorizadas por eruditos nacionais e estrangeiros. Os matemáticos e astrónomos de nações estranhas os há-de fàcilmente chamar a seu conselho e auxílio. Não há dúvida. O filósofo lisbonês entrara francamente no caminho do sólido progresso (4).

Decorrido pouco mais de meio século, outro filósofo mais animoso e arrojado, de nome António Cordeiro, natural de Angra na Ilha Terceira, que mantendo o sistema escolástico, se adiantava contudo galhardamente pelo campo dos que naquele tempo se apelidavam *modernos* e se afastavam mais dos antigos Peripatéticos (5).

Geralmente o consideravam, ainda seus irmãos em Religião, como sequaz de Descartes, ou pelo menos muito afeiçoado a ele

(1) Cf. *Brotéria*, 33, pág. 284 segg., artigo de Pereira Gomes.

(2) Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, I, pág. 167.

(3) F. Rodrigues, *ob. cit.*, págs. 166, 167.

(4) Veja-se a *Suma*, de Teles e o seu Prólogo, e os livros de *Caelo* de Aristóteles.

(5) Andrade, *Verney*, págs. 193-206.

e por essa afeição do autor do Método lhe não faltaram tribulações [1].

Mas pelas novidades do seu curso, ditado em Coimbra de 1676 a 1680, e publicado no século XVIII, chegou a ponto de ser, por autoridade superior, obrigado a retratar algumas proposições, como as que seguira sobre as formas substanciais, defendidas pelo autor do curso [2].

Quando já era feita a retratação no princípio da obra impressa, escreveu ao P. Cordeiro, já tarde, o Geral da Companhia uma carta, que traduzimos do latim e nestas páginas reproduzimos: «Sentimos de coração as novas moléstias que soubemos terem amargurado a V. R. Bem quizéramos nós que V. R. publicasse em paz os seus cinco volumes [3]... Diante de Deus julgamos que as três proposições não deviam ser daquele modo tratadas, de maneira que a decisão delas se deixasse ao juizo de outrem ou de mais doutos. Ordenamos pois que V. R. mais de propósito novamente as examine... e não haja suspeita de que na Companhia se mantêm opiniões proibidas, ou delas de algum modo se duvide.

Mas para que tudo de uma parte e outra, se componha, faça V. R. imprimir as folhas, em que estão essas proposições, tirando e ajuntando de modo que as palavras correspondam às folhas impressas, porque não nos agrada que a retratação se faça no princípio da obra.

Além disso saiba V. R. que nós tomámos estas resoluções não só por força do nosso cargo, mas para ressalvar o bom nome de V. R. Se o Santo Ofício condenasse as proposições, cederia isso em desdoiro do obra» [4].

---

(1) *Mercurio Filosofico*, pág. 38.

(2) *Ibidem, Mercurio*, pág. 38. A retratação fez-se numa folha, que se colocou no princípio do primeiro volume em 1713. Sobre a doutrina de Cordeiro diz Barbosa Machado, que os domésticos e estranhos admiravam «a novidade de suas opiniões, subtilmente ventiladas, e nervosamente defendidas». *Bibl. Lus.*, I, 242.

(3) António Cordeiro editou no século XVIII as cinco obras: 1. *Cursus Philosophicus*, 3 volumes. 2. *In praecipua Partium Divi Tomae Theologia scholastica.* 3. *Historia Insulana.* 4. *Resoluçoens Theo-juristicas.* 5. *Loreto Lusitano.*

(4) Arq. S. J., *Lus.* 38, carta — soli — do P. Geral ao P. Cordeiro a 1 de Julho de 1713. — Mas no meio de todos estes desconsertos, sérias acusações

Ainda porém incorreu em novas tribulações o notável filósofo dos Açores. Pelos anos de 1695 ensinava em Coimbra Teologia, mas desagradava não pouco aos outros professores o modo e método do ensino teológico e pediram ao Padre Geral o removesse da cadeira. O Geral não anuiu fàcilmente a tal pretenção e respondeu ao P. Paulo Mourão que bastaria avisar de seus defeitos ao P. Cordeiro, porque sendo varão de talento exímio e de singular doutrina, não convinha privar a Universidade de tão grande homem. Se não se modificasse de seu modo de proceder, depois de admoestado, acrescentava o Geral, que nesse caso o mandaria retirar da cadeira e do colégio. Mas por fim houve o bom Geral de o remover do ensino por parecer unânime do Reitor e mais padres de Coimbra [1]. Contudo por vontade e ordem do mesmo Geral se entregou à publicação de suas obras [2].

Mas — é tempo de perguntar — podemos ter simplesmente como cartesiano o sábio filho de Angra? Nunca o foi nem admitiu jamais totalmente nenhuma doutrina ou sistema dos modernos. Estudava, investigava as questões e recolhia dos vários sistemas o que ao seu elevado critério lhe agradava; e compôs a sua obra

---

caíram sobre o talentoso filósofo açoreano. Acusaram-no de seguir doutrinas desaprovadas pela Companhia de Jesus, e resolveu-se a pôr em salvo o seu nome. Em defesa perante o Provincial da Companhia quis dar satisfação às censuras que se deram a três ou quatro pontos da Física ditados na Universidade de Coimbra no ano de 1678.

Respondeu Cordeiro nervosamente, impelido pelo seu génio, aos dois revisores em separado, e concluiu: que lhe parecia ter satisfeito plenamente aos reparos e dúvidas dos Padres revisores; que se parecer, que ainda não tem satisfeito nalguma coisa, e se quiser proceder contra a doutrina dele, com algum género de proibição ou censura, que desde agora apelava, enquanto puder, para o P. Geral. Sendo caso que alguém o delatar ou acusar ao Provincial de outros alguns pontos de doutrina, o Provincial o avise antes de quaisquer revistas ou censuras, o que no passado se não praticou, nem se pediram razões algumas. Cf. B. P. Ebor., $\frac{\text{CXVIII}}{1\text{-}1}$. Assinou o papel por estes termos: *Assigno de minha letra e signal este papel, dia e ano assima. P. Ant.º Cordeiro.*

(1) Cf. Arq. S. J., *Lus.* 38, f. 143 v.

(2) Cf. Cordeiro, *Historia Insulana*, 2.º vol., pág. 138. Depois de sair de Coimbra se ocupou, durante vários anos, a resolver casos em Braga, no Porto e em Lisboa na casa de S. Roque; e ainda leu Teologia no Seminário de S. Patrício. Faleceu a 22 de Fevereiro de 1722 com 82 anos de idade. Cf. ms. *Livro dos P.es q. morrem*, f. 53 v.

de filosofia, cuja publicação aprovou a censura. Estava longe das conclusões desacertadas dos atomistas e das fantasias infundadas de Descartes. Era afinal um ecléctico; mas pôde afirmar o autorizado *Mercurio Filosofico*, ser bem notório o desgosto em que o tinha metido o afecto com que sempre se inclinara para Descartes [1].

4. — Depois destes afamados filósofos, que deram, entre os jesuítas, o primeiro impulso, muito antes do famoso método verneiano, para o verdadeiro progresso, começaram a entrar sucessivamente e pouco a pouco, para o recinto da escola moderna não poucos religiosos ignacianos. Documento daqueles anos atesta que ensinavam à juventude quase todos os jesuítas as modernas doutrinas, ainda que se disfarçavam debaixo do manto de Aristóteles, para evitarem com prudência os reparos e censuras de seus superiores [2].

Concordava com o testemunho anterior o P. Teodoro de Almeida, oratoriano, quando apontava como afeiçoados à filosofia moderna, com religiosos de outras Ordens, os Religiosos da Companhia de Jesus [3].

Nem se opõe na boa notícia o adversário Luís Verney, que na sua história da Filosofia e da Teologia coloca muitos jesuítas, no ano de 1751, entre os defensores da nova doutrina. Seguiam-na ou claramente ou com disfarce [4].

Com as obras porém que se iam atrevendo a escrever, bem provavam os jesuítas que penetravam gostosamente pelos espa-

---

[1] *Mercurio Filosofico*, pág. 38, Andrade, *Verney*, págs. 200-201.

[2] Cf. António Soares Barbosa: *Opusculum Philosophicum*, ann. 1758: *Toscae institutum sequenti sunt Philipini omnes lusitani... Hujus ergo Philosophiae documentis juventutem tum publice tum privatim imbuunt Canonici Regulares S. Crucis... necnon et Jesuitae fere omnes, etsi callide sententias*, quas sub Aristotelis placitis inducant, ne forsam individiam majorum suorum subeante. Cf. B. N. L. *Fundo Geral*, ms. n.º 4338, pag. 22-23; Machado Santos, *Os Filosofos « Recentiores »*, Coimbra, 1946; pág. 18; *Brotéria*, XLI, pág. 241, 242.

[3] Teodoro de Almeida, *Recreação Filosofica*, I, Lisboa, no fim do *Discurso Preliminar*. Na 4.ª edição riscou-se o nome de Jesuítas.

[4] Verney, *Apparatus ad Philosophiam et Theologium*... Roma, 1751, pág. 291. Verney depois de apontar alguns escritores partidários da nova Filosofia, acrescenta: *Ex Jesuitis vero plurimi, qui vel palam vel obscurius eamdem Philosophiam secuti sunt.*

ços já abertos da Filosofia mais amena, como se lhe chamava em documento daquele tempo [1].

Dessas obras umas não chegaram a ver a luz da publicidade pela imprensa, outras, bem poucas cremos nós, se imprimiram e conservaram, como livros de teses ou conclusões, que nos demonstram com evidência que os professores ignacianos longe de combaterem as novas ideias, as defendiam e abraçavam nas suas aulas e com elas educavam e instruiam a mocidade portuguesa.

Nomeemos alguns desses beneméritos professores, que podemos apelidar pioneiros ou descobridores dos caminhos das ciências filosóficas.

Assinalou-se, antes de 1740, em todo o género de literatura o P. Pedro da Serra, alentejano. Foi eminente em Letras humanas, na Filosofia e na Teologia, que professou nos colégios da Companhia de Jesus, sendo seu talento tão capaz para as ciências amenas, como para as severas, conforme a justa expressão de Barbosa Machado [2].

Em Coimbra manifestou as suas tendências para a Filosofia moderna, com predilecção para o sistema *ecléctico*, segundo as preferências dos Religiosos da Companhia. Conservou-nos a memória do facto em dois volumes manuscritos encadernados em pergaminho, que se guardam na Biblioteca da Ajuda [3]. O pri-

---

[1] Cf. v. g. os decretos das Congregações Gerais XV, XVI, XVII; Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 105; Theses quas R. V. in gratiam amoenioris Philosophiae cudere parat.

[2] *Bibl. Lus.*, III, pág. 607, vb. Pedro da Serra. — Nasceu em Grândola a 11 de Abril de 1695; entrou na Companhia a 21 de Maio de 1712. Ensinou Letras por 8 anos; Filosofia por um quadriénio; por nove anos Teologia. Era Reitor do colégio de Coimbra desde 10 de Agosto de 1756, quando foi desterradc para Itália com seus irmãos. Faleceu em Castelgandolfo a 14 de Fevereiro de 1770.

[3] Veja-se Biblioteca da Ajuda, cód. 50-III-36, e cód. 50-III-37. O volume primeiro, 50-III-36, com 201 folhas numeradas tem este título no frontispício: *Cursus Philisophici Pars 1.ª in Physicam* Agitatio 1.º Per *Physicam Generalem--Proemium.*

Na capa, na face interior, lê-se: «Foi ditada pello P. Pedro da Serra da Companhia de Jesus».

O segundo volume: 50-III-37 de 230 páginas numeradas tem semelhante título no frontispício: *Cursus Philosophici Pars 2.ª in Physicam* Agitatio 2.ª *per Physicam Particularem — De Anima.*

No alto da 1.ª página tem: «Dictata fuit a S. P. M. Pedro da Serra — 1738 — Coimbra».

meiro volume abrange a Física Geral e o segundo ocupa-se da Física Particular ou da *alma*.

Entra logo profundamente nas questões gerais da Física e sabe medir-se bem com os *grandes* filósofos do século XVII e XVIII, como são Descartes e Gassendi com os quais discute sem receio. Propõe confiadamente na página sétima o sistema físico-atomístico, segundo a mente de Descartes. Folhas adiante expõe o sistema do Mundo, e na folha dezassete assenta decididamente em rejeitar, como insustentável, o sistema físico de Descartes. As famosas regras do mesmo Descartes examina-as e reprova-as, em parte, com independência superior, como em toda a discussão. Temos de admitir que Pedro da Serra acompanhava os sábios do seu tempo e da sua Filosofia Ecléctica nada nos aparece de velho e antiquado [1].

5. — De maior alcance e força intelectual para o progresso da nova Filosofia, foi, segundo nos parece, a obra do alentejano P. António Vieira, natural de Reguengos de Monsaraz [2].

No colégio de Santo Antão, quando estava ainda na idade de 36 anos, deu princípio ao ensino da Filosofia, que prolongou por um triénio, e entrando acertadamente pelos caminhos da ciência que chamavam *Filosofia moderna*, preferiu a ciência que então ia ganhando terreno, cada vez maior, entre os Mestres e eruditos, e a maior parte dos jesuítas também então seguiam. Denominava-se *Ecléctica*.

Deste modo não rejeitava o muito com que a Filosofia antiga chamada Peripatética, se enriquecera, havia séculos, tirando-o dos tesoiros de Alberto Magno e Tomás de Aquino, nem desprezava as riquezas que lhe ofereciam as investigações e experiências modernas.

---

(1) Cf. Serra, *Cursus Philosophici*, P. 2.ª ff. 7, 13, 17, 18.

(2) Viu a luz do mundo a 3 de Fevereiro de 1703, e deu seu nome à Companhia de Jesus a 17 de Setembro de 1719. Ensinou Letras por 7 anos. Filosofia por três no colégio de Santo Antão, de 1739 a 1742. Em 1749 era já professor extraordinário de Teologia em que se doutorou. Numa lista de religiosos de 1759 nomeia-se em Évora o P. António Vieira como Doutor, Cancelário da Universidade, e Prefeito do Espírito. Nesse mesmo ano de 1759 foi desterrado para Itália e veio a falecer em Castelgandolfo a 15 de Janeiro de 1768. Cf. *Lus.* 49, catál. de 1749; Ferrão, *O Marquês de Pombal*, pág. 277; *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo I, pág. 29.

Longe de ignorarem os mestres ignacianos os novos autores e Mestres nossos e das nações estrangeiras, como falsamente imputavam aos Jesuítas, os críticos velhos e actuais, conheciam bem e estudavam e discutiam, sirva de exemplo, a Descartes, tão grande nas Matemáticas, como pequeno na verdadeira Filosofia, a Gassendi, Newton, Kepler, Saguens, Maignan e outros mais.

Notemos porém que a entrada dos Jesuítas para a nova doutrina não foi repentina nem colectivista, mas individual e bem ponderada. O exemplo de António Vieira deve ter tido muita força para o progresso literário. Ele não se abraçava, como nem geralmente seus irmãos religiosos, entrados por este novo caminho, a autor nenhum, com exclusão de outros, nem sequer a Aristóteles. Desde Soares Lusitano, Baltasar Teles e António Cordeiro essa tendência a todos inclinava. Refutava-se Aristóteles como a qualquer outro que se opusesse no caminho da verdade. Ou nova ou antiga essa era a luz que todos alumiava pouco a pouco. . . . [1].

Com esta suprema lei foi António Vieira expondo a sua doutrina, mantendo intransigente o que no passado se conservava firme e inabalável, e aproveitando o que a novidade das experiências dilatava os horizontes da ciência.

No primeiro tomo incluem-se quatro tratados, sendo um dos universais em geral, outro dos universais em particular, o terceiro dos Sinais, e o quarto dos Tópicos. Como vemos, contém ainda este tomo agudezas do sistema escolástico, bem que expostas com clareza [2].

---

[1] Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. I, pág. 33, 38.

[2] Vejam-se os 4 tomos ou Postilas do curso de António Vieira. O título está no quarto tomo: *Cursus Philosophici Pars quarta tradita a R. Patre ac Sapientissimo Magistro Antonio Vieyra Societatis Jesus et accepta a Joanne Carolo de Mattos Per.a In Ulyssiponensis Collegii. D. Antonii Magni. Anno a Nativitate Domini 1742.* Cursus philosophicus incepit 1.a Octobris anno 1739, et trigessima Julii, ano reparatae Salutis 1742 finitus.

No primeiro tomo ao princípio lê-se com outra letra: « Esta Postilla foi dictada pello meu M.e e M. R. P.e António Vieira da Comp.a de Jesus o qual leu hum curso de Philosophia no coll.o de S. Antão de Lx.a que teve princípio no 1.o de 8.bro do anoo de - 1739 - e findou a - 30 de Julho de 1742 ». Assinado « João Carlos de Matos Per.a ».

O segundo tomo contém a Física dividida em dois tratados, um de Física geral e outro de Física particular ([1]).

A doutrina tem muito de nova para o novo filósofo. Medindo as forças da sua inteligência com Descartes e outros autores, expõe com perspicácia e limpidez o sistema peripatético e os outros sistemas sobre os princípios do corpo natural ([2]).

Depois pergunta, como Mestre, e responde, como é que o céu e os astros são constituídos por três elementos ([3]). Logo impugna abertamente o sistema cartesiano, demonstrando que Deus, contra o parecer de Descartes, não produziu simultâneamente todo o movimento, quando criou o mundo ([4]).

Em seguida, advertindo que Descartes muitas vezes vende artifícios ou imposturas por demonstrações, afirma e prova que «é uma invenção inepta o seu método de demonstração»: *Ego cogito, ergo existo* ([5]). Demais lhe lançaram em rosto que falsamente supõe que a nossa alma se possa desembaraçar de todos os prejuízos ([6]), e que o mundo corpóreo não se compõe de turbilhões cartesianos ([7]).

Por fim, para ser breve, baste-nos recordar que Vieira rejeitava resolutamente o sistema dos atomistas ([8]).

No terceiro volume discute a questão do sistema do Universo da terra, do céu, dos planetas e das estrelas fixas. Celebérrimo fora na antiguidade o sistema da maior parte dos Pitagóricos, mas em tempo não mui distante foi esquecido e exterminado das escolas ([9]).

Depois, mostrou-se Ptolomeu com a terra imóvel no centro do Universo.

([1]) Vieira, *Cursus*, T. II, pág. 3, 8.

([2]) O 2.º tomo tem na página 1 este título: *Cursus Philosophici Pars secunda* Duplici tractatu Physicam universam comprehendens...

([3]) *Ibidem*, pág. 16.

([4]) *Ibidem*, pág. 20.

([5]) *Ibidem*, pág. 21: *Cartesii fabricam q̃ ë de demonstrandi methodo ineptam esse*.

([6]) *Ibidem*, pág. 35.

([7]) *Ibidem*, pág. 35.

([8]) *Ibidem*, pág. 40. — Rejicitur Atomistarum Systema «Hoc systema impugnandum erit, praecipue, ubi de materia prima, formis substantialibus et accidentalibus agemus, etenim semel probata existentia formaè sive substantialis sive accidentalis sit, omnino corruit Atomistarum fabrica».

([9]) Vieira, *Cursus*, III, pág. 12-13.

Seguiu-se o terceiro sistema de Ticho-Brahe, que situou a terra no centro do mundo, com a lua a mover-se em volta da terra, e o sol a grande distância girando em volta da terra como centro. Este sistema geralmente se admitia pelos astrónomos. O de Copérnico julgava António Vieira que não se podia aceitar por ser contra a Escritura sagrada. O decreto da Inquisição contra Galileu havia de ter grande força com os astrónomos cristãos ([1]).

O quarto volume reservou-o Vieira para a alma, e discute com assás de agudeza problemas úteis, tocantes ao *Mixto Animado*, e até curiosos, sobre o voo das aves, sobre a nutrição, natação e respiração, sobre o sangue e sua natureza e ofícios, sobre o andar e infinitos outros problemas ([2]).

De toda esta obra do professor lisbonense se tira claramente que toda a filosofia exposta se apresenta como doutrina nova ou renovada e moderna, e que o autor segue também, como em geral os ignacianos, o sistema *Ecléctico* sem preferências exclusivas nem sequer para o Estagirita.

6. — Não muito depois chamou também sobre si as atenções dos eruditos o P. Francisco António que ensinara com brilho extraordinário Filosofia moderna no colégio de S. Paulo em Braga ([3]). Entre os seus o apelidavam por antonomásia o «formidável», em razão de sua ciência e agudeza no argumentar ([4]).

Concorda com este elogio o contemporâneo Pina de Melo, que francamente louva o P. Francisco António: «Todas as pessoas, diz, que o conhecem. . . pelo seu engenho, erudição e virtude, nenhuma delas se atreverá a dizer. . . que não seja um dos sujeitos mais distintos que tem adornado no nosso tempo a sua eruditíssima Religião» ([5]).

([1]) *Ibidem*, pág. 13 e 14: « Nego tamen admittendum ese copernici systema. Probo 1.º: Illud asserit terram moveri, atqui hoc contra Sacram Scripturam; ergo tale systema non esse admittendum . . . »

([2]) Vieira, *Cursus*, IV, pág. 64, 132, etc.

([3]) O P. Francisco António, natural de Lisboa, onde veio à luz em 13 de Agosto de 1713, entrou na Companhia a 13 de Junho de 1728. Ensinou Letras humanas por 5 anos. Fez as vezes de Substituto no colégio de S. Antão no ano de 1849. Cf. *Lus.* 40, catálogo de 1749, n.º 425.

([4]) Cf. *Vida*, ms. do P. António Pereira de Figueiredo; *Reposta Compulsoria* de Francisco de Pina e de Melo, pág. 33-34

([5]) Pina e de Melo, *Reposta Compulsoria*, 34.

E ainda com mais satisfação louva a rara virtude do mesmo excelente religioso: «Depois de mostrar o seu especioso talento em todos os actos literários da Companhia, se alistou entre os missionários da Índia, trocando a Filosofia moderna por aquela antiquíssima Filosofia. . . da eternidade» [1].

Mas, como declara e confessa um seu inimigo, defendeu o professor bracarense pùblicamente a maior parte da Filosofia moderna [2], e manifestando a sua orientação filosófica, escreveu em 1752: «Um século depois de Cristo (?) começou uma escola que preferimos a todas e é a dos *Eclécticos* que tiraram o melhor de cada uma das outras escolas, como faz a peripatética moderna, a qual por esta razão deve antepor-se a todas» [3]. Sem rebuço pois professa Francisco António o seu *Eclectismo.*

Por 1754 outro professor do mesmo colégio de S. Paulo de Braga, Inácio Soares, faz também a sua profissão de ecléctico numas conclusões, que defendeu e intitulou: *Philosophia Universa Eclectica.* «Estamos tão longe, protesta ele, de ser jurados aristotélicos, que temos por certo não pode haver perfeito filósofo ligado a determinada seita ou escola, se não for a ecléctica ou peripatética moderna, que procuramos seguir e estabelecer» [4].

As conclusões de Inácio Soares realizaram-se na Igreja do colégio de S. Paulo sob a presidência deste acreditado professor bracarense [5]. Fizeram-se umas grandes mesas filosóficas, escreve autor contemporâneo, em que presidiu o M. R. P. M. Inácio Soares, S. J., dando com este majestoso acto — que é o

---

[1] *Reposta Compulsoria*, cit. pág. 34-35. De todo o contexto se colhe claramente que o P. F.co António foi de facto para a Índia.

[2] «. . . E já na augusta cidade de Braga defendeo a maior parte dela um vosso aluno, que tendo dois nomes [Francisco António] não tem apelido . . .» *Carta Exhortatoria*, pág. 20.

[3] *Naturae et Artis Mirabilia sive Philosophia Peripatetica Curiosa*, Coimbra, 1752, I Diversão curiosa, n.° 8. Citação na *Brotéria*, XXXIX pág. 378, 379.

[4] Cf. *Brotéria*, XXXIX, pág. 378.

[5] O P. Inácio Soares, natural de S. Lourenço do Prado, nasceu em Abril de 1712; entrou na Companhia a 20 (ou 21) de Março de 1729. A 11 de Janeiro de 1759 foi preso no colégio de Santo Antão; depois levado para a Quinta do Meio em Belém, onde esteve com o P. Malagrida e outros Padres; depois foi levado para a Torre de S. Julião, donde saiu a 10 de Junho de 1767 com mais 36 companheiros, desterrado para Itália. Faleceu na Rufinella a 12 de Outubro de 1783. Cf. Caeiro, *De Exilio Prov. Lus.*, e *Vita P. Malagridae.*

décimo quinto do seu triénio — fim ao seu curso de Filosofia. As conclusões foram dedicadas a Suas Majestades Fidelíssimas e a suas Altezas, e incluíam toda a *Filosofia Ecléctica, racional, natural* e *moral*, ou da eleição das doutrinas de todos os autores antigos e modernos, assim filósofos como matemáticos, com a maior vastidão que até agora se tem visto.

A ostentação que fizeram todos os defendentes no método, na clareza, na argúcia e na prontidão de resolver toda a variedade de argumentos, causou a todos os ouvintes uma geral admiração; correspondendo com uma recíproca honra a disciplina dos sustentantes à sublime doutrina do mestre.

A armação da igreja foi sumptuosa. A música e todo o mais aparato correspondeu na pompa ao grande e majestoso respeito que se deve aos Reais Patronos das conclusões, cujos retratos estavam expostos em lugar eminente da parte do Evangelho defronte da cadeira em que o Padre Mestre presidia.

O auditório foi o mais numeroso que se tem visto em acto literário nesta cidade, porque sendo o templo dos maiores dela, não puderam assistir, por falta de lugar, muitas pessoas de distinção, que pretenderam presenciá-las, mas todos os assistentes confessavam que este acto foi verdadeiramente magnífico, e dos mais luzidos e distintos, que se têm visto em todo o Reino (1).

No mesmo ano de 1754 novas conclusões filosóficas, defendidas solenemente na Universidade de Évora e publicadas pela imprensa num belo volume de 126 páginas, nos vieram apregoar em todo o Portugal que os jesuítas já tinham francamente admitido nas suas escolas a Filosofia moderna. Dirigia as disputas o P. Sebastião de Abreu com a mestria que lhe dava sua ciência e mostrava que não eram para ele novas as doutrinas dos mais ilustres autores estrangeiros. Não há questão que a sua sabedoria não toque, não defenda ou não impugne. Explica magistralmente os princípios do corpo, a alma racional, a liberdade humana, o lugar, o tempo e o movimento, a gravidade, a elasticidade dos corpos; o Universo e sistemas mundanos, a atmosfera terrestre, os meteoros e tantos outros problemas.

Quanto ao sistema de Copérnico, adverte Sebastião de Abreu

(1) Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1754, pág. 191-192.

que fora recebido com incrível aplauso e afirma o P. Regnault que se pode sustentar como hipótese, e não o abraçava absolutamente, porque obstava ainda agora a decisão que feriu e amargurou Galileu [1].

No ano seguinte começava o P. Manuel Pinheiro a ditar o seu curso de Filosofia de 1755 a 1758 na Universidade eborense. Aprazia-lhe mais do que outras escolas a que sobre todas estimavam a maior parte dos professores da Companhia, qual era a dos Eclécticos, os quais, diz Manuel Pinheiro, «não querem jurar nas palavras de um só Mestre, mas abraçam o que julgam mais conforme à verdade»; e protesta, da sua parte, que nessa escola assentara gostosamente o seu nome, e não reconhecerá outro guia, que não seja o da verdade [2]. Antes seguia o sistema ecléctico ainda com maior decisão do que os demais professores da Universidade eborense.

Assim pergunta o filósofo, se nos corpos não animados há forma substancial e confiadamente responde que de modo nenhum, porque não se entende que coisa seja uma forma substancial e corpórea [3].

Pergunta mais, se as plantas têm forma substancial, e responde ainda que não têm, porque não se admitem entidades, que

---

[1] Cf. « *Conclusiones Philosophicas Praeside P. Sebastiano de Abreu S. J. Publico Philosophiae Professore, propugnabit Antonius de Carvalho e Sequeira in Regia ac Pontificia Eborensis Academiae Aula* ». Evora, 1754.

Segue outro exemplar com modificações: « *Conclusiones ex Universa Philosophia, Praeside P. Sebastiano de Abreu S. J. Publico Philssophiae Professore Approbante R. P. ac S. D. Didaco Pacheco S. J. Academiae Cancellario D. V. C. Romanus Franciscus Vieira In Collegio Magnae Matris Dei alumnus Defensurus in Aula publica Eborensis Academiae solida die Martii Problema : Determinare : Quaenam sit fontium origo ?* » Evora, 1754.

Conhecemos mais dois exemplares com algumas divergências. O Problema do primeiro é: « *Quodnam ex Mundi Systematis aliis sit praeferendum ?* » O segundo propõe estes problemas: « *Salsedinis Aquae marinae causam explorare* ». « *Iridis efformationem explicare. Quaenam sint terrae motuum causae indagare* ».

O P. Sebastião de Abreu, natural de Serpa, onde nasceu a 26 de Março de 1713, entrou na companhia a 16 de Março de 1728. Ensinou gramática por 4 anos, e matemática por um biénio. Em 1749 era pregador. Foi professor de filosofia. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 49, catálogo de 1749.

[2] Veja-se a introdução do primeiro volume do curso manuscrito. Cf. *Brotéria*, XXXIX, pág. 379.

[3] Pinheiro, vol. 2.º, pág. 45.

não sejam necessárias [1]. Insiste ainda perguntando, se a alma dos brutos animais é corpórea ou espiritual, e responde que é espiritual [2]. As almas dos brutos, quanto delas depende, não morrem, porque se separam dos corpos [3].

E bastem esses exemplos para indício da orientação filosófica de Manuel Pinheiro [4].

Terminemos estes exemplos da orientação filosófica dos jesuítas com a lembrança de um professor, que se notabilizou no ensino da Filosofia. Foi o Padre João Leitão, natural de Ferreira do termo de Évora. Era lente de Filosofia, quando presidiu, como professor, às conclusões na Universidade eborense. Pùblicamente, como tantos outros religiosos da Companhia, professou o sistema dos Eclécticos.

Desempenharam-se como defendentes na disputa, a 16 de Março de 1758, os jesuítas Manuel Álvares, Francisco Vilares e Alexandre Limpo [5].

Defendeu também teses no mesmo Março de 1758 o jesuíta

---

[1] *Ibidem*, pág. 31.

[2] *Ibidem*, pág. 37.

[3] Pinheiro, *Cursus*, II, 39, § 79.

[4] O curso de Manuel Pinheiro não se publicou pela imprensa. Ficou em manuscrito. Existe dele um exemplar ou postila em três volumes, copiados por algum aluno, na Bibl. N. de Lisboa, no Fundo Geral, n.os 4.756, 4.776, 4.792. Contem a Lógica, a Física Geral e Particular. Cf. *Brotéria*, XXXIX, pág. 379.

O título do 2.º volume é deste modo: *Philosophiae Naturalis seu Physicae Prologomena tradita a R. admodum Patre ac sapientissimo Magistro Emmanuele Pinheiro Sac. Jesu. In Eborensi Academia publico Philosophiae Professore.* Anno Domini 1756.

Possuímos mais um exemplar ms. do volume II. — P. Pinheiro era natural de Couço, diocese de Viseu; nasceu a 20 de Fevereiro de 1718; entrou na Companhia a 31 de Outubro de 1734. Ensinou Letras humanas e Filosofia. Em 1759 foi preso no colégio de Santo Antão e desterrado para Itália e faleceu em Ceri a 15 de Março de 1776.

[5] Titulo das Conclusões: *Proto-Parentibus Sanctissimis Ignatio et Xaverio Conclusiones Analytico-Eclecticas ex Universa Philosophia Praeside R. P. M. Joanne Leitão S. J. Publico Philosophiae Professore. D. O. et C. Emmanuel Alvares, Franciscus Vilares et Alexandre Limpo ex eadem Soc. J. Defensuri in Regali ac Pontificia Eborensis Academiae Aula Integra die 16 Martii Praevidit R. P. ac S. D. Antonius Vieyra S. J. Academiae Cancellarius.* Evora, 1758. — Cf. Sommervogel, IV, col. 1670. O P. João Leitão, natural de Ferreira, onde nasceu a 10 de Nov. de 1715, entrou na Companhia a 9 de Julho de 1733; em 1759 foi desterrado para Itália, donde regressou para Portugal: « *Redux in Lusitaniam* ». Cf. Apêndice ao Catálogo de 1902, pág. XIII.

José de Miranda, igualmente sob a presidência do P. Leitão, no último ano em que os religiosos ignacianos regeram a Universidade alentejana [1].

Seja o último filósofo moderno que recordamos, o P. Inácio da Silva, natural de Rio Maior, que apresentou como público professor de Artes na igreja do colégio de S. Lourenço, da cidade do Porto, no ano de 1755, as suas conclusões, impressas na tipografia do colégio das Artes de Coimbra. A matéria das disputas abrangia toda a Filosofia racional e natural [2].

6. — Cerremos este capítulo, com uma conclusão importante que a história nos dá, baseada em numerosos argumentos. Essa conclusão poderá fazer estranheza aos críticos nacionais ou estrangeiros, por não se conformar ao que tantos têm afirmado. Estamos porém certos da verdade segura da doutrina que sustentamos.

Afirma-nos pois a história, contra o que até nossos dias se tem propalado, por palavra e por escrito, por malícia ou ignorância, que os jesuítas não só não contrariavam o progresso das ciências filosóficas, mas o abraçavam no século XVIII e promoviam com lealdade e sabedoria, e até entusiasmo; em segundo lugar, não sòmente não segregavam Portugal do convívio literário com as outras nações, mas estavam, desde muito, em comunicação perpétua com os maiores e melhores sábios estrangeiros.

Assim emenda a história verdadeira os erros da história parcial, sem critério e falsa.

---

(1) Cf. *Brotéria*, XX, 204.

(2) Cf. Sommervogel, VII, col. 1208. — « *Conclusiones ex Universa Philosophia Rationali et Naturali, Praeside R. P. M. Ignatio da Silva e Societ. Jesu, Publico Artium Professore, defensurus Franciscus Ribeiro de Guimarães, in Templo divi Laurentii Portucalensis Collegii Societ. Jesu integra die . . . hujus mensis*, fol. 24, Coimbra, 1755. — P. Inácio da Silva, natural de Rio Maior, viu a luz do dia a 20 de Outubro de 1713, entrou na Companhia a 11 de Junho de 1729. Ensinou Letras e Retórica, Filosofia e Teologia moral. Em 1759 foi deportado para Itália e morreu em Urbânia a 8 de Dezembro de 1796. Cf. Arq. S. J. *Lus.* 49, catál. de 1749 ; *Patres ac Frates Ex antigua Provincia Lus. . . Qui . . . in Exilium deportari maluerunt.* Lisboa, 1902, Apêndice ao cat. da Prov. de 1902. Segundo outras fontes, morreu em Urbino.

CAPÍTULO V

LUTAS ATÉ AO FIM

SUMÁRIO: — 1. *Conflito das duas Filosofias.* — 2. *Aparecimento de Verney.* — 3. *Na* Carta Exhortatoria. — 4. *Mercúrio Filosófico.* — 5. Compendio Istorico. — 6. *Assaltos do Oratório.* — 7. *A Universidade de Coimbra e o Colégio das Artes.* — 8. *Restauração da capela do colégio e Sala de Actos.* — 9. *As duas Cadeiras de Cânones e Leis.* — 10. *O Doutoramento de um Príncipe.* — 11. *Um professor de Filosofia maldizente.* — 12. *O fim de uma Universidade.*

1. — As páginas anteriores mostram-nos brilhantemente a considerável actividade dos jesuítas na reforma e progresso da Filosofia nova ou moderna, sistema que andava em Portugal nas conversações dos eruditos e ainda na boca da gente feminina. Não eram porém sossegados entretenimentos os que se ocupavam da Filosofia disputada. Transformavam-se muita vez em luta renhida.

Os jesuítas, na maior parte, já seguiam o sistema, que julgavam mais acertado; qual era o dos eclécticos; mas, como não usavam de tanta pressa, como os adversários preferiam, ou sustentavam ainda muitas questões do Peripato, que tinham por verdades inconcussas, ou disfarçavam por prudência as suas opiniões, ficavam expostos aos ataques dos inimigos, que lhos não poupavam.

O conflito armado entre os dois rivais rebentara muito antes da aparição de Verney.

Sutentava com garbo e ciência as forças dos jesuítas o P. António Vieira, que mantinha sem fraquezas o que haviam de segurar na Filosofia Aristolética. Os adversários porfiavam, a todo o custo, por substituir pelas ciências físicas e naturais o sistema escolástico [1].

2. — Quando já corria muito acesa a luta, fez seu aparecimento na corte portuguesa personagem revolucionária, Luís António Verney, que levantou os maiores distúrbios no meio literário português [2].

E qual foi a obra filosófica do Arcediago de Évora em Portugal? É fácil de a descrever numa breve síntese.

O Arcediago ou o chamado *Barbadinho* apresentou-se em Portugal como necessário reformador da ciência portuguesa. Mas quando propunha para a reforma o seu *Verdadeiro Methodo,* havia já muitos anos que os portugueses trabalhavam denodadamente na reforma, como demonstrámos nos capítulos anteriores. E contudo o Arcediago criticava e repreendia severamente como se nada se tivesse já feito nas Letras entre nós. O seu maior empenho era aniquilar o Peripato, como se nele nada houvera de aproveitável; como se a Filosofia dos filósofos modernos, não ensinasse mais e mais perniciosos erros do que os antigos filósofos.

Em Portugal, diz o filósofo Barbadinho, «não se sabe de que côr seja isto a que chamam Filosofia» [3]; e o vocábulo *Filosofia,* continua ele, «é vocábulo bem grego nestes países» [4]. Demais estranha e censura «o profundo abismo que separava Portugal dos restantes países da Europa» [5], quando já era notável a comunicação, que autores portugueses e jesuítas mantinham com autores de fora, e não muito poucos os livros que se escreviam de autores bem modernos [6].

---

[1] António Vieira, *Cursus Philosophicus*, pág. 1-7, *Prologium;* Brotéria, XXXIX, pág, 254, artigo de A. A. Andrade.

[2] Verney apareceu em Portugal, ou antes a sua obra de guerra: *Verdadeiro Methodo de estudar*, em 1746 a 1747, com 33 anos de idade.

[3] Verney, *Verdadeiro Methodo*, carta 8.ª, pág. 228.

[4] *Ibidem.*

[5] Moncada, *Luiz António Verney*, pág. 25.

[6] Veja-se o que apontamos sobre os nossos professores e escritores nos capítulos anteriores.

Os pobres estudantes, acrescenta ainda Verney, « saem da aula sem saberem o que leram, nem o com que se divertiram » (1).

Mais. Dos *Universais* e *Sinais*, que tantos eruditos e sábios, muito de propósito estudaram, atreve-se a declarar, que « são coisas indignas de se lerem,... parecem a mesma confusão » (2).

Continuando nas acusações caluniosas, afirma que os Mestres portugueses « confundem todos os autores modernos e sem exame os acusam » (3).

Acusa ainda que em Portugal « via desprezar todos os autores estrangeiros e com tal empenho como se fossem maus costumes...» (4). É falsidade histórica de grosso calibre, como já explicámos em capítulos antecedentes. Não só não os desprezavam, mas tinham frequente e íntima comunicação até com os melhores autores (5).

Quanto à Lógica, tem o crítico a ousadia para dizer que seguindo-se essa lógica, fica o género humano quase todo condenado a dizer parvoíces (6). Ainda mais. « Toda a Metafísica útil se reduz a definir com clareza alguns nomes de que se servem os Filósofos » (7).

Tal é nestes passos e noutros muitos a exacção e comedimento da crítica do Barbadinho! Mas há insultos de mais acrimónia.

3. — Talvez animado com a crítica de Verney, se apraz o desconhecido autor da célebre *Carta Exhortatoria* em insultar fartamente os jesuítas.

Ao *Probabilismo*, tão recebido nas escolas, e defendido por excelentes autores, chama sem pejo « fecundo monstro de enormes laxidões » (8).

Ao insigne Filósofo Silvestre Aranha dá-lhe o nome de « insecto desprezível » que se insinua com sua peçonha *inocente* pelos espaços da Filosofia moderna (9).

---

(1) Cf. Verney, *Carta 8.ª*, pág. 228.
(2) *Ibidem*, pág. 239.
(3) *Ibidem*, pág. 230.
(4) *Ibidem*, pág. 232.
(5) *Ibidem*.
(6) Verney, *carta 9.ª*, vol. 2.º.
(7) Verney, vol. 2.º, pág. 16.
(8) *Carta Exhortatoria*, pág. 15.
(9) *Carta Exhortatoria*, pág. 20.

Depois querendo provar a decadência actual da Filosofia no colégio de Santo Antão, adverte que subiram nos últimos tempos à cadeira desse colégio professores de Filosofia « com injúria dos Agostinhos Lourenços, Antónios Vieiras e Joões Garções, que os precederam » [1].

Em seguida queixando-se do picante equívoco dos jesuítas, que chamavam à *Congregação oratoriana congregação dos Átomos*, por ser sequaz da Filosofia moderna, responde que a Companhia é que se apelida, no tempo presente, dos *átomos*, comparada com a *grandeza* do Oratório, formada de brilhantes sóis! [2].

Outra vez causa riso aos do Oratório, diz o crítico, a « teima com que os da Companhia insultam a Filosofia moderna». Não sabe que já neste tempo eram os jesuítas partidários da nova Filosofia, chamada *Ecléctica* [3].

E olhando para a Filosofia de Silvestre Aranha e para a debilidade de seus argumentos, « formados, como ele julga, de teia de aranha, diz o mesmo crítico aos jesuítas: Ladrais e não mordeis », por não terem forças para mais [4]. Para cúmulo das acusações caluniosas, repete que os jesuítas são jurados inimigos de Santo Agostinho, e que « não vomitaram maior cópia de veneno contra o Santo Doutor da Graça, as ímpias bocas de Lutero e Calvino»! [5].

E voltando-se o autor do papel exortatório para os seus Congregados do Oratório, conclui: « Compadecei-vos de uns homens [os jesuítas] que, perdido o decoro e estragada a modéstia, como frenéticos rompem em infames invectivas » [6].

Tal é a dignidade com que os amigos dos *virtuosos* Congregados, ou eles mesmos, respeitam e honram a seus adversários! Baste de acusações, exageros e insultos [7].

---

[1] *Ibidem*, pág. 20. — O crítico do colégio de Santo Antão desastradamente confunde os três Mestres insignes de Filosofia, Agostinho Lourenço, António Vieira e João Garção com os seis que ele inventa: *Agostinhos, Lourenços, Antonios, Vieiras, Jooens e Garçoens!*

[2] *Carta Exhortatoria*, pág. 20.

[3] *Ibidem*.

[4] *Ibidem*, pág. 21.

[5] *Ibidem*, pág. 22.

[6] *Carta Exhortatoria*, pág. 22.

[7] Veja-se a *Reposta Compulsoria* com que Francisco de Pina e de Melo rebate dignamente as insânias da *Carta Exhortatoria*, desde a página 1.ª à 88.ª do opúsculo.

E assim acaba com uma fervorosa *Exortação* para remate da sua Exortatória:

« Abatei, pois, Rev.dos Padres, a jactância, humilhai o orgulho, emendai os defeitos próprios e não censureis os alheios. Aprendei modéstia das outras famílias religiosas, pois de nenhuma estão saíndo as abomináveis sátiras, de que é perene manancial a vossa Religião. Todos concordemente admiram os processos literários da Congregação do Oratório e sòmente vós pelas bocas de vários homiziados... explicais o rancor inveterado que lhes tendes. Goze a sábia e virtuosa Congregação, como o olimpo, da serenidade impertubável..., desprezando as vilíssimas sombras da inveja e da emulação... » [1].

Assim louva a Carta Exortatória os Congregados do Oratório; assim deprime e vilipendia os escritores ignacianos!

4. — Entrou na refrega literária, pelos mesmos anos, o autor do *Mercúrio Filosófico*, folheto de 76 páginas com o título: *Mercúrio Filosófico dirigido aos Filósofos de Portugal com a notícia dos artigos que na Dieta imperial da Filosofia na sessão V, se consultaram e mandaram propor à Física Experimental da Real Casa das Necessidades, a fim de estabelecer uma perfeita paz entre a Filosofia moderna e antiga* » [2].

Deste longo título conhecemos o fim da publicação do *Mercúrio*, que era harmonizar as escolas contrárias, e organizar a reforma universal da Filosofia. E era bem necessária a paz dos Filósofos desavindos [3]. Tanto mais que nesta Dieta ou sessão entraram Filósofos das mais opostas ideias. Reuniram-se — apontamos apenas alguns — Descartes, Gassendi, Maignan, Alberto Magno, Jordano Bruno, Campanela, Santo Agostinho, Religiosos de várias Ordens, e também da Companhia de Jesus.

No meio de tantos sábios chegou-se um filósofo e quis penetrar na Sessão entre os *Ecléticos*. « Trazia cabeleira e muito bem penteada, à francesa, volta ao uso da mesma nação, roquete de rendas finas, uma venera ao peito, anel no dedo, murça de peles, e vinha com uma barba feita daquele instante...» [4]. Era Verney.

---

[1] *Carta Exhortatoria*, pág. 42.

[2] *Mercúrio Filosófico*, título ms.

[3] *Mercúrio Filosófico*, pág. 11-12.

[4] *Mercúrio*, cit., pág. 34.

Apesar do aprumo e elegância no vestir, não lhe deram entrada, como a filósofo, sem que primeiro fosse joeirar muito bem a sua Lógica, por ser uma « palhagem », e por lhe ter o « engenhosíssimo autor do *Furfur* » estorvado com a sua crítica a entrada. E com isto o despediram desabridamente [1], como indigno de entrar em tal assembleia de filósofos [2].

Daqui fàcilmente se compreende o ódio de Verney contra os jesuítas, ódio que se foi radicando profundamente pelos anos adiante. Com outras personagens mostrou-se favor e condescendência.

Mas as desinteligências persistiam apesar da boa vontade e diligências do *Mercúrio* e dos jesuítas, que desejavam se abstivessem os peripatéticos dos remoques e ditérios, com que frequentemente procuravam desluzir e desprezar a Física Moderna [3].

No mesmo intento de pacificar as *Letras* rogavam os Peripatéticos à Física Experimental das Necessidades, se deixasse de atirar sotaques, com que tem ofendido aos Aristotélicos, aos quais tem de costume chamar em público com o enfático nome de *senhores escolásticos* [4], e será obrigada a retratar-se pùblicamente de algumas imposturas com que os tem desacreditado [5].

Demais lhe recomenda que não escarneçam dos termos dos Escolásticos [6]; e que falem com grande respeito de Aristóteles e dos seus mais distintos sectários; como também os Peripapéticos sejam mais liberais de louvor para com os Filósofos corpusculares [7].

Deste modo procurava o *Mercúrio*, obra de um jesuíta, a paz

---

[1] *Mercúrio*, cit., pág. 34.

[2] *Mercúrio*, cit. pág. 35. Refere-se aqui o autor do *Mercúrio* à obra do P. Manuel Marques: *Furfur Logicae Verneiadae, auctore Victoriano Censorino, Pamplonae, 1752.* Pseudónimo. Foi escrita esta obra contra a *Lógica de Verney: De re Logica ad usum Lusitanorum Adolescentium*, Libri Quinque, Romae, 1752. A 2.ª edição é de 1757.

[3] Cf. *Mercúrio*, ib.

[4] *Ibidem, Mercúrio Filos.*

[5] *Ibidem.*

[6] Os termos que aponta o *Mercúrio Filosófico*, pág. 177, são: *proprie, radicaliter, primario, reductive, attributive.*

[7] *Ibidem, Mercúrio*; pág. 77, 78, 79. É este o último artigo que termina na pág. 70.

de todos os Filósofos e já confessava a sua satisfação para com os Peripapéticos por admitirem já nas suas escolas a *Física Experimental* [1].

5. — Não cuidemos porém que para os jesuítas nasceu a paz e boa inteligência. Onde há ódio e má vontade, não pode entrar a harmonia; e o partido que então dominava, era de ódio contra os jesuítas. O *Compendio Historico* põe o remate aos maiores insultos e falsidades contra esses religiosos [2]. Lê-se nessa obra de todo o ponto pombalina, que no Colégio das Artes e em todas as escolas filosóficas de Portugal, desde a invasão dos jesuítas, sempre se ensinou a péssima Lógica dos Escolàsticos [3], e que apenas a Companhia de Jesus viu arvorar nas escolas a bandeira da Lógica Moderna, tocou logo a rebate contra ela, pregando por toda a parte, que era inútil para as Ciências maiores [4].

Enfim, proclama o mesmo *Compendio*, que não havia absurdo, nem temeridade que não empreendessem os Regulares ignacianos, para prepararem as relaxações e as impiedades do seu texto de Aristóteles [5].

É impossível proferir mais atrevidas e detestáveis afirmações!

6. — A origem principal de todas estas desavenças veio das desinteligências e rivalidades dos oratorianos e dos religiosos ignacianos. Desde que se introduziram em Portugal e mais particularmente desde os princípios do século XVIII, a Congregação chamada em Portugal *do Oratório*, dos *Quentais* e *Néris*, sempre se manifestou certa emulação ou invejazinha que foi crescendo, entre os membros das duas corporações.

Ao princípio não se estranhava muito o procedimento desses Congregados, a não ser o apetite exagerado com que ambicionavam os primeiros lugares em todo o género de coisas [6].

---

[1] *Mercúrio Filosófico*, l. c. Dá-se como autor do *Mercúrio Filosófico* e do *Mercúrio Gramatical* o P. Paulo Amaro. Outros julgam que o é o P. Francisco António. Cf. *Brotéria*, 43, 388-398.

[2] *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da Invasão dos denominados Jesuitas . . .*, Lisboa, 1771.

[3] *Compendio Historico*, P. II; cap. II, pág. 161.

[4] *Compendio Historico*, P. II; cap. II, pág. 162-163.

[5] *Compendio . . .* Apêndice ao cap. II, pág, 16.

[6] Autor contemporâneo dizia deles: *Affectant primas cathedras*. Cf. B. P. Eborense, $\frac{\text{CVIII}}{\text{1-23}}$, f. 33. É um Diário de S. Roque — 1716.

Levados por esta inclinação, havia já muito que pediam aos religiosos das outras ordens que lhe dessem o nome honroso de *Paternidade* [1].

No ano de 1716 iam introduzindo por emulação com os religiosos da Companhia, que os chamassem *apóstolos do Espírito Santo* [2]. No mês de Outubro do mesmo ano, de 1716, fizeram «várias embrulhadas» para conseguirem que os estudantes de seus colégios, que estudavam filosofia, não fossem examinados pelos professores da Companhia no Colégio das Artes [3].

Estando presentes na Mesa da Consciência alguns Oratorianos «orou e perorou de tal sorte o P. João Ribeiro a favor dos professores da Companhia, que D. João V resolveu a pendência pelos Padres do Colégio das Artes, e o Duque de Cadaval, que estava presente e o Cardeal Nuno da Cunha e o secretário da Rainha, António de Basto Pereira e o secretário das Mercês, Afonso Mexia, disseram aos Oratorianos: «Que figuras são vocês para se porem com a Companhia?» Mas vindo a Consulta favorável aos jesuítas, o rei, por sua conta, mandou um decreto pelo qual concedia aos Oratorianos o que suplicavam [4].

Ficaram com surpresa os ignacianos. Desafogaram o seu despeito, exclamando que «estava tempo nublado e tempestuoso e nele pescavam os Nereos quanto queriam» [5], e tanto mais ficaram surpreendidos os Padres da Companhia, quanto mais categórica foi a decisão com que o monarca desenganara os Oratorianos que não podia dar deferimento à sua petição [6].

O autor do diário citado conclui com estas expressões de pouco alento: «Enfim tenhamos paciência até que Deus acuda pela verdade e pelas leis. Por ora não temos Rei ad regendum sed ad destruendum. Deus ponha os olhos nele. Amen» [7].

Com estas disposições foram àvante a guerra e as rivalidades.

---

(1) *Ibidem.*

(2) Os religiosos da Companhia receberam desde os princípios em Portugal o qualificativo de *Apóstolos.*

(3) *Ibidem*, pág. 38.

(4) B. P. Ebor., $\frac{\text{CVIII}}{\text{1-23}}$, pág. 38, citado diário.

(5) *Ibidem.*

(6) *Ibidem.*

(7) *Ibidem.*

7. — Nesta primeira metade do século XVIII não deveriam naturalmente faltar algumas desinteligências entre a Universidade de Coimbra e o Colégio das Artes; já que não houve ano desde tempos antigos, em que não tivéssemos que lamentar seus contrastes, das duas Instituições. Por felicidade os deste tempo, que historiamos, não foram gravemente pertubadores do sossego literário.

Andou sempre no ar e debatida a questão famosa da jurisdição que os reitores da Universidade e do Colégio das Artes exerciam ou podiam exercer sobre os estudantes, que recebiam a sua educação naquele colégio, fundado por D. João III e confiado à sua Companhia no ano de 1555. Desde então nunca houve concórdia e boa harmonia entre as duas celebradas Instituições, nem sequer desde o ano de 1572, em que se fez entre elas o solene acordo, que devia pacificar o Reitor e Lentes da Universidade e do Colégio [1].

Neste de 1746, defendendo as suas ideias àcerca da jurisdição do Reitor da Universidade e do Colégio das Artes, publicou o P. José Veloso, Reitor do Colégio, a 17 de Abril desse ano, um edital sobre o governo dos Estudantes que se educavam no Colégio sob a direcção dos Padres da Companhia e protestava contra o que se dizia num papel, que se afixara na porta da Sala da Universidade em nome de D. Francisco da Anunciação, reitor dela: a saber que o Reitor do Colégio das Artes não era Reitor dos Estudantes que frequentavam as Escolas Menores, e o próprio Colégio das Artes era apenas o colégio ou congregação dos Mestres de Filosofia, latim e línguas [2].

José Veloso, ou ordens dele, refutaram enèrgicamente essas conclusões, que julgava desacertadas e inadmissíveis.

---

[1] Veja-se a *Carta de Escriptura de concordia e amigavel composição*, de 1572, em Teixeira, *Documentos para a História dos Jesuítas*, pág. 358; *Confirmação da concordia da Universidade com o Collegio acerca da jurisdição dos Estudantes*, pág. 363. «... O Reitor da dita Universidade por si nem por official algum della, não possa por modo algum exercitar sua jurisdição das portas a dentro do dicto collegio...» ib. pág. 365. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Assistência*, T. II, II, pág. 243-244. Cf. B. P. Ebor., códice $\frac{CVIII}{2\cdot6}$, onde se reúnem muitos documentos sobre as questões entre a Universidade de Coimbra e Colégio das Artes. Vejam-se neste códice $\frac{CVIII}{2\cdot6}$ v. g. os documentos n.º 72, 73, 74.

[2] Arq. da Univ., *Provisões*, V, f. 143; B. P. Eborense, $\frac{CVIII}{2\cdot3}$, f. 299.

«O contrário, diz o Reitor da Companhia, além de outros documentos, consta da Provisão do Senhor Rei D. Sebastião, dada por Estatuto ao dito Colégio das Artes, aos 2 de Dezembro de 1564 nas seguintes palavras: Outrossim declaro, que depois que os ditos Padres tiveram o governo e administração do dito Colégio, foi sempre isento e eximido de toda a subordinação e jurisdição do Reitor, Conselho, e oficiais da dita Universidade, e quero e mando que assim o seja daqui em diante» [1]. Apoiados neste e noutros documentos de igual e talvez maior força, publicavam os Reitores dos Colégio diversos editais para atenderem ao governo dessa Instituição educativa, e ao bom procedimento, direcção e correcção dos estudantes.

Para fazer prevalecer a sua autoridade no Colégio das Artes, assim propõe e intima o Reitor José Veloso as suas ordens em edital de 7 de Maio de 1746:

«José Veloso, Reitor do Colégio da Companhia de Jesus e das Artes desta Universidade de Coimbra, faço saber, que pela obrigação que me toca de dar a providência necessária para que os nossos estudantes aproveitem no estudo das Letras e exercício das virtudes, de sorte que com aplicação às Artes Liberais não falte neles exterior honestidade, que costuma acompanhar a interior pureza de costumes... Hei por bem conformando-me com os Estatutos particulares, provisões Reais e costumes antigos do mesmo colégio, ordenar as coisas seguintes:

Os estudantes dos cursos assistam todos os dias devotamente ao santo sacrifício da Missa, como são obrigados não menos, que os das classes de Retórica, Humanidades e Gramática... Aos mesmos estudantes dos cursos ordeno também que frequentem, como exactamente observam os das sobreditas classes os Sacramentos da Penitência e sagrada comunhão... Nenhum estudante falte às lições quotidianas, nem no tempo delas se detenha às portas das aulas ou junto das colunas ou ainda no pátio deste colégio... Quando se arma a Sala para os actos costumados não se exceda o estilo e moderação antiga... e quanto aos ramalhetes que se costumam dar nos actos das mesas magnas aos presidentes, arguentes e sustentantes, se permitirão sòmente os de flores naturais conforme o costume antigo... quanto à honestidade

---

[1] Cf. *Provisões*, V, ff. 143-144 v.

dos vestidos, que lhe são permitidos, e quanto às armas e jogos e mais coisas que pelos Estatutos do dito colégio das Artes lhes são proibidas, assim dentro como fora dele, se observem as ordens que anualmente se lêem nas aulas e classes do mesmo colégio, e todo o sobredito mando que se guarde, como se contém neste edital sob pena de serem castigados os transgressores... mando que depois de lido nas aulas seja fixado na porta da Sala do mesmo colégio das Artes. Dado em Coimbra neste colégio da Companhia de Jesus, debaixo de meu sinal e selo do mesmo Colégio das Artes, aos 7 de Maio de 1747. José Veloso» [1].

Deste modo, mais uma vez, confirmava o Reitor do Colégio das Artes a sua autoridade e jurisdição sobre os estudantes das Escolas Menores.

Mas aparecendo sempre novas dúvidas sobre este objecto da jurisdição do Reitor do Colégio, publicou novo edital o P. José Veloso para esclarecer as inteligências e reforçar a sua autoridade. Assim se explica o Reitor:

«José Veloso, Reitor do Colégio da Companhia de Jesus e das Artes desta cidade e Universidade de Coimbra: faço saber que pela obrigação que me toca de procurar que nas escolas do mesmo Colégio das Artes se corrijam eficazmente os dois importantes fins da prática das virtudes e aproveitamento nas Letras, muito particularmente atendidos pela Real piedade e zelo dos Augustíssimos Monarcas destes Reinos, quando se dignaram fiar só desta mínima Companhia o governo do dito Colégio, conservando-o juntamente contra qualquer contrário na posse das suas isenções, imunidades, privilégios, usos e costumes e estilos e da plena e privativa jurisdição dos seus Reitores quanto à direcção e governo e correção não só dos Lentes, mas também dos estudantes e oficiais do mesmo colégio... houve por bem ordenar pelo Edital de 7 de Maio pròximamente passado, que todos os estudantes do dito Colégio, ainda os dos Cursos de Artes, assistam todos os dias ao santo sacrifício da Missa na igreja da Companhia de Jesus... que oiçam os sermões na mesma igreja, quando para este fim se acabam mais cedo as lições... e para que o mesmo edital venha à notícia dos mesmos estudantes do Colégio

---

[1] Arq. da Univ., *Provisões*, V, ff. 145-146.

das Artes, será fixado, como se pratica em semelhantes casos, na porta da Sala do mesmo Colégio.

Dado em Coimbra neste colégio da Companhia de Jesus debaixo do meu sinal e selo do mesmo Colégio *aos 4 de Junho de 1746.* José Veloso» [1].

Mas não obstante a autoridade, baseada em documentos dos Reitores do colégio, persistiram os senhores da Universidade em sustentar que os seus Reitores abrangiam na sua jurisdição os estudantes das Escolas Menores [2].

Apontamos algumas razões e fundamentos, em que se firmava o Reitor, D. Francisco da Anunciação, para procederem contra o Colégio das Artes.

Os jesuítas estavam persuadidos que o Reitor da Universidade usurpara a jurisdição que pertencia certamente ao Reitor do Colégio das Artes, «esbulhando-o da posse em que estava em virtude dos Privilégios, Provisões Reais e Estatutos particulares» do Colégio das Artes, e por consequência lhe fizera força e violência [3].

E os fundamentos por que o Reitor da Universidade queria compreender nos seus editais os estudantes do Colégio eram: que conforme os Estatutos de 1612, «o Reitor há-de ser cabeça de toda a Universidade, ao qual hão de obedecer todos os membros... assim Lentes, Doutores e estudantes das quatro Faculdades, como todos os mais estudantes das Escolas Menores...

Em todo o tempo o Reitor se informará dos Conselheiros, que forem ouvintes e de outros estudantes.

Fará guardar os Estatutos... e que os Lentes e estudantes das Escolas Maiores e Menores... vivam honestamente».

Visitará, mandam os Estatutos, as Escolas Menores que ora regem os Religiosos da Companhia.

Se algum estudante das Escolas maiores ou menores, dentro ou fora delas, for desobediente ao Reitor, podê-lo-á prender [4].

Estas e outras razões apresentavam o Reitor e Lentes, tanto nos primeiros anos, como nos últimos, para exercer a sua juris-

---

(1) Arq. da Univ., *Provisões*, V, ff. 147-148.

(2) Cf. B. Públ. Ebor., cod. $\frac{\text{CVIII}}{\text{2-6}}$ f. 299.

(3) *Ibidem.*

(4) B. P. de Évora, $\frac{\text{CVIII}}{\text{2-6}}$, f. 299 segs.

dição nos estudantes, também das Escolas Menores. Mas os professores do Colégio das Artes defendiam que o Reitor universitário nos seus editais e papéis de esclarecimento usurpara a jurisdição, que nem privativa nem cumulativamente era sua, e só era privativamente do Reitor do Colégio das Artes, como evidentemente demonstravam [1].

No primeiro Regimento do Colégio escreveu D. João III: «O reitor da dita Universidade nem outra alguma pessoa tenha superioridade sobre o dito Colégio...» [2].

«Tudo se entenderá sem fazerem prejuízo algum à correcção, direcção, castigo escolástico, que ao reitor do dito colégio fica plenàriamente, *privativo*, reservado dentro e fora das escolas dele» [3].

Assim foi decorrendo a questão, sempre melindrosa entre as duas Instituições de ensino, sem finalmente terminar, a não ser com a prisão e expulsão dos jesuítas.

8. — Continuaram as desavenças com a Universidade conimbricense. Agora era não a autoridade, mas o dinheiro da Universidade que entrava em jogo. Já prevemos que não há-de haver fàcilmente acordo. Em 1609 foi obrigada a Universidade, depois de luta demorada, a dar, por ordem do rei ao Colégio das Artes, a quantia necessária para a fábrica das novas aulas. A Universidade sustentava que sobre as suas rendas não pesava a obrigação de construir aquela obra. Os religiosos da Companhia afirmavam que a Universidade, assim como tinha obrigação de manter as Escolas Menores, assim devia edificar as aulas ou classes para as escolas mencionadas. 20.000 cruzados foi a quantia que a Universidade se comprometeu, bem que forçada, a ministrar aos professores do Colégio das Artes. Nunca todavia chegou a Universidade a satisfazer totalmente essa dívida [4].

Tantos anos depois se levantou entre a Universidade e o Colégio das Artes controvérsia e debate semelhante.

---

(1) *Ibidem*.

(2) Teixeira, *Documentos para a História dos Jesuítas*, pág. 4.

(3) *Ibidem*, Doc.os, pág. 365. Carta de Confirmação da Concórdia, 16 de Fevereiro de 1572.

(4) Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, II, II, pág. 243-249; *ib.*, pág. 248, nota 4; cód. $\frac{\text{CVIII}}{\text{2-6}}$, documento cujo título é *Exposição da Justiça*.

Pretendiam os Padres do Colégio, que, assim como a Universidade dera o dinheiro para a construção das Escolas Menores, por ser essa a sua obrigação, assim agora e pela mesma razão desse o dinheiro necessário para a restauração da Capela do Colégio, cujo tecto ameaçava por este tempo vir abaixo, a ponto de se não poder com segurança celebrar nela a Santa Missa.

« Por ocasião de ameaçar ruína, diz testemunha contemporânea, o tecto da Capela dos Estudantes, sita no Pátio das Escolas Menores, na qual se costuma todos os dias dizer Missa aos estudantes e se fazem exercícios de piedade, recorreram os Padres da Companhia de Jesus a Sua Majestade, que Deus guarde, para que mandasse reparar a dita ruína. E por quanto, por parte da Universidade, em observância dos Estatutos da mesma, mandam que seja enviado o Principal das Artes e Lentes das mesmas Escolas, se pedem aos Padres os documentos que há para mostrar que a Universidade tem obrigação de acudir à sobredita ruína ... » [1].

Apresentaram os Padres os documentos solicitados, e travou-se entre os dois contendentes, a Universidade de Coimbra e o Colégio das Artes, um acirrado litígio de razões por uma parte e outra.

Os Padres bem se esforçaram a provar que à Universidade, e não ao Colégio, competia a fábrica de tal obra, porque, diziam eles em resumo, que « quem está obrigado a edificar, está também obrigado a reedificar as ruínas de tais edifícios » [2].

Outro documento com a mesma marcação tem este título: « Fundamentos pelos quais mostra o Sr. Reitor do Colégio de Jesus e do das Artes não estar obrigado nem a ruínas, nem a reedificação e reparos maiores, que a fábrica do Pátio dos Estudos padecer em algum tempo » [3].

Retorquiram fortemente o Reitor e Lentes da Universidade e sustentavam que não lhes pertenciam a eles tais construções.

Os Padres não com menos energia replicavam, defendendo os direitos que lhes assistiam.

« Pelo que, instavam, como no Colégio da Companhia, que

---

[1] B. P. Eborense $\frac{\text{CVIII}}{2\text{-}6}$, f. 223.

[2] *Ibidem.*

[3] *Ibidem.*

governa as Escolas Menores, não haja renda, da qual possa sair o gasto da Capela, que se deve reparar, deve a Universidade, como parece, acudir a esta obra, assim como é obrigada a reparar as ruínas das suas aulas, intervindo sempre o beneplácito de Sua Majestade ..., como Protector de umas e outras Escolas» [1].

Continuou indecisa a questão e cremos que só a terminou por força a espada omnipotente de Sebastião José de Carvalho.

9. — Também com a Universidade de Évora teve seus encontros a Universidade de Coimbra.

Durante não poucos anos se esforçou a Academia Eborense para conseguir que o Monarca lhe concedesse a erecção de duas cadeiras, quais eram a de Cânones e de Leis.

Por sentimento de rivalidade, trabalhou sempre a Universidade conimbricense por impedir que a de Évora progredisse no aperfeiçoamento do ensino universitário. Fôra D. João V e sua luzida Corte celebrar em 1729, no Caia, os casamentos das Princesas do Brasil e das Astúrias e Príncipes. Na volta passaram por Évora, e no dia 3 de Fevereiro fez o glorioso Monarca aos Padres da Companhia, que o receberam em corpo gesto com toda a Universidade, a mercê, que havia muito pretendiam, de erigirem nela duas cadeiras de Cânones e Direito Civil [2]; e houve por bem passar, sem demora nenhuma, o decreto que outorgava esta graça extraordinária [3].

Triunfaram de contentamento os jesuítas pela Real beneficência. Mas depressa se lhes aguou tamanha satisfação.

Logo que na cidade universitária de Coimbra constou de tão inesperado sucesso, resolveu o Reitor e Lentes da nobre Acade-

---

(1) *Ibidem.* — Apesar das desinteligências que se manifestavam de quando em quando entre a Universidade e o Colégio das Artes, não deixava por isso a gloriosa Academia de ter boas relações de estima com a Companhia de Jesus. É disso prova, entre muitas outras, a prontidão com que tratou de escrever ao Sumo Pontífice a pedir-lhe a Beatificação do Cardeal Belarmino. Foi no Claustro Pleno de 10 de Dezembro de 1713 escolhido para escrever a carta fr. Bernardo Teles, monge de S. Bernardo. Cf. Arq. da Univ., *Conselhos*, 1710 P. 1715, conselhos 34, f. 70v. O Reitor e Reformador era nesse ano D. Gaspar Moscoso e Silva.

Veja-se no Apêndice deste vol. a reprodução deste *Claustro Pleno.*

(2) Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1729, pág. 48; B. P. Ebor., $\frac{CV}{1-7}$, f. 120; Franco, *Imagem do Segundo Seculo*, f. 321v.

(3) *Ibidem.*

mia conimbricense fazer as possíveis diligências para embaraçar totalmente a execução da graça concedida generosamente pelo monarca, «reflectindo-se bem, ponderavam os Lentes, na ruína que ela ocasionaria naquela tão autorizada e florescente Academia, que de tanto lustre e esplendor tinha sido à nação» [1].

O Reformador e Reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, que governava a Universidade havia muitos anos [2], apressou-se logo a remediar o que os Lentes de Coimbra consideravam uma calamidade. Enviou à Corte o doutor Lucas de Seabra da Silva, Lente de Leis, «já então de grande nome», que se introduziu à presença do monarca, e lhe ofereceu um Memorial a favor da sua Universidade e em desabono da Universidade eborense. Ou fosse efeito da representação de Lucas Seabra, ou intervenção alheia, o certo é que correram vozes de que pela política do «grande e eternamente memorável secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real», se conseguiu embaraçar a mercê das cadeiras novamente concedidas à Universidade de Évora [3].

Mas ainda outra vez sobressaltou, no ano de 1747, os Lentes de Coimbra novo receio de benefício real, feito à Universidade alentejana. Temeu-se, e não pouco na Lusa Atenas, que fosse chegado à mercê da Universidade de Évora o seu último complemento, e julgou-se que era, por isso mesmo, preciso repetir as passadas diligências com maior intensidade e eficácia.

Mandou-se uma vez mais à Corte o doutor Lucas Seabra, que já subira a Lente de Prima, para que com a sua presença e autoridade fossem mais eficazes os seus empenhos.

O Monarca estava doente, e houve de entregar o Memorial à Rainha e Príncipes, acrescentado com mais sólidos fundamentos.

«Parece, disse testemunha do tempo, que se tornou a suspender a mercê que os jesuítas solicitavam. A realizar-se «seria

---

(1) B. P. Ebor., cód. $\frac{CV}{1-7}$, f. 120.

(2) Figueiroa foi provido no Reitorado por provisão de 21 de Outubro de 1722, e tomou posse a 17 de Dezembro de mesmo ano. Ainda foi reconduzido no mesmo cargo a última vez, por decreto de 16 de Novembro de 1736 e faleceu no Porto a 8 de Agosto de 1744. Cf. Figueiroa, *Memórias da Universidade de Coimbra*, pág. 162, 165.

(3) *Ibidem*.

igualmente perniciosa a Coimbra e ao público pelas consequências» [1].

Não nos consta que voltassem à carga reclamando a mercê antiga das duas cadeiras, os professores de Évora com desassossego dos lentes coimbrões.

10. — No mesmo tempo em que se negavam, depois de concedidas, as duas cadeiras de Direito Pontifício e jurisprudência cesárea, se educava e instruía na Universidade eborense, um aluno famoso, meio irmão de D. João V, o Senhor D. José de Bragança [2].

D. João V, como bom irmão, tomou com toda a seriedade à sua conta a educação tanto moral e religiosa, como intelectual, do filho de D. Pedro II. E como é que se desempenhou de tão delicada tarefa? A copiosa documentacão inédita, que examinámos, especialmente a dum códice da Biblioteca Pública de Évora, no-lo vai mostrar [3].

Alguns documentos, igualmente inéditos são do Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Para educadores escolheu D. João V os Mestres da Companhia de Jesus, professores da Universidade de Évora.

Em 27 de Maio de 1715 o Provincial da Província Portuguesa da Companhia, Manuel de Andrade, escrevia ou antes fazia escrever ao Reitor daquela Universidade, P. Vicente Ferreira [4], a anunciar-lhe as intenções do Rei de educar seu irmão, como aluno interno da Academia eborense, e a informar-se da parte do edifício, em que se poderia alojar o Infante [5]. Para habitação do do régio aluno, depois de várias consultas escolheu o Reitor as salas do lanço que corria sobre a entrada da Universidade [6].

---

[1] B. P. Ebor., $\frac{\text{C-V}}{\text{1-7}}$, códice de 221 folhas — f. 120v.

[2] O pai deste Príncipe era D. Pedro II; a mãe chamava-se Francisca Clara da Silva. Cf. Sousa, *Hist. Geneal.*, VIII, 515. Foi reconhecido no testamento por seu pai, D. Pedro II. D. José nasceu a 6 de Maio de 1703.

[3] Bibl. P. de Évora, códice $\frac{\text{CXIV}}{\text{2-32}}$, ff. 1 e seguintes.

[4] B. P. Ebor., cód. citado $\frac{\text{CXIV}}{\text{2-32}}$, f. 18-20. Vicente Ferreira foi reitor de 21 de Janeiro de 1715 a 9 de Janeiro de 1718.

[5] O duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), é que primeiro comunicou ao Provincial a vontade do Monarca sobre a Universidade de Évora.

[6] Franco, *Évora Ilustrada*, pág. 205. — No mesmo sítio morou D. José as duas vezes que esteve na Universidade.

Entretanto foi o Provincial à presença do monarca a beijar-lhe a mão « por esta mercê e honra, são palavras textuais, que faz à Companhia em fiar dela a boa educação e ensino » de seu irmão D. José [1]. A Corte que se lhe formou, era digna da grandeza de D. João V. Para seu serviço escolheram quatro moços de câmara, dois para o vestirem, e outros dois para o servirem à mesa; uma liteira com seus liteireiros, cozinheiros, comprador e mais pessoas para outros ofícios; quatro pagens dos mais nobres da cidade de Évora, « mancebos sisudos e de bom procedimento ». O P. Francisco da Rocha, presbítero secular, ficou aio ou capelão de D. José por ter sido seu Mestre [2].

Mas aproximava-se o tempo de se realizarem os desígnios de D. João V. O segredo da novidade que se preparava na Corte começava a romper-se; e rebentavam já invejazinhas das preferências reais.

O Geral dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, pelo elevado conceito que fazia de sua antiga Ordem, parecia-lhe que devia ser ela a preferida para a distinção de educar um Príncipe, e foi oferecer ao Monarca o seu Convento ou o seu Colégio de Coimbra, para nele estudar e se formar tão excelsa personagem. As mesmas instâncias empregaram com igual intuito, os freires do chamado Colégio de Tomar.

D. João V não desistiu da primeira escolha e persistiu na preferência da Companhia de Jesus e da Universidade de Évora. Deu-se notícia a D. José da última resolução de Sua Majestade, e mostrou-se muito contente, afirmando que antes queria receber a educação dos Padres da Companhia por serem mais do seu agrado [3].

Estando tudo preparado, como pediam as razões da conveniência, anunciou-se por ordem do rei em 10 de Novembro de 1715 o dia determinado para a partida de Lisboa. Finalmente no dia 13 de Novembro recebia o Reitor duas cartas, uma do secretário Bartolomeu de Mexia, e outra do Armeiro-mor do Reino,

---

[1] Cód. citado $\frac{\text{CXIV}}{\text{2-32}}$, f. 1-4: *Relação do que se passou com a vinda de D. José de Bragança.*

[2] Cf. Carta do Provincial de 21 de Setembro de 1715, e outra do Duque de Cadaval, ao Reitor da Universidade de Évora, na citada *Relação.*

[3] *Relação* citada.

nas quais se lhe anunciava que chegariam a Évora naquele dia 13.

Foram Padres, em grande número, a esperá-lo ao caminho, uns em mulas, outros a pé. Encontraram-no a uma boa légua da cidade. Apenas avistaram o acompanhamento, apearam-se e correram a cumprimentar o Infante. Este com aprazível urbanidade os recebeu e os saudou.

Depois dos cumprimentos mandou entrar para o coche o Reitor da Universidade, e feitas as saudações do Governador, dos Ministros da Justiça, do Estribeiro-mor, de alguns pagens e de pessoas de conta da cidade e de muito povo, que acudira por outras estradas, puseram-se em marcha, e entrando na cidade pela porta de Achoncel, ainda com luz, se apeou D. José no Colégio entre repiques de sinos. Durante a noite acenderam-se luminárias.

A comunidade do Colégio esperava-o à porta da igreja e foi-o acompanhando até à capela-mor, onde num genuflexório fez um pouco de oração. Levaram-no a ver o colégio e encaminharam-no para os aposentos que lhe foram preparados.

Ali se fez a entrega do Senhor D. José ao Reitor da Universidade com a carta do Rei:

«Reitor do Colégio e Universidade de Évora. Eu El-rei vos envio muito saudar. Sou servido que D. José, meu muito amado e prezado irmão, vá a essa Universidade para nela se aperfeiçoar na língua latina e estudos filosóficos; e por esperar com fundamento do grande zelo e acerto com que a Religião da Companhia atende às coisas do meu serviço, e pelo muito amor que tenho ao dito meu irmão e desejo de que as suas virtudes igualem ao seu sangue; para segurar matéria tão importante, lhe escolhi a assistência desse Colégio, para que os Padres dele o educassem com as altas virtudes, que permanecem em uma Religião de que eu faço tão particular estimação; e me pareceu dizer-vos que com esta vos será entregue uma instrução assinada por Bartolomeu de Sousa Mexia do meu Conselho e meu Secretário do Expediente e Mercês, em que vos declaro o modo com que vos haveis de haver em tudo que toca à pessoa do dito meu irmão, o que fareis observar, como parte desta minha carta, e tudo mandareis guardar no cartório desse Colégio, para que os Reitores dele, que vos sucederem, tenham inteira notícia da

minha resolução, e a cumpram. Inscrito em Lisboa a 25 de Setembro de 1715. *(a)* Rey...» [1].

Entrado no Colégio começou D. José a dar-se ao estudo, segundo as prescrições do Rei seu irmão. Ordenou este que fosse logo examinado na Gramática, para que os examinadores lhe designassem a classe que devia frequentar, conforme o adiantamento do nobre estudante. Marcaram-lhe a classe de Humanidades ou a 2.ª classe. No ano seguinte de 1716 a 1717 matriculou-se na classe de Retórica. O Professor das duas classes era o P. Domingos Pinheiro, natural de Loures, depois insigne missionário da China, para onde navegou em 1725 [2].

Nas classes lhe puseram cadeira de espaldar guarnecida de damasco vermelho, e uma mesa ou bufete coberto de pano de damasco, para assistir com a decência devida à sua pessoa.

A ida para as aulas era um acto solene de cada dia. Acompanhava-o sempre o capelão; no séquito iam todos os pagens, e um deles levava numa salva os livros, o tinteiro e o mais que fosse necessário para o estudo. Na classe dava as lições e exercitava-se com os demais estudantes sem diferença, assentado porém e descoberto. Os exercícios escolares ou temas fazia-os como os demais estudantes e depois de feitos os entregava ao Mestre.

No mais seguia o nobre discípulo o sistema de ensino que naquela Universidade e nos outros colégios da Companhia se praticava, como já explicámos nos volumes anteriores, e dava provas claras do seu invulgar talento. Defendeu D. José, como

---

[1] No códice $\frac{\text{CXIX}}{\text{2-32}}$, *Relação* citada. — O original desta carta conserva ainda o selo real no mesmo códice, ff. 16-17. — Segue a Instrução assinada de Lisboa a 24 de Setembro de 1715 por Bartolomeu de Sousa Mexia, Secretário do Expediente e Mercês, com este título:

«Instrução que S. Magestade que Deus g., mandou fazer e aprovou sobre o tratamento do Senhor D. José, seu irmão, cuja observância e execução foi servido cometer ao Rev.do P. Reitor do colégio e Universidade Vicente Ferreira e seus sucessores no dito cargo na forma da carta que o Senhor lhe mandou escrever com data de 25 de Setembro de 1715, e é servido Sua Magestade que esta Instrução tenha o mesmo vigor que a dita carta», f. 18-20.

[2] Conservava o P. Domingos Pinheiro saudosa lembrança do régio discípulo, para quem passados anos, sendo já Arcebispo de Braga, mandou da China o bom missionário um precioso serviço de chá de louça de Pequim. Cf. *Revista de História*, IX, pag. 261-262; F. Rodrigues, *Jesuítas Astrónomos na China*, pág. 55.

já referimos (1) as conclusões que, para honrar o régio aluno, organizou o professor P. Domingos Pinheiro e ele sustentou com aplauso de toda a Universidade e gente distinta.

Mas a saúde melindrosa obrigou o Príncipe a interromper os estudos e a voltar para a Capital. Só nove anos mais tarde pôde retomar o labor universitário.

Em 16 de Janeiro de 1726 entrava de novo pelas portas da Universidade o antigo estudante. Encetou o seu estudo pelo terceiro ano do curso filosófico. A carta de D. João V, que o apresentava pela segunda vez e encomendava, dirigida de novo ao reitor, que então era o P. Francisco Gomes (2), assim louva a Companhia de Jesus insistindo em louvores dados:

« Reitor do Colégio e Universidade de Évora. Eu El-rei vos envio muito saudar. Sou servido que D. José, meu muito amado irmão vai a essa Universidade para nela se aperfeiçoar na língua latina e estudos filosóficos e Teologia. E por esperar confiadamente do grande zelo e acerto com que a Religião da Companhia atende às coisas do meu serviço e pelo grande amor que tenho ao dito meu irmão e desejo de que as suas virtudes e letras igualem ao seu sangue e ao estado eclesiástico, que ele elegeu, para segurar matéria tão importante, lhe escolhi a assistência desse colégio, para que os Padres dele o encaminhassem nas altas virtudes e letras, que permanecem numa Religião que tanto as professa e de que eu faço tão particular estimação » (3).

Conformando-se aos sentimentos do Monarca, a Universidade empenhou-se em educar e instruir o Príncipe da maneira que requeria a dignidade da pessoa. Para mais pronto proveito pôs à sua disposição dois Padres de rara erudição, que particularmente o guiassem no trabalho científico e ascético (4).

---

(1) Veja-se Liv. III, cap. I, pág. 14, nota 57.

(2) Francisco Gomes foi reitor da Universidade desde 1 de Maio de 1723 a 5 de Junho de 1726. Era natural de Lisboa, onde veio à luz em 15 de Maio de 1661, entrou na Companhia a 25 de Março de 1676, ensinou Filosofia por 5 anos, Escritura 7 anos, foi reitor do colégio de Braga e da Universidade de Évora e Assistente em Roma desde 1726 a 1741, ano em que faleceu. Cf. Catálogo de 1726, n.º 527; Franco, *Évora Ilustrada*, pag. 205.

(3) Veja o artigo *O doutoramento de um Príncipe:* de Manuel B. de Lima carta do rei de 10 de Janeiro de 1726.

(4) Franco, *Imagem do Segundo Século*, f. 278; B. N. L., Fundo Geral, 750.

Com estas diligências pôde enfim no dia 16 de Março de 1728 apresentar-se ao exame de Bacharel de Teologia; a 10 de Outubro desse mesmo ano tomava o grau de Bacharel; em 26 de Julho de 1733 recebia com pomposa solenidade o grau de doutor em Teologia. A 17 de Dezembro de 1728 recebia a Ordenação sacerdotal, e a 1 de Janeiro de 1729 celebrava a Missa Nova; e o curso teológico iniciara-o a 11 de Outubro de 1728 [1].

A frequência, o estudo e o doutoramento do Infante D. José naquelas escolas eborenses deram grande nome à Universidade, aumentaram-lhe o crédito e multiplicaram-lhe os estudantes. As cartas ânuas de 1734 a 1738 atestam que desde que o Infante D. José recebeu na Universidade de Évora o grau de doutor em Teologia, cresceu desmedidamente o número dos candidatos às borlas de doutor [2].

Mas o Príncipe doutor também começou a apreciar altamente a honra que recebera da Universidade. Bem o mostrou na carta que escreveu em 17 de Novembro de 1733 ao Geral da Companhia. Oxalá que não se desdissesse alguma hora!

A carta põe de manifesto os sentimentos de sua alma por estas expressões de sincero reconhecimento: « Esta de V. Rev.^ma^, diz o Infante, me deixou muito agradecido à sua pessoa e igualmente no conhecimento de que V. Rev.^ma^ ainda de tão longe e entre os cuidados do seu governo não sabe faltar às atenções e políticas, no que bem declara é cabeça da sagrada Companhia de Jesus, Religião, que não só é ilustre e primeira nas ciências que professa, mas até nas máximas de política, com que se fazem mais veneráveis e plausíveis as virtudes religiosas, que exercita.

Até agora reconhecia eu dever à Companhia de Portugal um grande carinho e amor observado nos muitos anos de minha educação e estudos neste Colégio de Évora, mas este testemunho de afecto de V. Rev.^ma^ faz na minha vontade maior peso para o estimar. Posto que juntamente me fica o conceito de que V. Rev.^ma^ com razão muito especial manifesta tanto gosto por me haver graduado nesta Universidade; porque sendo esta glória

---

(1) Sousa, *Hist. Genealogica*, VIII, pág. 517-518; Baptista de Lima, *Um Filho de D. Pedro II*, pág. 29, 30, 31, 53.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 270.

toda da Companhia a quem sou devedor de tudo o que sei, não pode também deixar de competir a V. Rev.ma.

O que sempre desejarei é ter ocasião de mostrar a V. Rev.ma quanto lhe fico obrigado; a quem Deus guarde muitos anos. Évora, 17 de Novembro de 1733» [1].

Adornado já com as insígnias de Doutor em Teologia, estava D. José indigitado para subir às dignidades da Igreja. Não o descuidou o monarca magnânimo. Vagava desde 1728 a arquidiocese bracarense, e a 11 de Fevereiro de 1739 nomeou o infante doutor para essa mitra primacial. Bento XIV confirmou a eleição pelo Breve *Divina disponente* de 19 de Dezembro de 1740.

Foi sagrado na Basílica Patriarcal de Lisboa; partiu da Corte a 4 de Julho, e depois de uma viagem triunfal, desde a Capital do Reino até à capital do Minho, entrou em Braga a 23 de Julho de 1741. Os jesuítas é que lhe prepararam este triunfo. Sabiam apreciar a honra de o terem, como discípulo, na sua Universidade.

Terminados os recebimentos e festejos e tomados os conhecimentos daquela sociedade braguesa, entrou o arcebispo primaz no governo da sua vasta e dificultosa arquidiocese. Animavam-no excelentes intenções, não havia dúvida, mas falecia-lhe a prudência e a circunspecção. Quis melhorar o arcebispado, que bem precisava de reforma com os treze anos de vacância da Sé e com a administração irregular e tumultuosa do cabido em todos esses anos; não soube porém conter-se nos limites da moderação, dando largas aos ímpetos do seu génio arrebatado. Era altivo por geração, inflexível e pertinaz nas decisões, e de todo inexperiente no governar. O seu bispado foi uma série continuada de desordens e excessos. Chegou a mandar prender desassete cónegos de uma vez!

As perturbações eram em grande parte atribuidas ao Estribeiro-mor e Mordomo do Arcebispo, João Lobo da Gama, que tinha ilimitada valia com o Prelado [2].

D. João V estranhou o proceder de seu irmão, interveio com sua autoridade e propôs-se remediar os males gravíssimos da diocese. Carta que em nome do Monarca escreveu a D. José

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 54, *Lit. Ann.* 1734-1737.
[2] Cf. A. Ferreira, *Fastos*, III, pág. 280 segs.

o secretário Alexandre de Gusmão, esclarece-nos bem do estado infeliz do arcebispado. « Sereníssimo Senhor. Havendo chegado à notícia de Sua Majestade as muitas desordens que há nessa cidade e no governo de sua diocese pelos irregulares procedimentos de V. Alteza, motivados pela ambição e maldade do seu Estribeiro; querendo o mesmo Senhor evitar a continuação dos seus danos, sem faltar à sua justiça, nem desacreditar a V. Alteza, é servido de ordenar que, dentro de oito dias, se retire V. Alteza para fora da cidade, em distância de três léguas, com pretexto de visitar várias terras da diocese, pelas quais viajará a fim de que a sua ausência não pareça extermínio, sem embargo de não tornar para Braga até que tenha licença, conservando porém em seu nome e debaixo da sua direcção todo o governo do arcebispado.

Quanto ao seu Estribeiro é Sua Majestade servido que V. Alteza o faça conter dentro das faculdades do seu emprego, se quiser conservar-se nele e evitar que seu rei o castigue.

Com esta desgostosa ocasião tenho a honra de pedir a V. Alteza a sua bênção [1]. Lisboa, no Paço a 3 de Outubro de (1746) ».

Dois meses depois, em 10 de Dezembro, saiu de Braga o Arcebispo, para iniciar a visita imposta pelo Monarca e só voltou para a sua cidade episcopal a 7 de Outubro de 1750, depois da morte de D. João V.

Mas os desconcertos recomeçaram no governo do arcebispado. O Estribeiro Lobo da Gama nunca perdeu a privança do arcebispo. Fermentavam cada dia discórdias e os jesuítas também foram vítimas da altivez e violência do seu discípulo de outrora. O Arcebispo, conforme depoimento de contemporâneos, não fazia senão o que o valido lhe insinuava. Daí brotaram as iras que mudaram o irmão de D. João V de amigo sincero e grato dos jesuítas em seu inimigo irreconciliável e raivoso. Os religiosos ignacianos não podiam aprovar as tropelias que perturbavam a diocese. Puseram-se do lado dos oprimidos e defendiam, atesta Santa Rita Durão, aquela afligida metrópole das tiranias que nela praticava um criado daquele Prelado [2].

Por esta posição que tomaram, subiu a extremos a ira do

---

[1] Augusto Ferreira, *Fastos*, III, pág. 306, 309; Sena Freitas, *Memórias de Braga*, III, 392; B. N. L., Fundo Geral, 682.

[2] Artur Viegas (António Antunes), *O Poeta Santa Rita Durão*, pág. 100.

arcebispo. No dia 9 de Novembro de 1754 mandou intimar por Lourenço Adão, Porteiro da Casa de Sua Alteza, que não entrassem mais na Sala do Paço arquiepiscopal; ordenou aos capelães dos conventos de freiras não consentissem que eles pregassem nem confessassem; deu ordem ao Meirinho do Pátio das Escolas, que não prendesse nenhum estudante por indicação do Reitor ou Prefeito do Colégio de S. Paulo, como tinham de privilégio; concedeu licenças amplas, para que toda e qualquer pessoa pudesse ensinar Gramática, ministério reservado aos religiosos da Companhia; dispôs que não fossem mais chamados para examinadores sinodais, nem se examinassem com eles os clérigos do arcebispado [1].

Assim pagou D. José de Bragança, quase nos fins da sua vida, a seus mestres e educadores, a dedicação extremosa, que eles tiveram para o seu mais categorizado aluno! Na pública perseguição que lhes fez, deu notável e primeiro exemplo ao cruel e vingativo ministro, depois Marquês de Pombal [2].

11 — Mas ainda não acabaram as tribulações da benemérita Universidade. Nos últimos anos da actividade literária da Academia eborense, frequentava as suas aulas um estudante que, se não adquiriu doutrina em abundância, alcançou certamente e aprendeu a arte de maldizer o próximo e de desacreditar professores honrados. Davam-lhe o nome de Bento José de Sousa Farinha. As suas delícias, eram, segundo parecia, murmurar e detrair dos que trabalhavam bem e com proveito. E para mais detestável escândalo, pôs o seu maior empenho em tirar a fama e o bom nome àqueles Mestres a quem devia o pouco ou muito que sabia, com presunção de que sabia muito. Línguas deste jaez desmerecem todo o crédito [3].

---

[1] B. N. L., Fundo Geral, 682, f. 122; Aug. Ferreira, *Fastos*, III, 320; *Memorias Archeologico-Historicas da cidade do Porto*, II, 338 segs.

[2] Aug. Ferreira, *Fastos*, III, 320.

[3] Bento José de Sousa Farinha nasceu no Alandroal a 6 de Junho de 1740. De 7 anos de idade principiou o estudo da Gramática na Universidade de Évora, que concluiu em 1750; tomou o capelo de Filosofia a 1 de Junho de 1755; entrou no colégio da Purificação em 1756, onde fez o curso de Teologia. De 1760 a 1764 cursou Direito Canónico na Universidade de Coimbra. Nesse mesmo ano pronunciou a *Oratio pro Rostris* no primeiro ano que ensinou Filosofia em Évora, na mesma casa da Universidade dos Jesuítas. Desempenhou-se desta cadeira por

O que dizia da Universidade, em que se formara, e dos professores que o ensinaram, era indigno e infame [1].

Quanto a moralidade atreve-se a atribuir aos seus antigos Mestres, indecências que fazem ruborizar gente honesta, e não lhe sobejou vergonha de lançar ao papel tais inconveniências. Nem teve pejo de infamar, com obscenidades, todo ou quase todo o colégio e Universidade. Ora o acervo de calúnias repelentes, já ficou triunfantemente refutado no primeiro e seguinte livro deste volume.

A decência nos manda que não nos demoremos mais nestas ignomínias.

Não podemos negar que se houvesse de notar, depois de exame, alguma falta ou defeito. Onde há homens há deficiências humanas; mas a própria admiração que levantava a falta, provava a raridade absoluta de semelhantes ocorrências, como aconteceu com a morte, que um professor deu a outro na Universidade eborense pelos anos de 1754 a 1 de Maio.

O assassinado, que se chamava Filipe de Gamboa, era professor de Matemática, e morreu com morte cristã, perdoando ao matador. Os Padres do colégio, reunidos em consulta assentaram que o assassino, que se chamava Alexandre de Torres, estava louco. Será verdade? [2]

No estudo literário e científico apostou-se o miserável estudante Sousa Farinha a lançar o maior desprezo e descrédito.

---

cerca de 15 anos. Depois foi ensinar a mesma faculdade em Lisboa, sendo anos depois aposentado em 1779. Foi por muitos anos reitor do Seminário de Santarém e faleceu em Lisboa, no Real Paço da Ajuda, a 17 de Junho ou Julho de 1820. Cf. *Biblos*, vol. XXIII, T 1.º, 1947, pág. 81 seguintes, artigo de Maria Amélia Machado Santos: « Apontamentos para a vida de Bento José de Sousa Farinha».

(1) Cf. Bibl. Acad. das Ciências, ms. n.º 217 é uma « Breve Notícia dos Estudos na Universidade de Évora ». Cf. *Rev. de Hist.*, X. pág. 298 segs.

Na face interior da primeira folha do ms. está com outra letra a nota seguinte: « Será do Cenáculo? O autor deste opúsculo me disseram que era o Professor de Filosofia e ... de Farinha, cujo nome todo me parece que era Bento José de Sousa Farinha, e isto mesmo se confirma no contexto do discurso em que tão bem se descobre a acrimónia de seu autor e demasia de génio ».

(2) B. N. L., Fundo Geral, n.º 4505, f. 248v, *Rev. de Hist.*, X, pag. 303.

Filipe de Gamboa, nasceu na capital, a 17 de Maio de 1722, e entrara na Companhia a 7 de Setembro de 1738; e Alexandre de Torres, de Setúbal, nasceu em 27 de Fevereiro de 1728, e entrou na Companhia a 28 de Março, de 1742.

Quer fazer-nos entender que os Mestres, o que menos tratavam era de ensinar proveitosamente.

No primeiro ano de Filosofia os estudantes sabiam que não haviam de perceber nada, «não só pela qualidade da ciência que se propunha, mas também pela seca e escura explicação que o Mestre fazia» (1). As postilas que se davam eram «tristes e enfadonhas». Os exercícios literários do primeiro ano «consistiam em dizer três ou quatro vezes a lição, e em argumentar outras tantas vezes» (2).

Havia liberdade de faltar à aula e de sair dela sem contradição nem ao menos escândalo, em toda a hora e todas as vezes que quisessem (3).

Na aula de Matemática, onde entrou em Outubro de 1749, estudou uns dois anos com o P. Filipe de Gamboa, e tem ânimo para asseverar que o Mestre sabia menos que os discípulos (4).

E depois destas e parecidas observações exclamava satisfeito o acusador: «Eis aqui quais eram os estudos da Companhia»! Dos livros que deixaram os Jesuítas expulsos aponta excassez extrema para aviltar o ensino da Universidade. Mas falseia a história o crítico. Eram mais e muito mais os livros, nacionais e estrangeiros, que utilizavam os professores e escritores jesuítas, como neste volume de nossa História e noutros autores se mostra superabundantemente; e quando este crítico infeliz estudava na Universidade alentejana, tinha ela já começado a reformar notàvelmente e feito progredir os seus estudos (5).

---

(1) *Revista de Hist.*, X, pág. 300-301.
(2) *Ibidem*, pág. 301.
(3) *Ibidem*.
(4) *Ibidem*, pág. 303.
(5) Veja-se todo este nosso volume. Cf. *Revista de Hist.*, X, 304-305.

Contra as falsidades de Sousa Farinha ainda atestamos ter sido tal a solicitude no ensino universitário, que até as aulas da Universidade eborense se apresentavam aos olhos curiosos dos estudantes com lições de Física, debuxadas nos graciosos panos de azulejos, que adornavam essas aulas desde a primeira metade do século XVIII.

Sobre esses azulejos assim discreteia o Eng.º Santos Simões no opúsculo intitulado *Alguns Azulejos de Évora*: «Estes azulejos da Universidade Inaciana de Évora são, em parte, um formal desmentido às afirmações parciais dos detractores da Sociedade, e provam, como autênticos e irrefutáveis documentos, que os jesuítas escolhiam para a decoração do seu colégio a reprodução de estampas

Mas sobejam as amostras da crítica literária e histórica de Sousa Farinha, que frequentou por doze anos a Universidade de Évora [1].

Cerradas já as escolas da Companhia, exerceram o magistério na Universidade alguns professores por ordem régia, particularmente o já conhecido Bento José de Sousa Farinha. Foi também provido por substituição na cadeira de Retórica o famoso poeta Nicolau Tolentino de Almeida no ano de 1766 [2]. Serviu o cargo por dois anos com o ordenado de vinte escudos e com muita aceitação e proveito dos estudantes [3].

Farinha pôde com licença real e conselho do Principal Almeida abrir aula de Filosofia no ano de 1764, no mesmo Pátio da Universidade com 22 discípulos [4].

Mas a 17 de Janeiro de 1770 foi promovido a professor de Filosofia em Évora com o ordenado de 450$00 cada ano; e no primeiro de Março desse ano tornou a abrir aula de Filosofia para 62 discípulos. Ensinou a *Lógica* de Verney, de que fizeram exame público no mês de Julho desse ano [5].

Indo decorrendo desta maneira o professorado filosófico de Farinha, chegam a Évora, em Julho de 1776 dois religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco e apresentaram perante o Corregedor da Comarca um Decreto do Rei D. José, pelo qual fazia mercê do colégio do Espírito Santo, que fora de Jesuítas, à sua

---

altamente instrutivas para o tempo, e nas quais dão lugar de destaque precisamente às manifestações científicas mais avançadas. Chamamos-lhes verdadeiros «azulejos didácticos»... Cf. Santos Simões, *Alguns Azulejos de Évora*, Évora, 1945, pág. 41; *A Cidade de Évora*, Boletim da Câmara Municipal, 9-10, pág. 93; *Brotéria*, XX, pág. 199, artigo de Domingos Maurício, *os Jesuitas e o Ensino das Matemáticas*.

[1] Cf. Livraria da Acad. das Ciências, ms. n.º 217; *Revista de Hist.*, X, 298-305.

[2] Cf. Livraria da Acad. das Ciências, ms. n.º 217.

[3] Nicolau Tolentino deixou em 1768 a substituição, para se opor a uma cadeira de Lisboa, que vagara.

[4] No ano de 1767 fechou-se a aula de Filosofia por lhe ser necessário a Bento José assistir ao seu despacho em Lisboa. Cf. ms. citado.

[5] Farinha vivia muito pago e talvez presunçoso de ser por tantos anos Lente de Filosofia na que ele chamava Universidade. Quando era professor assinava-se pomposamente: Artium Magister Professorque Philosophiae in Academia eborensi. Cf. *Biblos*, V. XXIII, T. I, 1947.

Congregação com todas as suas pertenças... E os Padres tomaram posse desta casa.

Os professores que estavam ensinando, ficaram desobrigados das suas lições no Pátio dos Estudos.

Nesta emergência, deu Sousa Farinha provas claras do seu génio desbocado, despeitado e orgulhoso. Assim escreveu sobre este sucesso: «Foi grande o espalhafato que estes Padres fizeram em sua entrada nesta cidade, dando a entender que eles vinham a pôr estudos públicos na cidade e que os tinham arrancado ou quase das mãos dos Professores. Nos dias da posse nunca estes Padres andaram senão em sege e acompanhados de muita gente na cidade, que atroada por suas vozes e picada pelo gosto e curiosidade de ver coisas novas, os serviam e lisongeavam em toda a parte» (1).

Enquanto se reorganizavam os estudos na falta de professores, causada pela expulsão dos Jesuítas, já os antigos moradores da Universidade e Colégio do Espírito Santo iam tragando as amarguras do desterro e das masmorras.

Mas ainda antes da expulsão e saída da sua casa e Universidade, apenas lhe foi chegando a notícia do cerco posto às casas em Lisboa, multiplicavam as orações e penitências para afastarem, pelo auxílio divino, a calamidade iminente. Todavia, refeitos dos primeiros sobressaltos, retomaram, presos ainda, os exercícios literários e os exames. E não obstante o atrocíssimo abalo, que os perturbou, não omitiram coisa alguma que devessem praticar (2).

De repente, porém, estalou sobre suas cabeças a tormenta fatal. Era o dia 8 de Fevereiro de 1759. Pela parte do campo e da cidade dois troços de cavalaria cercaram já noite o colégio, a Universidade, o seminário, o jardim, a horta e toda a cerca.

Para implorarem a protecção divina levaram o dia todo em adoração diante do Santíssimo Sacramento exposto (3).

Pelo mesmo tempo receberam ordem, da parte do Rei, que continuariam presos, com proibição de comunicarem de modo nenhum com a gente de fora (4).

---

(1) Ms. citado n.º 217, f. 25v-26.

(2) Caeiro, *De Exilio Prov. L.*, l. IV. n.º 92, *Gesta in obsidione.*

(3) Caeiro., *ob. cit.*, l. IV, n.º 71.

(4) *Ob. cit.*, n.º 72.

Difundiu-se logo a notícia do cerco dos religiosos, e foi tal a tristeza e pranto espalhado pela cidade inteira, que por todas as casas e ruas se levantou como que um grande motim.

Demais, enorme multidão de povo correu para o colégio soltando brados e lamentos a ponto de recearem alguma revolução, e chegaram a puxar pelas armas. Houveram de serenar-se, mas demonstraram claramente o alto apreço em que tinham os perseguidos religiosos [1].

Assim sofreram esta prisão injusta e ignominiosa durante uns sete meses até que em 10 de Setembro do mesmo ano de 1759, os avisou o desembargador Novais que se preparassem para a viagem, em número de sessenta e nove sacerdotes na noite do dia seguinte. Iam em 35 carruagens, escoltados por tropa [2]. Eram os grandes criminosos!

Tanto os que ficavam como os que partiam, se desfaziam em pranto. Nem se podia fàcilmente saber de quais era mais profunda a tristeza, de quem mais lutuosas as lágrimas. Os jovens, lançados aos pés do seu Reitor, lhe pediam a bênção e lhe osculavam entre lágrimas a mão direita [3].

Com este espectáculo terníssimo comoveram-se o desembargador e os militares, nem puderam ter mão nas lágrimas. E Novais sentiu-se pela comoção que o arrebatou, obrigado a louvar ali pùblicamente a educação dos jesuítas e os costumes admiràvelmente perfeitos da sua juventude [4].

A cidade de Évora estava, pela saída dos religiosos, mergulhada num mar de tristeza [5].

Três horas antes da meia-noite saíram de Évora [6], e depois de uma viagem mal preparada e trabalhosa, chegaram a Lisboa pouco antes da aurora e foram acolhidos numa nau, já pronta para a viagem do desterro de Itália [7].

---

[1] *Ibidem.*

[2] *Ob. cit.*, V, n.º 23.

[3] *Ob. cit.*, V, n.º 24.

[4] *Ibidem.*

[5] *Ibidem.*

[6] Caeiro, V, n.º 28, 24; XVI Kal. oct. O *Compendio Istorico*, pág. 152, diz que partiram 3 horas depois da meia noite!

[7] Caeiro, L. V, n.º 36; *Compendio Istorico*, pág. 151-154: Foram estas as primeiras vítimas que se embarcaram para o desterro de Itália. Cf. *Compendio*

Teve sorte semelhante o Colégio de S. Paulo, de Braga, que aos demais colégios, de Évora, de Coimbra e de Santo Antão, se avantajava no número de estudantes, que frequentavam suas escolas [1].

De estudos «tinha o colégio de S. Paulo uma escola para rapazes de toda a classe sem necessidade de hábito preto e nela se ensinava a ler, escrever e contar, e a doutrina cristã com o maior cuidado e desvelo. Recebia quantos meninos se ofereciam e cabiam» [2].

No mais «tinha o colégio três aulas de Gramática, chamadas Quinta, Quarta e Terceira, com seus mestres sempre jesuítas, mais duas aulas de Retórica e Humanidades, em que entrava a Poética latina, e se chamavam Segunda e Primeira, servidas igualmente por jesuítas mestres, escolhidos» [3].

Liam-se dois cursos de Filosofia, Lógica, Física e Metafísica, providas de mestres próprios; finalmente duas cadeiras de Teologia Moral, uma de Prima, outra de Véspera, com seus dois mestres distintos [4].

Depois de toda esta actividade soou-lhes também a esses dedicados professores a hora tristíssima da tribulação. Publicada a lei de 3 de Setembro de 1759, foram presos e removidos de suas casas todos os religiosos da Companhia.

Os moradores do Colégio de S. Paulo, prisioneiros no seu mesmo Colégio, esses experimentaram, no meio de tão amargos dissabores, o mais dedicado amor da parte dos cidadãos bracarenses, que lhes ministraram em abundância quanto precisavam

---

Istorico, pág. 154. — Foram nesta leva 133 jesuítas: os de Évora e 40 que se lhes juntaram em Lisboa. *Compendio Istorico*, 149-150.

[1] O cónego Dr. Miguel Gomes Soares, contemporâneo destes sucessos, escreveu nas suas *Memórias de Braga*, ms., que a cidade bracarense tinha mais de 3.000 estudantes, quase todos do Arcebispado, que vestiam o mesmo traje dos de Coimbra, e procediam «segundo a gravidade e modéstia que os jesuítas exigiam de seus estudantes». Cremos que Miguel Gomes exagera o número de estudantes do colégio de S. Paulo. Veja-se também: Inácio José Peixoto, Desembargador, aluno que fora do colégio de S. Paulo, nascido em 1732, que escreveu *Memórias Particulares*, ms., donde copiou muito o Dr. Gomes Soares.

[2] Cf. Dr. Miguel Gomes Soares, *Memorias de Braga*, ms.

[3] Cf. *Memórias* de Miguel Gomes.

[4] *Ibidem*.

para o seu sustento, chegando ao extremo de pedir esmola de que se sustentassem com largueza na sua penúria.

No dia 3 de Outubro de 1759 [1], depois de nove meses de rigoroso bloqueio, partiram de Braga directamente para o colégio do Porto, dali para Lisboa, onde encontraram navio que os levou à Itália, para o desterro perpétuo [2].

---

(1) Dr. Miguel Gomes Soares tem aqui a data de 3 de Outubro de 1759; mas Augusto Ferreira põe a data de 31 de Outubro, e adverte que concorda com documentos posteriores que ele examinou, e que os jesuítas partiram de Braga para o Porto na alta manhã de 31 de Outubro de 1759. Cf. A. Ferreira, *Fastos*, III, 338 nota 2.

(2) Cf. Caeiro, IV, *De Exilio Prov. Lus.*, n.° 148.

CAPITULO VI

TEOLOGIA, ORATÓRIA, LETRAS

SUMÁRIO: — 1. *Teologia.* — 2. *Autores e Obras Teológicas.* — 3. *Oradores.* — 4. *Letras.*

1. — Concluamos neste capítulo o que ainda nos resta de ciências e letras para formarmos conceito exacto da actividade laboriosa dos professores ignacianos.

Depois das lutas, maiores ou menos importantes, que nos perturbaram no seu tanto o sossego das ocupações literárias, cabe-nos agora avaliar pacìficamente o trabalho das demais ciências, que puderam ir-se desenvolvendo e até progredindo, sem que as paixões humanas se intrometessem a desinquietar a boa harmonia das letras e ciências sagradas. Referimo-nos com particular intenção às ciências teológicas. A estas que têm lugar primacial na nossa história, sempre a Companhia de Jesus lhes deu maior importância e mais vivo empenho, por serem estudos, mais que todos recomendados pela profissão especial da nossa Ordem, como religiosa que é. Sempre desde os princípios os ensinou primeiramente não só aos membros da Ordem, mas também aos estudantes externos [1].

---

[1] Cf. Francisco Rodrigues, *História da Companhia*, III, I, pág. 174 segs. — Sempre nas suas escolas teve a Companhia Teólogos eminentes. Nos séculos XVI e XVII pôde apresentar com satisfação: Francisco Suárez, o doutor exímio; Luís de Molina; Cristóvão Gil; Diogo de Areda, sénior; Estevão Fagundes; Bento Pereira, Baptista Fragoso; Francisco Valente; Agostinho Lourenço e outros mais. *Ibidem*, l. c., pág. 174 segs.

Não se repare todavia no pequeno número de teólogos, que ora apresentamos neste volume. Os anos que abrange esta bem restrita parte da nossa História, constituem apenas a metade deste século XVIII, e o século XVI e XVII foi o tempo em que maiores e mais importantes obras científicas produziram os professores da Província Portuguesa da Companhia. As pessoas e os tempos formam estas desigualdades. Ementemos alguns dos principais autores.

2. — Além dos escritores que foram já mencionados incidentemente no tomo anterior, com as obras que escreveram, comemoremos sòmente os que rigorosamente pertencem à primeira metade do século XVIII. Sejam os seguintes. De Luanda o P. Manuel Correia nos brindou com uma obra original, a que deu o título de *Ideia do Conselheiro*, saída a público em Roma no ano de 1712 [1]. É obra póstuma, em que se explicam as obrigações do conselheiro; os dotes que demanda; e a diversidade de conselhos para cada um com tanta exacção, que nada lhe falte para complemento do assunto [2].

Siga-se o P. António Cordeiro, angrense, professor emérito de Teologia no Colégio de Jesus de Coimbra, que editou um tomo de *Teologia Escolástica*, sobre S. Tomás de Aquino, em 1716, e no ano de 1718 outro tomo in fólio de *Resoluções Theojuristicas*, obra de larga erudição, não porém sem a nota de algumas larguezas e opiniões exóticas [3].

Fiquem também nestas páginas inseridos os dois tomos sobre a *Restituição*, obra do Doutor Manuel Pereira, e feita a despesas do monarca D. João V no ano de 1724 [4]. Barbosa Machado pôde escrever que na obra deixou o P. Pereira «depositada a

---

[1] O título é: *Idea Consiliarii sive Methodus tradendi consilii ex Regulis conscientiae*... Teve nova edição em 1752. — Manuel Correia ensinou Letras por 6 anos, outros 6 Teologia moral, e 15 Teologia Especulativa. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, I, 181.

[2] Veja-se o frontispício e título da obra.

[3] «*Resoluções Theojuristicas*. Tomo I. Que contém as partes e materias principaes, 1. da Emphyteuses ou Prazos. 2. de Censos ou juros. 3. de Testamentos ou dotes. 5. de Morgados ou capellas vinculadas. 6. de Varios contractos ou obrigações utriusque juris», Lisboa, 1718.

[4] *De Restitutione Tractatus sex in tres tomos distributi*... *Opus Posthumum*, Lisboa, 1724. O terceiro tomo não se imprimiu.

sua profunda literatura». Faleceu em 14 de Dezembro de 1683. Contribuiu também o P. Francisco de Sande, natural de Veiros, com a sua muita ciência, exposta em dois in fólios, para promover os estudos teológicos e ajudar a preparar devidamente os estudantes que se animavam a merecer o grau de doutor em teologia na Universidade de Évora.

O sábio autor, bem o verificámos, «tratou com solidez, facilidade e clareza as questões, que os candidatos ao doutoramento são obrigados a defender» [1].

Foi este o empenho do autor Francisco de Sande, que procurou com muito acerto conciliar a brevidade e clareza da sua exposição com a profundeza e importância dos assuntos.

Passou em claro questões de menor monta para tornar mais sólida e proveitosa a sua obra [2].

Merecedora de iguais elogios se apresenta a obra de Francisco Caeiro, lente de Teologia Moral no colégio de Coimbra, sobre a Bula da Cruzada. O crítico Manuel Caetano de Sousa qualifica-a de comentários insignes, não só pela clareza e brevidade concisa, mas sobretudo pela utilidade notável que traz à instrução [3].

Rematemos esta breve ementa com o derradeiro teólogo, que se distinguiu por sua ciência nas escolas da Companhia. Era o P. José de Araújo, natural do Porto, teólogo de nomeada, que ensinou, como lente de Prima no colégio de Santo Antão, Teologia especulativa e moral, sendo Prefeito dos Estudos [4].

Nesse colégio compôs e publicou dois in fólios de Teologia especulativa sob os auspícios do monarca D. João V em 1734 e 1737.

São dezanove disputas teológicas, explicadas nos dois tomos,

---

[1] F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, I, pág. 175.

[2] *Ibidem*, págs. 174, 175.

[3] Tem por título: *Opusculum Morale De Bulla Cruciatae Lusitana, et de Monitoriis* a P. Francisco Caeyro Societ. Jesu, in Conimbricensi Artium Collegio Moralis Theologiae Primario Professore. Évora, 1718. É volumezinho de 313 págs.

O P. Caeiro era natural da Aldeia de Matos, na freguesia de S. Pedro de Corva, do termo de Monsaraz. Faleceu em Roma no Colégio Romano em 1721. Cf. Franco, *Ano Santo*, pág. 73.

[4] Cf. ms. *L.º dos P.es q. morrem*, pág. 21.

sendo tratada com mais esmero e exacção a undécima disputa da visão beatífica [1].

Explanando a doutrina com método e brevidade, segundo o autor declara, concorre notàvelmente com mais comodidade e proveito para maior utilidade dos estudantes. A obra é indiscutìvelmente valiosa. Há ordem e clareza na exposição, agudeza no discorrer sobre várias opiniões; profundeza e elevação no pensamento teológico e serenidade no disputar [2].

Entre as obras de Teologia merece ainda hoje uma comemoração honrosa a mais profunda obra teológica, de que o célebre Padre António Vieira se gloriava, e a que o grande orador não pôde assentar a última demão.

Já o orador desaparecera do mundo, e não só não caíra no esquecimento a *Clavis Prophetarum*, mas homens insignes procuravam e pediam que se desse à estampa, para não se perder aquela obra do génio de Vieira.

Pelos anos de 1716 entrou na alma do Cardeal Nuno da Cunha « o desejo que Sua Emin.ª tinha, como lhe escreveu o Geral da Companhia de Jesus, da impressão da *Clavis Prophetarum*, do Padre António Vieira. Era efeito, insistia o Geral, do grande amor que em tudo Sua Eminência mostrava a esta mínima Companhia e seus filhos, mas tem sido tão pouco afortunado este livro, que por mais diligências que se têm feito, se não pôde até agora alcançar a faculdade para se imprimir; e agora lhe dizem que Sua Santidade cometeu o exame dele a dois eminentíssimos Cardeais. Fazem-se e se farão todas as diligências para vencer as dificuldades, que se opõem, e com o vencimento delas, quando Deus assim o queira, daremos a Sua Eminência o gosto de o ver impresso, e a outros muitos, que também o desejam, em que os filhos da Companhia, como tão interessados, terão também grande parte » [3].

---

[1] *Cursus Theologici Tomus Primus in decem Disputationes divisus...* Lisboa, 1734. *Tomus Secundus in novem Disputationes divisus...*, Lisboa, 1737.

[2] *Cursus Theologici Tomus Primus ... Totidem speculativae Theologiae Tractatus brevi methodo explanatos complectens ad commodiorem studentium utilitatem...* Cf. o título do frontispício. — O infeliz autor da *Carta Exhortatoria* chama Teologia *bolorenta* à Teologia de Araújo. A crítica pombalina deste desconhecido autor chama *bolorento* tudo o que sabe a *Escolástica* ou Peripatética.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 248v. Carta do Geral ao Cardeal Nuno da Cunha, de Roma a 20 de Outubro de 1716.

Três anos depois novamente escrevia sobre o mesmo intento ao mesmo Cardeal Nuno da Cunha, a recordar-lhe o muito que Sua Eminência tem feito para conseguir a publicação da *Clavis* e prossegue:

«O livro aqui foi revisto pelos doutos revisores, aos quais o cometeram; e teve votos a favor e desfavoráveis; e alguns quiseram defender com eruditas escrituras, e ainda com elogio do autor, como Sua Eminência terá visto. Mas nesta contrariedade não quis o P. M. do Sacro Palácio dar a licença para a impressão, especialmente por causa da questão, a Sua Eminência bem conhecida, da reviviscência dos ritos judaicos; não cessam contudo de se continuarem as diligências para alcançar a dita licença, e ainda tem o Geral algumas esperanças de se poder conseguir...» [1].

O Cardeal também se atreveu a perguntar ao Geral Tamburini, se poderia haver algum inconveniente na impressão da *Clavis*, e o Geral francamente respondeu como se segue:

«...Conforme a experiência que já tenho, seria total ruína do livro, porque o Tribunal Romano se persuadiria que esta era injúria, que se lhe fazia, e o proibiria sem esperança de nunca mais dar a licença para ele correr; ainda que este inconveniente talvez se poderia obviar, se Sua Eminência se dignasse recorrer imediatamente a Sua Santidade» [2].

Mas finalmente o prudente Geral teve ânimo de desenganar o Cardeal Nuno da Cunha, escrevendo-lhe nestes termos:

«...Sou agora obrigado a certificar a V. Emin.ª que as minhas... esperanças totalmente se desvaneceram e se perderam não sem grande sentimento» [3].

Deste modo podemos dizer que falhou completamente a impressão de obra tão discutida, como era a *Clavis Prophetarum* do grande António Vieira [4].

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 31.

(2) *Ibidem*, f. 301.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 303. Carta do Geral ao Cardeal Nuno da Cunha, de 18 de Julho de 1719.

(4) Também se empenhou notàvelmente para levar a efeito a impressão da *Clavis* a Rainha de Portugal D. Maria Sofia de Neuburg, e para esse fim escreveu cartas ao próprio Vieira e ao Geral da Companhia, Tirso González, ainda em vida de Vieira. A carta do Geral para a Rainha é de Roma, de 28 de Janeiro de 1696.

Com estes modelos de boa Teologia não nos faltem nesta comemoração os livros impressos de menor volume, que designamos com o nome de *Teses* ou *Conclusões*. Naqueles como compêndios de muita e sólida Teologia, se mostra bem o empenho e fervoroso zelo com que nas escolas da Companhia de Jesus se discutiam as elevadas questões da Ciência de Deus.

Citemos algumas dessas obras. Várias delas, reduzidas a formato de livro, dariam certamente volume não pequeno.

Em 1739 defendeu Teses ou Conclusões sobre *Controvérsia* contra as heresias do tempo actual, sob a presidência do P. José Caetano da Companhia de Jesus, o sacerdote irlandês P. João Maccabe, aluno do Seminário de S. Patrício de Lisboa [1].

Um ano depois, em 1740, igualmente defendeu Teses Teológicas no Colégio das Artes de Coimbra, sobre toda a Suma de Santo Tomás, o P. Francisco Tudela, dirigindo a disputa, como presidente, o P. João de Seixas, Lente de Prima de Teologia [2].

No mesmo Colégio disputou-se em 1742 a doutrina de Teologia e Cânones em conclusões do Direito Pontifício. Presidiu no acto literário o P. António Pereira, da Companhia, Lente de Vés-

---

Cf. P. Severino de S. Modesto, *Conversação Familiar*, Valensa, 1750, pág. 540, 541. Deu em Roma um parecer favorável à publicação fr. Jacinto Santaromana, dominicano e teólogo a 4 de Agosto de 1715, e concordaram com esse parecer os dois dominicanos, fr. Mário Diana e fr. Pedro Platamone, e o jesuíta P. André Semery.

Fr. Jacinto Santaromana assim conclui a sua censura da *Clavis : Nihil continet Fidei Catholicae dissonum et bonis moribus contrarium : quapropter illum publica luce dignum censeo.* Cf. Barros, *Vida do . . . Padre António Vieira*, pág. 629; S. Modesto, *Conversação familiar*, Valensa, 1750, pág. 542 segs.

[1] Arquivamos em notas a parte principal dos títulos das Conclusões: *Sacrae Regiae Majestati potentissimi Domini D. Joannis V. Lusitanae & Algarbiorum Regis . . . Universae Theologiae Polemicae adversus haereticam hujus temporis pravitatem Conclusiones Praeside Pat. Mag. Caietano Josepho Soc. Jesu Dic. et consec. P. Joannes Maccabe D. Patricii collega Hibernus. In Ecclesia ejusdem Collegii die 18 hujus mensis integra . . .* — O P. José Caetano, natural de Freixo de Espada à Cinta, nasceu em 20 de Maio de 1708, e entrou na Companhia a 9 de Outubro de 1722. Cf. *Catálogo Oficial de 1726*, n.º 320.

[2] *Conclusiones Theologicas in omnes D. Thomae Partes, Praeside R. P. M. Joanne de Seixas . . . Theologiae Primario Professore, Defendet P. Franciscus Tudella ejusdem Societ. In Aula Theologica Regalis Artium Collegii conimbricensis . . .* — José de Seixas era natural de Santarém, onde nasceu a 9 de Dezembro de 1716. Deu seu nome à Companhia em 7 de Julho de 1731. Veja-se o *Catálogo de 1749*, n.º 648.

pera, e sustentou a defesa das Teses o P. Francisco António, acreditado teólogo e canonista [1].

No ano de 1748 seguiram-se as Conclusões de Teologia de todas as partes da Suma de Santo Tomás, defendidas pelo Padre Francisco Pessoa, no célebre Colégio das Artes, presidindo o P. Pedro da Serra, Lente de Véspera [2].

Sobre Teses de Teologia, em três partes divididas, disputou, por 1751, no Colégio das Artes, o insigne matemático P. Inácio Monteiro. As três partes eram de Teologia Escolástica e Dogmática, de Teologia Moral e de Teologia Canónica, e presidiu à disputa o P. Inácio Borges, Lente de Prima de Teologia no Colégio de Jesus de Coimbra [3].

Em 1754 dedicou ao Cardeal D. Tomás de Almeida, Patriarca de Lisboa, as Conclusões que defendia o P. João de Noronha da Companhia de Jesus, sobre a Universa Teologia, especulativa, moral, polémica e ascética, no Colégio das Artes, presidindo o P. Pedro da Fonseca, Lente de Prima [4].

Nas Conclusões disputadas em 1758 pelo estudante da Com-

---

[1] *Conclusiones Theologico-Canonicas ex selectioribus Juris Pontificii Textibus legitime deductas, Praeside R. P. Mag. ac Doct. Antonio Pereira . . . In Aula Theologica Regii Artium Collegii Conimbricensis . . . Anno Domini 1742.* — O P. António Pereira era de Sacavém. Aí nasceu a 10 de Agosto de 1693, vindo a entrar na Companhia a 7 de Setembro de 1707. Ensinou Letras por 5 anos, Filosofia por 3 e Teologia por 12 anos na Universidade de Évora. Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 514.

[2] *D. Thomae Doctoris Angelici Conclusiones Universas in omnibus Summae Theologicae . . . Praeside R. P. M. Petro da Serra . . . sustentaturus P. Franciscus Pessoa . . . ; In Regio Artium Collegio . . . Anno Dñi 1748* — As Conclusões estendem-se por 104 folhas de 245 × 146 mm., e o título está a duas cores, a preto e vermelho.

[3] *Orbis Theologici Mappam . . . Praeposito Generali . . . Vicecomiti Dicatam et in tres Partes Divisam, 1 de Theologia Scholastica & Dogmatica, 2 De Theologia Morali et Dogmatica 3 De Theologia Canonica, Praeside P. M. Ignatio Borges . . . Theologiae Primario Professore Publico, offert examini Ignatius Monteyro Matheseos Professor. In Aula Theologica Regii Artium Collegii . . .* — Inácio Borges nasceu em Moimenta da Beira a 19 de Março de 1701 e entrou na Companhia a 10 de Fevereiro de 1718 (?). Ensinou Letras, Filosofia e Teologia Moral.

[4] *Conclusiones Theologicas ex Universa Theologia, Speculativa, Morali, Polemica Ascetica deprompias juxta ordinem Angelici Doctoris, Praeside R. Adm. P. M. Pedro da Fonseca . . . Sacrae Theologiae Primario Professore, Defendet P. Joanes de Noronha . . . Anno Dñi 1754.* — Pedro da Fonseca nasceu em Canelas da diocese de Braga, a 22 de Outubro de 1701 e agregou-se à Companhia de Jesus em 25 de Dezembro de 1716. A disputa realizou-se em Coimbra no Colégio das Artes.

panhia, Manuel de Avelar, assistindo, como presidente, o Prof. João Pereira, expuseram-se dogmas da mais pura doutrina, tirada de toda a Teologia escolástica, moral, polémica e ascética, e defendida de quase todos os erros, que foram condenados desde o princípio da Igreja até aos nossos dias [1].

E para amostra dos estudos teológicos da Companhia nos últimos anos de sua actividade em Portugal, bastem os exemplos que aduzimos.

3. — Com estas obras de Teologia vêm naturalmente outras em que se emprega, com proveito dos fiéis, a doutrina teológica. Referimo-nos a obras oratórias, em que não há sòmente literatura mas ciência sagrada. E neste género de literatura deparam-se-nos obras de valor literário e científico.

O primeiro que se nos apresenta é um sacerdote, mártir da sua vocação durante 18 anos nas masmorras pombalinas, e orador que se notabilizou nos grandes púlpitos. Chamava-se Timóteo de Oliveira. Nasceu em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1707; agregou-se à Companhia de Jesus em 24 de Fevereiro de 1721, e foi professor brilhante de Humanidades, de Retórica, de Filosofia e Teologia, e Prefeito de Estudos no colégio de Santo Antão.

Quando começou a ocupar-se nos ministérios da sua profissão, manifestou logo os dotes, que o exornavam, de orador. « Entre os oradores evangélicos, diz Barbosa Machado, mereceu lugar distinto ».

Sobressaiu na Oração fúnebre que pronunciou nas exéquias de D. João V, celebradas em 1750 [2]. Todo o discurso se com-

---

[1] *Convictae falsitatis Theatrum id est Vera sanioris Doctrinae Dogmata ex Universa Theologia Scholastica, Morali Polemica et Ascetica deprompta et ab omnibus pene Haereticorum ac Paganorum erroribus a nascentis Ecclesiae exordio ad haec usque tempora damnatis vindicata, Praeside R. P. M. Joanne Pereira . . . Primario Theologiae Professore, proponet P. Emmanuel de Avellar . . . In Aula Theologica Regii Artium Collegii conimbricensis . . . Princeps Controversia: An et Quis sit Supremus Judex Controversiarum Fidei? Aditus ad Theatrum. Propositionum Damnabilium Naturam exhibet . . . Anno Dñi 1758.* — O P. João Pereira, originário de Coimbra, onde veio à luz em 20 de Julho de 1705, entrou na Companhia em 9 de Março de 1720.

[2] *Oração Funebre das Exequias do Fidelissimo e Augustissimo Rey D. João V de saudosa Memoria, celebradas na Basilica de Santa Maria, offerecida ao Fidelissimo e Augustissimo Rey D. Joseph I. Pelo M. R. P. Mestre Timotheo de Oliveira da Companhia de Jesus, confessor da Princesa N. Senhora.* Lisboa, 1750. Tem o sermão 47 páginas numeradas.

pendia numa comparação do Monarca D. João V com Salomão. Divide-se em quatro partes que solenizam D. João V como rei *pacífico* ou Salomão, como rei *sábio*, como rei *Magnífico* e *observantíssimo da Religião.*

O sermão é eloquente, elevado, primoroso na linguagem portuguesa, sem os defeitos da época, a não ser alguma ênfase nas asserções. Bastaria este exemplo para avaliarmos altamente a eloquência do P. Timóteo de Oliveira.

Como na língua pátria, assim na latina ostentou a sua eloquência com o discurso ou panegírico gratulatório que publicou, dedicado ao Marquês de Valença e Conde de Vimioso, D. Francisco Paulo de Portugal, no nascimento de D. Manuel seu neto. O latim é clássico, de sabor e imitação ciceroneana [1].

Sirva ainda como exemplo de boa eloquência o trecho que reproduzimos do sermão do *Desagravo.*

«... Quem são os fortes, poucos no número, mas infinitos no valor..., que com treze mil soldados derrotaram quatrocentos mil sarracenos; com sessenta homens venceram a sessenta e e quatro mil Maometanos; com seis mil combatentes triunfaram de trinta e seis mil Espanhóis, que em partido menos desigual é maior vitória? Quem são os fortes que domaram o Oceano, pisaram o Atlântico, dominaram o Índico, venceram o Etiópico, assombraram o Malabárico e Sínico, perdendo talvez as vidas, que deviam ser imortais, em lastimosos naufrágios?

Quem são os fortes que dos dentes faziam balas, dos Moiros rodelas, e do peito descoberto invencíveis baluartes, passando muito além do Ganges, com a espada sempre vitoriosa, fazendo tributárias à Monarquia de Portugal mais coroas, e conquistando

---

(1) *Illustrissimo Excellentissimo Domino D. Francisco Paulo de Portugal, Marchioni Valentiano, Comiti Vimiosensi Regiae Stirpis Germini Florentissimo in ortu Excellentissimi Nepotis sui Domini D. Emmanuelis Panegyris Gratulatoria Auctore P. Timotheo de Oliveira Societ. Jesu, olim in Conimbricensi Artium Collegio Primario Eloquentiae Professore,* Lisboa, 1740. Tem o discurso 16 páginas.

Na página 7 mostra bem claro não ser nada cartesiano por estas palavras:

«Nunquam tu [Marquês de Valença] cunctanter ac per otium Philosophiae insudasti; diversis tamen Philosophorum placitis non mediocriter instructus, Philosophum agis, eo vel maxime quod Carthesii nugas suis scatentes erroribus et toto caelo a veritate aberrantes, buccis ipse crepantibus non efferas». — D. Francisco Paulo de Portugal era o 2.º Marquês de Valença, e 8.º conde de Vimioso.

mais terras que Alexandre Magno, que se teve valor para chegar ao Ganges, tambem teve a covardia de o não passar?

Lá ficaram na Ásia os ossos dos Aníbais e Scipiões Portugueses, para servirem de canhões nas muralhas; lá ficou o seu sangue para inspirar afectos marciais nos mais arriscados conflitos, como testemunham presentemente tão gloriosos sucessos.

E quem são, para dizer tudo de uma vez, quem são os fortes e os fortíssimos, que não passando de quarenta, sem armas, sem munições sem presídios, destituídos de todo o poder contra o inimigo armado e poderoso, desprezados os ditames da prudência humana e confiando só na Providência Divina, tiraram das garras de Leão as Quinas de Portugal, e as restituíram a seu legítimo Senhor, mais verdadeiramente pais da Pátria, porque a restauraram, do que os Senadores Romanos, porque a defenderam?

Estes foram os fortes de Portugal, os que deles herdaram o sangue e o valor» [1].

Estes são também os exemplos verdadeiros de amor pátrio e modelos de boa linguagem e genuinamente portuguesa.

Como Timóteo de Oliveira e pelo mesmo tempo, glorificava o seu nome pelos púlpitos de Portugal o P. Pedro da Serra, natural de Grândola [2]. Com a oração fúnebre, que recitou em Roma nas exéquias de D. João V, na igreja de Santo António dos Portugueses, no dia 28 de Maio de 1751, provou bem que lhe quadrava o elogio, que lhe aplicou Barbosa Machado quando disse que «no púlpito encheu as obrigações de orador consumado» [3].

De feito o sermão é sem deficiências de linguagem e em estilo

---

[1] *Sermão do desaggravo do Santissimo Sacramento que pregou na Igreja Parochial de Odivelas em 11 de Maio de 1748 o M. R. P. M. Timotheo de Oliveira da Companhia de Jesus Prefeito dos Estudos no Real Collegio de Santo Antão da mesma Companhia.* Lisboa, 1749, págs. 20, 21. Sermão de 27 páginas.

[2] Nasceu Pedro da Serra em 11 de Abril de 1695; alistou-se na Companhia a 21 de Maio de 1712. Ensinou Letras por 8 anos; Filosofia 4 anos; Teologia especulativa, escolástica e moral por 9 anos. Expulso para a Itália foi morrer em Castelgandolfo a 14 de Fev. de 1770. Teve por alguns anos o cargo de pregador.

[3] Barbosa Machado, III, 607. — *Sermão nas exéquias do Augusto e Poderoso Rei Sr. D. João V.* Roma, 1752. É opúsculo de 34 páginas.

lhano, fluente e sólido nos encómios. Todo o discurso é como que um tecido das boas obras que fez o falecido monarca [1].

Pelos mesmos anos do século XVIII era aplaudido nos púlpitos o P. Hipólito Moreira, cidadão de Coimbra, que depois de professar Letras e Retórica se entregou ao ministério da pregação até sua morte que sucedeu no primeiro de Fevereiro de 1746.

Mencionemos desde já o sermão pregado no convento de Santa Marta a 17 de Setembro de 1739, para celebrar a profissão de uma religiosa. Desse sermão pôde dizer o autorizado D. António Caetano de Sousa, que brilhava nele «a discrição entre o sublime dos pensamentos, com que no seu singular talento, usando da larga erudição sagrada e profana, soube como mestre da arte oratória tecer este admirável panegírico» [2].

E D. José Barbosa, concordando com D. Caetano de Sousa, confessa que o sermão é, todo ele, em excelente linguagem um tecido de finos pensamentos, explicados com sólida eloquência [3].

O sermão do Nascimento da Mãe de Deus, pregado em 1732 pelo mesmo zeloso orador, louva-o francamente o editor, recordando que este excelente panegírico, quando foi recitado «mereceu com toda a justiça os maiores aplausos do mui ilustre e escolhido auditório» [4]. É justo o louvor deste sermão, onde abunda riqueza de linguagem, frase elegante e pensamentos finamente delicados. Notamos-lhe, contudo, algum excesso de agudeza.

Da Oração fúnebre do Conde de Calheta disse o censor fr. Manuel da Trindade, que a recitou «este insigne panegirista de tão persuasiva eloquência, consonância de palavras, agudeza de conceitos, subtileza de discursos, notícia de Escrituras e vastidão das histórias» [5].

---

(1) Cf. Barbosa Machado, III, 607, vb. Pedro da Serra.

(2) Cf. Caetano de Sousa, censura ao princípio do sermão. — *Sermão da Profissão da Madre Soror Joaquina Egídia Benta da Natividade, pregado no Convento de Santa Marta a 17 de Setembro de 1739.* Lisboa, 1740.

(3) D. José Barbosa era irmão de Diogo Barbosa Machado autor da *Bibliotheca Lusitana,* (II, págs. 758, 759) e fora aluno dos jesuítas no colégio de Santo Antão.

(4) Na censura de D. Caetano de Gouveia.

(5) *Oração Funebre nas exequias do . . . Conde de Calheta Affonso de Vasconcellos e Sousa . . . celebradas na Real Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Freires da Ordem de Christo no dia 25 de Fevereiro de 1734.* É discurso de 31 páginas.

Mas para não sermos excessivos na enumeração dos pregadores, que naquela metade do século XVIII se distinguiram, recordamos apenas o P. Manuel de Sá, eleito Patriarca da Etiópia, que aperfeiçoou a sua linguagem e eloquência na imitação, às vezes demasiadamente servil, do Padre António Vieira [1]; Paulo Pereira, que no volume, que deu à estampa, se acreditou de grave e levantado no estilo e rico na linguagem [2]; José Antunes que se deu à Companhia de Jesus em Goa, e «teve insigne talento para o púlpito, de que são irrefragáveis testemunhos» os três sermões que pregou à honra de S. José, e publicou em Lisboa no ano de 1715 [3]; P. Francisco Gomes, natural de Lisboa, homem de rara instrução nas Letras e nas Ciências, «foi, como julgava Barbosa Machado, insigne orador evangélico, e de muitos sermões que pregou nos maiores púlpitos», só publicou um sermão das Quarenta Horas [4]; P. Diogo Lobato, natural das Alcáçovas, que foi recebido na religião a 26 de Abril de 1669, ensinou Retórica, e consagrou-se, como «um dos grandes pregadores do seu tempo», escreveu Barbosa Machado, ao ministério da pregação [5].

Outros oradores distintos poderíamos ainda apontar para os princípios do século XVIII, mas como mais pertencem ao século XVII, e já fizemos deles menção em volume anterior, omitimos outra referência por escusada, dos mesmos oradores.

4. — Depois de chamarmos a atenção dos leitores para as obras de Teologia e de Oratória, dadas a lume pela imprensa, em que os professores provaram a sua actividade profissional, não

---

[1] Manuel de Sá voltou da Índia para Portugal, onde faleceu a 27 de Abril de 1728, e publicou um só volume de sermões: *Sermões vários pregados na Índia...*, Lisboa, 1710.

[2] *Sermoens Varios a diversos assumptos e solemnidades*, Lisboa, 1715, T. I.

[3] Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, II, 756.

[4] Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, II, 145-146. — *Sermão do Jubileu das Quarenta Horas, pregado na Santa Igreja Patriarcal*, Lisboa, 1723. P. Francisco Gomes, natural de Lisboa, onde nascera a 25 de Março de 1661, entrou na Companhia a 25 de Março de 1676. Foi Assistente em Roma de 1726 a 1741, em que faleceu com 80 anos de idade. Cf. *Catálogo de 1726*, n.º 527.

[5] Lobato deixou 5 tomos de sermões, escritos de sua mão. Examinavam os censores a obra para a imprensa, quando faleceu em Évora a 5 de Novembro de 1725. Nasceu a 13 de Setembro de 1652. Cf. *Catálogo de 1700 (1693)*, n.º 537; Sommervogel, IV, col. 1886, Barbosa Machado tem que falecera a 4 de Novembro.

deslembremos as poucas obras que dentro da primeira metade do mesmo século XVIII editaram para progresso das Letras os religiosos da Companhia de Jesus. Poucas mencionamos agora, porque já muitas outras fomos descrevendo ou enumerando nos tomos anteriores, e só queremos dar uma rápida ideia da produção de obras nas escolas da Companhia em Portugal.

Na língua pátria saíram a publicidade obras de raro merecimento e utilidade no campo da história.

Gozam de alto apreço os quatro grossos volumes de António Franco, da *Imagem da Virtude, de Coimbra, de Évora e de Lisboa.* Os estudiosos e os eruditos os estimam como é justo, e os consultam [1].

Merecem igual ou maior estima os quatro corpulentos tomos, manuscritos, que seu autor, o benemérito António Franco, intitulou *Imagem do Primeiro Século da Companhia de Jesus em Portugal* e *Imagem do Segundo Século*, em que se conta a história da Companhia de Jesus portuguesa desde 1540 a 1732 [2].

Ainda o mesmo diligente escritor compôs a obra a que deu o título de *Évora Ilustrada,* extraída da volumosa obra manuscrita em 4 tomos, do P. Manuel Fialho, e publicada na cidade de Évora, com o mesmo título, no ano de 1945 [3].

Para mais larga difusão dá obra histórica resumiu o mesmo autor, António Franco, os 4 volumes citados da *Imagem do Primeiro e Segundo Século* em excelente linguagem latina, e os imprimiu num grosso in fólio, em 1726, nas cidades de Augsburgo e Graz. Deu-lhe o título de *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania.* É obra de grande estimação para os historiadores.

Seis anos antes, em 1720, publicou o volume em 4.º e em linguagem latina, que contém biografias de varões ilustres da Província portuguesa da Companhia de Jesus [4].

Depois o traduziu para português seu autor, e acrescentado de novas notícias e mais biografias, no-lo deixou por sua morte

---

(1) Os quatro volumes foram impressos em 1714, 1717 e 1719.

(2) Só se nos deparou nos arquivos o quarto volume, que narra os factos de 1691 a 1732, em que faleceu o autor. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia,* Tomo I, vol. I, pág. XXI; T. III, vol. I, pág. 153. O autor faleceu em 3 de Março de 1732.

(3) F. Rodrigues, *Hist. da Companhia,* III, I, pág. 162.

(4) *Annus Gloriosus Societatis Jesu in Lusitania...* Viennae Austriae, 1720.

pronto para a estampa. Mas só foi publicado no Porto em 1930 com Prefação e notícia biográfica de António Franco, e com o título de *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal* [1].

Outro escritor igualmente laborioso, de nome António Cordeiro, natural de Angra, deu a lume a chamada *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental*, que num in fólio saiu a primeira vez à publicidade no ano de 1717.

Nem todas as notícias podemos dizer que sejam bem fundadas, não obstante a diligência que empregou o autor para apurar a verdade [2].

Dois anos adiante, em 1719, compôs e editou o livro intitulado: *Loreto Lusitano* ou história do Santuário de Nossa Senhora da Lapa. Tem o merecimento das muitas notícias que dá sobre o assunto historiado [3].

Dos quatro volumes, já mencionados, que escreveu, com trabalho incalculável de vinte anos, o P. Manuel Fialho, fez o P. Francisco da Fonseca um Epílogo de *Évora Gloriosa*, reunindo as glórias e excelências mais raras e singulares de Évora, em tal estilo, confessa ele, «que tivesse as comodidades de breve sem os defeitos de escuro, para que assim nem a memória padecesse nem o gosto se enfastiasse» [4].

Não podemos esquecer pelo assunto que versa, a *Vida do Apostólico Padre António Vieira... varão esclarecido em virtudes e Letras divinas e humanas restaurador das Missões do Maranhão e Pará*, que escreveu com riqueza de boas notícias e em estilo enfático e sonoro e excelente linguagem portuguesa o P. André de Barros [5].

---

[1] O título inteiro é: *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal. Nas Memórias Breves e ilustres de muitos homens insignes em virtude, com que Deus a enriqueceu, distribuídas pelos meses e dias de todo o ano, pelo P. António Franco Religioso Professo da mesma Companhia. 1.ª edição Prefaciada e anotada por Francisco Rodrigues.*

[2] A 2.ª edição em dois volumes é do ano de 1866.

[3] *Loreto Lusitano Virgem Senhora da Lapa Residencia Milagrosa do Real Colegio de Coimbra... de novo Historiada por... Antonio Cordeiro...* Lusitano, Insulano, Angrense, Lisboa, 1719. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, I, 154.

[4] *Evora Gloriosa, Epilogo dos quatro tomos da Evora Illustrada, que compoz o R. P. M. Manuel Fialho...* Notícia Preliminar.

[5] A *Vida* do P. António Vieira foi impressa em Lisboa no ano de 1746. — O P. André de Barros nasceu em Lisboa a 29 de Outubro de 1675; entrou na

O mesmo conceituado autor publicou ainda o volume das *Vozes Saudosas da Eloquência, do Espírito, do zelo e eminente sabedoria do P. António Vieira*... Lisboa, 1736, págs. 345; e mais o volume também do P. António Vieira: *Vozes Saudosas*, Tomo II, e XV de sermões vários [1].

Cerremos esta breve ementa com a obra que foi, como julgamos, a última, volumosa, que imprimiram e lançaram a público os jesuítas já na iminência da grande perseguição. Queremos dizer a obra, em dois grossos volumes, do P. Diogo da Câmara, já conhecida do tomo anterior e intitulada *Biblioteca Latino-Poética* [2].

Era intenção do nobilíssimo autor formar uma como *Biblioteca*, onde se arquivassem as inumeráveis composições latinas, saídas da pena dos professores da Companhia de Jesus. As circunstâncias do tempo só permitiram a impressão de dois volumes em Lisboa até o ano de 1754.

O ódio satânico dos inimigos desvaneceu os intentos de progresso literário.

Mas as vítimas, cruelmente sacrificadas, trabalharam até ao fim nas suas empresas de benfeitoria literária, religiosa, moral e apostólica.

Companhia a 3 de Outubro de 1691. Foi reitor do noviciado lisbonense, e prepósito da Casa de S. Roque, e faleceu a 6 de Janeiro de 1754, quando contava 77 anos de idade.

(1) O tomo XV de Sermões vários e tomo II de *Vozes Saudosas*, foi impresso em Lisboa no ano de 1748. Cf. Sommervogel, VIII, col. 671.

(2) F. Rodrigues, *História da Companhia*, tomo III, vol. I, págs. 84, 85.

CAPÍTULO VII

AS MATEMÁTICAS EM PROGRESSO

SUMÁRIO: — 1. *A Matemática até aos princípios do século XVIII.* — 2. *Continua o fervor da Matemática.* — 3. *Matemáticos ilustres.* — 4. *P. Inácio Vieira.* — 5. *Inácio Martins.* — 6. *Manuel de Campos.* — 7. *João Baptista Carbone.* — 8. *Domingos Capacci e Diogo Soares.* — 9. *Inácio Monteiro.* — 10. *Eusébio da Veiga.*

1. — De Letras e Ciências só nos resta por fim tratar, nas páginas desta história, a Matemática, ciência que naqueles últimos tempos conseguiu notáveis progressos.

Começou a nova fase desta ciência no século XVIII, que ora historiamos. Nos colégios da Companhia teve seu princípio esta renovação científica nos fins do século XVII, como deixamos particularmente narrado no volume primeiro do terceiro tomo [1].

O maior impulso para o adiantamento destes estudos veio, neste tempo, da parte dos Gerais da Companhia, a começar do espanhol Tirso González, continuando, sem esmorecimento notável, no mesmo empenho os Gerais Ângelo Tamburini e sucessores, até aos últimos anos da existência em Portugal da Companhia de Jesus.

Em 18 de Julho de 1754, um ano apenas antes do terremoto de 1755, ainda escreveu no mesmo sentido o Geral Visconti ao

---

[1] *Hist. da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, T. III, vol. I, pág. 185 a 209.

AULA DA ESFERA

NO COLÉGIO DE SANTO ANTÃO

(Gravura da *Trigonometria* do Padre Manuel de Campos, Lisboa. 1737)

P. Pedro da Silva, reitor do colégio de Santo Antão [1]: «Estou plenamente sossegado e não tenho dúvida alguma dos grandes progressos, que há-de fazer a Matemática no Colégio de Santo Antão de Lisboa, visto que V. Rev.cia, com seus esforços, com sua solicitude e benevolência singular, me dá esperanças de que há-de promovê-la. Já entendi que V. Rev.cia principiou a procurar o melhoramento dela, por sempre favorecer o professor, e estar pronto a fazer as despesas necessárias aos progressos da ciência» [2].

2. — Mas, se nestes últimos tempos reviveram consideràvelmente os estudos das ciências exactas, já desde muitos anos atrás houve intentos e grandes diligências para as introduzir nas escolas e promover a maior prosperidade.

Em 1557, só dois anos depois que a Companhia tomou a seu cargo o Colégio das Artes em Coimbra no ano de 1555, o celebrado P. Luís Gonçalves da Câmara, escrevia para Roma a suplicar auxílio para os seus desígnios de progresso nos estudos. Tratava ele de melhorar o ensino desse Colégio, nalgumas cadeiras fraco e deficiente [3]. Rogou ao P. Geral da Companhia, Diogo Laines, em carta de 7 de Dezembro de 1557, que socorresse a Província de Portugal com um professor de matemáticas, que era extrema a necessidade que dele tinha o Colégio das Artes.

«... O que agora nos é extremamente necessário, dizia o nobre humanista de Paris, era um professor que leia Matemática; e sendo vindo de Roma e conhecendo sòmente os princípios, creio que será o bastante, bem que haja de suceder a Pedro Nunes, que já não está em Coimbra» [4].

É muito para notar a intenção que dirigia a Luís Gonçalves. Queria nada menos que o matemático romano, que ora se pedia

---

[1] Pedro da Silva começou o seu reitorado no colégio de Santo Antão a 21 de Setembro de 1753. Cf. *Livro em q se aponta o tempo em que começão os superiores seus Governos ...*

[2] Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 162.

[3] F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, I, vol. II, § 7, pág. 359 e segs.

[4] *Mon. Historica*, Laines, VIII, pág. 401. — Pedro Nunes foi provido na cadeira de Matemática da Universidade de Coimbra em 16 de Outubro de 1544, e nela jubilado em 1564 por carta de 6 de Fevereiro desse ano. Cf. Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, 594, vb. Pedro Nunes.

para professor, fosse o sucessor do grande matemático Pedro Nunes, e, conseguintemente ficasse no Colégio das Artes a cadeira, honrada com tão ilustre sábio português.

Mas desvaneceram-se depressa os intentos ou ambições de Luís Gonçalves da Câmara. Só muitos anos passados é que D. Sebastião, em 1574, fundou no Colégio de Santo Antão uma cadeira de Matemática, sem dependência nenhuma da Universidade de Coimbra, e nesse ano já o P. Cipriano Soares ensinava Matemática aos estudantes religiosos da Companhia; só porém no ano de 1590 se iniciaram as aulas daquela cadeira [1]. Deu-se-lhe a essa cadeira o nome expressivo de *Aula da Esfera*, que tanto desenvolveu, pelos anos adiante, os estudos matemáticos, no século XVII e XVIII [2], como declaram, sem tergiversências, matemáticos eruditos e de nomeada [3].

3. — Foi primeiro Lente de Matemática e Astronomia o algarvio, natural de Lagos, P. João Delgado, discípulo em Roma do P. Cristóvão Clavio, professor do Colégio Romano [4]. Com outros professores honraram a cadeira e Aula da Esfera, enquanto por toda a parte era lastimosa a decadência dos estudos matemáticos. Sucedeu-lhe na mesma cadeira o P. Francisco da Costa, professor dos de mais nomeada no seu tempo [5].

Vieram, em seguida, hábeis Mestres da Faculdade: os três estrangeiros, Grienberger, tirolês, Cristóvão Gal, alemão, e Schiedenhoffen, alemão também [6]; logo depois os ingleses: Stafford, já afamado entre os eruditos, Ricardo Guibbons, do condado de Somerset; o irlandês Simão Fallonio, que serviu D. João IV na Restauração [7]; aumentaram o número dos professores, igualmente estrangeiros, três ingleses, João Riston, Tomás Barthono e

---

[1] F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, T. II, vol. I, pág. 217, 218. Carta de Cipriano de 12 de Maio de 1574, em Arq. S. J., *Lus.* 66, f. 130.

[2] F. Rodrigues, *ob. cit.*, T. II, vol. II, pág. 96, 97.

[3] Cf. António Ribeiro dos Santos, nas *Memórias sobre alguns Matemáticos*, em *Memórias da Lit. Portuguesa*, VIII, 148 segs. F. Rodrigues, *ob. cit.*, l. c.

[4] *Ibidem*, T. II, vol. II, pág. 12-13.

[5] Cf. F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, pág. 285; *Hist. da Companhia*, T. II, vol. II, pág. 13; *ibidem*, pág. 97; *Hist. da Companhia*, T. III, vol. I, pág. 188.

[6] *Hist. da Companhia citada*, T. III, vol. I, pág. 188-189, 194.

[7] *Ibidem*, pág. 191.

Tomás Andueno; e Henrique Busen, Pascásio Ciermans (Cosmander) e o moravo Valentim Estancel ([1]).

Para os fins do século XVII entrou no professorado do Colégio das Artes o belga P. António Tomás, missionário da China, que nos deixou em dois volumes a *Synopsis Mathematica* ([2]); e na Aula da Esfera o inglês Jorge Gelarte, que por muitos anos ensinou a Matemática, mas com a sua ciência não preenchia cabalmente a famosa cadeira do colégio de Lisboa ([3]).

Foi este o último professor estrangeiro que ensinou na Aula da Esfera. Daí em diante por todo o século XVIII já tinha a Companhia em Portugal professores portugueses, e muitos insignes, como deste capítulo poderemos averiguar.

Para conhecermos porém mais adequadamente o estado dos estudos matemáticos, lembremos também os professores portugueses que, durante o século XVII, professaram matemáticas nos colégios da Companhia, de Santo Antão, de Coimbra e Évora.

Encontramos nas primeiras dezenas daquele século XVII os Padres Francisco Machado e Sebastião Dias com os dois, já mencionados, João Delgado e Francisco da Costa ([4]).

Imitaram-nos António Castelo Branco, João da Costa e igualmente Bartolomeu Duarte ([5]), e os Padres Martim Soares e João Pinto, que os precederam ([6]).

Com estes professores se ia sustentando o ensino da Matemática durante o século XVII, quando, no fim desse século, chegou à Província portuguesa a reforma e restauração desses estudos, ordenada pelo Geral da Companhia ([7]), como havemos contado no tomo terceiro ([8]).

A reforma começou a realizar-se em 12 de Abril de 1692.

Com esse empenho enérgico do resoluto Geral, que era, como narramos o P. Tirso González, e com os estudantes e novos professores, que se iam formando, começaram as três

---

([1]) *Ibidem*, pág. 187, 192, 193; *Formação Intellectual*, págs. 287 segs.
([2]) *Hist. da Companhia*, III, vol. I, 196, 197.
([3]) *Ibidem*, pág. 194, 195.
([4]) *Ibidem*, pág. 188.
([5]) *Ibidem*, pág. 192-193; Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, I, 230,
([6]) *Ibidem*, pág. 195,
([7]) Cf. *Hist. da Companhia*, cit., pág. 198 segs.
([8]) Vol. I, pág. 198-203.

cadeiras de Santo Antão, de Coimbra e de Évora, a produzir frutos abençoados [1].

Se havia por vezes desfalecimentos no fervor do estudo, os Gerais e mais superiores, saíam a campo para reacender o fogo, um tanto amortecido, e formaram-se não poucos professores, ou de suficiência bastante ou de excelência não vulgar. São de mencionar os Padres João de Albuquerque e Lourenço Rodrigues nos primeiros anos do século XVIII; o P. Luís Gonzaga, que o professor João Hildred atestou que excedera a mediocridade, e os dois mestres Luís Álvares e João Garção, dotados de raro engenho para a Matemática, advertindo que outros muitos fizeram também notáveis progressos [2].

P. António Simões, digno também de recordação especial, distinguiu-se com os melhores matemáticos e defendeu com brilho raro disputas solenes sobre as ciências exactas. Era académico da Academia Real da História Portuguesa, e o académico Filipe de Maciel o exaltou como filósofo e matemático no discurso fúnebre, pronunciado na sessão de 23 de Dezembro de 1723 [3].

E não deixemos no olvido alguns matemáticos, que ainda se nos deparam, daquele século XVIII, dignos certamente de particular menção.

Nomeemos o P. João Mendes, natural de Castanhede, que

---

[1] Os três professores estrangeiros, Alberto Buckowski, Francisco Messarra e João Hildred, que ensinaram por algum tempo em Coimbra e Évora, ajudaram ao melhoramento dos estudos nos princípios da citada reforma. Foram os últimos professores estrangeiros, quando já crescia o número dos professores portugueses. Cf. *Hist. da Companhia*, cit., pág, 204 e nota 1.

[2] Cf. *Hist.* cit., pág. 205-207. — P. Luis Álvares faleceu a 10 de Março de 1743, sendo confessor do Infante D. António. Nasceu em Vila Viçosa em 12 de Dezembro de 1672, deu seu nome à Companhia a 11 de Maio de 1688 e desempenhou pelos anos de 1726 o cargo de *Revisor dos Livros*, junto do P. Geral da Companhia. Cf. *Catálogo de 1726*, n.º 706, *Lus.* 54, f. 307v-308, ânua de 1738 a 1747; *A Formação Intellectual*, pág. 531-532. João Garção tomou o grau de doutor em Teologia. Nasceu em Marvão a 9 de Abril de 1673; entrou na Companhia a 25 de Março de 1688; foi dois anos *Deputado de Matemática*, e por outros dois professor da mesma faculdade, e durante 12 anos Lente de Teologia. *Catálogo de 1726*, n.º 241.

[3] António Simões, natural de Lisboa, faleceu no colégio de Santo Antão a 1 de Dezembro de 1723, tendo entrado na Companhia a 2 de Fevereiro de 1787. Cf. ms. *L.º dos P.es que morrem*, f. 54.

entrou na Companhia em 1649, e foi mais tarde em Braga teólogo do Arcebispo D. José de Bragança, que recebeu em Évora o grau de doutor em teologia [1]; o P. Francisco Gião também doutor, natural de Évora, que por sete anos ensinou matemática [2]; o P. Francisco Ribeiro, natural da Granja, que durante 5 anos professou matemática na Aula da Esfera [3]; o P. Tomé de Campos, de Bobadela, que ensinou matemática na Universidade de Évora e na Aula da Esfera em 1749 [4]; os Padres António Monteiro e João Borja, que professaram por muitos anos a mesma ciência [5]; o P. Jacinto da Costa, que por 6 anos ilustrou a cadeira da Aula da Esfera [6].

Apontemos finalmente os professores eruditos de matemática, de que nos ficou nos catálogos oficiais alguma notícia, além dos que já deixamos consignados nestas páginas:

António Tomás
Bento da Silva
Domingos Antunes
Estêvão Ferreira
Faustino Soares
Felício de Oliveira
Francisco Nunes
Guilherme de Vasconcelos
Inácio de Carvalho
Jerónimo Mendes
João Pinheiro
João de Sampaio
José do Vale
Manuel dos Santos
Simão da Silveira
Vicente Quaresma [7].

---

[1] Arq. S. J., *Cátálogo de 1749*, n.º 478. *Formação Intellectual*, pág. 307.

[2] Nasceu a 17 de Março de 1699; entrou na Companhia a 5 de Abril de 1718. Arq. S. J., *Lus.* 49, *Catálogo de 1749*, n.º 281.

[3] Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 414.

[4] Cf. *Catálogo* citado em 1749, n.º 426.

[5] Cf. Catálogos de 1745, 1746, 1749.

[6] J. da Costa era natural de Braga, onde veio à luz em 2 de Agosto de 1691. Agregou-se ao Instituto da Companhia de Jesus a 23 de Janeiro de 1709. D. João V tinha-o em grande estima e valia. Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 416. Viegas, *O Poeta Santa Rita Durão*, pág. 281.

[7] Faustino Soares destinava-se a missionário da China. Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 774.

Inácio de Carvalho nascera em Setúbal, a 18 de Fevereiro de 1719, e entrou na Companhia a 10 de Outubro de 1724. Estudou matemática por dois anos e continuava a ensiná-la em 1749. Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 306; *Catálogo de 1754*, n.º 455.

4. Depois de tantos matemáticos que, mais ou menos, se distinguiram nas ciências exactas, estimulados com mais autoridade pelos Superiores maiores da Companhia, outros podemos assinalar, que sem favor merecem a qualificação de sábios insignes.

Tenha o primeiro lugar o P. Inácio Vieira natural de Lisboa. Nessa capital nasceu a 21 de Fevereiro de 1678. Rodolfo Guimarães o considerava como homem de grande valor na ciência das matemáticas [1].

Ainda muito novo de idade, já lhe escrevia nestes termos o Geral da Companhia Miguel Ângelo Tamburini: « Como temos muito a peito que floresça a matemática nessa Província Portuguesa, foi grande a consolação que me trouxeram as suas teses de matemáticas a que se deu o título de *A Esfera de Arquimedes*. Daí claramente conhecemos o trabalho e dedicação com que V. Rev.ª se aplica a esse estudo. Não desista desse primeiro fervor » [2].

Continua o diligente matemático no seu entusiasmo para com a ciência, e o Geral também não cessa de o louvar e exortar nos muitos anos em que professou aquela ciência. Assim lhe tornou a escrever em 16 de Agosto de 1716: « Recebemos as Conclusões matemáticas ou a Perspectiva matemática, delineada por V. Rev.ª, como de certeza supomos, com todo o esplendor e ciência, portanto contêm conclusões curiosas e ao mesmo tempo científicas. Dou-lhe os agradecimentos pelo trabalho que sobre si tomou » [3].

Ainda três anos depois, de novo se dirige o bom Geral a Inácio Vieira, e o anima a fazer progredir a Aula da Esfera com os melhoramentos da matemática. « Recebemos com muita satisfação, diz ele, as Conclusões da Matemática, que o mesmo professor defendeu, e as mandámos comunicar ao professor do Colégio Romano. Damos-lhe o parabém pelo brilho com que certamente as defendeu » [4].

Era grande, como vemos destes testemunhos, a opinião que

---

(1) Rodolfo Guimarães, *Les Mathématiques en Portugal*, pág. 34.
(2) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 108.
(3) *Ibidem*, f. 245.
(4) *Ibidem*, f. 311v.

aureolava o nome do novo matemático; e, como monumentos da sua ciência, nos deixou as obras que de sua pena saíram, de 1709 a 1719, quais são os tratados de *Astronomia*, de *Dióptrica*, *Catóptrica* e *Pirotécnica* [1].

5. Uns nove meses depois, falecia tambem Inácio Martins, insigne matemático e humanista, que nasceu não longe de Coimbra, numa povoação a que davam o nome de Quiaios. Nos vintoito anos que viveu na Companhia, ajustou-se com toda a diligência e solicitude a alcançar não só a perfeição da vida religiosa, mas também os ápices de toda a ciência [2].

Totalmente se dedícou a um e outro estudo, e neles ambos valia por muitos. Para os conseguir, não sofria perda de tempo. Quanto lhe era permitido, sempre se retirava de inúteis convivências com pessoas estranhas. Dizia que se havia de expungir do *livro de contas* da vida todo o tempo que se não gastava com Deus e com os livros.

Com quanto fruto seguiu sempre estes dois princípios, claramente o mostrava com a virtude e a erudição. Na língua grega e latina era excepcionalmente perito. Da língua hebraica aparecia conhecedor bastante. Além das línguas antigas, que já nomeámos, aprendeu por si mesmo, com trabalho aturado, o francês, o inglês, o alemão, o castelhano e o italiano. Na Filosofia, na Teologia e nos Cânones era eminente. Nas Matemáticas, que ensinou por treze anos, primeiro em Lisboa e depois em Coimbra, manifestava-se mestre de saber profundo.

No estudo da piedade cristã e religiosa não era menor o seu empenho. O tempo que lhe sobrava de ler e escrever, empregava-o na oração, até que a tísica o consumiu de todo no dia 18 de Julho de 1738 [3].

---

(1) R. Guimarães, *ob. cit.*, pág. 34, assim louva a Inácio Vieira: « Ignace Vieira, Jésuite, homme de grande valeur, comme le témoigne son traité d'Astronomie ». Barbosa Machado, II, 506, também testemunhou que Inácio Vieira ditou Matemática não sem *grande crédito* da sua Ciência. Cfr. *A Formação Intellectual*, pág. 296.

Barbosa Machado, II, 506, viu os três volumes de *Dióptrica, Catóptrica* e *Pirotécnica* na Livraria de João de Sousa Coutinho. Inácio Vieira entrou na Companhia a 30 de Julho de 1692 e faleceu a 21 de Abril de 1739.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 313. Ânua de 1738 a 1747.

(3) Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 314. Ânua de 1738 a 1747, assinada pelo P. Francisco Duarte. — No remate da Ânua, na folha 331v, escreveu Duarte: « Haec

6. Siga-se o P. Manuel de Campos, um dos mais sábios matemáticos, que preencheu com sua ciência aquela primeira metade do século XVIII, desde a restauração destes estudos na Província Portuguesa, em cujo movimento se internou, como estudante e como professor na Aula de Esfera. Era com efeito reconhecido como matemático de raro talento. Diz Barbosa Machado, que se aplicara com particular desvelo ao estudo desta ciência, « em que saíu tão consumado que não sòmente a ditou no colégio de Santo Antão, mas também no Colégio Imperial de Madrid, com grande crédito do seu nome » (1).

Em 11 de Abril de 1711 já tinha carta do Geral Tamburini a dizer-lhe que a carta recebida em Roma a 3 de Janeiro, bem lhe exprimia o fervor com que abraçava o estudo da matemática, e não podia omitir os agradecimentos que lhe dava.

Pouco depois, em 2 de Maio lhe significava o prazer com que recebera as teses de matemática, que sob a presidência de Campos defendeu o estudante Francisco Dias (2).

Continuou por muitos anos promovendo os estudos de matemática e ensinando na Aula da Esfera, crescendo mais e mais o crédito da sua muita ciência em Portugal e nações estranhas.

Recebendo imcumbências de distinção, foi por ordem do monarca D. João V a Roma com o P. Jerónimo de Castilho, também da Companhia de Jesus, para acompanhar o Cardeal Pereira, bispo do Algarve, que tinha de ir ao conclave, que elegeu o Papa Inocêncio XIII (3).

Lá se deteve, na capital dos Papas, até que D. João V mandou que todos os seus ministros que assistiam em Roma, viessem para Portugal em 1728. Quando passava por Madrid, estava o colégio Imperial, fundado por Filipe V, falto de professor de matemática, não sem grande prejuízo para esse colégio.

---

sunt quae ex multorum literis et narrationibus discens, nonnulla etiam e propriae memoriae penu depromens, hic scribenda judicavi. De reliquis quae omnino praetermissa sunt, collegiis, nihil ad me diu sperantem, allatum est ».

(1) Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, 209.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 167, 171. — Francisco Dias, natural de Niza, da diocese de Portalegre, nascera a 11 de Outubro de 1648; entrou na Companhia em 10 de Março de 1702. Foi deputado de Matemática por 2 anos. Cf. *Catálogo de 1727*, n.º 394.

(3) Inocêncio foi eleito a 8 de Maio de 1721.

Aproveitando o provincial de Madrid a excelente ocasião, que naquele tempo se lhe facilitava para acudir ao aperto em que se encontrava, convidou o P. Manuel de Campos para se encarregar da cadeira de matemática; e, como não repugnasse, com a anuência do provincial português e do rei D. João V, voltou Campos para Madrid, onde, além da sua cadeira, el-rei de Castela o fez cosmógrafo-mor da sua monarquia com salário de 300$000 réis cada ano [1].

Conservou Manuel de Campos a sua ocupação de ensino com o crédito que se esperava, durante uns quatro anos, quando uma imprudência, ou desastre, desmanchou repentinamente a sua honrada situação na capital de Espanha. Recebeu intimação « não se sabe bem a causa », de sair dentro de 24 horas daquela corte.

Aventam alguns, sem muita certeza, que dera o Padre motivo à expulsão, por ter falado « em que o Príncipe tomasse o governo do reino » [2].

Voltando à pátria, onde já estava em 1734, retomou os seus trabalhos científicos na cadeira de matemática e na Academia Real da História Portuguesa. Ainda de Madrid já no ano de 1731 escreveu ao Secretário da Academia e remeteu-lhe a conta que havia de dar de seus estudos na conferência de 15 de Março daquele ano.

Nesta conta disse o sábio matemático português, que a Real Academia, quando se repartiram as matérias que haviam de estudar os académicos, determinou ficaria ele encarregado de se resolverem as dúvidas geográficas, que se oferecessem nas nossas histórias. Dividiu-se esse trabalho da Geografia portuguesa entre os dois: P. Manuel de Campos e o engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes.

Manuel de Campos começou logo a delinear uma carta geográfica da antiga Lusitânia à imitação da que delineou Abraham Ortélio, de toda a Espanha com o título de *Conatus Abrahami* [3].

---

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 217, ms. — P. Jerónimo de Castilho voltou para Portugal e faleceu a 6 de Maio de 1730 no colégio de Santo Antão. Cf. Barbosa Machado, II, 451, 452.

(2) Cf. *Diário de D. Francisco Xavier de Meneses 4.º Conde da Ericeira ...*, Coimbra, 1943, pág. 148. — Arq. S. J., *Lus.* 48, *Catálogo de 1734*, f. 105.

(3) O flamengo Abraham Ortélio (Oertel) foi o autor do primeiro mapa moderno que se intitula : *Theatrum orbis Terrarum.*

«Intendo, adverte Campos, ilustrar o Mapa de Portugal, de sorte que pudesse servir de farol a toda a Espanha antiga». Para isso, diz ainda, «sempre tive cuidado de ir recolhendo as notícias, que me podiam servir, aproveitando-me das livrarias mais célebres por donde passava» [1].

Em Roma, onde nesse tempo morava, lhe veio melhor ideia e excelente ocasião para ilustrar a Geografia portuguesa. Pessoa de suma autoridade lhe pediu quisesse delinear carta universal da Coroa de Portugal, com todas as suas conquistas, especialmente espirituais.

Como era empresa de serviço de Deus e de tanto crédito para a pátria, pôs logo mãos à obra. Reduziu toda a carta a três folhas de papel imperial, estendendo nela os 180 graus de longitude, de que consta a conquista portuguesa, começando da divisão chamada de Alexandre VI até ao Japão.

Os mapas que seguiu na delineação universal desta carta, foram principalmente os de Monsieur de L'iste, por estarem mais acreditados. Não perdeu porém de vista os dos autores de maior crédito do século XVII e de outros muitos de diferentes nações [2].

Esta carta quase que se pudera oferecer à Real Academia, tanto para receber a honra da sua censura, como para receber com esta última perfeição [3].

Não há dúvida que o douto jesuíta se mostrava muito prático em assuntos geográficos.

Mas para aperfeiçoar a sua obra, sempre se metia em comunicação com os célebres geógrafos da antiguidade. «Quem sejam estes geógrafos, já todos sabem, que são os corifeus da antiga Geografia, assim gregos como latinos, Estrabão, Pompónio Mela, Plínio, Solino e Ptolomeu, a quem podem servir de comentadores alguns geógrafos modernos dos dois últimos séculos, como são Gerardo Mercator, Abraham Ortélio, Filipe Cluvério, Pedro Davity, Filipe Briet, Nicolao Sanson, o Padre João Baptista Ricciolo e ultimamente o eruditíssimo Sellario» [4].

---

[1] Cf. *Colleçam de Documentos e Memorias... da Academia Real*, 1731, n.º IX, pág. 6-9, 15 de Março de 1731.

[2] *Ibidem*, pág. 8. Cf. A *Formação Intellectual*, pág. 308.

[3] *Ibidem*, pág. 9.

[4] *Documentos e Memorias da Academia Real*, 1731, n.º XXVII, 8 de Novembro de 1731, pág. 2.

Além dos mapas, que apresentou, compôs também Manuel de Campos, no seu empenho de professor emérito, *Compêndios* de muito valor para o ensino, como foram os *Elementos de Geometria Plana e Sólida... para uso da Real Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão*; a *Trigonometria Plana e Esférica para uso da mesma Aula da Esfera*; e a *Sinopse Trigonométrica dos casos que comunmente ocorrem em uma e outra Trigonometria Plana e Esférica* [1].

Sobre o compêndio de *Trigonometria* e os *Elementos de Geometria* deste modo ajuizou o autorizado Luís Francisco Pimentel, Cosmógrafo-mor do Reino: « Entre os que nestas ciências têm mostrado grandes progressos e têm adquirido bem merecidos louvores... é o Padre Manuel de Campos, autor deste tratado de *Trigonometria*..., o qual depois de dar à estampa outra excelente obra dos *Elementos de Euclides*, expostos na língua portuguesa, continua em querer publicar esta igualmente proveitosa... Na presente obra acharão em que se instruir igualmente os principiantes que os provectos, uns em perceptíveis e claros rudimentos, outros em científicas proposições e no douto e engenhoso método de as tratar » [2].

7. Quando ainda Manuel de Campos brilhava com sua Ciência no Colégio de Santo Antão, em plena actividade de forças, entrava em Lisboa a 19 de Setembro de 1722 [3], o Padre da Companhia, de nome João Baptista Carbone, com o Padre Domingos Capacci, ambos do reino de Nápoles, ambos matemáticos já bem acreditados, e ambos desejosos de se dedicarem às missões do ultramar. De feito ambos escreveram ao P. Geral Tamburini, a pedir-lhe aquelas missões, Carbone em 1721 e Capacci em 1717 e 1722 [4].

---

[1] As três obras saíram a lume em 1735 e 1737.

[2] Campos, *Trigonometria*, Lisboa, 1737, no princípio do compêndio. Cf. *A Formação Intellectual*, pág. 300. — O P. Campos entrara abertamente no movimento reformador das ciências em Portugal. Bem o mostra na censura cordata que deu sobre a *Logica Racional* de Manuel de Azevedo Fortes, dois anos antes do aparecimento de Verney, no ano de 1744. Cf. *Brotéria*, XX, pág. 198. — Campos faleceu em S. Roque de Lisboa aos 26 de Novembro de 1758 com 77 anos de idade, pouco mais de quinze dias antes da prisão de todos os jesuítas por ordem de Pombal.

[3] Sousa, *Historia Geneal.* VIII, 269.

[4] Arq. Romano do Gesù, vol. XVI das cartas *indípetas*. Carbone escreveu de Nápoles duas cartas, uma a 17 de Abril de 1721, e Capacci a 13 de Março de 1717 e a 21 de Fevereiro de 1722.

Outorgou-lhes o Geral a graça que pediam, das missões, e no ano de 1722 vieram de Nápoles a Roma, passando por Castelgandolfo, onde então veraneava o Padre Geral [1].

Em Roma, onde se detiveram algum tempo recebeu-os o P. Campos, que então estava na cidade dos Papas, e os acompanhou nas visitas à cidade, e no dia 21 de Junho assistiu à missa nova de um dos dois missionários, que não viera de Nápoles ordenado de sacerdote. Não dizem os documentos consultados quem fosse o novo sacerdote agora ordenado.

Para Portugal dava o P. Campos notícias dos dois matemáticos, todas de louvor não pequeno. Folgava de comunicar para Lisboa que eram excelentes teólogos e já feitos nos estudos da Companhia; bons matemáticos, tendo sido um deles mestre de matemática por três anos, de modo que sairiam perfeitos com um pouco mais de exercício. Com os instrumentos e livros que trouxeram para o seu estudo e com a aplicação que empregavam, estavam todos certos que fariam maravilhas, e o tempo mostraria. Campos declarou que os tem examinado bem [2].

Chegados a Lisboa, foram os dois recebidos em audiência de D. João V, que reconheceu em ambos eles insignes matemáticos e no P. Carbone « descobriu mais um grande talento e capacidade para qualquer emprego e ordenou ficasse em Portugal para se valer dele no seu real serviço » [3]. Neste se empregou por vintoito anos.

Começou os seus trabalhos científicos pela matemática e astronomia, visto que o título, que lhe davam desde princípio, era o de matemático régio [4].

Já em 1725 escrevia Tamburini a Carbone, a 25 de Agosto, louvando-lhe o cuidado e solicitude que empregava no estudo das matemáticas, e quanto se afadigava no cumprimento deste

---

[1] Cf. T. do T., *Armário Jesuítico*, n.º 27, Cartas de Roma do P. Manuel de Campos para Portugal, de 25 e 27 de Maio de 1722, de 20 e 21 de Junho de 1722.

[2] Cf. T. do T., *Armário dos Jesuítas*, citado, n.º 27, cartas de Campos, f. 397, 398; 4.ª f. 27 de Maio de 1722.

[3] Cf. Arq. da Província Portuguesa, ms. in-folio: *L.º dos P.es q morrem*, f. 67-68. — Necrológio de Carbone.

[4] Veja-se o *Catálogo oficial de 1726*, n.º 541, no colégio de Santo Antão onde só tinha esta nota: *Neapolitanus Mathematicus Regius*.

encargo para dar satisfação a tão grande monarca; o que sobre tudo desejava o Geral.

Até agora sofriam os religiosos da Companhia portuguesa, ponderava Tamburini, carência de instrumentos, tão precisos para os progressos desta ciência; mas como já se não sentia essa falta pela magnificência, verdadeiramente real, de D. João V, bem de todos conhecida, « subo, declara o Geral, a grande esperança, de que a Província de Portugal há de vir a ter, o que há muitos anos deseja » (1).

E Carbone mais e mais se animava a trabalhar para o progresso da matemática, empresa tanto dos seus desejos, como o era do zeloso Geral da Companhia. O monarca português, com a sua particular inclinação para essa ciência, acalorava contìnuamente os sábios matemáticos e lhes ministrava os meios de a promover.

Mandou vir de nações estrangeiras grande número de valiosos instrumentos, feitos pelos mais hábeis artífices da Europa, com o fim de facilitar o estudo da Ciência, o exercício das experiências e também adornar o observatório, que se estabeleceu no Colégio de Santo Antão para nele depositar esse tesoiro artístico e se fazerem observações e as poderem enviar para outras nações, com grande honra para o nome português, dando-lhes a conhecer os progressos das ciências em Portugal (2).

Foi grande e profícua a actividade de Carbone e seus companheiros nas muitas observações que fizeram com notável aplauso do rei e da sua corte. Ajudava-os a riqueza de instrumentos comprados pelo monarca (3).

No ano de 1723 examinaram os peritos matemáticos o satélite mais próximo de Júpiter, no Colégio de Santo Antão.

Em 1724 observaram no paço o eclipse lunar a 1 de Novembro desse ano. Foi observado « com boa individuação estando a lua bem descoberta, e teve o seu verdadeiro princípio à 1 hora e 48 minutos depois da meia noite, e o fim às 4 h. e

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 425 v. Carta do Geral a Carbone, a 25 de Agosto de 1725.

(2) Sousa, *Hist. Geneal.*, VIII, 269, 270.

(3) Cf. Bibl. da Ajuda, 49-VII-1, onde se guarda uma lista de instrumentos comprados por D. João V; — f. 142: « Contas das despesas que fez o P. Proc.

20 minutos. A esta operação assistiu o P. Carbone e Capacci, e o P. Domingos Pinheiro, professor de matemáitca no colégio de Santo Antão, e o Coronel Manuel da Maia » [1].

No dia 25 de Setembro de 1726 estudou Carbone o eclipse do sol, e no mesmo ano em 10 de Outubro o eclipse da lua em Santo Antão. Em 2 de Fevereiro de 1730 observaram no Colégio de Santo Antão o eclipse lunar.

Estas e outras observações se comunicavam a nações estranhas e a Academias científicas da Europa, também à Academia imperial de S. Petersburgo.

Assim vemos que Portugal estava em comunicação frequente com os sábios das demais nações, quando Verney era ainda desconhecido [2]. O autor da História Genealógica pôde afirmar que era grande o aplauso que recebiam as observações de Carbone; que se imprimiam e participavam às outras nações, de quem foram estimadas pela sua exacção [3].

8. Nas observções astronómicas de Carbone acompanhava Capacci os trabalhos de seu companheiro, mas também as fazia só ele nas suas viagens. Deixou na corte o valido, que já o era de D. João V, percorreu grande parte de Portugal fazendo as suas

---

da Assistência de Portugal em diversos instrumentos Matemáticos para os PP. Carbone e Capasso Matemáticos de S. Mag.de.

Aos 29 de Agosto de 1723 por um quadrante grande e semicirculos	70$650
Aos 22 de Março de 1724 por um estojo com diversos instrumentos matematicos, compasso semicirculo Tiralineas	25$000
Aos 6 de Julho por um oculo em um bastão com reticulo e graos. .	11$000
Item por três cavaletes para oculos	15$300
Aos 18 de Agosto por dois Archipondulos e esquadra zoppa, compasso de nos mouel e compasso para os bombardeiros	45$000
	166$950

Recebi do S.r João Ribeiro de Miranda Mordomo do S.r Embaixador de Portugal cento e sessenta e seis mil e novecentos e 50 reis que me pagou por ordem do Ex.mo Sñr. Embaixador pella despesa feita nos sobre escritos Instromtos. Mathematicos p.a servico de S. Mag.de q Deos guarde e tendo feito outro recibo semelhante a este ambos valerão por um só. Roma 5 de outubro de 1724.

Luis Mamiani da Companhia de Jesus Proc. da Assistencia de Portugal».

Cf. Andrade, *Verney*, pág. 283.

(1) Cf. *Gazeta*, 1724, f. 360; Andrade, *Verney*, 281.

(2) Cf. Sommervogel, II, col. 725.

(3) Sousa, *Hist. Geneal.*, VIII, 269, 270.

observações e outras muitas prolusões geográficas, exercitando-se no emprego a que estava destinado no Brasil [1]. Também algumas latitudes ou alturas do polo, refere-nos Eusébio da Veiga [2] dos principais lugares de Portugal, foram observadas pelo P. Capacci; porém, diz-nos ainda Veiga, que «não atribuímos a todas a última certeza, porque não nos consta do seu parecer nesta matéria, nem do método que praticou. Não se deram à luz todas as suas observações por se ausentar para o Brasil» [3].

Enquanto se demorou em Portugal, de 1722 a 1729, ocupou-se diligentemente com várias observações, e fê-las em Coimbra, onde estava em 1726, no Porto, em Braga e noutras cidades [4].

Mas o rei queria que o novo matemático se exercitasse no fim para que viera. O seu destino estava no ultramar. Foi mandado para o Brasil, a ordenar as cartas geográficas daquele vastíssimo estado, e juntamente examinar por exactas observações astronómicas de eclipses e imersões de satélites a assentar nos verdadeiros sítios os meridianos do Brasil e dos seus principais portos [5]. Como porém o P. Carbone, por vontade do monarca ficava definitivamente na corte, deram a Capacci para companheiros nos mesmos trabalhos científicos o P. Diogo Soares, natural de Lisboa, com o mesmo título de *Matemático* ou *Astrónomo Régio*.

Ambos eles, vindos do Brasil com o cargo de geógrafos, depois de curta demora no Rio de Janeiro, chegaram à colónia do Sacramento a 24 de Outubro de 1730, a pedido do Governador, António Pedro de Vasconcelos. Fizeram observações astronómicas, tomaram as alturas do local, e o P. Diogo Soares desenhou os mapas que celebrizaram o seu nome [6].

Em carta datada da Colónia para el-rei dá notícias da organização dos mapas: *O Grande Rio da Prata na América portuguesa e austral*, e a *Carta Topográfica da nova colónia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata, oferecido ao Poderosíssimo Rei e Senhor D. João V, pelo seu Geógrafo no Estado do Brasil* [7].

---

[1] Sousa, *Hist. Geneal.*, VIII, 270.
[2] *Planetario Lusitano para o ano de 1757*, Lisboa, 1756, pág. 149.
[3] *Planetario*, cit., pág. 149.
[4] Cf. T. do T., *Cartório dos Jesuítas*, n.º 69.
[5] Sousa, *Hist. Geneal.*, VIII, 270, 271.
[6] Cf. Leite, *História da Companhia no Brasil*, VI, pág. 549-550.
[7] Cf. Leite, *ob. cit.*, pág. 549, 550 ; pág. 526-527.

Estes e outros trabalhos realizou o P. Diogo Soares, e com eles bem tornou conhecida a sua ciência geográfica e astronómica [1].

9. Depois dos três insignes matemáticos astrónomos e geográficos apresenta-se-nos de cara descoberta e de cabeça levantada um matemático de valor não vulgar e filósofo moderno, que sem pejo se pode pôr em confronto com os melhores do século XVIII. É o Padre Inácio Monteiro, um dos jesuítas mais celebrados na segunda metade daquele século [2].

Além da muita ciência de que deu bastas provas nos anos do seu magistério, particularmente na matemática e filosofia, entrou plenamente nas novas ideias, que naquele século dominavam abraçando quanto de novo era bem se admitisse para a reforma e progresso das ciências, especialmente da filosofia.

Estes ímpetos de novidade fàcilmente aparecem nas obras que publicou. A primeira é o *Compêndio dos Elementos de Matemática*, obra em dois tomos que se editaram em 1754 e 1756. O terramoto de 1755 atrasou de dois anos a edição do segundo tomo.

«O método, ajuiza um filósofo, a clareza, o equilíbrio, o acerto dos esclarecimentos bibliográficos e históricos, em cada secção e até os gráficos ilustrados dão bem prova do saber de primeira mão e do tino pedagógico desse grande professor coimbrão» [3].

O motivo por que se resolveu a publicar obra tão valiosa, foi satisfazer à necessidade que dos *Elementos* havia em Portugal «para uso dos estudantes portugueses, e para servir de introdução no estudo das matemáticas aos curiosos destas ciências» [4].

Para conseguir o intento, diz matemático autorizado, Luis

---

[1] Leite, *ob. cit.*, *l. c.* — Soares nasceu em 16 de Janeiro de 1684; entrou na Companhia em 1701. Faleceu nas Minas de Goiás em Janeiro de 1748. Ensinara matemática durante 4 anos no colégio de Santo Antão.

[2] Inácio Monteiro era beirão da diocese de Viseu, natural de Lamas, onde nascera em 16 de Janeiro de 1724. Cf. *Catálogo de 1749*, n.º 537. Entrou na Companhia a 8 de Fevereiro de 1739. Foi desterrado para Itália em 1759, ensinou Filosofia em Ferrara e aí faleceu em 1812.

[3] *Brotéria*, XX, pág. 201: *Os Jesuítas e o ensino das Matemáticas em Portugal*, por Domingos Maurício.

[4] *Compêndio dos Elementos*, frontispício.

Francisco Pimentel, Cosmógrafo-mor do Reino, que Inácio Monteiro fez um livro, que é estimadíssimo tesoiro de todas as mais úteis e deleitáveis questões da matemática. O método com que as expõe é muito claro e especiosas as estampas de que se adorna (1).

Quanto às tendências doutrinais de Inácio Monteiro, sem disfarces mostra os novos caminhos, por ele agora trilhados. Com as investigações e descobertas destes tempos não há, diz ele, homem no mundo que possa aprender a filosofia sem inteligência das matemáticas. A física verdadeira e que nestes tempos se cultiva, não são os *entes de razão, as possibilidades e quimeras dos antigos...* (2). Os autores modernos que lhe davam luz na cultura das ciências, eram os melhores das nações estrangeiras. Assim armazenava muita ciência com grande novidade. Os seus estudos eram, além de novos, sólidos pelo sistema *Ecléctico* da sua preferência. O título da sua obra primacial, que lhe deu maior nomeada e abrange nove volumes na edição de Veneza, dá-lhe o nome de *Filosofia Livre ou Eclectica racional e Mequanica dos sentidos acomodada para Instituição da juventude estudiosa* (3).

«Era tal a tendência de Inácio Monteiro para a novidade das doutrinas, que os Superiores da Companhia já naquele ano de 1752 o repreenderam por se inclinar, mais do que era justo, para os amadores de novidades, donde como se cria, provinha que se atrevesse a censurar autores, contra quem julgam os sábios, que é sacrilégio falar com menos reverência» (4). Era certamente muito afeiçoado aos autores modernos, e também a Descartes. Mas no seu estudo e evolução intelectual meditou profundamente nas doutrinas e sistemas desses autores e assentou que o sistema do *Eclectismo* era o verdadeiro. O filósofo não se submete ao despotismo de nenhum autor (5).

10. — Chegamos nesta ementa ao maior matemático e astrónomo, que adquiriu mais celebridade nas escolas da Compa-

(1) *Compêndio dos Elementos*, tomo 1.º, Censura.

(2) Cf. *Compêndio dos Elementos*, Prólogo ao Leitor.

(3) *Philosophia Libera seu Eclectica Rationalis, et Mechanica Sensuum ad studiosae juventutis institutionem acommodata, ac per lectiones digesta. Auctore Ignatio Monteiro*, Veneza, 1775.

(4) Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 70. Carta do Geral de 12 de Dezembro de 1752.

(5) *Philosophia Libera seu Eclectica*, II, 3-7. Prólogo ao Leitor.

nhia, particularmente na Aula da Esfera do colégio de Santo Antão de Lisboa e mais bem justificado renome nas nações de fora de Portugal. Quem era este sábio, honra e lustre dos colégios da Companhia? Chamava-se Eusébio da Veiga. Vira a luz do dia em Reveles, da diocese de Coimbra, a 1 de Junho de 1717; abraçou o instituto da Companhia a 21 de Setembro de 1731; ensinara Letras no espaço de um quadriénio, e no ano de 1749 já ensinava matemática no Colégio das Artes (1).

Os primeiros anos da sua entrada na religião coincidiram com o tempo em que os Superiores procuravam que florescessem na Província os estudos de matemática. O Padre Eusébio da Veiga foi dos que mais os promoveram. Distinguiu-se como estudante e como professor.

Ilustra-nos o que dizemos, carta que o Geral da Companhia de Jesus, Inácio Visconti, escreveu em 19 de Março de 1754, a Lisboa ao P. Eusébio da Veiga (2).

«De quanto agora li na carta de V. Rev.cia, pude conhecer a prudência que levou o P. Provincial a colocar V. Rev.cia nesse Colégio de Santo Antão, como público professor de matemática. Vejo que ele comprazera com o génio de V. Rev.cia, inclinado para esta ciência matemática, e com o seu talento, já comprovado pela experiência.

Louvo a maneira como V. Rev.cia trabalha em ressuscitar uma ciência quase sem vida, na cidade, que é capital de todo o reino, onde era menos decoroso para a Companhia ter uma cadeira, a ela confiada, e não tratar de modo nenhum de adiantar as ciências que nessa cadeira se ensinam.

Sei o empenho que V. Rev.cia emprega em restaurar um estudo até agora decaído, nem é necessário estímulo meu, para V. Rev.cia insistir no mesmo entusiasmo do ensino. Só lhe recomendo que não se poupe a fadigas para que o estudo das matemáticas cresça não só entre os nossos estudantes de casa, como entre os externos, que frequentam a aula pública.

Para lhes atrair os ânimos, será o mais forte atractivo, se o

---

(1) *Catálogos oficiais.*

(2) Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 145. — Inácio Visconti governou, como Geral, a Companhia de 4 de Julho de 1751 a 4 de Maio de 1755.

rei Fidelíssimo estiver de acordo com V. Rev.^{cia} e dê liberalmente cada ano dinheiro para prémios desses estudantes.

Quanto estiver em meu poder e V. Rev.^{cia} precisar do meu auxílio, para promover e fazer progredir esta ciência, estarei pronto para o favorecer, nem deixarei de recomendar o que V. Rev.^{cia} deseja e pede...

Seja de grande consolação para V. Rev.^{cia} que eu esteja sabedor de que por sua diligência e indústria tenha a matemática recebido tão grande incremento» [1].

No mesmo intento de promover os estudos desta disciplina, escreveu o Geral ao Reitor do Colégio de Santo Antão, P. Pedro da Silva, que entrara no governo do colégio [2].

O que mais pretendia o zeloso Geral, era reanimar o estudo da matemática, naquele ano um tanto decaído. Para que se remediasse o mal plenamente, Geral e Provincial concordaram em que era mister escolher um professor que se desse com todas as forças ao ensino; e mais ainda se lhe ajuntassem alguns estudantes nossos, que se aplicassem com mais ardor à matemática; e que o professor desse algumas exibições públicas, que ajudassem a tirar da Companhia a fama ou desdoiro, que homens pouco amigos espalharam, de que os nossos professores ou ignoravam ou deixavam afrouxar esses estudos.

Cumpriram-se os desejos dos dois Superiores maiores, «e sei, acrescenta o Geral, que pela diligência e aplicação do professor actual, já comprovadas por antiga experiência, começou a se restaurar esta disciplina na Aula da Esfera do colégio de Santo Antão» [3].

Destes documentos e outros que por brevidade omitimos, podemos seguramente concluir que os professores da Companhia tratavam muito a sério de promover o estudo das matemáticas, especialmente na Aula da Esfera, tantas vezes nomeada.

Não se distinguiu porém Eusébio da Veiga sòmente na matemática geral, mas adquiriu maior nome ainda, em nações estrangeiras, pela astronomia, com especialidade pela composição e

---

[1] Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 145.

[2] Cf. *Livro em que se aponta o tempo em que começão os Superiores*... O P. Pedro da Silva principiou o governo deste colégio a 21 de Setembro de 1753.

[3] Arq. S. J., *Lus.* 36, f. 145.

publicação de *Efemerides astronómicas* no livro intitulado *Planetário Lusitano* [1].

No Prólogo deste *Planetário* para 1757 tem o autor advertências proveitosas, como quando escreve que: «No nosso Reino de Portugal uma das ciências mais úteis é a náutica... Praticando com uma mão o exercício desta ciência e manejando as armas com a outra, se conservou sempre o corpo desta monarquia, aumentando cada vez mais os seus domínios em tantas partes do mundo, quantas hoje se conhecem só pelo nome português. Para que este nome e fama se conserve e não haja em nós aquela decadência em que alguns émulos nos consideram, resolvi-me a tomar o trabalho de ordenar e calcular este Planetário, cooperando também com os desejos de muitos estudiosos, a fim de os adiantar e promover no estudo das ciências matemáticas, que neste século são tão apetecidas e se mostram tão plausíveis ao orbe literário» [2].

No ano de 1755, já Eusébio da Veiga tinha preparados os cálculos para os publicar, mas pereceram no grande terremoto e geral incêndio do primeiro de Novembro de 1755. O colégio de Santo Antão sofreu a mesma ruína e com ele a especula ou observatório, que se fizera para as observações, e, diz Eusébio, «para uso delas ordenei então aquelas *Efemérides*, e agora estas neste ano, que irão continuando nos mais anos» [3].

E cumpriu o mestre matemático o que prometera.

Em 1758 «saiu impresso o *Planetário Lusitano* com efemérides calculadas para os três anos que vão de 1759 a 1761. Contém muito mais preceitos e problemas do que no *Planetário* do ano antecedente se tinham divulgado, e muitas mais tábuas novamente computadas e ordenadas para o uso da astronomia e navegação em Portugal e suas conquistas; tudo regulado com método mais perdurável e constante, para se continuar a mesma

---

[1] *Planetario Lusitano para o anno de 1757 — calculado para o meio dia do tempo verdadeiro no Meridiano de Lisboa*, pelo P. Eusébio da Veiga da Companhia de Jesus, Professor público de Matemáticas no Real Colégio dos Estudos Gerais de Santo Antão da mesma cidade. Lisboa, 1756.

As *Efemérides* deste Planetário de 1757 foram as primeiras publicadas em Portugal, e por isso singularmente aceitas.

[2] *Planetário*, Lisboa, 1756. Prólogo.

[3] *Ibidem*. Prólogo.

obra nos tempos vindoiros, composto e aumentado pelo P. Eusébio da Veiga da Companhia de Jesus, Mestre que foi de Matemáticas e agora de Filosofia no Colégio de Santo Antão em Lisboa » [1].

Sobre o valor do *Planetário Lusitano*, de 1756, o primeiro, como dissemos, publicado em Portugal, deste modo julgou o Cosmógrafo-mor do Reino, Luís Francisco Pimentel: « O Livro... é um excelente compêndio de toda a astronomia, no qual se expõe em doutos e instrutivos documentos, quanto há de mais útil e deleitável nas ciências matemáticas; e pela edição desta obra entendo adquirirá seu autor bem merecidos aplausos assim pelo acerto com que a tem composto, como pelo proveito e adiantamento, que por ela poderão alcançar os estudiosos desta faculdade » [2].

Em remate adverte Eusébio da Veiga, que entre os nacionais há « quem saiba executar com a desejada certeza uns problemas astronómicos tão vulgares, como são estes de observações de alturas do polo, sem que para isto haja necessidade de chamar a estrangeiros, e assim não daremos ocasião a atribuir-se-nos a ignorância, que na realidade não há nos muitos que entre nós se aplicam com todo o cuidado ao estudo das matemáticas » [3].

Por fim, quanto era apreciado o nosso matemático, também se pode conhecer do que dele escreveu Miguel Pedegache, contemporâneo de Eusébio: « Ainda que eu pudera poupar-me ao trabalho de mandar imprimir esta minha observação, na certeza de que o M. R. P. M. Eusébio da Veiga..., digníssimo professor de matemáticas no Real Colégio de Santo Antão, de quem tive a honra de ser adjunto, dará brevemente a sua ao prelo, julguei contudo necessário publicar a minha observação... » [4].

O mesmo Miguel Pedegache, a quem se atribui, como alguns querem, a *Carta* aos *Sócios do Jornal estrangeiro de Paris*, que é uma pequena história de Literatura, com esta distinção nessa

---

[1] Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1758, pág. 240.

[2] *Planetário*, Lisboa, 1759, Aprovação do Paço.

[3] *Planetário*... 1756, pág. 150.

[4] Cf. *Conjecturas de vários Filósofos*... por *Miguel Tibério Pedegache*, Lisboa, 1757, pág. 82.

carta menciona Eusébio da Veiga: « Seria ingratidão se me esquecesse do M. R. P. Eusébio da Veiga da estimável Companhia, professor de matemáticas no Colégio de Santo Antão: todos quantos têm o gosto de o conversar, como amigos, e de o ouvir como discípulos, publicam a sua vasta capacidade e elogiam a sua profunda sabedoria » ([1]).

Terminemos a notícia do ilustríssimo matemático, recordando o último Planetário português ([2]).

Ocupava-se ele fervorosamente na composição e edição de seus Planetários, com tamanha aceitação dos sábios portugueses e estrangeiros ([3]), quando rebentou a tempestade pombalina, que atirou para o desterro com a maior parte dos jesuítas. Entre eles ia desterrado o grande matemático Eusébio da Veiga. Começou a sua prisão no dia 13 de Dezembro de 1758, ano em que foram publicadas as últimas Efemérides, compostas em Portugal.

Em Roma editou uns nove volumes de Efemérides de 1785 a 1794, e por virtude da sua ciência foi escolhido pelo Duque de Sermoneta para Director do Observatório que o duque fundara. Ainda, quase no fim da sua vida, compôs com muita erudição uma Trigonometria Esférica ([4]), e em 9 de Abril de 1798 expirou com grandes créditos para a ciência, para a religião e para a pátria, cujo nome sempre procurou exaltar.

([1]) Inocêncio da Silva, *Dicc. Bibl.*, T. VI, pág. 249-250; *Brotéria*, XLVII pág. 552-556.

([2]) *Planetário Lusitano explicado com problemas e exemplos práticos ... por seu autor o P. Eusébio da Veiga ...* Lisboa, 1758.

([3]) José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra*, 1943, pág. 16.

([4]) *Trigonometria sphaerica faciliore novaque methodo exposita ...* Roma, 1795.

CAPÍTULO VIII

A COMPANHIA DE JESUS NA CORTE

SUMÁRIO: — 1. *Os primeiros educadores de D. João V.* — 2. *Os últimos Confessores.* — 3. *Amigo sincero.* — 4. *Primeiras desinteligências.* — 5. *A procissão do Corpo de Deus.* — 6. *Os barretes quadrados.* — 7. *A perdiz.* — 8. *O P. Carlos Casnedi.* — 9. *O Geral da Companhia de Jesus e D. João V.* — 10. *Carbone, o maior valido.* — 11. *A Capela de S. João Baptista.* — 12. *Os confessores da Corte.*

1. — É tempo de descrevermos as ocupações e trabalhos, mais vistosos e invejados dos homens, em que lidaram geralmente os religiosos da Companhia mais bem dotados e mais respeitados na sociedade portuguesa.

Queremos referir-nos aos que recebiam o nome honrosíssimo de régios confessores e a denominação de Padres da Corte.

Devemos, porém, desde já confessar que não eram sempre caminhos de rosas que eles trilhavam, mas antes muita vez sendas estreitas, cobertas de espinhos, e podemos francamente declarar, que nestes anos do século XVIII, como também nos tempos passados, tivemos sempre bom ensejo de admirar sacerdotes muito dignos daquele lugar, que dele se desempenhavam com primor e perfeita exacção. Conhecia-se geralmente que serviam o rei com lealdade, com dedicação, com sabedoria, como verdadeiros confessores cristãos, bem capacitados das responsabilidades extremas, que sobre seus ombros carregavam.

Os primeiros religiosos da Companhia que deram lições a

D. João V, sendo ainda Príncipe, e o educaram, foram homens eminentes na virtude e na ciência.

O primeiro mestre e depois também confessor que teve o Príncipe, quando já andava na idade para a confissão, foi o Padre Francisco da Cruz, natural do Louriçal, no bispado de Coimbra, muito douto e de invulgar talento. Pela sua virtude conciliava a estima de todos, e a sua modéstia, afabilidade e prudência encantavam a quantos a ele se dirigiam.

Terminou seus dias a 29 de Janeiro de 1706, tendo entrado na Companhia a 9 de Dezembro de 1643 [1].

Sucedeu-lhe no cargo de confessor do Príncipe e depois rei D. João V, o P. Francisco Botelho, natural de Linhares no bispado de Coimbra. Beijou a mão a D. Pedro II, pela confiança que nele depositou, entregando-lhe a prenda de maior estima, qual era o rei D. João V. Como porém não era o novo confessor apetitoso de honras, aceitou bem contrariado a escolha que dele fez o rei para confessor de seu filho.

Falecendo D. Pedro, concedeu logo D. João V ao confessor Botelho «todas as preeminências», de que fruía o Padre Sebastião de Magalhães, confessor do rei seu pai.

Mas o confessor Francisco Botelho francamente lhe retorquiu dizendo «que ele só queria fazer o ofício de confessor, no que tocava à consciência de Sua Majestade, sem se meter em outras importâncias de provimentos e governos» [2].

Causou em todo o reino edificação singular esta nobilíssima e desinteressada resposta, e subiu de ponto o conceito da sua muita virtude [3].

Mas não pôde o monarca lograr por muito tempo as bem fundadas esperanças, que lhe davam a sua virtude e mais prendas, por quanto faleceu naquele mesmo ano, em que foi aclamado D. João V, a 8 de Agosto de 1707.

António Franco bem conhecedor de Botelho, escreveu dele que no que tocava a sua pessoa, quanto aos dotes naturais, «era de felicíssimo e claro engenho, nascido para magistérios»,

---

[1] Franco, *Ano Santo*, pág. 43, 44. O P. Cruz foi também escolhido para Mestre dos Infantes D. Francisco e D. António. Cf. *Ibidem*.

[2] Franco, *Imagem*, II, pág. 683,

[3] Franco, *Imagem*, II, 683. Cf. *Ano Santo*, pág. 439, 440.

e por isso fez todos os que teve, com grande esplendor e como mestre cabal» [1].

A maneira de proceder na Corte era admiràvelmente desinteressada e conforme ao espírito religioso. Bem o deu a entender em carta que escreveu a seu Geral em 1707. Pondo de parte governos, ficava mais livre para atender ao seu cargo de confessor do rei, principalmente, porque só atendia à consciência do monarca e aos negócios de segredo que ele lhe confiava. Em negócios políticos não se implicava, nem em magistraturas nem em promoções de ofícios, nem em distribuições. Assim não havia perigo de grangear inimigos, nem ao confessor nem à Companhia. Toda a Corte aplaudiu este procedimento [2].

Durante todos estes anos dos primeiros confessores, recebeu D. João, também de seu pai, os mestres que o formaram nas Letras e Ciências. O mestre de ler e escrever foi o Padre Caetano Lopes, Prior da Madalena, e lições de Latinidade deu-lhas o Padre João Seco, da Companhia [3]. As lições que dava, acompanhava-as este professor «com uma grande bondade e costumes mui religiosos». Vivia no colégio de Santo Antão, quando foi escolhido para Mestre do Príncipe [4].

Na matemática formou-o por muitos anos o P. Luís Gonzaga, matemático de nomeada, a quem D. João V tanto se afeiçoou que o manteve sempre na Corte a ocupar-se no seu real serviço [5].

2. — Continuavam por estes mesmos anos a sua honrosa tarefa da instrução de D. João V, quando o dedicado e sobrenatural confessor, Francisco Botelho, acabou os seus dias com muito sentimento do rei e da corte [6].

---

(1) Franco, *Imagem*, II, 684.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 65. Carta de Botelho ao Geral, de Lisboa, de 5 de Abril de 1707. Autógrafo.

(3) João Seco, natural de Montemor o Novo, aí nasceu a 14 de Maio de 1653; abraçou o Instituto da Companhia a 17 de Fevereiro de 1669. Faleceu a 19 de Maio de 1721. O catálogo de 1705 dá-lhe o louvor de «Mestre dos Príncipes». O catálogo de 1717, f. 185, tem-no como Prepósito da Casa de S. Roque, e diz que, «agit etiam serenissimorum Principum Magistrum». Cf. *Lus.* 47, *Catálogo de 1705*, f. 64 v.

(4) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 246, 1721.

(5) Sousa, *História Genealógica*, VIII, pág. 4. Luís Gonzaga faleceu em 14 de Março de 1747.

(6) As exéquias de Francisco Botelho celebraram-se em Coimbra, onde

Escolheu-lhe logo sucessor digníssimo na pessoa do excelente moralista, P. Simão dos Santos, originário de Coimbra. Professava, quando foi eleito confessor, teologia moral no colégio de Santo Antão. Ocupou o seu cargo de 1707 a 1712, durante uns cinco anos até à sua morte, sucedida em 13 de Dezembro de 1712. Escreveu pena contemporânea, que o exornavam modéstia singular e costumes intemeratos [2].

O P. Simão dos Santos foi, julgamos nós, o último confessor da Companhia, que teve o cargo de dirigir a consciência de D. João V.

Depois de 1712 desviou-se o monarca de confessores da Companhia de Jesus, e escolheu-os de outras Ordens ou Congregações. O mais antigo destes confessores foi o P. Francisco Pedroso, dos oratorianos de Bartolomeu de Quental [3]. De confessores régios da Companhia, não se nos deparou mais notícia alguma.

Qual terá sido o motivo desta inesperada resolução, sendo que desde Príncipe e muito novo sempre tomou confessores da Ordem de Santo Inácio?

Por este tempo principiou D. João V a favorecer particucularmente os oratorianos, deixando, como em lugar inferior, os religiosos da Companhia de Jesus, e esta particular afeição do rei para os Quentais podemos fàcilmente provar que não descaiu até à morte de D. João V.

No ano de 1716 resolveu a Consulta da Mesa da Consciência, de 31 de Outubro, que a Companhia mantivesse o seu privilégio, e aos Padres do Oratório se negasse o privilégio

---

faleceu, com grande pompa e tristeza na Sé daquela cidade, assistindo em pessoa o bispo Conde, D. António de Vasconcelos. Também se acharam presentes os inquisidores e religiosos de todas as ordens, e os académicos e doutores. Cf. Franco, *Imagem*, II, págs. 683-84.

(2) Franco, *Syn Ann.*, n.º 15. — Em 18 de Janeiro de 1710 ainda o Geral Tamburini escrevia ao confessor P. Simão dos Santos, a pedir-lhe o seu empenho para se apaziguarem finalmente entre rei e o Geral as desinteligências da questão dos quindénios, de que já tratámos no tomo III, no vol. 2.º, pág. 109 e seguintes. Era pois ainda confessor em Janeiro de 1710. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 35. f. 148, carta do Geral de 18 de Janeiro de 1710.

(3) Cf. *Carta Exhortatoria*, pág. 16; *Dedução Chronologica e Analytica*, I, pág. 495. Cf. *Os Padres do Paço*, em cit. *Dedução*, pág. 498.

da validade dos exames de seus estudantes para as Escolas Maiores. Contudo D. João V decidiu contra a Mesa da Consciência a favor dos oratorianos. Foi um benefício real a bem dos do Oratório com grande desgosto dos Professores da Companhia [1].

Passaram os anos com semelhantes demonstrações de amizade e por 1745 resolveu o monarca edificar para os oratorianos a Casa ou Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, que eles haviam de administrar e possuir, junto à Igreja de Nossa Senhora do mesmo título.

Por um real decreto de 9 de Fevereiro do mesmo ano fez «aos ditos Padres, presentes e futuros, doação irrevogável da mesma casa, da grande cerca que se compreendia entre os muros que se estavam fazendo; e do uso da igreja de Nossa Senhora das Necessidades, para nela fazerem ministérios sacerdotais» [2].

«A qual doação lhes fazia com a obrigação de que os mesmos Padres pusessem na dita casa uma aula com cadeira em que se ensinasse a doutrina cristã, ler e escrever, e outra de Gramática e Retórica, outra de Filosofia e outra de Teologia moral, ampliando mais a faculdade de poderem os Padres, a seu arbítrio, abrir aula de teologia escolástica e de outras quaisquer ciências, que quiserem; concedendo à cadeira de Filosofia o mesmo privilégio, que já tinham os Padres da sua casa de Lisboa, de valer aos estudantes na Universidade de Coimbra o ano de Lógica, ali estudado, e serem nele admitidos só com a certidão que levarem da mesma casa...» [3].

Era um magnífico e utilíssimo colégio que D. João V edificava e oferecia generosamente aos Padres do Oratório!

Não cuidemos porém que D. João se tornasse inimigo ou menos afeiçoado aos jesuítas; mas favorecia tanto a nova con-

---

[1] Cf. Bibl. P. Eborense, $\frac{\text{CVIII}}{\text{1-23}}$, f. 33; T. Braga, *Hist. da Univ.*, III, pág. 274.

[2] Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1745, pág. 151.

[3] *Ibidem*, l. c. «Na 4.ª f. 10 foi o P. Domingos Pereira, Prepósito daquela Casa, com 8 Padres da Congregação beijar a mão a Sua Majestade, por esta mercê. No sábado 13 cantou-se o *Te-Deum* em acção de graças». Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico*, XI, págs. 1, 14, 15.

gregação, que dava fundamento a se pensar que alimentava preferência para com os Neris.

Os jesuítas é certo que por este tempo se reconheciam um tanto desfavorecidos, chegando a lastimar-se de que não tinham rei para governar [1].

3. — Mas por estes mesmos anos e seguintes fez tão repetidos e notáveis favores aos religiosos da Companhia de Jesus, que mais parecia verdadeiro íntimo do que um afeiçoado.

Caprichos da vontade real, dominada do absolutismo!

A coroação do monarca celebraram-na os estudantes da Companhia com primorosas poesias latinas. Aceitou ele com tanto agrado o obséquio, que lhe tributaram esses estudantes, que deu ordem fossem publicadas, e adornado o opúsculo com o título de *Lusitania Coronata* [2].

Os filhos da Companhia, particularmente homens notáveis, recebia-os frequentemente com paternal carinho. Em 1714 acolheu com sentimento de gratidão e até com lágrimas o missionário do Oriente, Félix Pereira. Agradeceu-lhe os obséquios e prometeu-lhe favores. No mesmo ano foi comovente a bondade, benevolência e honra com que deu audiência ao P. Miguel Dias, confessor que foi da rainha D. Sofia, esposa de Pedro II. Ia o Padre a tomar-lhe a mão para lha beijar, e o rei adiantou-se a dizer-lhe: « eu é que devo beijar-lhe a mão ».

De modo semelhante se havia com outros Padres da Companhia de Jesus [3].

Em Évora, dois anos depois, num desabafo de coração bondoso, pôde afirmar que fora o colégio da Companhia a primeira visita que fizera, visto que na sua estima sempre a Companhia tivera o primeiro lugar [4].

Três anos decorridos, deu o P. Frutuoso Correia, reitor da Universidade eborense, testemunho do grande amor que

---

(1) Cf. B. P. Ebor., $\frac{\text{CVIII}}{\text{1-23}}$, f. 33.

(2) *Lusitania Coronata sub Felici, Serenissimi Augustissimique Regis Joannis V Regnandi inauguratione ... opera et studio Scholarium Societatis Jesu.* Cf. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, T. III, I, 85.

(3) Franco, *Syn. Ann.*, 1714, n.° 1 e 2 (Nota 1 e 2).

(4) Franco, *Syn. Ann.*, n.° 8, 1716; « ... cum apud se Societas habuisset semper locum primum ... »

dedicava à Companhia de Jesus, por 1719, o grande monarca D. João V.

Referiu o P. Correia, que praticara um acto de grande crédito para a Universidade de Évora, qual foi o juramento solene que ela fez, sobre a Bula *Unigenitus*, e acrescentou que bastava conhecer esta Província da Companhia « ser do agrado de Sua Majestade, que tanto amor tem à Companhia ». Remata, asseverando de novo que « tanto é o amor que nos mostra o monarca e toda a Casa Real » (1).

Anos mais tarde deu ainda provas bem claras o rei de que era não vulgar a estima, que em seu conceito formava da Companhia de Jesus.

Propôs D. João V para bispo de Pequim, no ano de 1738, o P. Policarpo de Sousa, natural de Coimbra (2). Roma negou-se a confirmar a eleição de D. João V, por ser Policarpo de Sousa membro da Companhia de Jesus. Retorquiu-lhe o rei que o ser da Companhia não era razão que o impedisse de ser bispo. Persistiu Roma por muito tempo na recusa, mas o rei de Portugal, mais confiado e seguro nas boas qualidades do jesuíta, com nobre altivez protestava que não proporia outros bispos, e manteve-se na sua decisão.

Triunfou Portugal, triunfou o monarca e seu amor e estima da Companhia (3).

Mas uma grande prova do elevado conceito e grande afeição que tinha dos religiosos, filhos de Inácio, foi a de preferir a Companhia de Jesus a todas as Ordens para a educação religiosa e literária de D. José de Bragança, irmão de D. João V. Só da Companhia fiou obra de tamanha responsabilidade (4).

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 57, f. 315. Carta autógrafa de Frutuoso Correia ao P. Geral, de 8 de Dezembro de 1719.

(2) Policarpo de Sousa nasceu em 26 de Janeiro de 1696, e entrou na Companhia a 31 de Outubro de 1711. Professou Humanidades e Retórica e Filosofia. Cf. *Revista de História*, X, pág. 241.

(3) Cf. A. Viegas, *Ribeiro Sanches e o P. Policarpo de Sousa bispo de Pequim*, artigo na *Revista de História*, X, pág. 243.

(4) Veja-se a carta de D. João V, de 25 de Setembro de 1715, na B. P. Ebor. cód. $\frac{CXIV}{2\text{-}32}$, f. 16, estampada no opúsculo: *Um Filho de D. Pedro II na Universidade de Évora*, de M. Baptista de Lima, pág. 40. Cf. Franco, *Imagem do segundo século*, f. 174-195.

No meio porém de grandes e muitas demonstrações de amor e estima, houve no altivo e caprichoso monarca algumas explosões de indignação, que todavia não quebraram de modo nenhum nem extinguiram os laços da boa afeição. Era um amigo de sempre, como o provavam tantos factos e documentos. Toda a história de António Franco, escritor perfeitamente contemporâneo, é um tecido ininterrupto de benefícios de D. João V, feitos à Companhia de Jesus.

4. — Mas notemos algumas mostras de desagrado.

O Provincial Manuel Dias, porque, em 1708, se atreveu a fazer em Roma um pagamento, exigido aos jesuítas, mas contra a vontade do rei, este julgando-se gravemente ofendido, acendeu-se com tal excesso em ira contra o Provincial Dias e contra o Geral Tamburini, que publicou na Corte um decreto que desterrava de Portugal o zeloso Manuel Dias, e proibiu aos jesuítas portugueses a comunicação com aquele Geral, enquanto vivesse [1].

No ano de 1712 outra vez caíram sobre a Companhia as iras do monarca. O Visitador da Província, P. João Pereira, por ordem intimada de Roma e do Sumo Pontífice, expulsou da Companhia o P. João Ribeiro, professo de quatro votos, por ter nas consultas dado parecer favorável a D. João V, e contrário às ordenações do Vaticano.

Quem mais sentiu e sofreu a cólera do monarca foi o obediente Visitador. Foi pelo rei lançado para fora do reino e desnaturalizado de português. Retirou-se para a Galiza e acolheu-se ao colégio que tinham em Pontevedra os jesuítas espanhóis. Dois anos depois, perdoada toda a pena, podia viver tranquilamente na sua pátria, como bom português [2]. Assim terminavam sempre com actos de amor e perdão as iras de tal monarca!

Outra vez meteu desavença entre o rei e o Geral da Companhia a traição de um sacerdote, chamado Francisco Carneiro, que fora expulso da Companhia. Querendo dar cor à sua de-

---

(1) Franco, *Syn. Ann.*, 1709, n.º 1; *Imagem do segundo século*, f. 150. Cf. F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, III, vol. I, 120, 121.

(2) Cf. Franco, *Imagem do segundo século*, f. 161 v.; F. Rodrigues, *Hist. da Companhia*, T. III, vol. II, pág. 123.

missão, fez uma carta em nome do Geral, dirigida ao P. Carneiro, em que lhe dizia que o despedia da religião por negócios com el-rei.

Por más artes alcançou imitar a letra e firma do Geral. Entregou a fingida carta a D. João V, que a teve por verdadeira, e ficou estranhamente enfadado de que o Geral despedisse aquele Padre por se valer do seu patrocínio. Durou tempo o desfazer do enredo. Mas por fim descobriu-se a fraude e o rei dissimulou o caso não procedendo ao castigo do desaforo [1].

5. — Também introduziram alguma ocasião de desgosto entre o monarca e a Companhia as soleníssimas procissões que eram anualmente celebradas na festa do Corpo de Deus. Os motivos do contraste nasciam do privilégio que tinham as Ordens Religiosas de não intervirem nas procissões públicas. O rei queria decididamente que a Companhia renunciasse a esse privilégio.

Já em 1717, na célebre procissão que saía da Sé Patriarcal, determinou D. João V, que o acompanhassem nessa procissão os dois Padres da Companhia, João Seco e Luís Gonzaga, que em tempos passados foram seus mestres de Latinidade e de Matemática [2].

Dois anos depois, em 1719, mandou el-rei convocar à Secretaria os prelados das Religiões e lhes significou pelo Secretário de Estado, que não obstante quaisquer privilégios que houvesse, todos os religiosos era sua vontade que fossem debaixo da sua Cruz na procissão do Corpo de Deus, da sua Sé Patriarcal.

D. João V tinha o seu agrado e satisfação de dar semelhantes ordens para lustre maior da sua Sé. E ai do que recalcitrasse!

Desta vez não houve submissão perfeita, mas de facto não tiveram que objectar mas que abaixar a cabeça para não incorrerem nos inconvenientes gravíssimos da indignação real. Os jesuítas é que parece terem repugnado mais fortemente à decisão do rei, provocando com essa obstinação severas ameaças do monarca. Receberam a intimação de serem todos lançados fora

---

[1] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 225, 1719. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 35. II, 289-290. Carta ao P. Luís Gonzaga de 13 de Dezembro de 1718, do P. Geral, Fotografia.

[2] Franco, *Syn. Ann.*, 1717, n.º 7.

de Portugal, se continuassem a persistir na recusa de se incorporarem na procissão, em que intervinha o rei e a corte. As circunstâncias forçaram-nos a submeter-se [1].

O monarca, porém, para que os religiosos, « por serem clérigos », não alegassem a falta de sobrepelizes e barretes, como os que se usavam na Sé Patriarcal, teve a delicadeza de mandar à Casa Professa de S. Roque noventa sobrepelizes finíssimas e encrespadas e com mangas, e o mesmo número de barretes quadrados, para que não levassem os barretes redondos, de que até esse tempo usavam.

Foram na procissão, desconhecendo-os o povo, que distinguia os religiosos ignacianos pelos barretes redondos, que eram os que usavam os clérigos portugueses, quando a Companhia entrou em Portugal no tempo de João III [2]. Nessa majestosíssima procissão caminhavam em longas filas, cada um no lugar competente, os religiosos da Companhia. Iam à frente os irmãos coadjutores temporais, vestidos de suas opas, seguiam-se os noviços; logo depois os irmãos do Recolhimento; em seguida os jovens escolásticos; após os coadjutores espirituais; e por fim os professos de quatro votos [3].

Deste modo se deu aprazimento ao pomposo monarca do Ocidente, cujas exigências e caprichos eram por vezes tão difíceis de contentar.

6. — A procissão do Corpo de Deus, com suas sobrepelizes alvíssimas e novos barretes, meteu-os forçosamente noutra controvérsia, onde só dominou a vontade real.

Para se assemelharem os clérigos de Portugal nos modos de trajar ao uso do clero romano, foi-se a talante do rei metendo na Sé Patriarcal, a forma dos barretes quadrados, que em Roma estavam em uso « com três cantos levantados e um abatido » [4].

Mas sobretudo desejava o rei que os padres da Companhia

---

[1] Cf. *História de Portugal, edição Monumental*, VI, fl. 189. — O P. António Francisco, sendo rigorosamente contemporâneo destes sucessos, não refere tamanhos excessos da indignação real, e supõe que foram duas as procissões em que sobreveio a ordem real em 1719 e 1725. Franco, *Imagem do segundo século*, f. 224v, *Syn. Ann.*, 1725.

[2] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 224 v.

[3] Franco, *Syn. Ann.*, 1725.

[4] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 238.

mudassem de barretes, tomando a forma quadrada, que tinham os clérigos da sua capela real.

Para introduzir fixamente o novo uso dos barretes, deu ordem, como já insinuámos, que os da Companhia levassem na procissão da Sé Patriarcal esses barretes de forma quadrada. Para se dar efeito ao que o rei pretendia, escreveu o marquês de Fontes, que fora embaixador em Roma, ao Padre Assistente português, da Companhia, que propusesse ao Geral a vontade do rei, de que os da Companhia em Portugal deixassem os barretes redondos e tomassem os quadrados que se usavam em Roma [1].

Ordenou imediatamente o Geral que se acudisse ao gosto do rei, nem podia na Província de Portugal proceder-se de outro modo, quando se tratava de cumprir a vontade real.

Foram à Corte alguns Padres autorizados a falar com o rei e saíram determinados a fazer a mudança que ele queria.

Em 9 de Maio de 1720, dia da Ascensão do Senhor, apareceram em Lisboa os padres em público trazendo os barretes quadrados.

Tudo em Lisboa se fez com quietação, dissimulando todos o natural sentimento, que em semelhantes novidades costumam ter os homens [2].

Em Coimbra não foi perfeito o sossego e a rendição. Chegando a ordem de Lisboa à cidade universitária, onde era reitor do colégio o P. José de Almeida, chamou este os padres, leu-lhes a carta, mas todos responderam que não aceitavam tal ordem, nem tal mudança de barretes, dando para isso razões, que julgavam forçosas; que o rei nem sequer insinuara tal coisa; e o padre reitor procedia mal informado, cuidando o que não era. A este modo juntaram outras razões. De tudo se deu conta a Roma, e de quatro lentes de diversas Faculdades, que nisto eram mais teimosos e faziam ânimo aos mais, para se não acomodarem [3].

---

[1] Franco, *ob. cit.*, f. 238 v.

[2] Franco, *ob. cit.*, f. 238. — Nesta ocasião mandou também o rei, que os noviços depusessem as roupetas pardas, que até esse tempo usavam, e as vestissem de preto.

[3] Franco, *ob. cit.*, f. 239 v.

De Roma veio ordem que em todo o caso se usassem os barretes quadrados, e que se pusesse preceito de obediência para que ninguém ousasse resistir.

Aos quatro lentes de Coimbra impôs o Geral pesada penitência, e ordenou que nas demais casas da Província, se empregasse penitência semelhante.

Foram todos os renitentes tirados das suas cadeiras, privados de voz activa e passiva e sofreram outros castigos, que por então se executariam. Passado algum tempo foram restituídos a suas cadeiras e aliviados de qualquer pena.

Com esta benignidade, logo no mês de Outubro se puseram os barretes quadrados. Em Évora se tomaram aos 10 de Outubro à noite; em Coimbra ou no mesmo dia ou pouco depois. Nos outros colégios se foram admitindo com boa sujeição.

Depois que veio o preceito romano, não abriu mais a boca ninguém. Prestou-se rendida homenagem à santa obediência e à vontade real! [1].

7. — Depois desta perturbação, finalmente serenada, vamos agora ver como uma bem pequena centelha despertou um grande incêndio e levantou pavorosa tragédia.

Excessivo ressentimento do monarca orgulhoso causou gravíssimos desgostos aos religiosos da Companhia, e aos Superiores maiores lhes abriu na alma feridas bem dolorosas e profundas.

Relatemos o sucedido em poucas palavras. Foi no ano de 1724. Como tinha de costume frequente, ia a piedosa Rainha D. Maria Ana de Áustria à Igreja de S. Roque a honrar por diversos motivos ao Santo Xavier de quem era devotíssima.

No Janeiro deste ano foi à mesma Igreja oferecer o Infante D. Alexandre, seu filho, nascido em 24 de Setembro de 1723 [2], a S. Francisco Xavier. Aconteceu porém que a ama que criava o Infantezinho, se sentiu desfalecer e precisava de algum conforto. A toda a pressa o P. Manuel de Oliveira, instrutor e confessor da Infanta D. Maria e o P. Luís Gonzaga que fora Mestre de D. João V, acudiram à cozinha a buscar alguma coisa de

---

(1) *Ibidem.*

(2) Faleceu 4 anos depois, a 2 de Agosto de 1728.

comer, e trouxeram uma perdiz assada, de algumas que se tinham oferecido à Casa Professa.

Era Prepósito o P. João Tavares que logo, com precipitação inconsiderada, impôs uma penitência ao cozinheiro, por ter dado sem licença aquela perdiz.

Levaram a mal os dois Padres o procedimento do Prepósito, e consideraram a penitência, como sua. Queixaram-se aos Padres Visitador e Vice-Provincial António Casnedi e pediram-lhe com instância licença para mudar de habitação. Respondeu-lhes o Visitador, que se aquietassem; que ele tudo cumpriria com o Padre Prepósito.

Não agradou a resposta aos dois Padres, e algum deles, ou outro por eles, foi contar ao rei o que pensava.

Sentiu ìntimamente o monarca esta que ele avaliava por desatenção a sua pessoa, e mandou avisar o Visitador, que desse licença aos dois Padres de se mudarem para a casa que de preferência escolhessem.

Transmudaram-se para o Noviciado de Monte Olivete [1]. Pouco depois emitiu o monarca um severíssimo decreto, em que ordenava que nem o Visitador nem o Prepósito entrassem mais no Paço nem aparecessem na presença do rei.

Vendo o Visitador o golpe que se descarregava sobre sua cabeça e sobre a do Padre Prepósito, valeu-se de um artifício com que ele cuidava se abrandaria o monarca. Mandou que o ministro da Casa Professa publicasse no refeitório uma penitência que se dava ao Padre Prepósito João Tavares por ter naquela ocasião castigado o cozinheiro; e também publicava contra si mesmo Visitador uma penitência por não ter castigado o Padre Prepósito, e haver-se portado remissamente nesta ofensa do rei.

De mais insistia o Visitador que aquela penitência se lhe infligia, enquanto se escusava do governo, para o qual se julgava inepto.

Comunicou-se ao rei esta penitência, com a esperança de que se lhe daria com ela satisfação. O rei porém considerou-a como um artifício do Visitador e não fez dele caso nenhum. Antes indo ao Paço o afligido Prepósito para se descarregar

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 259 v.

da acusação, el-rei de dentro lhe mandou que se retirasse e sobre esta ordem um recado a estranhar-lhe a sua desatenção, com palavras tão ásperas que o moço da câmara as modificou por lhe parecer que o Padre, se lhas dissesse, arrebentaria de pena [1].

Entretanto chegaram a Roma os ecos da tempestade que alvoroçava a Província em Lisboa. O Geral, assustado, mandou graves penitências ao Visitador e Prepósito, das quais, depois de lidas, se deu notícia ao rei por via do Secretário de Estado. Com nenhuma das penitências se comoveu nem desagravou D. João V.

Em face da disposição agastada e hostil do rei, o Padre João Tavares deixou no mês de Junho o governo da Casa Professa e o Visitador Casnedi pôs em seu lugar por Prepósito o Padre doutor Lourenço Ferreira em 1724 [2].

Em Junho chegou do Geral a ordem expressa ao Visitador, que declarasse por Vice-Provincial ao reitor do colégio máximo de Coimbra, P. António Galvão, que foi chamado a Lisboa e recebeu a Patente de Vice-Provincial. O P. Casnedi ficou despojado de toda e qualquer dignidade a 21 de Julho de 1724. Ao P. Galvão Vice-Provincial, tardou muito o rei em dar-lhe audiência [3].

8. — Nesta suspensão se foi continuando até se entender que era vontade do rei deixasse Casnedi a corte. Todos na Província tremiam diante do rei.

Então no Abril do ano seguinte mandou o Geral com preceito de obediência a Casnedi que logo se retirasse e saísse da corte. Saiu efectivamente. Dez dias havia que tinha chegado a Badajoz, quando repentinamente o assaltou a morte [4]. Como

---

[1] Franco, *ob. cit.*, f. 259 v.-260.

[2] Catálogo de 1726: P. Lourenço Ferreira, Prepósito actual da Casa Professa de S. Roque, eleito pelo Geral a 13 de Junho de 1725, doutor em Teologia de que foi lente por 9 anos, e pregador. Natural de Anelhe, da Diocese de Braga. Nasceu a 10 de Agosto de 1661; entrou na Companhia a 18 de Maio de 1679. Franco, *Imagem* cit., f. 260. Cf. *Livro em q se aponta o tempo em q começão os Superiores...*

[3] Franco, *Imagem do segundo século*, f. 260.

[4] Veja-se no cap. I, do l. II, § 3 deste Tomo IV, o muito que contámos da vida e obra de Casnedi.

veio este homem, a quem podemos qualificar de notável, a terminar sua vida numa explosão de tragédia!

Depois da morte do Almirante de Castela ficou em Portugal, muito estimado de D. João V e também demasiadamente favorecido do Geral Tamburini, por ter sido seu condiscípulo, diz o P. António Franco, e por ser italiano. Em 30 de Dezembro de 1721 recebeu Patente de Visitador e Vice-Provincial da Província portuguesa. A insinuação e vontade de D. João V e do Geral é que o promoveram a essa dignidade, sendo estrangeiro e menos edificante o seu modo de proceder. Foi o princípio da sua desgraça. Os portugueses detestavam o governo de Casnedi, mas o rei e o Geral o sustentavam nesse cargo.

Por fatalidade suprema sobreveio o caso da perdiz. Com ele perdeu Casnedi o valimento do rei, que se volveu em inimigo acérrimo, como já temos referido (1).

Por fim quis absolutamente D. João V que o Geral desterrasse da corte a Casnedi; e o Geral deu a ordem com grandes apertos. Partiu de Lisboa a 25 de Abril. Em Aldeia Galega despediu o Procurador Geral que o acompanhava e foi-se para Badajoz, onde chegou a 29 desse mês pelas três horas da tarde. O sentimento e pena da desgraça «o assombrou em forma que na manhã dos 11 de Maio o foram achar morto no seu aposento» (2).

6. — Depois da retirada da corte e da morte de Casnedi continuou o Geral Tamburini a procurar por todos os modos apaziguar D. João V. Escrevia-lhe cartas e cartas a ressumbrar afecto e reverência, não foi porém fácil comover o monarca pundonoroso nem renovar a antiga amizade. Acusando as culpas cometidas contra a Real Pessoa, dizia-lhe o Geral em carta de 25 de Novembro de 1724:

---

(1) Franco, *Imagem cit.*, f. 270-271v. segs.

(2) Franco, *ob. cit.*, f. 271v. — O P. João Tavares, Prepósito da Casa Professa, vítima também das iras reais no caso da perdiz, deixou-se penetrar tanto pela dor de ter dado ocasião a golpe tão doloroso e imprevisto, que foi pouco a pouco desfalecendo na saúde, e veio a falecer no mesmo ano a 26 de Novembro na Casa Professa. Era natural de Amoreira, no bispado de Coimbra. Abraçara o Instituto da Companhia a 26 de Agosto de 1681 com 21 anos de idade. Fora confessor do Patriarca D. Tomás de Almeida. Cf. Franco, *Imagem cit.*, f. 260 v.

«Permita-me V. Majestade tornar segunda vez aos seus reais pés a dar-lhe fiel e exacta conta de quanto tenho realizado para castigar a temeridade do Prepósito dessa Casa Professa e a negligência não menos culpável do Visitador que tanto tempo dilatou o remédio. Esta inconsideração e arrojo de ambos me causou excessiva pena não só por tocar reflexamente nos dois Padres tão beneméritos, que V. Majestade tem ao seu serviço, mas muito mais por arguir uma intolerável desatenção à sua real pessoa. A um e outro estranhei e afeei, quanto pude, por carta, o seu excesso, e os mandei castigar pùblicamente (1).

Casnedi e Tavares foram absolutamente depostos por mim em castigo da desatenção com que se houveram em matérias que respeitavam a um tal monarca, a quem . . . devia a Companhia inestimáveis e eternas obrigações . . . » (2).

Insistindo em idênticas súplicas, ainda apela para a bondade real:

«A suma clemência de V. Majestade, lhe diz, me faz persuadir que terá já condescendido a estas humildes súplicas, que fiz na pessoa do Superior da Província, e nesta suposição prostrado com toda a Companhia a seus reais pés lhe beijo a mão por tão singular mercê, que viverá eternamente na nossa lembrança. Se porém for tanta a minha desgraça que ainda V. Majestade não tenha remitido a sua justa indignação, que outra coisa posso eu fazer, senão lançar-me de novo a seus reais pés, instando e acumulando os mesmos rogos e apelando para a sua tão conhecida benignidade e para o particular amor que por palavras e obras mostrou sempre a esta mínima Companhia» (3).

Triunfou a súplica humilde e a bondade paternal do monarca para a Companhia de Jesus. No mesmo ano de 1725 mandou o embaixador chamar à sua presença em Roma o Geral da Companhia e disse-lhe que o reconciliava na sua amizade e ao Padre Assistente, por assim o mandar o rei D. João V (4).

---

(1) Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 415 v. Carta de 25 de Novembro de 1724.

(2) Arq. S. J., *Lus.* cit., f. 416.

(3) *Ibidem.*

(4) O embaixador, por causa do sucedido com a perdiz, recebera ordem de

Em Lisboa a 13 de Junho, autorizou Sua Majestade a que se lessem e publicassem as patentes, até esse tempo suspensas, e se dessem ao Padre José de Almeida a de Provincial, e ao Padre Lourenço Ferreira a de Prepósito.

Assim se fez e concluiu a reconciliação entre o monarca e a Companhia de Jesus. D. João V continuou a cumular de benefícios os religiosos da Companhia, provando-se amigo sincero, como sempre fora [1].

10. — A estes desassossegos e dissensões assistiu de fora o Padre João Baptista Carbone, chegado havia pouco a Portugal. A prudência do novo astrónomo e a novidade da Província Portuguesa e de seus usos, em que de pouco se encontrava, não o deixaram envolver nas perturbações que tanto amarguraram os primeiros Superiores. Desde esse tempo até à morte do monarca não nos regista a história que houvesse divergências entre D. João V e os religiosos da Companhia.

Carbone deu-se logo de princípio com a sua inata seriedade, virtude e mansidão, às ocupações para que o escolhera na corte o monarca. Foi logo alvo de admiração para quantos o tratavam. Era homem excepcionalmente prendado e um religioso de rara virtude.

D. João V conheceu-lhe e penetrou-lhe bem os dotes que o exornavam, e as prendas que o enriqueciam para vir a ser personagem da ciência e da corte. Nunca se desmentiu nos 28 anos que viveu e dominou na corte de D. João V.

Num catálogo oficial da Província Portuguesa de 1749, quando já a experiência o tinha manifestado, assim o pinta em poucas palavras: «Ensinou na sua Província napolitana durante quatro anos Humanidades e Retórica; e agora está ocupado no ministério do Augustíssimo Rei de Portugal, sempre querido do monarca, dos magnates e de todo o reino e tido em toda a parte em grande honra» [2].

D. João V, que não admitisse visitas nem do Geral nem do assistente português. Era nesses anos Assistente o P. João Baptista do Vale, que faleceu a 7 de Outubro de 1726.

(1) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 277.

(2) Arq. S. J., *Lus.* 49, f. 31 v., n.º 408: «R. P. Joannes Baptista Carbone Collegii Rector renuntiatus 6 Febr. 749; natus Vriae 2 sept. 694; Societ. ingres. 2 Decembris 709; Prof. 4 vot. 15 Aug. 727; Human. literas et Rhetor. quadriennio:

D. João V amava-o como ao mais dedicado amigo. Fiava dele os maiores e mais delicados negócios; tomava dele os conselhos de maior melindre e monta e de mais importância do reino e de fora dele, para cuja expedição era incansável o seu desvelo, lealdade, desinteresse e zelo do bem comum e particular de todos.

Com as pessoas com quem tratava ou a ele acudiam, sempre as atendia com agrado e benevolência, sem o mínimo sinal de enfado.

No agrado com que falava, era verdadeiramente italiano; no servir a grandes e pequenos era finíssimo português. No conversar era afável e suave. A ninguém desconsolava, ou fizesse o que lhe pediam ou não fizesse. Assim o experimentavam geralmente todos, enquanto vivo e confessavam com expressivo sentimento, depois de morto, lamentando sua morte por um golpe muito sensível a todo o reino. Os que o conheceram e trataram, como experimentados, e os que nunca o viram, pelo que longe ouviam de bem de sua religiosa pessoa, e extremada caridade, e por isso lhe chamavam pai de todos ou da pátria, pois estrangeiro, como o Padre Carbone, não tinha vindo nem estava por vir outro semelhante a Portugal [1].

Em fim da boca de todos o comum era ouvir louvores e elogios do Padre Carbone. Mas os seus irmãos de religião mais que todos o amavam e admiravam. Por isso receberam com aplauso a sua nomeação para reitor do colégio de Santo Antão. Entrou no cargo por vontade de D. João V, em 6 de Fevereiro de 1749, e houve-se nele como em todas as demais ocupações, com prudência e grandeza de alma, e nesta ocupação particularmente com perfeita observância religiosa.

---

nunc Augustissimi Portugaliae Regis, ministerio addictus; ipsique Regi, Magnatibus et toti regno carus, magnoque apud omnes in honore habitus. Firma valetudine fruitur ».

(1) Veja-se o ms. *necrologio* do P. Carbone, existente no Arquivo da Província Portuguesa, em códice com o título: *L.º dos P.es q morrem*, f. 67-68. — Sobre a boa ordem e desinteresse de Carbone, também escreveu o 4.º Visconde de Asseca, Martim Correia de Sá: « Na importante satisfação das dívidas de Mafra, mostrou não só a sua grande capacidade, na boa ordem com que fez tão dificultosos pagamentos, mas também a pureza da sua consciência e o amor que tinha a Sua Majestade ... » *Arquivo dos Viscondes de Asseca*.

Em ano e meio e três meses que teve o cargo de reitor fez mais obras no colégio à sua custa, do que quantos reitores teve o colégio desde a sua fundação [1].

Mas sobreveio-lhe inesperadamente o termo da sua vida. Durante a doença, de Quarta-feira de Trevas à Dominga in Albis, recebeu os maiores cuidados, sobretudo da parte de D. João V para se debelar o mal. Foi inútil toda a solicitude dos médicos, do rei e da corte. Faleceu no dia 5 de Abril de 1750, pelas seis horas e meia da manhã.

Assistiu-lhe e recebeu-lhe a última confissão o Padre Gabriel Malagrida, vindo, havia pouco, do Maranhão, e tomou o viático da mão do Provincial José de Andrade [2].

Logo dobraram os sinos do Colégio e da Casa Professa e de várias ordens religiosas. O enterro e exéquias revestiram-se de toda a solenidade e pompa fúnebre.

Nos dias da doença foi com grande frequência visitado pelo Infante D. Manuel, pelos Cardeais da Cunha e Patriarca, pelos principais Monsenhores e Bispos; não houve titular que o não visitasse, alguns todos os dias, de manhã e de tarde.

O cuidado e desvelo de el-rei foi excessivo. Além da recomendação que fez aos médicos da sua câmara, dizia-lhes: tratem-me da saúde do Padre, «que não tenho quem me fale com mais verdade, com mais zelo e mais fidelidade».

Com as lágrimas nos olhos exclamava: «A morte do Padre Carbone é uma perda para o reino irreparável».

Logo lhe mandou dizer mil missas por sua alma, e depois mandou dizer ainda mais.

O sentimento de toda a corte, sem excepção de pessoas, ainda excedia o do paço. Todos lamentavam que perdiam no Padre Carbone um verdadeiro pai.

Este sentimento da corte espalhou-se por todo o reino, não havendo cidade, vila e lugar que não sentisse a morte deste herói, que na Companhia de Jesus foi tido por um «exacto religioso», no século por um protótipo de caridade e no céu, como

---

(1) Cf. *Arquivo de Asseca*, necrológio de Carbone: «No seu colégio de Santo Antão gastou utilìssimamente tudo o que a grandeza de Sua Majestade foi servido dar-lhe em atenção ao seu contínuo trabalho».

(2) Andrade entrou no cargo de Provincial a 15 de Dezembro de 1747.

piamente cremos, seria apremiado de Deus na medida que ele próprio deu à hora da morte ao Padre Malagrida, quando lhe afirmou que «no serviço de Sua Majestade não tinha coisa que lhe agravasse a consciência» [1].

Fica-nos com estes testemunhos canonizada a memória de João Baptista Carbone.

11.—Menos de um mês depois do trespasse de Carbone erguia-se em Lisboa o monumento de maior elegância artística, riqueza e munificência que se admira em todo o Portugal, e ainda talvez nos países estranhos, onde se cultivam os primores da arte cristã. A obra saiu da grandeza de alma e do coração magnânimo do rei-sol do Ocidente, e executou-se pela actividade, empenho e dedicação do maior valido de D. João V. João Baptista Carbone é que levou a termo e a efeito a obra admirável na capital portuguesa. Referimo-nos à capela de S. João Baptista, que D. João V se resolveu a mandar construir na igreja de S. Roque da Companhia de Jesus.

Estava o monarca, dizem escritores vários, na igreja de S. Roque da Casa Professa e reparando na pobreza da capela dedicada ao divino Espírito Santo e a S. João Baptista, sendo que todas as demais capelas se apresentavam muito ricas e asseadas, perguntou o motivo da diferença, e responderam-lhe que as outras capelas tinham quem delas cuidasse, e as adornasse e as enriquecesse, o que não sucedia com a capela de S. João Baptista. Pois bem, replicou D. João, fica por minha conta a capela do santo do meu nome [2].

---

[1] Cf. necrológio de Carbone no citado ms.: *L.º dos P.es que morrem*; no Livro de registo, começado em o primeiro de Janeiro de 1750, escrito por M. Vc. da Asseca. Temos copiado só o último assento, com data de 16 de Janeiro de 1756; *Elogio Funebre do Padre João Baptista Carbone... por Fernando Antonio da Costa Barbosa*, Lisboa, 1751, Livro impresso.

Um retrato de Carbone «conserva-se no Real Colégio de Santo Antão delineado pelo pincel de um dos melhores Apeles desta corte, por ser a cópia mais bem parecida com o seu original». *Elogio Fúnebre citado* de Fernando António da Costa Barbosa, pág. 36. — No mesmo elogio fúnebre, pág. 7, se lê que D. João V ordenou para assistência de Carbone «o colégio de Santo Antão desta cidade com aposento distinto, e devido aos seus méritos, como foi um grande dormitório na parte mais interior do mesmo colégio, a expensas da sua real fazenda obra tão magnífica, que hoje serve de soberbo ornato àquele Real Colégio».

[2] Não faltam outros escritores, que dizem que os Padres é que pediram,

Dito e feito. Ordenou sem demora o rei, que se construísse a capela em Itália, no país das artes, pelos mais hábeis e famoaos artífices, que se encontrassem, e com os mais ricos e preciosos materiais que se lhes deparassem naquelas terras.

Carbone esteve durante anos em continuada comunicação de cartas, de relações e avisos com o embaixador português em Roma, Pereira de Sampaio [1].

E Sousa Viterbo assim termina a sua obra:

« Encerramos esta obra com a lista dos fac-símiles das assinaturas dos indivíduos que mais concorreram para a feitura da capela... Pomos à sua frente os nomes do Padre Carbone e de Sampaio, nosso ministro, os quais, o primeiro em Lisboa e o segundo em Roma superintenderam na direcção de todos os trabalhos » [2].

Com tantas consultas e discussões e em conformidade com as aspirações de grandeza e perfeição da capela, « mandou-a o rei executar com largueza magnânima, pelos melhores arquitectos, escultores, mosaístas, ourives e metalistas da época.

« A beleza do traçado, a opulência do material decorativo, em que o mármore de Carrara, o alabastro, o pórfiro verde, o lapis-lázuli, o jaspe, o ametista, o jalde, a cornalina, profusamente se combinam e enlaçam em harmoniosas proporções, com admiráveis ornatos de bronze cinzelado » [3]; o pavimento, os quadros de mosaico, castiçais e a cruz da banqueta: tudo forma um conjunto maravilhoso de arte, de elegância, de riqueza.

O Papa Bento XIV, a pedido do monarca de Portugal, sagrou a capela no dia 15 de Dezembro de 1744, para esse fim armada na igreja de Santo António dos portugueses [3].

---

a D. João V que tomasse a seu cuidado a capela de S. João Baptista, fazendo-se dela instituidor. Cf. *Guia de Portugal Artístico, capela de S. João Baptista ...* artigo de Queirós Veloso; Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, VI, pág. 38 e segs.

[1] Sousa Viterbo — Vicente de Almeida, *A Capela de S. João Baptista*, Lisboa, 1902, págs. 12 e segs.

[2] *Ob. cit.*, pág. 179 e segs. Cf. *Ibidem*, pág. 130 e segs. *Extractos da correspondência entre o P. João Baptista Carbone em Lisboa, e Manuel Pereira de Sampaio em Roma, relativos à capela de S. João Baptista em S. Roque*, 1742-1749.

[3] *Guia de Portugal Artístico*, artigo de Queirós Veloso.

[3] Cf. *A Capela de S. João Baptista*, Lisboa, 1902, pág. 14. — Há quem assevere que o Papa, antes da capela ser enviada para Lisboa, dissera nela

Três navios trouxeram a Lisboa toda a riqueza da capela, e em 1 de Setembro de 1747 chegaram à capital, com os artistas que deviam montar toda a obra. Foi aberta ao culto em 1 de Janeiro de 1751 [1].

Assim brindaram Portugal, um rei português e a Companhia de Jesus ao mundo artístico e engenhoso com o mais belo e rico monumento, bem superior aos das demais nações.

12. — Resta-nos examinar brevemente a actividade principal que os religiosos da Companhia exerceram na corte de D. João V.

Já observámos que D. João desde 1712 não tomou para director da sua consciência a confessores da Companhia. Seria talvez essa mudança por inimizade e falta de confiança, que se lhe meteu na alma, julgando que os confessores ignacianos não preenchiam as delicadas obrigações de régios confessores? [2].

Não o podemos crer geralmente. D. João V, como já insinuámos, mais que bastante, mostrou-se sempre amigo dos reli-

---

missa, designando-se até o dia 6 de Maio de 1747. É duvidoso o facto. Cf. *A capela... cit.*, pág. 15.

[1] Assim o escreveu João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal*, III, 266; mas Sousa Viterbo duvida, e ignora onde se baseia Baptista de Castro. Outros cuidam que a data da inauguração é a de 1752. Cf. *Guia de Portugal Artístico*, no art. de Queirós Veloso: Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, t. XI, Lisboa, 1827, pág. 38 e segs.

[2] D. Luís da Cunha no seu *Testamento Político* diz a este propósito: «... Depois de ser o meu pensamento que V. A. fuja de ter um primeiro ministro, ou um valido, não sei se lhe ajuntara que também se dispensasse de ter um confessor, quero dizer com este título, porque com ele o autoriza para querer ingerir-se nas coisas do governo e fazer-se respeitar, servindo-se do confessionário para tirar, ou encher o Príncipe de escrúpulos, conforme convém aos interesses da sua Ordem, dos seus parentes e amigos, de que pudera alegar muitos exemplos;... mas como seja preciso que o Príncipe faça ver aos seus vassalos que regularmente pratica os preceitos da Igreja, dissera que V. A. escolhesse para cura da sua freguesia um homem desinteressado, prudente, de boa vida e costumes, sem ser hipócrita e com ciência que baste para tranquilizar a sua consciência... e que com ele se confessasse; porque tenho observado que a teologia de frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuítas, que são os que mais estudam, e por isso mais aptos para adoptarem as opiniões, que possam agradar ao confessado...» *Testamento político*, Lisboa, 1943.

São estes os conselhos daquele famoso político; mas duvidamos muito que

giosos da Companhia: estimava-os de coração, pois lhes confiava as pessoas a quem mais queria, e os negócios de maior confiança. O Padre António Franco, historiador contemporâneo, disseminava pelas páginas de seus escritos, bastas provas de afeição real. Sobejaria, como prova, o ter sempre confiado, até à morte, a consciência e educação de seus filhos a religiosos da Companhia; como também deu o encargo da formação de seu irmão D. José de Bragança aos Padres da Companhia da Universidade de Évora, na qual viveu e se manteve por espaço de uns dez anos ou mais talvez [1].

Ficámos pois certos da estima, que levava o monarca D. João a entregar os Príncipes e Infantes aos confessores e mestres da Companhia, para receberem a formação religiosa e literária.

Comecemos pelo Príncipe que primeiro teve confessor da Companhia. Foi este o Príncipe D. José, que nasceu a 6 de Junho de 1714, e subiu ao trono em 1750, depois da morte de D. João V [2]. Por ocasião do casamento de D. José com D. Maria Vitória, celebrado no Caia, em 1729, nomeou o monarca para confessor e mestre do Príncipe o P. Henrique de Carvalho, natural de Alfarelos, muito aceito à majestade de D. João V e Provincial da Companhia nos tempos dificultosos, em que perturbava a corte o dissídio entre D. João e o Papa. Naquele desassossego houve-se com prudência, autoridade e elevação de pensamento. Na corte vivia como religioso perfeito, a ponto de todos saberem que nunca faltaria às suas regras e ao seu instituto para comprazer aos áulicos [3].

Morto o P. Henrique de Carvalho, apresentava-se, como naturalmente indicado para sucessor no confessionário de D. José, ainda príncipe, o P. José Moreira, que actualmente desempe-

---

sejam inteiramente acertados. Mais adiante, pág. 26, propõe e louva para Ministro régio a Sebastião José de Carvalho e Melo!

(1) Baptista de Lima, *Um Filho de D. Pedro II na Universidade de Évora*, pág. 31. D. José tomou o grau de doutor em 26 de Julho de 1733.

(2) Franco, *Sin. Ann.*, 1714, n.º 4.

(3) Faleceu Henrique de Carvalho a 22 de Outubro de 1740. Nasceu a 18 de Abril de 1666. Cf. *Catálogo de 1726*, n.º 518. Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 323-323 v., ânua de 1737-1748.

nhava o cargo de Provincial da Província portuguesa da Companhia de Jesus [1].

Deste modo dirigiu Moreira a consciência do Príncipe e futuro rei de 1740 a 1757.

D. José tinha elevado conceito do P. Moreira, de sua ciência, prudência e virtude, e costumava dizer que «se julgava sumamente afortunado por ter a seu lado um confessor, que não lhe podia aconselhar senão o que era justo e recto» [2]. Da Nunciatura de Lisboa também se escrevia para Roma em 1750, que o Padre Moreira era um santo religioso, mas para tratar negócios um inepto [3].

De feito, político parece que não o sabia ser. Era lhano e sincero demais para entender as subtilezas de tal emprego. Mas dúvida não a pode haver de que fosse verdadeiro e amigo do rei.

Depõe certamente contra a política de Moreira o facto de se haver como amicíssimo de Sebastião José de Carvalho [4]. Desastroso engano!

Siga-se nesta ementa imparcial D. Maria, a Princesa da Beira, depois Rainha de 1777 em diante, que nasceu em 17 de Dezembro de 1734.

Em anos convenientes, sendo professor de teologia no colégio de Coimbra o P. Timóteo de Oliveira, foi-lhe dado por mestre e confessor esse autorizado religioso que se manteve no cargo até o ano de 1757, quando os confessores da corte foram expulsos do paço a 19 de Setembro [5]. A Princesa da Beira D. Maria derramou nesta separação sentidas lágrimas e conservou a estima e amizade deste seu confessor e mestre até ele, tantos anos depois, sair das masmorras pombalinas.

Comprova estes factos Caetano Beirão, quando escreve:

---

[1] José Moreira era Provincial desde 23 de Junho de 1738 até Outubro de 1741. — Era fama de que D. João V possuía extraordinária força de intuição para conhecer os homens. Acertou também desta vez o monarca?

[2] [Romão], *Compendio Istorico*, pág. 9.

[3] Carta de Ratta a Valenti, autógrafa, de 16 de Novembro de 1751. Cf. *Nunz. di Portogallo*, vol. 110 A.

[4] Carta de Núncio Acciajuoli a Valenti, de Lisboa, a 17 de Dezembro de 1754. Cf. *Nunz di Portogallo*, vol. 11.

[5] Cf. [Romão], *Compendio Istorico*, pág. 48-49.

«É manifesta a amizade que ficou sempre dedicando a Timóteo de Oliveira...» (1).

À infanta D. Maria Bárbara, anos depois rainha de Espanha, soube D. João V escolher-lhe um confessor e instrutor na pessoa do Padre Manuel de Oliveira, digno de tal emprego e tal personagem, excelente literato, sábio e dedicado, e santo religioso (2).

Mas pelo tempo dos dois casamentos de Portugal e Espanha, nomeou o monarca português para confessor de D. Maria Bárbara, tendo já falecido o Padre Oliveira, o Padre Manuel Álvares, natural de Canelas, da diocese de Braga. Primeiro assentara D. João que o Padre Manuel Álvares fosse para Espanha e aí ficasse confessor de D. Maria Bárbara; mas depois em Elvas mudou de parecer, determinando que fosse em Portugal o confessor da Princesa das Astúrias (3).

O maior número porém de confessores, que lidavam na corte, ocupava-se muito particularmente no serviço espiritual dos Infantes. Eram eles, primeiro, os irmãos de D. João V, D. Francisco que nasceu em 1691 e faleceu em 1742; D. António que viu a luz do dia em 1695 (1694?) e terminou seus dias em 1757, e D. Manuel, nascido em 1697, e falecido em 1766; e os filhos de D. João V. D. Carlos que nasceu em 1716, e faleceu em 1736, e D. Pedro que nasceu em 1717, e veio a casar com D. Maria I, rainha de Portugal.

Para os Infantes havia na corte confessores que os educassem a eles e a pessoas da sua família, ou escolhidos pelo rei ou pelos próprios Infantes.

Do Infante D. Francisco não se depararam confessores, mas ele encomendou ao P. António Pires, natural de Canelas (Braga), a educação nos bons costumes e formação nas Letras aos seus dois filhos. O P. Simão Estevens que faleceu a 20 de Maio de 1734 no colégio de Santo Antão, foi dez anos mestre do

---

(1) C. Beirão, *D. Maria I*, 3.ª ed., pág. 115.

(2) Franco, *Imagem do segundo século*, f. 324 v.

(3) Manuel Álvares, depois de exercer o ministério, por diversos anos, de Letras, de Retórica, de Filosofia, de Teologia e Sagrada Escritura, passou edificantemente os seus dias no ministério do púlpito e confessionário. Cf. *Catálogo de 1726*, n.º 24; *Catál. de 1737, 1746*: Franco, *Imagem cit.*, f. 320 v.

Senhor Infante D. Pedro, filho do Infante D. Francisco e o era quando morreu. Tinha génio brando e engenho agudo e claro. Os seus procedimentos sempre foram bons e por isso foi sempre bemquisto e amado de todos (1).

O Infante D. António teve durante muitos anos e em tempos diversos por seus confessores: o Padre Gregório Barreto, de Cantanhede, que faleceu a 14 de Janeiro de 1729 (2), o Padre Luís Álvares, de Vila-Viçosa, escolhido para confessor a 13 de Fevereiro de 1729, que terminou sua vida a 12 de Março de 1743 (3); e o muito acreditado matemático, P. Manuel de Campos, que faleceu a 26 de Novembro de 1758 com 77 anos de idade (4).

Também professava grande estima para seu confessor, o aventureiro e celebrado Infante D. Manuel. Dirigia-lhe a consciência depois de voltar das suas demoradas viagens pela Europa, o P. José de Araújo, muito conhecido pelas suas disputas com Luís Verney (5).

Morava Araújo com o Infante em Belas, na quinta do Conde de Pombeiro, onde D. Manuel acabou sua vida; e exercitou por muitos anos seu ofício de confessor até à expulsão dos confessores do Paço em 1757. Depois do terremoto retirou-se para a Casa de Arroios, e dali se recolheu ao colégio de Santo Antão, onde faleceu em 23 de Janeiro de 1759, estando já preso no colégio por ordem tirânica de Sebastião José de Carvalho (6).

Ao filho de D. João V, o Infante D. Carlos, nascido em 1716, deu-lhe seu pai para confessor o P. João Duarte, natural de Lis-

---

(1) *Catálogo de 1737*, *Lus.* 48, f. 157. — O P. António Pires nasceu a 10 de Março de 1675; entrou na Companhia a 15 de Abril de 1693. Ensinou Letras, Filosofia e Teologia por alguns anos. Cf. *L.º dos P.es q morrem*, f. 60v.

(2) Cf. Franco, *Imagem cit.*, f. 323; *Catálogo de 1726*, *Lus.* 47, f. 301.

(3) Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, ânua de 1738 a 1747; *Catálogo de 1730*, *Lus.* 48, f. 10.

(4) Cf. B. N. L., Fundo Geral, 4505, f. 119v; F. Rodrigues, *Formação Intellectual do Jesuita*, 531-532.

(5) Na volta de longes terras chegou a Lisboa a 21 de Outubro de 1734. Cf. Ernesto Soares, *O Infante D. Manuel*, 1697-1766, Lisboa, 1943.

(6) O Infante faleceu em 1766 e o Padre Araújo enchera seus dias uns dez anos antes. Cf. Ernesto Soares, *O Infante D. Manuel*, 1697-1766; *L.º dos P.os q morrem*, f. 21, ms.; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XVI, 169, 170; *Carta Exhortatoria*, pág. 19.

boa, religioso que pelas prendas que o exornavam, era maravilhosamente acomodado para a educação de um Infante, como este, de fraca saúde e enfermiço.

Soube adaptar-se por modo admirável às disposições e necessidades do Infante. Precisava de carinho e amor o doente? João Duarte parecia feito a propósito para o tratar como convinha.

Era afável e brando para os demais. Amava a todos igualmente, e igualmente de todos era amado. Não provocava temor, mas ainda quando repreendia, se fazia amar. Assim era tão querido do Infante, que mais o amava como pai, do que o reverenciava como director da consciência e da juventude (1).

A educação foi perfeita; se os anos o não arrebatassem, seria lustre da corte portuguesa.

O Infante D. Pedro, filho também de D. João V, veio ao mundo em 1717, a 5 de Julho. Teve dois confessores da Companhia: o primeiro foi o insigne matemático P. Inácio Vieira e o sucessor o P. Jacinto da Costa, que também honrou com suas lições a Aula da Esfera de Santo Antão.

Foi D. Pedro o Infante que mais sentiu a expulsão dos confessores da corte, e a singular amizade que tinha com os religiosos da Companhia, manteve-a imutável até que, depois da queda do tirano sairam das prisões, com 18 anos de masmorra, os religiosos da Companhia (2).

É tempo agora de lembrar os confessores da Rainha D. Ma-

---

(1) Cf. Arq. S. J., *Lus.* 54, f. 297-297v. Ânua de 1738-1747.—João Duarte nasceu em 12 de Maio de 1680: entrou para a Companhia a 21 de Outubro de 1695; ensinou Gramática, Humanidades, Retórica por 5 anos, e por alguns anos teve o ofício de prègador.

(2) O Núncio Acciajuoli assim escreveu ao Cardeal Archinto: «... I Gesuiti a mio giudizio, no torneranno più confessori, durante questo vento; mutando vento, potrebbe tornar col' Infante D. Pedro il Giacinto da Costa, che molto lo estima, e gli é dispiacciuto doverselo allontanare, che pero non e stato male, perché non si regolava bene ...». *Nunz. di Port.*, 117, f. 35-36: Lisboa de 6 de Dez. de 1757.

Santa Rita Durão assim louva o Padre Jacinto da Costa: «Vir hic Principibus Lusitaniae apprime gratus summam sibi existimationem in Lusitania conciliavit. Ejus modestia et summa in rebus agendis prudentia Joanni V. Magnifico et Fidelissimo Regi adeo cordi fuit, ut ei suprema regni negotia vivens commendaverit ...». A. Viegas, *O Poeta Santa Rita Durão*, Bruxelles, 1714, pág. 281

ria Ana de Áustria. Três foram os confessores que assistiram a D. Maria Ana desde os primeiros tempos da sua entrada na corte portuguesa, que foi a 26 de Outubro de 1708, até à sua morte, que sucedeu a 14 de Agosto de 1754 [1].

A bondade e merecimentos dos três confessores podemos avaliá-los, não sem exactidão, pela virtude e santidade da rainha, esposa de D. João V. Foi sempre uma rainha modelarmente cristã, e demais admiràvelmente piedosa.

Os religiosos da Companhia de Jesus protegia-os em Portugal com amor de mãe, e tanto os favorecia nas missões ultramarinas, que podemos, sem exagero, chamá-la «Rainha missionária» [2].

O primeiro confessor que lhe dirigia em Portugal a consciência, usava o nome de António Stieff, natural de Linz, que faleceu a 1 de Outubro de 1729 [3].

Morto António Stieff, nomeou no mesmo mês de Outubro D. Maria Ana para seu confessor o P. Carlos Gallenfelds [4].

Mas ainda vivia este último e exercitava o seu cargo de confessor, quando lhe escrevia o Geral da Companhia a exortá-lo a proceder exemplarmente no seu ofício. «Continue V. Rev.ª, lhe dizia, com os seus companheiros, aos quais todos abraço com muito amor, a viver em santa caridade, e a ser de edificação a todos, como eu certamente suponho que fazem» [5].

Após doze anos passados edificantemente no seu ofício de confessor, faleceu finalmente Gallenfelds a 18 de Setembro de 1741, e tomou, por eleição de D. Maria Ana, o P. José Ritter, de Regen na Baviera, o cargo de confessor, que desempenhou

---

(1) Ritter, *Vita et Virtutes Mariae Annae*, pág. 34, 243. D. Maria Ana «Vigesima sexta octobris [1708] in portum Ulyssiponensem invecta . . . , postridie statim sponsum regem ac serenissimos Ejus Fratres excivit» *(ib.*, pág. 34). Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pág. 322 do Vol. 16.

(2) Cf. Ritter, *Vita et Virtutes Mariae Annae*, pág, 196-217. — Sommervogel, diz que o P. Stieff viera para Lisboa para confessor da Rainha em 1710 (Sommerv., vb. Stieff). Cf. *Gazeta de Lisboa*, de 1729, pág. 322-330.

(3) Cf. *Gazeta de Lisboa*, de 1729, pág. 322-330.

(4) Cf. *Gazeta de Lisboa*, 1729, pág. 330.

(5) Arq. S. J., *Lus.* 38, f. 234.

com prudência e dignidade, por espaço de dez anos até à morte da santa rainha [1].

Além de confessor da rainha-mãe havia sempre na corte confessores para as damas alemãs. Gallenfelds teve por muito tempo este ofício, como também o P. Carlos Lucas e António Focki.

*

* *

De todos estes confessores refere-nos indubitàvelmente a documentação contemporânea, que serviram o rei e a corte com perfeita lealdade e generosa dedicação.

Esses religiosos, atesta-nos o *Compendio Istorico*, impresso nos últimos anos do século XVIII, e composto pelas vítimas da prepotência raivosa, que o rei e toda a família real, conheciam serem eles irrepreensíveis, e se demonstraram sempre como fiéis e zelosos no cumprimento das obrigações que lhes confiavam aqueles príncipes [2].

Citemos porém um documento irrefutável de um dos confessores da corte que expõe com verdade manifesta os testemunhos das vítimas, que o foram, da tirania pombalina:

« quando o Senhor rei D. José I... persuadido pelo seu cruel ministro, tomou a estranha resolução de despedir do serviço real os jesuítas confessores de todas as pessoas reais, convém a saber: o Padre José Moreira, confessor de ambas as majestades; o Padre Timóteo de Oliveira, confessor e mestre da Senhora Princesa do Brasil, herdeira do reino e depois D. Maria I, e juntamente confessor e mestre das Senhoras Infantas, D. Maria Ana, D. Maria Doroteia, e D. Maria Benedita, depois pelo seu casamento Princesa do Brasil; quando, digo, Sua Majestade tomou esta resolução, o Padre José Moreira mereceu o elogio que dele fez a Senhora Rainha, dizendo que ele era um santo, como na verdade era; Padre Timóteo de Oliveira teve a grande honra e triste consolação de que a Senhora Princesa do

---

[1] O P. Ritter escreveu e publicou em 1756 a Vida de D. Maria Ana, cujas virtudes com sentimento e elegância exalta na língua do Lácio. Faleceu em Viena a 8 de Maio de 1761.

[2] [Romão] *Compendio Istorico*, Niza, 1791, pág. 48.

Brasil, quando no dia seguinte soube desta execução, porque antes não se lhe participou, mereceu que a dita Senhora chorasse muitas lágrimas, e que ele nunca desmerecesse a sua benevolência; e as mesmas expressões de sentimento fizeram as Senhoras Infantas suas irmãs.

O Senhor Infante D. Pedro, depois rei, sentiu excessivamente a falta do Padre Jacinto da Costa seu confessor e lhe conservou sempre o mesmo afecto.

O Senhor Infante D. António sentiu igualmente a falta do Padre Manuel de Campos, seu confessor, fazendo sempre dele a mesma estimação e se lhe ouviu falando do ministro: «eis aqui como o homem fala a verdade a el-rei».

A mesma ficou sempre fazendo o Senhor Infante D. Manuel do seu confessor Padre José de Araújo, desejando sempre comunicar-se com ele [1].

Tais foram os religiosos e confessores, lançados da corte portuguesa com tamanha ignomínia, depois de terem servido lealmente a família real, no cumprimento fiel de suas nobilíssimas obrigações!

---

[1] B. N. L., Fundo Geral, 7661, f. 234-235. *Papel* do *P. Timóteo de Oliveira*. Original.

CAPÍTULO IX

NUMA SÍNTESE HISTÓRICA

Chegados a este ponto, depois de longas e minuciosas investigações, a que nos demos, folgamos de ver, num olhar sereno de retrospecção, que expusemos de um modo plenário, bem que não sem a brevidade competente, a grande e multíplice actividade religiosa, apostólica, pedagógica, científica e literária, que foi, durante estes últimos sessenta anos, de 1700 a 1760, do século XVIII, desenvolvendo assombrosamente a Companhia de Jesus nos vários campos da sua actividade beneficente.

Temos porém de observar com justa satisfação que nesta insaciável actividade se conservou, sem falta, inteiramente fiel à sua profissão desde os primeiros tempos que apareceu na sociedade portuguesa até ao termo da nossa História, que se fecha no ano acima indicado, em que o tirano das masmorras e desterros aniquilou completa e cruelmente a Ordem ignaciana nos reinos e domínios de Portugal.

Assim é que os mesmos ou semelhantes louvores, que se davam a essa Ordem naqueles princípios, esses também lhe tributavam pessoas autorizadas nos anos da memorada destruição.

Damos um exemplo frisante:

« primeiramente dá testemunho a Universidade [de Coimbra], que estes homens são varões virtuosos, modestos, humildes, devotos, beneméritos da República cristã e que resplandecem com exemplo de vida religiosa... Afirma a Universidade que esta santa Companhia intende em obras de humanidade e caridade com muita diligência e cuidado »... e « que o principal intento desta Companhia é ocupar-se em obras que ajudam e

aproveitam aos próximos e os dirigem e levam à felicidade e bem-aventurança eterna» [1].

Mas vejamos em rápida síntese quanto tratámos neste novo volume da História.

No primeiro capítulo do livro primeiro pudemos delinear um quadro impressionante de vida espiritual, em que por toda a Província portuguesa rebrilham exemplos numerosos de sólida santidade e avultam homens de profundos sentimentos de piedade religiosa.

Associação onde transparecem tantos sintomas de vida heróica, é sem dúvida contemplada com celeste prazer pelo Fundador, que soube influir nela seiva tão vigorosa e produtiva de vitalidade divina.

Com estes esplendores íntimos de santidade individual, andavam juntamente obras de comum apostolado, que os religiosos praticavam contìnuamente com um zelo insatisfeito de caridade cristã.

Era de feito maravilhosa a variedade de obras que aqueles apóstolos exercitavam com toda a classe de pessoas, e por todos os modos como podiam ser proveitosos à sociedade piedosa, indigente e atribulada.

Mas além deste intensíssimo apostolado fizeram os religiosos em vasta extensão prodígios de actividade, levando-os a toda a parte, do norte ao sul de Portugal, nas asas do zelo apostólico. Foi admirável a acção, foi incalculável o fruto destas excursões, destas missões sagradas, que tinham o poder e a força de morigerar a sociedade e de a transformar em paraísos terrestres.

Acendeu extraordinàriamente o fogo das missões a chama recente do santo amor, que se ateou no seio da Igreja e particularmente em Portugal.

Era a devoção do Coração de Jesus, fogo sagrado que inflamou a tantas almas nas lavaredas do amor divino; e os religiosos da Companhia é que estavam pelo mesmo Cristo encarregados de propagar por toda a terra essas chamas.

Para renovamento do fervor espiritual, ainda os mesmos

---

[1] Cf. Francisco Rodrigues, *História da Comp. de Jesus*, T. I, Vol. II, pág. 631.

religiosos usavam de outra arma prodigiosa. Eram os *Exercícios Espirituais*, que tinham força — parecia miraculosa — para transformar os homens de pecadores em santos.

Mas à pura espiritualidade juntavam os apóstolos exibições de beleza e arte, como quando celebravam pomposamente a santidade glorificada, e elevavam as almas para a formosura do paraíso, onde tudo é belo e santo.

Resta-nos no capítulo sétimo aceitar o elevado conceito que se formava da virtude desses apóstolos, e os exemplos irrecusáveis que nos comprovam essa virtude.

Compendiado brevìssimamente o livro primeiro, voltemo-nos para o livro segundo que todo se emprega em calcular a multidão de missionários que se consagraram à obra de evangelização das terras de além-mar. Foi a obra mais grandiosa de apostolado que se realizou na santa Igreja apostólica. Essa obra foi de Portugal e portuguesa, mas a Companhia de Jesus é que a executou no espaço bem longo de duzentos anos sem interrupção nem desfalecimento . . .

O terceiro livro descreve-nos um combate renhido e continuado de Letras e Ciências. Nas Ciências de Filosofia e de Matemática marcharam os professores da Companhia de Jesus ao lado e à frente dos melhores autores nacionais e estrangeiros.

*

* *

Exposto em resumo abreviado o conteúdo da nossa História de 60 anos, fica-nos bem enumerar por fim alguns dos muitos e mais preciosos frutos que produziu esta profícua e fecundíssima Associação no que diz respeito à posição social, e apostolado ultramarino, à pedagogia, às Ciências e às Letras.

Sobressaíram na sociedade os que tinham o encargo de formar e aconselhar as personagens da corte portuguesa.

Merecem particular menção de honra: os Padres Francisco da Cruz, Francisco Botelho e Simão dos Santos que primeiro foram confessores e mestres de D. João V; seguiram-se os dois Padres Henrique de Carvalho e José Moreira, ambos confessores de D. José, sendo príncipe, e mais o mesmo P. José Moreira, confessor de D. José, já coroado.

Dos Infantes foram confessores: do Infante D. Pedro os Padres Inácio Vieira e Jacinto da Costa; do Infante D. António os Padres Gregório Barreto, Luis Álvares e Manuel de Campos; do Infante D. Manuel o P. José de Araújo; e João Baptista Carbone, como valido e Ministro de D. João V, sobre todos se elevava.

Todos estes pela posição que logravam na sociedade e pela muita ciência e dotes que possuíam, tiveram singular veneração na estima de seus contemporâneos. Como académicos de Academias literárias, eram dignos de especial louvor os padres Pedro de Almeida, André de Barros, Jerónimo de Castilho, António Simões e Manuel de Campos.

Mas sobre todos brilhavam pela ciência, na Filosofia os professores: António Cordeiro, António Vieira, Pedro da Serra, Manuel Pinheiro, Francisco António, Inácio Soares, Sebastião de Abreu, João Leitão; na Matemática, Inácio Vieira, Luís Gonzaga, Manuel de Campos e Eusébio da Veiga, e os muito eruditos e literatos Manuel de Oliveira, João Seco, Inácio Martins e Francisco Duarte.

Não nos esqueçam porém os esquadrões de apóstolos, que largavam do Tejo, quase todos os anos, para irem sacrificar-se generosamente à salvação e felicidade de seus irmãos.

Ponhamos apenas algum nome, de tantos heróis, preferindo os muitos que uniam com o zelo do apostolado os estudos profundos de Filologia oriental.

Seja o primeiro o zelosíssimo missionário D. Francisco Laines, bispo de Meliapor, que em 1708 conduziu para o Oriente uma expedição magnífica de 32 missionários. Alguns anos adiante conciliavam a admiração dos homens os cinco ilustres bispos e arcebispos, missionários, Francisco de Vasconcelos, José Pinheiro, António Pimentel, Salvador dos Reis e Clemente Leitão.

Aos apóstolos, revestidos da dignidade episcopal juntemos os insignes filólogos de estudos orientais: Domingos Madeira, António Tavares, Salvador da Costa e António Saldanha; e os fervorosos missionários da China: Tomás Pereira, André Pereira, Domingos Pinheiro e José Soares, e o afamado botânico João Loureiro.

E terminemos com os quatro célebres matemáticos José de Espinha, Félix da Rocha, André Rodrigues e José Bernardo de

Almeida, que em Pequim tanto honraram Portugal e a Companhia de Jesus, desempenhando o cargo de Presidente do Tribunal das Matemáticas.

Homens desta categoria, que se levantam altamente tanto acima da craveira comum e ordinária, sendo em grande número, são o lustre e a honra das associações que os educaram. E a associação da Companhia de Jesus, que nos poucos anos do século XVIII, formou tantas personagens ilustres, santos, apóstolos, sábios e até heróis, pode com justiça gloriar-se de afirmar sem perigo de erro: esses prodígios de santidade e sabedoria são obra de minhas mãos e do poder omnipotente e misericordioso de Deus.

APÊNDICE

APÊNDICE

DE

DOCUMENTOS INÉDITOS

1

Catalogus 3us Provinciae Lusitanae Anni 1726

Numerantur in hac Provincia Lusitana 717. In Domo Professa Vlyssiponensi 49. In Collegio Conimbricensi et Residentiis 206. In Collegio Eborensi, et Residentiis 141. In Collegio D. Antonii Vlyssiponensis 61. In Domo Probationis Vlyssiponensis 31. In Collegio Bracharensi 37. In Collegio Portuensi 24. In Collegio Scalabitano 21. In Residentia Pernensi 2. In Collegio Brigantino 12. In Collegio Villae-novae Portimanensis 6. In Collegio Pharensi 8. In Collegio Cetobricensi 8. In Collegio Funchalensi 19. In Collegio Portalegrensi 5. In Collegio Elvensi 7. In Domo Professa Vilaevitiosae 9. In Collegio incepto Pacis Juliae 3. In Collegio Angrensi 15. In Collegio D. Michaelis 15. In Collegio Faialensi 6. In Seminàrio D. Patritii Vlyssiponensi 5. In Collegio D. Francisci Xavierii Vlyssiponensi 5. In Collegio Angolano 8. Romae 11. In Brasilia 2. In Indiis Hispanicis 1. Ab anno 1726 usque ad presentem inclusivè abierunt in Missiones Orientales 19. Admissi Novitii scholastici 45. Coadiut. Spirit. 1. Tempor. 13. Vitâ functi 21. Expulsi 9.

DOMUS PROFESSA VLYSSIPONENSIS

Alit e Nostris 49 — cum R. P. P.li Patre Socio, et socio Fr. Coadiutore e quibus 31 sunt sacerdotes Coadiut. spirit. 1. temporal. 18. ex eleemosynis quas singulis diebus colligunt duo

Fratres Eleemosynarii, et ex aliis extraordinariis recipit Domus quotannis 4000 (?) cruciatorum quae expenduntur in Nostrorum sustentationem.

COLLEGIUM CONIMBRICENSE

Alit è Nostris 206. Sacerdotes 73. Praelectores 23. nempe Grammaticae 5. Humaniorum Literarum 4. Linguarum graecae, et Hebraicae 1. Rhetorices 2. Philosophiae 4. Theologiae scholasticae 3. Sacrae Scripturae 1. Substitutos Theologiae 2. Decanum Maiorem Theologiae 1. Praefectum studiorum 1. Examinatores 2. Scholares insuper 100. Novitios 26. Coadiutores Spirituales 6. Coadiutores temporales 21. Ad omnes praedictas praelectiones tenetur Collegium ex fundationis contractu exceptis duabus casuum conscientiae, quae sunt ex contractu particulari cum Episcopis Conimbricensibus. Additus est pro Nostris scholaribus Magister 1. Matheseos.

Annui reditus sexdecim millia scuta. Gravatur Collegium quingentis super duodecim millibus scutis, pro quibus annuum censum solvit.

COLLEGIUM EBORENSE

Ex Nostris alit 141. Sacerdotes 51. Academiae Cancellarius 1. Praefectus studiorum 1. Praelectores 22. Grammatices 4. Humaniorum Literarum 2. Rhetorices 2. Philosophiae 4. Theologiae scholasticae 3. Sacrae Scripturae 1. Theologiae substitutos 2. Theologiae Moralis 2. Elementorum 2. Scholares universim 60. Ad omnes praelectiones tenetur Collegium ex fundatinonis contractu. Additi sunt pro Nostratibus Magistri duo Linguae Graecae 1. Matheseos 1. Coadiutores spirituales 4. temporales 18. Novitii 13.

Annui reditus sunt duodecim millia scuta: debet quadraginta supra septem millia scuta pro quibus solvit annuos census: debet deinde mutua tria millia quingenta et viginti quator scuta.

COLLEGIUM VLYSSIPONENSE D. ANTONII MAGNI

Alit è Nostris 61. ex his sacerdotes 27. Coadiutores spirituales 4. temporales 25. Praelectores 15. nimirum Theologiae speculativae 2. Theologiae Moralis 1. Matheseos 1. Philosophiae 2. Gramaticae 5. Humaniorum Literarum 2. Rhetorices 2. Deinde 5. Procuratores, et totidem socii, qui suarum Provinciarum expensis aluntur: Accedit etiam Emptor Provinciae cum socio, quos similiter alit Provincia.

Annui reditus sunt ad quatuor millia scuta. Debet octingenta supra decem millia scuta.

DOMUS PROBATIONIS VLYSSIPONENSIS

Alit è Nostris 31. ex his sacerdotes 6. Coadiut. spirit 1. temporal 8. Novitii 17. Annui reditus ex censibus sunt mille septingenta, et quatuor scuta, et paulo amplius Ex fructibus anni 1726. recepit sexcenta quinquaginta duo scuta et paulo amplius. Summa pensionum annuarum quas solvit sunt quadringenta et quinquaginta duo scuta et paulo amplius. In excolendis agris, reparandis domibus, et aliis eiusdem generis expendit mille et centum tringinta scuta in hoc anno, et paulo amplius. Haec summa expenditur singulis annis plus minusve. Quae supersunt sunt septingenta et septuaginta quator scuta, et paulo amplius. ex his emenda sunt carnes, pisces, vinum, vestitus, poma, caseum, ligna ad colinam, legumina et alia pauca vinum et oleum. An sufficiant ad alendos 24 socios, filios domus, quos habet considerandum est. Debet duo millia et quadringenta scuta pro quibus solvit censum. Debet deinde duo millia centum et viginti quinque scuta commodata: sed ex his minuenda sunt multa ex sententia prolatâ super hac re a R. P. N. gn.li

COLLEGIUM BRACHARENSE

Alit è Nostris 37. e quibus Sacerdotes 22. Coadiutores spirituales 6. temporales 7. Praelectores 10. videlicet Theologiae Moralis 2. Philosophiae 2. Substitutum 1. Gramaticae 2. Humaniorum Literarum 2. Rhetoricae 1. Praefectum studiorum 1. Ad praelectiones tenetur Collegium ex fundatione.

Annui reditus sunt ducenta supra quatuor millia scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM PORTUCALENSE

Alit è Nostris 24. è quibus sacerdotes 17. Coadiutores temporales 4. Praelectores 5. nempe Theologiae Moralis, qui simul est Praefectus studiorum 1. Philosophiae 1. Grammaticae 2. Rhetoricae 1. Substitutum 1. Ad praelectiones non tenetur Collegium, excepta Philosophicâ et alterâ Gramaticae.

Annui reditus sunt ad duo millia scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM SCALABITANUM

Alit è Nostris 21. Sacerdotes 15. Coadiutores spirituales 2. temporales 4. Praelectores 4. Theologiae Moralis, qui simul est Praefectus studiorum 1. Philosophiae 1. Grammaticae 1. Humaniorum Literarum, et Rhetoricae 1.

Annui reditus sunt ad septingenta supra duo millia scuta: ex qua summa deducenda sunt quotannis ex iustitia ad quadraginta quatuor scuta. Collegium gravatum est octingentis supra quadraginta scutis sed habet quo solvat. Ad docendam Philosophiam tenetur Collegium ex nova obligatione.

RESIDENTIA PERNENSIS

Alit ex Nostratibus duos sacerdotes 2. quorum alter docet grammaticam et Humaniores Literas. Annui reditus sunt sexcenta scuta.

COLLEGIUM BRIGANTINUM

Ex Nostris alit 12. Sacerdotes 6. Coadiut. Spirit. 1. tempor. 4. Praelectores 4. Theologiae Moralis 1. Rhetoricae 1. Grammaticae 1 alter docet pueros prima Elementa. Ad has praelectiones ex nulla obligatione tenetur.

Annui reditus.

COLLEGIUM VILLAE NOVAE PORTIMANENSIS

Alit è Nostris 6. Sacerdotes 4. Coadiutores temporales 2. Praelectores 2. Latinitatis 1. Theologiae Moralis 1.

Annui reditus sunt ducenta supra mille scuta ex quibus deducenda sunt nonaginta scuta pro Capellanis praeter alia quinque supra viginti scuta annui census quo gravatur Collegium. Ex reliqua summa ali possunt septem socii.

COLLEGIUM PHARENSE

Alit è Nostris 8. Sacerdotes 4. Coadiutores temporales 2. Praelectores 4. Theologiae Moralis 2. quorum unus ex fundatione Collegii, alius ad arbitrium Episcopi, cuius expensis alitur; Grammaticae 1., relictis ad id onus à quodam cive. Rhetoricae 1. ex fundatione.

Annui reditus sunt mille scuta, gravatur nonaginta supra ducenta scuta.

COLLEGIUM CETOBRICENSE

Alit è Nostris 8. e quibus sacerdotes 6. Praelectores 3. nempe Theologiae Moralis 1. Latinitatis 1. Magistrum Elementarium 1. Ad Magisterium latinitatis tenetur ex congrua quadam a supremo Equestris Ordinis S. Iacobi Magistro ad id consignatä: ad cathedram casuum conscientiae et Elementariam tenetur ex quadam, haereditate. Coadiutores temporales habet 2. Habet onus quadraginta scutorum ad Missam quotidianam pro Fundatore.

Annui reditus sunt ad mille, et quingenta scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM FUNCHALENSE

Alit è Nostris 19. e quibus Sacerdotes 9. Coadiutores spirit. 2. temporales 5. Praelectores ex fundatione 3. Casuum conscientiae 1. Rhetoricae 1. Grammaticae 1.

Annui reditus sunt ultra quatuor millia scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM PORTALEGRENSE

Alit è Nostris 5. Sacerdotes 4. Coadiut. tempor. 1. Praelectores ex contractu 2. Theologiae Moralis 1. Latinitatis 1. Annui reditus sunt septingenta scuta: debet octingenta, ad dissolvenda reservabitur, si quid ex expensis annuis superfuerit.

COLLEGIUM ELVENSE

Ex Nostris alit 7. Sacerdotes 6. Coadiutor. temporal. 1. Praelectores ex contractu 2. unus Theologiae Moralis, Latinitatis alter.

Annui reditus sunt mille et quingenta scuta. Gravatur nonaginta novem super quadringenta scuta.

DOMUS PROFESSA VILLAEVITIOSAE

Alit 9 Nostris. Sacerdotes 7. Coadiutores Temporales 2. Ex eleemosynis quotannis recipit ad quingenta scuta.

COLLEGIUM INCEPTUM PACIS JULIAE

Alit è Nostris 3. omnes Sacerdotes: habet unum Praelectorem Latinitatis. Annui reditus sunt trecenta scuta. Gravatur quinquaginta supra ducenta scuta.

COLLEGIUM ANGRENSE

Alit è Nostris 15. Sacerdotes 10. Coadiutor. Spirit. 2. Temporal. 2. Praelectores ex fundatione 3. Casuum conscientiae, simul et studiorum Praefect. 1. Grammaticae 1. Rhetoricae 1.

Annui reditus sunt ad mille et sexcenta scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM DIVI MICHAELIS

Alit ex Nostris 15, è quibus Sacerdotes 10. Praelectores 4. unus Theologiae Moralis in Collegio absque ulla obligatione contractus, alter in quadam veluti Residentia in oppido Ribeira Grande per Adventum et Quadragesimam ex obligatione contractus docet eandem Theologiae Cathedram. Grammaticae Magister 1. Rhetoricae alius sed non ex fundationis contractu. Coadiutor. Spirituales 2. Temporales 4.

Annui reditus deductis expensis sunt mille et sexcenta scuta. Nullo aere alieno gravatur.

COLLEGIUM FAIALENSE

Alit è Nostris 6. omnes Sacerdotes, Coadiutor. Spiritual. 1. Praelectores 2. Casuum conscientiae 1. Latinitatis 1.

Annui reditus sunt ad octingenta scuta. Nullo aere alieno gravatur.

SEMINARIUM ULYSSIPONENSE DIVI PATRITII

Alit è Nostris comuniter 7. Sacerdotes 5. Coadiutor. Spiritual. 2. Temporales 2. Praelectores 2. Theologiae Moralis 1. Controversiarum alius. Alit in super ex Alumnis Hybernis communiter, 9, vel 10 praeter convictores qui propriis expensis aluntur. Ad has pralectiones tenetur Collegium ex contractu, deinde habet 5. Capellanias quotidianas. Reditus pertingunt prope millia scuta Romana.

COLLEGIUM INCEPTUM D. FRANCISCI XAVERII ULYSSIPONENSE

Alit ex Nostris 5. Sacerdotes 4. Coadjutorem Spiritual. 1. Temporal. 1. Praelectores 4. Theologiae Moralis 1. Rhetoricae 1. Grammaticae 1. Magister elementarius alter. Reditus annui sunt circiter millia, et ducenta scuta Romana ex quibus deducenda sunt tredecim supra ducenda scuta ad pensiones aliquas. Gravatur ducentis scutis.

COLLEGIUM ANGOLANUM

Alit è Nostris 8. Sacerdotes 6. Coadiutores Temporales 2. Casuum conscientiae, et studiorum Praefectus 1, Grammaticae et Rhetoricae 2. Unus e Coadiutoribus Temporalibus est Magister Elementorum. Annui reditus millia et sexcenta scuta superant. Nullo aere alieno gravatur.

Arq. S. J., *Lus. 47*, f. 344-346 v.

2

Catalogus Missionariorum, qui ab Aprili Anni 1696, usque ad Aprilem Anni 1700 ad indos velificarunt

Anno 1697

P. Camillus Gozadino Italus.
P. Iacintus Sena Italus.
Fr. Petrus de Britto Lusit.
Fr. Iosephus de Figueyredo Lusit.
Fr. Emmanuel da Cunha Lusit.
P. Carlus Michael Italus.
P. Emmanuel dos Reys Lusit.
Fr. Simon Mascarenhas Lusit.
Fr. Ignatius Xauier Lusit.
Fr. Antonius Xauier Lusit.

Anno 1698

P. Stephanus Bremer Germ.
P. Franciscus Nemhart Germ.
P. Antonius Degizanrodi Germ.
Fr. Antonius da Cunha Lusit.
Fr. Emmanuel Nunes Lusit.
Fr. Petrus Duarte Lusit.
Fr. Iosephus Gonzaga Lusit.
Fr. Antonius Ayres Lusit.
Fr. Antonius Rorim Lusit.
Fr. Carlus Ampollo Italus.
Fr. Antonius Pyres Lusit.
Fr. Alexius Rodrigues Lusit.
Fr. Syluester Garcia Lusit.
Fr. Antonius Pimentel Lusit.
Fr. Emmanuel Carneyro Lusit.
P. Stephanus Jouvolet Italus.

Anno 1698

P. Daniel Bercheto Ital.
P. Iosephus Kephet Germ.
P. Nicolaus Missione Ital.
P. Franciscus Rodrigues Lusit.
Fr. Emmanuel Telles Lusit.
Fr. Antonius Zuzarte Lusit.
Fr. Franciscus da Silua Lusit.
Fr. Antonius Soares Lusit.
Fr. Gabriel de Castro Lusit.
Fr. Antonius de Andrade Lusit.
P. Vigilus Xauier Griment.
P. Fredericus Zech Clumucen.
P. Dominicus de Britto Lusit.
Fr. Marcus Sylueyro Lusit.
Fr. Emmanuel de Azeuedo Lusit.
Fr. Ioannes Borja Lusit.
Fr. Emmanuel Pinto Lusit.
Fr. Melchior dos Reys Lusit.
Fr. Ioannes Mouram Lusit.

Anno 1700

P. Ioannes de Oliuares Lusit.
P. Emmanuel Pimenta Lusit.
P. Carlus Carazi Italus.
P. Giorgius Emerich Germ.
P. Franciscus Vvens Germ.
P. Benedictus Freyslebem Germ.
Fr. Franciscus Lopes Lusit.
Fr. Andreas da Costa Lusit.
Fr. Iosephus da Cunha Lusit.
Fr. Emmanuel Nunes Lusit.
Fr. Philippus Iacome Lusit.
Fr. Ioannes Gonçalves Lusit.
Fr. Emmanuel Rodrigues Lusit.
Fr. Ignatius da Costa Lusit.
Fr. Ioannes Coresma Lusit.
Fr. Theotonius Leytam Lusit.

Arq. S. J., *Lus. 47*, f. 1.

3

CATALOGUS 7.us

Missionariorum e Provincia Lusitana Profectorum ab Anno 1700 usque ad Annum 1705

Ad Goanam Missionem. 1700

P. Ioannes de Olivares expeditionis Superior studiis absolutis Lusit.
P. Emmanuel Pimenta. Novitius, 2.º admissus in Societatem. Lusit.
Fr. Emmanuel de Carvalho absoluto Philosophiae studio. Lusit.
Fr. Didacus Antunes. Novitius. Lusit.
Fr. Dominicus Aluares. Novitius. Lusit.
Fr. Ioannes Quaresma. Novitius. Lusit.

Ad Malabarensem. 1700

P. Carlus Cavazi. Studiis absolutis. Italus.
P. Giorgius Emmerich. Studiis absolutis. Germanus.
P. Benedictus Fresikben. studiis absolutis. German.
P. Franciscus Vves. Novitius studiis absolutis. Germanus.
Fr. Franciscus Lopes. Philosophus. Lusit.
Fr. Andreas da Costa. Novitius. Lusit.
Fr. Emmanuel Nunes. Novitius. Lusit.
Fr. Iosephus da Cunha. Novitius. Lusit.
Fr. Philippus Iacome. Novitius. Lusit.
Fr. Ioannes Gonsalves. Novitius. Lusit.
Fr. Emmanuel Rodrigues. Novitius. Lusit.
Fr. Ignatius da Costa. Novitius. Lusit.
Fr. Ioannes Quaresma in Iapponem. Lusit.
Fr. Theotonius Leytão. Novitius in Sinensem Missionem. Lusit.

Ad Angolanam. 1700

P. Ioannes Nunes. Lusit.
P. Emmanuel Monteyro. Lusit.

P. Ioannes de S. Payo. Lusit.
Fr. Emmanuel Simões. Novitius. Lusit.

Ad Funchalensem. 1700

P. Paschasius Pereira. Lusit.
Fr. Antonius Luis. Coadj. temp. Lusit.

Ad Malabarensem. 1701

P. Ioannes da Costa. Missionis Procurator. Professus 4.^or^ vot. Lusit.
P. Franciscus de Vasconcellos. Absolutis Philosophiae studis. Lusit.
Fr. Emmanuel Andre. Novitius. Lusit.
Fr. Franciscus Ferrás. Novitius. Lusit.
Fr. Franciscus Carmo. Novitius. Lusit.
Fr. Verissimus de Mattos. Novitius. Lusit.

Ad Goannam. 1701

Fr. Petrus Gilius. Philosophus. Lusit.
Fr. Hieronymus de Carvalho. Philosophus. Lusit.
Fr. Iosephus Tavares. Humanista. Lusit.
Fr. Ioannes Nugueyra. Novitius. Lusit.
Fr. Antonius de Mello. Novitius Lusit.
Fr. Emmanuel Pinto. Novitius, qui ante ingressum theses publicas de Iure canonico defenderat. Lusit.

Ad Sinensen. 1701

Fr. Emmanuel Camello. Novitius. Lusit.
Fr. Emmanuel Ribeiro. Novitius. Lusit.
Fr. Petrus de Meyrelles. Novit. Lusit.

Ad Iapponensem. 1701

Fr. Franciscus de Barros. Lusit.
Fr. Emmanuel de Souza. Novitius. Lusit.

Ad Angolanam. 1701

P. Petrus de Quadros. Lusit. Visitator.
P. Michael de Souza. Lusit. Rector.
Fr. Emmanuel de Azevedo. Lus. Coad. temp.

Ad Funchalensem. 1701

P. Stanislaus de Mattos, absolutis Theologiae studiis. Lusit.
P. Emmanuel de Magalhães, absolutis Theologiae studiis. Lusit.
Fr. Iozephus Vellozo, absoluto Philosophiae studio. Lusit.
Fr. Ioannes Madeyra, absoluto Philosophiae studio. Lusit.

Ad Fortunatas. 1701

P. Philippus Ribeyro. Lusit.
P. Xavier Pacheco. Coadiut. Spir. Lus.
Fr. Dominicus de Carvalho, absoluto Philosophiae studio. Lusit.
Fr. Gualter Murcot absoluto, Philosophiae Studio. Lusit.
Fr. Felix Pereyra. Coadj. temp. Lusit.
Fr. Custodius Afonso. Coadj. temp. Lus.

Ad Goanam. 1702

P. Franciscus Furtado. Theologus. Lus.
P. Ignatius Roiz. Theologus. Lusit.
Fr. Iozephus Baptista. Humanista. Lus.
Fr. Ioannes Marques. Humanista. Lus.
Fr. Ioannes de Chaves. Humanista. Lus.

Ad Malabarensem. 1702

P. Ioannes da Rocha Procurator Provinciae Brasiliensis. Professus. Lusit.
Fr. Ioannes de Basto. Philosophus. Lus.

Ad Iaponensem. 1702

Fr. Emmanuel Velles. Philosophus. Lus.
Fr. Vicentius de Amaral. Philosophus. Lus.

Ad Brasiliensem. 1702

P. Ioannes Pereira Provincialis in Brasiliae Provinciam. Lusit.
Fr. Ascensus Fernandes. Coadj. temporalis, socius Provincialis. Lus.
Fr. Anastazius Cappelly. Philosophus. Lus.
Fr. Simon Marques. Novitius. Lus.
Fr. Ioannes Chrisostomo. Novitius. Lus.
Fr. Emmanuel Ribeiro. Novitius. Lusit.
Fr. Emmanuel Pinto. Novitius. Lusit.
Fr. Nicolaus Pinto. Novitius. Lusit.

Ad Fortunatas. 1702

P. Antonius Freyre. Lusit.
Fr. Iosephus da Costa. Coadj. temp. Lus.
Fr. Ioannes Francisco. Coadj. temp. Lus.
P. Iosephus de Freytas. absolutis Theologiae studiis. Lusit.
P. Dominicus do Cabo. absolutis Theologiae studiis. Lusit.
Fr. Ludovicus Franco. absoluto Philosophiae studio. Lusit.
Fr. Alexander da Costa. absoluto Philosophiae studio. Lusit.
Fr. Antonius Borges. Coadj. temp. Lus.

Ad Goanam. 1703

P. Ludovicus Coelho. Roma rediens Missionis Procurator. Professus. Lusit.
P. Andreas de Campos. Studiis absolutis. Lusit.
P. Bartholomeus Forte. Grammat. Mag. Lusit.
P. Antonius Maria Glabri. Studiis absolutis. Venetus.
Fr. Dominicus Barrozo. Philosophus. Lus.
Fr. Gabriel Nunes. Philosophus. Lus.
Fr. Alfonsus da Costa. Humanista. Lus.
Fr. Sebastianus Paes. Philosophus. Lus.
Fr. Antonius Gonzaga. Humanista. Lus.
Fr. Ludovicus Cardozo. Humanista. Lus.
Fr. Hieronymus Pimentel. Novitius. Lus.
Fr. Iozephus Francisco. Novitius. Lus.
Fr. Iozephus Cardozo. Novitius. Lusit.
Fr. Iozephus Antunes. Novitius 2° admissus in Societatem, in qua Philosophiam absolverat et grammaticam docuerat in Provincia Brasiliensi. Lus.

Ad Malabarensem. 1703

Fr. Petrus Dias. Novitius. Lusit.
Fr. Antonius de Souza. Novitius. Lus.

Ad Iapponensem. 1703

Fr. Ioannes Franciscus Quadro. Coadj. temp. Turinus.

Ad Maranonensem. 1703

P. Emmanuel Serayva. Professus 4 vot. Missionis visitator Brasiliensis.
P. Emmanuel de Britto. Theologus. Lusit.
P. Franciscus Xavier. Bohemius.

Fr. Ioannes de S. Payo. Novitius. Lusit.
Fr. Ioannes Teixeira. Novitius. Lusit.
Fr. Antonius Secco. Novitius. Lusit.
Fr. Antonius das Neves. Lusit.
Fr. Andreas Gonsalves. Coadj. temp. Lusit.
Fr. Ioannes Xaverius. Coadj. temporalis. Germanus.
Fr. Franciscus da Gaya. Coadj. temp. Lus.
Fr. Thomas Pereyra. Philosophus. Lus.
Emmanuel da Sylva admittendus in Societatem. Lusit.

Ad Angolanam. 1703

P. Emmanuel Quentam. absoluto Philosophiae studio. Lusit.
P. Emmanuel Sovral. absoluto Theologiae studio. Lusit.
P. Thomas Lopes. Grammat. Mag. Lusit.
P. Hippolitus Zuzarte. absoluto Theologiae studio. Lusit.
P. Iacobus Sterzinger. Germ.
Fr. Emmanuel Botelho. Coadj. temp. Form. Lusit.
Fr. Iozephus da Fonseca. Novitius. Lusit.

Ad Funchalensem. 1703

P. Franciscus Borges. absoluto Theologiae studio. Lusit.
P. Ioannes Brandão. absoluto Theologiae studio. Lusit.
Fr. Francisco Carneyro. absoluto Philosophiae studio. Lusit.

Ad Fortunatas. 1703

P. Emmanuel de Payva. ad Rectorem. Lusit.
P. Gregorius dos Santos. absoluto Theologiae studio. Lusit.

Ad Iapponensem. 1704

P. Didacus Vidal. Româ rediens Missionis Procurator. Professus 4.or vot.
P. Hieronymus Lopes. studiis absolutis. Lus.
P. Iosephus Pereyra. studiis absolutis. Lus.
P. Iosephus Ferreyra. Grammat. Magister. Lusitan.
P. Iosephus Anselmus. absoluta Philosophia. Lusit.
Fr. Blasius Ferreira. Coadj. temp. Lusit.
P. Xaverius Embertus Trideli. Studiis absolutis. German. ad Sinensem Mission.

Ad Funchalensem. 1704

P. Emmanuel de Madureyra. Lusit.
P. Emmanuel de Pina. absoluta Theologia. Lusit.
Fr. Augustinus Xavier. Novitius Coadj. temp. Lusit.

Ad Fortunatas. 1704

P. Leonardus de Olivr.[a] Concionator. Professus 4.[or] vot. Lusitanus.
P. Marcellinus da Costa. absoluto Theologiae Studio. Lusitanus.
P. Ioannes de Azevedo. absoluto Theologiae Studio. Lusitanus.
Fr. Ludovicus Bap.[ta]. Grammaticae Magister. Lusitan.
Fr. Ioannes da Sylveyra. absoluto Philosophiae studio. Lusitan.

Ad Goanam. 1705

Fr. Ioannes Martins. Novitius. Lusit.
Fr. Dominicus Fernandes. Novitius. Lusit.
Fr. Ioannes de Magalhães. Novitius. Lusit.
Fr. Antonius de Vasconcellos. Novitius. Lusit. ad Japonensem

Ad Malabarensem. 1705

P. Ferdinandus Calini. Studiis absolutis. Italus.
Fr. Dominicus Madeyra. Humanista. Lusit.
P. Michael da Costa. Theologus. Lusit. ad Maranonensem Missionem.

Ad Brasiliensem. 1705

Fr. Ioannes Dias. Coadj. temp. format. Lusit.
Fr. Laurentius da Costa. Lusit. Novitius.
Fr. Felix Capelli. Novitius. Lusit.
Fr. Iosephus dos Reys. Novitius. Lusit.
Fr. Iosephus Lopes. Novitius. Lusit.
Fr. Felix Ribeyro. Novitius. Lusit.
Fr. Iulianus Xavier. Lusit.
Fr. Emmanuel Garcia. Coadj. temp. Lusit.
Fr. Iosephus Cardozo. Coadj. temp. Lusit.
Fr. Iosephus Rodrigues. Coadj. temp. Lusit.
Fr. Emmanuel Luis. Lusit.

Ad Angolanam. 1705

P. Sylvester de Carvalho. Concionator. Lus.
Fr. Michael Berner. Coadj. temp. Germanus.

Ad Funchalensem. 1705

P. Dominicus Carneyro. Concionator. Lusit.
Fr. Iosephus Soares. Grammaticae Mag. Lusit.
Fr. Bernardus Machado. Grammat. Mag. Lusit.
Fr. Emmanuel Soares. Coadj. Spiritualis *(sic)*. Lusit.

Ad Fortunatas. 1705

P. Antonius Couceyro. Studiis absolutis. Lusit.
Fr. Emmanuel da Fonseca. Grammaticae Magister. Lusitanus.
P. Gaspar Estevens. ut Rectorem ageret Collegii Michaelensis. Lusit.
P. Ludovicus Mendes. Studiis absolutis. Lusit.
P. Antonius Simões. Studiis absolutis. Lusit.
Fr. Thomas da Fonseca. absoluto Philosophiae studio. Lusit.

CATALOGUS 7.us

Missionariorum e Provincia Lusitana profectorum ab Anno 1706 usque ad Annum 1711

Ad Sinensem Missionem. 1706

P. Franciscus Noel e Sinis Procurator Romam missus.
P. Gaspar Casner unâ profectus e Sinis cum P. Francisco Noel.
P. Leopoldus Liebstain solenniter professus. Boëmus.
P. Romanus Hinderer solenniter professus. German.
P. Ludovicus Gonzaga, absolutis studiis. Mantuan.
Fr. Franciscus Stadelim. coadj. temp. Helvetius.
Fr. Michael Vieyra. coadj. temp. Lusitanus.

Ad Japponensem. 1706

P. Ioannes Bp.ta Messari. Venetus.
P. Augustinus Capelli. Asculanus.
P. Ioannes Bap.ta Bakovski. Polonus.

Ad Malabarensem. 1707

P. Ludovicus Natal Bairres. solenniter professus. Gallus.
P. Alexander Iosephus Callini. Theolog. Ital.
P. Ludovicus Franco. Theolog. Lusitanus.
P. Ioannes Dominicus Banhasco, absolutis studiis. Italus.
P. Franciscus Sanchez. Theolog. Lusitan.
P. Emmanuel Jesuarte. absolutis studiis. Lusitanus.
Fr. Iosephus Couceyro. Theolog. Lusitan.
Fr. Iosephus de Carvalho, absoluto Philosophiae studio. Lusitan.

Ad Malabarensem. 1708

Illustriss. D. D. Franciscus Laines Meliaporensis Episcopus.
P. Emmanuel de Abreu expeditionis Superior, absolutis studiis. Lusitan.

P. Franciscus Cardozo, absolutis stud. Lusitanus.
P. Ignatius Cardozo. Theolog. Lusitan.
P. Bernardus Gomez, absoluto Philosophiae studio. Lusit.
P. Antonius Tavares. Theolog. Lusitan.
P. Ioannes de Cerqueira. Theol. Lusit.
P. Ioannes de Brito, absoluto Philosophiae studio. Lusitan.
P. Ludovicus de Vasconcellos, absoluto Philosophiae studio. Lus.
P. Iosephus Tavares. Theolog. Lusit.
P. Bernardinus Tombasani. Theologus. Italus.
P. Brolias Antonius Brandolini. Theolog. Italus.
P. Petrus Correa. Theolog. Lusitan.
P. Franciscus Antonius Ricardo. absolutis studiis. Italus.
P. Paulus Franciscus. novitius, absolutis studiis. Italus.
P. Paulus Emilius Cataneo. novitius medicus. Italus.
Fr. Iosephus Vieyra. Philosophus. Lus.
Fr. Ignatius da Cunha. Philosophus. Lus.
Fr. Innocentius Feller. Philosoph. Lusit.
Fr. Caietanus Barretto. absoluto Philosophiae studio. Lusitan.
Fr. Emmanuel Rodrigues. Lus.
Fr. Henricus Pereyra. Lusitan.

Ad Goanam. 1708

P. Ignatius Tusoni solenniter professus. Italus.
P. Blasius Etifa. Theolog. Italus.
P. Nicolaus Ricio. absoluta Philos. Ital.
P. Vnuphius Monteri solen. prof. Ital.
P. Paulus Mutonus. absol. stud. Ital.
P. Iozephus Antonius Martineti. absolutis studiis. Italus.

Ad Sinensem. 1708

P. Benedictus Wenskmaister. absolut. studiis. Suevus.

Ad Japponensem. 1708

P. Franciscus Diniz. Theolog. Lusit.
Fr. Emmanuel Simões coadj. temp. Lusitanus.
Fr. Emmanuel Botelho coadj. temp. Lusitanus.

Ad Goanam. 1709

R. P. Emmanuel de Sá e Sereniss. Lusitaniae Rege electus in Patriarcham Ethiopiae.
P. Franciscus de Borgiatroch, absolutis studiis. Austriacus.
Fr. Christophorus Mattern. coadj. temp. Trisoviens.
Fr. Bernardus Correa Philosophus. Lusit.

Ad Japponensem. 1709

P. Franciscus Fillischi solenn. profess. Silesiens.

Ad Malabarensem. 1709

Fr. Alexius Pinto. Humaniorum litterarum cultor. Lusitan.
Fr. Ioachimus Dias. Philosoph. Lusitan.

Ad Malabarensem. 1710

P. Constantius Iosephus Beschi. absolutis studiis. Italus.

Ad Malabarensem. 1711

P. Ignatius d'Almeyda. Theolog. Lusitan.
P. Franciscus Rodrigues. Theolog. Lusitan.
P. Franciscus de Chaves. Theolog. Lusitanus.
Fr. Antonius de Moraes. coadj. temp. Lusit.

Ad Goanam. 1711

Fr. Balthasar Pereyra, absolutis studiis. Lusitan.
Fr. Bartholomaeus Correa, absoluto Philosoph. studio. Lusit.
Fr. Andreas de Moura. Lusit.

Ad Japponensem. 1711

P. Antonius Velles Theolog. Lus.
Fr. Emmanuel Thomas. Philos. Lus.

Arq. S. J., *Lus. 47*, f. 177-178.

5

Catalogus eorum, qui ab anno 1727 in Indiam solverunt

Anno 1727, 16 Aprilis solvere in Provinciam Goanam

Fr. Ioannes de Castro. Lusitanus Philos.
Fr. Dominicus Gonçalves. Lusitanus Huma.
Fr. Franciscus Henriques. Lusitanus Novit.
Fr. Antonius Gomes. Lusit. Novit.
Fr. Gregorius da Costa. Lusit. Novit.
Fr. Emmanuel dos Santos. Lusit. Novit.
Fr. Ioachimus Ribeiro. Lusit. Novit.
Fr. Dominicus Arnauth. Lusit. Novit.
Fr. Franciscus Martins. Lusit. Novit.
Fr. Ignatius de Araujo. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus Nunes. Lusit. Coadj. Temp. Format.

In provinciam Malabaricam eadem navi

P. Bernardus Bucpoping Professus. Ex Rheno inferiori
P. Georgius Deiterman. Prof. Ex Rhe. inferi.
P. Iosephus Vieira. Lusitanus. Finitis studiis.
P. Salvator dos Reis. Lusit. Theologus 2.^{i} anni.
P. Ioannes Alexander. Lusit. Theologus 2.^{i} anni.
P. Ciprianus de Amorim. Lusit. Theologus 2.^{i} anni.
Fr. Emmanuel de Souza. Lusit. Philosophus.

In Iaponiam

Fr. Ferdinandus Nunes. Lusit. Coadj. Temp. Nov.

Anno 1728, 18 Aprilis in Goanam solvere

P. Ioannes Franciscus Gruncho. Sicilian.
Fr. Franciscus Ferreira. Lusitanus Theol.
Fr. Iosephus da Cunha. Lusit. Novit.
Fr. Ioannes de Figueiredo. Lusit. Novit.

Fr. Iosephus da Costa. Lusit. Novit.
Fr. Ioannes de Menezes. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus de Andrade. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus Moreira. Lusit. Novit.
Fr. Emmanuel Valerius. Lusit. Novit.
Fr. Emmanuel Salgado. Lusit. Novit.
Fr. Emmanuel Nicolaus. Lusitanus. Novit.
Fr. Michael Laurentius. Lusitanus. Novit.
Fr. Franciscus Maria Monaci. Italus. Coadj. Temp. format.

In Iaponiam eadem navi

P. Antonius de Brito. Lusit. Prof. 4.or vot.
Fr. Antonius Fernandes Lusit. Novit. Coadj. Temp.

In Malabariam eadem navi

Fr. Iosephus Silverius Lusit. Humanis.

Ano 1729 nulli in Indiam solverunt

Ano 1730, 4 Aprilis in Provinciam Goanam

P. Emmanuel de Figuiredo. Lusitanus. Qui ad Mogolem unde venerat, reversus est.
P. Emmanuel de Aguiar. Lusit.
P. Antonius Pegado. Lusitanus.
P. Ioannes Furtado. Lusit.
P. Iosephus da Silva. Lusit.
Fr. Antonius Rodrigues. Lusit.
Fr. Antonius de Paiva. Lusit.
Fr. Antonius Soares. Lusit.
Fr. Antonius Ioseph. Lusit.
Fr. Ioannes de Lemos. Lusit. Coadj. Spiritualis *(sic)*.
Fr. Ludovicus de Faria. Lusit. Coadj. Temp.

In Provinciam Sinicam eadem navi

P. Augustinus de Barros. Superior omnis miss.
Fr. Ioannes de Barros. Lusit. Philos.
Fr. Franciscus Rebello. Lusit. Coadj. Temp.

In Provinciam Malabaricam

P. Nuntius Amelius. Italus.
Fr. Ferdinandus Pimentel. Lusit.

Fr. Mathias Vellozo. Lusitanus.
Fr. Salvator da Costa. Lusitanus.
Fr. Michael João. Lusit.
Fr. Iosephus Ioaquim. Lusit.

In Iaponiam

P. Ignatius Ayres. Lusitanus.
P. Franciscus Vidigal. Lusitanus.
P. Bartolomeus Moraes. Lusitanus.
P. Ioannes de Oliveyra. Lusit.
P. Franciscus Cordeyro. Lusit.

Anno 1731

21 Aprilis In Provinciam Goanam solvere

P. Ludovicus da Rocha. Ex Brasilia. Sup.
P. Thomas Senders. Anglus.
P. Andreas Pereyra. Ex Brasilia.
P. Franciscus Ramos. Ex Brasilia.
P. Franciscus Muui. Italus.
P. Angelus Bapt.ª Franciscus. Italus.
Fr. Antonius da Gama. Lusit.
Fr. Ioannes de Britto Olim Manso. Lusit.
Fr. Ioannes de Almeida. Lusit.
Fr. Dominicus Barreto, olim Branco. Lusit.
Fr. Alexius Sarmento. Lusit. Huma.
Fr. Emmanuel de Sande. Lusit. Huma.
Fr. Hyacinthus Alvares. Lusit. Coadj. Temp.

In Iaponiam

P. Antonius Terras. Ex Brasilia.
P. Alexander Correa. Ex Brasilia.
P. Christophorus de S. Payo. Lusitanus.

In Malabariam

P. Antonius Huethin. Germanus.
P. Iozephus Hausgguer. Hungarus Pius.
Fr. Antonius Fernandes. Lusitanus.

Anno 1732

25 Aprilis in Provinciam Goanam solvere

P. Ioannes Marques. Lusit. Superior.
P. Damasus Roiz. Lusit.

P. Ludovicus Fortii. Neapolitanus.
P. Eusebius de Mattos. Ex Brasilia.
Fr. Iosephus Caetanus. Lusitanus. Novit.
Fr. Emmanuel Dias. Ex Bahia. Novit.
Fr. Thomas Ribeiro. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus Martins. Lusit. Novit.
Fr. Ioannes da Cruz. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus Dinis. Lusit. Novit.

In Provinciam Malabariam

P. Petrus Lodoix Amadezi. Bononiensis.
P. Thomas da Fonseca. Ex Bahia.

In Provinciam Iaponiam

P. Ioannes Felix. Lusit.
P. Emmanuel de Abreu. Lusitanus.
P. Paulus Albertus. Lusit.
P. Bonifacius Rodericus. Lusit.
P. Vicentius da Cunha.
Fr. Niculaus de Andrade. Lusit.
Fr. Ioannes de Lemos. Lusit.
P. Emmanuel Carvalho. Lusit. Novit.

Anno 1733 Nulli solvere

Anno 1734, 2 Aprilis solverunt in Provinciam Iaponiam

P. Caetanus Lopes, Superior venerat procurator Romam.
Fr. Beneditus de Gouvea. Lusit. Theol.
Fr. Ioannes Duarte. Lusit. Coadj. Temp.

In Sinicam

P. Iacobus Antonini. Venetius.
P. Ignatius de Sousa. Lusitanus.

In Malabaricam

P. Thomas de Cellaya. Neapolitanus.
P. Iacobus Rossi. Neapolitanus.

In Goanam tantum solvit

P. Ludovicus Vieyra. Ex Bahia. Prof.

Anno 1735, 13 Aprilis

In Malabariam

P. Brollias Antonius Brandolini. Italus Superior venerat Romam procurator.
P. Felix Maria Orty. Venetius Theol.
P. Archangelus Ongni. Venetius Theol.
P. Iosephus Antunes. Lusitanus Philos.
Fr. Petrus Barreiros Lusit. Human.
Fr. Iosephus Bernardus. Lusit. Philos.
Fr. Xavier Monteiro. Lusit. Human.
Fr. Antonius de Seixas. Lusit. Human.
Fr. Laurentius Mendes. Lusit. Philos.
Fr. Iosephus Laurentius. Human.
Fr. Emmanuel Ferrás. Lusit. Human.

In Japoniam

Fr. Benedictus Monteiro. Lusit. Human.
Fr. Ioannes de Loureiro. Lusitanus. Human.
Fr. Hipolito Nardi. Italus Coadj. Temp.

In Provinciam Sinicam

Fr. Felix da Rocha. Lusit. Philos.
Fr. Emmanuel Ioseph. Lusit. Philos.

In Goam

Fr. Felicianus da Costa. Lusit. Novit.
Fr. Ioannes Borges. Lusit. Novit.

Anno 1736

25 Aprilis In Goanam Provinciam solvere

P. Custodius Arnaut. Lusit. Superior.
Fr. Iosephus Pereira. Lusit. Novit.
Fr. Ioannes Pereira. Lusit. Novit.
Fr. Felippus de Macedo. Lusit. Novit.
Fr. Emmanuel Soares. Lusit. Novit.
Fr. Iosephus Pinto. Lusit. Novit.
Fr. Constantinus de Amaral. Lusit. Novit.

In Sinicam

P. Godefridus Laimbekhoven. Germanus.
P. Augustinus Haleytem [Hallerstein]. Germanus.

Anno 1737

In Indiam solverunt

P. Antonius Gogeg [Gogaisl]. Bavarus.
P. Florianus Barn [Bahr]. Bavarus.
P. Ioannes Sciber [Siebert]. Bohemus.
P. Ioannes Gruber. Bohemus.
P. Andreas Strobl. Bavarus.
P. Carolus Gaebbiperg [Slawiczek]. Bavarus.
P. Venceslao Paleczech. Bohemus.
Fr. Emmanuel André. Lusitanus.
Fr. Caetanus de Magalhaens. Lusit.
Fr. Iosephus Naygueparer [Neugebauer]. Austriacus.

Arq. S. J., *Lus. 48*, f. 199-200.

6

Catalogus Missionariorum, qui ex hac Provincia in Indiam solverunt

An. 1738

P. Ioannes Franco Prof.
Fr. Thomas de Paiva coadj. temp.
Fr. Iosephus da Costa
Fr. Iosephus da Costa
Fr. Ioannes de Souza
Fr. Antonius Alvares
Fr. Hieronymus de Lemos
Fr. Emmanuel Simões
Fr. Emmanuel Carvalho Novitius
Fr. Ioannes Rodrigues Novit.
Fr. Ioachimus Paulinus Novit.
P. Ludovicus Franco Prof.
P. Martinus Konig Prof.
P. Leonardus Iaques
P. Iozephus Krening
P. Iacobus Hartman
P. Franciscus Xaverius Stocher
P. Franciscus Pfleger
P. Ioannes Baptista Butari
P. Ioannes Walter
Fr. Nicolaus Antonius Ceriola
Fr. Antonius Duarte Philosophus 4^{i} anni
Fr. Petrus Machado Philosophus 3^{i} anni
Fr. Antonius de Albuquerque 2^{i} anni
Fr. Hyacinthus Simões
Fr. Dominicus da Cruz
Fr. Emmanuel Rodrigues Coadj. temp.

An. 1739

P. Andreas Maria Petroni Prof.
P. Ioannes Hoppe
P. Ioannes Stermmetz
P. Ioannes Kofler
P. Iosephus Kayser
P. Hermanus Engels
P. Iacobus Graff
P. Matheus Geutzberg
Fr. Felix Fernandes Coadj.

An. 1740

P. Alexander Cabral
P. Carolus de Turtini
Fr. Iozephus de Moraes

Arq. S. J., *Lus. 48*, f. 242-242 v.

7

Catalogus Missionariorum ab ann. 751 usq. ad 754
Qui e Portu Lisbonensi profecti sunt in Indiam

1751

P. Emmanuel Roiz Mal.
P. Ioannes Paradissus Goan.
P. Xaverius Pavone Goan.
P. Iulius Leti Goan.
P. Iosephus de Blase Goan.
P. Philibertus Guilliers Goan.
Fr. Franciscus Lanceloti Goan.
Fr. Ioannes Garofalo Goan.

Fr. Iozephus Alz Goan.
Fr. Emmanuel de Tavora Goan.
Fr. Ioannes da Fonseca Goan.
Fr. Antonius de Oliv.ra Goan.
Fr. Antonius Nunez Goan.
Fr. Christophorus dos Santos Goan.
Fr. Emmanuel da Sylva Iapon.

1752

P. Dominicus Peronti Goan.
P. Franciscus Nonis Goan.
P. Albertus Zarlh Goan.
P. Emmanuel Felix Goan.
P. Mathias Scerpenseel Mal.
P. Franciscus Storioni Goan.
P. Georgius Pender Mal.
P. Antonius da Motta Iapon.
P. Petrus Mahl Mal.
P. Iozephus de Ourem Mal.

P. Ignatius Franciscus Sinens.
P. Antonius Falcão Sinens.
P. Bernardinus Salema Iap.
Fr. Stephanus Cattine Goan.
Fr. Ferdinandus Patritius Goan.
Fr. Iozephus Mautozer Goan.
Fr. Carolus Greci Goan.
Fr. Iacobus Muller Goan.
Fr. Petrus Mucii Goan.
Fr. Vicentius de Araujo Iap.

1753

P. Hercules Maria Savioli Goan.
P. Antonius Celli Goan.
P. Antonius Iosephus Mal.
P. Ioannes de Novaes Mal.
Fr. Georgius Foman Goan.
Fr. Franciscus Wendel Goan.

P. Georgius Tallaga Goan.
Fr. Iosephus Nicolini Goan.
Fr. Ludovicus Camerini Goan.
P. Salvator Dias Goan.
Fr. Ioannes Quelle Goan.
Fr. Franciscus Mok Goan.
Fr. Nicolaus Gori Goan.

Fr. Balthasar dos Reys Goan.
Fr. Romão da Sylva Iap.
Fr. Ludovicus Duarte Iap.
Fr. Antonius Camizi Goan.
Fr. Iacobus de Sarde Goan.
Fr. Ioannes da Fonceca Sinens.

1754

P. Archangelus Dorigni Goan.
P. Petrus Mario Goan.
P. Petrus Nicheti Goan.
P. Thomas Mauro Mal.
P. Ioannes Baptista Nazari Mal.
P. Ioannes Philippus Prati Mal.
P. Franciscus Antonius Iapon.
P. Ludovicus de Souza Iapon.
P. Estanislaus Monteyro Goan.
P. Iosephus Ioachimus Iap.
P. Melchior da Fonseca Iap.
P. Franciscus da Sylva Sinens.
P. Onofrius Vigliani Iap.
P. Mutius Dorta Iap.
P. Ieronymus Petroni Iap.
P. Antonius Duarte Mal.
P. Franciscus Quentieri Goan.
P. Antonius Rhenm Mal.
P. Andreas Roiz Sinens.
Fr. Dominicus Burani Goan.
Fr. Angelus Lora Goan.
Fr. Iosephus Pedemonti Goan.
Fr. Ioannes Baptista Fantini Goan.
Fr. Franciscus Philippus Goan.
Fr. Raymundus Varali Goan.
Fr. Laurentius Brogovanini Goan.
Fr. Gabriel Martureli Goan.
Fr. Ioannes Baptista Buranzeàus Goan.
Fr. Emmanuel Henriques Goan.
Fr. Ioannes Baptista Goan.
Fr. Iosephus Guilielmus Goan.
Fr. Andreas Mazi Goan.
Fr. Xaverius Fontana Goan.
Fr. Philippus Catallani Goan.
Fr. Iosephus Fernandes Goan.
Fr. Franciscus Ariovilo Iap.
Fr. Alexander Roiz Iap.
Fr. Ioachinus Iansen Iapon.

Arq. S. J., *Lus. 49*, f. 206-206v.

8

P. Joanni Baptistae Carboni

18 Martii 1724

Satis Patet quanta sit in R^{am} V^{am} et in P. Capasso Serenissimi Regis humanitas et beneficentia, cum ambos iis cibis, quibus in Italia assueverant, victitare pro potestate jubeat, et amplissimam ad eum victum eleemosynam suppeditet. Majus utique beneficium est quod ambos apud istius Provinciae Superiores adeo amanter ac effuse laudet atque ita se gerat, ut simul et munificentissimum Regem et indulgentissimum Patrem se praebeat.

Nostrum non est Regiae liberalitati ac benevolentiae modum imponere. Deprecari tantum possumus et cavere ne tanti Principis favor religiosae disciplinae officiat. Ad corporis afflictiones quod attinet, conscientiae suae judicem R. V^{a} consulat, eique se prorsus regendam ac moderandam committat; sed illud maxime curet, ne Aulae illecebris delinita minus apud coelestem Regem gratia valeat.

SS. R. V.^{ae} Sacrificiis me valde commendo.

Arq. S. J., *Lus. 35*, II, Epist. Gen.

Relação da prata da Igreja do Noviciado de Arroios

Caxão 1.º da prata

Huma crus de prata grande com crucifixo do mesmo, com sua vara de folha de prata, e por dentro páo.

Seis castisais de prata laurada da banqueta, á Romana.

Hum cofre de prata aberto e onde se expoem o Senhor dentro de uma caxa de Lixa preta forrada de damasco carmezim.

Huma custodia de prata dourada em huma caxa de marroquim encarnado.

Seis castisais de prata lizos de bojo, grandes.

Dous ditos outavados mais pequenos lizos.

Dous ditos quadrados lizos.

Hum dito laurado, outavado pequeno.

Huma caldeirinha e jzope de prata lizo.

Hum gomil, e prato de prata Lizo.

Humas galhetas grandes, e seu prato de prata.

Hum Tribo, e naueta de prata lavrada.

Trez vazos sagrados de varios tamanhos, com suas capaz de brocado, e franja de ouro.

Hum vazo da comunhão grande lizo.

Noue relicarios de folha de prata, e por dentro paó reliquiaz de varios santos / outo iguais / e hum mais pequeno.

Quatro jarras de prata com flores de seda.

Duas ditas, huma sem flores e outra quebrada que lhe falta metade.

Seiz ditas mais pequenas sem azas, com flores de seda de prata dourada.

Hum purificador e tampa com seu pires.

Huma cruzinha de arame de prata com bandeira de papel.

Huma cruz de prata com calvario de crauo com o Santo Lenho, e reliquias.

Huma crus de prata á Romana com calvario do mesmo, com Santo Lenho em huma redoma de cristal.

Hum missal cuberto de maroquim com broxas de prata.
Huma cruzinha de prata liza pequena.

Prata da Capp.ª intrior

Dous castisaes de prata de pé alto.
Humas galhetas de prata pequenas, e pires.
Hum cofrezinho pequeno de prata com dous Meninos Jesus dentro.
Huma caxa de hostias de prata Lavrada.
Outra caxa mais pequena de particullas.
Huma Ambola de prata dourada com o pé laurado e capa de damasco de ouro, com galão e franja do mesmo.
Trez caliz de prata dourada com suas patenaz, e colherinhas.
Outro caliz metido em outra bolssa de couro.
Mais trez patenas de prata dourada.
Huma Alampada grande de prata preparada que vay no caxão numaro quatro por naõ caber neste.

Hũ se entregou ao for° da quinta da Ramª

Relação dos ornamentos da Igreja do Noviciado de Arroios

Caxão n.º 2

Hum pano de pulpito de damasco branco, com galão, e franja de retros amarello, forrado de Ruão encarnado.
Quatro setiais de damasco encarnado grandez, com gallão, e franja de ouro.
Quatro cazulas de damasco encarnado, e ouro, com galoiz do mesmo e seus preparos iguais.
Hum pano ou vestimenta de setim branco com coleirinho.
Huma vestimenta de damazco verde com guarnição de renda de prata e ouro, com seus preparos irmãoz.
Outra do mesmo damasco verde com gallão de seda amarella.
Trez vestimentas de damasco branco, com guarnição de seda amarella.
Duas vestimentas de damasco encarnado, com gallão de seda amarella.
Huma vestimenta de veludo preto com seus preparos.
Duas vestimentas de damasco roxo, guarnecidas de gallão de seda amarella, com seus preparados.
Duas alvas de esguião em folha embrulhadas e atadas para se fazerem.
Dez Alvas de uzo, com suas rendas.

Quinze sobrepelizes com suas rendas estreitas e largas.
Huma dita liza velha.
Treze amitos — Dous panoz do lavatorio — sessenta e tres sanguinhos trinta corporais / Maiz douz embrulhados em hum papel de expor o Senhor.
Dez cordois de atar as Alvas.
Huma toalha atoalhada com franja.
Quatro ditas com suas rendas.
Quatro toalhas lizas e huma mais pequena.
Duas ditas com rendas.
Hum véo encarnado de escomilha.
Tres vestimentas de damasco de ouro, e branco com seus preparos.
Outra de seda branca bordada de matizes e ouro, com espiguilha em roda com veo de caliz, e pala.
Trez vestimentas de setim branco bordadas de flores, com galão de ouro á roda, com seus preparos.
Hum pavilhão de damasco rocho com galão de ouro.
Outro dito mais pequeno do mesmo damasco, com galão, e franja de ouro.
Outro dito mais pequeno, do mesmo damasco, com galão e franja de ouro.
Outro dito pequeno de damasco encarnado, com galão de ouro.
Outro dito grande, com galoiz de ouro.
Outro dito de damasco branco, com galão de seda amarela.
Hum pano de veludo preto, com galão e franjas de ouro.
Metade de uma cazula, e mangas de veludo preto, com galão de ouro.
Huma capa de azperges de veludo preto com galão de ouro.
Hum pano rocho de veludilho grande com galão estreito de ouro á roda.
Huma capa de azperges de damasco branco com galão de ouro.
Outra de damasco rocho com galois de ouro.
Huma cazula de seda branca com matizes, e ouro, com galão do mesmo, bolssas e pala irmão.
Hum pano de damasco branco, com galão e franja de retroz amarello.
Huma palla e bolssas de damasco encarnado e veo de Ló.
Outra, bolsas, corporaes, e véo de damasco branco.
Outra maiz da mezma qualidade com os mesmos preparos.
Outra dita grande só.
Outra verde pequena, veo e corporaiz.
Hum pano de tafetá verde, cozido em roda.
Hum Palio de damasco branco e ramos de ouro, embrulhado em pano branco.

Huma estola de ramos de matizes de prata, e franja de ouro.
Outra de damasco encarnado e ouro, e franjaz do dito.
Duas sobrepelizes finas com rendas.

Caxão n.º 3

Trinta e duas cortinas de damasco encarnado, com galão de ouro falço.
Dezeseis sanefas, a saber, outo irmaãs das ditas cortinas, e outras outo com ramos de ouro.
Hum setial de damasco encarnado com ramos de ouro, franja e galão, e cortinas.
Dous veos de caliz de Ló, hum verde, e outro encarnado.
Huma estola e manipolo de damasco branco, velha.
Hum pano de estante de damasco branco e ouro, guarnecido com renda do mesmo.
Hum veo de ombros do mesmo damasco branco e ouro com guarnição de galão de ouro, com hum pano branco dentro.
Trez capas de azperges do mesmo damasco, com panos de resguardo.
Duas dialmáticas do mesmo damasco com ramos de ouro, guarnecidas de galão do mesmo, com panos brancos de resguardo.
Trez capas de cadeiras de damasco, com franja de retroz.
Dezeseis cortinas de damasco encarnado, com franjas de retroz, e outo sanefas jrmaãs.
Trez chaves de sacrario e huma com o cabo de prata lavrada, com fitaz de telas metidas em huma bolsa de seda, e matizes de ouro em seda branca.
Tres toalhas de renda a roda, e só huma pello meyo.
Quatro toalhas de comunhaõ, huma mais grossa.
Outra dita grande.
Humas sanefas do Esquife de veludo preto com galão, e franja de ouro, e huma almofada do mesmo esquife, de veludo preto.

Capp.ª intrior

Huma cazula de damasco branco, guarnecida de galão de seda á roda.
Huma Alva, com sua renda, hũ cordão, douz amitos.
Hum pavilhão de damasco rocho com franja e galão de seda amarela.
Outro dito de damasco encarnado com o mesmo galão e franja.
Hum veo de caliz de seda branca e pala grande, e pequena.

Seis bolças de corporais de variaz cores, e huma de matizes de prata, e galão de ouro, com veo, pala, e corporais dentro e a verde tambem tem veo de caliz.

Hum pavilhão de damasco verde com galão amarelo.

Huma cazula de damasco encarnado, guarnecida de galão de ouro, antiga, com estola, manipolo, e pala.

Outra dita de damasco branco com estola e manipolo.

Outra dita de matizes e prata, e galão de ouro, com estola, e manipolo e tem hum pano branco de resguardo.

Outra dita rocha de damasco, com estola, e manipolo, com galoiz amarelos e veo de caliz.

Outra dita de damasco verde com manipolo, e estola.

Hũ veo de tafetá encarnado com galão de ouro antigo.

Duas sobrepelizes com suas rendas.

Quatro amitoz, dous véos de caliz encarnados de Ló.

Dous panos de por no frontal de varias cores.

Huma porta de sacrario em seda branca, com ramos de ouro, e galão.

Hũ amito — Duas toalhas de comunhão com rendas.

Hũ pavilhão de Sacrario de damasco branco, com ramos e galão de ouro, embrulhado em hũ pano branco.

Tres Alvas com suaz rendaz, e dois cordois.

Quatro toalhas de mãos de pano de linho.

Huma toalha de comunhão comprida de algodão com renda e entremeyo.

Outra dita de casa, com renda de huma banda só.

Hum setial de damasco encarnado, com galoiz, e franjas de ouro falço, com duas cortinas do mesmo setial.

Trez sanefas de damasco encarnado com galão de ouro falço.

Outo portas de cortinas de damasco encarnado, com galão de ouro falço, e sanefaz jrmaãs.

Huma porta do sacrario de Altar mor da Igreja bordada de ouro, e matizes.

Caxão n.º 4

Honze alcatifaz de papagayoz.

Caxão dos frontaiz

Trez frontais de setim branco bordados de ouro, com galão e franja do mesmo.

Trez ditos de damasco branco com ramos de ouro, com franjas, e galão do mesmo.

Hum de seda de matizes com o xão branco, e prata, com galão, e franja de ouro.

Outro dito de sarja de prata, bordada de ouro.

Outro dito de couro, com ramos e galão de ouro.
Outro dito com o chão branco e raminhos azuiz e prata, velho, com galão e franja.
Outro dito de damasco encarnado com franja de retroz amarelo e galão.
Outro dito de damasco com franja e galão do mesmo.
Quatro ditos de damasco verde / são dezanoue frontais.
Com hũa rubrica // Bartolomeu Gomez Montejro // Antonio Fernandez Soarez // Andre de Araujo.

E não se continha mais em a dita relação que se acha junta aos autos de Inventario a que me reporto. E outrosim certifico que dos ditos ornamentos se entregarão ao foreiro da Quinta da Ramalha, os que constar do conhecimento que asignou, e se acha no deposito geral a que me reporto; e para do refferido constar pacey a prezente em cumprimento do dezpacho do Dezembargador Bernardo Lopez Pereyra Maldonado Administrador do dito Nouiciado posto na petição no principio desta, em fee do que vay por mim feita e assinada nesta cidade de Lisboa aoz quatro diaz do mez de Dezembro de mil setecentos sescenta e seiz annoz &ª Pagouçe dezta quatro centos rs. P.º Roiz de Auelar Escrivão da Administraçaõ o escrevi e asigney.

P.º Roiz de Avellar.

(Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — Religião e Culto, pasta 1 do cartório do convento de Nossa Senhora da Conceição de Arroios).

10

Edital de José Veloso, reitor do Colégio das Artes, de 7 de Maio de 1746

Jozé Velozo Reytor do Collegio da Comp.ª de Jezuz, e do das Artes desta Vniversid.ᵉ de Coimbra faço saber, q pela obrigaçaõ q me toca de dar a providencia necessaria p.ª q os nossos estudantes aproveitem no estudo das Letras e exercicio das virtudes, de sorte q com applicaçaõ as artes liberaes naõ falte nelles exterior honestid.ᵉ q costuma acompanhar a interior pureza dos costumes, e outro sim se evite a introducção de doutrinas menos solidas, e proveitozas naõ menos á continuaçaõ de alguns abuzos, q notavelm.ᵗᵉ impedem, ou dificultaõ os meyos, q conduzem p.ª os dous mencionados fins da importante pratica asim das virtudes, como das Letras, taõ particularm.ᵗᵉ attendidas pela Real pied.ᵉ dos Augustissimos Monarcas destes Reynos, quando se dignaõ fiar desta minima Comp.ª de Jezuz o governo do Collegio das Artes. — Hei por bem, conformando-me com os estatutos particulares, provizões Reaes, e costumes antigos do mesmo collegio ordenar as couzas seguintes — Os estudantes dos cursos assistaõ todos os dias devotam.ᵗᵉ ao S.ᵗᵒ sacrificio da Missa, como saõ obrigados naõ menos q os das classes de Retorica, Humanid.ᵉˢ e Gramatica: e p.ª q conste a seos PP. M. M. como assim o cumprem, satisfaçaõ, em q.ᵗᵒ se naõ reparaõ as ruinas da cappella do mesmo collegio das Artes, a esta obrigaçaõ na Igreja do nosso collegio, acabádo o tempo das lições, se antes dellas a naõ tiverem satisfeito na mesma Jgreja, na qual tambem ouçaõ o sermaõ quando p.ª este fim se manda sahir mais sedo das nossas aulas, e escolas: e aos mesmos estudantes dos cursos ordeno tambem, q frequentem como exactam.ᵗᵉ observaõ os das sobred.ᵗᵃˢ classes os sacram.ᵗᵒˢ da Penitencia, e Sagrada Comunhaõ, recebendo-as naõ só nas festas de todos os S.ᵗᵒˢ, Natal e Pentecostes, mas ainda nos outros mezes do ano literario; e constando q saõ notavelm.ᵗᵉ remissos neste particular se procederá contra elles aggravando-se-lhes o castigo athe se necessario for não serem admittidos á prova do tempo p.ª os seos actos, e os do 4.º curso receberaõ no fim delle a Sagrada Comunhão da maõ do seo

P. M. conforme o antigo e s.to costume deste collegio das Artes.

Nenhũ estudante falte as lições quotidianas, nem no tempo dellas se detenha as portas das aulas, ou junto as columnas, ou ainda do pateo deste Collegio, e no tempo q fizerem os exames dos Bachareis ou Licenciados assistiraõ a elles os q forem obrigados, e a q.m p.a o d.o fim se anticipar ou diminuir o tempo dos estudos; e os Decano[s] do curso apontem exactam.te aos q faltarem na observancia do sobredito, p.a q a ordem e continuação dos actos se não interrompa com detrimento dos estudantes e lições dos cursos e se anteciparem e cessem superfluam.te, ordeno q o q houver de fazer acto e se naõ achar prezente, ou expedicto no dia q lhe competir por sorte p.a o fazer em o mesmo dia se seguirá o q constar q está expedicto, e tem satisfeito aos estatutos deste collegio e os q asim se-naõ examinarem no dia q lhe competir, naõ tomará pedra se naõ no ultimo dia, ou em cazo de semelhante falta, naõ havendo outros expedictos pela orde das d.as sortes, nas quais ou sejão dos Bachereis ou Licenciados, e tambem nas mezas parvas se-naõ premittirá genero algum de muzicas nem instromentos, nem outros quais-quer festejos; e nos exames da Latinid.e, q fazem os q pertendem passar com Logica p.a as sciencias se guarde exactam.te a provizaõ de 17 de 8.bro de 1724, não se admitindo na caza dos exames outra alguma pessoa de qualquer qualid.e q seja, ou condiçaõ: nos exames ou lições, concluzões publicas, ou particulares se-naõ ensine defensaõ ou opiniões novas pouco recebidas ou inuteis p.a o estudo das sciencias mayores como saõ as de Renato Descartes, Gacendo, Neptono e outros e nomeadm.te qualquer sciencia q defenda os actos de Epicuro, ou negue as realid.es dos accidentes Eucharisticos ou outras quaisquer concluzões oppostas ao sistema de Aristoteles, o qual nestas escolas se deve seguir, como repetidas vezes se recomẽda nos estatutos deste collegio das Artes; e p.a q asim se observe, os estudantes do 4.o curso naõ sejaõ admittidos a fazer concluzões nas mezas sem pr.o serem vistos, e comprovados pelo seo R. P. M. e pelo P. Prefeito do mesmo Collegio. Quando se arma a salla p.a os actos costumados naõ se exceda e estilo e moderação antiga q.to ao ligar e qualid.e da armaçaõ naõ se uzando de cortinas nas tribunas, janellas, ou portas; e q.to aos remelhetes q se costumaõ dar nos actos das mezas magnas aos prezidentes, arguentes e substentantes, se premittirão som.te os de flores naturaes conforme o costume antigo, e outro sim p.a evitar as justas e repetidas queixas e os nottorios, e prejudiciaes inconvenientes, q do contr.o se seguem, ordeno q nenhu estudante, q fizer acto de Bacharel, mezas ou Licenciado dará per si ou por entreposta pessoa mayor propina a examinadores, nem tambem aos officiaes do collegio das Artes do q a q esta fixada porq

de outra sorte entendaõ que se ha de proceder contra elles com remedio efficas e finalm.[te] q.[to] a honestid.[e] dos vestidos, q lhe saõ premittidos e q.[to] as armas e jogos e mais couzas, q pelos estatutos do d.[o] Collegio das Artes lhes saõ prohibidas asim dentro como fora delle se observem as ordens q ãnnualm.[te] se lem nas aulas e classes do mesmo collegio, e todo o sobredicto mando, q se guarde como se contem neste edital sub pena de serem castigados os transgressores conforme a qualid.[e] da culpa a meu arbitrio : e p.[a] q o mesmo edital venha a not.[a] de todos os nossos estudantes, mando q depois de lido nas aulas seja fixado na porta da Salla do mesmo Collegio das Artes : dado em Coimbra neste Collegio da Comp.[a] de Iezuz debaixo de meu signal e selo do mesmo collegio das Artes aos 7 de Mayo de *1746.*

Jozê Vellozo.

Arq. da Univ. *Provisões*, V, ff. 145-146.

11

Edital do reitor do Colégio das Artes, 1746

Jozê Vellozo Reytor do Coll.º da Comp.ª de IESUZ, e do das Artes desta Cid.e e Vnd.e de Coimbra: faço saber q pella obrig.am q me toca de procurar q nas Escolas do mesmo Coll.º das Artes se corrigaõ efficasmente os dois importantes fins da pratica das virtudes e aproveitam.to nas Letras; m.to particularm.te attendidos pella real piedade, e zello dos Augustissimos Monarcas destes reynos, qdº se dignarão fiar só desta minima Comp.ª o governo do d.º Coll.º, concervandoo juntam.te contra qualquer contrario ato na posse das suas izenções, emunidades, privilegios, vzos, e costumes, e estillos, e da plena e privativa jurisdiçaõ dos seus Reitores q.to á direçaõ, e governo, e correçaõ naõ só dos Lentes, mas taõbem dos Estudantes, e officiais do mesmo Coll.º, com a execçaõ sóm.te dos cazos em q a Comp.ª com expressa excluzaõ dos mais aportamentos dimittiu de si e renunciou a d.ª jurisdiçaõ, como consta do contrato da renuncia houve por bem ordenar pello Edital de 7 de Mayo proximam.te passado, q todos os Estud.es do d.º Coll.º, ainda os dos curços e Artes, asistaõ todos os dias ao santo sacrificio da Miça na Igr.ª da Comp.ª de IESUZ, emq.to senaõ repara a ruina da Capella do Coll.º das Artes, q ouçaõ os sermões na mesma Igr.ª q.do p.ª este fim se acabaõ mais cedo as lições, q frequentem todos os mezes, e recebaõ determinadam.te no fim do ano do quarto curço os sacramentos da Penitencia, e Sagrada Comunhaõ, q asistaõ ás lições naõ se demorando nesse tempo ás portas das outras aulas, ou classes, nẽ se dilatando nas coleiras, e entrada do pateo; asistindo outro sim a todos os atos os q assim saõ obrigados; e q os Exames de Bachareis, e licenciados naõ se interrompaõ por naõ estar expedito o q havia de ser examinado pella ordem das sortes, e q nestes senaõ permita muzica, ou festejo algum, e q nos exames de latinidade, logica, e saficiencia naõ asista pessoa alguã álem dos examinandos, q naõ se defendaõ doutrinas oppostas ao sistema recebido de Aristoteles, e p.ª este effeito se mostrarem taõ bem ao P.e Prefeito as concluzões, q se haõ defender, antes q se dem á Imprensa; q nas mezas magnas não se dem

outros ramalhetes, nem p.ª ellas, ou qualquer outro ato se arme a sala, senaõ conforme o antigo costume, q nenhu Estud.ᵉ do mesmo Coll.º por occazião de ato, q nelle fassa, dê propina major, q a taxada e finalm.ᵗᵉ q q.ᵗᵒ a os vestidos, armas, jogos e outras couzas similhantes, q saõ prohibidas aos Estud.ᵉˢ do Coll.º das Artes assim dentro como fora delle se guardem exactam.ᵗᵉ os Estatutos do mesmo Coll.º, e as ordens tiradas dos mesmos estatutos, q annualmente se publicaõ tudo pello modo, e com as penas q mais expressamente se contem em o d.º edital, q pello prezente renovo e confirmo. Como porem acerca do § ultimo do d.º edital se moveraõ algumas duvidas, tomandoce p.ª ella pretexto da falta da espicificação das armas, e jogos prohibidos, como taõbem da publicacaõ de hum edital de *13* de Mayo q mandou fiçhar na porta da sala da Vnd.ᵉ o R.ⁿᵈᵒ S.ʳ D. Francisco da Annunciaçaõ do Concelho de S. Mag.ᵈᵉ, Prior do Real Mosteiro de S.ᵗᵃ Cruz, Prelado do seu Izento, Geral da Congregação reformada dos Conigos regulares de S. Agostinho, Cançelario, e Reytor desta Vnd.ᵉ declarando nelle o mesmo R.ᵐᵒ S.ʳ Reytor q outro seu edital de *17* de Abril proximo passado mandava expressam.ᵗᵉ q os Estd.ᵉˢ das Escolas maiores e menores trouxesem os cabellos curtos iguais: p.ª tirar, comprindo com a estreita obrig.ᵃᵐ do meu offício, toda a occaziaõ de duvida nesta materia, na qual pellos Alvarás, Provizões Reais, estatutos particulares, e contratos solemnes confirmados com authoridade Appostolica, e regia, e pella posse immemoravel do Coll.º das Artes desde a sua primeira fundaçaõ, os Estudantes delle me saõ: imediata e privativam.ᵗᵉ sogeitos, segundo os exemplos de meus Predecessores em cazos similhantes: faço saber a todos os Estud.ᵉˢ deste Coll.º das Artes, q nem o primeiro edital do R.ᵐᵒ S.ʳ R.ᵒʳ de *17* de Abril, como bastantemente se declara no meu edital de *7* de Mayo, nem o segundo de *13* do mes de Mayo os comprehende no prezente estado, governo, e administraçaõ do ditto Collegio das Artes, e só os editais q o R.ᵒʳ delle costuma publicar o obrigaõ em similhante materia; pello q declaro q pellos ultimos estatutos dados ao dito Collegio são prohibidas aos Estud.ᵉˢ delle todas as armas offensivas asim dentro, como fora do pateo, e da mesma sorte os jogos de cartas, ou dados, ainda com tabulas q nem em sua caza podem ter, e quanto aos cabelos, visto q os Estud.ᵉˢ do mesmo Coll,º em observancia do Edital de meu antecessor o P.ᵉ An.ᵗᵒ Souza publicado a *29* de Março de *1639;* e das ordens q todos os anos se lê e intimão os trouceraõ athegora cortados, e sem infeite, conforme uzaõ os Ecclesiasticos honestos, e reformados, ordeno senão altere este louvavel costume, e se por occaziaõ de alguma reprezentaçaõ de tragedias, Drama, Dealogo, e Declamações e outro acto de humanidades, dos q se costumaõ fazer no d.º Collegio ou por doença, e defeito natural for necessario uzar

de cabeleira, ou concerto de cabelo, recorrendoce a mim proverei pello modo q achar mais conforme aos ditos estatutos particulares do ditto Coll.º com as condições, e pello tempo, que a necessid.^e o pedir; o q tudo mando se observe por força deste edital sob penna de serem castigados os transgressores ao meu arbitrio, e p.ª q o mesmo edital venha á noticia dos mesmos Estud.^es do Coll.º das Artes, sera fichado, como se pratica em similhantes cazos na porta da sala do mesmo Coll.º Dado em Coimbra neste Coll.º da Companhia de IESUZ debaixo do meu signal, e sello do mesmo Collegio *aos 4* de Iunho de *1746.*

Josê Velloso.

Arq. da Universidade, *Provisões* V, f. 147-148.

12

Sobre o novo Edital do reitor do Colégio das Artes

No papel junto sobre o novo Edital do R.or do Coll.o das Artes se diz no § 2.o que o R.or do ditto Coll.o naõ he R.or dos Estudantes, q frequentaõ as Escolas menores. No § 3.o se acrescenta, que o Coll.o das Artes he o Coll.o, ou Congregação dos Mestres da Filozofia, Latim, e Lingoas.

1 O contrario, alem de outros docum.tos consta da Provizaõ do S.or Rey D. Sebastião dada por Estatuto ao d.o Coll.o das Artes aos dous de Dez.bro de 1564 nas palavras seguintes = outrosim declaro, que depois, que os dittos Padres tiveraõ o governo, e administraçaõ do dito Coll.o, foy sempre izento, e eximido de toda a subordinaçaõ, e jurisdiçaõ do R.or conselho, e officiaes da ditta Vnivd.e e quero, e mando, que assim o seja daqui em diante sem o R.or, que agora he, e pelo tempo que for, nem o Cons.o da ditta Vniversid.e, nem outro official della poderem entender por via ordinaria, nem extraordr.a algua no governo, e regimento do d.o Coll.o naõ sómente no que toca ás pessoas da ditta Companhia, que de todo saõ izentas, e conforme a sua ordem e Religiaõ, naõ podem ser sogeitas ao R.or, e officiaes da ditta Vniversid.e, mas tambem no que toca, e por qualquer via, modo, e maneira poder tocar as leituras, autos e *outras quaesquer execuções de Letras,* e qualquer outra parte do regimento do d.to Coll.o, officiaes, e *ouvintes* delle, que vivem, e viverem debaixo da *obediencia,* e disciplina dos dittos Padres da Comp.a &.

2 E isto mesmo tambem se mostra pela matricula, que o Secretr.o de Vnivd.e athe o tempo do Reitorado de D. Simaõ da Gama hia fazer nas Escolas menores dos seus Estudantes: na qual estes juravaõ obedecer ao R.or do Coll.o das Artes, e sóm.te no d.to juram.to se executavaõ dous cazos, em que prometiaõ obed.a ao R.or da Vniversid.e como consta da formula do juram.to sobre isto.

3 No sobred.o papel no § 4.o se diz, que ao R.or do Collegio das Artes pertence governar os Mestres, e a ordem das licoẽs e tudo o que o regim.to entender das Escolas das Artes; mas o governo dos Estudantes e fazelos andar vistidos com honestid.e,

castigar as suas desordens, he do S.^{or} R.^{or} da Vniversid.^{e}, que he juntam.^{te} o R.^{or} das Escolas menores pelo que toca aos Estudantes; e se allegaõ os Estatutos da Vniversid. L. 2.º N.º 20. § 3.º.

4 Porem o contr.º consta 1.º porq todos os annos por mandado do R.^{or} do Coll.º das Artes se intimaõ aos Estudantes das Escolas menores as prohibições de armas e de outras couzas contrarias á honestidade dos vestidos e bons costumes, e bem se deixa ver, que semelhante providencia naõ se restringe som.^{te} ao governo interior das classes.

5 O mesmo semestre 2.º com praxe notoria de mandar o R.^{or} do Coll.º das Artes pelo Prefeito dos Estudos fazer avizo ao D.^{or} conservador p.ª mandar prender pelo Meirinho da Vniversid.^{e} na cadeia da mesma Vniversid.^{e} aos Estudantes das Escolas menores em qualquer p.^{te} da Cid.^{e}, e retelos na cadeia á ordem do d.^{to} R.^{or}, mandalos soltar sem correrlhes folha, sem dar p.^{te} aos S.^{res} Reytores da Vniversid.^{e}, e sobrevindo controversia sobre esta materia com o D.^{or} Conservador, foy servido o S.^{or} Rey D. Ioaõ 5.º nosso S.^{or} mandar por sua real Provizaõ, q tudo se fizesse, e goardasse, como estava expressado nos Estatutos do ditto Collegio das Artes nos titulos do conservador, e Meirinho, e que ao Conservador, e Meirinho naõ se pagassem os seus ordenados, em quanto naõ levassem certidaõ do R.^{or} do Coll.º das Artes, de q tinhaõ satisfeito as suas obrigações.

6 E do ditto se deixa ver, que o R.^{or} da Vniversid.^{e} não he R.^{or} das Escolas menores pelo que toca aos Estudantes. Nem podem obstar os Estatutos allegados; porq o que nelles se diz a resp.^{to} do Coll.º das Artes naõ tem vigor algum na forma, que o S.^{or} Rey D. Sebastiaõ declarou na Provizaõ de 29 de outubro de *1559*, a qual confirmou o S.^{or} D. Fillipe aos 10 de Abril de 1634, e ultim.^{te} a confirmou o S.^{or} Rey D. Pedro 2.º aos 13 de Março de 1676, suprindo o defeito de naõ ter sido confirmada pelo S.^{or} Rey D. Joaõ o 4.º, e as palavras da Provizaõ sobred.ª saõ as seg.^{tes}

Hey por bem, e me praz, que tudo o conteudo nos novos Estatutos, que ora ordenei, e fiz p.ª a Vniud.^{e} de Coimbra, acerca das lingoas, e Artes, q se lem no Coll.º das Artes da d.ª Vniud.^{e} se entendaõ no cazo, em q a governança e administraçaõ do d.^{to} Coll.º naõ esteja nos Padres da Comp.ª de IESUS; porq em q.^{to} eu ouver por bem, q os d.^{tos} P.^{es} tenhaõ a governança do d.^{to} Coll.º, e elles a tiverem, se cumpriraõ os regim.^{tos} dados por El Rey meu S.^{or}, e Avo, q S.^{ta} gloria haja ao d.^{to} Coll.º &.

7 No mesmo § 4.º do sobred.^{to} papel se diz, q no tempo do S.^{or} R.^{or} D. Simaõ da Gama, o R.^{or} do Coll.º das Artes tomara o tt.º de R.^{or} das Escolas menores, &. Porem a noticia, que neste cazo se tem por mais certa he; q estando prez.^{te} na Salla o d.^{to} R.^{or} de Vniud.^{e} se deu por hum estudante nas venias o tt.º de

R.or das Escolas menores ao R.or do Collegio, o q ouvindo o sobred.to R.or da Vniud.e clamou pub.cam.te, q aquelle tt.o era seu e continuando a controversia o S.or Rey D. P.o 2.o foy servido reservalo privativam.te para si.

8 No § 5.o do mesmo papel diz, q alguas Provizões apontadas na margem Indece dos Estatutos da Vniud.e daõ jurisdiçaõ ao R.or do Coll.o das Artes das portas das classes p.a dentro; porem, q das classes p.a fora naõ tem jurisdiçaõ alguma. E logo no § 6.o se acrescenta, q por esta rezaõ se mandaõ ler dentro das classes as ordens, que se querem intimar aos Estudantes; e q se naõ punhaõ Editais publicos.

9 A isto se responde, q das dittas Provizoes não se pode formar juizo, sem se verem; e q a jurisdiçaõ do R.or do Coll.o fora das classes se convence manifestam.te, pelo q acima fica ditto e conseg.tem.te q o intimar-se alguas ordens aos Estudantes dentro das classes naõ he por falta de jurisdiçaõ fora dellas. E tambem absolutam.te he falso o dizerse, q naõ se punhaõ Editaes publicos; porq consta q sahindo o S.or R.or Ruy de Moura Telles com hum sobre as concluzões do 4.o curso, o P.e D.or M.el Correa entaõ R.or do Coll.o sahio logo com outro Edital publico sob a forma das mesmas concluzoes; e naõ continuou a controversia; porq o ditto S.or R.or da Vniud.e teve a bondade de reconhecer mais bem informada a rezaõ do R.or do Coll.o, e de continuar em elle a honra da sua amizade.

10 No § 7.o do sobred.o papel se diz, q no Edital do R.or actual do Coll.o se cominaõ penas aos Estudantes, q derem mayores propinas aos Examinadores da Vniud.e; e a estes, se as aceitarem. Porem esta ultima p.te falsam.te se lhe imputa, porq naõ apparece no d.to Edital. A primr.a p.te não excede a jurisdiçaõ do R.or do Coll.o das Artes, como consta do acima d.to.

11 No § 8.o se diz, q o R.or do Coll.o das Artes naõ pode prohibir armas aos seus estudantes mas só alguns abuzos dentro das classes, e q naõ pode fazer Edital publico, e geral. Porem tudo isto totalm.te se desvanece, com o q acima fica ditto, e por brevid.e se deixaõ agora outras varias rezões naõ menos verdadr.as e efficazes, q se daraõ, se for necessario. E finalm.te do sobred.to se poderá melhor julgar, se o ditto Edital foi composto com destreza algua p.a usurpar a jurisdiçaõ alhea, como se lhe argue no § ultimo do mesmo papel referido.

Arq. da Universidade, *Provisões*, V, ff. 143-144 v.

13

Carta do Geral da Companhia a D. João V

13 de Dez. de 1718.

Serenissime Rex

Exposuit mihi nuper D. Andreas de Melo, M.^is^ V^ae^ Legatus apud summum Pontificem et gravibus verbis testatus est, nomine V. M. ab ipsa improbari summopere, atque damnari meum agendi modum, utpote minime consentaneum obsequio, ac venerationi; quam a me innumeris titulis ejus Regiae dignitati, ac Personae deberi, nemo non videt.

Obstupui, fateor, hac inexpectacta expostulatione; neque umquam satis explicare possem, quanto doloris sensu perculsus fuerim, dum haec audirem. Ut enim mihi nihil, inter mortalia, aestimabilius est quam tanti Regis gratia, ita mihil acerbius evenire mihi potuit, quam intelligere me illa excidisse. Illud tamen non leviter dolorem temperavit, quod mihi certissime conscius essem, nihil a me actum fuisse, quod M. V. vel minime displicere posse arbitrarer; quodque ea sit V. M. sapientia et aequitas, ut indubitanter sperare liceat, detectis artibus eorum, qui fictis criminationibus me apud M. V. deturpare conati sunt; fore ut mihi ac Societati detur iterum frui ea clementia et optatissimo patrocinio, quo nos M. V. benignissime semper dignata est. Cum vero D. Legatus generatim tantum locutus, nullam peculiarem accusationem attulerit, suspicatus sum, agi de epistola quadam, quam expulsus nuper e Societate, M. V. exhibuit, atque a me scriptam fuisse mentitus est. Cui falsitati, alia á nexo quo addita fuisse dicitur; nempe me olim deprehensum fuisse, quod falsa scripsissem in Sinas circa decretum Summi Pontificis.

Facile refellent hujusmodi calumnias Nri istic degentes, qui certissimis documentis instructi rem totam aperient. Id unum mihi superest, ut sancte profitear, perpetuo mihi versari ob oculos immortalia beneficia quibus a M. V. atque a gloriosissimis ejus predecessoribus minimus hic Ordo ab ipso ortu suo, cumulatus fuit; adeoque me nunquam obliturum arctissimae obligationis, qua ipsi nos quot sumus in Societate, obstrictos fatemur. Ac licet par rependere nra tenuitas non permittat; nunquam tamen suis partibus deerit animus ad V. M. obsequia paratissimus; nec unquam cessabit Societas ardentissimis votis M. V. faustissimam incolumitatem a Deo optimo maximo postulare. Interim M. V. demississime veneror. Etc.

Arq. S. J., Epp. NN., 19, f. 117v-118.

14

Carta do Geral da Companhia ao Rei D. João V

18-VIII-1716

Vou por esta buscar os Reaes pés de V. Mag.de, já que não posso, pela distancia, como devia, ir beijar uma e muitas vezes, suas Reaes mãos, por tão continuas mercês, como V. Mag.de faz e tem feito a esta sua minima Companhia; porque, se os Reaes Progenitores de V. Mag.de lhe deram o ser, que logra em quase todas as quatro partes do mundo; V. Mag.de não só lho conserva com seu Real amparo (que não he menos) mas estando agora como para expirar, não só nessa Provincia, mas conseguintemente nas da Asia e America, que resuscitou V. Mag.de com sua Real Clemencia e benignidade; fazendo em Roma excessos por meio do dignissimo Embaixador de V. Mag.de o Marquês de Fontes, e vencendo em Portugal as difficuldades que se oppunham; e das quais, se V. Mag.de com seu Real e Clemente poder as não vencesse, resultaria a ultima e total ruina da mesma Companhia: Espero eu em Deus que assim como ate agora os filhos da Provincia procuraram servir a Deus, e a V. Mag.de nesse reino e suas conquistas, assim daqui por diante continuarão com maior fervor, pois he maior a obrigação, que tem, em procurar seu Real agrado e serviço. E todos não cessaremos de pedir a Deus prospere e dilate os annos de vida a V. Mag.de para augmento da Religião catholica, bem deste reino e singular amparo desta minima Companhia, toda por muitos titulos de V. Real Mag.de Roma, &

Arq. S. J., *Lus.* 35-II, f. 247.

15

Carta do Geral da Companhia a Haia, a D. Luis da Cunha

9-VIII-1715.

«Recebi a de V. Ex.a de 9 de agosto e o maço incluso, com aquela estimação que devo e com que venero a pessoa de V. Ex.a, cujo nome não he menos estimado, que conhecido nesta minima Companhia, assim pelas muitas obrigações, que reco-

nhece dever á ilustre Casa de V. Ex.[ia], entre as quais não foi a menor o ternos honrado e acreditado com o grande talento e virtudes do P. Nuno da Cunha, como tambem pelo grande afecto com que V. Ex.[ia] e toda ela se digna de nos honrar a todos, e a mim especialmente; e por isso desejara eu ter ocasião, em que V. Ex.[ia] se quisesse servir do meu pouco prestimo, porque me acharia não menos obrigado que pronto para executar as suas ordens. A pessoa de V. Ex.[ia] g.[de] Deus por muitos e dilatados anos, como lhe peço e desejo. Roma & »

Arq. S. J., *Lus. 35*, f. 232.

16

Carta do Geral da Companhia ao Cardeal Nuno da Cunha e Ataide,

de 18-VIII, 1716.

Ategora reconhecia eu a V. Em.[ia] por singular Protector desta minima Comp.[a] porque assim mo tinham mostrado os muitos e continuos favores com que V. Em.[ia] a amparava; mas já vejo e conheço pelas noticias que me dão os filhos da mesma Comp.[a] dessa Provincia, que V. Em.[ia] com rara benevolencia coaduna com a protecção o titulo de defensor e ainda de Elogiador da mesma Comp.[a], não somente protegendo-a com sua Eminente autoridade, mas defendendo-a com fecunda eloquencia, e louvando-a, sobre os seus merecimentos, com animo verdadeiramente amante. Eu confesso que reconheço o muito que eu e a mesma Companhia devemos a V. Em.[ia], mas pondo os olhos no pouco que posso, me não ocorre outro modo, com que de alguma sorte satisfaça a tantas dívidas, mais que com a confissão delas, que tambem é genero de paga, em quem pouco ou nada pode, confessar o muito que deve; E assim por esta me vou lançar aos pés de V. Em.[ia] rendendo-lhe mil vezes as graças, pelas muitas que nos faz e protestando eternas obrigações á pessoa de V. Em.[ia] e não cessarei de pedir juntamente a Deus que com seu infinito poder e liberdade remunere a V. Em.[ia] tantos beneficios, com que nos enriquece na estimação e penhora os afectos, concedendo a V. Em.[ia] hua saude muito perfeita e uma vida muito dilatada, para augmento da sua Igreja, dilatação da Fé e singular em tudo Protector e defensor da Companhia. Roma, &

Arq. S. J., *Lus.* 35-II, f. 247v.

17

Carta do Geral da Companhia ao Rei D. João V

« O embaixador de V. Mag.de me fez participante dos efeitos de sua Real Clemencia e benignidade, mostrando-me haver-se dignado V. Mag.de de me receber a sua graça, e aos PP. da Assistencia de Portugal: he merce esta para mim e para os mais tão singular que me he preciso chegar-me de novo aos Reaes pés de V. Mag.de a significar-lhe o gosto que me assiste nesta honra igual ao sentimento que me afligia na decedencia dela. Obra he esta toda filha do Real animo de V. Mag.de, em tudo pio e generoso em tudo. Confesso a obrigação em que de novo ela me põe e servirá esta confissão em parte de agradecimento e acção de graças que devo render a V. Mag.de por tão singular benefício, visto não poder tributar aos pés de V. Mag.de as que devo.

Beijo mil vezes a mão de V. Mag.de e lhe protesto com todas as veras que procurarei em toda a ocasião não desmerecer este favor, não faltando a cousa que conheça ser do Real agrado de V. Mag.de a quem por tantos motivos sou tão devedor e toda a Comp.a que como pai e Protector venera a V. Mag.de Ds. g.de a Real pessoa de V. Mag.de por dilatados annos para amparo de seus vassalos e muito singular da Companhia ».

Arq. S. J., *Lus.* 35-II, f. 431.

18

Angola, 4 de Agosto de 1701.

Pello P.e Vizitador P.o de Coadros que a este Porto chegou em Iulho com prospera Viage recebi hua Carta de Vossa Reuerendissima de 22 de Ianejro, em reposta da que lhe auia escrito. Sobre o prosedimento do P.e Simam Dinis Rejtor deste colejo de Loanda, e pello fauor que Vossa reuerendissima; nella. me fas. lhe bejo mil uezes a maõ protestando saber mereserlho, em todo o tempo sacraficando no seruisso de V Reuerendissima, e de toda a Companhia, a mais pronpta obidiençia. e asim com o m.to de que me comfesso deuedor há Companhia, me obrigou, a fazer prezente a V Reuerendissima os dezasertos do P.e Simaõ Dinis amesma rezam me ocorre pa noticiarlhe o bomprosedimento com que se ham os PP. que hoje asirtem (sic) neste colejo espisialm.te o

P.e Ioam Nunes, o qual naõ sõ na predica, senaõ em m.tos papeis doutos que tem feito; sobre uarias materias tem bem mostrado o prestimo do seu talento, e em tudo o mais se tem auido de sorte que bem morese a furtuna que logra de ser uerdadeiro F.º de Santo Ignacio. e uerdadeiramente q naõ sei como os PP. de Portugal deixaram uir sogeito de tantas prendas, p.ª huã terra aonde paresem menos necessarios; grandes talentos: Venero porem as despoziçoes da Companhia per m.to àsertadas e por esta cauza me priuo do gosto que teria de o leuar em minha Companhia, na uolta que pretendo fazer breuemente p.ª Portugal, ahonde V Reuerendissima me achara pronptissimo p.ª seruillo: G.de Deus a V Reuerendissima m.tos anos p.ª gosto dos que .....

(Incompleta)

[*Luis Cesar de Meneses*].
Governador de Angola.

Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 23.

Autógrafa.

19

Carta do P. Paulino Ribeiro a D. João V

Luanda, 28 de Nov. de 1732.

Neste Coll.º de Angola achei huma de V. Mag.de de 27 de Abril 719 — em q me manda e aos mais R.res deste Coll.º zele a boa instruçam dos myst.es da Fé aos escravos q desta Loanda se transportam p.ª o Brazil, e q naõ saiham sem o Baptismo. Em comprim.to desta ordem em Junta de Missões q se fez em Junho passado, adverti q o Cabb.º Sede Vacante devia revogar huã Pastoral com q prohibe nas Ig.as do certam se administre o d.º Sacram.to aos adultos depois de resgatados da gentilid.e. Quam prejudicial seja ao bem das almas esta novid.e, he manifesto; porq na conduçaõ p.ª esta Terra morrem e naufragam m.tos; dos q chegam com vida pasando p.ª o poder da gente maritima ainda nem todos se baptizam, antes de se transportarem, sendo toda a cauza os gastos, q novam.te impoz o Catequizador o Arcediago Pedro de Torres Calmon. Teve por mui justa esta m.ª advert.ª o Gov.or Paulo Caetano de Albuquerq e logo recomendou ao Deam que prez.te se achava em nome do Cabb.º; se puzesse rem.º a tanto damno. Estamos em 28 de 9.bro, e ainda se não attalhou tam g.de mal; antes na mesma mat.e cahio o catequizador em novo absurdo pondo por seu subst.º a hum negrinho seu familiar, q

começa agora os rudim.tos do Latim, e naõ sabe p.a si o q he prescizo ensinar aos outros. Os Bispos q neste p.ar faziaõ o q deziam, como D. Luiz Simões Brandam sempre approvaram os Baptismos no Certam, e p.a os desta Loanda multiplicavam os cathequizadores, clerigos escolhidos, e bem doutrinados. Mas como os do cabb.o naõ attendem, se naõ as conveniencias, e utilid.es que podem tirar desta Se Vacante, não tem valor p.a obtar (?) a tudo o q este Arcediago Emprende por mais q reconhecem ser homem inquieto, e cubiçozo, donde se segue cahirèm todos por sua induçam, ou temor em outros absurdos, q nam sam menos estranhaveis a saber em cumprir cõ todas as ordens, q elle sem authorid.e do Cabb.o passa em nome de todos, donde se seguem mil desordens na jurisdiçam, q estando em todos indiviza elle, e outros uzam della como propria, ainda em materias de tanta ponderaçam, como as do Sacram.to da penitencia segundo determinado cazo, em q aqui se falla. Nam refiro o andarem fazendo os Cabb.os pellas ruas, e pellas praças, e outras ignorancias, em que caihem, como tambem outros absurdos q pertencem a outro Tribunal. Este he o lamentavel estado, em q se acha esta Igreja q pede a V. Mag.de hum rem.o tam prompto, como efficaz. V. Mag.de ordenará o q for servido.

Loanda Coll.o da Comp.a de IESV 28 de 9.bro de 1732.

Paulino Ribeyro.

A. H. C. *Angola*, Papeis avulsos, 28-XI-1732.

20

Ill.mo e Ex.mo Snõr.

Vendo as Reaes ordens de S. Mag.de que há a respeito das Miçoes deste Rn.o achey que as mais importantes sobre a arrecadação que deve ter o dinhr.o que lhe pertence, se não tinha praticado em nenhum tempo, pelo que propondo na junta das mesmas Miçoes este particular como se vé nas copias incluzas se detreminou q se recolhece em hum cofre de trez chavez o q logo fiz fazer, e fica exzecutado nesta p.te o que S. Mag.de manda.

Naõ posso fazer praticar as mais isenciaes; porque naõ cabem na m.a juridição.

As Miçoes estaõ sem Menistros de D.s, o Rn.o falto de clerigos p.a que o Bispo podece suprir com elles esta falta.

Os Relligiozos pouco cazo fazem das m.as advertencias, como

se vé dos mesmos docum.[tos] juntos, que prometendo o prizidente de S. Jozé mandar p.[a] colunbo (que hé a unica Miçaõ q tem) hum dos seus rellegiozos, por ter seis de Missa no conv.[to] desta cid.[e] e ainda até agora o naõ fez, e ficou por esta cauza aquella grande freguezia toda esta quaresma sem Sacramentos, e nem huã só Missa ouviraõ aquelles mizeraveis freguezes em todo este Santo tempo.

Já em outro lugar pus na prez.[ca] de S. Mag.[de] que só clerigos naturaes deste Rn.[o] tem os predicados que saõ precizos p.[a] serem Parrochos nas Miçöes que prezentem.[te] curaõ os Sacerdotes regullares; porque os q nassem nesta cid.[e] falão a lingoa do Paiz taõbem como os mesmos negros, e nesta hé q os podem confeçar, e ensinar a doutrina chisptaã.

Os Rellegiozos Capuchos confeçaõ por interprete, e estas confiçoens naõ podem ser bem feitas, e quando o sejaõ tem gravissimos inconvinientes. Eu tenho obrigação de dizer com clareza estas sircunstancias a S. Mag.[de].

Os Rellegiozos, e clerigos de fora deste Rn.[o] naõ saõ uteis nelle; saõo som.[te] homenz de neg.[co] que a titullo de Missionarios vem servir de escandallo nelle: devo excetuar os PP.[es] da Comp.[a] de Iezus que em toda a parte procedem bem, e nesta são uteis; porq ensinaõ nesta cid.[e]. Taobem os Capuchos Barbonios são de exemplar vida, porèm inuteis; porque naõ sabem fallar Portuguez, e m.[to] menos a lingoa inbunda, e estão encarregados de muytas Miçöes aonde naõ mandaõ nunca Rellegiozos, por naõ terem numero sufeciente delles p.[a] poderem supprir a tudo: pelo que me parece ser indubitavel a inutelidade destes Sacerdotes no Sertaõ porque por mais virtuozos, e santos que sejaõ como naõ sabem a lingoa do Paiz, hé serto que naõ podem confeçar, nem ensinar ao Gentio a nossa Santa Fée.

Atendendose antigam.[te] ás dificuldades, e sircunstancias referidas, se persuadiraõ os Snr.[es] Reyz predessessores de S. Mag.[de] que só havendo clerigos negros se podeira remediar a falta q fazem Sacerdotes q com a mesma Lingoa, e côr ensinacem estes Gentios; pelo que se expediraõ nos anos de 1684, / 1686, / e 1691, ordenz aos Governadores deste Rn.[o] p.[a] que mandacem fazer nesta cid.[e] hum collegio contiguo aos dos P.P.[es] da Comp.[a] para nelle se recolherem doze nossos negros, e se ensinarem; p.[a] chegarem a receber o estado de Sacerdotes, cujo Collegio dizem as mesmas ordens deve estar a cargo dos mesmos PP.[es], aos quaes se haõ de entregar duzentos e cincoenta mil reiz, em cada hum anno p.[a] o sustento dos doze nossos negros.

Hé serto Ex.[mo] Snõr que este arbitrio hé o unico que pode remediar pelo tempo adiante os malles de q tenho dado conta nesta carta, porém este se naõ pode praticar emq.[to] S. Mag.[de] mo naõ ordena, e naõ der providencia a alguas faltas q tem em si

as referidas ordenz: Em prim.º lugar me parece que este Collegio naõ deve ser só p.ª negros, mas taobem p.ª brancos; porque recolhidos estes desde a tenra idade, e doutrinados pelos PP.^{es} da Comp.ª seraõ de exzemplar procedim.^{to}, e naõ se verá como todos os dias sucede, o escandalozo modo de viver com q aqui procedem os Sacerdotes secullares; asim que seria mayor aserto q focem seis brancos, e seis negros, e q humz; e outros focem p.ª o d.º Collegio a arbitrio dos Governadores, e expulços delle quando os mesmos Governadores entendeçem ser conviniente; porque se asim naõ for, só por valias entrarão p.ª elle os mal procedidos, e com respeitos naõ havera quem se rezolva a expulçallos. He taobem impraticavel que possaõ ter effeito as referidas ordenz dandoce som.^{te} duzentos e sincoenta mil reiz por anno p.ª seu sustento; porque em Paiz taõ excecivam.^{te} caro hé serto que com duz.^{tos} e sincoenta mil reiz naõ poderaõ os PP. da Comp.ª sustentar os doze nossos; pelo que quiz ouvir nesta parte o Reytor e mais PP.^{es} deste Collegio; por que me pareceo que só elles podiaõ saber o quanto hera precizo p.ª o sustento destes collegiaes, e para asim o conceguir lhe comoniquey primr.º o fim a que se encaminhava a m.ª diligencia, e lhe dice que no cazo que se fundace na forma das Reaes ordenz haviam de ter o mesmo sustento, ou reçaõ que elles custumaõ dar aos seus PP.^{es}, e só se lhe naõ daria vinho: a reposta q eu me persuadia se me desse logo, a demoraraõ outo dias, e no fim destes me disse o Reytor, que elle e a sua comonid.^{e} uniformem.^{te} tinhaõ asentado em que se naõ podia saber a despeza q os Collegiaes poderiaõ fazer- sem que primr.º se fizece hum anno por conta da Real Fazenda, p.ª com esta experiencia se fazer ajuste com as sircunstancias necessarias.

Os motivos que os PP.^{es} tiveraõ p.ª me naõ quererem dizer a despeza q cada hum dos seus Rellegiozos faz por anno, eu a naõ sey com serteza, sendo sem duvida que elles a naõ ignoraõ, porem como a m.ª desconfiança se encaminha a entender que elles tem rezão forçoza p.ª se persuadirem q este Seminario de doze pobres lhe pode cauzar algum prejuizo, busquey, e procurey saber qual elle podia ser, e achey o que devo referir a V. Ex.ª.

No anno de 1623 hum homem de neg.º natural de Lisboa chamado Gaspar Alz por dellitos que naõ consta quaes focem, querendoce izentar da jurdiçaõ do Gov.^{or} Ioão Corr.ª de Souza que o pertendia castigar, se recolheo no sagrado deste Collegio, e os PP.^{es} lhe vestiraõ a roupeta, e logo com onze dias de noviço fez seu testam.^{to} deichando aos PP.^{es} por seus vniverçaes erdeyros, e testamenteyros, e entre os m.^{tos} legados pios que deichou, mandou q na Serca dos mesmos PP.^{es} se fizece hum Seminario de pedra, e cal, onde os taes PP.^{es} teriaõ por obrigaçaõ, de doze mossos p.ª sima, aos quaes dariaõ o necessario p.ª se vestirem,

e todo o mais sustento, ensinando-os, e que estes seriaõ filhos de homens pobres deste Rn.º e q isto seria p.ª sempre.

O cabedal que o tal Gaspar Alz, deichou foraõ perto de quatro centos mil cruzados, dos quaes os PP.^{es} se apossaraõ logo; por que o testador morreu antes de acabar o anno do noviciado, e o sobred.º Legado se naõ cumprio, assim como os mais.

A mizericordia desta Cid.^{e} deichou um em que ordenava se fizecem á custa de seus benz duas moradas de cazas, p.ª q o seu rendim.^{to} fose p.ª sustento dos enfermos do Hospital, e por esta deicha corre letigio entre a Santa caza e os PP.^{es} na qual estes tem tido m.^{tas} sentenças contra si. porém nada basta; porq o respeito destes Rellegiozos será sempre cauza de naõ ter efeito nenhum dos Legados q o tal testador deichou.

A obrig.^{am} q os PP.^{es} tem de fazer, e de sustentar este Seminario hé indubitavel, e por esta razão me quer parecer q elles recearaõ q feito elle por ordem de S. Mag.^{de} os obrigariaõ a que à sua custa sustentacem, vesticem e ensinacem os doze nossos pobres, e p.ª se livrarem desta despeza nem me queriaõ responder ao que lhe proguntava sinceram.^{te}, nem me disseram couza q com formalid.^{e} podece por na prez.^{ca} de S. Mag.^{de}.

Lastimozo foy o fim q teve o cabedal deste Gaspar Alz, consta do seu testam.^{to} que este homem foy fundador do collegio do Congo, fundador dos estudos desta Cid.^{e}, e deicha quatro centos mil cruzados p.ª se fundar o Seminario, e outros legados que se naõ cumpriraõ, e naõ há noticia do consumo q teve este grande cabedal, mas consta q os PP.^{es} se apossaraõ delle, sem embargo de q o tal testam.^{to} naõ foy aprovado, nem feito em publica forma, e as testemunhas que teve foraõ os Rellegiozos seus erdeyros.

Porém seja, ou naõ este o motivo que os PP.^{es} tiveraõ p.ª me naõ quererem dizer o que hé precizo p.ª sustento dos doze mossos, q na forma das sobred.^{as} Reaes ordenz, devem ser doutrinados, e sustentados pelos mesmos PP.^{es}, hé sem duvida elles o naõ podem fazer com menos de outenta mil reiz por anno por cada hum, q hé o mesmo q S. Mag.^{de} manda dar taobem a cada hum dos PP.^{es} da Comp.ª q exzistem neste Collegio.

E no cazo que asim o qeira S. Mag.^{de} mandar deve ser a reçaõ dos d.^{os} Collegiaes como a que os PP.^{es} daõ aos seus Rellegiozos, e só com a diferença de q em lugar de paõ lhe poderaõ dar farinha, naõ lhe dando vinho a beber.

Taobem hé necessario que a vestiaria destes collegiaes se faça por conta da Real Fazenda de S. Mag.^{de}, e arbitrio dos Governadores, asentando em q haõ de ser Becas na forma q se pratica em todos os Collegios dese Rn.º

E asim mais me parece q se fassaõ neste Collegio vinte

Sellas, seis para mossos pobres, e brancos por todos os costados, seis para negros forros, e outo p.^{a} filhos de pessoas nobres, e abastadas q querendo concorrer com a d.^{a} quantia p.^{a} seu sustento, e vestindoce á sua custa, possaõ por ordem do Gov.^{or} ser aseitos no Collegio.

E emfim hé preciso q estes doze pobres tenhaõ patrimonios Reaes p.^{a} se poderem ordenar, e que S Mag.^{de} p.^{a} este fim ordene a quantia q haõ de ter, e aonde devem ser satisfeytos.

Dos mesmos termos q se fizeraõ nas juntas das Miçōes, consta q o R.^{do} Bispo reprezentou o ser precizo darce algum sellario aos curas que nas Igrejas do sertaõ asistem, e q se asentou que se lhe desse a cada hum trinta mil reiz pela mesma repartiçaõ emq.^{to} S. Mag.^{de} naõ mandava o contrario, o que tudo ponho na sua Real prezença p.^{a} me ordenar o que for servido.

DS G.^{e} a V. Ex.^{a} m.^{s} an.^{s} Saõ Paulo da Asumpçaõ 2 de Abril de *1755.*

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Diogo de Mend.^{ca} Corte Real

D. Anto.^{o} Alz da Cunha.

A. H. C., *Angolo*, Papeis Avulsos, 2-4-1755.

21

Copia

Aos tres dias do mez de Marso do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setesentos sincoenta sinco annos nesta cidade de Sam Paulo de Asumpçaõ Reyno de Angolla no Collegio da comp.^{a} de Iezus na caza destinada para a junta das misoins, estando prezente o Ex.^{mo} S.^{r} Bispo Dom Fr. Man.^{el} de Santa Ignes o Ex.^{mo} Snr. governador e Cap.^{m} general do dito Reyno Dom Antonio Alvarez da Cunha, e todos Prelados das relegioins destinadas para a dita junta nella foi proposto pelo dito Ex.^{mo} S.^{r} governador e Capitaõ general o seguinte

Na junta antecedente a esta em que se trataraõ as dificuld.^{es} q havia para que os moradores desta cidade e os do Bengo cumpricem com as obrigasoins de catholico pedy ao Ex.^{mo} Rm.^{o} Snr. Bispo mandace continuar as Doutrinas nas Igrejas na forma do custume para que eu pudece fazer hir os escravos destes moradores a ouvillas; o que logo executey mandando adevertir a todas as Pessoas que os tem para que emviolavelmente os

mandem as Igrejas nos dias destinados a este Santo exercicio e pareceme que nesta parte se obcervaraõ as m.as ordeins.

Naõ se poderaõ tam facilmente remediar as faltas que no mesmo p.ar da Relegiaõ se experimentaõ no Bengo pelos mesmos motivos que ponderey na mesma junta, o que naõ obstante mandey avizar todas as pessoas que tem fazendas naqueles Destritos para que fizecem cumprir com as obrigasoins de catholicos todos os negros forros ou escravos que nellas asistem e p.a o mesmo fim escrevy a carta seguinte ao Cap.m e cabo do Icollo e ao cap.m da Barra do mesmo Bengo, que saõ os vnicos dous officiaes que há naqueles Destritos.

O Padre Micionario do Bengo me reprezentou o lastimozo estado de comciencia em que se acha toda essa negraria que asiste pelos arimos do mesmo Bengo, porque alem de suas continuas maldades nem hum cumpre com obrig.am algua de catholico faltando a todos os preceitos da Igreja sem se confesarem nem ouvirem Misa, vivendo mais como gentilicos barbaros que como gente dominada de christaons, e porque hé precizo dar algua providencia a tam escandalozo modo de viver; ordeno a vmce mande comvocar a todos os Feytores e maculuntos dos taes arimos e adevertilos da minha parte que se faltarem a mandar a sua gente a ouvir Misa nos dias de preceito ao Hospicio, e a comfessarem pela Quaresma como saõ obrigados, os heide mandar castigar tam rigorosamente que venhaõ a obrar por forsa aquilo que devem fazer por vontade. Deos goarde a Vmce muitos annos. Saõ Paulo de Asumpçaõ vinte seis dias de Fevereiro de mil sete sentos sincoenta e sinco = o q tudo mostro e reprezento nesta junta para que ella me declare o que mais neste p.ar poso e devo fazer, para inteiramente cumprir com a m.a obrigasaõ.

Em observancia das ordeins de Sua Magestade rezolvemos nesta junta que o dinheiro pertencente as Misoins viece para este Collegio para se meter em hum cofre de tres chaves, como as mesmas ordeins detreminaõ e para asim se poder executar mandey fazer logo o dito cofre e juntamente tres caixas de folhas de Flandres para se segurar o dinheiro em papel, visto naõ haver neste Reyno pocebilid.e para poder sem outra casta de moeda.

Do Recenciamento que prez.em.te mostro se vé q o q o Thezoureiro está devendo e hade recolher, são sinco contos seis sentos setenta e hum mil trezentos sincoenta e nove reiz, mas para se executar tambem hé forsozo que na prezensa da junta se fassa, e ella o manda parecendolhe Saõ Paulo de Asumpção tres de Marso de mil sete sentos sincoenta e sinco = Dom Antonio Alvares da cunha —

O que tudo proposto pelo dito Ex.mo S.r general por hum papel q leo houveraõ por bem os R.dos Prelados Deputados

desta junta tudo o que tinha ordenado e mandado observar, e o Ex.^{mo} S.^{r} Bispo no mesmo Acto agradece ao d.^{o} Ex.^{mo} S.^{r} general o zelo com que se tem havido.

Nesta mesma junta aprezentou o Ex.^{mo} S.^{r} Bispo a rellasão dos Parochos a que me se deviaõ dar congrua na forma que na junta antecedente se decedio a qual hé do Theor seguinte —

LISTA DAS IGREJAS DO CERTÃO DESTE BISPADO

DESTRITO DE MASANGANO

1 Saõ Benedito de Palermo
2 N. Snr.^{a} do Desterro do quixoto
3 Santa Anna do Luabo
4 Saõ Ioam Bap.^{ta} em carinda
5 Santo Antonio da Luinha
6 Saõ Bartholomeo da Tamba
7 Santo Antonio do quimbamza

DESTRITO DO GOLUNGO

8 N. Snr.^{a} do Desterro da guiongoa
9 Saõ Ioaõ Bap.^{ta} de Talla amatumbo
10 Saõ Iozê do Icollo
11 Santa Anna no Dande
12 N. Snr.^{a} do Livram.^{to} do chocolo, naõ tam Parocho e os poucos Freguezes q tem, saõ Parochiados pelo Parocho de golungo
13 N. Snr.^{a} da Piedade (?) do Icaú hé Parochiada p.^{lo} Parocho do Dande
14 Saõ Iozê da Barra naõ tem Igreja, e Parochia tudo o Parocho de Dande
15 Saõ Ioaõ da Cazanga do Destrito desta cid.^{e}

IGREJAS NOVAS

16 N. Snr.^{a} da comceisaõ de gauga andalla Destrito de Masangano hê Parochiada pelo Parocho da Luinha—
17 Saõ Ioaq.^{m} de Lucamba Destrito de Ambaca tem Parocho
18 Santa Anna dos quilengues naõ tem Igreja, e alguns Freguezes saõ Parochiados pelo Parocho do golungo
19 Igreja do quibombo quiacatubia hé aneixa e Parochiada p.^{lo} misionr.^{o} de Bangoaquitamba

20 Igreja de galangue no certaõ de Beng.ª tem Parocho
Há no dito Certaõ duas misoins que se achaõ sem Micionarios por falta delles.
As Igrejas que há nos sete Prezidios todas tem Parochos

E neste Acto em prezensa dos Ex.^mos^ Snr.^es^ Bispo Dom Fr. Manoel de Santa Ignes e governador e capitaõ general Dom Antonio Alvares da cunha, e de todos os deputados da dita junta se recolheo o dr.º das misoins no cofre que p.ª o mesmo fim se mandou fazer em observancia das ordens de Sua Magestade, e emportou sinco contos seis sentos setenta e hu mil trezentos sincoenta e nove reiz o que nele se recolheo, e se entregaraõ as chaves na forma das mesmas ordens, hua ao Thezr.º da d.ª junta, a outra ao Secretario della, e a treseira ao Reytor do Colegio da comp.ª de Iezus o qual ficou entregue do dito cofre. —

Tambem nesta junta mostrou o P.^e^ Prezidente do Comvento de Saõ Iozê Fr. Antonio da Madre de Deos ozorio Relasoins da desp.^za^ que tinha feito com a pedra, e meteriaes que tinhaõ posto em columbo p.ª conta dos seis sentos mil reiz que havia Recebido para o Hospicio que aly se deve fazer a qual despeza com a que tambem se fes com os ornamentos que se compraraõ para o mesmo Hospicio que existem parece que importa com pouca diferensa a dita quantia que Receberaõ pelo que requereo que se desse Providencia necesaria para se lhe fazer Igreja, e Hospicio, no que todos vnanimam.^te^ votaraõ se fizece precedendo pr.ª hua planta para se ver a coalid.^e^ de obra q se devia e podia m.^dar^ fazer

Declaro que nesta junta tambem se achou prez.^te^ o D.^or^ ouvidor g.^l^ e Provedor da Fasenda Real deste Reyno Antonio de Campos Rego que foi do mesmo parecer e voto de todos os mais da dita junta em tudo; e de como asim se tratou e asentou fis este termo que todos asignaraõ, e eû Ioaõ Iozê de lima Secretario da dita junta que o escrevy = Fr. Manoel Bispo de Angolla = Dom Antonio Alvares da Cunha = Antonio de Campos Rego = Frey Iacinto de Bollonha. Prefeito de Santo Antonio = Iozê do Valle Reytor do Colegio = Fr. Antonio da Madre de Deos Ozorio Prezidente de Saõ Iozê =

Ioaõ Iozeph de Lima.

A. H. C., *Angola*, Papeis Avulsos, 3-3 1755.

22

O Rei ao Governador

Dom Ioam por Graça de Deos Rey de Portug^{al} e dos Alg.^{es} daq.^{m} e dalem mar em Africa Senhor da Guine &^{a} Faco saber a vós Governador e capp^{m} General do Reyno de Angola que se vio a vosa carta de vinte de Marco de anno pasado em q daveis conta de se achar o Hospicio dos Relegiozos descalsos de Santa thereza e os dos Barbonios Italianos dessa cidade destinados (destituidos?) de Misionarios para o Menisterio das Missoens, sendo percizo hirem deste Reyno para o remedio das Almas, q há nesses certoes, reprezentandome que nesa cidade há hum convento de Relegiozos da terseira ordem da Provincia dos Cardais, que nam trataõ das obrigasoens de Misionarios, e que asim seria mais vtil mandaremse hir em seu lugar Relegiozos Arrabidos, ou Antoninhos, e vendo o mais que sobre este particular me reprezentastes. Me pareseo dizer vos, que eu fuy servido por rezolução de vinte e dous de Dezembro do anno proximo passado em consulta do meu conselho Vltramarino, mandar recomendar ao Prov.^{al} dos Carmelitas descalsoos, e ao Superior dos Barbadinhos Italianos; provejam de Misionr.^{os} p.^{a} esse Reyno, e escrever ao Prov.^{al} da ordem terseira p.^{a} q elle mande nos pr^{os} Navios q partirem p^{a} esse mesmo Reyno huns taes Relegiozos que bem cumpram as obrigasoens de verdadeiros Misionarios, tendo entendido que no cazo de se repetirem as queixas que delles hã q os mandarey remover daquele convento entregandoo a Relegiaõ que me pareser, e q melhor cumpra com as obrigasoens com q a elles lhe foy dado. ElRey nosso Senhor o mandou pelo D^{or} Manoel Fernandes varges, e Gonçalo Manoel Galvam de Lacerda conselh.^{os} do seu conselho vltramarino e se pasou por duas vias. Ioaõ Tavares a fes em Lx.^{a} occ.^{al} a dés de Janeiro de mil setecentos trinta e seis = o Secretario Mano^{el} Caetano Lopes de Lavre a fes escrever = Manoel Fernandes varges = Goncalo Manoel Galvam de Lacerda =

Senhor

A providencia q V. Mag.^{e} foy servido dar a respeito de reprezentaçaõ que fiz sobre virem para este Reino Misionarios Barbonios aproveitou de sorte, que já se acham bastantes, e logo se repartiram pelos hospicios que há no sertam deste Reyno donde fazem hum grande serviso a Deos na redusam do gentio delle ao gremio da Igreja; e poso segurar a V. Mag.^{de} que a estes relegiozos se deve a conservasam deste Reyno, e por isso

se fas perciza a advertensia ao seo geral, pera q se nam descuide em mandalos. Deos g.de a Real pesoa de V. Mag.e Sam Paulo de Asumpcaõ Julho 9 de *1736.*

Rodrigo Cezar de Menezes.

Despacho do Conselho Ult.o, à margem:

Vista La oc.al 7 de Iunho de 1738

(com 5 rubricas)

A. H. C., *Angola*, Papeis Avulsos, 10-1-1736.

23

Carta do Governador Vasconcelos ao Conde de Oeiras

Dipois de ter reprezentado a V Ex.a pello Rio de Ianeiro quanto hia obrando sobre Isuitas, o faço taõbem hoje pella Bahia, afim que V. Ex.a seja informado de tudo por hum, e outro Porto: remetendo juntamente essa relassaõ, que naõ foy com os Inventarios por molestia, e lida do escrivaõ da fazenda.

Em 18 de Iulho ficou evacuado este colegio; porque julgando eu que a inacçaõ daquelles homeñs proçedia de ignorarem a formalidade do recurso, lha mandei insinuar, e abraçandoa logo os oyto assignados nas petiçoens das copias juntas foraõ relaxados dos votos, e se lhes passaraõ dimissorias; e a hum leigo tonto; ou fanatico chamado Sebastião Pereyra que naõ quiz largar a roupeta fiz embarcar no proprio dia, e no seguinte partiu p.a o Rio, recomendado ao Conde de Bobadella afim de executar com elle as ordens ou o remeter; como taõbem ao capitão da Galera Atalaya.

Passaraõ-se as alfayas da Igreja para os Barbadinhos, por acautelar algum roubo, conseruado porem sempre o culto divino com as Missas, que nella se dizem aos Domingos, e dias Sanctos; e aos que pediraõ relaxaçaõ dos votos atendia a sua neçessidade, e a carestia da terra, mandei dar a trinta mil reis por cada hum dos quatro clerigos, e aos outros, a vinte.

Tinha-se enquerido devassamente sobre comunicassoeñs com os Padres durante o cerco; e sobre subnegaçoeñs de mais bens, que os denunciados em observansia dos bandos; e vltimamente lansaraõ-se todos os que lhes tinhão pertençido em livro e as

despezas em outro, cujos se conseruão em cofre de tres chaves, e á boca do mesmo se vaõ carregando as entradas, e as sahidas.

Emfim Ex.mo S.r, naõ pude evitar a V. Ex.a a perluxidade de todas estas contas; porque ignorando as ordeñs, e sendo aqui m.to faliueiñs as sahidas das embarcaçoens houve de hir notiçiando o que obrava quando se ofereçia alguma para os Portos do Brazil, afim de com essa çerteza, V. Ex.a me advirtir o que devo executar, visto ser tal a qualidade dos que navegaõ para este, que ainda hoje naõ sey a forma com que se proçedeo nas mais partes.

Deos Gd.e a V. Ex.a m.tos annos Loanda 18 de Outubro de *1760.*

Ill.mo e Ex.mo S.r Conde de Oeyras

Antonio de Vasconcellos.

Angola 18 de Outr.o de 1760.

Do Gov.or e Cap.m Gen.al — N.o 10

Copia — Ill.mo e Ex.mo Snõr. Representaõ a V. Ex.a os Padres e Irmãosz deste Collegio da comp.a de Sam Paulo de Asumpçaõ Reyno de Angolla abaixo assinados, que elles dezejaraõ sempre conservarse fieis vassallos de Smge fidelissima que Deos Goarde, e prospére, por fellizes, e dilatados annos, e que como tais querem desde já asseitar o indulto q El Rey nosso Senhor, lhes fas na sentença que lhes foi intimada; protestando sempre muyta fidelidade, e lealdade ao d.o Senhor; como vassalos que saõ, e querem ser do que muyto se prezão: / porque naõ hé, nem foi nunca sua vontade prestar vassalajem a outrem q naõ fosse o d.o Senhor, e assim pertendem ficar no secolo fora da relligiaõ, como Smag.e pella sua real benevolencia hé servido e lhes faculta; E como dezejem conseguir o benefiçio que Smag.e lhes fas de os ter e admitir por izentos;

Suplicão humilde, e inçessantemente a V. Ex.a os dê, e repute por tais, deixando a cada hum na sua liberdade attendendo também aos incommodos que se seguem de prizaõ dilatada, ou de huma navegaçaõ violenta; prinçipalmente quando o dezejo de todos, he servir a Deus, e a Smag.e fidellissima, que se naõ pode supor queira mais castigados aquelles, em cujo peyto reyna o amor e fidelidade ao mesmo Senhor; muyto mais sendo certo, que nas mais partes se tem observado, o que El Rey

nosso Senhor pellas suas reais, e justissimas Ordens decretou; o q façilita o bom despacho que esperaõ da paternal providençia de V. Ex.ª e para que conste ser esta a vontade de todos assinaraõ, Collegio de Sam Paulo de Asumpçaõ 16 de Iulho de 1760 = Manoel de Amaral = Pedro de Almeida = Estanislau de Almeida = Iozé Francisco = Mendo de Mendonça = Antonio de Barros = Antonio Simoens = Iozé Ferreira =

Ioão Iozeph de Lima.

Copia

Ex.^mo^ e R.^mo^ Sñr. Os Padres, e Irmaõz deste Collegio de Sam Paulo de Asumpçaõ, Reyno de Ang.ª naõ professos do quarto voto, e abaixo assinados, reprezentaõ a V. Ex.ª R.^ma^ q elles como fieis vassallos de S. mag.^e^ fidelissima q Deos goarde, e prospere por huma dilatada, e feliz serie de annos asseitaõ o indulto, e graça que a m.ª lhes fás na sentença que lhe foi publicada, protestando, sempre munta fidelidade, e lealdade ao dito Senhor, como vassallos que saõ, e querem ser; do q munto se prezão; e por isso pertendem ficar no secolo, fora da religião, como ElRey nosso Senhor pella sua real benevolencia lhes permite, e portanto;

Suplicaõ humilde, e inseçantemente a V. Ex.^ca^ R.^ma^ que em attençaõ ao referido, e suposta a vontade de ElRey nosso Senhor; e do Emn.^mo^ Snõr Cardeal Patriarcha, e reformador Geral, lhes mande passar as suas dimissorias; na milhor forma que puder ser por virtude das quais possão sahir da Religião, e serem tidos, e reputados p.^r^ fieis vassallos de S. mag.^e^ e evitar os inconvenientes, que do contrario podem rezultar: nem pode obstar na prezente providençia o não appareser firmada por sua Eminençia a comissaõ quando consta q veyo para os Ex.^mos^, e Reverendissimos Snor.^s^ Bispos de America; e há mais que serteza moral de que tambem para V. Ex.^ca^ R.^ma^ foi expedida, pois alem de tantos indiçios, que há; naõ se podem suppor duas couzas a primeira que quizesse S. mag.^e^ que este Collegio não exprimentasse o mesmo que os outros; a segunda que Sua Emminençia delegasse os seus poderes, em outrem que não fosse V. Ex.^ca^ Reverendissima Prelado tão benemerito da Igr.ª, e do real agrado de S. mag.^e^, o que dá occaziaõ para V. Ex.^ca^ Reverendissima poder interpretar a vontade de Sua Emminençia, que se não pode suppor invitto neste cazo, q he do serviço de S. mag.^e^ e quando a V. Ex.^ca^ Reverendissima naõ paresa dispensar absolutamente, ao menos seja com condição de a todo o tempo ficarem sujeitos as ordens que de sua Emminencia, emquanto reformador dimmanarem, permittindo o sahirmos. Sei eu que m.^tas^ vezes, tem sido alguũs despe-

didos com os votos para mayor castigo de sua culpa; e vltimamente, o foi hum religiozo, no collegio de Evora; sem ordem do Padre Geral, de quem hera naquelle tempo privativa a tal jurisdiçaõ; mas só interpretando a sua vontade, o padre Reytor, com os Padres comsultores do collegio de Evora; posto q passado algum tempo foi aliviado donde parese estarem nos termos de serem admittidos, e tolerados, quando mais naõ seja, em outro hábito, pois nem a comp.ª o tem proprio, trajando em algumas partes da India, e da Europa, como v. g. em Inglaterra os vestidos proprioz dos Naçionais. E isto esperaõ conseguir de V. Ex.ca Reverendissima os supp.es abaixo assinados, dando por motivo, alem de já ponderado, que hé o grande dezejo que tem de serem reputados por fieis vassallos de ElRey nosso Senhor; e obedientes subditos de V. Ex.ca Reverendissima, o de temerem exprimentarem hum total dezabrigo sahindo no Brazil, aonde naõ tem quem os conheça para os favoreçer, depois de huma violenta, e trabalhoza navegação; a bem de algumas molestias, que á alguns impossibilitaõ, ou quazi dificultaõ, o fazer taõ çedo viagem; e para que conste ser esta a vont.e e rezoluçaõ de todos, assinaraõ Collegio de Sam Paulo de Asumpçaõ 16 de Julho de 1760 = Manoel do Amaral = Pedro de Almeida = Estanislau de Almeida = Iozé Françisco = Iozé Ferreira = Mendo de Mendonça = Antonio de Barros = Antonio Simoeñs =

DESPACHO

Como seja certa a delegação p.ª se dispenssar com os R. R. Suplicantes, e naõ seja neçessario q se nos aprezente p.ª proçedermos, pois naõ hé prejudicial a ninguem, nem se seguem os damnos q referem os D. D. que impugnaõ o poderse vzar de faculdades, sem letras expedidas, e intimadas. Portanto pella dita faculdade Apostolica a nós subdelegada, despensamos com os R. R. Supp.es e lhe relaxamos os votos, e que possaõ viver no secolo, ou no estado q mais lhe pareser. Angolla 17 de Iulho de 1760 = Fr. Manoel de Santa Ignes; Bispo de Angolla, Arcebispo, eleito da B.ª

Ioão Iozeph de Lima.

Copia

Ex.mo e Reverendissimo Snõr. Hoje por parte dos Iezuitas, que ainda existem nesta cidade me foi aprezentado, o requerimento que a V. Ex.ca invio, incluzo ao qual vinha tambem, outro, q a V. Ex.ca dirigem, e da mesma forma remeto: E porque entendo que a reprezentaçaõ destes homens deve ser attendida, por estar

conforme ao que S. mag.e ordena na Ley de 3 de 7br.o, e juntamente ao que pella Carta Regia de mesma data partiçipou ao Emminentissimo Cardeal Vizitador, e mais Prelados diocezanos dos seus Reynos, consedendo a todos os individuos daquella Soçiedade, que naõ tiverem profissão solemne; o benefiçio de poderem viver em seus dominios como vassallos seus passando-lhes os taes Prelados para isso dimissorias, e relaxando-lhes os votos simplices, para livremente se aproveitarem do indulto, que a Real clemençia lhes consede. Attendendo a estas rezoeñs e á vista das que os mesmos Iezuitas mais expoem a V. Ex.a na sua suplica, requeiro a V. Ex.ca queira defirir ao que estes homeñs suplicão na supoziçaõ infalivel de ser esta a vontade do nosso Soberano, e tambem de que o Emm.mo Cardeal Vizitador o teria assim comunicado a V. Ex.ca, a não ter havido o infelis suçesso, no Navio que conduzia estas ordens. Espero das grandes Letras, e muytas vertudes de V. Ex.ca dê neste cazo as providençias de que carese, attendida a conttingencia de se mallograrem tambem as segundas e na quazi certeza de que S. mag.e se dará por muyto bem servido, Deos Goarde a V. Ex.ca muytos annos. Loanda 17 de Iulho de 1760 = Ex.mo e Reverendissimo Snõr. Bispo de Angolla = Antonio de Vasconçellos.

Ioão Iozeph de Lima.

A. H. C., *Angola*, Papeis Avulsos. 1760, Outubro 18.

24

Carta do Conde de Vilarmaior ao Geral da Comp.a

R.mo P.e Achome obrigado a dizer a V. R.ma q hauendome acompanhado o Padre Francisco da Fonseca na minha jornada de Lisboa a esta Corte de Viena no ministerio de meo conffessor, se houve em toda ella, e no tempo que tenho assistido nesta Corte com taõ exemplar procedimento q bem mostra ser verdadeiro filho de Sancto Jgnacio, e subdito de disciplina de V. R.ma e deixando a parte a sua virtude como requizito, que naõ pode faltar nos Religiosos da Comp.a de Iesus, o seo pretimo, e capacidade he de sorte q me ajudou muito no trabalho da minha jornada, e em outros particulares de toda a confiança e asim procurarey q naõ so elle, mas taõbem V. R.ma e toda a Companhia conhecaõ sempre que procuro quanto me he possiuel mostrar o q.to lhe viuo obrigado; e o P.e Ioam Lopez seo comp.ro o sabe muito bem imitar em tudo, e eu estimarey ter m.tas ocasioeŝ

de seruir á V. R.ma e toda a Comp.a a q ja sou taõ obrigado, e deuoto por outras razoẽs, e titulos maiz antigos. D.s g.e a V. R.ma ms anns Vienna 5 de Mayo *de 1708.*

M Seruidor

Fr.do Telles da Silva.

R.mo P.e Preposito Geral
da Comp.a de Jesus.

Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 74.

25

Carta do P. Manuel Pires ao Geral da Companhia

26, Junho, 1702.

M.to R.do em xpo. P.e

Mandame sua Mag.de de Graã Bretanha, q em seu nome signifique a V. P. a estimação q fez da sua carta de 15 de Abril, por lhe insinuar nella a certeza, com q fiava do seu affecto o effeyto de amparar, e asistir os particulares todos da Companhia; e com m.ta especialidade os das suas Missões: e q nos da Missão do Maranhaõ, q V. P. agora lhe recomenda, mostrará particular cuidado, persoadindo El Rey seu irmaõ de grata audiencia ao P.e João Angelo, pr q sendolhe presentes as oppressoês, q alli padecem os Missionarios se sirva de mandar applicar os remedios convenientes, pr q se não malogre o zelo, e o trabalho, com q procuraõ, e sollicitaõ a salvaçaõ daqellas almas.

Pello q toca á minha p.te, naõ faltarey em faser as insinuaçoês necessarias p.a o mesmo fim; se bem q estou m.to certo, em q o cuidado, com q Sua Mag.de nos favorece, naõ necessitará das minhas lembranças. Peço a benção de V. P., em cujos s.tos sacrificios m.to me encomendo.

Lx.a 26 de Junho de 1702.

De V. P.

filho obedientiss.o, e servo
humiliss.o em o S.or

Manoel Pires.

Arq. S. J., *Lus.* 76, f. 38.

26

Carta do Geral ao monarca

Ao Sereniss.º Rey de Portugal

11 de Agosto 1725.

Crescendo tanto os beneficios com q a real grandeza de V. Mag.e esta enchendo esta minima Comp.a, cresce tambem em mim a obrigação de os reconhecer, e por mais q multiplique da minha parte os agradecimentos, todos saõ poucos respeyto dos q devo tributar a real pessoa de V. Mag.e rendendolhe em penhor da minha divida. A semana passada escrevi a V. Mag.e rendendolhe as graças por ser servido de mandar ler as patentes de Prov.al e Preposito dessa Casa Professa, e agora as repito m.to especiais p.la nova m.ce, q da sua real clemencia recebi nas pessoas dos P. P. Manoel de Oliveyra e Luiz Gonzaga, pois vejo taõ benignamente despachadas as minhas supplicas, e as q em meu nome devia fazer o V. Prov.al, a quem repetidas vezes empenhey nesta diligencia. E porq a continuaçaõ de beneficios taõ g.des só pode nascer de hum animo sumam.te generoso, e benevolo, animado eu deste conhecim.to me prostro de novo aos pès de V. Mag.e protestando (como ja fiz em outras cartas) q tenho sentido gravissimam.te as dezattençoes passadas, e q se naõ dey por junto, e no mesmo tempo a devida satisfaçaõ foy, porq a noticia dellas me hia chegando sucessivam.te e por partes, e com pouca coherençia dos q me informavaõ. Muyto mais cresce agora o meu sentimento depois da morte do P. Casnedi, por ser sabedor de outras dezattençoes suas, e quaõ mal interpretava as ordens, q eu tantas vezes lhe fuy mandando p.a satisfazer ao justissimo desagrado de V. Mag.e, o q ainda appellando p.a os seos muytos annos, naõ posso desculpar. Mas elle ja tem dado conta a Ds, e esta izento da minha jurisdicção. Donde o q sò posso fazer he mandar q se lancem aos pès de V. Mag.e o Prov.al, Preposito e Secretario, como fieis interpretes dos meos sentimentos, p.a q em meo nome digaõ e obrem q.to pode o agradecimento, o respeito e amor q toda a Comp.a professa aos Sereniss.mos Reys de Portugal e muito especial a V. Mag.de pois naõ obstantes as culpas de alguns membros della cada vez a enche de novos e mais singulares favores, igualm.te proprios da grandeza de Rey, e da benignidade de Pay. Em reconhecim.to de tão altas obrigaçoes pediremos incessantem.te a Ds q prospere em tudo o reinado de

V. Mag.e, e nos conserve a sua real pessoa por m.tos annos, como havemos mister, e dezeja toda a Christandade. Roma

Arq. S. J., *Lus.* 35 II, f. 424-424v.

27

Ao Sereniss.o Rey de Portugal

30 Março 1725.

Allem das grandes molestias, a que me condenaõ os annos e os achaques, seguro a V. Maj.e que padeço outro mto maior, considerandome taõ desgraçado, que ainda naõ acertey com a cabal satisfaçaõ, que a V. Maj.e contente; frustrandose ategora todos os meyos, que tenho applicado p.a conseguir esse fim. Ja duas vezes representey a V. Maj.e o meo graviss.o sentimento, e como carriguey aos delinquentes com a maior severid.e que se usa na Comp.a Se naõ ordeney absolutamente, que logo sahisse da Corte o P.e Casnedi, foy por attender à protecção Real, com que entrou e esteve sempre nella. Mas reflectindo depoes, que a ditta protecçaõ naõ devia valer a q.m tanto a tinha desmerecido, e hia novamente desmerecendo; ja mandey, que com effeito fosse desterrado p.a outro Collegio distante, sem se lhe admittir replica, ou recurso. Protesto a V. Maj.e que com a mesma promptidaõ executarey tudo o mais, que em consciencia puder, p.a satisfazer ao seo justissimo sentimento, assim pela suma veneraçaõ, que professo á sua Real Pessoa, como pelas singulares obrigações de que toda a Comp.a lhe he devedora: pois ainda no meyo de taõ justas queyxas nos esta favorecendo, e acodindo nas causas de nosso maior empenho com authorid.e de Rey, e benevolencia de Pay. Por esta inestimavel merce bejo as maos a V. Maj.e e lhe rendo imortaes graças, confiando na sua Real clemencia, de que temos tantos penhores, será servido de me mandar insinuar o mais que devo fazer, p.a finalm.te aplacar a sua mericida indignaçaõ e conseguir o seo Real agrado, que tanto dezejamos, e havemos mister, para mais desembaraçadamente nos empregarmos no serviço de Ds, e de V. Maj.e cuja Real Pessoa guarde o mesmo S.or p.a bem, e gloria de seos vassallos desta minima Comp.a e de toda a Christand.e

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 415-415v.

28

Ao mesmo Sereniss.º Rey

25 de Nov. 1724.

Permittame V. Maj.de tornar segunda vez a seos Reaes pes, a darlhe fiel e exacta conta de quanto tenho obrado, p.a castigar a temerid.e do Preposito dessa Casa Professa, e a negligencia naõ menos culpavel do Visitador, que tanto tempo dilatou o remedio. Esta inconsideraçaõ, e arrojo de ambos me causou excessiva pena, naõ só por tocar reflexamente nos dous P. P. taõ benemeritos, que V. Maj.de tem em seo serviço, mas m.to mais por arguir huã intoleravel desattenção á sua Real Pessoa. A hum, e outro estranhey e afeey quanto pude, por carta, o seo excesso; e os mandey castigar publicamente com mais severid.e do que costumo, ainda no modo pois ordeney, que outrem lhes lesse a penitencia (o que só se usa nessa Provincia com os, que naõ saõ Professos) p.a assim os humilhar, e mortificar mais. Sabendo depoes, que V. Maj.e fizera sahir da Casa Professa os dous P. P. do seu Real serviço depuz sem demora os dittos Superiores, pondo entretanto Substitutos e ordenando viessem com toda a brevid.e as propostas p.a os proprietarios, conforme o estylo, e Constituições da Comp.a Se o Visitador executou logo a deposiçaõ do Preposito, e naõ a sua, naõ he a culpa minha; pois mandey depor a ambos no mesmo tempo; e naõ sey exprimir quanto me affligе, e admira a má interpretaçaõ, que elle deo a esta, e outras ordens, que successivam.te lhe fuy mandando, p.a satisfazer ao justiss.º desagrado de V. Maj.e Tanto que as propostas chegaraõ, despachey logo as Patentes e escrevi de maõ propria a V. Maj.e como tambem agora faria, se me permitissem as minhas indisposições. Escrevi ao Superior da Provincia, chamada a Comunid.e publicasse como os P. P. Casnedi e Tavares foraõ absolutamente depostos por mim em castigo da desattenção, com que se houveraõ em materias, que respeytavaõ a hum tal Monarcha, a quem, e a çujos gloriosissimos Antecessores devia toda a Comp.a inestimaveis e eternas obrigaçoes que declarasse juntam.te que pela mesma causa tinha eu mandado sahir de Lisboa ao P. Tavares; e que o mesmo exterminio intimaria ao P. Casnedi, se naõ attendesse á Real Protecção com que entrou, e esteve ategora nessa corte que antes de ler as Patentes, se fosse por a si, e a mim com toda a Comp.a aos pes de V. Maj.e dandolhe parte dellas, e protestando a nossa prompta obediencia a tudo, quanto V. Maj.e fosse servido mandarnos. Em particular lhe recomendey muyto, que com repetidas suplicas solicitasse a res-

tituição dos P. P. Manuel de Oliveyra e Luis Gonzaga á Casa Professa; para que assim como o tiralos foy effeyto da tempestade, assim o restituilos seja sinal de bonança.

A suma clemencia de V. Maj.[e] me faz persuadir que terá ja condescendido a estas humildes supplicas, que fiz na pessoa do Sup.[or] da Prov.[a] e nesta supposiçaõ postrado com toda a Comp.[a] a seos Reaes pes lhe bejo a maõ por taõ singular mercè, que vivirá eternamente na nossa lembrança. Se porem for tanta a minha desgraça, que ainda V. Maj.[e] naõ tenha remitido a sua justa indignação, que outra cousa posso eu fazer senaõ lançarme de novo a seos Reaes pes instando, e accumulando os mesmos rogos, e appelando p.[a] a sua taõ conhecida benignidade, e pera o particular amor que por palavras e obras mostrou sempre a esta minima Comp.[a] O meo intento naõ he interceder pelos dous reos, pois se fizeraõ indignos de todo o favor; mas so pelos outros, que considero innocentes e summamente desejosos de merecer o agrado de V. Maj.[e] E se eu talvez tenho errado na applicação dos meyos, de que ategora usey, para o conseguir, protesto que naõ foraõ erros da vontade, e que emquanto obrey, sò pretendi acertar com a devida satisfaçaõ; e que da mesma sorte executarey promptamente tudo o mais, que souber, ou entender, que conduz p.[a] o mesmo fim. Ds guarde a Real Pessoa de V. Maj.[e] p.[a] bem e gloria de seos vassallos, da Comp.[a] e de toda a Christandade.

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 415v-416.

29

Do P. Geral ao P.[e] Luis Gonzaga

13 Decembris 1718.

Tive noticia do m.[to] zelo, com que V. R.[a] acudio pella verdade, e pella minha innocencia diante do Serenissimo S.[or] Rey de Portugal, pello que dou a V. R.[a] as graças; e p.[a] que V. R.[a], se tiver occasiam opportuna, possa certificar a Sua Mag.[de] (que Deos g.[de]) de que eu naõ sou tal, que me pintam diante de Sua Mag.[de] os Emulos, e mal affectos a Comp.[a], saiba V. R.[a] que eu, depois que o R.[do] Francisco Carneyro foi despedido, lhe naõ escrevi mais que huã carta a 30 de Agosto deste anno, em resposta de outra sua; Na qual carta cujo treslado mando remetter a V. R.[a], se vê, que eu lhe nam dei por causa da sua despedida, a causa que elle falsam.[te] fingio, do *Recurso a pessoas Maiores;* Mas antes assevero com toda a verdade, que de tal recurso seu

naõ tive noticia por pessoa alguã, senaõ por elle mesmo no que me escreveo depois de despedido, de que eu fis tam pouco caso, como se ve da minha resposta; alem de que no anno de 1714 e 1715 (como se pode ver nas cartas que escrevi ao P.e Manoel de Andrade Provincial desta Prov.a) tres vezes o mandei despedir, o que nam teve effeito por seus arrependim.tos fingidos, e porque lhe punha a obrigaçaõ de entrar em outra Religiam, e supponho que naõ dira elle, que jâ tanto antes tinha eu a ditta sua fingida causa.

Mas pera que maes claram.te se veja, que a carta que o d.o despedido apresentou a Sua Mag.de nam he minha, mas provavelm.te fingida no Limoeyro desta cidade por algum seu Amigo, furtandome o signal, o sello, e a letra com tanta arte que á primeyra vista parece carta minha, procurando o despedido com estes fingim.tos fazer a sua fortuna diante de Sua Mag.de; Eu pedi ao Excelm.o Embaixador de Sua Mag.de que aqui Reside, quisesse com seus proprios olhos ver o Registro de todas as cartas, que escrevo p.a esse Reyno e Prov.a da Comp.a; e elle testificarâ que desde 13 de Abril de 1717, athe 30 de agosto deste anno, naõ escrevi ao d.o P.e Francisco Carneyro carta alguã; e que nem a elle, nesta vltima, que lhe escrevi depois de despedido com a data de 30 de Agosto, nem a algum outro fallei em tal cauza p.a a sua dimissam; Prouvera a Deos que naõ tivera eu outras, que assim nunca fora despedido. O tempo darâ melhor a conhecer esta verdade, e quem he este despedido; porque nem sempre Deos guarda o castigo de tam prejudiciais fingim.tos p.a a outra vida.

Nan fallo agora a V. R.a em outras m.tas cousas que sei, e de que falsam.te me calumniam diante de Sua Mag.de, callandosse a minha defesa, que dei, e foi assas bem aceita, e conhecida a minha innocencia na calumnia, que com tanta ingratidam, e malicia me alevantou este despedido: E tenha V. R.a por certo, que eu naõ sinto menos, que sendo elle criado na Comp.a me quisesse diminuir o credito, e respeito, que tenho, e devo ter por m.tos titulos a Sua Mag.de; do que sinto que tivesse atrevimento p.a chegar ao Real trono de Sua Mag.de apresentandolhe por verdade huã mera calumia, e falsidade, sem advertir que ás Mag.des se deve sô, e sempre dizer a pura verdade. Ajunto a tudo isto, que sô Deos sabe, quanto eu, e toda a Comp.a padecemos por defender os interesses, e regalias de Sua Mag.de, quanto nos he possível; mas como conhecemos, que por mais que a Comp.a obre pella Coroa de Portugal ainda somos a mais obrigados, pello muito que lhe devemos; por isso com toda a efficacia pedirei a Deos, que finalm.te haja quem plenam.te informe a Sua Mag.de da pura, e sincera verdade, p.a que assim com a sua grande capacidade me declare por innocente no tribunal de sua clemencia, e

me continue as mesmas graças, que seus Reaes Progenitores sempre custumaram comunicar a esta Religiam sua, e toda sua. Nos ss. &

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 289-289v.

30

Ao Sereniss.º S.^{or} Rey de Portugal D. Joaõ 5.º

7 Decemb. 1717.

Ponho com esta aos Reaes pès de V. Mag.^{de} hum bom numero de soldados Italianos, todos desta minima Comp.ª, que desejosos de converterem almas a Deos, e de se alistarem por vassallos de V. Mag.^{de} vam destinados e repartidos pera quasi todas as conquistas de V. Real Mag.^{de} e saõ elles sojeitos de tam boas esperanças que se Deos abrisse outra vez as portas do Japam, nam sei que pudesse oferecer nestes tempos outros melhores; Entre elles vam tres p.ª o Estado do Maranham, e sam em tudo singulares, que procuraram ganhar p.ª V. Mag.^{de} tantos vassallos quantos forem os gentios que converterem: Peço a V. Mag.^{de} se digne de aceitar esta offerta feita com grandes desejos de servir a Real pessoa de V. Mag.^{de}, e de os tomar debaixo da sua Real proteçaõ, e com muita especialidade os do Maranham, porque daquelle estado me escrevem os Missionarios Portugueses que lâ estaõ que o maior impedimento que ali tem a propagaçaõ da fé, he o continuo captiveyro, que os Reynoes fazem daquelles miseraveis, hindoos captivar / naõ obstando as severissimas leys de V. Mag.^{de}, e de seus Reais Progenitores / as mesmas povoaçoens, e aldeas, em que os Missionarios os tem juntos, ou jâ convertidos, ou p.ª os converter, e domesticar; e com isto fasem que huns naõ queiram sahir dos mattos, e outros tornem a fugir p.ª os mesmos mattos; e como esta materia he taõ grave algum ha que se me escusa de ouvir confissoens, porque se naõ atreve a absolver os m.^{os} que concorrem p.ª estes captiveyros, os quaes naõ mostraõ assim de se emendarem. Represento a V. Mag.^{de} estas particularidades, porque sô V. Mag.^{de} com seu poderoso braço pode tirar este grande impedimento, que tem a fê naquelle estado, no que farâ hum grande serviço a Deus, e donde se siguirà hum grande augmento da fê, e de vassallos a sua Real Coroa: O Mesmo S.^{or} g.^{de} a Real pessoa de V. Mag.^{de} por dilatados annos, como eu lhe peço, e desejo p.ª bem desse Reyno e seus Estados p.ª amparo da Comp.ª e acrescentamento da fê. Roma &c.

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 267v-268.

31

Emin.^{mo} Cardeal D. Nuno da Cunha de Attaide

24 Nouembris 1714.

Os longes, q ha entre Roma, e Portugal, podem escusar esta, q parece tardança à minha obrigaçam; mas a grande esfera e naõ menor affecto com q V. Emin.ª se digna honrar e proteger esta sua Religiam saberaõ melhor dar quebras a tudo. Pello q sabendo eu o empenho com q V. Emin.ª obrou p.ª q aos Padres Manoel Dias e Ioam Pereyra se leuantasse o desterro, com q foraõ castigados me uejo com precisa obrigaçam de me lançar aos pes de V. Emin.ª e renderlhe todas as graças q posso, ainda q naõ posso as q deuo. A Diuina Magestade queyra, como instantemente lhe peço, recompensar as m.^{tas} diuidas que eu e toda esta minima Comp.ª estamos a V. Emin.ª só porq desta maneyra ficaremos todos bem desempenhados. Porem em sinal de acçam de graças me dedico às ordens de V. Emin.ª e muy deueras lhe offereço toda esta Religiam e particularmente os dous Padres sobreditos para q disponha de nos todos a medida do seu dezejo, e nos conserue debayxo da sua protecçam, como cousa tanto sua, e ainda como Irmaõs do P.^{e} Nuno da Cunha, dignissimo Tio de V. Emin.ª o qual sendo morto a sua memoria he taõ uiua entre nos pella sua religiam e singulares merecim.^{tos} como se elle fosse uiuo. V. Emin.ª ueja o q he seruido mandarme; porq eu e todos os meos Religiosos teremos por grande honra obedecer a qualquer minimo asseno da sua vontade. Ds g.^{de} a Pessoa de V. Emin.ª por m.^{s} ann.^{s}, como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 216-126v.

32

Ao Eminent.º Cardeal, o S.^{or} D. Nuno da Cunha e Atayde

7 Dezemb. 1717.

Como V. Emin.ª he tam zeloso da conversaõ das almas, naõ devo eu nesta occasiam em q mando m.^{tos} e bons missionarios p.ª as conquistas desse Reyno, e tam bons, que naõ sei eu os pudesse mandar melhores, nestes tempos se a porta do Japaõ se abrisse, deixar de comunicar isto mesmo a V. Emin.ª, pois conheço que com isto faço lizonja ao zelo de V. Emin.ª representando

juntam.^{te} a V. Emin.^{a} a penna com que fico com as noticias que me vieraõ do Maranham, p.^{a} a qual Missam mando tambem tres escolhidos de sobremaõ, e vem a ser, que os Reynois naquelle estado (naõ obstante os apertados decretos dos Serenissimos S.^{ores} Reys de Portugal) empedem com damno gravissimo da fê, a conversam daquelles gentios, porque manu armata os vaõ captivar as Aldeas, e povoaçoens, em que os Missionarios os ajuntam, ou ja convertidos, ou p.^{a} os converter, e domesticar; e o exemplo de huns ja captivos fas fugir aos outros p.^{a} os mattos, e sobre isto escrevo a Sua Mag.^{de}, que Deos g.^{de}. E como V. Emin.^{a} bem conhece, quam fructuosa seja aquella missaõ p.^{a} a fê, e quam util p.^{a} esse Reyno, pois quantos gentios se convertem, tantos vassallos se ajuntaõ a Coroa de Sua Real Mag.^{de}, o que se naõ acha em outras m.^{tas} missoens, por isso peço a V. Emin.^{a} queyra com o seu costumado zelo favorecer a ditta Missam, e concorrer no que puder p.^{a} a conversam daquelles miseraveis fasendo todas as diligencias p.^{a} que por huã ves se desterre aquella infame caça de almas redimidas com o sangue de JHEU Christo, taõ gravem.^{te} prohibida pelas leys divinas e humanas, e que tanto impedimento tem feito, e faz ainda à conversam daquelle gentio; No que V. Emin.^{a} farâ a Deus hum grande serviço, e a mim hum singular favor, ordenandome juntam.^{te} tudo o que for do agrado de V. Emin.^{a}, a que naõ faltarei, nem de encomendar a Deos a vida, e pessoa de V. Emin.^{a}, que o mesmo S.^{or} g.^{de} por dilatados annos Roma. Etc.

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 268.

33

Ao Sereniss.^{o} Rey de Portugal, D. João o 5.^{o}

24 Nov.^{bro} 1714.

Venho com esta aos Reaes pes de V. Mag.^{de} pera que de algum modo signifique parte do agradecim.^{to} em que de nouo me uejo pella especial graça, q de V. Mag.^{de} recebi em se leuantar o desterro aos Padres Manoel Dias e Ioam Pereyra. Deste beneficio (cujo logro para mim nam he de menor estimaçam, do que era de sentimento terem elles encorrido em tanta disgraça) se deixa bem uer, q V. Mag.^{de} em todas suas acçoes nos trata como Pay amoroso q verdadeyram.^{te} he desta minima Comp.^{a} assi como o foraõ todos os seos Reaes Progenitores. Pello q prostrado aos Reaes pès de V. Mag.^{de} lhe rendo todas as graças q posso por

este, e pellos continuos beneficios com q cada dia nos honra, consola e enriquece o seu Real affecto. Os Padres sobredittos saberaõ em acção de graças merecer o agrado de V. Mag.[de] e recompensar o perdido e eu tambem com toda esta minima Comp.[a] procuro fazer o mesmo, porq a gratidam nos tem ja feyto todos de V. Mag.[de] e da Sua Real Coroa; por isso nem em mim, nem taõ pouco nesta Religiaõ pode hauer cousa q naõ seja m.[to] sua e totalmente dedicada ao seu Real servisso. Mas para q mostremos aquella correspondencia de agradecim.[to] que deuemos naõ cessamos de encomendar a Deus a V. Mag.[de] e a Sua Real Casa pedindo ao mesmo S.[or] lhes conceda todas as prosperidades e augmentos, q se podem dezejar. Ds g.[de] a Real Pessoa de V. Mag.[de] por m.[tos] anos, como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 216v.

34

Ao Seren.[mo] Rey D. Ioaõ 5.º

11 Octobris 1710.

Vendome restituido á dezejada graça de V. Mag.[de] depois de render as deuidas graças a Ds com todo o affecto uenho a seos Reaes pès aos quaes humildem.[te] postrado significo todo aquelle agradecim.[to] q posso, mas naõ o q dezejo; pois foi taõ singular este benef.º q naõ ha palauras q bastantem.[te] expliquem a sua qualidade. Nem de outra man.[ra] me he possiuel dar algũ sinal da minha gratidaõ senaõ com dizer q assi como S. Ignacio chamaua ao Seren.[mo] Rey D. João 3.º de g. m. Fundador da Comp.[a], assim eu tambem digo q V. Mag.[de] he Redentor da mesma Comp.[a] em q.[to] foi seruido mandar, q se naõ impedisse a minha iurisdiçaõ p.[a] com os Religiosos, q assistem nos seos uastiss.[os] dominios; porq de outra man.[ra] ou a Comp.[a] totalm.[te] se hauia de arruinar, ou hauia de ser outra Religiaõ. Mas parece que este foi hũ admirauel tiro da Provid.[a] Diuina p.[a] q a Comp.[a] creada e remida pellos Seren.[mos] Reys de Portugal, fosse ainda m.[to] maes agradauel aos olhos de V. Mag.[de] E de nouo torno a protestar a suma ueneração, com a qual eu, e toda esta Comp.[a] nos confessamos naõ menos obrigados, q fieis à Real Coroa de Portugal, como bem se deyxa uer no muyto, q temos padecido desde o anno 1660, por respeyto da India Oriental. Pello q sendo tudo quanto em nòs todos hà de V. Mag.[de] por tantos titolos naõ vejo cousa nesta Religiaõ, que eu possa offerecer a seos Reaes pès, a qual jà naõ seja m.[to] sua: e assi, esperando o minimo asseno de sua

Real vontade, ficamos todos pedindo a Ds conceda a V. Mag.[de] todas as felicidades e grandes augm.[tos] de seos Dominios. Ds g.[de] a Real Pessoa de V. Mag.[de] por m.[tos] annos, como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 160-160v.

35

Ao Seren.[mo] Rey de Portugal, D. Ioaõ o 5.º

4 de Jan.º de 1710.

Com maior sentim.[to] do q posso explicar, tenho entendido, q desagradou m.[to] V. Mag.[de], o q eu nesta Corte de Roma obrey na causa dos Quindennios. E como naõ me pode succeder cousa alguma mais penosa, do q parecer eu menos obsequioso e obediente, a quem reconheço, e venero, naõ som.[te] por singular Protector da Comp.ª mas tambem por amorosissimo Pay de nos todos determinei expor aqui com brevidade, e com toda a verdade, o que passou nesta materia, certam.[te] confiado, de q a prudencia, e igualdade de V. Mag.[de] ou ha de approvar a minha innocencia, ou pello menos hei de alcançar inteiro perdaõ do passado.

Este pois he o facto verdadeiro. Fui constrangido por huã grande authoridade, a q eu de nenhuma maneyra podia resistir, p.ª q fizesse q.[to] me fosse possivel afim de se compor a controversia dos Quindennios, e me constava, q se eu repugnasse, toda a Comp.ª logo incorreria danos irreparaveis, alem daquelles, q jà dantes se tinhaõ experimentado. E assi me foi mandado, q depusesse algum dinheyro, o q seria, como hum preludio p.ª se fazer a concordia. No tempo, em q executava este mandado, procurei com toda a cautella, q som.[te] se desse aquella quantidade de dinheiro qual os Ministros de V. Mag.[de] tinhaõ julgado, e por cujo consentim.[to] o mesmo se tinha jà entregue em Lisboa ao Em.º Nuncio. Mas como no escrito, q se me apresentou se exprimisse a clausula de pagam.[to], e naõ de deposito, tratei com a mayor efficacia, q pude, com os Ministros do Sumo Pontifice, p.ª q o escrito naõ fosse de pagam.[to], mas som.[te] de deposito, como era na verdade. O certo he, que nunca eu tive animo de acabar este negocio, ou de estabelecer algũa concordia, se prim.[ro] naõ fosse sabedor, e consentidor o Inviado de V. Mag.[de], q assiste nesta Curia; com tudo os gravissimos apertos, em q fui metido, naõ permittiraõ executar o meu proposito, por q na mesma noite, em q havia de partir o correio p.ª Portugal, os Ministros do Sumo

Pontifice me mandaraõ o dito escrito de pagam.to, e com tal expressaõ que se eu não quizesse estar por elle, na mesma noite se escreveria ao Em.o Nuncio de Portugal, p.a q sem demora executasse as penas q jà eraõ determinadas. Segunda e terceira vez instei p.a q se emendasse no escrito a clausula de pag.to, mas como naõ ouve remedio a q os taes Ministros mudassem de parecer, nem jà era tempo de dar parte ao Inviado de V. Mag.de por ser alta noite, fui obrigado a deixar passar a formula do escrito, como estava, protestando eu q o tal dinheiro se dava em deposito athe q se fizesse a composiçaõ por consentim.to de V. Mag.de como o Summo Pontifice depois mandou q fosse deposito e naõ pagam.to

Do q tenho athe aqui facilm.te declarado, me parece claram.te constar q eu ainda q metido nos maiores apertos, e angustias, não faltei a q.to pode testificar a minha suma veneração devida a V. Mag.de Pello q bem animado todo me inclino aos Reaes pès de V. Magde implorando a sua igualdade e clemencia e certam.te espero q me ha de consolar, e benignam.te restituirme a sua graça a qual sumam.te dezejo, e com todas as veras procuro. Entretanto peço a Deus conserve a V. Mag.de com todas as felicid.es e augmentos de seus Reynos, como sou obrigado a sempre o fazer; pois em V. Mag.de parece taõ natural o amor e liberalidade p.a com esta minima Comp.a q.to he o direito à Sua Real Coroa, por ser huma e outra cousa igualm.te herança de Seus Reaes Progenitores, aos quaes eu com todos meus Religiosos veneramos por Authores e amorosissimo Pay desta sua Religiaõ. Deus g.de a Real Pessoa de V. Mag.de por m.tos annos como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 146v-147.

36

Ao Ill.mo e Rev.mo S.or Arcebispo Primaz

17 Dec.bris 1707.

Os Padres da Prou.a do Malabar, experimentando q V. S. Ill.ma he seu comp.ro nos trabalhos Apostolicos por meyo dos singulares benef.os q se dignou fazerlhes, em as ultimas cartas, q agora recebi por Hollanda, me auisaraõ, quizesse eu em nome de todos significar a V. S. Ill.ma parte da gratidaõ, q elles reconhecem a taõ Insigne Bemfeytor. He maes q justo o recurso, q me fazem aquelles Padres, pois bem sabem, q me toca por officio agradecer a liberal grandeza, e m.to especial patrocinio de V. S. Ill.ma,

q naõ sò abrange à Prou.ª de Malabar, mas tambem comprehende a Portugal, e principalm.te a esse Coll.º de Braga. Pello que rendo a V. S. Ill.ma todas as graças que posso, mas naõ as q deuo; e de todo o coraçaõ peço ao S.or seja o principal remunerador de tantas obrigações, em q V. S. Ill.ma tem posto toda esta sua Comp.ª E para q o ardentissimo zelo, com q V. S. Ill.ma, ainda ao longe, se cansa pello bem das almas, ueja o glorioso fruto de sua fadiga, lhe dou parte, em como os P. P. Ioaõ da Costa, Simaõ Carualho e Ioseph Kopk no anno de 1705 tinhaõ entrado pello sertaõ do reyno de Trauancor, e em breue tempo bautizaraõ maes de dez mil almas, e me escreue o P. Prou.al, q se espera, q dos Chanas e de outra sorte de gente se conuerterà hũ numero quasi innumerauel. Naõ posso deyxar aqui de me allegrar com V. S. Ill.ma de q os seus Operarios Euangelicos recolhaõ taõ copiosa messe p.ª o Ceo, porq se elles trabalhaõ, a mayor gloria he de V. S. Ill.ma, q os sustenta. O gosto q me causaraõ nouas taõ allegres, naõ consentio, a q se mettesse tempo de permeyo em as participar logo a V. S. Ill.ma, a cujos pès offereço toda esta Religiaõ, p.ª q disponha de nòs todos à medida do seu dezejo; porq obedeceremos ao minimo asseno de sua uontade. Ds g.de a pessoa de V. S. Ill.ma como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 113.

37

Ao Seren.mo Rey D. Ioão Quinto

12 Fev.ro 1707.

Com o mayor sentimento, q posso, e deuo, uenho acompanhar a mayor dor, e magua singular, q com excesso afflige a V. Real Mag.de pella morte do Seren.mo D. Pedro Segundo seu dignissimo Pay, q Ds haja em gloria. A maes abonada testemunha deste meu grande pezar pode ser V. Mag.de, q logo desde os seus primeyros annos bem soube conhecer qual era o affecto, qual a estima, e qual a protecção, com q aquelle Seren.mo S.or honraua, defendia, e se dignaua engrandecer esta minima Comp.ª de Iesu, como cousa jà herdada de seus Reaes Progenitores. Pello q he minha diuida m.to especial, e de todos meus subditos chorar, como choramos com lagrimas de sangue, hũa perda taõ uniuersal e taõ considerauel; pois todos nòs consideramos ter perdido hu Pay amorosissimo, e hu Protector naõ menos poderoso, q benefico assi no meyo de tanta desconsolaçaõ recorri ao

Ceo, como unico refugio, e aliuio de todos os males, e offereci a Ds sinco mil Missas pella alma do mesmo S.or, como jà constará a V. Mag.de, e ainda irey offerécendo outras muitas; porq se a morte nos pode tirar a dita, q lograuamos nunca nos poderà fazer esquecidos de hu tal Bemfeytor a quem nos confessamos eternamente obrigados. Porem se taõ consideravel perda me desconsola por hua parte, por outra me consola a consideraçaõ, de que o mesmo S.or jà estarà gozando a uista clara de Ds, q he o fim principal para o qual todos fomos creados; pois gouernando o seu reyno da terra com aquella grande capacidade, q Ds lhe deu, soube juntamente merecer o do Ceo com muitas uirtudes de justiça, de amor aos uassallos, de extraordinaria piedade p.a com Ds e p.a com os homeñs, e de ardente zelo da conuersaõ das almas nas suas Conquistas, e sobretudo foi Ds seruido concederlhe huã morte ainda melhor, que a uida. Tambem me consola em considerar, q se parece morto o Seren.mo Rey D. Pedro Segundo, na realidade ainda uiue em a Real Pessoa de V. Mag.de em quem espero se recompensem todas as perdas com muitas uantagens. Por fim nunca cessarey de rogar, e fazer, q todos os meus subditos roguem a Ds pella alma daquelle Seren.mo S.or, e pellas mayores felicidades de V. Mag.de e augmentos de seus gloriosissimos Reynos. Ds g.de a Real Pessoa de V. Mag.de.

Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 95 v.

38

Ao Seren.mo Rey de Portugal, D. Ioaõ Quinto

19 Fev.ro 1707.

O singular jubilo, com q se applaude a exaltaçaõ gloriosa de V. Mag.de ao Real trono da Coroa de Portugal, he taõ proprio de seus Reynos, como desta Comp.a de IESU; porq esta e aquelles saõ todos seus por natureza. Pello q sou obrigado postarme aos pès de V. Mag.de, e em nome de todos meos Relligiosos pagarlhe o suauissimo tributo de extraordinaria alegria com q saltaõ jà de prazer os coraçoes de nòs todos. Bem sabe V. Mag.de, q os Reynos de Portugal sempre foraõ felicissimos, enquanto os gouernaraõ aquelles Seren.mos Reys, q tiueraõ o mesmo nome de V. Mag.de porem esta Religiaõ ainda foi maes ditoza com o Seren.mo Rey D. Ioaõ Terceyro, o qual tanto a fauoreceo logo no principio, q S.to Ignacio lhe chamaua Fundador da Comp.a E desde entaõ athe agora todos os Reaes Progenitores de V. Mag.de como se

esta fosse herança da Caza Real, se dignaraõ defendernos, empararnos, e engrandecernos, naõ som.^{te} como Protectores, como Bemfeytores, mas ainda como Pays. E daqui se deyxa bem uer, com q gosto, e applauso todos os da Comp.^{a} sejaõ de qualquer nação, q forem, grandemente festejaõ a gloriosissima exaltação de V. Mag.^{de}, pois jà todos, considerando a sua primeyra beneuolencia conhecemos q V. Mag.^{de} no Real sangue tem herdado os affectos e com mayor excesso, porq a grande capacidade e m.^{tas} uirtudes, com q o Ceo o dotou, haõ de passar todas as acções de seus Reaes Progenitores, como desejo, e instantemente peço ao Rey dos Reys. Por esta resaõ naõ me atreuo offerecer a V. Mag.^{de} toda esta Religiaõ; porq lhe offereceria cousa por todos os titolos m.^{to} sua, mas som.^{te} affirmo, que V. Mag.^{de} tem parte, como deuido tributo, em todas as boas obras, q se fazem nesta sua Comp.^{a} e q todos nòs esperamos os minimos assenos da sua Real vontade, p.^{a} lhe obedecermos, como a rigorosos preceytos. Entretanto ficamos todos pedindo a Ds fonte de todos os bens, recopile em V. Mag.^{de} com uentagem todas as felicidades e grandezas q gozaraõ todos seus Reaes Antepassados p.^{a} mayor gloria de Ds, augmento de seus Reynos amparo desta sua Religiaõ. O Ceo g.^{de} a Real Pessoa de V. Mag.^{de} como dezejo.

Arq. S. J., *Lus.* 35, I, f. 95v-96.

39

O P. Geral ao P. Luís Gonzaga

13 Decembris 1718.

Tendo escrita outra neste correio a V. R.^{a} sobre a falsa e fingida carta q o despidido Franc.^{co} Carneyro apresentou, como reposta minha, a Sua Mag.^{de}, me veio buscar o Excell.^{mo} Embaixador de Sua Mag.^{de}, e me significou da parte do mesmo S.^{or}, q Sua Mag.^{de} estava mui pouco satisfeito de mim e do meu modo de obrar; e me mostrou huma carta, em q isto se continha em termos gerais, sem especificar cousa alguma em particular Nam posso explicar a V. R.^{a} o sentim.^{to}, e penna, que me causou essa carta e visita do Ill.^{mo} Embaixador, porq ainda q a minha propria consciencia me naõ acusa de ter delinquido em cousa alguma no serviço de Sua Mag.^{de}, nem de ter faltado no devido respeito, q conheço devo, e deve toda a Comp.^{a} aos Seren.^{mos} Reys de Portugal, e com m.^{ta} especialidade a Sua Mag.^{de} (q Deos nos g.^{de}) com tudo a mim so os longes do desagrado de Sua Mag.^{de} e sô

o ouvir dizer, q Sua Mag.[de] naõ está satisfeito do meu modo de proceder, me causa extraordinaria pena, e molestia; se isto he por causa da fingida carta q se lhe apresentou como minha, ou por causa de outra que eu escrevi à China, pareceme, que das rezoes, q remetto a V. R[a] p.[a] que prostrado em meu nome a seus pès lhas comunique, conhecera Sua Mag.[de] com seu grande e perspicas juizo a minha innocencia, e q naõ tenho eu culpa no q outro fas com capa do meu nome sem eu o saber, nem o poder impedir, nem tambem em naõ advinhar o que ha de soceder no tempo futuro.

Se V. R.[a] entender de Sua Mag.[de] que eu tenho delinquido em alguma outra cousa, me avise, porq procurarei dar a Sua Mag.[de] toda a satisfaçaõ, que me for possivel, ou com a obra, ou com a rezaõ. E especialm.[te] lhe signifique o meu grande sentim.[to], e o meu grande desejo, q tenho de lhe obedecer, e dar gosto em tudo quanto me for possivel p.[a] que admittindome Sua Mag.[de] na sua graça, me continue as merces, q athegora recebi, e recebeo toda a Comp.[a] de Sua Real mam. Nos ss. ss. &[a].

Arq. S. J., *Lus.* 35, II, f. 289v-290.

40

A Beatificação do Cardeal Bellarmino

Conselhos 1710 P. 1715.

« Claustro Pleno »

Aos 10 de Dezembro de 1713 Na Sala da Universidade estando presentes o Ill.[mo] Senhor Gaspar de Moscoso e Sylva do Conselho de Sua Majestade Seo Sumilhar de Cortina Deputado do S. Oficio Deão da Sé de Lisboa e mais assim os Lentes de Todas as quatro Faculdades, Deputados e Conselheiros Conservadores e Syndico e perante todos propôs o dito Senhor Reitor E Reformador da Universidade em como todas as Universidades tinham recorrido a Sua Santidade pedindo-lhe a beatificação do Cardeal Bellarmino; e que esta Universidade havia de fazer a mesma diligência custando-lhe sobre a materia se venceu que a Sua Santidade se escrevesse huma carta pedindo nella a mesma supplica que as mais Universidades Tem feito a Sua Santidade da beatificação do Cardeal Bellarmino e por parecer de alguma sorte se havia de escrever a S. Majestade como Protector desta Univ.[de] auizando o do dito Gaspar se resolveu que em outra junta se resolveria conforme a disposição que se tem feito em seme-

lhantes Claustros. outro sim mais proproôs o Ill.mo Senhor Reitor Reformador quem havia de ser o que havia de escrever esta carta a Sua Santidade em nome da Universidade se resolveu por votos fosse o escritor della o Padre Mestre fr. Bernardo Telles monge de S. Bernardo e por verdade fiz este termo que escrevi Mel de Abreu Bacelar o fez.

(a) *Gaspar de Moscoso e Sylva* Refor Ror
(...)
Fr. Cristovão da Cruz
(são sete assinaturas autógrafas).

Arquivo da Universidade de Coimbra, *Conselhos*, 34, f. 70v.

41

A Beatificação de Bartolomeu de Quental

S. Mag.e he servido, que essa Universidade escreva ao Sumo Pontifice na Lingua Latina rogando-lhe, e pedindo-lhe queira mandar tratar com a brevidade possivel da Beatificação do Veneravel P.e Bartholomeu do Quental Fundador da Congregação do Oratorio de S. Fellippe Neri nestes Reynos, e suas conquistas, fazendose menção na Carta, de que fas a Universidade esta supplica, por ter sido o V.el P.e Exemplar Collegial no Collegio da Purificação dessa Univ.e.

Deus g.e a V. P.e R.ma Lx.a a 26 de Novembro de 1742.

Manoel An.to de Azevedo Coutinho.

Sñr. Reitor da Universidade
de Evora

B.me Pater

Academia Eborensis inter coetera ornamenta, quae sibi nec pauca sunt, nec vulgo illustria, ob id etiam magnopere gloriatur, quod Ven. Dei Servũ Bartholomeum de Quental, Congregationis Oratorij in Regnis Portugalliae Fundatorẽ, suos olim inter Alumnos Philosophicis, Theologicis Disciplinis imbuerit et in Collegium Purificatae Virginis cooptaverit. Quam quidem gloriã ut plurimi faciat, eam excitant, et quodammodo admonent tum Ven. Dei Servi Doctrina in Academiae fastis, et suis ipsius monumentis ad

Aeternitatem consignata, cum praesertim, quae nunc etiam pereñant, suae probitatis, inocentiae, et Sanctimoniae in omniũ veneratione impressa vestigia. In hujus profecto Academiae sinu primos hausit iñocentiae succos, quibus deinde tantae in molem sanctitatis excrevit: Tyrociniũ posuit magnarũ virtutũ, quas postea suis in Filiis mirifice propagavit: hic eximiae, quam est adeptus, perfectioni ita praelusit, ut vel tenera in aetate improborũ fraenũ, bonorũ stimulus, Adolescentiũ omni^u^ Exemplar haberetur. Haec sunt, B.^me^ Pater, quae Eborensem Academiã ad privatã tanti Viri Venerationẽ impellunt: est vero alterũ, quod me Academiae Rectorem, vehementer etiã urget, ut ipsius votã, precesq suscipiens ad T. B. pedes Ven. Dei Servo publicos honores / quos illi brevi concessos ardenter optamus Universi / humillime postulaturus accedam. Cum enim adeo sit ad vitia proclivis Iuvenũ aetas, quae in Academiis praesertim excolitur, tamq efficax ad eam ipsam in officio continendam exemplũ illorũ, qui in eod curriculo probe vivunt, aut ipsũ pie, innocenterq confecere, sperare sane debeo in Academiae hujus Adolescentibus perpetuũ innocentiae studiũ, et uberrimũ virtutũ proventũ, si pro Aris tamquam Exemplar aspiciant virũ interregimũ, qui olim Juvenis haec ipsa penetralia tam caste, Sancteq frequentavit. Quamobrem totius Lusitaniae votis Suas etiam preces Eborensis Academia conjungens B. T. quam maxime fieri potest, humillime deprecatur, ut Alumnũ suũ Religiosissimae Congregationis Authorem, miraculorũ ingentiũ multitudine clarissimũ, Heroicis virtutibus clariorẽ brevissime inter Beatos adscribat ad Ecclesiae Romanae incrementũ, istorũ Regnorũ gloriã, Piissimae Congregationis Solotiũ, Regalis Collegij Purificatae Virginis Splentorem, hujus Academiae Exemplar, et Ornamentũ. Eborae etc.

Sobrescripto

Sanctissimo Domino Nostro
Benedicto Papae XIV.
Romam.

Biblioteca Pública de Évora, cod. $\frac{CIX}{2\text{-}13}$ n.º 45.

42

PROPOSTA

1 Com a occazião de hum Edital, que a 17 de Abril deste año de 1746. Se fixou na porta da sala da Unid.^e^ em nome do S.^r^ D. Fran.^co^ da Anunciação Reytor della, o q.^l^ principiava da forma seg.^te^

«Por cumprir com a obrigação, q tenho de procurar, q os

estud.[tes] q seguem, as escolas maiores e menores vivão com agrado de Deos satisfazendo como devem as obrigaçoens do seu estado, tratandose com honestidade, e aplicando-se proveytozam.[te] ao estudo das Letras, observando os estatutos, e provizoens de sua Mag.[e] Mando que os estud.[tes] oução &.[a] »

e de hũa declaração do d.º Edital fixada no mesmo lugar, e em nome do d.º S.[r] R.[or] aos 13 de Maio desse mesmo año, a q.[l] começava.

« Mandando expressam.[te] o Edital de 17 de Abril deste año, q os estudantes das escolas maiores, e *menores* tragam os cabellos &.[a] »

repetindo-se algumas vezes na d.[a] declaração a palavra *todos*, q.[do] se refere aos estudantes, q se querião comprehender na d.[a] declaração.

2 Com a occazião digo deste Edital, e sua declaração, em q o d.º S.[r] R.[or] parece, quer tomar p.[a] si a jurisdição sobre os estud.[tes] do Coll.º das Artes, os quais só podem vir debayxo do nome *de Estud.[tes] das Escolas menores*, se alterca o seg.[te]

QUESTÃO

« Se pello sobred.º se usurpou a jurisdição do R. P. R.[or] do Coll.º das Artes, esbulhando-o da posse, em q está por virtude dos Privilegios, Provizoens Reaes e Estatutos particulares do mesmo Coll.º e por consequencia lhe fes força e violencia?

3 Os fundam.[tos], com q quererá o d.º S.[r] R.[or] da Und.[e] provar a sua jurisdição, e poder p.[a] comprehender nos seos Editaes aos Estudantes do Coll.º das Artes, são os seguintes.

4 1.º fundam.[to] he dos Estatutos impressos na Unid.[e] reformados no año de 1612, onde Liv. 2.º tit. 20 do *R.[or] e das couzas*, q *elle* por si *pode* fazer in principio ibi —

« O Reytor ha de ser cabeça de toda a Unid.[e] ao q.[l] todos os membros hão de obedecer *in Licitis, et honestis* assim Lentes. Doutores, estud.[tes] das quatro faculdades, *como todos os maes estudantes das Escolas menores*, e todos os officiaes e cumprir seos mandados no q forem conformes aos Estatutos ».

5 2.º fundam.[to] he do mesmo Livro, e tit. § 2. ibi. —

« Informarse-ha em todo o tempo dos Conselheiros, que forem ouvintes, e de outros estud.[tes] e pessoas de cred.[to] como tem os lentes, e se cumprem as obrigaçoens destes estatutos; e p.[a] este mesmo effeito está obrigado cada tres meses vizitar todas as liçoens das Escolas com o Conselh.[ro] Theologo maes antigo.

6 3.º fundam.[to] he do mesmo Livro, e tit. § 3.º ibi —

« Fará guardar os Estatutos, Privilegios &[a] . . . e que os *lentes*, e *Estudantes das Escolas maiores e menores*, ainda q não estem (sic) matriculados, com mais pessoas da Unid.[e] vivão honestam.[te]

assim nos costumes, trages, e vestidos, como as armas, e em tudo o mais, q fizer escandalo, e torvação a bem estudar, amoestando-os, q se emendem, ou dando-lhes as reprehençoens, e castigos, como vir, q convem aos cazos, e calid.^{es} das pessoas.

7 O 4.° fundam.^{to} he do mesmo Livro, e tit.° § 5. ibid.

« Pertencerlhe-ha escreverme o q lhe parecer, q se deve fazer, e prover *acerca das liçoens, e ordem dos regentes das escolas menores, de q hora tem cuidado os Relig.^{os} da Comp.^{a} de JESV*, p.^{a} o q se poderá informar &^{a}.

8 O 5.° fundam.^{to} he do mesmo Livo tit.° 2 do *Reformador, e do q pertence a seo off.°* § 4 ibi — *vizitará as Escolas menores, q hora regem os Relig.^{os} da Comp.^{a} de JESVS*, etc.

9 O 6.° fundam.^{to} he do mesmo Livro, tit.° § 13 ibi.

« Se dentro das Escolas, ou fora dellas algum estud.^{te} das Escolas maiores, *ou menores* for desobed.^{te} ao R.^{or} ou cometter em sua prez.^{ca} couza digna de castigo, podelo-ha mandar prender &^{a}.

10 O 7.° fundam.^{to} he o Alvará de confirmação da Reforma dos Estatutos, q se acha impresso no fim da d.^{a} Reformação, no qual diz El Rey Phillippe 2.° de Castella, ib.

As mes... clauzula... o Alva... del rey... João o... q anda... princip... dos Est... tos da U...

« Hey por bem, e me apraz, q os Estatutos da Reformação, q atraz vão escrittos . . . sejão Leys, e Estatutos perpetuos, porq a d.^{a} Und.^{e} se reja, e governe . . . e depois desta publicação o R.^{or}, e Cancellario, Lentes, Deputados, Conselheyros, conservador ouvidor, Estud.^{tes} e off.^{es} e mais pessoas della os guardem *sem poderem uzar, de quaisquer outros q em contrario haja, que hey por cassados, e revogados.* E hey mais por revogados de minha certa sciencia, motu proprio, e poder real todos, e quaesquer privilegios concedidos a quaesquer pessoas, e comunidades Provizoens, cartas minhas, ou dos S.^{res} Reys meos antecessores &^{a}.

E continua o d.° Alvará com clauzulas derogatorias amplissimas.

11 O 8.° fundam.^{to} he do contracto celebrado emtre o Coll.° e a Und.^{e} na villa de Almeyrin aos 16 de Fevr.° de 1572 confirmado por El Rey D. Seb.^{ão} pello P.^{e} Geral Everardo Mercuriano, e pello Papa Greg.° 13.°, pello q os estudantes externos do Coll.° das Artes são sog.^{tos} ao R.^{or} da Und.^{e} q.^{to} as apozentadorias, e q.^{to} a obrigação de irem aos 3 Press.^{os} do Natal (hoje dos Reys) do Nascim.^{to} e da morte de El-Rey D. João o 3.° e ultimam.^{te} se diz no mesmo Contr.° q o R.^{or} da Und.^{e} *poderá proceder fora das Escolas contra os estud.^{tes} q viverem mal.*

12 9.° fundam.^{to} he, q o R.^{or} da Und.^{e} he cabeça de toda ela *Liv. 2.° dos Estatutos da Und.^{e} tit.° 2. In principio;* e como o coll.° das Artes era incorporado com a d.^{a} Und.^{e} não he bem tenha outra cabeça por ser monstro hum corpo com duas.

13 10.° fundam.^{to} pode ser algua, ou algumas provizoens, q

o R.^{or} da Und.^{e} possa ter p.^{a} a reforma de todos os estudantes della em vestidos, e cabellos, e couzas semelhantes, das quais não conste: Talvez hua carta do S.^{r} Rey D. João o 4.^{o}, de boa memoria p.^{a} o P.^{e} Nuno da Cunha R.^{or} do Coll.^{o} da Comp.^{a} e Artes no año de 1644: em q lhe estranhava quizesse estender a sua jurisdição fora das portas das classes.

Destes fundam.^{tos} parece se prova, q o R.^{or} da Und.^{e} tem jurisdição sobre o Coll.^{o} das Artes, ou ao menos sobre os estudantes delle, e q.^{do} não possa exercitar a tal jurisdição dentro das Escolas menores, parece, q a pode exercitar fora dellas, e consequentem.^{te} não fez força ao R.^{or} do Coll.^{o} das Artes no sobredit.^{o} Edital e sua declaração; pois não uzurpou nelle jurisdição, que não tivesse, ou fosse do R.^{or} do Coll.^{o} das Artes. Pois não obstando esses fundam.^{tos}

RESPOSTA À QUESTÃO

14 Respondese, q o S.^{r} R.^{or} da Und.^{e} não so no Edital, mas ainda mais na declaração uzurpou jurisdição, q nem privativa, nem cumulativam.^{te} era sua, e sô he privativam.^{te} do P.^{e} R.^{or} do Coll.^{o} das Artes; e porisso lhe fes força, e notoria violencia. Por q.^{to} pello q respeita ao Edital.

15 Ainda q os Reytores da Und.^{e} possão castigar os estudantes do Coll.^{o} das Artes, q *viverem mal;* e por essa rezão pareça, q não uzurpou jurisdição alhea em dizer, q *tem obrigação de procurar que os estudantes das Escolas menores vivão com agrado de Ds.* compreendendo nelle o *cumprir as obrigaçoens do seu estado aplicarse ás Letras, viver com honestidade, observar os Estatutos, e Provizoens;* e se o R.^{or} do Coll.^{o} das artes tem obrigação de procurar, q os seos Estudantes observem estas couzas; porq sô elle tem o governo, cargo, administração, direcção, e correcção do Coll.^{o} das Artes, e Estud.^{tes} delle, assim dentro como fora das Escolas; uzurpa claram.^{te} a jurisd.^{ão} do R.^{r} do d.^{o} Coll.^{o}.

Pello q respeita a declaração do d.^{o} Edital ainda he mais clara a uzurpação da jurisdição alhea, e força, q fas ao R. P. R.^{or} do Coll.^{o} das Artes. Porque como arrependido o S.^{r} R.^{or} da Und.^{de} de ter ditto no Edital som.^{te} — *Mando, q os Estudantes* — as quais palavras se podião interpretar, como relativas som.^{te} aos seos subd.^{os} os estudantes da Und.^{e} ou Escolas maiores, diz na declaração = *Mandando expressam.^{te} o Edital q os Estud.^{tes} das Escolas maiores, e menores;* no q já sem rebuço uzurpa o poder de mandar aos taes estudantes, o q.^{l} não tem (senão ẽ muito limitados cazos, q abayxo se expressarão) mas pertence ao R.^{or} do Coll.^{o} das Artes com jurisdição directiva, privativa, plenaria, e independente dos Reitores da Und.^{e} pella posse de 191 años fun-

dada nos Estatutos, Provizoens, Alvarás, Contractos, Confirmaçoens Apostolicas, e regias e estilos do ditto Coll.º Porq

16 Fundando El Rey D. João o 3.º de pia memoria o Coll.º das Artes na Cidade de Coimbra logo no seo principio o separou da Und.ᵉ não so q.ᵗᵒ ao lugar fundando-o na rua de S.ᵗᵃ Sofia como consta athe da mesma relação da fundação da Und.ᵉ q anda no principio dos Estatutos novos *3. §. em o principio 2.º e porq;* mas tambem q.ᵗᵒ ao governo delle dos seos regĩtes, M.ᵉˢ Porcionistas, e dos maes Estudantes, entregando-o todo in solidum ao Principal, como consta do Regim.ᵗᵒ, q o mesmo S.ʳ deo ao d.º Coll.º a 20 de Maio de 1552, no principio do qual diz ibi.

«Eu El Rey faço saber &ª...... determino ora de mandar fazer o ditto Coll.º na Cid.ᵉ de Coimbra, onde ja está instituida a Und.ᵉ que ordeney, q nella houvesse, p.ª todas as sciencias, e quero, q a pessoa, q hade ter cargo de governança do d.º Coll.º se chame Principal delle, e q o R.ºʳ da d.ª Und.ᵉ nem outra algua pessoa tenha superioridade sobre o d.º Coll.º e Principal, o q.ˡ na governação do d.º Coll.º terá a manr.ª abayxo declarada.

De sorte q no cazo, q fosse necessario fazerem-se novos Estatutos p.ª o ditto Coll.º ao mesmo Principal pertencia julgar desta necessid.ᵉ escrever, avizar, requerellos a S. Mag.ᵉ como se ve do mesmo Regim.ᵗᵒ § *quando ibi.*

«Quando o d.º Principal vir q p.ª boa governança do d.º...

Bibl. Pública de Évora, cod. $\frac{\text{VIII}}{2\text{-}6}$ f. 299.

43

Sobre as ruinas e reidificações do Col.º das Artes

1

Fundam.ᵗᵒˢ pellos quaes mostra o P. R.ºʳ do Coll.º de JESUS, e do das artes, não estar obrigado nem as ruinas, nem reidificações, e reparos maiores, que a fabrica do Pateo dos estudos padecer em algum tempo.

1.º FUNDAM.ᵀᴼ

He certo e sem duvida, q a Unid.ᵉ se lhe anexarão as rendas q ora gosa com obrigação de q tivessem escholas maiores em que se ensinassem thia; hum, e outro Direyto, Medicina, e Mathematica e menores nas quaes se ensinassem as Linguas Latina Grega e Hebraica, e quatro Cursos de Artes, o q tudo

consta da Bulla porq se lhe anexarão as dittas rendas referida abaxo folhas 1. Taobem he certo, q tem obrigação a mesma Unid.^{e} de tirar das dittas rendas o q parecer ser conveniente p.^{a} a sustentação dos M.^{es} q ha de haver nas dittas escholas assim maiores como Menores. He taobem certo, que das dittas rendas ha de sahir, o q for necessario p.^{a} a construção e fabrica de huas, e outras escholas, e em vigor desta Obrigação Mandarão os S.^{res} Reys de Portugal como Protectores da mesma Unid.^{e} edificar assim as Escholas maiores, dandolhe p.^{a} isso o sitio do Seo Palacio, como taobem as Menores no sitio aonde ora estão e mandando dar p.^{a} isso vinte mil cruzados aos P.^{es} do Coll.^{o} de JESUS, q tomarão sobre si a Obrigação de o acabar dandoselhes os vinte mil cruzados, e porq o chão do ditto edificio era dos P.^{es} se obrigarão estes, a q no caso em q não corresse por sua conta os sobredittos vinte mil cruzados o Governo das dittas escolas o restituirião dentro de 6 annos a Unid.^{e} e dandolhe nos mesmos 6 annos franco, o uso das mesmas classes em q.^{to} a Unid.^{e} fundava em outro sitio novas escolas tudo consta da Provisão del Rey, e contrato celebrado entre os PP. do ditto Coll.^{o}, e a Unid.^{e} no anno de 1612.

Destes principios certos mostrão os PP.^{es} do Coll.^{o} de JESUS não terem obrigação algua de reedificar o ditto Pateo, nem de reparar as ruinas maiores, q nelle ouver. Por quanto he certo, e sem duvida, q so aquelle a quem compete a Obrigação de edificar, compete tãobem a Obrigação de reedificar, não he necessario allegar direitos por ser cousa trota, e sendo a Obrigação de edificar toda da Unid.^{e}, a ella sem controversia pertence o reedificar. Esta rasão q he solida não pode negar a Unid.^{e}, mas so pode dizer q ella tem provido ja nesta Obrigação; 1.^{o} por q.^{to} dá p.^{a} a fabrica da Capella, e Classes do ditto Pateo cada anno quarenta mil reis conforme os estatutos mandão no L. 3 tit. 36. pag. 234. col. 2 os quaes como se não podem consumir todos os annos nos gastos e quebras ordinarias, virão as sobras juntas no espaço de m.^{tos} annos a serem bastantes p.^{a} as despezas extraordinarias q ouver na ditta fabrica. 2.^{o} Que ella da todos os annos aos PP.^{es} hum conto, quatrocentos, e cincoenta mil reis, os quaes os PP.^{es} recebem com a Obrigação de refazer as dittas ruinas o q se prova com o q dis o Estatuto no Liv. 3. tit. 36. fallando dos salarios q a cada hua das Cadeyras se deve dar = Os quaes salarios com os ordenados dos Cursos das Artes Linguas, e Cadeyras de ler, e escrever fas em soma hum conto, quatro centos, e cincoenta mil reis, que as dittas escolas menores hora tem; e havendose de crear nellas algua cadeyra, official, ou servidor, q haja mantim.^{to}, ou fazer outro gasto, tudo se tirara da sobreditta contia, desfalcandose dos salarios, e ordenados, hora ha nas escollas, como parecer a Unid.^{e} com informação do Principal, e

lentes das dittas escollas = as quaes duas rasões tem na sua mesma resposta, novos fundam.tos p.a provar q os PP. não tem obrigação de reparar as dittas ruinas da Capella, nem outras semelhantes.

2.º FUNDAMENTO

A primeira resão em contrario se responde com as mesmas palavras do Estatuto, que dizem assim = Pera a fabrica da Capella bancos, cadeyras, e outras miudezas das escolas quarenta mil reys = das quaes palavras se tira, q esta fabrica se consignou p.a miudezas, e não p.a ruinas grandes, qual he hum tecto de hua Capella, de hua salla, cazas de tanta grandeza, como sabem, os q as virão. Nem pareça q os quarenta mil reis he m.to p.a as miudezas q cada anno se offerecem em hua tão grande fabrica; porq ha neste pateo cincoenta janellas grandes q cahem p.a fora; trinta, e duas portas grandes q servem as Classes Salla Capella &.a ha 17 cadeyras: ha mais de quinhentos bancos; ha os pavim.tos das Classes, Salla, Capella Caza de Prefeyto de Guarda os quaes ou são de ladrilho, ou de pedra, aonde todos os annos ha m.to que refazer; porq rapazes q as frequentão tudo quebrão, ha vidraças na Salla, e Capella q padecem com os ventos grandes ruinas: ha as varandas em roda.

2

Por occasião de ameaçar ruina o tecto da Capella dos Estudantes sita no Pateo das Escolas Menores, na qual se dis todos os dias missa aos Estudantes, e se fasem outros exercicios de piedade; recorrerão os P.es da Comp.a de JESUS, que governão as dittas escolas, a Sua Mag.de que Ds. g.de p.a q mandasse reparar a ditta ruina: e porquanto por parte da Vd.e em observancia dos Estatutos da mesma, mandão que seja ouvido o Principal das Artes, e lentes das mesmas Escolas; se pedem aos P.P. os docum.tos que há p.a mostrar que a Vd.e tem obrigação de acodir ä sobreditta ruina, e se offerecem as resoens seguintes.

1.a RESÃO

Porq â Vde se lhe anexarão rendas, q ao presente gosa com obrigação de ter Escolas assim maiores, como menores, como dis o Alvará asysento á fol. 6 pag. 2.a junto á letra A: e desta renda se ha de tirar o que for conveniente p.a a construcção, e fabrica de huas e outras Escolas, e sustentação dos Mestres dellas. E por esta causa os S.res Reis de Portugal como Protectores da Vd.e mandarão dar aos P.P. do Coll.o de JESVS vinte mil crusados p.a faser as Escolas menores, e os dittos P.P. se obri-

garão a isso, quando em o effeito lhe entregassem os dittos vinte mil crusados dentro do tempo assinado no contrato, e tambem as restituir quando em algum caso largassem o governo das dittas Escolas, donde bem se infere que â Vd.ᵉ pertence edificar Escolas menores, pellas rendas, que tambem p.ª esse fim lhe consignarão e consecutivam.ᵗᵉ reparar as ruinas, que tiverem, qual he o da sobreditta Capella, cujo tecto está vindo abaixo, e se não dis já missa nella, porque quem está obrigado a edificar, está tambem obrigado a reedificar as ruinas dos taes edificios.

2.ª RESÃO

Porq os P. P. que governaõ as dittas Escolas não tem obrigação algua de concorrer p.ª os dittos reparos, e ruinas do dinheyro, q recebem cada anno da Vd.ᵉ porq.ᵗᵒ este dinheyro está aplicado p.ª a sustentação dos MM. q tem as dittas Escolas, e officiaes, que nella servem; e assim não se podem aplicar p.ª outros gastos, e m.ᵗᵒ menos em prejuiso da Comp.ª. Hua, e outra cousa consta 1.º do contrato, que a Vn.ᵈᵉ e os P. P. da Comp.ª celebrarão entre si no anno de 1572, e vai appenso a fol. 1.ª pag. 2.ª no qual falandose dos salarios, e congrua sustentação, que se havia de dar a os Mestres, estão as palavras seguintes ibi

E isto livres, e isentos sem quebra nem diminuição algua, ou desconto de dispesa algua posto que na Vd.ᵉ a haja, e de quaesquer outros gastos ordinarios, ou extraordinarios, de qualquer sorte e qualidade que sejão, ainda que sejão subsidios in favorem terrœ sanctœ redemptionis, vel alterius cujuscunque etiam causœ piœ. E mais abaixo no mesmo contrato se exprime o seguinte, ibi.

Porquanto o intento de hua, e outra parte he que esta renda se não converta em outros usos salvo nos assima dittos. E finalm.ᵗᵉ conclue, *que a contribuição convencionada he p.ª sustento das dittas liçoens, que tem, e creação das pessoas e Mestres necessarios segundo o modo, que usa a Companhia.*

Consta 2.º de hua Provisão Real em forma de Estatuto na qual se lem as palavras seguintes: Declaro que o meu intento q.ᵈᵒ assim o ordenei, foi declarar p.ª as liçoens do ditto Collegio, e despesas das pessoas delle, a parte da renda que lhe cabia em particular da que em comum estava anexada e dotada a ditta Vd.ᵉ e faculdades della, em que se comprehendem as que se lem, e encinão no Collegio. E porquanto a ditta Companhia tomava sobre si, como tomou as obrigaçoens das dittas liçoens, e governo, que não poderia levar adiante, e sustentar sem a ditta renda, e sustentação, ouve Eu por bem que ouvesse em cada hum anno hum conto e quatrocentos mil reis, e delles usasse em comum por via de esmolla, ou doação, ou de outro qualquer modo, e

maneyra que sem perjuiso do seu Instituto podiaõ, e podem usar. E isto, e tudo o maes, que nesta Provisão se contem, declaro, e ordeno como Estatuto, e como tal, e de outra qualquer maneyra que mais força, e vigor puder ter, quero, e mando que se cumpra, e guarde inteiram.[te] posto que este não seja encorporado com os Estatutos da ditta Vd.[e] e nos do ditto Collegio sem embargo delles, e de quaesquer capitulos, e clausulas, que nelles ouver; porque nunca a minha tenção foi de ordenar pellos dittos Estatutos cousa algua, que entendesse perjudicar ao ditto Collegio, e modo de governo delle, que ditto he em quanto a Companhia o tiver &ª.

Contra estes fundam.[tos] se pode oppor por parte da Vd.[e] que o Estatuto lib. 3. tit. 36 falando do conto, e quatro centos e sincoenta mil reis, dis assim ibi

E havendose de criar nellas algua cadeyra, official, ou servidor que haja mantim.[to] ou fazer outro gasto, tudo se tirarâ da sobreditta contia desfalcandose dos salarios, e ordenados, que hora hâ nas Escolas, como parecer a Vd.[e] com informação do Principal, e lentes das dittas Escolas.

Donde parece se segue que o gasto da Capella, que ameaça ruina deve sahir da contia referida. Porem isto não pode ser —

1.º porque a disposição sobreditta falla determinad.[te] p.ª sustento de algua pessoa que haja de servir nas Escolas menores, e não p.ª edifício, ou reparo de ruina.

2.º porque a Provisão de Sua Mag.[de] em forma de Estatuto manda, e ordena que a sobreditta contia seja som.[te] p.ª os Mestres do Collegio da Companhia, e despesas das pessoas delle sem perjuiso da mesma Companhia.

3.º porq pello contrato, que a Comp.ª celebrou com a Vd.[e] approvado por Sua Mag.[e] e confirmado pello Sumo Pontifice Gregorio XIII cuja confirmaçao vai appensa ao Contrato, e maes papeis, que se entregarão ja ao Sindico da Vd.[e] Este conto quatro centos, e sincoenta mil reis são p.ª sustentação dos Mestres, e das pessoas, que se crião p.ª o mesmo fim, e p.ª os officiaes do Pateo, e não p.ª outro gasto assim ordinario, como extraordirio, como consta do mesmo Contrato.

E todos sabem que nem os Reis, nem os Sumos Pontifices podem etiam de plenitude potestatis desfazer, ou alterar os contratos que hua ves fiserão com os seus subditos, salvo por causa de utilid.[e] e bem de todo o Reino, o que no caso presente não há: assim o afirma, e confirma com todos os CC. TT. e Juristas Portug. de Donat. Reg. Lib. 2.º cap. II an.º 8.º no qual cap. a n.º 61 usq ad nu 66, se ve tambem que não podem os Reis de potentia ordinaria desfaser, mudar, ou alterar os contratos celebrados entre seus subditos: Imo neq de plenitudine potestatis podem revogar mudar, ou alterar os taes contratos, salvo quando

assim o pedisse o bem publico, e utilidade do Reino, o que se não ve no caso presente.

De maes, de hua doação gratuita depois de aceitada pella parte, não pode ser gravada pello doador invito o donatario x.ª Lx. in L. Perfecta donatio Cap. de Donat. quã sub modo, ibi, Perfecta Donatio conditiones postea non capit; a fortiori não pode ser gravada hua doação onerosa, qual foi o contrato celebrado entre a Vd.e e a Comp.ª confirmado por Sua Santidade, e pello Sereniss.º Rei de Portugal como Protector da ditta Vd.e.

E m.to menos pode sahir o gasto da Capella dos quarenta mil reis que todos os annos recebe o Collegio das Artes = P.ª a fabrica da Capella, bancos, cadeyras e outras meudesas das Escolas = São as formaes palavras do mesmo Estatuto da Vd.e lib. 3. tit. 36: porq os taes quarenta mil reis são p.ª as cousas expressadas, e p.ª outras as quaes convem o nome de *Meudesas*, e não p.ª gastos de consideração, qual he este da Capella. E p.ª que se veja quam limitada he nos tempos de hoje a consignação dos quarenta mil reis p.ª as meudesas, que se referem, se deve advertir que há no Pateo das Escolas menores sincoenta janellas grandes, trinta e duas portas, quinse cadeyras, quinhentos bancos pouco maes, ou menos; ha pavim.to das classes, Sala, Capella, casa do Prefeito, e guardas as quais ou são de ladrilho, ou de pedra, e como tem tanto uso, e são Estudantes os que as frequentam, forçosam.te há m.to que refaser: alem das vidraças, e telhados da Sala, e Capella, que padecem m.tas quebras por causa dos temporaes; o que tudo demanda hum gasto m.to consideravel, ut per se patet, e escasam.te lhe podem chegar os quarenta mil reis consignados cada anno.

Pello que como no Collegio da Comp.ª que governa as Escolas menores, não haja renda da qual possa sahir o gasto da Capella, que se deve reparar, deve a Vd.e como parece, acodir a esta obra, assim como he obrigada a reparar as ruinas das suas Aulas, intervindo sempre o beneplacito de Sua Magd.e que Ds. Gd.e como Protector de huas, e outras Escolas.

Bibl. Pública de Évora, cod. $\frac{\text{CVIII}}{2\text{-}6}$ f. 223.

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO IV

O SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

CAPÍTULO V

NA FRÁGUA DOS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

CAPÍTULO VI

A SANTIDADE E O CULTO

CAPÍTULO VII

FULGORES DE SANTIDADE

LIVRO SEGUNDO

SEMPRE APÓSTOLOS DE ALÉM-MAR

CAPÍTULO I

O NOVICIADO DO ORIENTE

CAPÍTULO II

O COLÉGIO DO ALMIRANTE

CAPÍTULO III

MISSIONÁRIOS DO SÉCULO XVIII

CAPÍTULO IV

EM TERRAS DE ANGOLA E MAZAGÃO

LIVRO TERCEIRO

EDUCAÇÃO, LETRAS, CIÊNCIAS

CAPÍTULO I

NO ENSINO DAS LETRAS HUMANAS

CAPÍTULO II

O INIMIGO DISFARÇADO

CAPÍTULO III

O ADVERSÁRIO ERUDITO

CAPÍTULO IV

NO CAMPO DAS CIÊNCIAS

CAPÍTULO V

LUTAS ATÉ AO FIM

CAPITULO VI

TEOLOGIA, ORATÓRIA, LETRAS

CAPÍTULO VII

AS MATEMÁTICAS EM PROGRESSO

CAPÍTULO VIII

A COMPANHIA DE JESUS NA CORTE

CAPÍTULO IX

ÍNDICE ALFABÉTICO

CORRIGENDA

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
VII l. 17	mesmo	mesma
18 Nota 3	Abrij	Abril
62 l. 8	Abrantes	Abranches
84 Nota 5	Fuastiniana	Faustiniana
106 l. 11	Religiosos	Religiosas
189 l. 15	Galini	Calini
340 l. 9	Exempo	Exemplo
341 l. 5	Cobeus	Cabeus
349 nota 3	1849	1749
373 l. 13	Achoncel	Alconchel
327 l. 13	lhas	lhos
331 l. 11	Precioso	preciso
355 l. 3	Istorico	Historico